



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

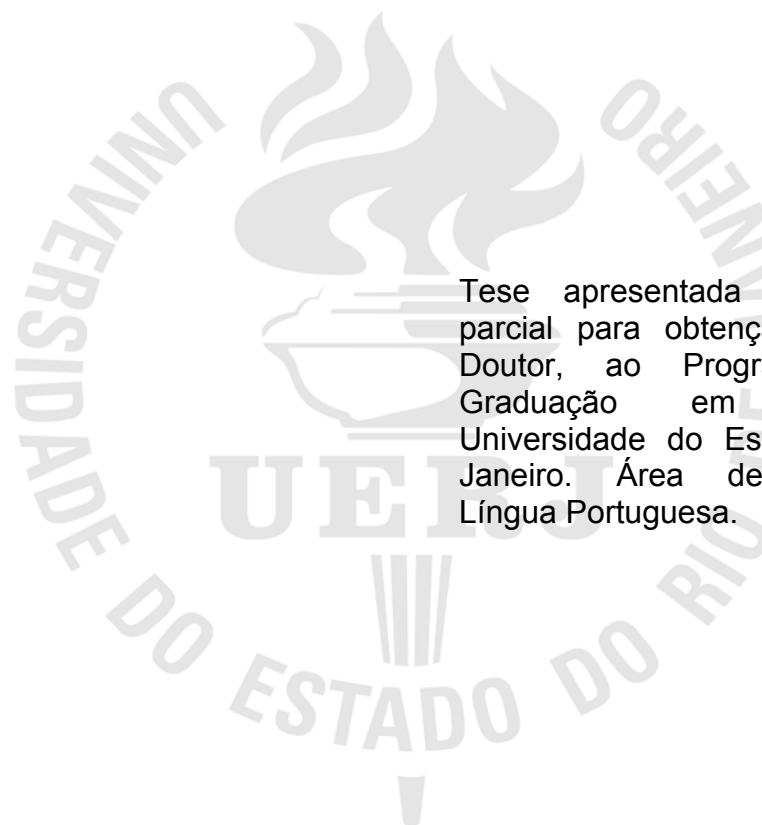
Marcelo Moraes Caetano

**Teoria geral da gramaticalização: introdução ao jogo e a suas
regras**

Rio de Janeiro
2014

Marcelo Moraes Caetano

Teoria geral da gramaticalização: introdução ao jogo e a suas regras



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

C128 Caetano, Marcelo Moraes.
Teoria geral da gramaticalização: introdução ao jogo e a suas regras / Marcelo Moraes Caetano. – 2014.
390 f.

Orientador: Claudio Cezar Henriques.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Gramática comparada e geral – Gramaticalização – Teses. 2. Língua portuguesa – Gramaticalização – Teses. 3. Sociolinguística – Teses. 4. Dialética - Teses. 5. Língua portuguesa – Análise do discurso - Teses. 6. Língua portuguesa – Gramática – Teoria, etc. - Teses. I. Henriques, Claudio Cezar, 1951-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-5

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Marcelo Moraes Caetano

Teoria geral da gramaticalização: introdução ao jogo e a suas regras

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 31 de março de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques (Orientador)
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. André Crim Valente
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Lucia Helena Lopes de Matos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Lucia Helena Martins Gouvêa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2014

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese à minha mãe, Myriam Moraes Caetano, e ao meu padrasto, Celso de Almeida Felício.

Dedico-a também ao meu orientador e amigo, Claudio Cezar Henriques.

Dedico-a, com admiração e apreço, à minha psicanalista, Leila Heffer Sahlit, grande incentivadora.

Por fim, dedico-a à memória de meus avós, Nilo Maia Moraes e Yvone Moraes, e de meu pai, Jorge Affonso Carvalho Caetano.

Se aceitas a comparação, distinguirás o rei e a dama, o bispo e o cavalo, sem que o cavalo possa fazer de torre, nem a torre de peão. Há ainda a diferença da cor, branca e preta, mas esta não tira o poder da marcha de cada peça, e afinal umas e outras podem ganhar a partida, e assim vai o mundo.

Machado de Assis. Quincas Borba

RESUMO

CAETANO, Marcelo Moraes. *Teoria geral da gramaticalização*: introdução ao jogo e a suas regras. 2014. 390 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Esta tese de doutorado parte da perspectiva inicial de que a gramaticalização se restringe a tratado sobre itens lexicais ou discursivos que se tornam itens gramaticais (o que a enquadraria dentro da Teoria da Variação, inserta esta dentro da Pesquisa Sociolinguística), mas segue em direção a um salto epistemológico que remodele aquela perspectiva, ampliando-a a patamar do qual ela pode ser observada como teoria autônoma, investigativa de fenômenos limítrofes e nem sempre discretos entre linguagem e língua, discurso e texto, descrição e prescrição, oralidade e escrita, léxico e gramática. Desse modo, propugna-se pela visão epistemológica do tema, conduzido, até aqui, de modo puramente ontológico, circunscrito a um (e apenas um) dos muitos espectros que se podem alcançar com a aludida ampliação àquele que vem sendo perquirido como tratado, porém que, segundo se pretende demonstrar, pode e deve ser expandido à malha de uma teoria geral, qual seja a Teoria Geral da Gramaticalização: trata-se, aqui, de seu objetivo geral. Para esse propósito, vale-se a tese de filósofos da linguagem que atuaram sobre essa faculdade ou capacidade humana de forma direta ou indireta desde os seus primórdios ocidentais (como Sócrates, Platão e Aristóteles), passando pelos pensadores mais incisivamente preocupados com os aspectos cognitivos e interativos da linguagem e da língua (como Hegel, Husserl, Saussure, Sapir, Bloomfield, Wittgenstein, Derrida, Chomsky, Labov, Charaudeau, Maingueneau, Ducrot, Coseriu), além de ser necessária a incursão à Gramaticografia mais estrita (como a empreendida por Dionísio da Trácia, Varrão, Arnault e Lancelot, Nebrija, Jerônimo Soares Barbosa, Eduardo Carlos Pereira, Said Ali, Bechara), e, naturalmente, a contribuição filosófica dos pesquisadores sobre a gramaticalização (como Meillet, Vendryès, Bréal, Kurilowicz, Traugott, Heine, Hopper, Lehmann). Uma vez que se tenha mostrado ser verossímil aceitar-se a gramaticalização como teoria autônoma, esta tese pretende legar-lhe o papel instrumental de metodologia auxiliar a muitas entre as que ora se empreendem quando se trata de pesquisas em campos cuja ocupação é a linguagem e a língua: trata-se, aqui, de seu objetivo específico. Para essa duplicidade de metas ou objetivos, será necessário compreender conceitos, categorias e protótipos oriundos da Filosofia da Ciência (Epistemologia), do contraste entre ciências da linguagem e outros ramos do saber, da imersão em Gramatologia e Gramaticografia (e, em alguns aspectos, em Gramatização e Gramatologia) referentes à Língua Portuguesa, da defesa, enfim, de que o ensino da Gramática Formal (ou Normativa) do idioma privilegia a acepção reflexiva e ativa (plena) dos usos ou atos a que a linguagem só pode chegar por meio do domínio da língua em toda a sua tessitura epistemológica, que gera comunicação e expressividade, raciocínio e emotividade, indo da concretude do discurso ou da oralidade à abstração da entidade pouco ou nada material, que, por sua vez, é mais nitidamente representada pela escrita, seu estágio por assim dizer de forma ainda mais pura, conquanto não excludente da substancialidade com que dialoga de modo incessante no seu constante e dialético passado-futuro ou diversidade-homogeneidade (tese e antítese) de onde emerge o seu presente ou a sua unidade (síntese).

Palavras-chave: Gramaticalização. Teoria geral e metodologia. Discurso. Gramática Prescritiva. Dialética.

ABSTRACT

CAETANO, Marcelo Moraes. *General theory of grammaticalization: introduction to the game and its rules*. 2014. 390f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

This thesis begins from the initial view that grammaticalization is restricted to tract on lexical or discursive items that become grammatical items (what would insert it into the Theory of Change, insert into the Sociolinguistics Research), but goes towards an epistemological leap which reshape that perspective, expanding it to the level where it can be seen as an autonomous theory, investigating borderline phenomena between the language and specific languages, speech and text, description and prescription, orality and literacy, vocabulary and grammar. Thus, it intends to show the possibility of the epistemological view of the subject, conducted hitherto purely on an ontological way, restricted to one (and only one) of the many spectra that can be achieved with the expansion alluded, which should be expanded to a general theory, which is the General Theory of Grammaticalization: its overall goal. For this purpose, it is necessary to go to the view of philosophers of language who served on the human faculty or capacity directly or indirectly from its Western origins (such as Socrates, Plato and Aristotle), through the thinkers most pointedly concerned with the cognitive aspects and interactive language and specific languages (as Hegel, Husserl, Saussure, Sapir, Bloomfield, Wittgenstein, Derrida, Chomsky, Labov, Charaudeau, Maingueneau, Ducrot, Coseriu). The incursion in the Grammaticology will also be required (as undertaken by Dionysius of Thrace, Boas, Arnault and Lancelot, Nebrija, Jerome Soares Barbosa, Carlos Eduardo Pereira, Said Ali, Bechara), as well as the philosophical contribution of the researchers on the grammaticalization (as Meillet, Vendryes, Breal, Kurilowicz, Traugott, Heine, Hopper, Lehmann). Since it has been shown to be believable to accept it as a standalone grammaticalization theory, this thesis intends to bequeath his instrumental role in helping many among which we hereby undertake when it comes to research methodology in fields whose occupation is the language and specific languages: its specific goal. For this duplicity goals or objectives, it is necessary to understand concepts, categories and prototypes derived from the philosophy of science (epistemology), the contrast between the language sciences and other branches of learning, immersion in Grammaticology and Grammaticology (and, in some respects, in grammaticalization and Grammatology) for the Portuguese language, defending, finally, that the teaching of formal (or normative) grammar language favors the reflective and active sense of uses or acts that the specific languages can only achieve when they go to the field of language in all its epistemological possibilities that generates communication and expressiveness, reasoning and emotion, going from the concreteness of speech or of orality to abstraction, which is represented by writing, that not excludes the substantiality that dialogues with unrelenting in its constant dialectic and past-future or homogeneity-diversity (thesis and antithesis), where is its present or its unity (synthesis).

Keywords: Grammaticalization. Theory and Method. Speech. Prescriptive Grammar. Dialectic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 1 –	Parole, Usage e Langue segundo Coseriu (Partes I e II)...	19
Fluxograma 2 –	Conjuntos e subconjuntos de Langue e Parole segundo Caetano	20
Fluxograma 3 –	Saussure, Humboldt e Bühler articulados por Coseriu.....	22
Fluxograma 4 –	Seta da gramaticalização segundo Hegel-Caetano.....	51
Fluxograma 5 –	Visão de texto pela gramática normativa segundo Caetano.....	64
Fluxograma 6 –	Contínuo das classes gramaticais segundo Caetano.....	113
Figura 1 –	Charge: metáfora em gramaticalizações textuais segundo Caetano.....	331
Figura 2 –	Capa da Veja: Metonímia em gramaticalizações textuais segundo Caetano.....	335

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Civilização e Cultura segundo Marcuse	44
Quadro 2 –	Meios de produção e concepções discursivas segundo Marcuschi	62
Quadro 3 –	Sujeito com papel semântico circunstancial segundo Azeredo- Caetano.....	241
Quadro 4 –	Parâmetro de Lehmann: eixo paradigmático.....	340
Quadro 5 –	Parâmetro de Lehmann: eixo sintagmático.....	341
Quadro 6 –	Gramaticalização textual-discursiva no eixo paradigmático/metafórico segundo Caetano.....	343
Quadro 7 –	Gramaticalização textual-discursiva no eixo sintagmático/metonímico segundo Caetano.....	349

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO GERAL: À GUIA DE PROLEGÔMENOS A UMA TEORIA	13
1	UNIDIRECIONALIDADE DA TEORIA GERAL DA GRAMATICALIZAÇÃO: POR QUE IDA DO DISCURSO À GRAMÁTICA PADRÃO?	54
1.1	Sobre a língua escrita (sobretudo a literária) como empiria para a idealização da gramática prescritiva, polo derradeiro da gramaticalização	69
1.2	A tradição gramatical no Ocidente: baseada no pensamento (filosofia) ou na literatura?	83
1.3	Voltando ao equilíbrio dinâmico da língua	97
2	A GRAMATICALIZAÇÃO: FENÔMENO PANCRÔNICO ENCARADO COMO UM TRATADO DA TEORIA SOCIOLINGUÍSTICA DA VARIAÇÃO	145
2.1	Teoria da Variação e Tratado de Gramaticalização: as primeiras conceituações, definições e limites propedêuticos	151
2.2	Funcionalismo & Formalismo solidários	168
3	A GRAMATICALIZAÇÃO COMO TEORIA AUTÔNOMA	172
3.1	Objetos, finalidades e métodos próprios	172
3.2	Um estudo concreto: Cinemática e Semiótica: como a Física Clássica pode ajudar a explicar a predominância da distância, no pensamento humano, em relação ao tempo e à velocidade	184
3.2.1	<u>Analogias elucidativas entre o processo prototípico da gramaticalização e a Cinemática</u>	190
3.2.2	<u>Análise das variáveis físicas e dos seus conceitos cognitivos e psicolinguísticos</u>	191
3.2.3	<u>A VELOCIDADE como indicação mais abstrata do que o TEMPO: o aspecto verbal</u>	196

3.2.4	<u>A Semiótica e a Cinemática</u>	197
4	HISTÓRICO DA GRAMATICOGRAFIA DA CLASSE DOS VERBOS EM LÍNGUA PORTUGUESA E UMA ANÁLISE DA VOZ VERBAL REFLEXIVA SOB A ÓTICA DO MÉTODO DA GRAMATICALIZAÇÃO	201
4.1	Algumas conceituações de verbo ao longo da História: a questão em Platão, Aristóteles, Idade Média, Iluminismo	204
4.2	Voz reflexiva ou voz medial? O problema colocado antes da NGB .	216
4.3	Voz reflexiva ou voz medial? A questão depois da NGB	223
4.4	As noções “gramaticais” de agente, paciente e voz	236
4.5	Voz medial: caso de gramaticalização?	240
4.6	Considerações finais sobre o estudo da voz reflexiva como comprovação de que a Teoria Geral da Gramaticalização auxilia nos estudos de Gramaticologia e Gramaticografia	246
5	O DISCURSO/INTERDISCURSO E O TEXTO/INTERTEXTO PODEM SER ESTUDADOS SOB A ÓTICA DA METODOLOGIA DA GRAMATICALIZAÇÃO	247
5.1	Discurso, texto, Gramaticologia e Gramaticografia: definições, relações e objetos de estudo	247
5.2	Interlúdio de alguns conceitos básicos: interação, comunicação, linguagem, palavra, sentido, língua, atos de fala, discurso e texto (escrito)	257
5.3	Discurso e texto: o texto como objeto da Gramática	293
5.4	Adendo metodológico: resposta a Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau	303
5.5	O texto: seus critérios e fatores segundo graus relativos de gramaticalização	307
5.5.1	<u>Alguns modos ou tipos (protótipos) de organização textual: obediência a certo grau de gramaticalização (rigidez formal-funcional)</u>	309
5.5.2	<u>Gêneros textuais – fronteira entre o discurso e o texto</u>	313
5.5.3	<u>Codificação ou constituição interna do texto: parâmetros formais-funcionais relativamente gramaticalizados de investigação textual</u>	316

5.6	Transtextualização ou intertextualização: noção propedêutica	317
5.6.1	<u>Algumas noções de língua como elemento de comunicação: logos, ethos, pathos, estilo</u>	318
5.6.2	<u>Algumas noções da língua como formuladora do pensamento e de (inter)subjetividade</u>	323
6	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A GRAMATICALIZAÇÃO APLICADA AO INTERDISCURSO E AO INTERTEXTO	328
6.1	Metáfora em gramaticalizações propriamente ditas: [concreto] > [abstrato]	330
6.2	Metáfora em gramaticalizações textuais: [concreto] > [abstrato]	331
6.3	Metonímia em gramaticalizações propriamente ditas: [-contexto] > [+contexto]	334
6.4	Metonímia em gramaticalizações textuais: [-contexto] > [+contexto]	335
7	A GRAMATICALIZAÇÃO COMO HIPÓTESE DE METODOLOGIA DE ANÁLISE TEXTUAL-DISCURSIVA E INTERTEXTUAL-INTERDISCURSIVA	338
7.1	Os parâmetros de Lehman	339
7.1.1	<u>Eixo Paradigmático</u>	340
7.1.2	<u>Eixo Sintagmático</u>	341
7.2	Os parâmetros de Lehmann aplicados ao texto e ao discurso	342
7.2.1	<u>Gramaticalização textual-discursiva no eixo paradigmático / metafórico</u> ...	343
7.2.2	<u>Gramaticalização textual-discursiva no eixo sintagmático / metonímico</u> .	349
7.3	A Gramática e o Dicionário: inter-relações da norma clássica com a dinâmica discursiva	351
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	360
	REFERÊNCIAS	366

INTRODUÇÃO GERAL: À GUIA DE PROLEGÔMENOS A UMA TEORIA

O objetivo geral desta tese é comprovar que o fenômeno da gramaticalização não se restringe a determinada parte dos estudos da Teoria Sociolinguística, qual seja, na quase totalidade de textos que se escrevem sobre o aludido fenômeno, um *tratado* destinado às *variações* (no plano sincrônico) e às *mudanças* linguísticas (no plano diacrônico).

No entanto, partindo da premissa de que esse é o método investigativo próprio, de fato (a Teoria Sociolinguística), de que a pesquisa sobre gramaticalização deva partir, optamos pela perspectiva pancrônica (chamada de *assíncrona* em Filosofia e Epistemologia, ou Filosofia da Ciência) de observação. Isso porque, ao estudioso de língua e de linguagem, em conformidade com o que apontam os fatos, os dados e mesmo as presunções relativas a esses estudos, Hegel, em sua *Fenomenologia do Espírito*, avisa atiladamente que, "a propósito, não é difícil percebermos que nosso tempo é um tempo situado entre o início e a transição para um novo período". (HEGEL, 1807¹, traduzi).

Alguns teóricos que observam o caso da gramaticalização de um ponto de vista mais epistemológico², ainda que de forma indireta³, já nos alertam, ecoando Hegel, que a língua é constituída de uma sucessão de transformações, as quais podem ser projetadas e fixadas, entretanto, para efeito de análise e pesquisa, como numa tela, chamada por Saussure de "estado da língua":

[...] o "sincrônico" ou "estado da língua" *não* é, para Saussure, a realidade histórica do estado da língua, mas, sim, a sua projeção sobre a tela estática do investigador. [...] a descrição do *sistema* e a descrição do (*sistema em*) *movimento* se colocam necessariamente em duas perspectivas distintas: não se trata aqui da realidade da língua, mas da *atitude do investigador*. (COSERIU, 1979a, p. 20, os itálicos são originais)

Na realidade, o equilíbrio da língua não é estável, mas precário, e o investigador pode adotar alternativamente, e adota, os dois pontos de vista, o sincrônico e o diacrônico, mas isso não afeta, e sim confirma, a distinção

¹ "Übrigens ist nicht schwer zu erkennen, dass unsere Zeit eine Zeit zwischen dem Anfang und dem Übergang zu einer neuen Periode ist".

² Como Meillet, Benveniste, Martinet, Traugott, Heine, Hopper e Lehmann, que serão trazidos à discussão.

³ Como Saussure, Hjelmslev e Coseriu.

entre sincronia e diacronia, no que ela tem de valioso. (COSERIU, 1979a, p. 22)

Ora, como nos alerta Coseriu, esse “estado da língua” é tão somente um artifício metodológico adotado pelo investigador (uma atitude investigativa momentânea) a fim de lograr êxito na sua pesquisa. Toda língua é eminentemente um constante processo, uma sucessão de transformações (variações, mudanças, evoluções e até progressos⁴) que não cessa de ocorrer.

De fato, parábola semelhante (da projeção dinâmica sobre a tela estática) parece ter sido haurida do próprio *Cours*:

Com efeito, toda a projeção depende do corpo projetado e, contudo, dele difere, é uma coisa à parte. Sem isso não haveria toda uma ciência das projeções; bastaria considerar os corpos em si mesmos. (SAUSSURE, 1984, p. 103)

A Teoria Geral da Gramaticalização almeja chegar, o mais próximo possível, dos “corpos em si mesmos”, que é a forma como, pelas “projeções” (que não passam das aludidas atitudes investigativas momentâneas, paradas por algum tempo em “dicotomias” estanques), a língua se revela a partir da emersão de uma síntese entre polos, antagonismos, binômios, pares dialéticos, diametrais, que são, também, “corpos em si mesmos”: o discurso e a gramática. Usa-se toda “uma ciência das projeções”, mas não se fica estagnado nela. Caminha-se observando-se o que dela emerge e o que, desse movimento, não cessa de emergir e de criar outras “projeções”, polos, dicotomias, pares dialéticos.

Toda língua é uma sucessão de transformações. Essas transformações, que alguns consideram, erroneamente, ter Saussure desprezado, atribuindo-as exclusiva e excludentemente ora à diacronia (mudanças), ora à parte heterogênea da própria sincronia (variações), portanto ao âmbito da *parole*, originaram os estudos de continuadores (ainda quando aparentes dissidentes) de Saussure e de toda a

⁴ Cada um desses conceitos será explicitado. Por ora, basta-nos esboçar seus traços mais pertinentes: “variação” liga-se às ideias de variantes diatópicas, diafásicas, diastráticas e todas as demais (como etária, sexual, de nível de competência e habilidade linguística, diferente, por exemplo, entre crianças e adultos, entre estrangeiros e falantes de L1, e assim por diante), e é um conceito de base sincrônica. “Mudança” é o conceito de base diacrônica por essência, ligando-se às fases a que os sociolinguistas dinâmicos, como Tarallo e Schlieben-Lange, fazem culminar com a aceitação/implementação. “Evolução” é um conceito de cunho sincrônico e diacrônico (pancrônico), tendendo a encarar formas como mais adequadas a usos discursivos. “Progresso” é um termo adotado mais raramente, e o foi por Humboldt, Bréal e Vendryès, e dirá respeito, como veremos, à noção de que uma “categoria gramatical” (essa noção mais delineada e encarecida em Vendryès), também pancronicamente, encontra correlato mais justo nos planos da expressão e do conteúdo.

Linguística como a concebemos hoje. Alguns desses são os cientistas do Estruturalismo Diacrônico, ou Círculo de Praga (contando com Bühler, talvez, como seu prógono; e com Jakobson como seu epígono), do Círculo de Copenhague (ou Glossemática, a doutrina de Hjelmslev e Firth), do Estruturalismo estadunidense de Boas, Sapir e Bloomfield, do discípulo britânico de Saussure, Alan Gardiner, e de outros.

Benveniste atrela o conceito de transformação ao de mudanças ocorridas nas categorias⁵ de uma língua. Para isso, estabelece o Autor um primeiro conceito que adotaremos, nesta tese, para a própria noção de “categoria”, assim como mostra, didaticamente, os dois tipos básicos de transformação a que se submete uma língua: as inovadoras (aquelas que retiram categorias, substituindo-as, muitas vezes, por outras) e as conservadoras (aquelas que mantêm as categorias, mas põem em seu lugar modos distintos de expressar essas categorias).

Em “As transformações das categorias linguísticas”, o capítulo 9 do volume II de *Problemas de Linguística Geral*, assim se expressa:

A evolução de uma língua tomada como sistema de signos consiste nas transformações sofridas por suas categorias. Entender-se-á por categorias as classes de formas caracterizadas distintivamente e suscetíveis de funções gramaticais.

Todas as categorias não se transformam identicamente nem ao mesmo tempo. Mas pelo fato de que elas são todas relacionadas de algum modo, é inevitável que mesmo aquelas que parecem permanentes sejam tocadas por transformações que atingem as menos duráveis, seja em sua forma, seja em suas funções, ou nas duas em conjunto.

Parece-nos útil precisar a noção de transformação como processo diacrônico estudado nas categorias linguísticas, distinguindo duas espécies de transformações, diferentes por sua natureza, que têm no desenvolvimento das línguas causas e efeitos distintos:

1. As transformações inovadoras. São transformações produzidas pelo desaparecimento de classes formais, modificando assim o efetivo das categorias vigentes. O desaparecimento de categorias será por exemplo:
 - o desaparecimento parcial ou completo das distinções de gênero: eliminação do neutro, reduzindo as oposições à do masculino/feminino; - ou eliminação do feminino, produzindo uma oposição gênero animado/neutro;
 - a redução das distinções de número pela eliminação do número dual;
 - a redução em proporções variáveis dos sistemas de classes nominais e correlativamente ou não – dos sistemas dêiticos etc.

A criação de categorias poderá ser ilustrada:

- pela criação do artigo definido;

⁵ Veremos como o conceito de “categorias”, estabelecido pioneiramente por Aristóteles, é fundamental para o entendimento do sistema gramatical de uma língua e cotejaremos esse conceito ao cunhado pela Linguística cognitiva de “protótipos”, concluindo que ambos, em equação, contribuem fundamentalmente para a explicação da Teoria Geral da Gramaticalização.

- pela criação de novas classes de advérbios provindos de compostos (-ly, -ment), etc.

Esses desaparecimentos e aparecimentos mudam o efetivo das categorias formais da língua; eles provocam além disso uma reorganização e uma redistribuição das três classes de número gramatical nas duas classes subsistentes; redistribuição do plural neutro latim no feminino românico; reorganização dos demonstrativos a partir da especialização do artigo etc.

2. As transformações conservadoras, que consistem em substituir uma categoria morfemática por uma categoria perifrástica na mesma função, por exemplo:

- substituição do comparativo morfológico pelo sintagma advérbio + adjetivo;

- substituição da desinência casual pelo sintagma preposição + nome. (BENVENISTE, 2006, pp. 129-130, sublinhamos)

No caso das “transformações conservadoras” apontadas por Benveniste, vemos que a substituição da desinência que marcava a voz passiva em Latim pela perífrase verbal *verbo de ligação + participio*, não apenas em Português, mas nas diversas línguas do Ocidente, pode ser apontada como exemplo.

Voltaremos a esse aspecto em 1.3 de forma mais pormenorizada, uma vez que proporemos um gradiente das classes morfológicas das gramáticas normativas da Língua Portuguesa, chegando até aos seus morfemas, e tentaremos observar como essas classes, embora já hierarquizadas segundo critérios de menor a maior gramaticalização, podem suscitar reflexões de continuidade (sem desprezar a possibilidade de estratificação) de gramaticalização, o que faz ocorrerem subclasses gramaticais, norteadas pelo que previu Benveniste há pouco: a ligação intrínseca da movimentação (diacrônica) das classes gramaticais às categorias do idioma.

A Linguística como concebemos hoje engloba, até, as posturas de pesquisadores mais contundentemente “contrários” à teoria saussuriana no que tange à sua suposta rigidez excessiva, “dicotomizante”, com predomínio da sincronia e da língua falada, não escrita. No entanto, há mais frequência de estudos de Linguística que se opuseram à suposta visão mecanicista empreendida por Saussure, considerada como matemática, classificatória da língua como “sistema de sistemas”; neste último caso, podemos citar o caso do fundador da então Antropologia Linguística⁶ (e posterior Sociolinguística Variacionista), Labov e seus

⁶ Durante o período em que os estudos linguísticos pareciam restringir-se à comparação histórica entre línguas (século XIX e antes), isto é, a tradição Histórico-Comparativista, exercida pelos neogramáticos, de que Saussure é egresso, assim como seu professor, Bréal, e alguns dos alunos de Saussure, como Meillet e Grammont, já se opunha a essa visão, no entanto, um projeto seminal de Sociolinguística. Tratava-se da dialetologia ou da geografia linguística. Benveniste nos dá notícia desse fato e cita um estudioso dessa época, Gilliéron, que registrava “a riqueza dos falares, [para]

companheiros de pesquisa (como Herzog e Weinrich), e os precursores da Pragmática, da Análise do Discurso, da Linguística Textual, da Linguística Cognitiva⁷ (para só citarmos alguns), que se preocuparam com aquilo a que o mestre genebrino não teria direcionado seus esforços precípuos: a *parole*. E é curioso que Saussure tenha usado o termo “Linguística” para abrigar a análise da *langue*, não da *parole*, quando a Linguística, modernamente, construiu-se sob a rubrica mais notadamente da *parole*, não da *langue*.⁸

Foi Bühler quem, antes mesmo de Jakobson (este último com a criação de seus conceitos funcionalistas de “funções da linguagem”, também precedidos por Bühler⁹), contribuiu com a dicotomia saussuriana acima evocada, ao estabelecer, para *langue* x *parole*, a correlata *Sprachgebilde*¹⁰ x *Sprechakt*¹¹, antecipando, até, com este último, o conceito correspondente das disciplinas discursivas que viriam a emergir. Um pouco adiante, nesta mesma parte (**Introdução geral**), apresentaremos a ideia mais abrangente esposada por Bühler, em que os conceitos saussurianos de *parole* e *langue* são equacionados à visão, precursora, diga-se em tempo, de Humboldt de *enérgeia* e *érgon* (respectivamente *Tätigkeit* e *Werk*, ou “atividade” e “produto”, conforme traduzimos), havendo, por parte de Bühler, não dois correlatos terminológicos e conceituais para *langue* X *parole*, senão quatro (ainda

coleccioná-los a partir de questionários e relacioná-los em mapas. [...] Os dados falados, orais e relacionados em mapas; é o que se chamava a geografia linguística. Eis de alguma forma os dois polos da linguística nos primeiros anos deste século [século XX]” (BENVENISTE: 2006, p. 14).

⁷ Embora a Linguística Cognitiva apresente fortíssimo interesse na *langue*, e tenha provindo, de certa maneira, das ideias de Chomsky, a que se acresceram pontos basilares de construtivismo piagetiano, de certa maneira relegados por Chomsky a planos de somenos valor. Assim, a Linguística Cognitiva pode ser apontada como um exemplo de Lingüística que surgiu a partir da suposta rigidez “matemática” de Saussure, ilustrando o primeiro caso de que falamos no parágrafo de onde esta nota foi extraída.

⁸ Muito embora essa aparente aporia venha a se explicar, adiante, pelo fato de que o termo *langue*, em Saussure, assim como suas traduções, guarda ambigüidades que o sábio genebrino não pôde desdobrar, sendo uma delas a atualização do acervo linguístico nos falantes, o que se aproxima nitidamente da *parole*. Falaremos muito sobre essa questão nesta mesma parte da tese, e proporemos um esquema bastante simples que procurará mostrar que *langue* e *parole* possuem um eixo em comum, sendo este a preocupação mais profunda da Linguística concebida como “ciência da língua”.

⁹ Com sua famosa tricotomia de pontos de vista da língua como representação, apelo e manifestação psíquica, vindo a Estilística, posteriormente, a interessar-se sobremaneira pelos dois últimos.

¹⁰ Literalmente “Estrutura da língua”, ou “Estrutura linguística”, conforme traduzimos.

¹¹ Literalmente “Ato de fala”, ou “Atividade linguística”, conforme traduzimos.

*Sprechandlung*¹² e *Sprachwerk*¹³). Bühler, para adiantar parte do que será falado, sustentava que a *langue* de Saussure ora se reportava à relação com o falante, ora ao grau de formalização (abstratização). E é este um ponto fundamental para *realmente* se compreender Saussure.

Também será necessário observar o prisma da tripartição de Coseriu¹⁴, sobre a aludida dicotomia saussuriana, em **Sistema, Norma e Fala**, nascida, como o próprio Coseriu admite, de uma ideia seminal de Hjelmslev e Lotz¹⁵ de criar, sob a famosa dicotomia hjelmsleviana de **plano do conteúdo** e **plano da expressão** (dicotomia expressa em capítulo homônimo de sua obra *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, de 1943¹⁶), uma equação com a dicotomia saussuriana, resultando na tricotomia inédita desses dois autores (Hjelmslev e Lotz), nos conceitos de **Esquema, Norma estabelecida e Parole**¹⁷.

Coseriu, muito atiladamente, percebe que sua tripartição em **sistema, norma e fala**, a partir da bipartição originária de Saussure em *langue* e *parole*, é fluida, e abarca a famosa dicotomia saussuriana pelo menos de duas maneiras diferentes, assim esquematizando o autor (COSERIU, 1979b, p. 56), que nem introduziu o seu conceito de **fala**, mantendo, por enquanto, com o mesmo cuidado de Hjelmslev e Lotz, o termo (ou melhor, o conceito) no idioma original: o francês *parole*:

¹² “Ação linguística”.

¹³ “Produto linguístico”.

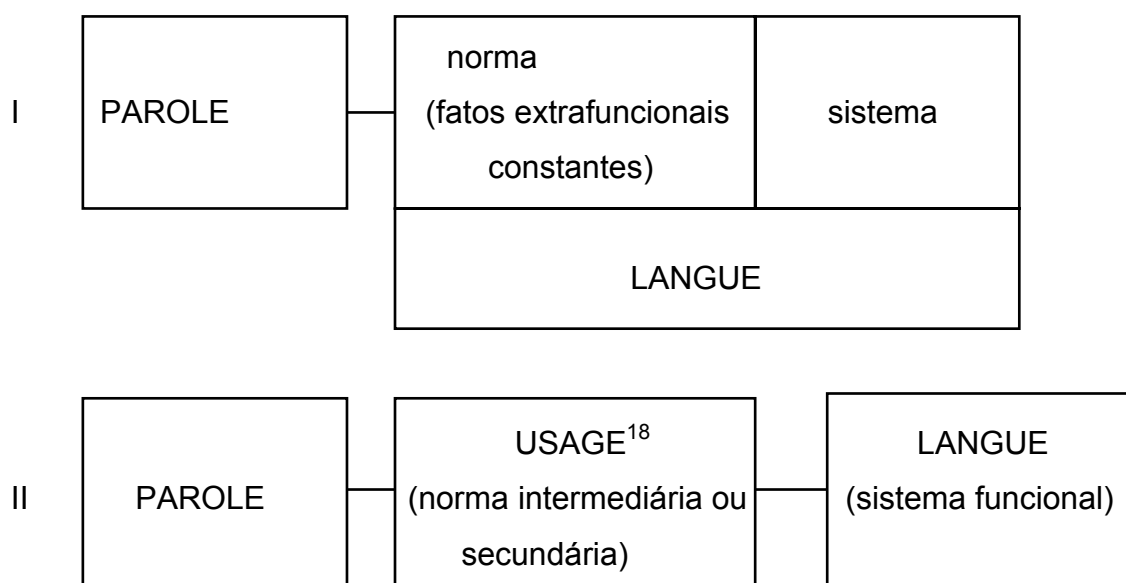
¹⁴ Com efeito, será Coseriu quem lecionará e elucidará a equação Bühler-Humboldt sobre a dicotomia saussuriana de *langue/parole*.

¹⁵ “Conferência de Semântica” realizada em 1951, na cidade francesa de Nice.

¹⁶ A primeira edição da obra *Elementos de linguística geral*, de Martinet, é de 1963. Daí, conclui-se que a primazia da distinção cabe a Hjelmslev, em obra cujo título original, em dinamarquês, é *Omkring Sprogteoriens grundlæggende*. Copenhague: Akademisk Forlaget, 1943.

¹⁷ Para *parole*, Hjelmslev e Lotz usaram o próprio termo em francês. Trataremos da questão das traduções de certos termos-chave, e mostraremos por que se opta, segundo nos parece, frequentemente pela manutenção da palavra na língua original em que ela encetou o conceito, como é o próprio caso de *langue/parole*, amiúde expostas sem tradução, para salientar que se trata de conceitos que os idiomas particulares teriam de abrigar mediante longas perífrases.

Fluxograma 1- Parole, Usage e Langue segundo Coseriu (Partes I e II)



Fonte: COSERIU, 1979b, p. 56.

Abaixo do seu esquema, Coseriu consente que

[...] nenhum dos dois esquemas é satisfatório do ponto de vista duma concepção unitária que considere a linguagem em sua realidade primeira e intrínseca de atividade; mas a verdade que os dois esquemas encerram nos parece inegável. (COSERIU, 1979b, p. 56)

O esquema tripartite de Coseriu inicia-se, pode-se deduzir, da observação de Bühler, em consórcio com a noção de Humboldt de *enérgeia/érgon* (atividade/produto, respectivamente), de que a dicotomia saussuriana seria “insuficiente” e “imprecisa” (COSERIU, 1979b, p. 39) porque,

[...] para que adquiram precisão e fundamento mais sólido, as distinções na linguagem devem ser feitas de dois pontos de vista: 1) do ponto de vista da relação com o falante (I – fenômenos relacionados com o sujeito; II – fenômenos desligados do sujeito); e 2) do ponto de vista do plano de abstração considerado (a – fenômenos considerados num grau inferior de formalização, praticamente fenômenos concretos, e b – fenômenos

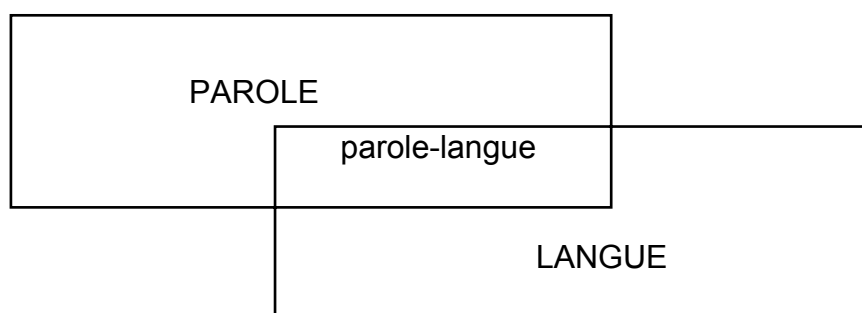
¹⁸ Coseriu, também cioso em relação ao problema da tradução de termos técnicos que aproveitam palavras do uso cotidiano e do senso comum, de que Mattoso tratará adiante, nesta **Introdução**, e de que já falamos, utiliza a palavra USAGE, no original francês. Assim, mantém-se a dicotomia estabelecida originariamente também no idioma francês, por Saussure: *langue* – (*usage*) – *parole*.

considerados num grau superior de formalização, entidades abstratas).
(COSERIU, id. ib.)

Na verdade, consideramos que Saussure abordava a *langue* pelos dois pontos de vista acionados por Bühler e Coseriu. Quando Saussure, no *Curso*, define *langue* como 1) repertório ou acervo comum a um grupo de pessoas, superior e anterior à existência do indivíduo (sua noção bastante durkheimiana de língua como “fato social”) e também como 2) “sistema de sistemas”, é exatamente aos pontos de vista de Bühler-Coseriu (1 e 2) que Saussure, respectivamente, alude¹⁹. É bem verdade que não se aprofunda o mestre de Genebra nas duas noções, e, além disso, deixa “a relação com o falante” estrita (como aventada na citação acima) em grande parte (mas não exclusivamente) para a sua *parole*.

Isto é, Saussure também previa que a *langue* e a *parole*, dicotômicas para efeito investigativo, mesclam-se, num segundo patamar, também investigativo, possuindo áreas de comum acordo e confluências epistêmicas, áreas que, numa teoria de conjuntos, pertence à interseção entre o “conjunto” da *langue* e o “conjunto” da *parole*, que poderíamos assim esquematizar:

Fluxograma 2- Conjuntos e subconjuntos de Langue e Parole segundo Caetano



Fonte: O Autor, 2014.

¹⁹ Além disso, seria de notar que a linguagem também pode ser precedida por um ponto de vista filosófico, sociológico, antropológico, cognitivo, psicológico, estilístico, semântico, gramaticológico, lexicológico e tantos outros, que evocar dois, e apenas dois, como o próprio Coseriu admite, é também impreciso. A ida do ponto de vista prioritariamente antropológico (as Sociolinguísticas e a sua relação com o discurso) ao ponto de vista gramaticológico (a gramaticografia e sua relação com o texto) é, num primeiro bosquejo, a linha filosófica sobre a qual se ergue a Teoria Geral da Gramaticalização, e a mesma linha que servirá como metodologia de apoio aos estudos linguísticos já solidamente embasados até aqui.

Somente para implementar um exemplo, a *Estilística*, a partir do momento em que lida com textos, e não discursos, solidifica-se primordialmente no campo da *langue*²⁰. Interessa-se pela *langue*, entretanto, com um ponto de vista (um observatório, uma atitude investigativa) que está fincado, por seu turno, na *parole*, uma vez que lida com regras gerais aplicadas a atividades textuais específicas, concretas, produzidas e em produção, o que as aproxima da noção de *discurso*. Não nos parece equivocado afirmá-lo; e fizemo-lo a fim de demonstrarmos como a existência da “área de interseção” entre *langue-parole* deve ser trazida à metalinguagem (deve ser descrita), e não apenas permanecer no campo da epilinguagem (conhecida, usada, mas não mencionada).

Será sempre muito importante, portanto, a investigação sobre essa dicotomia saussuriana – *la parole* e *la langue* – pelo fato de que é esta a linha unidirecional que a gramaticalização seguirá a fim de sintetizar (cf. Hegel), a partir de um par de antíteses (que se estagnam em polaridades apenas para a postura investigativa momentaneamente estática, como salientaram Saussure e Coseriu acima, em relação à sincronia e à diacronia), a Língua em si, ou Coisa hegeliana (*Sache*), ou ainda Espírito hegeliano (*Geist*)²¹.

Dessa forma, esses dois conceitos básicos de Saussure precisarão ser perquiridos e, após anamnese, cunhados de modo que se perceba que a linha unidirecional da gramaticalização vai de uma polaridade à outra, desde que se concebam os conceitos saussurianos inaugurais com todo o arcabouço crítico que os atualiza. Isso pressuporá, em alguns momentos, até mesmo que traduzamos *langue* e *parole* de modo diferente do costumeiramente praticado, já que os termos “língua” e “fala” nos parecem muitas vezes impróprios para a Teoria Geral da Gramaticalização. Isso foi intuído por estudiosos como Coseriu, Bühler, Hjelmslev, Mattoso Câmara, Gabelentz, Humboldt²².

Decorre daí que, muitas vezes, será necessário, mesmo, o recurso às perífrases ou a notas esclarecedoras.

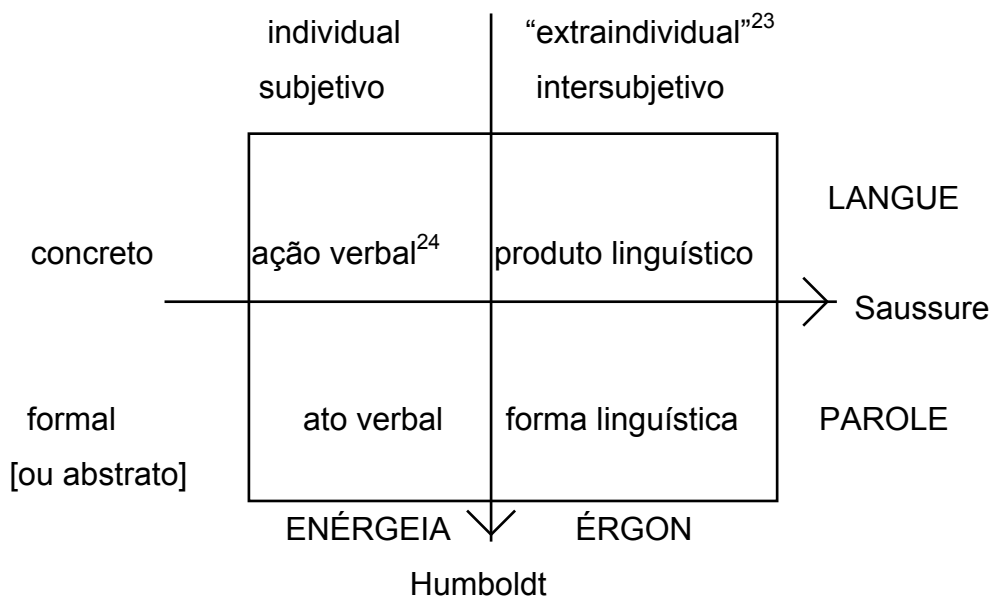
²⁰ Na seção “5.3 Discurso e texto: o texto como objeto da Gramática”, demonstraremos como o texto é objeto da gramática, e, portanto, da *langue*.

²¹ “Espírito” por causa do próprio título da obra de Hegel que nos serve de esteio: *Fenomenologia do espírito*.

²² Trataremos disso alguns parágrafos adiante, nesta mesma **Introdução** à tese.

Pela interpretação de Coseriu, da articulação do pensamento de Saussure, Humboldt e Bühler, viria à luz o seguinte esquema:

Fluxograma 3- Saussure, Humboldt e Bühler articulados por Coseriu



Fonte: COSERIU, 1979b, p. 41.

Assim, podemos concluir que, para Bühler, sobre os dois “pontos de vista” que devem preceder as “distinções de linguagem” (q.v. um pouco acima, na citação de Coseriu), seus conceitos assim se apresentam, com seus respectivos *loci* dentro da amplitude da linguagem:

“Ação verbal” (*Sprechandlung*): individual-subjetiva / concreta;

“Ato verbal” (*Sprechakt*): individual-subjetivo / formal-abstrato;

“Produto linguístico” (*Sprachwerk*): interindividual-intersubjetivo / concreto;

²³ As aspas são originais.

²⁴ “Ação verbal” (*Sprechandlung*), “produto linguístico” (*Sprachwerk*), “ato verbal” (*Sprechakt*) e “forma linguística” (*Sprachgebilde*) são, como sabemos, expressões cunhadas por Bühler para articular a dicotomia saussuriana à humboldtiana, como no esquema aqui apresentado por Coseriu.

“Forma linguística” (*Sprachgebilde*): interindividual-intersubjetiva / formal-abstrata.

Por essa discussão que foi brevemente exposta, traduzir *langue* como “língua” é, a rigor, impróprio, para nossa Teoria Geral da Gramaticalização, porque a “língua” propriamente dita (cuja sinonímia mais próxima é “idioma”) provirá exatamente da *síntese* hegeliana entre *langue* e *parole*. É o “corpo em si mesmo” de que Saussure falava (SAUSSURE, 1984, p. 102). Por sua vez, traduzir *parole* como “fala” é insuficiente, pois a fala, embora a utilizemos na Teoria Geral da Gramaticalização, não corresponde totalmente à *parole*, mas é apenas uma parte desta no eixo (da gramaticalização), embora parte, reconhecemos, de valor capital (tanto que ela será isolada em atitudes investigativas momentâneas, sempre que isso for necessário). Assim sendo, para *parole* o termo “discurso” será mais adequado. Como vimos, há, não obstante a postura investigativa quase anatômica de estagnação e separação da dicotomia em polos, um eixo em comum.

Para *langue*, sempre que o traduzirmos como “língua” (o que, como se disse, é, em princípio, impróprio nesta teoria), há que perceber a ressalva de que estamos a falar da *langue* e não da Língua em si, ou Coisa, ou Espírito. Optaremos, nesse par de polaridades, algumas vezes, pela tradução de *langue* como “sistema gramatical”²⁵, por razões que ficam mais adequadas, quer-nos parecer, à proposta de unidirecionalidade da gramaticalização, que, sobre um eixo dinâmico e instável, faz emergir a síntese da Língua em si a partir da articulação entre o “discurso” que caminha ao “sistema gramatical”, sendo o discurso, em relação a esse sistema, condição de existência (prévio a ele, pois) e, ao mesmo tempo, produto atualizado (posterior a ele, portanto).

²⁵ Optamos por usar a palavra “sistema” para não haver outro embaraço polissêmico, desta vez com Coseriu. Ocorre que, se optássemos por usar o sintagma nominal “norma gramatical”, estaríamos usando o substantivo “norma” num local que, para nós, de acordo com Coseriu, caberia à sua noção mesma de Sistema, e não de Norma. A Norma de Coseriu situa-se onde nós poderemos ver a Língua em si (embora ela também esteja situada no *continuum* de abstratização que culmina no Sistema, já que o próprio Coseriu a nomeia como uma “abstração intermediária”), síntese do par antitético “discurso” > “sistema gramatical”. Assim, tampouco falamos em “norma”, pelo menos não aqui, com o sentido que muitas vezes se lhe atribui, qual seja o de “norma padrão”, mas falamos em *conjunto de regras* (gramática *lato sensu*) de uma língua, conceito que será aclarado, neste capítulo, com a noção de “gramática”, e seus desdobramentos, compreendida por Ludwig Wittgenstein.

Esta é, com efeito, uma contribuição importantíssima de Gardiner, para quem a *langue* (em inglês, *language*) precede a *parole* (*speech*) do ponto de vista estático, ao passo que a *parole* (*speech*) precede a *langue* (*language*) do ponto de vista genético (GARDINER, 1951).

O próprio Saussure, não hesitaremos mais uma vez em afirmar (e é este um ponto fulcral), parecia oscilar quando, ao referir-se à *langue*, lidava com um protoconceito de *discurso* (acervo dinâmico compartilhado por um grupo de falantes) ou apenas sistema gramatical (“sistema de sistemas”, sistema de regras, sempre abstrato e passível de ser emcarado de forma estática), havendo uma entidade superior (de um prisma diagramático) ou sintética em relação àquele sistema (abstrato) gramatical ou de regras ou acervo social, que é precisamente a síntese hegeliana de que falaremos, a Língua em si. Essa sua ideia de *langue* ora como língua em si (realização da língua em si, atualização da abstração num grupo linguístico, protodiscurso, atividade sociointerativa, portanto), ora como sistema de regras gramaticais, ou simplesmente sistema gramatical (totalmente abstrato, em que a “gramática” é entendida como o conjunto de regras que permite o funcionamento da língua, tanto do ponto de vista descritivo, ou gramática *lato sensu*, quanto prescritivo, ou gramática *stricto sensu*), parece ser a alma das suas famosas metáforas das regras do jogo de xadrez e do expresso de Paris. O xadrez e o expresso de Paris, explique-se, podem ser descritos abstratamente, no modo como funcionam (suas abstrações), e, ao mesmo tempo, podem ser usufruídos, utilizado (no caso do expresso), jogado (no caso do xadrez), atualizando-se suas abstrações a cada dia em que fossem fruídos por seus usuários ou jogadores. Cada novo dia corresponderia a um nível menos abstrato (mais concreto) do expresso de Paris ou do xadrez, assim como cada circuito particular do expresso ou jogada particular do xadrez ainda seriam mais concretos, correspondendo à *parole*, atualização completa, atividade pura, produto das abstrações. Essas abstrações, entretanto, em que pese às realizações ou concretizações gradativas a que chegam, não deixam de existir, o que é comprovado pelo simples fato de se poder enunciar “o expresso de Paris” e “o xadrez”, formas puras, simples ideias (para usarmos as noções de Platão da Teoria das Formas, presente em tantos de seus diálogos).

Será elucidativa a citação de Ilari, porque explicita o que vimos de expor e porque, de certa forma, explicita, também, o próprio subtítulo desta tese:

Começamos, pois, por falar da distinção entre língua e fala, à qual Saussure chegou refletindo sobre várias experiências do dia a dia, uma das quais foi o jogo. Tanto a experiência de jogar como a experiência de comunicar-se através de uma língua historicamente dada envolvem interação com outras pessoas, e prestam-se a ser analisadas e comparadas de vários pontos de vista diferentes; assim, não admira que, ao longo dos tempos, o jogo e a linguagem tenham sido comparados várias vezes, com resultados diferentes. Em Saussure o jogo é evocado antes de mais nada para contrapor os inúmeros desenvolvimentos que se podem prever a partir da “regra do jogo” ao conjunto sempre limitado de jogadas que efetivamente se realizam quando o jogo acontece. A ideia de que no jogo de xadrez são possíveis certas jogadas mas não outras (por exemplo, a torre pode atacar qualquer peça adversária, mas tem que fazê-lo deslocando-se em sentido perpendicular aos lados do tabuleiro) leva, em suma, a valorizar o que não se observa, ou seja, a “regra do jogo”, encarada como condição de possibilidade do jogo ou, no caso da língua, como condição de comunicação. (ILARI, 2004, p. 57, sublinhamos)

Assim, a *langue* saussuriana, provavelmente por ser oriunda de notas de um curso que não dispôs de tempo para ser desdobrado, apresenta a referida ambiguidade (constituir duas abstrações distintas, provenientes de duas perspectivas também distintas de onde partem), ambiguidade que foi, aliás, muito prolífica para o desenvolvimento das duas correntes básicas da Linguística: o Formalismo e o Funcionalismo; aquele lidando com a face abstrata da *langue*; este, com a face concreta ou atualizada pelos falantes; ambas as possibilidades previstas no conceito de *langue* de Saussure²⁶.

Coseriu percebeu essa ambiguidade saussuriana sobre o conceito de *langue* e a desdobrou em Sistema (a parte totalmente abstrata da língua) e Norma (a atualização da língua levando em conta um conjunto ou grupo específico de falantes que realizam a língua – conjunto de regras – totalmente abstrata). Assim, para Coseriu, a Norma é uma “abstração intermediária” (COSERIU, 1979b, p. 50). A Fala, para ele, dirá respeito a conceito que por ora não nos cabe investigar.

Estabelecendo analogia com o sistema de leis de uma sociedade, Coseriu assim se expressa, indo, desta vez, do mais concreto ao mais abstrato:

Trata-se da mesma distinção que se pode estabelecer entre todas as sentenças particulares que representam a aplicação de uma lei, o regulamento que indica como a lei deve ser aplicada (ou melhor, a aplicação normal e habitual da lei), e a lei mesma como sistema de disposições abstratas. (COSERIU, id. ib.)

²⁶ Embora o Funcionalismo seja peremptoriamente afeito à noção de *parole*, não lhe faltam elementos de certa parte da definição de *langue* de Saussure.

Antes de Saussure, Gabelentz já prezava a distinção entre *Sprache* (língua) e *Rede* (discurso). Ele mesmo tratou a “língua como conjunto homogêneo proveniente dos meios de expressão” (“*Sprache als einheitliche Gesamtheit von Ausdrucksmitteln*”) ao lado da “língua como falar” (“*Sprache als Sprechen*”) (cf. ARENS, 1955). Assim, implicitamente (ou explicitamente), ele admitia haver duas (pelo menos duas) *langues*.

Aliás, como salienta Coseriu, Gabelentz já posicionava a fala/discurso sobre o campo investigativo primordial da Linguística, e não a língua, agindo contrariamente a Saussure (apenas aparentemente, como vimos, uma vez que Saussure enquadrava em *langue* também o conceito de atualização e interação), mas, em complementaridade com este, fornecendo-nos as bases para a epistemologia que buscamos abrigar, que é, precisamente, a de mostrar que os estudos da língua, **idioma** (como a Gramaticologia), carecem das investigações dos estudos da fala/discurso (como a Linguística em sua pluralidade), e vice-versa.

Os estudos da linguagem que se ocupam do discurso (visto como um ato sociointerativo dinâmico e heterogêneo, com baixo ou nulo teor de previsibilidade), como as aludidas Análise do Discurso, a Pragmática, as Sociolinguísticas, nasceram mais fortemente daquilo que Saussure afirmou que não era de seu objetivo estudar: prioritariamente a *parole*. O mestre de Genebra, entretanto, nunca considerou que essa atividade (discursiva) não existisse ou que não devesse ser pesquisada. Apenas delimitou seu objeto de pesquisa pondo foco sobre o estado homogêneo da linguagem, deixando a heterogeneidade para ser desdobrada (como de fato o foi) por outros estudiosos.

Sem dúvida, promover um recorte teórico que delimite, antes de tudo, o objeto investigativo, explicitando, se necessário, aquilo que não faz parte do *corpus* investigado, tanto quanto aquilo que lhe compete perquirir, perfaz prática necessária às atividades científicas.

De certa forma, Saussure não apenas contribuiu decisivamente com a criação da Linguística contemporânea em todas as suas vertentes discursivo-pragmático-cognitivo-funcionais, como, por ter estabelecido sobre o que é prioritariamente homogêneo o seu foco de estudos (muito embora já tenhamos percebido que a sua *langue* não era, ao menos nem sempre, tão “homogênea” nem tão “abstrata” quanto supõem os críticos que o inquinam de metafísico), como foi esboçado, contribuiu, também, com os próprios estudos gramaticais (até mesmo normativistas ou

prescritivistas, ponto derradeiro no *continuum* da gramaticalização), de língua propriamente dita (idioma). Em outras palavras, abriu azo a que se pudesse observar a suposta homogeneidade (que Coseriu alerta tratar-se apenas de um método de isolamento investigativo temporário e necessário, e não de uma “realidade da língua”) da gramática de modo muito mais amplo (mesmo no âmbito do normativismo gramatical), como queremos demonstrar que é o que se promove com o deslizamento ocorrido na gramaticalização.

Essa suposta homogeneidade sublinhada por Saussure e pelos seguidores do Formalismo (e admitimos de antemão ser essa a nossa propensão no que tange à descrição do fenômeno da gramaticalização, pois que a Forma será a meta desse processo²⁷) configura-se análoga à ideia fenomenológica hegeliana, abaixo exposta, de "Coisa" (do alemão, *Sache*) "universal", que só se consoma, a despeito da "diversidade" (do alemão *Verschiedenheit*), na sua "atualização" (do al. *Ausführung*), análoga, pois, à noção de "sistema" que Saussure cunhou para descrever o que uma língua, efetivamente, *em certo estado*, é.

Antes de irmos à interpretação de Hegel, parece-nos indispensável destrincharmos alguns pontos relativos a questões de cunho científico em relação ao estudo de "estruturas linguísticas" (como se verá, esse sintagma foi o escolhido por Lyons para desembaraçar-se da ambiguidade do termo *langue* e suas traduções, e também foi aconselhado por Mattoso Câmara Jr. como eficiente).

Com efeito, adiante, em tradução que empreenderemos de Lyons, do francês, não do inglês, parecerá haver outro impasse, proveniente da aludida ambiguidade (ou da necessidade prévia de elucidação sobre qual o ângulo que se pretende abarcar), quando se fala em *langue*. Essa ambiguidade, carente de elucidação do ponto de vista que se busca, parece ocorrer em todos os idiomas a que a *langue* saussuriana for traduzida.

Dessa forma, são ambíguos o termo "*langue*", em francês, o termo "*Sprach*", em alemão, o termo "*language*", em inglês, o termo "língua", em português, e assim por diante. Cada tradução guarda, além da ambiguidade própria do conceito saussuriano de *langue*, outras ambiguidades específicas ao idioma em que foi traduzido esse conceito. *Sprach*, por exemplo, liga-se à raiz do verbo *sprechen*, que

²⁷ Azeredo (2008) admite que a gramática se pauta em critérios formais para a sua realização: "Por serem identificadas graças às suas características formais, tanto a oração como suas partes são unidades ou classes da gramática" (p. 200, o grifo é meu).

quer dizer “falar”; *Language* mescla “língua” com “linguagem”; *Língua*, em português, tanto quer dizer a *langue* saussuriana, ponto derradeiro da gramaticalização, entidade abstrata, quanto língua em si, síntese da *parole* > *langue*, na unidirecionalidade da gramaticalização; isso para só darmos exemplos parcimoniosos.

Por essa razão, não vemos inconvenientes maiores, por exemplo, quando optamos pela versão no Francês de arquitextos como *Estruturas sintáticas*, de Chomsky. Tomamos o cuidado de, sempre que necessário, entretanto, recorrer à versão original, e até, se ainda necessário, à tradução na Língua Portuguesa, para conceitos-chave (que, como ficou dito, em cada idioma possuem ambiguidades possíveis carentes de esclarecimento), como será o caso de “*langue*”, em Chomsky (1969, p. 15), no capítulo “A independência da gramática” (Capítulo 2: “L’indépendance de la grammaire”, op. cit., id. ib.).

Por isso, não vemos problema em utilizar uma tradução em Francês de *Linguística geral: introdução à linguística teórica*, de John Lyons, pois a palavra-chave, qual seja *langue* (aqui, no próprio Francês), manteria a ambiguidade (no Português) se a traduzíssemos do original da obra, em Língua Inglesa.

O que nos convém, dessa tradução (ou melhor, desse trecho), é reforçar o caráter de necessidade de busca científica do estudo da *langue*, abarcando esta tanto a língua no sentido até mesmo de “linguagem”, como de “idioma” e, ainda, de uma entidade passível da bipartição de Coseriu em dois níveis de abstração: o Sistema (abstração maior) e a Norma (abstração intermediária). Além disso, teremos de ir, adiante, a outras elucidações sobre esse conceito, em parêntese com o de *parole*, provenientes de Humboldt, Bühler e outros, fundamentais para a elucidação efetiva do *continuum* representado, cientificamente, pela Teoria Geral da Gramaticalização, ou seja, fundamentais para concederem a essa Teoria um grau estável de epistemologia.

Consideramos este trecho importante, portanto, mais pelo fato de articular “empíria” a “teoria geral”, mostrando como o caráter científico necessita dessa dupla correlação, do que pelo problema da polissemia ou ambiguidade do termo “língua” (*langue*), em qualquer idioma em que seja traduzido.

Dito isso, esperando ter-nos justificado, partimos à tradução pela língua francesa.

Lyons, aqui, intui o embaraço proveniente do termo *langue*, e prefere, para isso, ao final de sua breve (conquanto clara) explicitação sobre o que vem a ser a *Linguística*, utilizar a expressão “estrutura linguística”, em vez de *langue*, *language*, língua.

A linguística pode ser definida como o estudo científico da língua [*langue*, na tradução do Francês]. Mas essa definição não esclarece o leitor sobre os princípios fundamentais dessa disciplina. Talvez seja mais útil expor em detalhe as implicações do termo “científico”. Contentamo-nos em dizer, numa primeira formulação, que se trata de estudar a língua [*langue*] sob um modo de observações controladas e suscetíveis de serem verificadas de maneira empírica, dentro do contexto de uma teoria geral determinada da estrutura linguística [structure linguistique]. (LYONS, 1970, p. 5. Traduzi. Os grifos são meus)²⁸

Mattoso Câmara Jr., em seu livro “Princípios de Linguística Geral”, em nota de pé de página à parte intitulada, exatamente, **Língua e Discurso**, aborda o problema da tradução da dicotomia saussuriana *langue/parole*, promovendo uma espécie de resumo de muito do quanto vimos observando até aqui em relação à questão:

É sempre tarefa delicada criar equivalentes vernáculos para termos técnicos estrangeiros, quando são aplicações de termos usuais, cujo sentido comum procuram aproveitar. O foneticista português Oliveira Guimarães traduz a *parole* de Saussure, pura e simplesmente, por *palavra*; ora, esse termo em português sugere logo a sua sinonímia com *vocabulo*, ao passo que *parole* é o nome verbal de *parler*, com que se associa morficamente. *Parole* corresponde, pois, ao lat. *loquela*, de *loquor*, al. *Sprechen*, de *sprechen*, esp. *habla*, de *hablar*, port. *fala*, de *falar*. Mas *fala* exclui a linguagem escrita, ao contrário da *parole* saussuriana, que é menos dependente, na forma e na significação, do seu verbo *parler*. Proponho, portanto, o nosso velho termo *discurso*, como nome verbal de *discorrer*. O próprio Saussure lembra o latim *sermo* e o alemão *Rede*, que a ele correspondem, e o seu discípulo inglês Alan Gardiner, traduzindo *parole* por *Speech*, observa que em francês se dirá *parole* ou *discours*. Outra tradução possível é usar as locuções *estrutura linguística*, para *langue*, e *atividade linguística*, para *parole*, à maneira dos compostos alemães de Karl Bühler: *Sprachgebilde* e *Sprechakt*. Neste caso, insiste-se especialmente no aspecto de sistema, ou estrutura, da *langue*, que a aproxima do conceito de *pattern* [padrão] de Sapir em inglês, do de *esquema* de Hjelmslev, do de *sistema* de Coseriu (CÂMARA JR., 1959, p. 24-25).

²⁸ La linguistique peut être définie comme l'étude scientifique de la langue, Mais cette définition n'éclaire pas le lecteur sur les principes fondamentaux de cette discipline. Peut-être serait-il plus utile d'exposer en détail les implications du terme “scientifique”. Contentons-nous de dire, dans une première formulation, qu'il s'agit d'étudier la langue au moyen d'observations contrôlées et susceptibles d'être vérifiées de façon empirique, dans le contexte d'une théorie générale déterminée de la structure linguistique.

Sobre o aspecto das correlações entre *langue* e *parole*, elas voltarão à discussão um pouco adiante, nesta mesma **Introdução**. Por ora, queremos passar a outro ponto, qual seja o que trata da nossa aplicação da metodologia hegeliana.

Antes de expormos a pedra de toque hegeliana com que pretendemos dar início à empreitada da comprovação da gramaticalização como teoria autônoma, entretanto, parece-nos imprescindível, por fim, sublinhar a importância do foco sobre a forma – importância que havia sido prenunciada momentos atrás, e que será objeto de preocupação recorrente nesta tese.

Benveniste, ao diferenciar atos performativos e constativos²⁹ (indo a Austin), termina seu capítulo "A filosofia analítica e a linguagem" reiterando que a forma lexical-gramatical (por exemplo, a presença de um verbo no modo imperativo, de que ele trata em páginas anteriores à conclusão que vamos aqui apresentar) é fundamental para estabelecer essa distinção, que, pois, não repousará tão somente em análises semânticas, interacionais ou referenciais, mas, sim, em aspectos sintagmáticos (na acepção saussuriana de presença):

Não vemos, portanto, razão para abandonar a distinção entre performativo e constativo. Acreditamo-la justificada e necessária com a condição de que a mantenhamos dentro das condições estritas de emprego que a autorizam, sem fazer intervir a consideração do "resultado obtido" que é fonte de confusão. *Se não nos prendemos a critérios linguísticos de ordem precisa e formal, e em particular se não cuidamos em distinguir sentido e referência*, pomos em perigo o próprio objeto da filosofia analítica, que é a especificidade da linguagem nas circunstâncias em que valem as formas linguísticas que escolhemos estudar. A delimitação exata do fenômeno *de língua* importa tanto à *análise filosófica* quanto à *descrição linguística*, pois os problemas do conteúdo, pelos quais se interessa mais particularmente o filósofo, mas que o linguista tampouco negligencia, ganharão em clareza se forem tratados dentro dos quadros formais. (BENVENISTE, 1976, p. 305, grifamos)

Voltando, agora, a Hegel, fornidos pela devida corroboração da importância do estudo da forma na língua (e, antes, na linguagem), a "Coisa" hegeliana é a síntese de forças contraditórias, do nadir ao zênite, que, em termos de língua, pode ser cotejada à ideia de gramaticalização:

²⁹ Na seção 5.2, intitulada, "Interlúdio de alguns conceitos básicos: interação, comunicação, linguagem, palavra, sentido, língua, atos de fala, discurso e texto (escrito)", voltaremos a falar sobre atos de fala, uma vez que se trata da análise esmiuçada (daí filosofia analítica) da atividade discursiva em sua essência – uso e interação concretos –, que é de onde parte o material que desliza para a gramaticalização, ao mesmo tempo em que usa esse material, depois de gramaticalizado, continuando sua gramaticalização.

Com efeito, a Coisa mesma não se esgota em sua *finalidade*, mas em sua *atualização*; nem o *resultado* é o *todo efetivo*, mas sim o resultado junto com o seu vir-a-ser. A finalidade para si e somente por si é o universal sem vida, como a tendência não passa do mero impulso ainda carente de sua efetividade; o resultado nu é o cadáver que deixou atrás de si a tendência. Igualmente, a *diversidade* é, antes, o *limite* da Coisa: está ali onde a Coisa deixa de ser; ou é o que a mesma não é. (HEGEL, 1807, p. 112, traduzi, os itálicos são originais³⁰).

Hegel, portanto, mais de cem anos antes de Saussure (e sabidamente estudado por este), assim como o próprio Saussure, não negava a existência da diversidade, mas obstava a esta um caráter perfunctório, raso, incompleto quando se buscam descrições filosóficas (fenomenológicas) sobre quaisquer objetos ("Coisas") do ponto de vista máximo, o "Espírito" (do alemão, *Geist*), como foi o caso de Saussure em relação à "Língua", a qual, para nós, que procuramos chegar à Teoria Geral da Gramaticalização, constitui a síntese entre as forças diametrais do "discurso" (concreto, incluindo-se neste conceito os atos de fala) e do "sistema gramatical" (abstrato), tese e antítese da esfera comunicativa. Vai-se mesmo além, isto é, à "norma padrão" (abstratíssima).

A dialética hegeliana, pois, diferentemente de uma de suas precursoras, a platônica, previa a interferência da realidade concreta ou específica no pensamento abstrato ou universal. Há também diferença entre a dialética hegeliana e as dialéticas apontadas por Aristóteles quando critica seu mestre, Platão: em Aristóteles, as dialéticas "lógico-retóricas" remetem à Lógica das proposições (de redução vericondicional³¹) e à Lógica dos predicados (ou das premissas³², esta última eleita por Marx para a exposição de seus conceitos materialistas históricos ou econômico-políticos), e não chegam a conclusões por atrito, mas por dedução, ou,

³⁰ Denn die Sache ist nicht in ihrem *Zwecke* erschöpft, sondern in ihrer *Ausführung*, noch ist das *Resultat* das *wirkliche* Ganze, sondern es zusammen mit seinem Werden; der Zweck für sich ist das unlebendige Allgemeine, wie die Tendenz das bloße Treiben, das seiner Wirklichkeit noch entbehrt, und das nackte Resultat ist der Leichnam, der sie hinter sich gelassen. —Ebenso ist die *Verschiedenheit* vielmehr die *Grenze* der Sache; sie ist da, wo die Sache aufhört, oder sie ist das, was diese nicht ist.

³¹ Por exemplo:
Se p, então q
p
portanto q

³² Premissa maior
premissa menor
conclusão

em outras palavras, por relaxamento das possíveis forças de contraste, que gradativamente se aglutinam.

No entanto, é muito importante sublinhar que Marx, embora adotasse esse método de dedução (lógica) dos predicados, seguiu, consabidamente, também, as mesmas ideias dialéticas de Hegel (filósofo, aliás, que, como professor da Universidade de Berlim, dispunha do maior prestígio intelectual possível de seu tempo³³), que norteiam parte nevrálgica desta tese. Podemos afirmar que a interpretação marxista da tese/antítese > síntese hegeliana se dava com o objeto “classes sociais”: “A história da humanidade é uma eterna luta de classes” é seu aforismo célebre, aliás observado por Bakhtin ao afirmar, aqui em paráfrase, que o signo linguístico é a arena da luta de classes (ponto basilar da sua noção de dialogismo). Assim como em Hegel, para Marx essa “luta” (tese/antítese) levará ao progresso histórico, mas esse progresso necessita de uma ajuda, expressa no *Manifesto comunista*, que ele escreveu com Engels em 1848, e consistia na proverbial união dos trabalhadores do mundo, sendo provindo da síntese que será a abolição do modo de produção capitalista, onde se vende a mão de obra a quem é dono da máquina, e onde a propriedade privada, portanto, deixará de existir.

As ideias de Marx sobre a história foram influenciadas por Hegel. Hegel [...] declarou que há uma estrutura subjacente a todas as coisas e que estamos gradualmente progredindo para um mundo que, de alguma maneira, será consciente de si mesmo. Marx herdou de Hegel o sentido de que o progresso é inevitável e de que a história, em vez de ser apenas um evento atrás do outro, tem um padrão. Entretanto, na visão de Marx, o progresso acontece por causa das forças econômicas subjacentes. (WARBURTON, 2013, p. 178, sublinhei)

Consideramos necessário abrir ensejo a esta comparação entre as dialéticas de Marx e Hegel porque, segundo a metodologia hegeliana, que usamos para expor a Teoria Geral da Gramaticalização, não pretendemos mostrar que a história (de uma língua) supostamente a leva a algum “progresso” inexorável. Em vez disso, retiramos essa vertente idealista (e ideológica) da dialética hegeliana de tese > antítese = síntese (“discurso” > “sistema gramatical”-“norma padrão” = “língua”) e

³³ O próprio Schopenhauer, contemporâneo de Hegel, e também muito prestigiado em sua época, quis envidar espécie de queda de braço acadêmica com Hegel: exigiu que suas aulas, na mesma Universidade de Berlim, fossem marcadas no mesmo dia e horário das aulas de Hegel. O resultado ocasionou o pedido de demissão de Schopenhauer, pois suas aulas eram totalmente vazias, chegando a não contar nenhum aluno, ao passo que as preleções de Hegel eram sempre disputadíssimas, havendo quem precisasse chegar horas antes para garantir um lugar na disciplina e na aula.

permanecemos apenas com a constatação de que a língua é um processo incessante de sínteses, que, embora possam, em alguns casos, ser previstas, não levam inexoravelmente a um progresso, muito menos “ideal”.

Em Hegel, contrastando com Marx, as forças subjacentes que levam àquele progresso utópico são forças morais, intelectuais, racionais, mentais, “espirituais”, enfim (do alem. *Geist* = “Espírito”). Não queremos que haja a ideia de que propugnamos pelo método hegeliano incluindo essa ida a um “estágio superior” da língua, o que ele (como aliás Marx, valendo-se da mesma dialética) propunha para a história da humanidade.

Então, despimos a palavra “espírito” do livro de Hegel, em que o substantivo compõe parte do título, de sua carga idealista e utópica. Quando falarmos em língua “ideal”, referimo-nos à língua abstrata, descrita por um sistema de estruturas formais, e não a uma suposta língua “idealista”. Mesmo se considerarmos a gramática normativa como “idealista”³⁴, não queremos com isso dizer que a língua deva “progredir” em direção a ela, mas apenas que essa forma “idealista” de sistematização constitui o polo extremíssimo ao qual a língua se encaminha, e que esse caminho é que regulará o equilíbrio dinâmico da própria língua, que parte do polo oposto da atividade discursiva. A língua não está “condenada ao progresso”, como disse Euclides da Cunha em sua obra-prima *Os sertões*. Nem a um suposto regresso, diga-se em tempo. Mas a língua, como nos mostra a Teoria Geral da Gramaticalização, está destinada às mudanças incessantes, que a linha unidirecional da gramaticalização descreve de modo simples e sucinto, se a ela acrescentarmos a noção dialética de Hegel, adaptando-se o termo “espírito” a uma noção mais próxima àquela que estudiosos da linguagem usam para língua, qual seja a noção de “índole”.

Sobre esse ponto, em nota de pé de página à tradução brasileira de *Cultura e Psicanálise*, de Herbert Marcuse³⁵, um dos maiores expoentes da Escola de Frankfurt, Escola que uniu as ideias de Marx às de Freud para descrever a

³⁴ Daí termos dedicado duas seções à historiografia gramaticográfica ocidental: “1.1 Sobre a língua escrita literária como empiria para a idealização da gramática prescritiva, polo derradeiro da gramaticalização”; “1.2 A tradição gramatical no Ocidente: baseada no pensamento (filosofia) ou na literatura?”; além do capítulo “4 Histórico da gramaticografia da classe dos verbos em Língua Portuguesa e uma análise da voz verbal reflexiva sob a ótica do método da gramaticalização”.

³⁵ Voltaremos a trazer contribuição de Marcuse, poucas páginas adiante, ainda nesta seção, à discussão, confrontando-o às opiniões de Wittgenstein sobre o caráter público, em oposição ao privado, de que a língua, instância de natureza pública, precisa dispor para efetivar-se.

coletividade e o indivíduo, respectivamente, e que, dentre outros movimentos, fez eclodir o de Paris de 1968, esclarece-se o termo “espírito”, *Geist*, que trazemos aqui pela razão há pouco apresentada, para tratar a questão do *discurso* > *gramática* = *língua*. Assinalam Wolfgang Leo Maar, Robespierre de Oliveira e Isabel Loureiro:

Geistwissenschaften, literalmente “ciência do espírito”. O termo alemão *Geist* possui um significado mais amplo do que “espírito”, principalmente no âmbito filosófico (idealismo alemão). Na medida em que, de um modo geral, se refere à formação (plena) do ser humano, como formação religiosa, moral, cultural e intelectual, *Geistwissenschaften* pode ser “ciências humanas”, e *geistig*, intelectual. (MARCUSE, 2001, p. 73)

Então, seja feita a ressalva: adicionamos a metodologia da dialética de Hegel aos estudos de gramaticalização, para elevá-la ao estatuto de uma teoria geral, sem, contudo, abraçarmos o idealismo que *Geist* ou “espírito” encerra, de “formação (plena) do ser humano, como formação religiosa, moral, cultural e intelectual” (MARCUSE, id. ib.).

O que nos importa do método de Hegel é tão somente a exposição de que as mudanças contínuas ocorrem por conflito inelutável entre tese e antítese, e o fato de que as sínteses daí resultantes podem, em alguns casos, ser previstas e, independentemente disso, não cessam de ocorrer.

Assim, retrocedendo mais uma vez à gênese ocidental do pensamento dialético/dialógico, as dialéticas expostas em Platão e em Aristóteles coadunam do todo formador da dialética hegeliana, uma vez que esta última acata forças conflitantes como indispensáveis à conclusão, que é, antes, sintética, e não analítica. Há o equacionamento do aspecto concreto, heterogêneo, levado em consideração na linha de pensamento hegeliana, e que muitas vezes escapa de seus precursores, Platão e Aristóteles. Hegel predisse (como se verá em outro trecho de sua lavra, abaixo) a inevitável interferência da “diversidade” (concreta) sobre o “pensamento” (abstrato), havendo, só então, “apreciação” da “Coisa” (esta “apreciação” será uma das sínteses, cujo conjunto explicita a Teoria Geral da Gramaticalização).

A Teoria Geral da Gramaticalização lida com essa interferência (e passagem), pois sua categoria ou protótipo albergam exatamente a passagem do campo discursivo (concreto) para o sistêmico-normativo (abstrato), de modo que não se deneguem suas especificidades, mas, ao contrário, encareçam-se-lhes os teores de

uma linha unidirecional (a linearidade da gramaticalização) que, a um só tempo, mantém caracteres de concomitância de eventos. Essa concomitância recebeu de Hopper o nome de “princípio da estratificação” (HOPPER, 1991) da gramaticalização, que prevê um sincretismo de funções concretas e abstratas do item gramaticalizado em convivência mesmo após finda uma etapa do processo de gramaticalização.

Não é difícil perceber-se que, nessa convivência de contradições entre tese e antítese, e mesmo na contradição entre o caráter linear (sintagmático) e o caráter simultâneo (paradigmático) de itens, é que justamente repousa o sutil equilíbrio do sistema de formas de uma língua, homogênea para efeito investigativo, no "corte" sincrônico antes metodológico do que real ou factual, porém perenemente a emergir do equilíbrio diacrônico entre sua origem (seu passado) e seu vir-a-ser, e entre esse seu mesmo sistema universal, ideal, e a sua realidade concreta, sua gama de variantes, realizada, discursiva, em contínua mudança e nem sempre "ideal", mas muitas vezes, nas palavras de Hegel acima, "o resultado nu [,que] é o cadáver que deixou atrás de si a tendência". Há uma luta, portanto, entre o concreto (nas palavras de Hegel, “resultado nu”, “cadáver”) e o ideal ou abstrato (“todo efetivo”).

Joaquim Mattoso Câmara Jr. concatena as noções acima expostas no que tange, especificamente, ao conceito de "língua", lendo e interpretando criticamente os conceitos de "estrutura" e "sistema", imbricados da noção de entidades abstratas (observe-se que Mattoso utiliza, até mesmo, o vocábulo “espírito” para descrever onde essa abstração se processa):

ESTRUTURALISMO - Propriedade que têm os fatos de uma língua de se concatenarem por meio de correlações e oposições [...], constituindo em nosso espírito uma rede de associações ou ESTRUTURA. É por isso que se diz ser a língua um SISTEMA.

Trata-se, entretanto, de uma estrutura dinâmica, para servir às mais variadas e inesperadas necessidades da comunicação, e que nunca é cabal, mas sempre está em elaboração. O caráter dinâmico e o caráter incompleto da estrutura linguística é que explicam não só as irregularidades e a exceção, no plano da sincronia, mas também as mudanças³⁶ linguísticas. [...]

³⁶ Aqui, aparece mais uma vez a distinção, nesta tese, entre as transformações ocorridas no plano da sincronia, ainda não nomeadas por Mattoso, e sua oposição, as "mudanças", que, pois, só podem, no contexto, circunscrever-se ao plano da diacronia, em perfeita consonância com a distinção apresentada para os estudos pancrônicos de que a gramaticalização precisará valer-se.

Uma gramática compreensiva tem de levar em conta a propriedade do estruturalismo da língua que ela descreve. [...] (CÂMARA JR. 1965, p. 169. Os versaletes são originais; os grifos são nossos).

Na seção “5.1 Discurso, texto, Gramaticologia e Gramaticografia: definições, relações e objetos de estudo”, trataremos de esboçar noções relativas à técnica gramaticográfica pelo viés da gramaticalização e sua antinomia de linearidade unidirecional [concreto] > [abstrato] e de concomitância de formas-fonte/formas-meta. O que Mattoso acima chamou de "gramática compreensiva" será chamado por nós de *gramática reflexiva*, e demonstraremos que, no fundo, nossas premissas e metas parecem idênticas. Essa nossa preocupação se dará, além de na aludida seção, em que enfatizamos a peremptoriedade do método estruturalista para a fatura de gramáticas normativas, mesmo as "compreensivas" ou "reflexivas", também nas seguintes outras: “5.2 Interlúdio de alguns conceitos básicos: interação, comunicação, linguagem, palavra, sentido, língua, atos de fala, discurso e texto (escrito)”; “5.3 Discurso e texto: o texto como objeto da Gramática”; “5.4 Adendo metodológico: resposta a Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau”; “5.5 O texto: seus critérios e fatores segundo graus relativos de gramaticalização”; “5.5.1 Alguns modos ou tipos (protótipos) de organização textual: obediência a certo grau de gramaticalização (rigidez formal-funcional)”.

Husserl (que foi influenciado por Hegel e, por sua vez, também influenciou Saussure) aprofundou-se na *fenomenologia* trazida à luz por Hegel e elevou-a à ontologia. Em sua obra *Investigações Lógicas (elementos de uma elucidção fenomenológica do conhecimento)*, de 1902, com a qual Wittgenstein, precursor da Pragmática, dialoga (em suas *Investigações Filosóficas*³⁷, publicadas postumamente em 1953), Husserl também via a dualidade entre uma parte fisicamente apreensível e outra abstrata e psíquica, e discorreu inúmeras vezes sobre como essa dualidade se embrenha, em certos momentos, redefinindo e reelaborando permanentemente cada elemento de seu par constitutivo, tal qual o fizera Hegel.

Um pouco adiante, traremos à discussão palavras *ipsis literis* de Husserl, na sua contribuição em relação à dualidade específica entre "matéria" e "forma" dos elementos gramaticais (Husserl, entre outras preocupações filosóficas, deteve-se também especificamente sobre o pensamento, a razão, a intuição e a gramática), a

³⁷ Haja vista o paralelismo dos títulos das duas obras.

fim de iniciarmos as discussões acerca da gramática tradicional normativista (compêndio repositório de itens abonados pelos falantes conhecedores do idioma padrão ou de chancelaria, e outras nomenclaturas sucedâneas). Partiremos, então, à acepção de gramaticalização, que abarca a ideia de constante processo e reelaboração, no âmbito da substância, que se reflete, incessante, no âmbito da forma, da estrutura ou do sistema da gramática em si mesma (para utilizarmos uma locução presente em Hegel e em Sapir).

Com efeito, no seguinte trecho, Sapir parece esboçar indagação que remete à necessidade de uma visão mais abrangente (e ainda não existente) de língua e gramática do que a empreendida na tradição gramatical. Não, ao que poderia parecer à primeira vista, tratando de uma suposta "gramática funcional", como elaboraram eminentes estudiosos, mas uma gramática que, no estudo formal, estrutural, acate as flutuações conceituais, e não apenas categóricas, no que nos soa como uma primeira aspiração (e a um só tempo definição) do que proporemos tratar-se da Teoria Geral da Gramaticalização:

Este sentimento de forma considerada em si mesma, expandindo-se livremente segundo linhas determinadas, e grandemente inibido em certas direções por falta de moldes preestabelecidos, deveria ser mais claramente compreendido do que parece ser. Só um exame geral de diversíssimas espécies de línguas nos dá a perspectiva adequada a tal respeito. (SAPIR, 1980, p. 55)

Hegel, mais uma vez, assim se expressa, estabelecendo a necessidade de convivência de oposições, convivência que, por certo prisma, era de conhecimento desde a Idade Média sob a chancela do *complexio oppositorum* e que, posteriormente, no "princípio do terceiro incluído", Freud, por exemplo, quis explicitar:

O começo da cultura e do esforço para emergir da imediatez da vida substancial deve consistir sempre em adquirir conhecimentos de princípios e pontos de vista *universais*. Trata-se inicialmente de um esforço para chegar ao pensamento da Coisa em geral e também para defendê-la ou refutá-la com razões, captando a plenitude concreta e rica segundo suas especificidades, e sabendo dar uma informação ordenada e um juízo sério a seu respeito. Mas esse começo da cultura deve, desde logo, dar lugar à seriedade da vida plena que se adentra na experiência da Coisa mesma. Quando enfim o rigor do conceito tiver penetrado na profundidade da Coisa, então tal conhecimento e apreciação terão na conversa o lugar que lhes

corresponde. (HEGEL, 1807, p. 126, traduzi, os itálicos são originais; sublinhei³⁸)

Podemos retornar agora à discussão que havíamos apenas estabelecido, buscando-lhe aprofundamento mercê das palavras esclarecidas anteriormente em Hegel.

Diferentemente da dialética de Platão, como frisamos (ao lado de outras dialéticas, que ora não convém mais que venham à discussão), Hegel concebia que a tese e a antítese, não postas em lados estanques, mas atuando em contrapeso e em cooperação, e sobretudo em interferências recíprocas incessantes, criavam a síntese, que não flui na pureza do "ideal", para usar terminologia platônica, nem na rudeza do "simulacro" (dentro da mesma terminologia), mas consiste em fazer conviver essa contradição a todo instante, numa síntese. O "pensamento" e a "vida plena", a que alude o trecho acima, pertencem aos polos respectivos do "ideal" e do "simulacro" platônicos. Mas, em Hegel, a "vida plena", como se pode ler, "se adentra" no "pensamento" e assegura a equação desse adentrar-se, encontrando sua égide na síntese, como dissemos, ou "[n]o lugar que lhes corresponde", mutuamente influenciados e refeitos, o plano do "conhecimento e da apreciação" ou, em suma, o plano do "Espírito".

Assim, o próprio "tempo", como frisamos em outro trecho apresentado de Hegel, possui uma fenomenologia do espírito (*Geist*), que o faz ser, simultaneamente, um registro do início ou origem ou nascimento (do alemão *Geburt*) e uma contínua transição (do alemão *Übergangs*) com o vir-a-ser de um novo período (do alemão *Periode*). E, no equilíbrio continuamente transformado desses opostos dialéticos, existe um "tempo" que pode ser descrito sempre com suas marcas de nascença (passado) e sua dinâmica apontando para o devir (futuro); um tempo em que, na língua, revela o que pode ser descrito como homogêneo, embora

³⁸ Der Anfang der Bildung und des Herausarbeitens aus der Unmittelbarkeit des substantiellen Lebens wird immer damit gemacht werden müssen, Kenntnisse allgemeiner Grundsätze und Gesichtspunkte zu erwerben, sich nur erst zu dem Gedanken der Sache überhaupt heraufzuarbeiten, nicht weniger sie mit Gründen zu unterstützen oder zu widerlegen, die konkrete und reiche Fülle nach Bestimmtheiten aufzufassen, und ordentlichen Bescheid und ernsthaftes Urteil über sie zu erteilen zu wissen. Dieser Anfang der Bildung wird aber zunächst dem Ernste des erfüllten Lebens Platz machen, der in die Erfahrung der Sache selbst hineinführt, und wenn auch dies noch hinzukommt, daß der Ernst des Begriffs in ihre Tiefe steigt, so wird eine solche Kenntnis und Beurteilung in der Konversation ihre schickliche Stelle behalten.

embrenhado entre as heterogeneidades da "vida plena", tanto do ponto de vista diacrônico (as mudanças), quanto sincrônico (as variações).

Portanto, conquanto precisemos recorrer inúmeras vezes a linguistas, como muitos dos mencionados acima, é preciso deixar explícito que esse recurso se dá apenas na medida em que esses estudiosos lançaram bases para investidas próprias de língua, criando as antíteses necessárias à consubstanciação do tipo de equilíbrio em que essa língua mora, habita, onde a língua é, não nos interessando, deles, aprofundamento nas contribuições empreendidas em relação à linguagem em toda a sua vasta extensão, a despeito de sabermos de sua inestimável importância a outros pesquisadores.

Wittgenstein é reconhecido pelos analistas da Pragmática como um dos fundadores dessa disciplina (do ponto de vista linguístico, não meramente filosófico), com seu livro *Investigações Filosóficas*³⁹, em três parágrafos da obra (que, como sabemos, foi toda escrita em parágrafos, como forma de adotar – e homenagear – o método eleito por Spinoza e Husserl, este último em suas *Investigações Lógicas*⁴⁰, como vimos). O autor austríaco admite explicitamente que, ao lado da peremptoriedade da observação da linguagem como uso (*pragmata*, *πραγμαθα*, em grego; *Gebrauch*, em alemão), ou os “jogos da linguagem”, em outra de sua sucedânea terminologia, deve haver, subjacentes a todos os “jogos”, ainda que disfarçados, regras, sistematizações, um “ideal”, que podem ser interpretados como a *langue*, uma vez que se trata da parte homogênea e sistematizável da língua, ou, ainda mais especificamente, a sua gramática (sistema gramatical ou gramática *lato sensu*), como elemento que, antes de tudo, codifica e decodifica uma língua específica, resgatando e registrando suas regras de funcionamento interno e exprimível.

Esse conceito de gramática admitido por Wittgenstein nos parece muito próximo a parte do conceito mesmo que proporemos para a gramaticalização como teoria geral. Vai-se do concreto do discurso para o abstrato da gramática *lato sensu* (sistema gramatical) e, daí, para o abstratíssimo da gramática normativa, prescritiva

³⁹ Obra considerada como arquitepo por estudiosos do discurso como os próprios Levinson, Charaudeau, Maingueneau e outros.

⁴⁰ Observe-se a intertextualidade de homenagem na própria semelhança dos títulos das obras, de que já falamos.

ou padrão, como se prefira chamar, residindo, na síntese desse "arquijogo da linguagem", a Língua em si.

Repare-se que Wittgenstein, no § 373, coliga intrinsecamente a acepção de "gramática" à de "coisa", ecoando Hegel, como vimos acima. Parecer-nos-ia que, pela Teoria Geral da Gramaticalização, a "Coisa" hegeliana é, antes, a gramaticalização, tendo, em um de seus opostos dialéticos, a gramática normativa. Wittgenstein, ao falar em gramática, parece estar, entretanto, agasalhando também o outro conceito de gramática, ou o *lato sensu*, o qual indicamos como partícipe da Teoria Geral que defendemos nesta tese. Por outro lado, ao comparar "gramática" a "ideal" (no § 103), ele parece, mesmo, estar-se reportando à gramática *stricto sensu*, ou prescritivista, que cria pano de fundo ou antítese à tese da concretude do mundo.

Assim diz ele:

§ 371. A essência está na Gramática.[...]

§ 373. É a Gramática que nos diz que espécie de objeto uma coisa é.

§ 103 O ideal está instalado definitivamente em nossos pensamentos. Você não pode se afastar dele. Deve voltar sempre a ele. Não há nenhum lá fora; lá fora falta o ar. – De onde vem isso? A ideia é como os óculos assentados sobre o nariz, e o que vemos, vemos através deles. Nem nos ocorre a ideia de tirá-los (WITTGENSTEIN, 1999).

Wittgenstein é, sem dúvida, um dos mais importantes pensadores do século XX. Muitos são os filósofos e cientistas que não hesitarão em responder que se trata do mais importante entre todos os pensadores do século XX, incluindo-se os que lidaram com economia, poder, sociedade e mesmo "ciências exatas ou naturais". Esse juízo se dá na medida em que foi ele que transformou de modo mais incisivo o paradigma filosófico vigente até então, em várias (talvez em todas as) searas do conhecimento humano, uma vez que, por preocupar-se com a linguagem e realinhar-lhe certos componentes epistêmicos, e pelo fato de o pensamento todo ocorrer *na, pela e para*⁴¹ a linguagem, todo o pensamento acabou tendo de, por um prisma muito evidente, ser reavaliado e repensado. À maneira de um alfabeto que, de súbito, recebesse uma nova letra em sua composição, sobretudo (mas essa nem é condição imprescindível) se essa letra vestisse graficamente um fonema (não um

⁴¹ Já que todo pensamento, mesmo o de uma "ciência exata ou da natureza", não ganhará fôlego de vida se não puder ser expresso, ainda que em linguagem formalizado-matemática, em linguagem compreensível (mesmo que a certos domínios discursivos). Daí podermos afirmar que todo pensamento ocorre, também, para a linguagem, tendo-a (a expressão) como seu objetivo ou finalidade a ser alcançado, tanto quanto o seu próprio conteúdo.

mero fone) que tampouco existisse no quadro fonemático daquela língua. Tal foi, metaforicamente, a contribuição de Wittgenstein à filosofia da linguagem e, portanto, à filosofia total e à ciência em geral a partir de suas concepções *sobre* a linguagem. Sua preocupação resumia-se a entender os paradoxos da linguagem e suas correlações com as regras e os jogos aí embutidos. Essas noções wittgensteinianas de “regra”, “jogo”, “linguagem”, “essência” aparecem sinopticamente no comentário abaixo:

Uma das causas da confusão filosófica, defendia ele [Wittgenstein], era a suposição de que toda linguagem funciona da mesma maneira – a ideia de que as palavras simplesmente nomeiam as coisas. Ele queria demonstrar para os leitores que havia muitos “jogos de linguagem”, diferentes atividades que executamos usando palavras⁴². Não há uma “essência” da linguagem, nenhuma característica comum que explique toda a gama de seus usos.

Se vemos um grupo de pessoas relacionadas umas às outras, como em um casamento, seremos capazes de reconhecer os membros da família a partir de semelhanças físicas entre eles. Isso é o que Wittgenstein queria dizer com “semelhança de família”. Desse modo, você deve parecer um pouco com sua mãe – talvez tenha o mesmo cabelo e a mesma cor dos olhos – e um pouco com seu pai – são magros e altos. Talvez sua irmã também tenha a mesma cor de cabelos o mesmo formato de olhos que você, mas a cor dos olhos pode ser diferente da dos seus olhos e da sua mãe. Não há uma única característica compartilhada por todos os membros da família que torne imediata a identificação de todos eles como parte de uma mesma família aparentada geneticamente. Em vez disso, há um padrão de semelhanças sobrepostas, ou seja, alguns membros da família compartilham algumas características, enquanto outros compartilham outras. Esse padrão de semelhanças que se sobrepõem é o que interessava a Wittgenstein. Ele usava essa metáfora de semelhança de família para explicar algo importante sobre como a linguagem funciona.

Pense na palavra “jogo”. Há várias coisas diferentes que chamamos de jogos: jogos de tabuleiro como xadrez, jogos de carta como bridge e paciência, esportes como futebol etc. Também há outras coisas que chamamos de jogos, como jogo de esconde-esconde ou jogos de faz de conta. Muitas pessoas acham que pelo fato de usarmos a mesma palavra – “jogo” – para se referir a todos esses, deve haver uma única característica que todos tenham em comum, a “essência” do conceito de “jogo”. Mas, em vez de simplesmente assumir que haja tal denominador comum, Wittgenstein nos pede para “olhar e ver”. Podemos achar que todos os jogos têm um ganhador e um perdedor, mas e o jogo de paciência, ou a atividade de jogar uma bola no muro e pegá-la em seguida? Ambos são jogos, mas obviamente não há perdedor. E que tal a ideia de que todos tenham regras? Porém alguns jogos de faz de conta não parecem ter regras. Para todas as características que possivelmente sejam comuns a todos os jogos, Wittgenstein dá um contraexemplo, uma atividade que é um jogo mas não parece compartilhar da “essência” sugerida a todos os jogos. Em vez de pressupor que todos os jogos têm uma característica em comum,

⁴² Por isso, os atos de fala, de Austin e Searle, sobretudo os performativos, da Pragmática, são tributários do arquiteito de Wittgenstein. Falaremos neles no capítulo 5, seção 5.2.

ele acredita que deveríamos ver palavras como “jogo” em “termos de semelhança de família”. (WARBURTON, 2013, p. 219-220)

Como vemos, Wittgenstein, ao questionar, em relação à linguagem, a noção de “regra” e de “essência”, propondo, como substituição, a noção de “jogos de linguagem”, aponta para a radicalização da importância de se “olhar e ver” o que se dá em cada “família” específica, o que acontece em cada caso específico (a atividade discursivo-pragmática), aparentemente imprevisível, não necessariamente dotado de regras, nem de uma metafísica e quase teológica “essência”. Wittgenstein, aqui, em suas *Investigações Filosóficas*, revela especial esforço de retificação à sua própria obra anterior, o *Tractatus Logico-philosophicus*, de 1922, baseado na noção agostiniana de nomeação ostensiva. “Wittgenstein nos incentiva a ver o uso da linguagem como uma série de atividades associadas à vida prática dos falantes”⁴³. (WARBURTON, 2012, p. 221, sublinhei).

No entanto, longe de afastar a noção de gramática – como pode parecer à primeira vista –, ele textualmente afirma, como vimos e sentimos necessidade de reiterar:

§ 371. A essência está na Gramática.[...]

§ 373. É a Gramática que nos diz que espécie de objeto uma coisa é.

§ 103 O ideal está instalado definitivamente em nossos pensamentos. Você não pode se afastar dele. Deve voltar sempre a ele. Não há nenhum lá fora; lá fora falta o ar. [...] (WITTGENSTEIN, 1999, sublinhei).

Isto é, embora as “famílias”, seguindo a metáfora da confraternização do casamento, proposta por Wittgenstein, sejam diferentes umas das outras, há, para apropriar-se do termo aristotélico, categorias, ou protótipos, para usar o termo mais fluido da Linguística Cognitiva, que acata protorregras (ou o “ideal” de seu § 103) a todas elas, aquilo que permite que possamos identificá-las e identificar membros dela: cor dos cabelos, olhos, altura, compleição etc. Sem esses elementos prévios, “ideais”, “gramaticais”, “sistêmicos”, não há como pensar em “famílias”, em “membros de famílias”, em “línguas” X, Y ou Z. Não há comunicação. Toda variante linguística, toda concepção discursiva, todo registro precisa de elementos compartilhados a fim de ser comunicado. A própria ausência de regras é uma regra (e, aliás, há que perguntar se realmente existe algum jogo, mesmo o de faz de contas, a que alude Warburton, que realmente funcione, se quiser ser comunicado,

⁴³ Mais uma vez observamos os atos de fala subjacentes em sua teoria seminal.

na total ausência de regras). Essas regras são a gramática de cada língua (os as gramáticas de cada domínio discursivo), imprevisível, sim, em seu “jogo de linguagem” (discurso), cujas regras são flutuantes, e, em alguns casos, até questionáveis ou aparentemente inexistentes; mas, no fundo, são “ideais” (mais do que simples “regras”) imprescindíveis para que identifiquemos os “membros da famílias”; e nos dizem que espécie de objeto uma coisa é.

Para dar um exemplo, a Língua Portuguesa do Brasil, em alguns domínios discursivos, opõe exclusivamente, em termos de conjugações número-pessoais verbais, EU a NÃO EU, em vez das normativas pessoas gramaticais EU, TU, ELE/VOCÊ, NÓS, VÓS, ELES/VOCÊS.

É a velha dicotomia SUJEITO / OBJETO voltando à cena.

Assim, em alguns registros, tanto na modalidade oral quanto escrita, pode-se encontrar:

EU BEBO

*TU BEBE

ELE / VOCÊ BEBE

*NÓS BEBE (cf. A GENTE BEBE)

*[VÓS BEBE]

*ELES / VOCÊS BEBE

Conjugar-se um verbo assim é, de qualquer forma, uma regra. Trata-se de uma conjugação. Trata-se de uma gramática. Há um sistema gramatical por trás desse funcionamento verbal. Um falante pertencente a esse domínio apontará como errado (algo que os próprios “gramáticos prescritivistas” não fazem ao lidar com seus objetos de estudo) se algum de seus membros falar: *EU BEBE, ou *EU BEBERAM. Mas está de acordo com essa gramática dizer *ELES BEBE, já que ELES, como todas as demais pessoas, exceto EU, é simplesmente NÃO EU. Em *EU BEBE, desobedeceu-se à gramática daquele domínio discursivo, em que o EU e o NÃO EU precisam ser deliberadamente delimitados como espaços subjetivo-objetivos distintos.

Essa distinção, não necessariamente dicotômica, entre o público e o privado, ou o pensamento e a comunicabilidade, faz-se notar no par dialético “autonomia” (literalmente “lei que nasce por si mesma” ou “de dentro para fora”) e “heteronomia” (literalmente “lei que nasce de outro”, ou “de fora para dentro”). Esses conceitos metonimizam a própria linha-mestra da distinção que Marcuse, sempre seguindo os

pensamentos de Marx e Freud (o coletivo ou comum e o individual ou psicológico), opera entre cultura e civilização. Diz-nos ele que:

Na discussão tradicional, existe ampla concordância em que a relação entre os fins culturais e os meios factuais não é (e não pode ser?) uma coincidência, e que raramente é, de qualquer modo, uma relação de harmonia. Essa opinião expressou-se na distinção entre *cultura* e *civilização*, segundo a qual “cultura” se relaciona com uma dimensão superior da autonomia da realização humana, enquanto “civilização” indica o reino da necessidade, do trabalho e do comportamento socialmente necessários, dentro do qual o homem não é efetivamente ele mesmo, nem está em seu próprio elemento, mas sim submetido à heteronomia, às condições e às necessidades exteriores. (MARCUSE, 2001, p. 72, os itálicos são originais; sublinhei)

E, esquematicamente, arremata:

Quadro 1- Civilização e Cultura segundo Marcuse

Civilização	Cultura
Trabalho material	trabalho intelectual
Dia de trabalho	Dia festivo
Trabalho	Ócio
Reino da necessidade	Reino da liberdade ⁴⁴
Natureza	Espírito (Geist)
Pensamento operacional	Pensamento não operacional

Fonte: MARCUSE, 2001, p. 73.

Já que a língua é pública, heterônoma, e não um espaço-tempo privado, puramente autônomo, ela sempre carecerá de regras. Ela está, para usar os termos expostos por Marcuse, no campo cultural, mas também no campo civilizatório. Ela não é apenas liberdade (expressiva), mas também necessidade (comunicativa). Por isso, a premência de haver regras que permitam, a par da liberdade expressiva, o fluxo da necessidade comunicativa que ela porta em si mesma, como instância cultural-civilizatória que é.

⁴⁴ Esse “reino da liberdade” proveniente da cultura foi o que ensejou o interesse de Bakhtin na ideia de carnavalização textual-discursiva, e sua busca por todas as festas e manifestações culturais não hegemônicas.

É necessário intervir aqui sobre alguns pontos. Os agrupamentos humanos e as inter-relações promovidas dentro deles sempre foram objeto de distinções categóricas que, em alguns casos, opunham pares por uma perspectiva de hierarquia, até mesmo, qualitativa. Nota-se com frequência a distinção aqui apontada por Marcuse, qual seja a que se dá entre cultura e civilização, podendo-se crer, num primeiro perlustrar, que a civilização seria supostamente superior à cultura, porquanto aquela mais organizada e técnico-tecnológica do que esta última. Do mesmo modo, distingue-se, amiúde (distinção, aliás, cronologicamente muito anterior), natureza de cultura⁴⁵, colocando-se, ora, nesta última, suposta primazia em relação àquela primeira, evocando-se os mesmos argumentos utilizados quando a cultura se poria sob a égide da civilização: o desenvolvimento técnico-tecnológico.

No entanto, e é esta a ressalva de que falamos, não se trata do ponto de vista que Marcuse espousa. Nem tampouco fazemos nós. Quando opomos cultura a civilização, *descrevemos* – termo que os próprios cientistas da linguagem, os linguistas, tanto gostam de utilizar – diferenças, “variações”, talvez metaforicamente, existentes dentro de um mesmo grupo social, regido por mecanismos cuja meta é a troca – o âmbito público, de que a língua participa.

Assim, que fique claro que Marcuse não hierarquiza a civilização à cultura, mas apenas reconhece a dicotomia/dialética necessária de caracteres heterônomos para a civilização e de caracteres autônomos para a cultura (e, para esta última, igualmente heterônomos, segundo o ponto de vista de Benveniste, opondo-a a natureza). E reconhecemos, ainda, que o ser humano inserido nas modernas sociedades precisa das competências textual-discursiva, léxico-gramatical e ainda pragmática, numa metonímia, competências pertencentes a ambas as esferas.

A propósito, se nos fosse permitido hierarquizar qualitativamente cultura e civilização, poríamos a civilização abaixo da cultura, uma vez que a civilização é um subconjunto (porquanto mais específica e restrita), de que a cultura é conjunto (porquanto mais genérica e abrangente). Isto é, o ser humano, uma vez vivendo de modo gregário, terá obrigatoriamente cultura, mas não obrigatoriamente civilização. Por esse mesmo prisma (repare-se que, como sempre alertou Saussure, um dos motivos pelo qual o seu estruturalismo é tão caro à Antropologia, “o ponto de vista é

⁴⁵ Benveniste, por exemplo, remete-nos frequentemente à ideia de que o ser humano só se consubstanciou como tal a partir do instante em que opôs natureza a cultura, estando, neste último âmbito (o cultural), a sua essência humana.

que antecede o objeto”), indo *ab ovo*, dentro do possível razoável e racional, e não iniciando a pesquisa *in medias res*, a natureza sobrepõe-se à cultura, uma vez que o homem, mesmo gregário, pode, ainda que precariamente, viver sem a cultura, a despeito da facilidade que ela proporciona à vida coletiva (e discordando momentaneamente de Benveniste), mas esse mesmo ser humano não pode viver sem a natureza. Quando mudamos o ponto de vista, deslocando-o do critério de desenvolvimento técnico-tecnológico e até antropológico a um ponto de vista mais físico (do grego, *Φυσις*), a suposta hierarquia simplesmente se inverteu.

Então, que fique claro que nem Marcuse nem nós (nem Marx, diga-se em tempo) consideramos a civilização como um estágio “superior”⁴⁶ da vida coletiva, e a cultura e a natureza como supostos estádios gradativamente “inferiores” desse mesmo *modus vivendi* e *operandi*. No entanto, descrevemo-las com a postura científica paradigmática: a observação e a descrição. Descritas, constatamos ou concluímos que a linguagem, que só se manifesta em línguas específicas, necessita do que, nesse sistema conceitual apresentado por Marcuse (q.v. a tabela), pertence à parte do que ele chancelou como “cultura”, mas precisa ir àquela esfera a que ele timbrou o apanágio de “civilização”. Nada mais próximo de nossa linha unidirecional básica da gramaticalização, em que um elemento sai do discurso (elemento autônomo e cultural, embora não exclusivamente) e caminha para a gramática (elemento heterônomo e civilizatório, embora não exclusivamente).

Discurso e gramática (ou sistema gramatical > gramática prescritiva; gramática *lato sensu* > gramática *stricto sensu*), embora elementos constituídos, pelo plano metodológico marcusiano e marxista acima exposto, colocam-se respectivamente nos paradigmas (não hierarquizados, reitere-se) de cultura e civilização. No entanto, discurso e gramática não gozam da prerrogativa de poderem ser expostos com clareza apolínea no que tange à cronologia. Essa clareza pode, sim, ocorrer no que toca à natureza, à cultura e à civilização, que, por lógica,

⁴⁶ Sabemos que Augusto Comte, com outras epistemes, hierarquizou as organizações sociais de acordo com estágios evolutivos, em sua famosa lei dos três Estados: o Estado Teológico ou fictício sendo o mais primitivo, e subdividido em animismo/fetichismo, politeísmo e monoteísmo (categorias que Freud, por exemplo, levou a criterioso estudo, entre outras obras, em seu *Totem e tabu* e em seu *Moisés e o monoteísmo*); a esse nível evolutivo se segue o Estado Metafísico ou Abstrato e, por derradeiro, chegar-se ia ao Estado Positivo, onde questões como causas primárias e finalidades necessárias, inexoráveis e derradeiras deixam de participar da agenda de discussões do povo e do governo.

surgiram exatamente nessa ordem cronológica. Mas falar em cronologia inconcussa quando se fala em discurso e gramática será, no mínimo, fugidio.

É claro que podemos imaginar que o discurso precedeu a gramática, assim como a oralidade precedeu a escrita. No entanto, pela percepção das sínteses, e deixando de lado a pretensão enorme e proporcionalmente estéril de se chegar à origem absoluta das línguas/discursos, há um moto-perpétuo incessante, já que o próprio discurso, cultural e autônomo, proveio, entretanto, da gramática, civilizatória e heterônoma⁴⁷. E vice-versa. O discurso enquanto tal, como atividade dinâmica, de usos e interações, para ser assim chamado, não precisou, antes, de alguma forma, de uma gramática bastante seminal, mas com engrenagens sistêmicas e sociais que permitissem que fosse chamada de gramática?

Se quiséssemos retroceder ao marco-zero efetivo desse par discurso/gramática, teríamos de imaginar uma língua adâmica, criada ao se evolverem os eflúvios do Éden, sem ter sido engendrada pela interação ativa de inúmeros indivíduos com interesses comuns e conflitantes, mas por um indivíduo mítico cujo sopro lhe pôs no cérebro e na boca uma gramática pronta e um discurso pronto. E mais, que essa gramática e esse discurso foram transmitidos a outros seres míticos que, também, nasceriam com os cérebros e os ouvidos prontos para receber e decodificar aquela gramática e aquele discurso. Cairíamos na tentação (com trocadilho) de imaginar que discurso e gramática nasceram exatamente juntos, porque um não se sustenta sem o outro, por um suposto influxo cosmogônico, como um *big bang* cerebral que deu origem quase instantânea a todas as formas de unidade e complexidade simultaneamente.

O paradoxo de tentar resolver o quê veio antes do quê se revela, portanto, ao menos até hoje, infrutífero e estéril, tal qual o paradoxo de se buscar saber o que veio antes, o ovo ou a galinha, paradoxo brilhantemente exposto na abertura de *Breve história do tempo: do Big bang aos buracos negros*, de Stephen Hawking (1984).

Bertrand Russell, professor de Ludwig Wittgenstein na Universidade de Cambridge, radicalizou também essa negação (estéril, segundo ele, no que, como

⁴⁷ Daí termos dito, entre parênteses, alguns parágrafos acima: “discurso (elemento autônomo e cultural, embora não exclusivamente) e caminha para a gramática (elemento heterônomo e civilizatório, embora não exclusivamente)” (sublinhei).

mostramos, concordamos) de se buscar o que veio antes de tudo, a “causa primitiva”:

O “padrinho” não religioso de Bertrand Russell foi o filósofo John Stuart Mill. Infelizmente eles não se conheceram, pois Mill morreu quando Russell ainda era bebê, mas ele exerceu grande influência no desenvolvimento de Russell. Ler a *Autobiografia* (1873) de Mill foi o que levou Russell a rejeitar Deus. Antes, ele acreditava no argumento da primeira causa. Esse argumento, usado por Tomás de Aquino e outros, afirma que tudo deve ter uma causa e que a causa de tudo, a primeira de todas as causas na cadeia de causa e efeito, deve ser Deus. Mas quando Stuart Mill fez a pergunta: “O que causou Deus?”, Russell percebeu o problema lógico do argumento da primeira causa. (WARBURTON, 2013, p. 201)

Em outra ocasião, o mesmo Russell, parafraseado e analisado pelo físico Stephen Hawkins, reafirma a tese que ele conquistou:

Um conhecido homem de ciência (segundo as más línguas, Bertrand Russell) deu uma vez uma conferência sobre astronomia. Descreveu como a Terra orbita em volta do Sol e como o Sol, por sua vez, orbita em redor do centro de um vasto conjunto de estrelas que constitui a nossa galáxia. No fim da conferência, uma velhinha, no fundo da sala, levantou-se e disse: “O que o senhor nos disse é um disparate. O mundo não passa de um prato achatado equilibrado nas costas de uma tartaruga gigante.” O cientista sorriu com ar superior e retorquiu com outra pergunta: “E onde se apoia a tartaruga?” A velhinha então exclamou: “Você é um jovem muito inteligente, mas são tudo tartarugas por aí abaixo!” (HAWKINS, 1984, p. 5)

Como vimos, Gardiner propôs possível solução para esse enigma: para ele a *langue* antecede a *parole* do ponto de vista estático, ao passo que a *parole* precede a *langue* do ponto de vista genético (GARDINER, 1951). No ponto a que chegamos, pode-se contestar se não se trata, mesmo que engenhosa, de solução fugidia e especiosa se se pretender voltar à “causa primitiva”.

Feitas essas ressalvas sobre natureza, cultura, civilização, busca metafísica e especulativa (e inóspita) da origem absoluta da linguagem (discurso ou gramática), voltamos à análise daquele caso que discutimos acima, onde há uma gramática específica que sistematiza apenas a oposição entre EU e NÃO EU, conjugando as desinências número-pessoais em reflexo a essa categoria ou protótipo de pensamento de certo domínio discursivo (cf. EU BEBO; *TU BEBE; ELE/VOCÊ BEBE; *NÓS BEBE (A GENTE BEBE); *ELES/VOCÊS BEBE).

Endereçamos a discussão, neste momento, ao ponto de vista ideológico, de instâncias de poder, algo que muitos linguistas evocam para apregoar suposto preconceito que haveria por trás da gramática, principalmente a escolar.

Pode-se alegar sobre EU BEBO, *TU BEBE, ELE BEBE etc.: “Neste caso específico, não são as regras do centro ou hegemônicas que se impõem, mas são regras periféricas ou não hegemônicas”. Poder-se-ia inferir ainda: “São regras de uma cultura, regras autônomas, e não regras de uma civilização, não sendo regras heterônomas”.

Será isso verdade? Cremos que tenhamos deixado claro que essa premissa é falsa uma vez que tenhamos explicitado o que entendemos como “civilização” e, sobretudo, como “gramática *lato sensu*”, ou “sistema de regras” imprescindíveis à comunicabilidade da esfera pública a que a língua pertence.

Aproximando-nos, como atitude científica, provisoriamente, da versão ideológica de centro/periferia, hegemônico/não hegemônico, percebe-se que sempre estamos lidando com regras, com gramáticas, com “ideais”, com necessidades (comunicativas), que, portanto, são, sempre, heterônomas, “civilizatórias”, ainda que provenientes de domínios discursivos distintos, centrais ou periféricos; são “ideais”, são gramáticas. A gramática escolar ou prescritiva é apenas mais uma delas. Se não seguirmos regras (centrais ou periféricas, reiteremos essa discussão ideológica por um instante para chegarmos ao cerne do que é a gramática), não haverá comunicação. Tratar-se-á de mero idioleto. “A linguagem é pública e requer meios publicamente acessíveis de se verificar se estamos fazendo sentido” (WARBURTON, 2013, p. 222). O “reino da liberdade”, que Marcuse ligou à noção de cultura, “liberdade” a que acrescentamos o adjetivo “expressiva” (“liberdade expressiva”), cessa a partir do momento em que o “reino da necessidade”, atrelado por Marcuse à noção de civilização, “necessidade” a que acrescentamos, por outro lado, o adjetivo “comunicativa” (“necessidade comunicativa”), impõe-se, sob pena de o indivíduo não adequado a este último “reino” tornar-se um eremita, um anacoreta. Um “livre” e “totalmente expressivo” indivíduo insular, cercado por oceanos de formas fluidas e por vagas que só fazem sentido para ele mesmo.

O que Wittgenstein queria mostrar com esse exemplo do diário⁴⁸ era que o modo como usamos as palavras para descrever nossas experiências não

⁴⁸ Quando ele analisa a hipótese de um indivíduo possuir seus próprios signos incompartilháveis, que só fizessem sentido para ele mesmo e mais ninguém. Wittgenstein, num de seus experimentos, escolheu um “S”, que ele marcava em seu diário cada vez que sentisse determinada sensação, que foi muito vagamente revelada, demonstrando a impossibilidade de uma “gramática particular”.

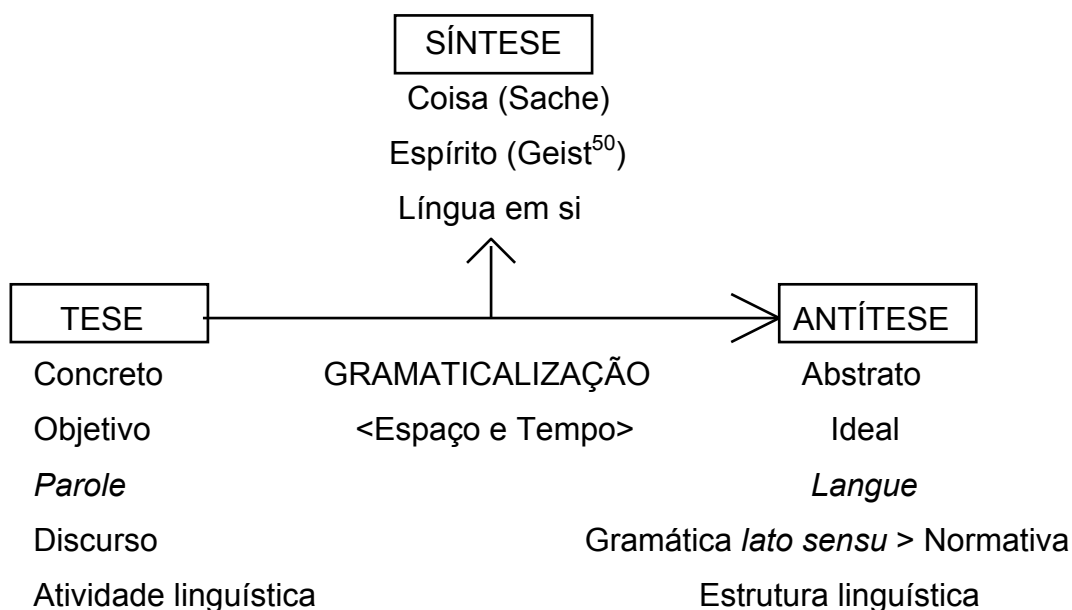
pode ser baseado em uma ligação privada da experiência com o mundo. Deve haver algo público em relação a ele. Não podemos ter nossa própria linguagem privada. Se isso for verdade, a ideia de que a mente é como um teatro fechado no qual ninguém pode entrar é um equívoco. Para Wittgenstein, portanto, a ideia de uma linguagem particular não faz absolutamente nenhum sentido. Isso é importante – e também difícil de entender – porque muitos filósofos antes dele pensavam que a mente de cada indivíduo era completamente particular. (WARBURTON, 2013, p. 223)

Voltando à alegoria wittgensteiniana da festa de casamento, onde famílias confraternizam, não nos seriam comunicadas as famílias de que cada membro faz parte se não dispuséssemos desses “ideais”, que são a “gramática”, e que tornam “pública” a comunicação das “semelhanças” identificáveis. É importante, como vimos, lembrar que Wittgenstein afastou a possibilidade de haver uma suposta “gramática do eu”, ou uma suposta “gramática particular”. Tudo é público em linguagem. Não se pode fugir disso. Retira-se um dogmatismo para cair-se em outro ou outros. Os jogos são imprevisíveis, estão na mente, mas a linguagem, por ser pública, necessitará, inevitavelmente, confluir num espaço também público, como numa ágora – “Não há nenhum lá fora; lá fora falta o ar” (§ 103). Isto é, o “ideal”, cuja “essência é a Gramática” (§ 371), é o que torna os “jogos de linguagem” possíveis, identificáveis, comunicáveis, por mais imprevisíveis e atrelados a usos diversos, heterogêneos e seguidores (ou não) de regras específicas a seus próprios funcionamentos. “É a Gramática que nos diz que espécie de objeto uma coisa é” (§ 373 sublinhei)⁴⁹.

Reaproximamo-nos de Hegel. Se a “Coisa” (*Sache*, em Hegel) é a língua em seu equilíbrio dialético e dinâmico, e a Gramática é o “que nos diz que espécie de objeto uma coisa é” (cf. Wittgenstein), pela perspectiva de seu “ideal” (cf. Wittgenstein), a gramaticalização □ ida do discurso à gramática (não apenas a normativa, mas mesmo a puramente sistêmico-funcional), do concreto ao abstrato □ nomeia esse equilíbrio dialético e dinâmico sobre o qual a “Coisa” se assenta ou que a língua, em si mesma, é e sintetiza.

⁴⁹ Consideramos de suma importância as reiteraões desses parágrafos de L. Wittgenstein, confrontados com o comentário de Warburton, para que se perceba a importância peremptória que mesmo ele, Wittgenstein, um dos mais radicais estudiosos da imprevisibilidade discursiva mercê do uso, concretizada a cada instante em atos irrepitíveis (atos pragmático-discursivos), e, repito, considerado por muitos um dos maiores filósofos do século XX, não apenas para os estudos da linguagem, mas por suas contribuições à filosofia como um todo, concedia à gramática e à sistematização necessária que ela propõe a fim de que se detectem elementos comunicáveis e descritíveis. Sem a gramática, ou com a “gramática individual”, para Wittgenstein, não haveria sequer jogos de linguagem, mas simplesmente falta completa de comunicação, vazio absoluto.

Fluxograma 4- Seta da gramaticalização segundo Hegel-Caetano



Fonte: Hegel-Caetano, 2014

Reitere-se que a língua de que falamos aqui não corresponde precisamente à *langue* saussuriana (tratamos do problema da tradução anteriormente), mas a uma síntese entre essa *langue*, que, por ser ideal e abstrata, estaria na polaridade do que, no diagrama acima, chama-se "Gramática" (ANTÍTESE⁵¹), e o que, nele, chamou-se "Discurso" (TESE), outra polaridade, que é concreto e objetivo, e que corresponderia à *parole* (e, em parte, como admitimos, à própria *langue*, naquele eixo em comum ou de interseção).

Ainda é de notar que, conquanto o diagrama acima não pretenda constituir totalmente a definição de gramaticalização, nem mesmo mediante o salto epistemológico que gostaríamos de empreender, o fato de ele se preocupar em

⁵⁰ Bréal (professor de Saussure e de Meillet), linguista que cunhou o termo "Semântica" em 1883, em artigo intitulado "Les lois intellectuelles du langage", publicado no L'Annuaire de l'Association pour l'encouragement des études grecques en France (segundo ULMANN, 1964, p. 17), tendo retirado a expressão, que em 1825 Reisig nomeara como "Semasiologia", do verbo grego σημαίνω, concede curiosa lição, em uma das obras lapidares sobre a semântica, seu *Ensaio de semântica*, publicado pela primeira vez em 1897, sobre o termo Geist: "No século XVII, Van Helmont, a partir de uma lembrança, mais ou menos presente, do neerlandês *gest*, "espírito", chama *gaz* os corpos que não são nem sólidos nem líquidos. (BRÉAL, 1992, p. 125)

⁵¹ Essa GRAMÁTICA abarca tanto a noção de "sistema gramatical" quanto a de "Gramática prescritiva", ou, respectivamente, gramática *lato sensu* e gramática *stricto sensu*.

representar a língua como correlata da "Coisa"⁵² sintetizada de Hegel, ele próprio deixa claro que é, sim, para a *langue* que o olhar do investigador, nessa gramaticalização expandida, deve voltar-se. A seta horizontal, no diagrama acima, sugerida por Wittgenstein e expressa por nós, indica que há uma LÍNGUA (em si) cujo equilíbrio (a seta vertical), entre dois extremos (tese e antítese), é, pois, dialético, perpassando variações (espaciais) e mudanças (temporais); isto é, assenta sobre um equilíbrio não estático, mas dinâmico, que é representado pela seta indicativa do movimento do concreto para o abstrato, do discurso para a Gramática.

Essa foi mais uma das razões (não a única, como veremos) pela qual incluímos, no capítulo 3, a Cinemática (Física dos Movimentos, que, em uma de suas equações, correlaciona precisamente as variáveis "distância" ou "espaço" com "tempo" e "velocidade") como necessária à elucidação de um nó que precisaria ser desfeito a fim de obterem-se matizes à Teoria Geral da Gramaticalização.

Devemos salientar, para encerrar esta **Introdução**, que o uso da metodologia básica de Hegel (tese > antítese = síntese) fora sugerido por estudiosos como Mattoso Câmara, Jespersen, Wartburg, Pagliaro e outros. No entanto, ao que tudo indica, esses (e outros) pesquisadores parecem ter lançado mão da útil metodologia para abarcar e deslindar problemas outros que não o por nós apontado. Assim, por exemplo, no seguinte trecho de Mattoso, em que ele, sempre judiciosamente, aponta os cientistas que lhe serviram de inspiração, aborda a questão (também importantíssima para a Teoria Geral da Gramaticalização) da pancronia, como síntese hegeliana da sincronia X diacronia. Observe-se, também, que Mattoso não deixa muito explícita sua posição no sentido de que deveria haver uma união maior entre os pontos de vista evolutivo e descritivo, a exemplo do que, como ele mesmo aponta, fizera Jespersen.

⁵² Benveniste, ao tratar criticamente da definição de Saussure sobre significante e significado, sugere a existência de um "terceiro" que fora deixado de fora, assim se manifestando: "Está claro que o recurso é falseado pelo recurso inconsciente e sub-reptício a um terceiro termo, que não estava compreendido na definição inicial. Esse terceiro termo é a própria coisa, a realidade". (Benveniste, 1976, p. 54). O que ele diz aqui é que, entre o significante e o significado, repousa o referente (coisa), havendo a tese (significante) indo à antítese (significado), sempre com uma síntese pairando por sobre ambos (o referente): trata-se de um caminho análogo (não idêntico) ao que traçamos para a ida da *parole* à *langue*, com a língua como coisa (hegeliana) ou síntese. Nesse caso, a maneira como os chamados mentalistas veem o processo cognitivo é mais próxima da nossa descrição. O triângulo de Ogden-Richards, por exemplo, contempla a síntese marcada pelo referente (a coisa).

17. Linguística pancrônica

Alguns linguistas contemporâneos põem em dúvida, como de início fizera Jespersen, a conveniência e as razões científicas para separar radicalmente o estudo linguístico evolutivo e descritivo. Mas a grande e predominante tendência é neste sentido de assim separá-los, como mostraram os debates do Sexto Congresso Internacional de Linguistas em 1948 (ASCIL). Isso não importa em considerá-los duas disciplinas isoladas.

Deve-se, ao contrário, admitir com Wartburg que eles se combinam para constituir uma linguística pancrônica, onde a verdade sincrônica e a verdade diacrônica, à maneira da oposição entre “tese” e “antítese” da dialética hegeliana, confluem numa síntese ampla [...] (CÂMARA JR.: 1959, p. 49)

1 UNIDIRECIONALIDADE DA TEORIA GERAL DA GRAMATICALIZAÇÃO: POR QUE DA DO DISCURSO À GRAMÁTICA PADRÃO?

Embora venhamos a empreender mais pormenorizadamente um estudo sobre a tradição gramaticográfica no Ocidente, desde sua fundação arqueológica (até onde os pesquisadores saibam), no capítulo em que nos aprofundamos na classe gramatical dos verbos (capítulo 4) e também nas seções 1.1 e 1.2, convém, aqui, por motivo de justificação, visualizar panoramicamente a História da chamada “Tradição Gramatical” (ou “Disciplina Gramatical”). Faremos isso para mostrar por que a gramática *stricto sensu*, ou escolar, ou padrão, ou normativa, ou pedagógica, ou até mesmo prescritiva, está no ponto extremo da linha da gramaticalização, constituindo, em relação ao discurso, uma antítese necessária à criação da síntese que, somente ela, descreve com fidedignidade a Coisa hegeliana ou a Língua em si hjelmsleviana e sapiriana.

Há outro compêndio pelo qual a língua deixa de ser abstrata mesmo em sua perspectiva de sistema de sistemas (cf. Saussure): o dicionário. Uma das maneiras pelas quais a gramaticalização se expõe é exatamente a saída de um item do inventário aberto (lexical, do dicionário) em direção ao conjunto de itens do inventário fechado (instrumental, da gramática). Foi esta a primeira definição de “gramaticalização”, de que se tenha notícia (Aristóteles definiu o fenômeno em linhas gerais, mas sem nomeá-lo), e que foi dada por Meillet. Todo o capítulo 2 desta tese será dedicado à exposição das definições de gramaticalização como empreendidas até aqui, para que possamos propugnar pelo salto epistemológico do fenômeno da gramaticalização como titular de uma teoria geral.

Por essa razão, sempre que observarmos a complementaridade entre o dicionário e a gramática, para trazer a língua de seu estatuto abstrato ao de entidade concreta, mesmo fora da atividade discursiva, e para traçar a linearidade básica da gramaticalização, a historiografia lexicográfica também será pesquisada por nós, neste mesmo capítulo. Francisco da Silva Borba esclarece o que por ora adiantamos:

1 Dicionário e gramática

A gramática e o dicionário são instrumentos pedagógicos de primeira linha; têm pontos em comum, mas não se superpõem. Diga-se primeiramente que o dicionário é o lugar do particular, do tópico, e a gramática é do genérico, das regras. O dicionário enumera palavras, a gramática enumera regras; o dicionário é um acervo de formas livres, a gramática contém um conjunto de regras que, aplicadas, mostram como a língua funciona. A gramática apresenta, de forma sistemática, um conjunto de regras de combinatoria dos constituintes da língua, em seus diversos níveis. Assim, em princípio, não compete à gramática dizer como se usa uma palavra, já que ela não se ocupa de palavras isoladas, mas de conjuntos ou classes de entidades que compõem o sistema linguístico. (BORBA, 2003, p.301-302)

Propomos, portanto, por esse viés, que, na Teoria Geral da Gramaticalização, a dicotomia não se baseie sobre o par *parole X langue*, ou *discurso X língua*. Isso porque a *langue* (língua) abarca, prioritariamente, a gramática *lato sensu*, tanto a particular (cf. Chomsky: sistema mentalizado e compartilhado pelo conjunto de falantes e ouvintes de uma língua específica, seu conjunto de sistemas e regras morfossintáticas), quanto a universal (cf. Chomsky: conhecimento linguístico inato ou faculdade inata de se falar uma língua)⁵³. Como vimos, esse estágio da gramática é intermediário à fase última da gramaticalização (trata-se da norma de Coseriu, que ele mesmo admite como “abstração intermediária”), fase esta que ultrapassa a gramática *lato sensu* e chega à gramática *stricto sensu*, ou padrão. E é com esta última que o discurso dialoga mais prolificamente para criar o equilíbrio dinâmico da Língua em si, coincidente com a sua síntese, que é onde a Teoria Geral da Gramaticalização se assenta para obter, pelo menos de modo mais claro, aparato descritivo colhido de material empírico sob a perspectiva de uma teoria.

Antes de iniciar o primeiro bosquejo sobre a tradição gramatical (aquela que se empenha sobre o padrão de uma língua), vale a pena tecer algumas considerações que, assim esperamos, serão comprovadas com a apresentação dos fatos históricos na seara linguística da Disciplina Gramatical.

A tradição da Disciplina Gramatical, ou melhor, a própria *tradição gramatical*, calca-se sobre o par filosofia / literatura, ou, ainda, pensamento (cognição) / literatura. De uma forma ampla, veremos que uma dessas duas posturas investigativas (ora a filosofia ou pensamento/cognição, ora a literatura) foi tomada, sempre, desde os antiquíssimos primórdios, para construir padrões idiomáticos, isto

⁵³ Por isso era uma gramática da Língua Portuguesa o sistema que simplesmente opunha EU a NÃO EU no sistema conjugacional de número-pessoa.

é, compêndios de língua exemplar, padronizada, normativa, escolar, centrípeta, prescritiva.

No que tange à contemporaneidade gramaticológica e gramaticográfica, poder-se-ia dizer que o amparo fornecido pela literatura prevaleceu em relação ao filosófico, embora haja casos pontuais em que a gramática continue sendo abordada sob o viés da filosofia⁵⁴. Mas não é isso o que se passa no que se refere à Disciplina Gramatical, cujo fito é fundamentar uma língua escolar ou padrão, e cujo *corpus* básico é a linguagem escrita padrão (centrípeta), encontrando na literatura (incluindo-se a artística) seus mais elevados píncaros. *Grosso modo*, apenas metonimicamente (e apenas neste primeiro momento, que em breve será desdobrado para implicações outras), podemos dizer que o par tese X antítese que açambarca a gramaticalização é o par língua falada X língua escrita, e que esse par remonta a datas anteriores muitos séculos ao estruturalismo⁵⁵.

Como veremos, seria ainda mais correto afirmar-se que a gramaticalização parte de uma concepção discursiva oral para uma concepção discursiva escrita⁵⁶. Isso como se percebe, amplia a própria definição inicial de “gramaticalização” empreendida por Meillet, em que apenas os dois compêndios *escritos* de língua se correlacionariam, com a ida de um item do *dicionário* para a *gramática*. Mas mesmo essa noção de ida da língua falada para a língua escrita é, tão somente, uma atitude investigativa momentânea. Não nos estagnaremos nela, embora queiramos, por ora, um aprofundamento na questão, para seguir um caminho em que ela própria, aprofundada, voltará a dialogar com questões maiores atinentes à Teoria Geral da Gramaticalização.

Então, trata-se de uma “projeção na tela”, usando a metáfora de Saussure-Coseriu, que, entretanto, não permanecerá parada, mas seguirá adiante para intercambiar-se com outras “projeções”.

⁵⁴ Como a gramática gerativa, as gramáticas funcionais, a abordagem que a Psicolinguística empresta à gramática, dentre tantas outras.

⁵⁵ O pós-estruturalismo se baseará exatamente, entre outros fatores, na inversão dessa primazia da fala sobre a escrita. Na chamada “metafísica da presença”, Derrida, evocando o “pai” (o escritor) que Sócrates por sua vez evoca em *Fedro*, alerta que o texto escrito foi de certa forma refutado pelo estruturalismo por não ter seu “defensor” (aquele que o escreveu) pessoalmente presente.

⁵⁶ Neste mesmo capítulo, um pouco adiante, Marcuschi explicitará isso em quadro extremamente claro.

Partimos, aqui, de uma reflexão acerca da suposta dicotomia entre fala e escrita, para, em seguida, analisar criticamente essa postura, apontar-lhe soluções provenientes de outras escolas ou perspectivas, e ver como tudo isso equacionado participa efetivamente da Teoria Geral da Gramaticalização.

Além desses dois princípios (da estruturação das línguas, e da primazia do sincrônico sobre o diacrônico), o estruturalismo adotou os princípios da primazia da fala sobre a escrita e do tratamento descritivo (= não normativo) dos fatos linguísticos. O princípio da primazia da fala sobre a escrita veio reverter a ordem que prevalecia nos estudos anteriores, em que se considerava a escrita como superior à fala. O enfoque descritivo se opôs ao enfoque normativo de toda a gramática tradicional, em que se considerava que o uso literário da língua era o único “bom”, o único correto, e que o uso popular era errado, e em que o estudo gramatical tinha o objetivo de preservar a língua literária da corrupção pelos falantes incultos. Numa abordagem descritiva, caberia ao linguista descrever todos os usos da língua sem emitir julgamentos de valor. (LOBATO, 1986, p. 87, sublinhei)

Embora muito já se tenha discutido (e ainda se vá discutir) sobre esse aparente apriorismo, mostrando-se-lhe os pontos frágeis e nem sempre discretos de início e término recíprocos, é sobre eles que, metonimicamente, a gramaticalização se baseia, se pudermos estender o conceito de fala (*parole*) ao de toda a atividade discursiva, inclusive a escrita quando concebida discursivamente (concepção discursiva) como parte do processo social de oralidade. Não é de todo correto afirmar-se que o estruturalismo preocupa-se com “os princípios da primazia da fala sobre a escrita e do tratamento descritivo (= não normativo) dos fatos linguísticos” (LOBATO, 1986, p. 87). Ao menos não modernamente, em que o pós-estruturalismo e o estruturalismo se imbricaram de maneira tal que, a bem dizer, constituem uma única perspectiva, múltipla, é verdade, de enfoque sobre a língua.

Além disso, a dinamicidade do discurso ampara tanto a fala quanto a escrita, tanto em seus meios de produção quanto em suas concepções, condições e domínios discursivos, e o método descritivista do linguista, pois, de “descrever todos os usos da língua sem emitir julgamentos de valor” (LOBATO, 1986, p. 87), visa à fala e à escrita, sem conceder a uma privilégio sobre a outra. O fato de observar a distinção entre esses modos de expressão (fala e escrita) não significa dizer que os linguistas, descritivistas, valorizem, atualmente, um ou outro, embora, naturalmente, haja os que se especializem num ou noutro. A respeito do “uso literário da língua”, a que Lobato atribui, acertadamente, a preocupação da gramática, trata-se de parte fulcral da tradição gramatical, de que nos ocuparemos, por isso mesmo, nas seções

“1.1 Sobre a língua escrita literária como empiria para a idealização da gramática prescritiva, polo derradeiro da gramaticalização” e “1.2 A tradição gramatical no Ocidente: baseada no pensamento (filosofia) ou na literatura?”.

Consideramos que esse “mito da presença” (da fala), usando o sintagma de Derrida, a que se reporta Lobato acima, já não mais faz jus à dualidade estruturalismo/pós-estruturalismo, tampouco ao *continuum* discurso > gramática = gramaticalização.

Tratando especificamente, ora, do pós-estruturalismo, razão por que evocamos Derrida, esse pensamento se comporta antes, e desde o início, muito mais fidedignamente a um ponto de vista que procura descrever o sistema interno e seu funcionamento com base em valores intercambiáveis e permutáveis (fincados na famosa dicotomia prototípica estruturalista, de centro/periferia, adotada para o ponto de partida de Derrida, em todas as suas implicações, inclusive, mas não prioritariamente, sociológicas), do que numa suposta gama de dicotomias que opõem “descrição” a “prescrição”, “usos” a “julgamentos de valor”, “correto” e “bom” a “incorreto” e todos esses estereótipos desgastados pela ferrugem do que confunde investigação, ciência, teoria e empiria com simples preconceito e dogmatismo, aparentemente revestidos de ideologia crítica.

A questão do “bem” falar e escrever (repare-se que a dicotomia suposta entre falar e escrever desaparece, já que, pela própria hipótese do “preconceito linguístico”, ambas as modalidades podem ser “boas” ou “más”) constitui base da tradição gramatical, sem dúvida. A gramática, se normativa, elege uma norma padrão, último ponto da gramaticalização, mas a gramaticalização, antes de chegar a essa norma (padrão), passa pelas outras normas de funcionamento interno, sistêmico, abstrato e social da língua. E, uma vez chegada à norma padrão, a flecha da gramaticalização não cessa de caminhar, pois o que é norma padrão hoje pode não sê-lo daqui a alguns anos: a gramaticalização prognostica esse fato. Pretendemos mostrar isso um pouco adiante.

No entanto, em vez de desprezar essa tradição (que se finca no idealismo abstrato da norma padrão), o que pretendemos empreender é reconhecê-la para dar guarida ao polo ideal a que a Teoria Geral da Gramaticalização caminha (a gramática prescritiva), sem descurar do polo antagônico em que a língua distensa, tanto falada quanto escrita (repare-se que a suposta dicotomia desaparece

novamente), apresenta-se como matéria empírica a fornecer os subsídios à teoria que faz a investigação da Língua em si brotar de uma síntese.

É necessária, não obstante, uma ressalva.

Embora tanto escrita quanto oralidade (fala) possam encerrar-se no conceito de discurso, a gramaticalização prototípica inicia-se, de fato, na oralidade (onde o próprio discurso, em sua complexidade, começa) e termina na escrita. Assim, embora a tese e a antítese sobre as quais a síntese da Teoria Geral da Gramaticalização se baseie seja DISCURSO > GRAMÁTICA, não se incorre em equívoco ao se perceber que esse par dialético se inicia na oralidade ou fala e termina na escrita, emergindo do equilíbrio dinâmico desse caminho a descrição da Língua em si pelo método da gramaticalização.

Isso ocorre porque a parte mais fecunda dos estudos do discurso se dá na oralidade ou fala (haja vista os estudos da Pragmática sobre atos de fala, de que trataremos no capítulo 5, seção 5.2), ao passo que os estudos sobre gramática (principalmente a escolar, ponto derradeiro da linha unidirecional da gramaticalização) privilegia o modo de expressão prototípico da escrita (de que trataremos nas seções 1.1 e 1.2).

Não constitui exagero, portanto, afirmar que a maioria dos linguistas empreende (ou inicia) seus estudos sobre a oralidade, de onde partem os estudos do discurso, ao passo que os gramáticos evidenciam a escritura; aliás, essas posturas (muitas vezes) radicais (e que *devem* ser motivadas por atitudes investigativas momentâneas, e não fixas) é que permitem que se entenda a gramaticalização como uma Teoria Geral, pois conduz de elementos do discurso (eminentemente do campo investigativo da Linguística) a elementos da gramática, o que a torna uma teoria autônoma, uma vez que não se encontra nem totalmente dentro da Linguística, nem totalmente dentro da Gramaticografia. Trata-se de uma teoria à parte, e não de um tratado inserido na Sociolinguística, para a qual a Gramaticografia, a Lexicografia e a Filologia não são ciências, nem técnicas, nem tecnologias constituintes.

Assim, reconhecemos que oralidade e escrita constituem, *grosso modo*, isto é, de maneira meramente estereotipada, os polos hegelianos de que a Teoria Geral da Gramaticalização se vale para construir-se. Muito embora a dicotomia verdadeira seja entre discurso e gramática, heterogêneo-imprevisível-atualizado-

concreto (discurso) e homogêneo-previsível-idealizado-abstrato (língua/gramáticas > gramática normativa).

Pretendemos mostrar, aqui, como ambas as visões equivalem (ou deveriam equivaler) antes a métodos ou a posturas investigativas, que privilegiam certo parâmetro de onde se parte (oral X escrito, ou discurso X *langue*/gramáticas), mas que devem intercomunicar-se, criando a síntese pela qual a Língua em si será, de fato, descrita. Com isso, o substantivo “descrição” (e seus sucedâneos gramaticais, como o adjetivo “descritivo”, o verbo “descrever”) perde muito de seu viés preponderantemente sincrônico, e a ele adjunge-se uma necessária flexibilidade investigativa – leia-se: a pancronia – que, com efeito, é a que permite a consecução da Teoria Geral (autônoma) da Gramaticalização.

Além disso, não se pode guardar aquele mesmo substantivo “descrição” exclusivamente para os fatos da língua oral, discursiva, comunicativa, uma vez que uma gramática normativa também descreve⁵⁷ e que, sobretudo, pela Teoria Geral da Gramaticalização, a equação dessas duas descrições, cada qual com seu método descritivo particular (embora gozando de aspectos em comum), sintetiza a descrição da própria *Língua em si*, que não existe (ou não é fidedignamente descrita) sem que se levem em consideração as suas instâncias comunicativas/intelectivas/afetivas/apelativas/psíquicas de uma forma geral, e não fragmentária.

Sobre a questão da fala e da escrita, Marcuschi (2001) apresenta perspectivas de estudo que observam a real inter-relação entre elas, sem, contudo, deixar de salientar que, nas civilizações onde a escrita penetrou, privar o indivíduo desse modo leva a inevitável processo de alijamento.

Dentre algumas perspectivas apontadas por Marcuschi para comparar fala a escrita, selecionamos as seguintes⁵⁸:

⁵⁷ Não é o caso de perguntarmos se a própria prescrição, baseada em tradições ora filosóficas ora literárias, não seria uma forma de descrição, a partir do momento em que, assim como os linguistas gerais, parte, igualmente, de *corpora* pré-selecionados?

⁵⁸ No capítulo 5, seção 5.2, traçaremos correspondentes que complementarão a visão de Marcuschi até aqui elaborada. Trata-se da Pragmática e suas áreas de interseção com outros campos investigativos da Linguística Geral e dos estudos de descrição da língua.

A perspectiva variacionista

Fala e escrita apresentam

língua padrão	variedades não padrão
língua culta	língua coloquial
norma padrão	normas não padrão

Notável nessa tendência é o fato de não se fazer uma distinção entre fala e escrita, mas sim uma observação de variedades linguísticas distintas. Todas as variedades submetem-se a algum tipo de norma. Mas nem todas as normas podem ser padrão, uma ou outra delas será tida como norma padrão. A decisão é muito menos linguística do que ideológica, postulam esses teóricos. (MARCUSCHI, 2001, p. 31, sublinhei)

Páginas depois, aponta outra perspectiva.

A perspectiva sociointeracionista

Fala e escrita apresentam

Dialogicidade
Usos estratégicos
Funções interacionais
Envolvimento
Negociação
Situacionalidade
Coerência
Dinamicidade

[...] essa tendência em direção à análise (crítica) do discurso⁵⁹ unida à investigação etnográfica poderia ser uma das melhores saídas para a observação do letramento e da oralidade como práticas sociais. Contudo, pode-se dizer que esta perspectiva, mesmo que livre dos problemas ideológicos e preconceitos das anteriores, padece de um baixo potencial explicativo e descritivo dos fenômenos sintáticos e fonológicos da língua, bem como das estratégias de produção e compreensão textual. (MARCUSCHI, 2001, p. 33)

A Teoria Geral da Gramaticalização, portanto, não percebe a escrita como superior à fala, tampouco a fala como superior à escrita. Considera-as independentes e, mais do que isso, interdependentes, e adota-as em conjunto (assim como o faz em relação à suposta dicotomia *sincronia X diacronia* sob a rubrica da *pancronia*).

Recorremos mais uma vez a Marcuschi, que parece deslindar a questão propondo que as modalidades de fala e escrita sejam estabelecidas sob a rubrica de “gêneros textuais” (veremos que o próprio adjetivo “textuais”, quando designador do conceito de “gêneros”, é passível de controvérsia, e muitas vezes substituído por um

⁵⁹ Observe-se como fala e escrita acabam ganhando o hiperônimo “discurso”, quando se observa a língua posta em uso, em interatividade e em dialogicidade.

quase correlato, qual seja o “discursivos”⁶⁰). Ele estabelece a distinção entre meio de produção e concepção discursiva, apontando que há gêneros que são prototípicos, ao passo que há outros que são mistos, se levarmos em conta as especificidades presentes na fala OU na escrita.

O quadro proposto por Marcuschi é o que segue:

Quadro 2- Meios de produção e concepções discursivas segundo Marcuschi

Gênero Textual	Meio de produção		Concepção discursiva		Domínio
	Sonoro	Gráfico	Oral	Escrita	
Conversação espontânea	X		X		a
Artigo científico		X		X	b
Notícia de TV	X			X	c
Entrevista publicada na <i>Veja</i>		X	X		d

Fonte: MARCUSCHI, 2001, p. 40.

Em seguida, ele explicita o quadro: “Os domínios ‘a’ e ‘b’ são prototípicos, ao passo que os domínios ‘c’ e ‘d’ são mistos e neles a produção e o meio são de modalidades diversas.” (MARCUSCHI, 2001, p. 40)

Dino Preti parece complementar a explicitação com o seguinte trecho:

Os meios de comunicação de massa tentam, hoje, uma maior aproximação entre a linguagem falada e a escrita e, por isso, a imprensa, o rádio, a TV e o cinema servem-se, quase sempre, de uma norma comum, intermediária, que satisfaz ao receptor, aproximando-se de sua linguagem falada e, por outro lado, não choca as tradições escritas, com obediência à ortografia oficial etc. Não podemos deixar de reconhecer que, em todas as épocas, muitos literatos aproveitaram em suas obras a linguagem popular e, se não o fizeram com mais frequência, no plano narrativo, onde a identificação entre o narrador e o escritor é mais imediata, pelo menos o tentaram na fala de suas personagens, criando um diálogo mais próximo da realidade oral. (PRETI, 1987, p. 62, os itálicos são originais)

Assim, a Teoria Geral da Gramaticalização abona a polaridade de posturas ou atitudes investigativas que, entretanto, dinamizam-se, e caminham do concreto do discurso (predominante no protótipo de atividades com meio de produção sonoro e

⁶⁰ Por essa razão, dedicamos uma seção a esse ponto: “5.5.2 Gêneros textuais – fronteira entre o discurso e o texto”.

concepção discursiva oral, embora não excludente das formas escritas de expressão, como vimos) ao abstrato da gramática ou da língua (predominante no protótipo de produtos > atividades com meio de produção gráfica e concepção discursiva escrita, incluindo-se as atividades orais apenas pelo fato de que os instrumentos gramaticais se aplicam a esse modo de expressão) (cf. BRONDAL, 1936⁶¹). Há a intenção de criar a multiperspectiva de que emergirá a síntese que, a rigor, é a única que factualmente descreve as instâncias intelectivas, comunicativas, representativas, afetivas, manifestativas, psíquicas, metalinguísticas, artísticas, cognitivas de um idioma.

Assim, não privilegiamos a escrita sobre a fala ou a fala sobre a escrita. Neste momento, o que cumpre salientar é que a própria etimologia da palavra “gramática”, de onde proveio “gramaticalização”, remonta ao radical grego que significa “letra”, o que, por silogismo, leva-nos à conclusão metonímica de que se está falando em escrita, já que a letra é o meio de produção da escrita, e não da fala.

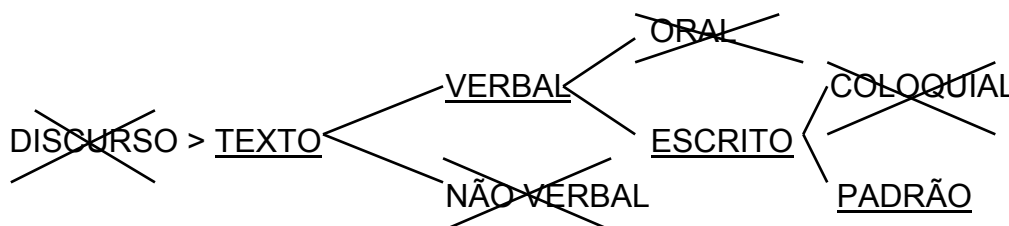
Desse modo, pressupõe-se, como pré-requisito, que, ao falar-se em gramaticalização, privilegie-se o ponto de vista da escrita como meta (a palavra usada em gramaticalização é exatamente forma-meta) ideal, sem que isso signifique que a fala foi marginalizada ou estigmatizada ou vítima de preconceito linguístico. Ainda sobre a raiz grega traduzida como “letra”, que gerou “gramática”, “gramaticologia”, “gramatização”, “gramatologia”, “gráfico”, “grafema” etc., ela aponta que a própria gramaticalização não pode abrir mão (embora não lide exclusivamente com eles) dos manuais a que se tem acesso a uma língua de forma abstrata, nem da constatação de que esses manuais são compêndios prioritariamente escritos e que colhem seus subsídios atentamente (mas não exclusivamente) da modalidade escrita: o dicionário e a gramática. E, perpassando esses manuais, o próprio texto em sua modalidade, também, escrita.

Assim como todas as ciências têm de selecionar seus objetos de estudo, e isso significa excluir partes que devem ser entregues a outros cientistas, a Gramaticologia elege ou privilegia, portanto, o texto verbal escrito padrão, sabedora de que há outras modalidades comunicativas que não este.

⁶¹ Na obra aqui citada, *Le français, langue abstraite*, Brøndal observa os mecanismos formais, estruturais e semânticos que descrevem a língua francesa, tratando-os, como sugere o título, como formadores de uma instância superior e abstrata, a língua.

Criaríamos o seguinte esquema, em que o elemento marcado com um X representa elemento que existe mas que, na atitude investigativa do gramático (normativista), não é ponto central, mas aparato investigativo crítico levado em conta para reflexões e conclusões mediante teoria e empiria unidas.

Fluxograma 5- Visão de texto pela gramática normativa segundo Caetano



Fonte: O Autor, 2014.

Os elementos “riscados” no esquema entrarão prioritariamente na atitude investigativa que se apuser ao momento do polo de onde se inicia a gramaticalização. Isto é, serão, sim, levados em consideração, e estudados com afincos por quem se predispõe a ver a gramaticalização como teoria autônoma. Porém, como se disse, devem ser excluídos numa outra atitude investigativa, numa outra “projeção”, igualmente importante à Teoria Geral da Gramaticalização, que é seu ponto de chegada, a gramática prescritiva. Isso parece comprovar que a gramática prescritiva é ciência, tanto quanto a Linguística, uma vez que seleciona seu *corpus*, excluindo *corpora* que não pode investigar, e, em cima do que foi previamente selecionado, empreende investigação descritiva pura e simples.

Portanto, a gramaticalização não se concretiza taxativamente numa suposta visão *dicotomizante* da fala *versus* a escrita, ou do discurso *versus* o texto verbal escrito padrão. Em vez disso, ela segue caminhos entre essas duas dicotomias momentâneas, que passam a constituir dialéticas comunicantes, e que podem ser assim formulados, para reiterarmos-los:

Concreto > abstrato

Funcional > formal⁶²

Heterogêneo > homogêneo

⁶² O formal volta a ser funcional, pois a língua viva concederá às formas “puras” novos usos e propósitos comunicativos; e, justamente por o estatuto formalizado voltar a ser funcional, a gramaticalização, como processo, teoricamente, não cessa nunca de ocorrer, é um contínuo devir.

Sem predomínio de regras > com predomínio de regras

Anômico > normatizado⁶³

Autônomo > heterônomo

Irregular > regular⁶⁴

Assim, sem considerar a fala marginal à escrita ou a escrita marginal à fala, a gramaticalização, como teoria e método de investigação, termina, ou culmina, na língua escrita, ponto derradeiro onde sua forma cristalizada, abstrata, de forma pura, timbra-se.

Essa flecha que chega ao ponto derradeiro da escrita normativa padrão não pode, entretanto, deixar o dialogismo com as formas que estão fora dessa norma específica (para usar um par dicotômico basilar do estruturalismo e mesmo do pós-estruturalismo: dentro e fora; centro e periferia).

Não podemos entender uma dicotomia fragmentária em que fala e escrita, nem mesmo fala e língua, nem tampouco atos de fala e gramática prescritiva, se vissem em polos incomunicáveis.

Essa visão mecanicista e estanque entre língua (tudo o que há de abstrato) e fala (tudo o que há de concreto) aparece grafada nas palavras de Ulmann, que, não obstante o rigor excessivo em estagnar dicotomicamente fala *versus* língua, possui o mérito, proveniente de Saussure, de observar que a língua é, de fato, sem que se possa questionar esse postulado quando se utiliza a metodologia da gramaticalização, uma instância abstrata e maior do que (porque abarca) a fala; a língua é um conjunto de que a fala é variedade inumerável de subconjuntos:

A fala tem dois aspectos diferentes, um físico, outro psicológico. Os sons efetivos são acontecimentos físicos, enquanto que os significados por eles expressos são fenômenos psicológicos. A língua, por seu lado, é puramente psicológica: é constituída por impressões de sons, palavras e aspectos gramaticais depositados na nossa memória, onde permanecem

⁶³ Vale frisar, outra vez, que não se fala, aqui, em “normatizado” como sinônimo de norma padrão, que é apenas uma das normas existentes, mas como construto que se estabelece sobre uma ordem de mecanismos que regulam a língua a fim de que ela possa funcionar como sistema comunicável entre agentes discursivos. Trata-se da “norma” no sentido de Coseriu, sistema de regras compartilhado por determinado domínio discursivo.

⁶⁴ Complementando a nota acima, o “regular” aqui se refere às gramáticas de uma língua, *lato e stricto sensu*.

constantemente ao nosso dispor, um pouco como o dinheiro depositado num banco que continua acessível à pessoa que lá o colocou⁶⁵.

Esquematizando as principais diferenças entre a língua e a fala, obtemos o seguinte quadro.

<i>Língua</i>	<i>Fala</i>
Código	Codificação de uma mensagem
Potencial	Atualizada
Social	Individual
Movendo-se lentamente	Efêmera
Psicológica	Psicofísica

Se olharmos mais atentamente para este quadro de diferenças, repararemos que basicamente elas são variações sobre dois temas: o contraste entre o atual e o potencial, e entre o individual e o social. (ULMANN, 1964, p. 47-48)

Como dizíamos, o fato de cada modo ou entidade expressiva ou até processo/procedimento social (oral e escrito) possuir especificidades que a delimitam em sua descrição, o método de operar da gramaticalização é o intercâmbio contínuo e permanente entre essas especificidades. Para-se para observar-se e pesquisar-se cada uma dessas especificidades; mas, depois, promove-se o intercâmbio, o dialogismo de conclusões a que se chegou em cada uma delas. Além disso, a oposição dialética e dialógica mais acurada com que a gramaticalização lidar será entre discurso e língua-gramática, e não entre fala e língua-gramática, uma vez que a escrita (e não apenas a fala), como vimos, pode enquadrar-se no campo de atividade e interação permanente de que falamos, acima, Ullmann e Saussure.

Quando se chega a um ponto fixo, chegou-se ao ponto da língua-gramática (item gramaticalizado), que nasce no discurso mas é colhido do texto verbal escrito padrão, reitera-se. E esse ponto (gramaticalizado) pode continuar movendo-se a outras gramaticalizações, já que a língua também muda, como o próprio Ullmann reconhece acima, ao dizer que ela está “movendo-se lentamente” (q.v.). Seu polo, por sua vez, não é a fala, mas o discurso, ou seja, a atividade extremamente dinâmica, falada ou escrita, que prevê interação, responsividade, uso, forma “atualizada, individual”, como Ullmann também frisa (q.v.), embora referindo-se exclusivamente à fala.

Isto é, as posturas investigativas aprofundam-se em determinadas perspectivas, momentaneamente, mas não devem estagnar-se nelas. Ao contrário,

⁶⁵ Metáfora utilizada por Saussure no *Cours*.

devem avançar em direção ao diálogo com perspectivas distintas, ou até antagônicas, opostas, diamétricas, a fim de depreender a descrição daquele que é, no fundo, o mesmo objeto de interesse desses investigadores cujas posturas foram definidas como antagônicas. Linguistas e gramáticos não se interessam, acaso, pelos mesmos fenômenos: a língua, a comunicação, as variações, a uniformidade, a diversidade, o conceito, o preconceito, o *status quo*, a opressão, a liberdade? Cercerar-lhes o diálogo pelo simples fato de as posturas investigativas serem distintas seria como não permitir (se nos é válida a alegoria) que um anatomista dialogasse com um fisiologista, e que esses dois dialogassem com um farmacêutico.

São muito úteis as palavras de Claudio Cezar Henriques:

O estudo científico da linguagem humana é tarefa de uma disciplina chamada LINGÜÍSTICA. Se considerarmos que um estudo só é científico quando toma por base a observação dos fatos e quando se recusa a fazer qualquer tipo de julgamento ou prescrição a respeito deles, será importante enfatizar que a linguística se constrói a partir de uma observação que se pretende imparcial diante do seu objeto de estudo – em última análise, uma atividade humana.

O ramo de estudos que se dedica à mesma observação feita pela linguística, mas que diferente desta tem o intuito específico de reconhecer (e recomendar) modelos de usos é a GRAMÁTICA NORMATIVA. Nesse tipo de tarefa, fazem-se prescrições, escolhem-se determinadas formas em detrimento de outras, censura-se (ou atenua-se) alguma escolha ou prática que se detecta na comunidade idiomática analisada.

Ambas as disciplinas, por um bom período da história recente, travaram uma queda de braço acadêmica, cujos malefícios são sobejamente conhecidos. Ainda se veem resquícios do contraproducente embate entre liberais e conservadores em questões de língua: defensores do vale-tudo contra os guardiães do purismo... Nessa contenda, todos perdem. (HENRIQUES, 2011, p. 5)

Sobre a língua, pensamo-la da seguinte forma: biparte-se sob os apanágios básicos de pontos de vista funcionalistas ou formalistas. O funcionalismo preconiza a língua em seu caráter de interação e uso; o formalismo⁶⁶ (que muito se confunde, às vezes intrinsecamente, com o próprio estruturalismo e suas derivações, como o pós-estruturalismo) encarece a natureza sistêmica, inter-relacional dos elementos

⁶⁶ Para darmos um exemplo, a definição de Bloomfield, o linguista estadunidense que, juntamente com Boas e Sapir, desenvolveu o estruturalismo nos Estados Unidos com sua criteriosa teoria das formas (livres e presas), dando a elas ênfase em relação aos significados propriamente ditos (ou à semântica), chega a definir gramática assim: “As disposições significativas das formas, numa língua, constituem a gramática dessa língua”. (BLOOMFIELD, 2005, p. 163, traduzi e sublinhei) “Significant arrangements of the forms, in a language, constitute the grammar of that language.”

internos da língua. Ambos, dissemos em eco com Coseriu e Hjelmslev (para só citar dois), estão presentes nas descrições seminais de Saussure.

Há um ponto de vista que fomos haurir em estudioso da Sociologia, que ilustra a importância da convergência entre Funcionalismo e Formalismo (ato que a Teoria Geral da Gramaticalização precisa praticar em seu próprio cerne) quando da investigação da língua “nacional” (o artigo é precisamente sobre “nacionalismo”) e as variantes.

É claro que tem que haver algo a que os nacionalistas possam recorrer. Não faz sentido dar grande importância à língua e às diferenças linguísticas quando, na verdade, não existem línguas distintas. Nessa medida, podemos afirmar que a língua romena é uma das bases objetivas sobre as quais se constrói o nacionalismo romeno. Mesmo nesse caso, porém, eu me concentraria na descontinuidade. A codificação de vários dialetos numa língua escrita é uma realização criativa e moderna, que pode produzir resultados diferentes conforme os procedimentos acadêmicos e os interesses políticos. A ideia de que a língua é uma base para estabelecer distinções políticas é moderna. A língua só adquiriu importância política a partir do momento em que se tornou significativa nos três componentes institucionais da nacionalidade moderna: a lei, a política e a economia. Uma política oficial da língua, como a de José II, forçou os falantes de húngaro a abandonarem a língua franca do latim e a frisarem sua língua magiar contra os alemães. A expansão de uma “opinião pública”, expressa no aumento dos jornais, revistas e panfletos populares e frequentemente ligada à importância crescente das assembleias eleitas nas questões de Estado, também tornou importante a escolha e a padronização da língua. A ampliação do papel das cortes que usavam uma língua vernácula, sobretudo em sua forma falada, tornou a escolha da língua um tema de interesse mais popular. A ampliação das relações de mercado e, especialmente, a junção de diferentes grupos étnicos ou linguísticos nas mesmas áreas (em geral, pequenas cidades, mas também povoados mineradores) pôde surtir o mesmo efeito. Por fim, e como algo moderno, houve o desenvolvimento da educação em massa. O incentivo de José II ao uso da língua vernácula no ensino primário, por exemplo, estimulou o interesse no uso das línguas eslavas e do romeno, sendo visto como uma ameaça pelos falantes do húngaro.

Em outras palavras, a língua torna-se importante não apenas como um repositório da cultura e da memória nacionais, um armazém de mitos, mas também como uma questão de interesse político, econômico, jurídico e educacional. Eu diria que, quando não é nada além de um repositório, ela tem mesmo pouquíssima importância para qualquer um, a não ser para as elites culturais autosselecionadas. Por vezes, como na Irlanda, essas elites assumem o poder e usam o Estado para impor uma política da língua, mas é claro que isso tem tido um impacto muito restrito. O inglês é a língua dominante, ainda que todas as escolas ensinem a língua gaélica. Na Escócia e no País de Gales, onde o poder estatal raramente chega a ser usado na mesma medida (mais em Gales do que na Escócia), as línguas gaélica e galesa sobrevivem como línguas da comunidade apenas nas regiões montanhosas; afora isso, só são preservadas por minorias de entusiastas culturais. Em todos os outros casos, essas línguas desaparecem. O fato de haverem existido, com tamanho potencial de identidade nacional, é então esquecido, porque não resta ninguém para desenvolver esse potencial, seja na teoria, seja na prática. Esquecer e

lembrar são uma parte importante de como se defende a ideia de que as nações modernas têm origens antigas. (BREUILLY, 2000, 161-2)

1.1 Sobre a língua escrita (sobretudo a literária) como empiria para a idealização da gramática prescritiva, polo derradeiro da gramaticalização

Há importância capital em se eleger a literatura, sobretudo a que privilegia o procedimento artístico-estético (ou expressivo, de manifestação psíquica e apelo) para sua feitura, como aquela que subsidia a gramática normativa da língua padrão de material para a criação de uma teoria. Essa importância não diz respeito *apenas* (embora diga também) ao fato de ter sido essa uma das duas grandes tradições da gramaticografia ocidental (juntamente com a filosofia ou o pensamento, de que trataremos adiante, na subseção 1.2), mas a outro fator que nos soa ainda mais relevante, sobretudo para justificar por que a gramática padrão é, enfim, o ponto derradeiro, iniciado no discurso, da linha unidirecional da gramaticalização⁶⁷.

Creemos ser necessário pausa para sublinharmos um ponto. Assim como ocorre com toda teoria, conceito que a rigor pressupõe o apanágio designativo de “científica”, trata-se de um esquema que será sempre limitado e aproximativo. A teoria gramatical não pode fugir a esse postulado da ciência, em que, ao escolher-se um conjunto de *corpora*, inevitavelmente deve afastar-se outro, ao menos momentaneamente, pois nenhuma teoria poderia pretender explicar ou mesmo descrever o conjunto *completo* de fenômenos daquilo que lhe serviu de ponto de partida; no caso da gramática prescritiva, a língua.

O semanticista polonês Korzybski insiste em que “o mapa não é o território” (KORZYBSKI, 1958). Jorge Luís Borges escreveu, a esse respeito, o desconcertante texto intitulado “Sobre o rigor da ciência”, encontrado em seu “História universal da infâmia”, em que ironiza:

⁶⁷ Pelo fato de nos interessar a gramática normativa da língua padrão, já que é ela que apontamos como o polo derradeiro da gramaticalização, deixaremos de lado empreitadas meritórias no estudo gramaticográfico, como a gramática histórico-comparativa e a gramática gerativa, uma vez que essas duas epistemologias e metodologias de pesquisa não visam propriamente à descrição (ao menos não em caráter de hierarquização de norma) de uma língua específica, mas a quadros de regularidades em comum entre diversas (ou até mesmo entre todas as) línguas. Assim, na subseção 1.2, adiante, não nos aprofundaremos nessas duas empresas, conquanto saibamos de sua importância para a evolução do pensamento gramatical ocidental.

«Sobre o Rigor na Ciência

...Naquele império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava uma cidade inteira, e o mapa do Império uma Província inteira. Com o tempo, estes Mapas Desmedidos não bastaram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o Tamanho do Império e coincidia com ele ponto por ponto. Menos Dedicadas ao Estudo da Cartografia, as gerações seguintes decidiram que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade entregaram-no às Inclemências do sol e dos Invernos. Nos Desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas.»

(Suárez Miranda: Viajes de Varones Prudentes, libro cuarto, capítulo XIV, Lérida, 1658.) (BORGES, 1982, p. 117)

Procendendo como um mapa, e não com pretensões a abarcar o território descrito/explicado, a teoria subsidia, até, aquele conjunto de elementos que não foi eleito como prioridade investigativa à pesquisa específica num diálogo intercientífico constante e imprescindível à noção mesma de ciência. Recorrendo novamente à alegoria, podemos dizer que um médico não deixará de sê-lo se resolver se especializar em anatomia. Contudo, isso não o impedirá, a menos que seja destituído de espírito científico, que ele queira e vá dialogar com outro médico especialista, por exemplo, em fisiologia. Ambos os profissionais da Medicina conhecem anatomia e fisiologia, mas suas especializações neste ou naquele ramo os capacitam a tecerem diálogos mais prolíficos com outros especialistas para, deste diálogo, encontrarem soluções exequíveis ao seu objetivo que, no fundo, é o mesmo – a Medicina e sua aplicação sobre os seres humanos ou sobre os outros animais. Consideramos importante tratar desse aspecto da Filosofia da Ciência, ou Epistemologia, e o fazemos no capítulo 3, em que dedicamos a seção 3.1 a especificidades do método científico, exatamente porque o objetivo geral desta tese é tornar verossímil a apresentação da gramaticalização como uma teoria (portanto, aproximativa e limitada), científica, pois, e não como um simples aparato descritivo de fenômenos da língua.

Valem como prêambulo as palavras do professor de Física da Universidade de Viena F. Capra a esse respeito:

Esse esquema conceitual [explicação da realidade pela ciência] é necessariamente limitado e aproximado como, de resto, o são todas as teorias científicas e “leis da natureza” que contêm. Todos os fenômenos naturais estão, em última instância, interligados; para que possamos explicar cada um desses fenômenos, precisamos entender todos os demais, o que é obviamente impossível. O que torna a ciência tão bem-sucedida é a descoberta de que podemos utilizar aproximações. Se nos satisfizemos

com uma compreensão “aproximada” da natureza, poderemos descrever grupos selecionados de fenômenos, negligenciando outros que se mostrem menos relevantes. Assim, podemos explicar muitos fenômenos em termos de poucos e, conseqüentemente, compreender diferentes aspectos da natureza de forma aproximada sem precisar entender tudo ao mesmo tempo. Este é o método científico: todas as teorias e modelos científicos são aproximações da verdadeira natureza das coisas; o erro envolvido na aproximação é, não raro, suficientemente pequeno para tornar significativa essa aproximação. (CAPRA, 1983, p. 215)

A gramaticalização é uma teoria, portanto necessariamente dotada de abstração, assim como o é seu ponto de chegada, a gramática normativa, em que uma língua é mostrada paradigmaticamente, o que por si só impede que esse compêndio pretenda alçar-se à categoria de “território” (voltando ao trecho de J. L. Borges), tornando sua feitura, nas mãos de um gramático, um “mapa” (voltando à acepção de Korzybski), ou uma “aproximação” (na acepção de Capra), nem mais nem menos, de um determinado “território”, não mais que isso. Mas a gramática normativa pode dar a conhecer um idioma *in absentia*, ou paradigmaticamente, como dito, sem que esse método de abstratização, prioritariamente longe da heterogeneidade do discurso (oral), porque, como toda teoria, seu método requer, em algum momento, que o investigador se afaste da horizontalidade dos fenômenos e se detenha na verticalidade de algum ou alguns deles, possa ser considerado não fidedigno àquilo que explica e descreve: a língua.

Com efeito, o outro compêndio por meio do qual a abstração de um idioma pode revelar-se mesmo fora da atividade discursiva, de que já falamos e falaremos nesta tese – o dicionário –, também precisa privilegiar a modalidade escrita (privilegiar a escrita não significa desconhecer a oralidade, ou não levá-la em consideração para a fatura do rol de dições). A propósito, consideramos importantes esses recorrentes cotejos entre dicionário e gramática porque, por um dos pontos de vista, o seminal, a gramaticalização é a saída do item do dicionário para a gramática.

Francisco da Silva Borba, em sua já citada obra *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia* (BORBA, 2013), dedica toda a seção 2.3, que vai da página 49 à 78, ao título “Gramaticalização”. Na seção, Borba trata minuciosamente de cada princípio de Hopper (1991) e observa os itens do léxico que mais se prestam à gramaticalização e como isso se dá em cada categoria específica: verbos, nomes, adjetivos. Em outro momento da mesma obra, Borba resente o fato de que “Não é hábito entre os nossos lexicógrafos vincular a prática lexicográfica às

investigações gramaticais, como fazem os ingleses, por exemplo (Cf Longman, Oxford, Collins)” (BORBA, 2013, p. 18).

A gramática, cotejada ao dicionário, encontra-se no limite entre a lexicologia (independência das palavras, vocábulos autosssemânticos) e a sintaxe (interdependência das palavras, vocábulos sinsemânticos, pseudovocábulos). A distinção entre léxico e gramática não é discreta, nem dicotômica, nem categórica, mas prototípica, dialética e dialógica.

É sobre isso que Ulmann fala a seguir:

Outro problema ainda é a situação dos pronomes, artigos, preposições e outras “partes menores da fala”, que, sob certos aspectos, são palavras e, sob outros, meros “instrumentos gramaticais”. [...] Uma objeção final ao esquema presente é que ele não confere qualquer atribuição à *gramática*, como tal. Na verdade, é fácil incluir a gramática no sistema, se se pensar que ela está no limite fronteiroço entre a lexicologia e a sintaxe. É hábito dos linguistas distinguir entre a fonologia, a gramática e o léxico de uma língua⁶⁸. A diferença essencial entre a gramática e o léxico é que a primeira trata dos “fatos gerais da língua” e o segundo dos “fatos especiais”. É, essencialmente, uma questão do geral face ao particular. Há, como sempre, casos intermédios, mas, no seu conjunto, a distinção é suficientemente clara. De acordo com o que acabamos de dizer, a gramática incluiria a totalidade da sintaxe e ainda aquelas partes da lexicologia que se ligam com os “fatos gerais”, tais como a formação de derivados, mas não o estudo de palavras individuais. A gramática teria, assim, competência para tratar dos prefixos e sufixos, bem como dos numerosos problemas semânticos que surgem na sintaxe, mas a semântica, no seu sentido mais estrito, o estudo do significado das palavras propriamente ditas, ficaria fora da sua órbita. (ULMANN, 1964, p. 75-76)

Assim, para reasseverarmos a importância do cotejo sistemático entre gramática e dicionário (os compêndios da gramatização, para Auroux, ou o que nomeamos como a apresentação da língua em seu estado paradigmático) numa tese sobre gramaticalização, e, além disso, para mostrarmos a veemência da modalidade escrita como fonte de fixação de itens nos dois compêndios (sendo o dicionário o ponto de partida e a gramática o ponto de chegada da gramaticalização, por certo viés), precisaremos citar uma vez mais Francisco da Silva Borba.

Antes disso, é necessário lembrar que, em gramatização, tanto a gramaticografia quanto a lexicografia se valem prioritariamente (não exclusivamente) de textos escritos. Nas culturas ou civilizações (no sentido admitido anteriormente por Herbert Marcuse) em que a escrita penetrou, ainda que, como frisa L. A.

⁶⁸ Ulmann cita como exemplos de pesquisadores que o fazem (acompanhados das obras em que o fazem): Bloomfield, *Language*; Guiraud, *La Grammaire*; Jespersen, *The Philosophy of Grammar*; Saussure, *Cours de Linguistique Générale*.

Marcuschi, com “inusitada violência”, a cidadania da pessoa, assim como a da própria palavra (lexical ou gramatical), e finalmente da ciência como um todo, qualquer que seja a sua área de atuação, só é plenamente consubstanciada após seu registro por escrito e, no caso da gramática e do dicionário, após seu registro *metalinguístico* também por escrito. Borba dedica um capítulo à modalidade em questão, sublinhando de onde vem a maior parte dos registros que entrarão no dicionário:

2 A modalidade escrita

Uma investigação que tencione levantar propriedades sintático-semânticas do léxico tem que começar por verificar quais são as grandes linhas de circulação vocabular em todos ou num registro determinado das duas modalidades básicas de manifestação da língua: o oral e o escrito. A primeira impressão que se tem é de dispersão ou de difusão um tanto desordenada ou arbitrária, que dá lugar, em seguida, à percepção de uma estreita relação texto/contexto associada à variação de acepções. Em vista disso, decidiu-se limitar o campo de observação e análise, mesmo porque, sem isso, haveria o risco de se ficar no vago e no genérico.

Utilizando uma metodologia que privilegia a função de interação social da linguagem, procurou-se observar como as palavras circulam na língua escrita em prosa no Brasil a partir de 1950. Para tanto, foi iniciado inicialmente um *corpus* de 11.000.000 de ocorrências colhidas em textos de literatura romanesca (3.500.000), jornalística (3.200.000), técnica (2.500.000), dramática (1.000.000) e oratória (750.000). Aí se acrescentam 7.100.000 correspondentes a cinco anos de publicação da revista *Veja* (1991-1995) e 59.400.000 correspondentes a dois anos de publicação da *Folha de São Paulo* (1995-1996). Isso perfaz um total de 77.500.000 ocorrências de palavras em textos escritos no Brasil, com absoluta predominância de literatura jornalística, o que importa muito na medida em que é aí que há não só variedade de autores, mas principalmente grande variedade de assuntos e enfoques. Já na fase puramente observacional, constatou-se que a variação do léxico (dos itens ou das acepções possíveis de cada item) não se liga apenas à questão dos registros (diatópico e diastrático) ou do gênero (prosa, poesia e suas subdivisões), mas está principalmente relacionada com a variação temática, o que poderia ser uma pista para descobrir a motivação que direciona a expansão/retração semânticas, ou, pelo menos, como é que ela se dá. (BORBA, 2013, p. 17)

Assim, a literatura⁶⁹, base da Disciplina Gramatical, sobretudo contemporaneamente⁷⁰, constrói-se – parafraseando Coseriu – a partir da necessária e indispensável expansão da habilidade linguística dentro do campo da competência linguística. Em outras palavras, surge como consequência da literatura

⁶⁹ Falamos, aqui, especificamente, para determo-nos nela por um instante, daquela literatura cujo meio expressivo privilegia a estética, ou manifestação psíquica e apelo, não apenas a representação, para evocar o nunca desgastado trinômio de Bühler.

⁷⁰ Haja vista gramáticas como as de Bechara, Rocha Lima e Cunha-Cintra.

(e, por certo prisma, também sua causa) instigar o leitor à ampliação de seu horizonte de habilidades do idioma no muito mais vasto universo de sua competência, a qual, muitas vezes, possui tão somente terrenos latentes, passivos, adormecidos; dir-se-ia que se trata de ativar habilidades inexploradas (possíveis, e muitas vezes até improváveis) no universo da competência (existente). Trata-se de ativar a “economia” da língua, na acepção de Martinet (1985).

Retomaremos a noção sucintamente em “5.2 Interlúdio de alguns conceitos básicos: interação, comunicação, linguagem, palavra, sentido, língua, atos de fala, discurso e texto (escrito)”. No entanto, a observação de um trecho de Guimarães Rosa, agora, parece-nos importante para ilustração do quanto estamos tentando mostrar, isto é, como a escrita com preocupação estética torna necessária a ativação da competência ou da economia da língua (lexical, sintática, morfológica e até fonológica) a fim de que se compreenda, exercendo-se habilidade, o que o enunciador quis expressar ao enunciatário (utilizamos a dialética bakhtiniana *enunciador-enunciatário* porque, assim como Bakhtin se preocupou com a prosa romanesca ficcional polifônica, vemos, também, que a polifonia e o dialogismo se travam no campo do objeto texto-discurso que se dá, numa espécie de luta e embate, entre o produtor e o receptor). O trecho que segue é de *Grande sertão: veredas*:

Bem, mas o senhor dirá, deve de: e no começo – para pecados e artes, as pessoas – como por que foi que tanto emendado se começou? Ei, ei, aí todos esbarram. Compadre meu Quelemém, também. Sou só um sertanejo, nessas altas ideias navego mal. Sou muito pobre coitado. Inveja minha pura é de uns conforme o senhor, com toda leitura e suma doutoração. Não é que eu esteja analfabeto. Soletrei, anos e meio, meante cartilha, memória e palmatória. Tive mestre, Mestre Lucas, no Curalinho, decorei gramática, as operações, regra-de-três, até geografia e estudo pátrio. Em folhas grandes de papel, com capricho tracei bonitos mapas. Ah, não é por falar: mas, desde o começo, me achavam sofismado de ladino. E que eu merecia de ir para cursar latim, em Aula Régia – que também diziam. Tempo saudoso! Inda hoje, apreço um bom livro, despaçado. Na fazenda O Limãozinho, de um meu amigo Vito Soziano, se assina desse almanaque grosso, de logogrifos e charadas e outras divididas matérias, todo ano vem. Em tanto, ponho primazia é na leitura proveitosa, vida de santo, virtudes e exemplos – missionário esperto engambelando os índios, ou São Francisco de Assis, Santo Antônio, São Geraldo... Eu gosto muito de moral. Raciocinar, exortar os outros para o bom caminho, aconselhar a justo. Minha mulher, que o senhor sabe, zela por mim: muito reza. Ela é uma abençoável. Compadre meu Quelemém sempre diz que eu posso aquietar meu temer de consciência, que sendo bem-assistido, terríveis bons-espíritos me protegem. Ipe! Com gosto... Como é de são efeito, ajudo com meu querer acreditar. Mas nem sempre posso. O senhor saiba: eu toda a minha vida pensei por mim, forro, sou nascido diferente. Eu sou é eu mesmo. Diverjo de todo o mundo... Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa. O senhor concedendo, eu digo: para pensar longe, sou cão mestre –

o senhor solte em minha frente uma ideia ligeira, e eu rastreio essa por fundo de todos os matos, amém! (ROSA, 1994, p. 12-14)

André Valente compara o processo neológico na mídia e na Literatura (cf. VALENTE, 2012). Em capítulo desta obra intitulado “Guimarães Rosa e Dias Gomes: uma comparação de neologismos literários”, dá-nos a preleção que segue, que ora cito a fim de mostrar como é necessário haver ativação da competência lexical (neste caso, trato apenas da lexical, já que o trecho sublinha a importância da neologia⁷¹, mas se pode falar em competência léxico-gramatical também, como veremos adiante) do falante de uma língua, a fim de que este desempenhe (sua habilidade) o entendimento textual-discursivo requerido para que ele entenda e interprete, por ampliação cujo *input* foi a seu sistema passivo ou econômico, o estrato concreto que se lhe apresenta:

Em vários estudos sobre criações neológicas, distingue-se o neologismo vocabular do neologismo semântico: este corresponde a um novo significado para um significante já existente; aquele é um novo significante que se cria na língua. Encontra-se tal distinção em trabalhos de Ieda Maria Alves, Maria Aparecida Barbosa, Nelly de Carvalho e em meu artigo “A produtividade lexical em diferentes linguagens”.

Ao abordar a neologia, processo de formação de novas unidades léxicas (palavras novas e novas combinações), Jean Dubois utiliza outra denominação: *neologia de forma e neologia de sentido*. A primeira consiste em fabricar novas unidades, enquanto a segunda, em empregar um significante já existente na língua considerada, conferindo-lhe um conteúdo que ele não tinha até então.

Assim, há neologismos vocabulares, ou neologia de forma, nas seguintes passagens de G. Rosa (a) e de D. Gomes (b), cujas obras terão as seguintes abreviaturas:

GSV – Grande Sertão: Veredas; Sg – Sagarana; Tt – Tutaméia; NUP No Urubuquaquá no Pinhem; PE – Primeiras Estórias; BA – O Bem-Amado.

a) “Dá, deu: bala **beija-florou**” (GSV, 446)

“... esse acabou sendo o homem mais **pacifoso** do mundo” (GSV, 19)

b) “Agora em estado de **defuntice** compulsória, é obrigado a emigrar” (BA, 24)

“Quero ver agora o que vão dizer os que acusavam de oportunista, de **demagogista**” (BA, 37)

Constituem exemplos de neologismos semânticos, ou de neologia de sentido, os destacados a seguir:

a) “- Arreia este burro também, Francolim! (...) são só quatro léguas: o João Manico, que é mais **leviano**, pode ir nele.” (Sg, 11)

b) “Um dos **principalmente** de minha plataforma política é a pacificação da família sucupirana” (BA, 66)

Os quatro neologismos iniciais apresentam, por meio da derivação (os três últimos), grande valor semântico-estilístico. São formas criadas pelos autores: neologia de forma. Já os dois últimos estão dicionarizados, mas

⁷¹ Conceito sobre o qual proporemos, ainda que provisoriamente, uma expansão.

contêm significação especial em cada contexto. Guimarães Rosa surpreende ao conferir o significado de “mais leve” a **leviano**. Dias Gomes, com a substantivação do advérbio, dá a **principalmente** o significado de “objetivos principais”. Em ambos os casos, vê-se a neologia de sentido. (VALENTE, 2012, p. 81-82)

Não podemos deixar de mencionar a contribuição pioneira de Arsène Darmesteter sobre o assunto, com sua obra milíaria *La vie des mots étudiée dans leur significations*, de 1887. Em seguida, no ano 1897, surgiu o *Essai de sémantique*, de Bréal, e o conjunto dessas obras constitui os dois pilares que fundaram a ciência dos significados, ou Semântica. Já Reisig, em 1825, dividia a gramática em “semasiologia” (estudo dos significados), etimologia e sintaxe, e o próprio Bréal escreveu o artigo que se considera o precursor do termo “Semântica” em 1883: “[...]Nós o chamaremos “semântica” (do verbo *σημαίνειν*), isto é, a ciência das significações”⁷² (traduzimos, sublinhamos). Este artigo intitula-se “Les lois intellectuelles du langage”, e foi publicado em *L’Annuaire de l’Association pour l’encouragement des études grecques en France*, em 1883.

Antes disso – e até posteriormente, na visão de alguns estudiosos –, o estudo do léxico, frequentemente chamado de Lexiologia, tratava da parte sonora e formal das palavras, dividindo-se em Fonologia e Morfologia. Algumas vezes, inseria-se aí o estudo da Etimologia. Não era costume observar-se o léxico pelo viés dos significados.

No trecho que anteriormente expusemos de *Grande sertão: veredas*, é de notar a presença dos neologismos de que nos dá lição André Valente. Assim, para citarmos e categorizarmos alguns, vemos o seguinte:

1.1.1 *Neologismos vocabulares ou de forma:*

1.1.1.1 “[...] com toda leitura e suma **doutoração**.”

1.1.1.2 “Minha mulher, que o senhor sabe, zela por mim: muito reza. Ela é uma **abençoável**.”

1.1.2 *Neologismos semânticos ou de sentido:*

1.1.2.1 “Inveja minha pura é de uns **conforme** o senhor [...]”

1.1.2.2 “Soletrei, anos e meio, **meante** cartilha, memória e palmatória.”

1.1.2.3 “Raciocinar, exortar os outros para o bom caminho, aconselhar **a justo**.”

⁷² [...] nous l’appellerons la sémantique (du verbe *σημαίνειν*), c’est-à-dire, la science des significations.

1.1.2.4 “Compadre meu Quelemém sempre diz que eu posso aquietar meu **temer** de consciência [...]”

1.1.2.5 “Como é de **são** efeito [...]”

1.1.2.6 “[...] ajudo com meu **querer acreditar**.”

1.1.2.7 “O senhor **concedendo**, eu digo: para pensar longe, sou cão mestre [...]”

Do ponto de vista sintático ou gramatical, o apelo à competência do enunciatário/alocutário também se faz presente em formas que tais, que poderíamos ecoar chamando-os de *neologismos sintáticos*, porque requerem, do falante-leitor, a ativação da competência morfossintática da língua, sem cuja atualização os trechos não serão compreendidos ou interpretados. Deixamos claro que o termo “neologismo” (em “neologismo sintático”) ocorre apenas por metonímia, uma vez que o neologismo (neo = novo + logos = palavra ou ideia) se patenteia, em estudos linguístico-discursivos, com vocábulos, isto é, acontece no plano do léxico, operando-se sobre o lexema, sua unidade. No entanto, como as unidades do plano sintático são, entre outras, mas prioritariamente, o sintagma e as atualizações sintáticas de lexemas, como verbos conjugados (cujo lexema, num singulativo, é o infinitivo impessoal), a criação que interfira nesse plano pode, parece-nos, recorrer à atualização neológica do vocábulo “neologismo” (com o imprescindível aparente trocadilho), estendendo-o, por sua etimologia (cf. mostramos: neo + logos), ao plano sintático, ao menos provisoriamente:

1.1.3 *Neologismo sintático:*

1.1.3.1 “Bem, mas o senhor dirá, **deve de** [...]”

1.1.3.2 “[...] “como por que foi que **tanto** emendado se começou?”

1.1.3.3 “Sou **muito** pobre coitado.”

1.1.3.4 “Não é que eu **esteja** analfabeto.”

1.1.3.5 “[...]desde o começo, me achavam **sofismado de ladino**.”

1.1.3.6 “E que eu merecia **de** ir para cursar latim, em Aula Régia – **que** também diziam.”

1.1.3.7 “Inda hoje, **apreceio** um bom livro, despaçado.”

1.1.3.8 “**Em tanto**, ponho primazia é na leitura proveitosa [...]”

1.1.3.9 “**Diverjo** de todo o mundo...”

1.1.3.10 “Eu quase que **nada não sei**.⁷³”

Se nos vier ao auxílio a filosofia (para explicar esse salto promovido mercê da literatura), ou, mais especificamente, a Filosofia da Ciência ou do Conhecimento (a Epistemologia, mais uma vez), fica-nos evidente que o par epistemológico básico – teoria e prática – contribui para a explicação do quanto se mostrou acima. A teoria, podendo ser definida como o saber (análoga à competência linguística, portanto), é mais vasta do que a prática. Esta, por sua vez, pode-se definir como saber como (*know how*) ou saber fazer (*savoir faire*), e, por ser meramente possível, latente, solicita a existência da *teoria*, ao mesmo tempo em que, por outro ângulo, precede-a, criando-a (a prática é análoga, pois, à habilidade linguística). A teoria precisa estruturar-se de maneira que, testada diante de dados empíricos, comprove-se (e lapide-se) ante incessantes verificações.

Marx e Engels evocaram esse método de correlação dialética incessante entre teoria e prática, em que, para se fazer ciência, segundo sua metodologia, um membro do par precisa preceder o outro sempre que solicitado à obtenção de um resultado comprovável, invertendo-se a posição de precedência, da mesma forma, sempre que se fizer necessário. Gera-se, com isso, um moto-perpétuo que constitui o verdadeiro *Leitmotiv* das ciências contemporâneas, que precisam priorizar teoria e prática, em “atitudes investigativas momentaneamente estagnadas”, parafraseando Coseriu a respeito de Saussure, tantas vezes quantas o exigir o objeto de estudo.

A ciência não se faz com dados fortuitos e esparsos, mas com abstrações genéricas verificáveis diante da realidade desses dados fortuitos, e verificadoras de suas validades. Assim, a Linguística, se se pretende uma ciência da língua, precisa formular teorias e conceitos gerais e cotejá-los com as afirmações específicas, invertendo a ordem cronológica desses procedimentos sempre que necessário. Se a Linguística (e o linguista) pretende permanecer no campo dos acontecimentos específicos, sem buscar as bases da abstração para criar uma teoria epistemológica, deve, desde logo, abrir mão de seu suposto e requerido estatuto de ciência.

Portanto, a Literatura (e reitero que falo nela por ter sido, como vimos e veremos mais profundamente em breve, a que prevaleceu, hodiernamente, para a

⁷³ Na seção dedicada aos arcaísmos sintáticos, Ismael de Lima Coutinho coleta o seguinte, entre uma lista de outros: “387. Constitui arcaísmo sintático o emprego: 1) de duas negativas pré-verbais: “ninguém *nom* sabia”. (COUTINHO, 1972, p. 214)

técnica de fatura da gramática da língua padrão, ou gramática *stricto sensu*, ponto derradeiro da gramaticalização) lida com um conjunto de procedimentos estritamente linguísticos (seguindo meios artísticos ou estéticos) e subsidiariamente filosóficos e até científicos. A Literatura possui uma teoria e possui uma ciência, porque se contrastam, incessantemente, a respeito dela, afirmações gerais (formas, abstrações) com afirmações específicas (conteúdos, empirias).

Sapir, no último capítulo de sua obra *A linguagem: introdução ao estudo da fala* (sublinhei), trata exclusivamente da questão que ele intitula “Capítulo 11: Língua e literatura”. Ao comparar literatura a ciência, explicita:

Não há, em verdade, nada de misterioso na distinção. Pode-se esclarecê-la até certo ponto comparando-se a literatura com a ciência.

Uma verdade científica é impessoal, é em essência estreme de qualquer meio linguístico especial que lhe sirva de expressão. Pode transmitir a sua mensagem tão prontamente em chinês, como em inglês. Contudo, tem de ter uma expressão, e tal expressão tem de ser linguística⁷⁴. Na realidade, a apreensão da verdade científica já é em si um processo linguístico, pois o pensamento não é outra coisa senão a linguagem despida de sua roupa exterior. O meio próprio da expressão científica é, portanto, uma linguagem generalizada, e que se pode definir como sendo uma álgebra simbólica, a que servem de tradução todas as línguas conhecidas. Pode-se traduzir adequadamente a literatura científica, porque a expressão científica já é por si uma tradução.

A expressão literária é pessoal e concreta; mas isso não quer dizer que a sua significação esteja completamente ligada às qualidades acidentais do meio. Um simbolismo verdadeiramente profundo, por exemplo, não depende das associações verbais de uma língua dada, mas repousa firmemente numa base intuitiva sotoposta a toda expressão linguística. A “intuição” do artista, para usar um termo de Croce, é imediatamente elaborada em função de uma experiência humana generalizada, – pensamento e sentimento –, cuja seleção altamente personalizada vem a ser a sua própria experiência individual. (SAPIR, 1980, p. 176, sublinhei)

No capítulo III de sua obra *Sociolinguística: os níveis da fala* (sublinhei), Dino Preti também se dedica à investigação exatamente da modalidade escrita, e mais especificamente literária, como indispensável ao entendimento completo (e descritivo) de uma língua, até mesmo na sua modalidade oral. O capítulo se chama “A representação escrita das variações da língua oral”, e dele tiramos alguns trechos de valor inestimável, um dos quais será exposto neste momento; outros, na subseção 1.2:

⁷⁴ Tratamos desse aspecto na **Introdução**.

Se mostramos, anteriormente, que a Sociolinguística se preocupa, em especial, com as variações de linguagem e sua correspondência com as variações sociológicas, por outro lado, cremos que os sociolinguistas não podem, nem devem ignorar o papel da língua escrita e, particularmente, da língua literária sobre os hábitos linguísticos, modificando-os e contribuindo para sua natural evolução. (PRETI, 1987, p. 61)

É sempre oportuno lembrar a quantidade imensa de linguistas egressos dos terrenos da Teoria Literária. Isso porque, munidos de uma teoria que já carpiria dados específicos ou empíricos, puderam contrastá-la a outros dados específicos ou empíricos (da “língua comum”, isto é, não literária), lapidando a teoria linguística e insuflando-lhe desmesurado fôlego.

A Literatura, sendo arte, filosofia e ciência (ciência inclusive porque provê a gramaticografia de sua técnica básica, além de ser baseada, como vimos, no binômio teoria-prática, individual-coletivo-exprimível universalmente em qualquer língua, como a ciência), portanto, caracteriza-se pela expansão da prática (ou da técnica ou da habilidade) do utente do idioma no campo mais vasto da teoria (ou da competência ou do saber) desse mesmo utente. Ela concretiza áreas até então meramente potenciais da teoria/competência linguística. Ela ativa mecanismos de saber fazer/habilidade que preenchem (e justificam) a existência paradigmática de uma teoria.

As línguas são para nós mais do que sistemas de transferência de pensamento. São uma túnica invisível que veste o nosso espírito e dá forma predeterminada a toda a sua expressão simbólica. Quando a expressão tem uma significação fora do comum⁷⁵, chamamo-la literatura.

[...]

Toda língua já é em si mesma, aliás, uma arte coletiva de expressão. Oculta-se nela um conjunto dado de fatores estéticos – fonéticos, rítmicos, simbólicos, morfológicos – que ela não partilha inteiramente em comum com qualquer outra língua.

[...]

A base fonética da língua, porém, é apenas uma das determinantes que dão à literatura certa direção. Muito mais importantes são as peculiaridades morfológicas.

É de alta monta para o desenvolvimento do estilo verificar se a língua pode, ou não, criar compostos, se a sua estrutura é sintética ou analítica, se os vocábulos na frase têm considerável liberdade de posição ou estão obrigados a figurar numa ordem rigidamente determinada.

Os caracteres maiores do estilo, na medida em que o estilo é simples questão técnica de aparelhamento e colocação de vocábulos, são

⁷⁵ Daí a oposição da língua literária à “língua comum”.

ministrados pela própria língua, tão inevitavelmente, em verdade, como o efeito acústico geral do verso é ministrado pelos sons e acentos naturais.

[...]

Há quase tantos ideais espontâneos de estilo literário como línguas.

[...]

A língua já é por si uma arte coletiva de expressão, súpula de milhares e milhares de intuições individuais. A criação individual perde-se na coletiva, mas a expressão pessoal deixou um traço em certo meneio e flexibilidade, que são inerentes a toda obra coletiva do espírito humano. A língua está apta, portanto, ou pode rapidamente tornar-se apta, a definir a individualidade do artista. Se não aparece nenhum artista literário, não é, em última análise, porque a língua seja um instrumento inadequado; é porque a cultura popular não favorece o desenvolvimento de uma personalidade de tal ordem que sinta necessidade de expressão verbal verdadeiramente própria. (SAPIR, 1980, p. 175-180, sublinhei)

É curioso, reitero, que se tenha deixado de lado o fato de que tantos então futuros linguistas sejam oriundos de estudos da Literatura: Jakobson e Bakhtin são apenas dois desses grandes expoentes. Suas observações sobre aspectos literários forneceram-lhes lampejos fundamentais à construção das suas vindouras teorias linguísticas. Dessa forma, a segmentação excessiva entre Literatura e Gramática “*versus*” Linguística parece-nos equivocada no atual estágio de conhecimentos técnicos, tecnológicos e científicos a que essas disciplinas chegaram. Se, num primeiro momento, a aludida estagnação proveu a disciplina nascitura (a Linguística) de um necessário isolamento investigativo, cremos que, atualmente, essa estagnação é, antes, nociva à continuidade da investigação já legitimada como autônoma pela Linguística. É de se perguntar se não seria o caso de recuperar o diálogo entre a Literatura/Gramática e a Linguística, voltando-se a buscar subsídios para esta última a partir daquelas primeiras, e vice-versa.

Literatura, Gramática e Linguística sempre caminharam em parilha (mesmo quando a Linguística não se emancipara), até pelo fato, que deveria soar como simples truísmo, de que são disciplinas que lidam com *langue* e *parole*, e todos os desdobramentos daí oriundos, nem mais, nem menos.

Pedimos licença para traduzir trecho de Rimbaud, em que o poeta nos revela o estreito liame que a imaginação (de que a própria competência linguística faz parte, estando no plano do conteúdo) promove com os meios de que a *langue* dispõe para exprimir-se (o que se concentra no plano da expressão), e como tudo

isso aumenta a comunicação e a comunicabilidade da língua: (cf. “vangloriava-me de ter inventado um verbo poético acessível”):

Sonhava com cruzadas, viagens de descobertas para as quais não há relatos, repúblicas sem histórias, guerras de religião esmagadas, revoluções de costumes, deslocamentos de raças e continentes: eu acreditava em todos os encantamentos.

Eu inventava a cor das vogais! – A negro, E branco, I vermelho, O azul, U verde. – Eu regulava a forma e o movimento de cada consoante, e, com ritmos instintivos, vangloriava-me de ter inventado um verbo poético acessível, um dia ou outro, a todos os sentidos. Cobia-me traduzi-los.

Foi antes de tudo um estudo. Eu escrevia silêncios, noites, anotava o inexprimível. Eu fixava vertigens. (RIMBAUD, 1873 [1873], pp. 29-30, traduzi⁷⁶, sublinhei)

Por sua vez, desprezar a tradição gramatical, portanto, condensada nesse conjunto de procedimentos epistemológicos (filosóficos e, hoje, prioritariamente literários), desvirtua a capacidade (faculdade) humana (adormecida, se não for instigada) de expansão, apanágio puro da ciência, que leva e tem levado o ser humano a ser e vir a ser, sempre, algo um passo além do alcançado.

Por essas razões, consideramos de suma importância convidar o leitor, agora, ao aprofundamento sobre nossa *tradição gramatical* (ora baseada no pensamento ou filosofia, ora baseada na escrita promovida pela literatura dos grandes autores), para que se perceba que a Disciplina Gramatical, ponto derradeiro da flecha da gramaticalização, constitui parte integrante, essencial dos estudos da Linguística, e que, em vez de oposição, há apenas, na verdade, distinção de postura investigativa, distinção que, por sua vez, leva ao equilíbrio dinâmico real, síntese, sobre o qual um idioma se consolida.

⁷⁶ Je rêvais croisades, voyages de découvertes dont on n’a pas de relations, républiques sans histoires, guerres de religion étouffées, révolutions de moeurs, déplacement de races et de continents: je croyais à tous les enchantements.

J’inventai la couleur des voyelles! – A noir, E blanc, I rouge, O bleu, U vert. – Je réglai la forme et le mouvement de chaque consonne, et, avec des rythmes instinctifs, je me flattai d’inventer un verbe poétique accessible, un jour ou l’autre, à tout les sens. Je réservais la traduction.

Ce fut d’abord une étude. J’écrivais des silences, des nuits, je notais l’inexprimable. Je fixais des vertiges.

1.2 A tradição gramatical no Ocidente: baseada no pensamento (filosofia) ou na literatura?

Em vez de julgar⁷⁷, sugiro que busquemos compreender a gramática prescritiva do Ocidente, uma vez que se trata do ponto derradeiro da gramaticalização. Assim como, pela mesma razão, vertemos esforço, em diversas partes desta tese, em pesquisar aspectos do discurso, ponto inicial da linha unidirecional da gramaticalização, envidemos atenção ao estudo historiográfico da gramática normativa e, mesmo, dos estudos de língua e linguagem ocorridos no Ocidente.

Há, hodiernamente, um ramo da ciência denominado “Epistemologia Histórica”. Como o título sugere, trata-se de um esforço multidisciplinar de se estudarem as Epistemologias (Filosofias da Ciência) ao longo da História, isto é, de perceberem-se quais eram as linhas-mestras que norteavam o pensamento do homem de ciência (sua metodologia, seus meios e finalidades, seus objetos, suas técnicas e tecnologias) no decurso do tempo.

Se a linguística é o estudo da linguagem em todos os seus aspectos [...], então a história da linguística deve abranger todas as abordagens passadas do estudo da linguagem, quaisquer que tenham sido os métodos e os resultados obtidos. Esta nova postura impõe enormes exigências ao pesquisador individual, que idealmente teria de ser um poliglota versado em todos os ramos da história intelectual e cultural, bem como em todos os aspectos da linguística moderna. Na prática, a maioria dos estudiosos têm se concentrado numa área relativamente circunscrita, na doutrina ou na escola com a qual tem afinidade. (WEEDWOOD, 2002, p. 18-19, sublinhei)

No que se refere à Epistemologia Histórica da gramática normativa, consideramos necessária imersão sobre suas duas forças emergentes, que oscilaram ou se intercambiaram para a fatura dos compêndios gramaticais no Oeste⁷⁸.

⁷⁷ Eric Hobsbawn insiste, em toda a sua extensa obra dividida em “Eras” (*Era dos extremos, Era do capital, Era dos impérios, Era de ouro, Era das catástrofes* etc.), no seguinte ponto: julgar é fácil; difícil é compreender.

⁷⁸ No capítulo 4 desta tese, voltamos nossa atenção à Epistemologia Gramaticográfica em terreno brasileiro, concentrando nossos esforços no estudo da evolução filosófica e filológica em relação à classe dos verbos. Tivemos de, no capítulo aludido, retomar, também, alguns pontos que são aqui, nesta seção (1.2), observados, como a forma segundo a qual Aristóteles e Varrão, por exemplo, viam

Assim, antecipando uma das conclusões a que se pode chegar, à guisa de reflexão, ao contrário do que supostos “ideologistas” da Linguística apregoam como um preconceito oriundo do que bem poderíamos chamar de eixo Norte-Sul (em que o “Norte” representaria a metonímia das “elites hegemônicas” autoproclamadas sobre os “desvalidos não hegemônicos” supostamente passivos da metonímia que o “Sul” envidaria), o eixo ou linha a que temos de nos referir, como cientistas da langue e da *parole*, e não como sociólogos, é antes um eixo Leste-Oeste.

Falemos, portanto, da tradição gramaticográfica do Oeste ou do Ocidente.

Os linguistas concordam que a análise gramatical no Ocidente crava suas raízes na filosofia grega dos anos 500 a.C., define-se como tema filológico no trabalho dos intelectuais alexandrinos e difunde-se na Europa medieval e moderna graças particularmente aos romanos. Platão dividira a unidade do discurso, que ele intuía no esforço de apreender os mecanismos de expressão do pensamento, em dois componentes: ónoma (nome) e rhéma (verbo). Aristóteles lhes acrescentou os syndesmoi (partículas). Os estoicos induziram à distinção entre classes variáveis e classes invariáveis, até que, por volta dos fins do segundo século a.C., Dionísio Traco formulou uma teoria das partes do discurso, que ele distribuía em oito categorias: nome, verbo, pronome, particípio, artigo, advérbio, preposição e conjunção. (AZEREDO, 2001, p. 6)

Na seção “1.3 Voltando ao equilíbrio dinâmico da língua”, onde nos dispomos a levantar ontologicamente as classes morfológicas das gramáticas contemporâneas de Língua Portuguesa em função de seus graus de gramaticalização efetiva, veremos ainda outras classes que eram apontadas na Antiguidade, e como suas classificações se baseavam preponderantemente em significados extralinguísticos⁷⁹ e intralinguísticos⁸⁰, e, mais ainda, como surgiu, com isso, o problema de se conciliar esse critério classificatório com um critério que fosse revestido de parâmetros formais⁸¹.

os estudos gramaticais, sobretudo em suas contribuições relativas à classe de que falamos: a dos verbos.

⁷⁹ Basicamente, aqueles que se processam mediante *situação*.

⁸⁰ Basicamente, aqueles que se processam mediante *contexto*.

⁸¹ O conceito de “contexto de situação”, que se contrapõe ao de “contexto verbal”, o que corresponde respectivamente a “situação” e “contexto”, foi estabelecido pelo “antropólogo Bronislaw Malinowski a partir de seus trabalhos de campo sobre a língua e a cultura dos habitantes da ilha Trobriand no sul do Pacífico”. (ULMANN: 1964, pp. 105-106)

Apenas a título de comentário parentético, parece-nos oportuna a denominação com que Said Ali caracteriza os “nomes” em sua Gramática Histórica da Língua Portuguesa:

NOMES EM GERAL

216. As palavras com que se designam os seres e seus atributos chamam-se simplesmente nomes. É o termo mais desprezioso e mais acertado de toda a nomenclatura gramatical. Fazendo-se, como se faz, distinção entre as denominações dos seres propriamente ditos e as denominações dos atributos de dimensão, tamanho, cor, consistência etc., pelos quais os diferenciamos uns dos outros, torna-se necessário dividir os nomes em substantivos e adjetivos.

217. Os atributos, posto que sejam inerentes aos seres, são considerados muitas vezes como se existissem separados deles, como se fossem outras entidades. Os substantivos que os representam chamam-se abstratos; são concretos os nomes de referência direta aos seres. *Alegria, tristeza, formosura, probidade* são substantivos abstratos; *casa, mulher, jardim, homem* são nomes concretos⁸². (ALI, 1964, p. 54)

Weedwood desdobra a questão seminal das reflexões sobre língua, pensamento e discurso, inter-relacionando-a à preocupação aristotélica com a língua falada/língua escrita e as repercussões de suas reflexões nos posteriores:

Aristóteles (384-322 a.C.), discípulo de Platão, em seu *Peri hermeneías (De interpretatione)*, delineou um processo em três etapas: os signos escritos representam os signos falados; os signos falados representam impressões (*pathemata*) na alma, e as impressões na alma são a aparência das coisas reais. As impressões e as coisas, observa Aristóteles, são as mesmas para todos os homens, ao passo que diferem as palavras que representam as interpretações. Como seus comentadores logo apontaram, esse esquema levantava muitas dificuldades. Os estoicos (séculos III-II a.C.), e vários autores a seguir, preferiram acrescentar uma etapa entre a recepção passiva da impressão e a fala: o conceito, uma noção que pode ser verbalizada (grego: *lektón*; latim: *dicabile*). Assim, embora todos os homens possam receber as mesmas impressões das coisas que percebem, como sustentava Aristóteles, os conceitos que eles formam dessas impressões diferem, e são eles que estão representados na fala.

Segundo os estoicos, um conceito (*lektón*) era representado num enunciado significativo (= com significado), *lógos*. *Lógos* foi definido por Diógenes de Babilônia (um estoico do século II a.C., cujo pensamento é esboçado para nós por Diógenes Laércio em seu *Vidas dos filósofos*) como “um enunciado

⁸² Em 1.3, ao estabelecermos uma proposta de gradiente dentro das classes gramaticais vigentes na gramática da Língua Portuguesa, voltaremos a tratar de substantivos concretos e abstratos, e veremos que não apenas serão abstratos os que designam atributos, mas também os que designam estados e ações. Também veremos que as relações entre adjetivos e substantivos, no sintagma nominal, modificam-se categorialmente de diversas formas, em função de categorias isoladas que se atribuam ou deduzam de substantivos e adjetivos, além de outros fatores como a distribuição dessas partes do discurso no interior do aludido sintagma.

significativo dirigido pelo pensamento racional”. A substância física do *lógos* era *phoné*, “voz”, o enunciado considerado como mero som, articulado ou inarticulado, sem referência a significado. Um enunciado (*phoné*) que pudesse ser representado na escrita – um enunciado articulado – era chamado de *léxis*. Um *léxis* diferia de um *lógos* porque, enquanto o significado era essencial para um *lógos*, um *léxis* não precisava obrigatoriamente ter significado. (WEEDWOOD, 2002, p. 27-28)

É de ressaltar que Aristóteles já preconizava uma distinção que viria a estabelecer os alicerces do conceito de gramaticalização. Isso porque ele já fundava uma dicotomia básica: de um lado, as “categorias da fala” (conceito análogo aos posteriores “partes da fala”, “partes do discurso”, “classes gramaticais”, “classes morfológicas”), apresentadas sob as chancelas de vocábulos (semanticamente) independentes; de outro, os instrumentos gramaticais. Percebe-se aí exatamente a linha que, vinda daqueles primeiros a estes últimos, comprova a existência da gramaticalização.

Aristóteles estabeleceu também uma fecunda distinção entre duas espécies de palavras: as que mantêm o seu significado mesmo quando isoladas, e as que são meros instrumentos gramaticais. Esta divisão é ainda largamente aceita pelos linguistas e também pelos filósofos. Finalmente devemos a Aristóteles uma classificação das metáforas⁸³, que, desenvolvida e aperfeiçoada por escritores subsequentes, especialmente por Quintiliano, desempenhou um papel primordial na tradição retórica e foi acolhida na semântica pelos pioneiros da nova ciência. (ULMANN: 1964, p. 11-12)

Antes mesmo da invenção da escrita, que Marcuschi, por exemplo, compara frequentemente à muito mais antiga propagação da fala, já se estudava a comunicação humana com objetivos que, anacronicamente, talvez, possamos chamar de “científicos”. Entre os textos escritos mais antigos que chegaram incorruptos até nossos dias, muitíssimos são, exatamente, tratados sobre comunicação humana, não poucas vezes traçando, até, distinções entre a comunicação pela fala e a comunicação pela escrita.

Pensa-se frequentemente na história da linguística como uma disciplina muito nova. Afinal, a própria linguística só se estabeleceu em sua forma atual há algumas décadas. Mas as pessoas vêm estudando a linguagem desde a invenção da escrita e, sem dúvida, muito antes disso também. Como em tantos outros campos, o uso e, em seguida, o estudo da língua com finalidades práticas precedeu o processo de reflexão da análise científica. Na Índia antiga, por exemplo, a necessidade de manter viva a pronúncia correta dos textos religiosos ancestrais levou à investigação da

⁸³ O estudo da metáfora também foi fundamental ao desenvolvimento da ideia de gramaticalização. Não é à toa que um dos parâmetros de Lehmann para a existência da gramaticalização seja a metáfora, conforme expomos nesta tese, em nosso capítulo 6.

fonética articulatória, enquanto na Grécia clássica a necessidade de um vocabulário técnico e conceitual para ser usado na análise lógica das proposições resultou num sistema das partes do discurso que acabou tendo um desenvolvimento que ultrapassou em muito as exigências imediatas dos filósofos que primeiro sentiram a necessidade de tais categorias. (WEEDWOOD, 2002, p. 17)

Em seguida, a autora enveredará pelo que chamará, em eco com este nosso capítulo, de “A tradição ocidental até 1900”, perfilando concisa, conquanto importantíssima, anamnese da tradição gramatical do Ocidente, observando a epistemologia da gramática tradicional (de onde, como ela mesma defende, surgiu a própria Linguística, com a qual deveria haver diálogo, e não duelo), na Grécia, em Roma, na Idade Média, no Renascimento. Muitas contribuições do laborioso trabalho de Weedwood, como o de historiadores, antropólogos e linguistas, serviram-nos à confecção desta seção da nossa tese.

Os antigos gregos, voltemos a eles, iniciaram-se na tradição gramatical (a *nossa moderna* tradição gramatical) com análises provenientes da filosofia, como se colhe do trecho de Weedwood. Antes de Sócrates, Platão e Aristóteles, cujas primícias de contribuições foram esboçadas em trecho extraído acima de Azeredo e Ulmann, os pré-socráticos e os retóricos (sobretudo os sofistas, como Protágoras, a quem Sócrates-Platão dedicaram um diálogo homônimo com intuito de refutar suas ideias) já pensavam filosoficamente (cognitivamente, inclusive) sobre a língua. Foi aí, com efeito, e não apenas na trilogia da Academia e do Liceu (respectivamente Sócrates-Platão e Aristóteles), que surgiu, como dito, nossa tradição gramatical.

Um contraponto crítico a ser acrescentado está nas seguintes palavras de Marcuschi:

[...] enquanto espécie, o *homo sapiens* data de cerca de um milhão de anos. A escrita surgiu pouco mais de 3.000 anos antes de Cristo, ou seja, há 5.000 anos. No Ocidente, ela entrou por volta de 600 a.C., chegando a pouco mais de 2.500 anos hoje. E a imprensa surgiu em 1450, tendo pouco mais de 500 anos. (MARCUSCHI, 2001, p. 23)

Apesar de, nesse trecho específico, Marcuschi sublinhar o que chamou várias vezes de “primazia cronológica da fala sobre a escrita”, ele próprio não renega a importância capital da escrita nas sociedades em que ela tenha adentrado.

Após a grande trilogia da Academia e do Liceu, houve o período dos estoicos, seguidos de perto pelos alexandrinos.

Sócrates-Platão dedicaram seus aparatos investigativos sobre as questões linguísticas, para falarmos dos dois que consideramos os mais preponderantes diálogos sobre língua, no *Crátilo* e no *Fedro*. O *Crátilo* busca a compreensão dialógica, maiêutica⁸⁴, dentro dos pressupostos da ironia socrática (em que o “tudo o que sei é que nada sei” é antes do mais um ato de ceticismo para parturir conhecimento castiço); busca estabelecer as reflexões sobre a arbitrariedade e a não arbitrariedade do signo linguístico, para usarmos uma expressão anacrônica, evidentemente. Por sua vez, o *Fedro* aborda a questão da língua escrita como mera subsidiária da língua falada, e suscita férteis reflexões sobre memória e esquecimento, “centro” e “periferia”, razão pela qual foi eleito por Derrida para embasar parte substantiva de sua desconstrução pós-estruturalista, que inverteu a tese do *Fedro* e colocou a primazia da linguagem na escrita, e não na fala.

Aristóteles, voltando a ele, entre outras obras, dedica a *Retórica*, a *Lógica* e a *Poética* a investigações de cunho linguístico, cognitivo, estético. O fundador do Liceu, embora discordasse do idealismo perempto de seu preceptor, Platão, fundou as bases da ciência moderna, que necessita de generalizações teóricas, sumamente abstratas, olhadas com o arcabouço que as gerou, como vimos, ao deduzir, em sua famosa máxima lógica dedutiva, que “todos os homens são mortais; Sócrates é um homem; Sócrates é mortal”.⁸⁵

Desde os estoicos a língua passou a ser tratada em obras específicas que lhe eram dedicadas, embora não fosse encarada como um fim em si própria, mas como um meio pelo qual o pensamento se expressaria pela voz (phoné): remonta daí a “metafísica da presença” (o termo é de Derrida, para a formalização de seu pós-estruturalismo, há pouco aludido) ou uma “metafísica da fala” sobre a escrita, que insiste em tentar perenizar-se entre muitos linguistas.

Assim sendo, durante todo esse período, a língua era investigada como “pretexto” ou meio, cuja finalidade seria meramente a expressão vocal (fonética) do pensamento. Trata-se do primeiro círculo de estudos da tradição gramatical que herdamos: o círculo de bases filosóficas, lógicas, retóricas, matemáticas, cognitivas, psicológicas.

⁸⁴ Palavra que remete ao verbo “parir”, uma vez que a mãe de Sócrates desempenhava a função de parteira.

⁸⁵ Ou premissa maior > premissa menor = conclusão, como foi visto.

Em Alexandria (séculos III e II a.C.), o uso literário emerge como preceptor dos estudos de língua. Esse interesse, como se sabe, vinha do desejo de manter-se incorrupta a língua grega clássica, condensada em Homero. Aqui, a preocupação não vem tanto da fala, mas da escrita: “[...] o objetivo da gramática grega era a língua escrita, como indica a etimologia da palavra *gramática*, que deriva da forma utilizada para designar ‘a arte de escrever’” (LOBATO, 1976, p. 79).

O próprio Dionísio, que era alexandrino (o epíteto “da Trácia” deve-se à origem de seu pai), e que escreveu a gramática mais antiga que chegou a nós (no século II a.C.) definia a gramática como “o conhecimento prático dos usos gerais de poetas e escritores de prosa”. Semelhante definição encontra-se em Varrão, o mais antigo gramático romano que nos chegou (séc. I a.C). Para ele, a gramática é “o conhecimento sistemático do uso da maioria dos poetas, historiadores e oradores”. Assim como a gramática grega descrevia o grego clássico, as gramáticas latinas descreviam a literatura do latim clássico, como de Cícero e Vergílio.

Cabe a Varrão, ainda, e exatamente pela razão exposta, uma preocupação em dividir-se a gramática de modo que sustentasse, espelhasse e explicasse as regras internas de funcionamento da língua com lastro em elementos da escrita.

Quando, no século I antes de Cristo, Varrão codificou a gramática latina, considerou a etimologia como uma das três principais divisões dos estudos linguísticos, ao lado da morfologia e da sintaxe. (ULMANN, 1964, p. 7, sublinhamos)

A Idade Média (sobretudo entre os chamados “gramáticos gerais”, nos séculos XIII e XIV) voltou a empenhar-se no estudo da língua como “modos” de significar (daí serem chamados de “modistas”), sendo isso compreendido como uma representação natural e até necessária entre o que viria a chamar-se “referente” e “significado”. Retornava, pois, à visão de Platão e dos pré-socráticos sobre língua, uma vez que a encaravam como meio de expressão do pensamento, da razão. Além de serem chamados de “modistas”, pelo motivo apresentado, eram também chamados de “especulativos”, por acreditarem, como se disse, que a língua é um espelho do pensamento e da razão, algo que será revisitado alguns séculos depois, pelas gramáticas filosóficas ou racionalistas.

O ensino gramatical do latim na Idade Média [...], tal como o encontramos nos manuais clássicos (o *Doctrinale* de Alexandre de Villedieu, o

Graescismus de Evrard de Béthune, ou o *Catholicon* de Jean de Gênes) é determinado por uma visão pedagógica, pelas técnicas de memorização (versificação) e pela preocupação do detalhe morfológico. Isto não significa que seja *elementar*, no sentido em que o ouviremos a partir do século XVII (isto é, do simples e do fácil para se compreender): os versos do *Doctrinale* são provavelmente incompreensíveis sem a ajuda das glosas.

[...]

A gramática teórica medieval [...], ainda que diga respeito unicamente ao latim, assim como à lógica, não tem a bem dizer a língua latina como objeto, mas o *enunciado* em geral.

É completamente diferente com a gramática geral. Nascida depois da gramatização e encontrando seu apogeu no século XVIII em torno dos enciclopedistas franceses, esta se propõe ser a ciência do que é comum a todas as línguas. Em um universo cultural em que a profunda mutação das ciências da natureza impõe a concepção da lei como a asserção verificável de uma relação constante entre os fenômenos, a gramática geral pretende ser a ciência das leis da linguagem às quais devem se submeter todas as línguas (AUROUX, 2009, p. 87-88)

Os escolásticos, antes disso (séculos XII e XIII), já haviam elevado essa forma de conceber a língua a importantes patamares. Como se percebe, não é à toa que Santo Agostinho, escolástico que ousou unir o então “pagão” Aristóteles à filosofia cristã (cabendo a São Tomás de Aquino a preferência pela união de Platão, um pouco “menos pagão”, à filosofia católica), tenha delineado com grande clareza, em suas *Confissões*, o que viria a ser chamada de concepção “logocêntrica” da língua. Essa concepção foi, séculos depois, aceita como verdadeira por Wittgenstein (em seu *Tractatus Logico-philosophicus – Logisch-Philosophische Abhandlung* –, de 1922), e, em seguida, refutada pelo mesmo Wittgenstein (em suas *Investigações Filosóficas – Philosophische Bemerkungen* – publicadas postumamente em 1953), como vimos e retomaremos na seção “7.3 A Gramática e o Dicionário: inter-relações da norma clássica com a dinâmica discursiva”.

Após essa reinserção dos estudos gramaticais sobre as bases filosóficas gregas, sobretudo a platônica e a aristotélica, a Renascença volta a buscar subsídios na Literatura, a fim de criar compêndios pedagógicos que privilegiassem o latim clássico.

Ao lado dessa importância atribuída ao latim, entretanto, as línguas vernáculas começaram a ser encarecidas também, muito como fruto da Reforma Protestante, da invenção da imprensa, das descobertas ultramarinas. Nesse período (séculos XV e XVI), pode-se dizer que surgiram as primeiras gramáticas ditas “científicas”, como a de Nebrija (1492) e as primeiras gramáticas da língua portuguesa (Fernão de Oliveira, de 1536, e João de Barros, de 1540).

O Renascimento europeu é o ponto de inflexão de um processo que conduz a produzir dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo (e não somente dos vernáculos europeus) na base da tradição greco-latina. Esse processo de “gramatização” mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao ocidente um meio de conhecimento / dominação sobre as outras culturas do planeta. Trata-se propriamente de uma revolução tecnológica que não hesito em considerar tão importante para a história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX. (AUROUX, 2009 [1992], p. 8-9⁸⁶)

Sobre a Renascença, Dino Preti, no capítulo voltado à pesquisa das influências da língua escrita literária sobre a evolução da língua como um todo (até a oral), começa com uma preterição o que descreve como essa passagem dos idiomas clássicos (latim e grego) aos vernáculos, e, em seguida, especifica nos casos da Língua Portuguesa, primeiramente em Portugal, e, em seguida, no Brasil:

Creemos que não seria necessário aludirmos ao repetido exemplo da cultura e sociedade renascentista, em que a literatura clássica exerceu um papel significativo nos comportamentos social e linguístico, para demonstrarmos que, em todas as épocas, a língua literária, de uma forma ou de outra, com maior ou menor intensidade, não perdeu sua ligação com a realidade falada. Uma prova disto é que a própria Linguística, em grande parte de sua história, se serviu de documentos escritos, na falta de *corpus* gravado, procurando, em cuidadosa seleção, encontrar o que de vivo neles existia, chegando a reconstituir assim, às vezes, toda a língua falada de uma época, como aconteceu, por exemplo, com o próprio latim vulgar, cuja fonte, entre outras, eram os documentos escritos que revelavam influência popular.

[...]

Em língua portuguesa, o exemplo mais importante, no passado, seria a obra de Gil Vicente. Os diálogos de suas personagens ajudaram a reconstituição da língua falada da época (século XV), servindo à Filologia e à Linguística Histórica como documento para reconstituição das fases da língua. Gil Vicente foi um grande observador dos tipos humanos de seu tempo e dos dialetos sociais que os representavam. Praticamente nada lhe escapou. Em suas peças, o criado fala como criado, o fidalgo como fidalgo, a criança como criança. Há uma linguagem do padre, outra do advogado, outra do judeu.

Entre nós, pensamos que a primeira tentativa seria a de Anchieta, no teatro. Apesar de sua obra ter finalidade muito mais educativa do que artística (ou talvez mesmo por isso, uma vez que, a nosso ver, a educação pressupõe uma necessidade muito maior de comunicação do que a arte), foi o primeiro escritor a ter a sua atenção voltada para um problema realmente de ordem sociolinguística, na Colônia: o bilinguismo. A utilização do tupi ao lado do português (e também do castelhano) revela uma intenção comunicativa com o espectador nativo. (PRETI, 1987, p. 61-65)

⁸⁶ Auroux traça, em seus capítulos II, “O fato da gramatização”, e III, “O conceito de gramatização” (AUROUX, 2009, p. 35 a 99), importantes e sistemáticas cronologias das gramáticas e dicionários de vernáculos europeus desde o século V d.C. até o meio do século XIX. Apresenta, também, esboços de catografias e genealogias linguísticas de eras progressas.

É Anderson quem dá a visão do historiador, preocupado e consciente, que observa a aurora da desmitificação do que ele chamará “antigas línguas sagradas – o latim o grego e o hebreu”.

Com o tempo, os descobrimentos e as conquistas também provocaram uma revolução nas ideias europeias sobre as línguas. Desde o começo, marinheiros, missionários, comerciantes e soldados portugueses, holandeses e espanhóis, por razões práticas – navegação, catequização, comércio e guerra –, tinham montado listas de palavras em línguas não europeias para formar dicionários elementares. Mas foi apenas no final do século XVIII que o estudo comparado das línguas realmente deslanchou. Com a conquista inglesa de Bengala, surgiram as investigações pioneiras do sânscrito de William Jones (1786), que permitiram entender melhor que a civilização indiana era muito anterior à Grécia e à Judeia. Com a expedição napoleônica ao Egito, os hieróglifos foram decifrados por Jean Champolion (1835), o que pluralizou a Antiguidade extraeuropeia. O progresso nos estudos semíticos acabou com a ideia de que o hebreu era a única língua antiga ou que possuía origem divina. [...] Essas descobertas levaram a filologia, com seus estudos de gramática comparada, à classificação das línguas em famílias e à reconstrução de “protolínguas”, que o raciocínio científico tirou do esquecimento. Com razão, Hobsbawn observou que aí estava “a primeira ciência que via a evolução como o seu próprio cerne”⁸⁷.

A partir daí, as antigas línguas sagradas – o latim, o grego e o hebreu – foram obrigadas a se misturar em pé de igualdade ontológica com uma variada multidão plebeia de vernáculos rivais, num movimento que complementava sua anterior depreciação no mercado por obra do capitalismo editorial. Se agora todas as línguas tinham o mesmo estatuto (intra)mundano, então todas eram, em princípio, igualmente dignas de estudo e admiração. Mas de quem? Logicamente de seus novos donos, os falantes – e leitores – nativos de cada língua, pois agora nenhuma pertencia a Deus. (ANDERSON, 2013, p. 111)

Voltando a ter como base o nascimento da Idade Moderna (1453) e suas consequências expansionistas e de contato intercultural baseadas em relações de poder e de conhecimento ao longo do século XVI, no século seguinte (XVII), voltam a surgir as gramáticas “gerais” ou “racionais” ou “especulativas”, de cunho, portanto, filosófico. Elas buscavam formas universais (nada estranhas à gramática de Chomsky) que deveriam explicar os fatos linguístico-gramaticais. A mais célebre delas é a de Port-Royal (que recebe este nome por ser o mesmo do convento em que os monges Arnault e Lancelot a escreveram), de Língua Francesa, e, no âmbito da Língua Portuguesa, uma sucedânea publicada no século XVIII, em Lisboa, por Jerônimo Soares Barbosa, a *Gramática filosófica da língua portuguesa*.

⁸⁷ Hobsbawn, *A era da revolução*, Nova Iorque, Mentor, 1964, p. 337.

Por aí, trata-se de se desembaraçar da coerção latina mais evidente, observando, por exemplo, que para exprimir o mesmo fenômeno de determinação, uma língua pode utilizar casos ou preposições. Existe aí um verdadeiro nascimento da gramática moderna (paráfrase de Dominicy a propósito de Port-Royal).

O projeto científico – que é preciso distinguir, apesar de certos recobrimentos, daquele que concerne às características e às línguas universais, nascido, ele também, depois das operações de longitudinalização – repousa, entretanto, sobre um programa de pesquisa insustentável. De um lado, as categorias linguísticas deveriam poder se reduzir a categorias de representação, ou se se quiser, os termos teóricos especificamente linguísticos (nome, verbo, imperfeito, gênero etc.) deveriam poder ser definidos em termos não linguísticos (daí a introdução, em gramática, de um vocabulário psicológico e semiológico, que se junta ao que resta do vocabulário ontológico medieval). Ora, este programa, que podemos classificar de reducionista, se defronta com o fato de que as categorias linguísticas são inelimináveis, o que explica que ele acabe, no início do século XIX, por soçobrar nas generalidades cujo interesse linguístico é pouco claro, em particular quando os autores, contaminados pelo idealismo kantiano, propõem reduções apriorísticas das categorias gramaticais [...] (AUROUX, 2009, p. 89)

Por essa época, momento em que a Idade Moderna cede lugar à Idade Contemporânea, ante a tonitruante trombeta das tropas de Napoleão e das Revoluções Francesa e Americana, esta anterior àquela, diga-se em tempo, a palavra escrita e a preocupação com o vernáculo empurravam generais, burgueses e plebe à tomada de poder.

Tal como uma vasta rocha informe se torna uma pedra arredondada pela ação de incontáveis gotas de água, a experiência foi modelada por milhões de palavras impressas, tornando-se um “conceito” na página impressa e, com o tempo, convertendo-se em modelo. [...]

Algo muito parecido ocorreu com os movimentos de independência nas Américas, os quais, tão logo se tornaram matéria de imprensa, viraram “conceitos”, “modelos” e até “projetos”. Na “realidade”, o medo de Bolívar quanto às insurreições dos negros e a convocação de San Martín para levar seus índios à peruanidade entrecrocavam-se caoticamente. Mas as palavras impressas logo varreram o primeiro, de tal modo que, se acaso viesse a ser lembrado, aquele medo pareceria uma anomalia sem maiores consequências. (ANDERSON, 2013, p. 124)

O século XIX voltou-se ao chamado comparativismo como pressuposto da cientificidade linguística. Ulmann nos dá a notícia de que foi em 1826 que surgiu o termo “Linguística”⁸⁸: “O próprio termo *linguística* foi criado nesta altura [século XIX]: apareceu em francês em 1826 (*la linguistique*) e em inglês onze anos mais tarde

⁸⁸ Durante algum tempo, houve a concorrência com o termo italiano “Glottologia”, cujo objeto de estudo era *grosso modo* o mesmo da Linguística.

(primeiramente *linguistic*, sem *s*, depois *linguistics*)”. (ULMANN: 1964, p.12). Ele nos remete ao dicionário etimológico francês de Bloch-Wartburg. Para os estudiosos de então, a Linguística deveria ser histórica, comparativa, filológica, a fim de receber a chancela de estudo científico.

Como Seton-Watson mostra de maneira muito interessante, o século XIX, na Europa e na periferia mais próxima, foi a idade de ouro dos lexicógrafos, gramáticos, filólogos e literatos do vernáculo. As intensas atividades desses intelectuais profissionais foram de importância central para a formação dos nacionalismos europeus oitocentistas, num absoluto contraste com a situação nas Américas entre 1770 e 1830.

[...]

Então podemos ilustrar essa revolução lexicográfica como se fosse o trovejar crescente num arsenal que começa a explodir, conforme cada pequena explosão se propaga, e detona outras, até que o clarão final transforma a noite em dia. (ANDERSON, 2013, p. 112-113)

É nesse momento, como se prenunciou há pouco, que os historiadores da envergadura de Anderson e Hobsbawn ratificam a “revolução tecnológica” que Auroux veio a chamar quando tratou da “gramatização” – a composição de dicionários e gramáticas vernáculas. A visão dos historiadores merece ser aqui mais uma vez comparada à do linguista porque eles, historiadores, falam também nas “revoluções” filológico-lexicográficas, e seu impacto na (con)formação de nações em função não apenas das línguas originárias, mas da sua sistematização em compêndios normativos escritos, sobretudo as gramáticas e os dicionários, que lhes traziam à agenda as discussões sociopolíticas:

No decorrer e, principalmente, na segunda metade do século XIX, a revolução filológico-lexicográfica e o surgimento de movimentos nacionalistas na Europa, frutos não só do capitalismo mas da elefantíase dos estados dinásticos, foram criando várias dificuldades culturais, e, portanto, políticas para muitas dinastias. Pois, como vimos, a legitimidade fundamental da maioria delas não tinha nada a ver com uma condição nacional. Os Romanov governavam tártaros e letos, alemães e armênios, russos e finlandeses. Os Habsburgo dominavam magiares e croatas, eslovacos e italianos, ucranianos e austro-germânicos. A casa de Hanover comandava bengalis e quebequianos, escoceses e irlandeses, ingleses e galeses.

[...]

A revolução lexicográfica na Europa, porém, criou e aos poucos difundiu a convicção de que as línguas (pelo menos naquele continente) eram, por assim dizer, propriedades pessoais de grupos muito específicos – seus leitores e falantes diários – e, ademais, que esses grupos, imaginados como

comunidades, tinham o direito de ocupar uma posição autônoma dentro de uma confraria de iguais. Assim, os incendiários filológicos colocaram os dinastas perante um dilema incômodo que só veio a se aprofundar. O caso mais claro é o do Império Austro-Húngaro.⁸⁹ (ANDERSON, 2013, 127-128)

A descoberta do sânscrito, no século XVIII (como salienta trecho anteriormente extraído de Anderson, 2013, em que ele aponta o marco miliário de William Jones, 1786), impulsionou essa perspectiva (é de se notar a importância que se dava a que linguistas de então e do século XIX fossem também “sanskritistas”).

No fim do século XVIII, descobriu-se que o sânscrito, a língua antiga e sagrada da Índia, era parente do latim e do grego, assim como de outras línguas europeias. Essa descoberta foi feita de maneira independente por vários eruditos. O mais importante entre eles, o orientalista britânico William Jones, declarou em 1786, numa fórmula tornada célebre, que o sânscrito, o latim e o grego apresentavam “afinidades tanto nas raízes dos verbos quanto nas formas da gramática, que não poderiam ser devidas ao mero acaso [...]”. (LYONS, 1970, p. 22, traduzi⁹⁰)

Ismael de Lima Coutinho levanta um dado sobre o sânscrito que aqui parece pertinente:

10. A *Fisiológica* é caracterizada pelos trabalhos dos gramáticos índios, cuja preocupação era analisar minuciosamente os sons do sânscrito. Panini, desde o século IV antes da Era Cristã, traça, com admirável precisão, as principais regras fonéticas e gramaticais dessa língua, servindo o seu trabalho de ponto inicial para toda uma literatura de comentários aos velhos textos indianos. Pode-se dizer que foram os gramáticos da Índia os verdadeiros criadores da fonética descritiva. (COUTINHO, 1972, pp. 15-16)

Ainda sobre o sânscrito, Ismael de Lima Coutinho esquadrinha a sua descoberta e atribui sua primeira notícia ao Ocidente ao italiano Filippo Sassetti, que viveu em Goa de 1581 a 1588. Depois de Sassetti, Coutinho aponta a importância de Nobilli, que chegou à Índia em 1606 e logo alertou o Ocidente acerca da língua dos brâmanes. No século XVII, ressalta a importância de Heinrich Roth. Em 1767, são destacados os nomes do abade Barthélemy e do padre Coerdoux, este último a

⁸⁹ E metonimiza isso a postura do monarca (déspota esclarecido) José II, quando decidiu livrar-se do latim como língua oficial, no começo dos anos 1780.

⁹⁰ A la fin du XVIIIe s., on a découvert que le Sanskrit, la langue ancienne et sacrée de L’Inde, était apparentée au latin et au grec, ainsi qu’à d’autres langues européennes. Cette découverte a été faite de façon indépendante par plusieurs érudits. Le plus important d’entre eux, l’orientaliste britannique William Jones, a déclaré en 1786, dans une formule devenue célèbre, que le sanskrit, le latin et le grec présentaient “des affinités tant dans les racines des verbes que dans les formes de la grammaire, qui ne pouvaient pas être dues au simple hasard [...]”.

quem Bréal atribui o mérito de um dos precursores da nova ciência, que viria a ser a Linguística (que, à época, concorria com a terminologia provinda do italiano “Glotologia”, como vimos). Em 1784, funda-se a “Sociedade Asiática de Calcutá”, “[...] destinada a interpretar os principais monumentos literários da Índia. Entre os seus membros mais distintos contam-se William Jones, Carey, Wilkins, Forster e Colebrooke” (COUTINHO, 1972, pp. 16-17).

Vemos, portanto, que os estudos de gramática, incluindo-se a gramática histórica (mas não exclusivamente esta) marcam o início da Linguística, e mantêm, tanto para essa ciência como para a Gramaticologia e a Lexicologia, até hoje, fundamentos e princípios que não são postos de lado.

Manda a exaçoção histórica, entretanto, citar, a par de Bopp, o dinamarquês, E. Rask, que, antes de seu colega alemão, já reconhecera o parentesco do germânico com o grego, o latim e balto-eslavo. Também não é lícito esquecer, neste rápido esboço de história da Linguística, o nome de outro alemão ilustre, W. Humboldt, que estudou o papel dos fenômenos psicológicos na linguagem.

[...]

Os processos então descobertos são aplicados pelo orientalista Renan na sua história comparada das línguas semíticas (1858); por Zeuss, na gramática comparada das línguas célticas (1853); por Grimm, na das línguas germânicas (1819-1837); por Miklosich, na das línguas eslavas (1852-1856); e por Diez, na das línguas românicas (1836-1843). (COUTINHO, 1972, p. 17)

Para os linguistas desse momento, as línguas, como organismos vivos à luz de Darwin, evoluem segundo “leis” inexoráveis, e não compartilham de pressupostos universais, o que, como se percebe, confronta o pensamento gramatical filosófico anterior, que encontra em Platão, Aristóteles e nos estoicos seus maiores defensores. A esses gramáticos comparativistas se deu o nome de “neogramáticos”, tradição de que Saussure veio, e com a qual rompeu.

Tal ruptura criou o chamado estruturalismo, que, em linhas gerais, relaciona elementos uns com outros, sem vê-los isoladamente ou em si mesmos, como finalidades autossuficientes.

Numa linha sinóptica, remissiva e conclusiva, podemos dizer que a tradição gramatical se dividiu, como aliás predisséramos, na busca de subsídios empíricos na filosofia ou na literatura, e que ela foi, em grande parte, capacitadora da formação de identidades “imaginadas” (porém realizadas) em torno dos idiomas vernáculos,

sobretudo quando recebiam o laço da escrita. A correlação entre língua, filosofia e pensamento se processou nos pré-socráticos, nos retóricos e sofistas, em Sócrates, Platão e Aristóteles, nos estoicos, em grande parte nos escolásticos (séculos XII e XIII) e nos modistas/especulativos ou gramáticos gerais (séculos XIII e XIV), nos gramáticos filosóficos/racionalistas, como os de Port-Royal (séc. XVII) e Jerônimo Soares Barbosa, na Língua Portuguesa (séc. XVIII). Por outro lado, a busca da literatura como “uso correto” e “incorrupto” dos idiomas, clássicos (grego e latim) ou vernáculos (gramáticas científicas) se deu entre os alexandrinos (como o próprio Dionísio da Trácia), Varrão, o período da Renascença e, enfim (mas não por fim), gramáticas como as de Nebrija, Fernão de Oliveira e João de Barros.

Em resumo, ao lado de conceber a língua como fenômeno que reflete o pensamento e o raciocínio, e as formas como eles devem ser comunicados, as gramáticas, em sua tradição ocidental, concebem a língua como necessariamente padronizada (balizada pela literatura) a fim de que o pensamento e o raciocínio aludidos possam, por um viés padronizado, ser comunicados.

Não deveria, pois, haver conflito entre o que hoje se concebe como “descrição” (comunicação, interação, heterogeneidade, “fala”) e “prescrição” (literatura, sistematização, homogeneidade, “escrita”), mas, sim, diálogo. No fundo, tudo é descrição.

1.3 Voltando ao equilíbrio dinâmico da língua

Em relação a essa dinâmica sobre a qual a língua está em equilíbrio, alertamos Coseriu:

Tudo isto viu muito bem Humboldt, ao afirmar que a linguagem é **enérgeia** (**Tätigkeit**, "atividade") e não **érgon** (**Werk**, "produto"); e também notou o velho Hermann Paul – apesar de muitos ainda o considerarem como "típico representante teórico da escola neogramática –, ao distinguir entre os processos reais da vida e da linguagem" e as abstrações que se chamam "línguas" (Coseriu, 1979b, p. 18, grifos originais).

Benveniste parece ter intuído semelhante necessidade de dialética hegeliana, com sobreposição de uma síntese às polaridades da tese e da antítese, em relação

a outra famosa dicotomia saussuriana: significante e significado – componentes indissociáveis do SIGNO. Com efeito, a um só tempo, Benveniste também comprovou como a metodologia do estruturalismo, ancorada sobre oposições necessárias, e somente nelas existente, possibilita a ligação quase automática à metodologia hegeliana, porquanto esta também lida, necessariamente, com oposições necessárias e somente existentes uma mercê da outra.

Mas o signo, elemento primordial do sistema linguístico, encerra um significante e um significado cuja ligação deve ser reconhecida como *necessária*, sendo esses dois componentes consubstanciais um com o outro. O *caráter absoluto do signo linguístico* assim entendido comanda, por sua vez, a *necessidade dialética* dos valores em constante oposição, e forma o princípio estrutural da língua. (BENVENISTE, 1976, p. 59. Os itálicos são originais; os sublinhados são nossos).

Assim, a Língua em si, ou Coisa, ou Espírito hegeliano, que, na **Introdução**, em nosso diagrama, descrevemos como a síntese das forças opostas, estruturadas em tese e antítese, pode ser cotejada ao conceito de significação, entendido este como a relação entre o signo completo (significante/significado) e o objeto significado (referente) ou, simplesmente, nomeado (cf. COSERIU, 1976, p. 58). O referente, Coisa (*Sache*), constituiria a síntese dos polos significante > significado, e o signo linguístico, nessa analogia, corresponderia ao processo de gramaticalização, este último como o que lida com o par *parole* > *langue*.

A Língua em si só não pode ser considerada idêntica, mas sim análoga, ao referente, pelo fato de que o referente preexiste à dicotomia significante/significado, ao passo que a Língua em si existe tanto após o processo de gramaticalização (como teoria geral) *parole* > *langue* como, num outro ponto de vista, igualmente preexiste (à maneira de um verdadeiro referente) a esse processo, que não cessa de ocorrer mercê justamente dessa preexistência.

O que se chama significação, para descrever a relação presente na equação REFERENTE = significante > significado / significado > significante, pode encontrar guarida no termo, aqui proposto, *coisificação*, este para descrever o processo que leva à detecção da Coisa hegeliana (*Sache*), ou Língua em si.

Outra razão pela qual a coisificação (conceito por nós proposto acima) é apenas análogo ao de significação é o fato de que, na parte do processo que a significação encerra (a relação entre significante e significado), os polos ou direcionalidades podem inverter-se de acordo com o ponto de vista que o precede

(Lacan, por exemplo, veria o significante precedendo o significado, ao passo que muitos cognitivistas veriam o contrário; Derrida veria a escrita precedendo a fala, e assim por diante). Por sua vez, na parte do processo que a Teoria Geral da Gramaticalização abarca, não se podem inverter os polos investigativos, o que não implica dizer que o diálogo entre eles inexista.

Portanto, acusam-se certos teóricos de língua e linguagem do que se poderia nomear uma "metafísica da homogeneidade" (apropriando-me, *mutatis mutandis*, do termo crítico de Derrida "metafísica da presença"), como a única capaz de fornecer resultados científicos comprováveis. Para esses que veem essa "metafísica da homogeneidade" como "desconcertante" (em adjetivo do próprio Jakobson, por exemplo), estar-se-ia querendo adaptar à força um objeto eminentemente dinâmico a uma perspectiva forçada e equivocadamente estática, de que aquele objeto, por isso mesmo, não hesita em escapar.

É didático, para ilustrar esse caráter de verdadeira "caixa de Schrödinger"⁹¹ – o fato de que os elementos em que os binômios estruturalistas, opostos (dicotomicamente) sob determinado ponto de vista, dispõem-se dinamicamente (dialogicamente), fazendo provir uma síntese. Dessa síntese as mesmas dicotomias/dialéticas são também provenientes. É ilustrativo, mais uma vez, o caso de Saussure, que, ao ter querido, supostamente, focar sua atenção sobre o que é prioritariamente homogêneo e, do ponto de vista investigativo, eminentemente estático, a *langue*, tenha conseguido despertar o interesse das mais variadas investidas nos estudos sobre o que é eminentemente dinâmico, a *parole*.

Não obstante haver o que chamei de "metafísica da homogeneidade", há uma espécie antitética de "metafísica ou mito da heterogeneidade" (o "vale tudo" linguístico), que também precisa ser observado com óculos críticos. Prova isso o fato de que Wittgenstein, em contraste com Saussure, ao deter-se (na sua segunda obra, as *Investigações*) na dinamicidade quase pura da linguagem, a *parole in extremis*,

⁹¹ O experimento científico aludido ficou epigramático ao dizer que certas categorias são isto E aquilo simultaneamente, aproximando-se do conceito de "DifférAnce", de Derrida. O gato, na experiência de Schrödinger, estaria vivo E morto dentro da caixa, e a opção excludente só se daria mediante a abertura da caixa, já que esta, encerrada, propunha a continência de um gato e de um pote de veneno. Não se sabendo, pelo fechamento da caixa, se o gato havia ingerido o veneno, só se poderia dizer, com a caixa lacrada, que o gato estava, naquele ponto de observação, vivo E morto. Só após aberta, poder-se-ia selecionar uma das duas hipóteses com exclusividade: ele está vivo OU morto. A metáfora da experiência científica é usada prolificamente. Usamo-la aqui para mostrar que, na "caixa" fechada da língua, os binômios são dicotômicos E dialéticos e, só após a abertura dessa "caixa", opta-se por posturas em que se podem observar esses mesmos binômios como dicotômicos OU dialéticos.

com sua noção de uso (do alemão *Gebrauch*), lançando a propulsão da Pragmática contemporânea e de todas as Linguísticas mais radicalmente voltadas ao discurso e sua imprevisibilidade, tenha logrado empreender, pela Teoria Geral da Gramaticalização por que propugnamos, um campo investigativo que tenha como meta, literalmente, a parte mais abstrata dessa mesma linguagem que ele enxergava, a *langue in praesentia* e *in absentia*; isto é, as gramáticas *lato* e *stricto sensu* de uma língua.

Ora, uma primeira conclusão a que se pode chegar, com base na Teoria Geral da Gramaticalização, portanto, é que tanto a parte concreta ou substancial (*parole*) quanto a formal ou abstrata (*langue*) – tese e antítese do esquema acima proposto como deslizamento que faz emergir a síntese da Coisa ou Língua em si, ou propriamente dita – serão afetadas se houver (como já o houve) mudança histórica efetiva de uma língua que passe a ser outra língua, como o latim passou a português (com estádios intermediários).

Isso significa que, se a língua foi encarada, por analogia, como “coisa”, “referente”, até mesmo para além da síntese que a caracteriza, caso haja a mudança efetiva há pouco mencionada, essa língua se encarregará de afetar os polos (tese e antítese, *langue* e *parole*) que a propiciaram.

Com isso, ela operará alterações e modificações tanto no discurso oral coloquial distenso (polo mais concreto, por assim dizer, uma vez que recorrente primordialmente a epilinguagens), quanto no texto escrito normativo padrão (polo mais abstrato, porquanto prioritariamente arraigado a metalinguagens⁹²). Ou acaso não é exatamente isso que acontece quando uma língua se transforma em outra língua? Aquela “síntese” (referente) não irá, porventura, de fato, alterar a oralidade coloquial E a escrita padrão de sua nova “condição”, igualmente? Os “linguistas” que propugnam pela ojeriza em relação à linguagem padrão, querendo excluí-la de alguma forma do interesse científico da verdadeira Linguística Geral, não estarão deixando de perceber que a língua constituída, referente-coisa-síntese, afeta igualmente seus dois polos (idealizados) de deslizamento, polos que, como

⁹² A noção de epilinguagem se deve a Culioli, como ensina Aurox. “A linguagem é uma atividade que supõe ela própria uma atividade epilinguística (definida como ‘atividade metalinguística inconsciente’). (CULIOLI, 1968). Aurox (1992, p. 33) leciona: “Assumimos que inconsciente significa não representado: em outras palavras, se esse saber é inconsciente como saber (não sabemos o que sabemos) é porque não dispomos de meio (metalinguagem ou sistema de notação) para falar da linguagem. Ainda que não representado enquanto tal, esse saber pode (e deve) se manipular sob forma de relações conscientes com seu objeto (no sentimento da correção, jogos de linguagem etc.)”.

demonstra a Teoria Geral da Gramaticalização, permanecem em constante dinamismo e fazem emergir um edifício sempre instável, portanto, denominado de Língua?

Por mais abstrata e convencional ou até arbitrária que seja a língua padrão (a Gramática *stricto sensu*), ela faz parte do edifício da Linguística Geral, e prova disso é o fato de que ela será afetada, tanto quanto o discurso oral, quando a modificação no conjunto sistêmico de uma língua acaba por patentear-se em efetiva mudança completa.

Assim, a Gramática, com sua dupla funcionalidade e formalidade⁹³, detém papel fundamental na Teoria Geral da Gramaticalização, por ser o ponto de chegada de um movimento sobre o qual se equilibra a torre edificada da língua em si.

No capítulo 60 (ou antes § 60), em que trata de categorias gramaticais ("Categorias gramaticais e mentalidade coletiva"), Mattoso Câmara Jr. fornece algumas noções importantes, que preludivão, como se verá, a própria acepção de gramaticalização, uma vez que esses conceitos, como queremos demonstrar, estão, de fato, irmanados.

Assim se expressa:

É claro, entretanto, que as classificações linguísticas refletem a respeito do mundo objetivo uma dada maneira de compreendê-lo, isto é, repousam numa base psicológica qualquer, que interessa à psicolinguística. Não se trata da psicologia individual, ou psicologia *stricto sensu*, que se refere ao mecanismo e aos dados mentais do indivíduo humano, porque as categorias gramaticais, de acordo com a concepção fundamental de Saussure, são fatos da LÍNGUA, e não do DISCURSO. Impõem-se ao falante como um sistema classificatório preestabelecido. (CÂMARA JR., 1959, p. 142, sublinhei. Os versaletes são originais)

Adiante, Mattoso nos remete ao artigo, por certo prisma, inaugural sobre o assunto, ao citar Vendryès, que, abaixo, traduzimos para expor neste momento da tese. Mattoso assim se expressa: "É esse reajustamento entre as categorias gramaticais e a mentalidade coletiva que constitui (cf. Vendryès, 1921, 414/5) o único PROGRESSO LINGUÍSTICO possível de admissão científica." (id. *ib.*, p. 144)

⁹³ 1) Prover a língua de um sistema de formas que a torna compreensível e comunicável, sistema este de que ela própria fora provida; 2) sistematizar uma variante eleita como padrão para fins de unificação e tenacidade da língua diante de aspectos diatópicos, diastráticos, diafásicos, dianoéticos (relativos àquilo que é possível compreender e expressar racionalmente e intelectualmente).

Fomos à obra inaugural de que falávamos, *Le langage*, de Vendryès, na parte precisa a que nos envia Mattoso acima, e coletamos o seguinte, que aqui traduzimos:

CONCLUSÃO: O PROGRESSO DA LINGUAGEM

Até nossa atividade mental é regulada por causas sociais. A história das línguas, quando abarca um longo período de tempo, permite que se reconheçam, como consequência, certos efeitos de evolução social sobre a mentalidade dos homens. Observa-se, por exemplo, uma tendência geral das línguas a desgastar as características místicas para tornarem-se cada vez mais intelectuais, e a deixar cair as ideias concretas para elevarem-se à abstração. (VENDRYÈS, 1950, p. 414, traduzi⁹⁴)

Meillet, que, como sabemos, é o autor do vocábulo “gramaticalização”, enfatiza o trecho de Vendryès, igualmente sublinhado por Mattoso, ao referir-se à lei geral da “marcha das categorias concretas para as abstratas” (MEILLET, 1948, p. 201-2).

Em seguida, no mesmo livro, *Princípios de linguística geral*, Mattoso arremata:

Um resultado complementar dessa tendência evolutiva é a gramática das línguas indo-europeias ir perdendo no seu quadro de categorias a intromissão de traços decorrentes do impulso para a manifestação psíquica e o apelo. O fenômeno, que podemos chamar em sentido lato – a GRAMATICALIZAÇÃO, consiste em pautar as formas e significações gramaticais pelo intento puro da representação, despojando-as das intromissões emotivas. (CÂMARA JR., 1959, p. 145)

Dentro da concepção humboldtiana, podemos dizer que cada língua tem uma forma interna privativamente sua. Distingue-se das demais pelo grupo de categorias que encerra, e pelos traços peculiares que matizam cada uma das categorias aparentemente comuns a mais outra ou outras línguas. É impossível, portanto, traçar a lista das categorias gramaticais da linguagem humana. Cada língua tem um corpo de categorias seu. (id. *Ib.*, p. 149)

Vendryès imbricava a noção de categoria gramatical à necessidade de ela ser expressa, numa língua, por morfemas, o que nem sempre corresponde à verdade. Jespersen fará, pois, emergirem dois tipos de categorias: as categorias nocionais e as categorias sintáticas. (cf. JESPERSEN, 1929).

Como vimos acima, Sapir parece transpor essa noção de categoria ao aprofundar-se na ideia conceitual mais pura que ela enquadra, tratando-a, *mutatis*

⁹⁴ Même notre activité mentale est réglée par des causes sociales. L’histoire des langues, quand elle embrasse une longue période de temps, permet par suite de reconnaître certains effets de l’évolution sociale sur la mentalité des hommes. On a remarqué par exemple une tendance générale des langues à dépouiller les caractères mystiques pour devenir de plus en plus intellectuelles, et à laisser tomber l’expression des idées concrètes pour s’élever à l’abstraction.

mutandis, exatamente sob o rótulo de “conceito gramatical”, articulado, em capítulo anterior de sua obra, ao de “processo gramatical”. Reitero, entretanto, um de seus questionamentos já trazido à luz nesta parte da tese, questão que, como ressaltamos, é cerne da motivação para nossa busca de uma Teoria Geral da Gramaticalização:

Este sentimento de forma considerada em si mesma, expandindo-se livremente segundo linhas determinadas, e grandemente inibido em certas direções por falta de moldes preestabelecidos, deveria ser mais claramente compreendido do que parece ser. (SAPIR, 1980, p. 55).

Por seu turno, dentro do mesmo tema, a Linguística Cognitiva lança a teoria dos protótipos, que, mais fluidos que as categorias acima averbadas, também contribui com algumas lacunas que a gramaticalização parecia precisar transpor a fim de erguer-se ao estatuto de Teoria Geral.

No capítulo em que discutimos as inter-relações entre discurso e texto (todo o capítulo 5), serão debatidos conceitos amplos e possíveis de gramática, não apenas o da normativa ou escolar. Este que aqui se apresenta, e de que já nos valem, é um deles, diríamos que o primeiro, que podemos agora expandir, explicitando-o: a gramática *lato sensu*, ou a forma pela qual a substância (binômio que Aristóteles tanto prezava como o de categorias básicas do entendimento humano, e que chega a ser considerado o par filosófico básico) promove as regras que podem ser expressas e compreendidas numa língua.

Usamos a dicotomia aristotélica de forma/substância, mas vista, prioritariamente, segundo a ótica de Hjelmslev. O linguista dinamarquês ampliou, entre outras, a dicotomia saussuriana de *significado x significante* para uma correspondente de maior alcance, a de *conteúdo x expressão*, articulando-a à dicotomia aristotélica de *forma x substância*, também expandida. Para ele, a substância da expressão manifesta a forma da expressão, e a substância do conteúdo manifesta a forma do conteúdo⁹⁵.

O conceito de “forma” pode ser comparado, filosófica e cientificamente, a conceitos como “essência”, “ideal”, “racionalista”, “epistemológico”, “genérico”,

⁹⁵ Por essa razão, cremos que o discurso manifesta o texto, e que o texto é o discurso cristalizado, em que pese à enorme e complexa gama de perspectivas que se adotam para a perquirição desse par (texto/discurso), e de conceitos correlatos (enunciado/enunciação, por exemplo) como mostraremos no capítulo voltado a esse tema (capítulo 5).

“abstrato”. Por seu turno, o conceito de “substância” é passível de contraste comparativo a outros como (seguimos respectivamente os pares opostos em relação aos conceitos expostos no período anterior) “aparência”, “praticado”, “empírico”, “ontológico”, “particular/específico”, “concreto”.

Em sinopse:

Forma x substância

Essência x aparência;

Ideal x praticado;

Racionalista x empírico

Epistemológico x ontológico

Genérico x particular/específico

Abstrato x concreto

Certamente já se notou, mesmo de passagem, que, nesse contexto, *Forma* pertence sobretudo à língua, enquanto *Substância* pertence sobretudo à fala, porque a fala é a constante do edifício “Língua”, tal qual cristalizada pela sociedade, ao passo que substância parece derivar sobretudo das variáveis individuais da fala, das qualidades concretas e particulares selecionadas pelos atores singulares ou coletivos. (HÉNAULT, 2006, p. 84)

Sobre o conceito de "forma", Sapir, como anunciáramos, em dois capítulos de sua obra *A linguagem [Language]* a ele se reporta: "Capítulo 4. A forma na Linguagem: os processos gramaticais"; "Capítulo 5. A forma na Linguagem: os conceitos gramaticais" (sublinhei).

A questão da forma em linguagem apresenta-se sob dois aspectos.

Podemos considerar os métodos formais empregados por uma língua, os “seus processos gramaticais”, ou verificar a distribuição dos conceitos em referência à expressão formal. Quais são os padrões formais dessa língua? E que tipos de conceitos lhes servem de conteúdo?

[...]

Sem sair do próprio âmbito da língua inglesa, é fácil tornar óbvia essa relativa independência entre a forma e a função. É assim que a ideia negativa contida em un- pode ser expressa com a mesma justeza por um elemento sufixado (-less) numa palavra como *thoughtlessly* [port. “desatentamente”]. Tal dualidade de expressão formal para a função negativa seria inconcebível em certas línguas, o esquimó, por exemplo, onde só seria admissível um elemento de sufixação.

[...]

Cada língua possui um ou mais métodos formais para indicar a relação de um conceito secundário com o conceito básico do radical. Alguns desses processos gramaticais, como a sufixação, acham-se muito espalhados; outros, como a mutação vocálica, são menos comuns, mas estão longe de ser raros; outros ainda, como a acentuação e a mutação consonantal, constituem até certo ponto anomalias. É tanto mais justificável assim procedermos quanto todas as línguas manifestam um curioso instinto para desenvolver um ou mais processos gramaticais especiais à custa de outros, tendendo a perder de vista o valor funcional explícito que o processo possa ter tido a princípio, como que comprazendo-se no mero jogo dos seus meios de expressão. (SAPIR, 1980, pp. 53-5)

Parece fundamental, aqui, uma vez que apresentamos o conceito de "forma" como atinente à Gramática de uma língua, que vejamos o que Mattoso aponta, como proveniente de Bloomfield, a quem, logo abaixo, recorreremos *ipsis literis*, sobre as formas de que a Gramática se constrói:

O critério para definir a unidade vocabular mórfica foi basicamente estabelecido pelo linguista norte-americano Leonard Bloomfield. Segundo ele, as unidades formais de uma língua são de duas espécies: formas livres (quando constituem uma sequência que pode funcionar isoladamente como comunicação suficiente) e formas presas (que só funcionam ligadas a outras). O vocábulo formal é a unidade a que se chega, quando não é possível nova divisão em duas ou mais formas livres. (CÂMARA JR., 1969, p. 36-7, grifamos)

Há, também, as chamadas formas dependentes, que são vocábulos cuja forma “é autônoma embora nunca apareça isolada” (CÂMARA JR., 1959, p. 160).

Husserl, que já trouxemos ao debate, correlaciona "forma" e "matéria" (que equivalem ao par aristotélico-hjelmsleviano de "forma"-“conteúdo” e "substância"-“expressão”) em diversos momentos ao descrever o processo gramatical de uma língua. Para ele:

Tal como o enunciado, o nome possui "matéria" e "forma", já na sua aparência gramatical. Se ele se decompõe em várias palavras, sua forma reside parte na maneira da sua ordenação, parte nas próprias palavras formais, parte no modo de construção das palavras singulares, onde é possível distinguir ainda momentos da "matéria" e momentos da "forma". Tais diferenças gramaticais remetem a diferenças de significação, pelo menos, *grosso modo*, as articulações e formas gramaticais exprimem as articulações e formas fundamentais na essência da significação; portanto, encontramos nas significações partes de caráter muito diverso, entre as quais lembramos especialmente aquelas que se exprimem em palavras formais como *o, um, alguns, muitos, poucos, dois, é, não, qual, e, ou* e assim por diante; ou ainda pela forma de construção das palavras, forma substantiva e adjetiva, singular e plural etc. (HUSSERL, 1988, p. 100)

Pouco abaixo, nesta seção, trataremos das classes gramaticais, ordenando-as segundo um critério em que elas vão desde as mais concretas (ou muito "materiais" ou "substanciais", em que a primeira é, justamente, o substantivo) até as mais abstratas (ou muito "formais", em que pusemos como protótipo do antípoda antitético dialético do substantivo exatamente o artigo, por constituir a classe de inventário mais fechado da Gramática, chegando a ser comparável, como veremos, a um morfema, ou forma presa). Sobre as questões de "singular" e "plural" de que trata Husserl, acima, tratamos disso na parte em que falamos das categorias gramaticais, expandindo-as à acepção de protótipos conceituais (termo retirado da Linguística Cognitiva e, antes, de Sapir), salto que completa a visão da gramaticalização que deixa de ser mero tratado indo em direção à gramaticalização como teoria autônoma.

Portanto, como se percebe, até aqui, temos ido em busca das formas, das essências, sopesando-as, sempre que necessário, às substâncias, às materialidades, que se regulam recíproca e ininterruptamente, convergindo numa síntese que, por fim, acarreta o equilíbrio da realidade da língua. Porém, em que pese ao fato de a realidade consistir, como concluímos, num equilíbrio dinâmico e transformado incessantemente, ainda é à forma que nosso trabalho lança seu olhar mais atento, pois a descrição da gramática, como tendo em seu "espírito" ou "pensamento" (para usar os termos de Hegel) ou "gênio" (para usar o termo de Saussure), ou "índole", a gramaticalização, carecerá sempre dessa busca quase utópica ou platônica, que deve ser convictamente rediviva, pela "essência" (para usar a terminologia de Husserl recuperada por Hjelmslev) ou pela "forma" (para culminar com a terminologia de Platão e Aristóteles, reiterada detidamente por Bloomfield).

É fundamental, agora, dessa maneira, citar mais de perto trabalho de Leonard Bloomfield, que, com seus postulados (BLOOMFIELD, 2005), explicitou a questão das formas mínimas (e cada vez mais redutíveis, até um limite finito) do ponto de vista significativo quando em contraste com o todo sistêmico da língua (o método estruturalista), que fora inicialmente, na modernidade ocidental, nos campos da Linguística, trazida à luz por Saussure, como é consabido.

Esse método, usando princípios de axioma (do grego *ἀξίωμα*, "não-contestável"), tem como base o seguinte:

[...] o método postulacional pode ajudar a desenvolver o estudo da linguagem, porque ele nos força a expor explicitamente tudo o que tomamos por estabelecido, a definir nossos termos, e a decidir que coisas podem existir independentemente e que coisas são interdependentes. Certos erros podem ser evitados ou corrigidos pelo exame e pela formulação de nossas (no momento tácitas) premissas e pela definição de nossos termos (frequentemente não definidos). (DASCAL, 1978, p. 29)

Desse modo, ao formular, por postulados e definições, as ideias propostas anteriormente, Bloomfield trata, basicamente de: III) Morfema, palavra e frase; V) Fonemas; VI) Construção, categorias, partes do discurso; VII) Alternância; VIII) Linguística Histórica.

É bastante ilustrativo o modo como Bloomfield define a sua subseção III) MORFEMA, PALAVRA E FRASE:

8. DEFINIÇÃO. Um X mínimo é um X que não consiste inteiramente de Xs menores. [...] 9. DEFINIÇÃO. Uma forma mínima é um MORFEMA; seu significado é um SEMEMA [...] 10. DEFINIÇÃO. Uma forma que pode ser enunciada é LIVRE. Uma forma que não é livre é PRESA. Assim, livro, o homem são formas livres; -ndo (como em escrevendo), -or (como em escritor) são formas presas. 11. DEFINIÇÃO: Uma forma livre mínima é uma PALAVRA. 12. DEFINIÇÃO. Uma forma livre não-mínima é uma FRASE. [...] 13. DEFINIÇÃO: Uma forma presa que é parte de uma palavra é um FORMATIVO. Um formativo pode ser complexo, como as terminações verbais do latim -abat, -abant, -abit, -abunt etc., ou mínimo (portanto um morfema), como o -t latino da terceira pessoa. 14. DEFINIÇÃO: As formas de uma língua são finitas em número. (BLOOMFIELD, 2005⁹⁶)

Bloomfield foi um importante behaviorista, ou seja, que via a linguagem como um conjunto de respostas à interação social e seus estímulos externos. Nesse ponto, ele influenciou Noam Chomsky (CHOMSKY, 1957), que pretende responder (e até certo ponto rejeitar) esse modelo de linguagem. Para Chomsky, um indivíduo sempre age criativamente no USO da linguagem, ou seja, a todo momento, o ser humano está construindo frases inéditas e novas, infinitas, jamais ditas antes por outro indivíduo.

Essa disposição inata para a criação infinita de enunciados foi chamada, na teoria de Chomsky, de Faculdade da linguagem, que ia de encontro às técnicas racionalistas e empiricistas, por exemplo de Bloomfield e Skinner. (KENEDY, 2008, p.119)

⁹⁶ Fomos à versão original, em Língua Inglesa, de Bloomfield, mas utilizamos a tradução empreendida por Dascal (1978) (já que este estudioso emprestou à tradução os termos técnicos consagrados em Língua Portuguesa), cotejando-as e ratificando-as em seguida.

No entanto, a importância de Bloomfield e seus postulados, ou método postulacional, é inegável, repita-se, para a confecção das modernas Gramáticas Normativas e, conquanto fosse ele um cientista preocupado com a interação social da língua, afeita ao Funcionalismo, pois, seu método postulacional, por lidar exatamente com formas, auxilia sobretudo, também, os estudos de cunho eminentemente formalista.

Da perspectiva bloomfieldiana, podemos apontar, de início, que o objeto primeiro da Gramática é atingir a palavra, e exatamente por isso ocorre a divisão desta em classes de palavras, ou classes gramaticais. Num segundo plano, a preocupação da Gramática também seria com os morfemas, ou as formas presas (monemas, para Martinet, pertencentes à primeira articulação – a do conteúdo – da linguagem, contrapostos aos fonemas, membros da segunda articulação – a da expressão, na dicotomia célebre de Hjelmslev), e, por fim, a frase, com o estudo da sintaxe.

[Os mecanismos linguísticos para Hjelmslev] geralmente são tomados de empréstimo aos fenômenos de regência da gramática frástica mais tradicional, se bem que essa teoria das funções se disfarce, conotativamente, com os vícios de pensamento dos pedagogos da sintaxe, que balizam metaforicamente as dependências entre subordinadas e principais simplesmente como as exigências dos casos das gramáticas latinas ou gregas. (HÉNAULT, 2006, p. 75, grifamos).

Em novo diálogo com Sapir, encontramos:

Algumas línguas, como o latim, exprimem praticamente todas as relações por meio de modificações no corpo da própria palavra. Nelas, a ordem das palavras presta-se a ser antes um princípio retórico do que estritamente gramatical.

Diga eu em latim *hominem femina videt*, ou *femina hominem videt*, ou *hominem videt femina*, ou ainda *videt femina hominem*, o alcance da frase não apresentará maior ou nenhuma diferença, salvo talvez no que respeita ao efeito retórico ou estilístico. “A mulher vê o homem” será a significação invariável em cada uma dessas sentenças. (SAPIR, 1980, p. 57)

Vimos que o vocábulo isolado exprime um conceito simples ou uma combinação de conceitos tão intrincados que constituem uma unidade psicológica. Examinamos rapidamente, além disso, sob um aspecto estritamente formal, os principais processos que são usados em todas as línguas conhecidas com o fim de submeter os conceitos fundamentais, - aqueles que são corporificados nos vocábulos inanalísáveis ou nos radicais de um vocábulo -, à influência modificadora ou formativa dos conceitos subsidiários. (SAPIR, 1980, p. 71)

Assim, vimos que, até aqui, interessam à Gramática, na verdade, antes de tudo, as formas mínimas (agrupadas em morfemas, sob a égide da Morfologia), as palavras (agrupadas em classes) e a frase (no estudo da sintaxe). Os fonemas interessam à Gramática, também, na medida em que formam monemas, unidades completas, no plano da expressão, dotadas de função distintiva que cria significado.

A inserção da Estilística, há longa data, como disciplina ancilar à gramática normativa, por sua vez, apontava que o texto vinha sendo pleiteado, de alguma forma, pela Disciplina Gramatical (que Mattoso definirá adiante), algo que, com a Teoria Geral da Gramaticalização, como queremos demonstrar, consolidou-se, principalmente nas análises dos intertextos/interdiscursos.

Mostraremos (no capítulo 5) que, com a gramaticalização já percebida como teoria autônoma, seu objeto de estudo passa a ser, também, o texto e, principalmente, suas inter-relações, que são divisíveis em unidades sistematizáveis de significado, indo-se do mais prototipicamente concreto ao mais prototipicamente abstrato, ou exatamente do mais "material" ao mais "formal", tal qual o são as formas (mínimas) bloomfieldianas.

Mais uma vez recorrendo à judiciosa análise de Sapir, encontram-se as seguintes ponderações:

Quais são, então, os conceitos absolutamente essenciais na fala, os conceitos que têm de ser forçosamente expressos para que a linguagem seja um meio satisfatório de comunicação?

É claro que temos de ter, antes de tudo, um bloco de conceitos básicos ou radicais, o assunto concreto da fala. Temos de ter objetos, ações, qualidades para conversar a respeito, e tudo isso tem de ter símbolos correspondentes que sejam vocábulos independentes ou radicais. Nenhuma proposição, por mais abstrato que seja o seu intuito, é humanamente possível sem um ou mais pontos de contato com o mundo concreto dos sentidos. Em toda proposição inteligível, têm de ser expressas duas, pelo menos, dessas ideias radicais, embora em casos excepcionais uma, ou até uma e outra, fique pressuposta no contexto.

E, em segundo lugar, têm de ser expressos conceitos de relação tais que os conceitos concretos fiquem enlaçados entre si, construindo uma forma definida e fundamental de proposição, onde não deve haver qualquer dúvida a respeito da natureza das relações existentes entre os conceitos concretos. Temos de saber qual deles está direta ou indiretamente relacionado ao outro, e como o está. Se queremos falar de uma coisa e de uma ação, temos de saber se estão coordenados entre si (e.g. "ele gosta do vinho e do jogo"); ou se a coisa está concebida como o ponto de partida, o "agente" da ação, ou seja em linguagem usual como "sujeito", a que a ação está predicada; ou se, ao contrário, é o ponto final, o "objeto" da ação.

Se quero comunicar uma ideia inteligível acerca de um lavrador, um pato e a ação de matar, não é suficiente apresentar os respectivos símbolos

linguísticos à toa, em qualquer ordem, confiando em que a pessoa que me ouviu, tire uma espécie de norma de relação dentre as possibilidades gerais do caso.

As relações sintáticas fundamentais precisam ser expressas sem ambiguidade. (SAPIR, 1980, p. 78-9)

Assim, partindo-se dessa pressuposição de que o primeiro objeto da gramática está tanto na palavra (até mesmo com preocupações de ponto de vista em relação a essa palavra como unidade do léxico, qual seja o lexema) quanto nas formas mínimas que a consubstanciam (os morfemas), indo, daí, às unidades da frase ou da sintaxe (os sintagmas), as atuais onze classes gramaticais abarcam itens lexicais e itens gramaticais (além de marcadores discursivos). Ou seja, comporta itens que, a rigor, não estão completamente gramaticalizados (pertencem também ao plano do dicionário ou mesmo do discurso), indo até itens totalmente gramaticalizados (pertencentes, pois, totalmente ao plano da gramática).

Cabe ao gramaticólogo e ao gramaticógrafo a tarefa de agrupar, segundo esses critérios de valor semântico externo (substancial) e interno (formal)⁹⁷, os itens numa gramática de língua, indo-se do concreto para o abstrato, num gradiente que caminha das formas livres, passando pelas formas dependentes e chegando às formas presas. Nesse gradiente, as formas livres são as palavras lexicais ou discursivas mais nítidas, ao passo que, no extremo, estão as formas presas, sendo as formas dependentes as intermediárias.

Não há sempre delimitação discreta nessa correlação entre classes gramaticais e a constatação de que sejam palavras de fato lexicais-discursivas, gramaticalizadas ou em processo de gramaticalização.

No capítulo 1 desta tese, na seção “1.2 A tradição gramatical no Ocidente: baseada no pensamento (filosofia) ou na literatura?”, buscamos investigar os pensamentos e as reflexões que ocorriam sobre a língua, a linguagem e a gramática.

Como falaremos, agora, sobre as atuais classes gramaticais existentes nas gramáticas de Língua Portuguesa, vale a pena retomarmos parte da discussão

⁹⁷ Muito embora o método estruturalista não careça peremptoriamente da significação enciclopédica ou extralinguística, mas sim interna ou distintiva, contrastiva, opositiva, negativa, em que se formam SEMEMAS. A contribuição da Linguística Cognitiva será mais evidente, nesta tese, no capítulo 6.

empreendida em 1.2, direcionada, ora, ao ponto que nos interessa mais de perto: as classes gramaticais.

Segundo a notícia mais clara que temos dos estoicos, tal como reportada por Diógenes Laércio, vemos que eles restringiram o termo *ónoma*, “nome”, áquilo que a gramática tradicional viria a chamar de “nome próprio”, introduzindo o termo *prosegoría*, “apelativo”, para os nomes comuns. O *rhêma* foi descrito como sem caso e significando algo dito sobre alguém. Duas novas categorias foram identificadas: o *sýndesmos* (conjunção), que não tinha caso e ligava as partes do discurso, e o *árthron* (artigo), que tinha caso e distinguia o número e gênero dos nomes.

Este sistema foi refinado por sucessivas gerações de estudiosos. Seu desenvolvimento total pode ser visto num fragmento de papiro do século I d.C. (P. Yale 1.25, inv. 446), que preserva os parágrafos iniciais de uma gramática que dá as definições das nove partes do discurso. Aqui, o particípio (*metoché*) é caracterizado como uma parte do discurso que recebe artigos e casos como o nome, mas também flexões de tempo como o verbo. O pronome (*antonomasía*, mais tarde *antonymía*) é usado no lugar de um nome, tem função dêitica e mostra relações entre as pessoas. O termo *sýndesmos* fica restrito às conjunções. A preposição (*próthesis*) é definida como uma parte do discurso que tem somente uma forma (invariável), colocada antes de outra parte do discurso e entrando numa íntima relação com ela. O advérbio (*epírrhema*), outra parte do discurso com uma só forma, é colocado antes ou depois de um verbo, mas carece de qualquer conexão sintática íntima com ele, e indica quantidade ou qualidade, tempo ou lugar, negação ou concórdia, proibição ou exortação, questionamento ou desejo, comparação ou dúvida.

Em todas essas definições, a importância preponderante do significado é visível tanto nos critérios predominantemente semânticos usados para distinguir as partes do discurso quanto nas categorias mesmas a que se chegou.

[...]

[...] todas essas características das definições das partes do discurso emergem da ênfase dos gregos nos aspectos de significado do enunciado, e não nos aspectos formais. Transmitido a nós em sua versão elaborada pelos romanos, este sistema levantou para os linguistas posteriores o problema de conciliar um sistema de classes de palavras de base semântica com a necessidade, frequentemente incompatível, de classificar a palavra segundo sua forma. (WEEDWOOD, p. 30-32)

Começemos tratando de duas classes que serão arroladas segundo o critério que elegemos: ida das mais lexicais ou discursivas para as mais gramaticais. Trata-se, em primeiro lugar, das palavras denotativas, que diríamos ser formas dependentes (em alguns casos) ou meros marcadores discursivos (em outros). A respeito das interjeições, classe criada, ao que tudo indica, para “substituir” a antiga classe do particípio (*metoché*) nas gramáticas grega e latina clássicas, trata-se preponderantemente de marcadores discursivos, arrolados na gramática de maneira

convencional, enfatizando-se o aspecto emotivo (estilístico) do sujeito da enunciação.

Sobre essas duas primeiras classes gramaticais averbadas (as palavras denotativas e as interjeições), é de grande valia o estudo empreendido por Eneida do Rego Monteiro Bomfim, em sua obra *Advérbio* (BOMFIM, 1988), em que a Autora analisa as classes que circundam exatamente os advérbios, sobretudo aquelas que, de alguma forma, modificam elementos da enunciação.

Coletamos trechos em que Bomfim trata das palavras denotativas e das interjeições, remetendo a alguns dos pesquisadores investigados. Salientamos que o trecho é relevante sobretudo por observar a pertinência de serem essas duas classes de fato inclusas na gramática tradicional ou escolar:

Limitamo-nos a observar que, incluindo ou não as *interjeições* entre as classes de palavras, ninguém deixou de ressaltar seu caráter afetivo.

Tradicionalmente se têm feito observações sobre os tipos de interjeição que Carneiro Ribeiro classificou como: *naturais ou simples* (quase todas monossilábicas); *convencionais* (apre, arre, oxalá, etc.) e *locuções* e frases interjectivas (Ave Maria! Ai de mim! Deus, alto lá! etc.)⁹⁸.

Atentando-se para os elementos que integram os três grupos, nota-se uma gradação. Ao primeiro caberia a observação de Vendryès com respeito à não observância das leis fonéticas e, por vezes, também o caráter de “mero grito articulado”, criticado por Oiticica. O terceiro grupo abriga expressões e construções com estruturação gramatical interna. O segundo grupo, resultante com frequência de formas que se alteraram ou de frases elíticas estratificadas, fica a meio caminho entre os dois outros.

Pelo visto, tirante o fato indiscutível de não estarem sujeitas à flexão, o traço comum entre as interjeições de qualquer tipo é o seu caráter afetivo (logo, subjetivo) e, salvo observações isoladas, falta de relação sintática com o enunciado.

[...]

Charles Bally (1941)⁹⁹ chamou a atenção para vários aspectos da influência afetiva na linguagem. O grande mestre da estilística, do mesmo modo que Sechehaye¹⁰⁰, Vossler¹⁰¹ e outros, focaliza o assunto do ponto de vista da expressividade. A proposta que fazemos é no sentido de um estudo desses aspectos a partir de sua estruturação no enunciado, procurando estabelecer

⁹⁸ Bomfim abre nota de rodapé para assinalar: “ Para Oiticica (1947 [OITICICA, José. *Manual de análise*. 5. ed., refundida. Rio de Janeiro, Francisco Alves]), há interjeições essenciais (as naturais, de Carneiro Ribeiro), palavras interjectivas, expressões interjectivas e frases interjectivas [...]” (BOMFIM, 1988, p. 55).

⁹⁹ *El lenguaje y la vida*. Trad. Amado Alonso. Buenos Aires: Losada, 1941.

¹⁰⁰ SECHEHAYE, A. *Essai sur la structure logique de la phrase*. Paris: Edouard Champion, 1950.

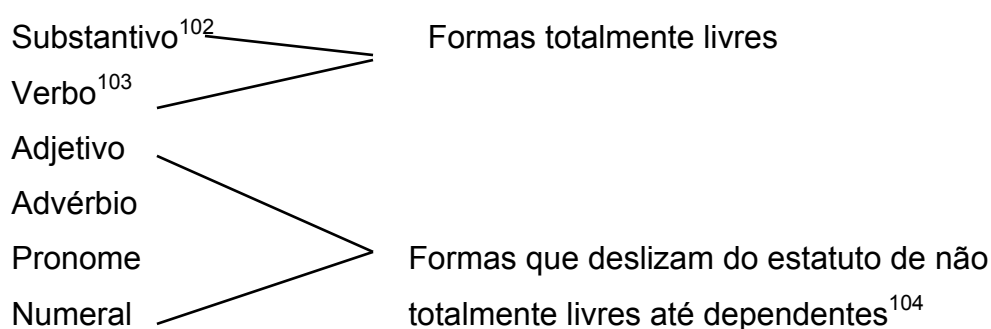
¹⁰¹ VOSSLER, Karl. *Filosofia del lenguaje*. Trad. e notas Amado Alonso e Raimundo Lida. Buenos Aires: Losada, 1943.

o seu relacionamento com os elementos que lhe são externos, mas que estão presentes no ato da comunicação.

Por ora, limitamo-nos a reconhecer que, das palavras denotativas propostas por Oiticica, algumas são, como ele observa, ligadas ao texto, outras revelam uma avaliação do sujeito da enunciação sobre o enunciado. A maioria delas está carregada de subjetividade, e acreditamos que possam servir de objeto de um estudo que englobe, também, as interjeições. (BOMFIM, 1988, p. 55-57, sublinhamos).

No entanto, para se fazer um inventário ontológico das nove classes que restaram, que a Gramática Escolar costuma averbar entre as onze totais, e incluindo-se, neste momento, até mesmo os morfemas, que não são classes de palavras, diremos que o *continuum* se opera da seguinte maneira:

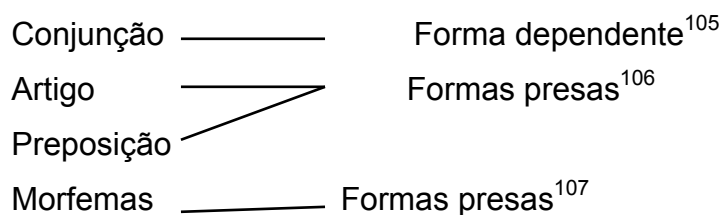
Fluxograma 6- Contínuo das classes gramaticais segundo Caetano



¹⁰² Bréal faz importante advertência a respeito dos substantivos: “A diferença com os nomes comuns é uma diferença intelectual. Se se classificam os nomes segundo a quantidade de ideias que despertam, os nomes próprios deveriam estar na frente, pois são os mais significativos de todos, sendo os mais individuais. [...] Além disso, basta aproximar a palavra César, ouvida do adversário de Pompeu, e a palavra alemã Kaiser, que significa “imperador”, para ver que um nome próprio perde em compreensão para se tornar um nome comum. Donde se pode concluir que, do ponto de vista semântico, os nomes próprios são os substantivos por excelência.” (BRÉAL, 1992, P. 126)

¹⁰³ Os verbos, embora, na sintaxe, dependam, em tese, do substantivo, também são formas totalmente livres, por três razões primordiais: 1) podem funcionar sintaticamente, ainda que por neologia, como substantivos; 2) podem ser impessoais e, pois, prescindir de um substantivo para figurar no centro de uma oração; 3) podem carrear noções autossemânticas (ao lado das sinsemânticas) de indefinição de sujeito (cf. “trair e coçar é só começar”), além de emprestarem à sequência em que possam estar espécies de significados, como ocorre, por exemplo, em auxiliares modais e nos catenativos de uma forma geral (cf. “ele deve comer”, “ele pode comer”, “ele quer comer”, “ele tenta comer”), em que, a despeito do conglomerado semântico da perífrase de verbos, nota-se a autossuficiência semântica dos elementos verbais “auxiliares” (conquanto parcialmente lexicais, daí serem chamados algumas vezes de “semiauxiliares”) aí presentes.

¹⁰⁴ Note-se que, na nossa classificação, divergimos de Bloomfield e Mattoso Câmara, para quem, a rigor, as formas dependentes seriam as preposições e os artigos. Consideramos como “formas não totalmente livres até dependentes” para mostrar que a passagem de um vocábulo, por exemplo, de substantivo a adjetivo já constitui um processo de gramaticalização, uma vez que o adjetivo depende da existência do substantivo para ocorrer. Assim, embora seja considerado, classicamente, como item lexical, para efeitos de gramaticalização, ele é mais abstrato que o substantivo, porquanto mais dependente e, assim, mais gramatical.



Fonte: O Autor, 2014.

Portanto, dos substantivos (vistos como lexemas e como núcleos do sintagma nominal, isto é, pertencentes ambíguos ao léxico e à sintaxe) aos morfemas, como dois polos, temos o processo de gramaticalização unidirecional ocorrendo no interior da própria gramática normativa.

Assim, linguistas há que, pelo fato de propenderem à análise formalista nos estudos da linguagem, ainda que indiretamente ou mesmo negando-a, em princípio, auxiliam nas searas dos estudos de *língua*, e não no que modernamente se concebe como a *Linguística*, que não tememos dizer que propende para os estudos de cunho funcionalista¹⁰⁸. Não obstante, mesmo os trabalhos de linguistas mais notadamente funcionalistas auxiliam sobremaneira o campo de investigação da língua em si, e até de sua gramática normativa (como vimos há pouco, por exemplo, com o método de Bloomfield), embora não sejam encarecidos, para esse escopo, como estudos centrais, nucleares, mas apenas periféricos, ancilares.

¹⁰⁵ As conjunções costumam ser os itens preferidos dos estudos de gramaticalização atomísticos, até aqui uberemente empreendidos, exatamente porque, nelas, observa-se o processo de gramaticalização mais nítido. Há um critério, que foi desdobrado na minha dissertação de mestrado, segundo o qual o item só estará inteiramente gramaticalizado quando apresenta total imobilidade sintática na frase. Assim, por exemplo, a conjunção MAS é mais gramaticalizada do que a conjunção PORÉM, uma vez que esta última pode mover-se numa oração, não tendo posição rigorosamente fixa, o que não acontece com aquela primeira. Importante a liitura de Longhin (2003), Rocha (2005), Martelotta (1996)

¹⁰⁶ Cunha-Cintra chegam a classificar as preposições e os artigos como tipos de morfemas, e ainda mais gramaticalizados, pois criam a dicotomia entre morfemas lexicais e gramaticais, deixando artigos e preposições sob o estatuto de morfemas gramaticais, isto é, inteiramente gramaticalizados. Na parte intitulada “Tipos de morfemas”, assim se manifestam: “Já a significação dos morfemas gramaticais é interna, pois deriva das relações e categorias levadas em conta pela língua. Assim, em nossa frase-exemplo, o artigo *a*, as preposições *de* e *sob*, a marca do feminino *-a* (rox-a, erm-a) e a do plural *-s* (rua-s, erma-s, o-s, céu-s, violeta-s, roxa-s).” (CINTRA & CUNHA, 1985, p. 76-7).

¹⁰⁷ Com exceção dos radicais atemáticos, que são morfemas, porém constituem formas livres.

¹⁰⁸ Por isso, em nossa dissertação de mestrado, dedicamos parte substancial à exigente tarefa de diferenciar o Formalismo do Funcionalismo. Nesta tese, teremos de retomar, de modo mais sucinto, o tema.

Uma teoria que procura atingir a estrutura específica da linguagem por meio de um sistema de premissas exclusivamente formais deve necessariamente, levando em conta as flutuações e as mudanças da fala, recusar-se a atribuir-lhes papel preponderante, e deve buscar uma constância que não esteja enraizada numa realidade extralinguística ¹⁰⁹; uma constância que faça com que toda língua seja uma língua, seja ela qual for, e que uma língua permaneça idêntica a si mesma em meio às suas mais diversas manifestações; uma constância que, uma vez encontrada e descrita, deixe-se projetar sobre a “realidade” ambiente de qualquer natureza que seja (física, fisiológica, psicológica, lógica, ontológica) de tal forma que essa “realidade” se organize e ordene em torno de centros de referência que é a linguagem, não mais como um conglomerado, mas como um todo organizado, cujo princípio dominante é a estrutura linguística. (HJELMSLEV, 1971, p. 15, a tradução é nossa; grifamos¹¹⁰.)

Pensamos que os aspectos da língua falada, ou extralinguísticos (que se pautariam, para continuarmos com a dialética acima, no campo preponderantemente funcionalista), ou pragmáticos, devam, portanto, ainda que não figurando como elementos centrais, conviver com a análise gramatical (*lato e stricto sensu*), uma vez que, pela Teoria Geral da Gramaticalização, a constatação de haver polos entre o discurso (eminentemente oral ou dinâmico; funcionalista) e a chancela gramatical normativa (eminentemente escrita; formalista) não deve excluir o diálogo entre esses polos, mas, em vez disso, incluí-lo na descrição completa da língua.

Neste momento, não nos proporemos, evidentemente, ao esgotamento ontológico das possibilidades de observação dos fenômenos (fatos) da língua pelo prisma da gramaticalização, isto é, tendo sua teoria geral usada como metodologia. Entretanto, procuraremos mostrar algumas análises estribadas no método citado, relativas exatamente a algumas classes gramaticais e suas categorias inerentes, por ter sido este o objeto a que vimos de aludir e a que quisemos propor um esboço de gradiente segundo a gramaticalização menos ou mais avançada.

¹⁰⁹ Como sabemos, uma disciplina como a Pragmática não veria nexo em se utilizar um conceito como “realidade extralinguística”, já que, nos usos e atos sociointerativos da linguagem, tudo constitui realidade linguística para aquela disciplina.

¹¹⁰ Une théorie qui cherche à atteindre la structure spécifique du langage à l’aide d’un système de prémisses exclusivement formelles doit nécessairement, tout en tenant compte des fluctuations et des changements de la parole, refuser de leur accorder un rôle prépondérant et chercher une constance qui ne soit pas enracinée dans une “réalité” extra-linguistique; une constance qui fasse que toute langue soit langage, quelque langue que ce soit, et qu’une langue donnée reste identique à elle-même à travers ses manifestations les plus diverses; une constance qui, une fois trouvée et décrite, se laisse projeter sur la “réalité” ambiante de quelque nature qu’elle soit (physique, physiologique, psychologique, logique, ontologique), de telle sorte que cette “réalité” s’ordonne autour du centre de référence qu’est le langage, non plus comme un conglomerat mais comme un tout organisé dont la structure linguistique constitue le principe dominant.

Citaremos, uma vez mais, breve trecho de parte maior que citamos em nossa **Introdução**:

A evolução de uma língua tomada como sistema de signos consiste nas transformações sofridas por suas categorias. Entender-se-á por categorias as classes de formas caracterizadas distintivamente e suscetíveis de funções gramaticais. (BENVENISTE: 2006, p. 129, sublinhei)

Daremos um primeiro exemplo para começarmos a ver como o estudo das classes gramaticais, pela Teoria Geral da Gramaticalização, como método, pode apontar para gradações que se ancoram em reflexões linguísticas de cunho semântico, discursivo, sintático, distribucional, morfológico. E que essas gradações no sistema que as classes gramaticais explicitam tornam necessários reagrupamentos categoriais ou, em vez disso, foram justamente engendradas por reagrupamentos categoriais previamente implantados na língua.

Propomos algumas análises, à guisa de convite à reflexão sobre esses pontos.

Se levarmos em consideração os aspectos da língua falada, em pontos de vista sincrônicos (as variações) e diacrônicos (as mudanças), deveremos considerar como casos de gramaticalização a ida do verbo (auxiliar ou não) deslizando até o estatuto meramente adverbial de afirmação (equivalente ao advérbio de afirmação “*sim*”, portanto). Isso porque, em nosso gradiente acima, procuramos mostrar que o advérbio é palavra mais gramaticalizada do que o verbo, já que aquele primeiro depende deste último para existir do ponto de vista sintático e até distribucional (sua posição sintática em relação ao sintagma verbal).

Assim sendo, como haverá deslizamento de gramaticalização em casos de verbos plenos (autossemânticos) que se tornam auxiliares ou instrumentais (sinsemânticos), eles chegarão ao ponto de maior gramaticalização ainda quando se *transpuserem* (na acepção de BENVENISTE, 2006) ou se *transladarem* (na acepção de TESNIÈRE, 1969) de verbos para advérbios, ou desempenharem papel (função sistêmica, ou papel sistêmico-funcional, reverberando Halliday) de advérbios. A noção de comportamento sistêmico-funcional de Halliday, com efeito, é-nos de grande valia para esta análise. Quando o Autor inter-relaciona as funções *ideacional*, *interpessoal* e *textual* à estrutura dos fatos da língua (HALLIDAY, 1976), demonstra que, na estrutura da língua, as funções que se desempenham no ato de

comunicação e de formulação das ideias e pensamentos acarretam modificações que chegam ao sistema da língua: daí seu modo de ver a língua ser chamado de sistêmico-funcional.

Ocorreria, pois, o seguinte gradiente prototípico de gramaticalização dos verbos, que culminaria na transposição ou translação com papel sistêmico-funcional adverbial:

1.3.1 *Ele tem muito dinheiro* (verbo “ter” em sua forma semântico-lexical plena, sinônimo de “possuir”. Não gramaticalizado);

1.3.2 *Ele tem falado sobre você* (verbo “ter” em sua forma instrumental, sinsemântica, atrelada à sintaxe de uma sequência ou locução, como auxiliar de tempo composto, e semiauxiliar, neste caso, de um caráter relativo ao aspecto verbal imperfectivo, iterativo etc. Primeiro estágio de gramaticalização);

1.3.2

Pergunta/Resposta

P:– *Ele tem comprado os livros que eu recomendei?*

R:–*Tem.* (verbo “ter” esvaziado, ou esvaziando-se, de sua preponderância semântica de “possuir”, assim como de seu estatuto de auxiliar e semiauxiliar na locução verbal, e funcionando exclusivamente como resposta afirmativa, isto é, desempenhando função sistêmica de “sim”, cuja negação equivalente seria o advérbio de negação “não”, preservado. Segundo estágio da gramaticalização.)

Com efeito, observamos que esse ulterior (não necessariamente o último) grau de gramaticalização a que os verbos podem chegar (o fato de simplesmente exprimirem a resposta afirmativa, em substituição ao advérbio de afirmação “sim”) se comprova em outras frases como:

1.3.3

– *Você quer jantar?*

– *Quero.*

1.3.4

- O João viajou?
- Viajou.

Eneida Bomfim nos vem auxiliar mais uma vez, quando faz a seguinte ponderação:

4. a) Você viu este filme?

Resposta negativa: não

Resposta afirmativa: vi.

b) Você já comprou o livro?

Resposta negativa: não.

Resposta afirmativa: já¹¹¹.

Geralmente o falante nativo não se dá conta desse aspecto peculiar da resposta, em português. É um dos pontos que merecem atenção por parte dos professores de português para estrangeiros. (BOMFIM, 1988, pp. 6-7, sublinhamos)

Como salienta Bomfim, exatamente por ser “um dos pontos que merecem atenção por parte dos professores de português para estrangeiros”, o fenômeno que se processa não se faz exclusivamente no âmbito do discurso, mas, em vez disso, alçou estatuto de sistema ou estrutura gramatical da língua (foi gramaticalizado), uma vez que pode (e deve) ser ensinado como pertencente à gramática (funcionamento sistêmico) dessa língua a quem precisar de sua aquisição.

O fato de considerarmos o fenômeno em questão como um caso de gramaticalização se dá pela circunstância dupla de 1) o fator discursivo-pragmático ter-se transformado em fator de relevância gramatical e 2) este fator, no interior da gramática normativa, poder ser descrito como a passagem de um item [-gramatical] (o verbo) para um item [+gramatical] (o advérbio).

Essa análise mostra como, pela Teoria Geral da Gramaticalização, utilizada como método de descrição da Língua em si, a reorganização das categorias de uma língua – e ecoamos aqui Benveniste – é infinita. As funções sistêmicas se reagrupam, redistribuindo as categorias de pensamento (cf. SAPIR, 1980); e, outras vezes, as categorias de pensamento se reagrupam, redistribuindo as funções sistêmicas gramaticais: como vimos, causas e consequências invertem-se nas regras desse jogo.

¹¹¹ A resposta afirmativa, aqui, poderia ter sido o recurso, mais uma vez, ao verbo da pergunta, que passaria a desempenhar função de advérbio: cf. *resposta afirmativa: comprei*.

As mudanças não cessam, e, com elas, a necessidade de reorganização categorial em um idioma transpassa como de número ilimitado. Algumas vezes (ou depois de algum tempo), essa reorganização categorial entra na gramática *lato sensu* e, depois, *stricto sensu* (normativa, padrão) de uma língua, aumentando-se ou recriando-se o polo de abstração ideal com que a Teoria Geral da Gramaticalização conta para promover o equilíbrio dinâmico que descreve a Língua em si, em diálogo com o léxico ou, mais amplamente, o discurso. Se for o caso de estarmos diante de item originariamente discursivo-pragmático ou lexical que adentra na gramática, ou se, como aconteceu de 1.3.1 a 1.3.4 acima, o item gramatical se tornar mais gramatical ([-gramatical] > [+gramatical]), teremos, num e noutro caso, gramaticalização.

Outra investida interessante na ontologia das classes gramaticais se deu em Benveniste, que, em capítulo intitulado “**Mecanismos de transposição**”¹¹² (BENVENISTE, 2006, pp. 115 a 128), categoriza os adjetivos de acordo com duas funções que, de nossa parte, vemos como exemplificação clara de casos, também, de gramaticalização. Benveniste parte da análise dos vocábulos terminados em *-eur* em Francês (o equivalente a *-or*, em Português, cf. Kehdi, 1997 e Freitas, 1997), para chamar a essa derivação específica de um caso de transposição, pois que o nome terminado em *-eur* (*-or*) está a meio caminho entre o verbo.

Partiremos de sua ideia sobre transposição para tecermos algumas considerações sobre casos possíveis de gramaticalização ocorrendo em função dessa sua perspectiva de um nome estar a meio caminho de um verbo.

Mostraremos, antes, o trecho de Benveniste que melhor salienta o fato e, em seguida, tentaremos explicar por que, em nosso ponto de vista, ocorre gramaticalização com o fenômeno descrito pelo Autor:

Assim, *bon* tem duas funções sintáticas distintas. Em (1) *bon garçon* [“bom garoto”], ele denota a propriedade de um substantivo; em (2) *bon marcheur* [“bom corredor”], ele denota a propriedade da propriedade *marcheur* [“corredor”]. Poder-se-ia defini-lo em (1) como adjetivo de função primária, em (2) como adjetivo de função secundária. (BENVENISTE, 2006, p. 122, sublinhamos).

¹¹² Não abordamos aqui, porque não caberia ao escopo desta tese, as utilíssimas acepções que estudiosos como José Carlos de Azeredo conferem à transposição, em que, por exemplo, vê-se que o SADj pode vir exercido por uma oração, exemplo que encontraria guarida em frase que retiramos da Literatura: “la metida em si mesma, absorta, remomendo a noite, recompondo os olhares de Sofia e de Rubião.” (MACHADO DE ASSIS, 1973, p. 45, sublinhamos.)

Creemos que o que Benveniste chama de “adjetivo de função secundária” (e frisamos que ele modificou o sintagma com a adjetivação exatamente “secundária”) é um caso de gramaticalização. Isso se dá na medida em que adjetivos modificam substantivos, sendo mais gramaticalizados do que estes. Se, no entanto, como intui Benveniste, o adjetivo modificar um substantivo que, na realidade, apresenta caráter de propriedade verbal (cf. “corredor” = “aquele que corre”), esse adjetivo está na fronteira com um advérbio. E, pelo fato de um advérbio ser item [+gramatical] em relação ao adjetivo, parece-nos ter havido gramaticalização no que Benveniste chama de “função secundária do adjetivo”.

Isso mostra como, dentro de uma mesma classe gramatical, pode haver itens cujas funções sistêmicas sejam menos ou mais gramaticalizadas. Em outras palavras, estabelecer o gradiente das classes gramaticais segundo níveis de gramaticalização integra o que comportará o fenômeno completo da gramaticalização como teoria geral, que gera uma metodologia de análise dos fatos da língua como um todo.

Benveniste permanece, na sua análise, dando-nos mais subsídios a cremos que se trate, de fato, de caso de gramaticalização. Ao recorrer a critérios de checagem distribucional, o Autor assim se expressa:

O mecanismo desta transposição é função da relação particular que relaciona o adjetivo e o advérbio. Não é suficiente colocar o advérbio e o adjetivo em simetria de função e dizer que o advérbio está para o verbo como o adjetivo está para o nome. É preciso ver que na realidade o adjetivo e o advérbio pertencem a dois níveis lógicos distintos unidos por uma correlação específica. Isto deve ser mostrado explicitamente.

Sejam as duas proposições:

Pierre est un bon garçon (1)

Pierre est un bon marcheur (2)

A proposição (1) pode ser reconduzida à conjunção de duas proposições: *Pierre est un garçon* + *Pierre est bon*. Mas não se poderia decompor (2) em **Pierre est un marcheur* + *Pierre est bon*, o que nem o sentido nem a sintaxe permitem. (BENVENISTE, 2006, pp. 121-122)

Reparemos que ao afirmar “o que nem o sentido nem a sintaxe permitem”, Benveniste opera nos dois planos: o semântico e o sintático.

Essa reflexão nos levaria a outra: o substantivo, ao deslizar do substantivo próprio (o substantivo em essência, para Aristóteles, Bréal, Vaxelaire¹¹³ e outros) – que Barbara Weedwood, há pouco, mostrou-nos ser distinguido em Diógenes

¹¹³ VAXELAIRE, 2005.

Laércio como *ónoma* (= substantivo próprio) em oposição a *prosegória* (= substantivo comum) – às categorias de pensamento (cf. SAPIR, 1980) mais abstratas de “indicadores de essência” (como é o caso de *garçon, garoto*) e, dessas, às categorias ainda mais abstratas de “indicadores de contingência, atributo ou acidente”¹¹⁴ (como é o caso de *marcheur, corredor*), próximos do estatuto semântico e mesmo sintático de ação (verbal), pode estar criando gradações, dentro da sua própria classe (dos substantivos), balizadas pelo que a gramaticalização prevê, uma vez que ocorre deslizamento [concreto] > [abstrato] e [-abstrato] > [+abstrato], o qual é preconizado pela Teoria da Gramaticalização (conforme mostraremos adiante, na seção 2.1).

Apenas a título de recurso sempre bem-vindo à Literatura, e para tratar de um caso ainda anterior ao que Benveniste sugere e que queremos aprofundar, em relação à questão da gramaticalização ocorrendo dentro de uma mesma classe gramatical, observemos como Machado de Assis, em *Quincas Borba*, põe, lado a lado, as duas categorias de um mesmo lexema substantivo:

Cá embaixo, as ruas desertas parecem-lhe povoadas, o silêncio é um tumulto, e de todas as janelas debruçam-se vultos de mulher, caras bonitas e grossas sobranceiras, todas Sofias e uma Sofia única. (MACHADO DE ASSIS, 1973, p. 47, sublinhamos.)

O processo de conversão, que as gramáticas preveem como, até, a passagem de um substantivo próprio a um substantivo comum ou vice-versa justifica-se, a nosso ver, pelo fato que estamos tentando descrever: o substantivo próprio não *generaliza*, na acepção semântica do verbo “generalizar”, mas, em vez disso, especifica, designa, aponta, distingue, representa, presentifica, concretiza, individualiza, significa. Assim, no trecho acima de Machado de Assis, a primeira ocorrência de “Sofia”, no plural (cf. “todas Sofias”) abarca ou indica metonimicamente as características genéricas da personagem que deixavam Pedro Rubião sôfrego, características que, aliás, vinham antecipadas em “caras bonitas e grossas sobranceiras”. Trata-se, aqui, de um substantivo que, por ter passado de próprio a comum, abstratizou-se, porquanto se generalizou, o que pode ser visto como caso de gramaticalização ([concreto] > [abstrato]). A segunda ocorrência, um substantivo (nome) próprio (cf. “uma Sofia única”), é concreto em relação à primeira

¹¹⁴ Utilizando-se o par de categorias aristotélicas de “essencial” / “acidental” ou “qualitativo” / “quantitativo”.

e, como vimos, dá a esta última um grau de gramaticalização, devido ao avanço da abstração que é preciso que ocorra (caso semelhante com o que ocorre quando Bréal nos lembra que de César a Kaiser houve uma abstratização).

Essa incursão que fizemos ora na classe dos substantivos foi ao encontro exatamente da que seria a palavra, por assim dizer, mais concreta das classes gramaticais: o substantivo próprio. E, ainda, tentamos mostrar que a tão frequente metonímia que as gramáticas arrolam como exemplos de casos de conversão quando um substantivo (nome) próprio passa a comum (cf. “ele é um judas, ele é um caxias, ele é um quixote, todas Sofias”) deve, de fato, ser considerada caso de conversão, conquanto não se mude a classe da palavra convertida, que era e permanece sendo substantivo (alegação que leva alguns a discordarem do processo). Vemos que a conversão existe porque, ao que tudo indica, os gramáticos supõem, ou intuem, que a passagem do substantivo próprio, que é concreto (como “Sofia”), para servir de sinônimo hiperônimo (ou às vezes até hipônimo) às características ou aos atributos físicos e psicológicos presentes nele, a um substantivo comum (cf. “todas Sofias”) reivindica um grau de abstratização que se coaduna com o processo unidirecional da gramaticalização.

Como sabemos, era uso mais frequente no passado (e ainda o é mais raramente no presente), por parte de gramáticas (históricas ou expositivas), a designação de “derivação imprópria” ao que vimos chamando de “conversão”. A esse tipo de derivação (chamada de derivação justamente por ser fonte lexicogênica na língua) contrapunham-se “as derivações próprias”, progressiva ou regressiva (esta última que formava deverbais ou pós-verbais e, mais raramente, incidia sobre nomes, como no famoso caso de “aço”, derivação de “aceiro”).

300. Pela derivação imprópria:

a) os substantivos comuns passam a próprios: Coelho, Leite, Silva, Figueiredo, Leão, Leitão, Porto, Prado, Raposo, Carneiro, Pereira;

b) os substantivos próprios passam a comuns: carrasco, belchior, damasco, camélia, champanhe, conhaque, macadame, tartufo, anfitrião, fígaro, dália, hortênsia.

[...] (COUTINHO, 1972, p. 173)

Para finalizarmos esse interlúdio, é de perceber, para exercermos espécie de prova real, seguindo o critério científico de verificabilidade, que a mesma conversão, ocorrida ora quando um substantivo comum passa a próprio, aponta para uma das

possibilidades de caso oposto à gramaticalização: a lexicalização¹¹⁵. Isso porque, por exemplo, substantivos como “amazona” (s.f.: Mulher guerreira, que monta cavalos etc.) ou “amazonas” (s.f.pl.: Mulheres guerreiras, indígenas da América do Sul, cuja existência é geralmente considerada lenda e que alguns consideram real etc.), que são substantivos comuns por gênese sincrônica na Língua Portuguesa, criarão (ou licitamente poderão criar, dependendo da técnica usada pelo lexicógrafo) nova entrada léxica no dicionário, ao serem usados como base para substantivo (nome) próprio que designa o famoso rio que se estende pelo Brasil e outros países da América (cf. Amazonas: s.m. sing. Rio com o maior volume de água do mundo, localizado na América do Sul, sendo o segundo em extensão, atrás do Rio Nilo, no Egito etc.). Houve lexicogênese por meio da conversão do substantivo comum para o próprio, o que nos endossa a aferir ter havido gramaticalização na conversão do substantivo próprio para o comum.

Ao estabelecermos essa testagem empírica ou esse critério de verificabilidade perante a lexicalização que ocorre com a passagem do substantivo comum para o próprio (atestada pela criação ou possibilidade de criação de verbete dicionarístico em razão do aumento do léxico), criando novo lexema (ora apostro discriminativo ou apelativo), somos conduzidos a corroborar nossa conclusão de que a via oposta, a passagem do substantivo próprio para comum, estabelece, por dedução, a via oposta da lexicalização, qual seja a gramaticalização, como queríamos demonstrar.

Num esquema breve:

Se “amazonas” (subst. com.) > “Amazonas” (subst. pr.) = lexicalização

: .

“Sofia” (subst. pr.) > “Sofias” (subst. com.) = gramaticalização

Vemos a gramaticalização ocorrer na passagem do substantivo próprio para comum pelo fato de que há a patente da abstratização, apanágio requerido pela gramaticalização. Entretanto, como a própria Teoria Geral da Gramaticalização prevê, embasada desde seu estudo originário, quando era vista apenas como tratado da Sociolinguística, pelo princípio da estratificação, a mesma gramaticalização (por abstratização) não impede que haja, concomitantemente

¹¹⁵ A outra oposição que se estabelece amiúde em relação à gramaticalização é a discursivização, vale reiterarmos-lo.

(estratificando-se, pois), lexicalização. Ou seja, o substantivo próprio, ao passar para comum, gramaticaliza-se, mas também, frequentemente, enverga novo item lexical, o que lhe confere estatuto de item simultaneamente lexicalizado.

Assim, daqui voltemos à discussão iniciada sob as luzes de Benveniste sobre os sintagmas *bon marcheur* [“bom corredor”] e *bon garçon* [“bom garoto”]. Nela, como segunda empreitada, após análise de nossa parte, que seguia de cabotagem com Benveniste em relação ao adjetivo perquirido (cf. *bon*), analisávamos o gradiente possível ora do substantivo comum indicador de essência contrastado a um substantivo também comum, porém indicador de acidente ou atributo, como caso de deslizamento por gramaticalização.

Ocorre que um substantivo como *corredor* esboça características semânticas (e até sintáticas, já que vimos ocorrer redistribuição do adjetivo em advérbio) próximas aos verbos (“correr”) e aos adjetivos (“homem que corre” mostra que o substantivo se ampara ou se restringe numa oração adjetiva que aponta para ação verbal), sendo mais abstrato [+abstrato] ou mais gramatical [+gramatical], por exemplo, que um substantivo como *José* (substantivo próprio, que vimos de analisar como passível de tornar-se ponto de partida de gramaticalização) ou *garoto* (substantivo comum indicador de essência, não de acidente).

Naturalmente nos vêm à ideia, em consequência, os substantivos “abstratos de ação” (já que se trata de substantivos derivados morfossemanticamente de verbos, o que lhes dará papel sistêmico-funcional próximo dos verbos de que derivam), por derivação progressiva (sufixal) ou regressiva (deverbais). Junto a eles, o adjetivo parecerá exercer, igualmente, o papel sistêmico-funcional que Benveniste chamou de “secundário”, uma vez que, neste caso, também se aproximará o adjetivo de um advérbio, já que o substantivo terá passado por um mecanismo de transposição que o aproxima do verbo. Assim, o SN (sintagma nominal) sublinhado em 1.3.5 aproxima-se do sintagma verbal (SV) sublinhado em 1.3.6, e o sintagma adjetivo (SAdj = “bela”) de 1.3.5 torna-se sintagma adverbial (SAdv = “belamente”) em 1.3.6:

1.3.5 Houve uma bela transformação por parte do rapaz.

1.3.6 O rapaz transformou-se belamente.

Da mesma forma, os substantivos abstratos que derivam morfossemanticamente de adjetivos (comumente chamados “abstratos de qualidade”) se reconduzirão a proposições em que o adjetivo modificador do sintagma nominal se tornaria um advérbio modificador de adjetivo (neste caso, notadamente intensificador, ou advérbio de intensidade, diferentemente do caso 1.3.6, em que o advérbio pode ser de modo).

1.3.7 *O rapaz demonstrou forte lealdade.*

1.3.8 *O rapaz foi fortemente leal.*

Não nos parece, ainda, satisfatória a constatação de que o substantivo que denota atributo ou acidente vá automaticamente transpor o adjetivo a uma “função secundária”. Observamos que, se o adjetivo pertencer ao mesmo campo semântico do substantivo, ainda que este último seja indicador de atributo ou acidente, o adjetivo terá mantido, ao lado de seu papel sistêmico-funcional de advérbio, seu papel de adjetivo (no que Hopper prevê como caso de *estratificação*, um sincretismo de papéis morfossintáticos, quando ocorre gramaticalização). Pelo método distribucional de Benveniste há pouco exposto, concluimo-lo:

1.3.9 *José é um corredor veloz*¹¹⁶.

=

1.3.9.1 *José é um corredor.*

+

1.3.9.2 *José é veloz.*

+

1.3.9.3 *José corre velozmente.*

Aqui, em 1.3.9, embora o substantivo seja acidental (cf. “corredor”), o adjetivo será mais lexical, ou terá sua função “primária” preservada, uma vez que ele se torna praticamente sinônimo (hipônimo) ou suplemento semântico do substantivo, podendo até comutar-se, não distribucionalmente de modo irrestrito (já que um adjetivo não será núcleo de SN), mas semanticamente, com ele. O adjetivo e o

¹¹⁶ Observe-se que o adjetivo “veloz” pertence à família ideológica (cf. LAPA, 1991) ou ao campo semântico de “correr”, “corredor”.

substantivo formam uma espécie de bloco ou complexo autosssemântico. Isso não impediu a estratificação do adjetivo, que, em 1.3.9.3, mostra que possui uma função “secundária” coexistindo com a sua “primária”, acima descrita. Ainda que o adjetivo apostado ao substantivo “corredor” fosse antônimo a “veloz” (cf. “lento”), toda a distribuição semântico-sintática presente de 1.3.9 a 1.3.9.3 se preservaria.

Também o fato de o adjetivo ser descritivo, e não interpretativo, pode modificar a sua relação com o substantivo e, portanto, seu papel sistêmico-funcional:

1.3.10 *José é um corredor brasileiro.*

=

1.3.10.1 *José é um corredor.*

+

1.3.10.2 *José é brasileiro.*

Mas não

1.3.10.3 **José corre brasileiramente.*

Por sua vez, em relação aos adjetivos interpretativos, parece que se precisa observar a posição que ocupam no SN (antepostos ou pospostos ao núcleo) para sabermos se são mais ou menos gramaticalizados, o que se poderá averiguar mediante testagem distribucional sintático-semântica:

1.3.11 *José é um agressivo corredor.*

=

1.3.11.1 *José é corredor.*

+

1.3.11.2 *José corre agressivamente.*

Mas não

1.3.11.3 **José é agressivo.*

Já na posposição do adjetivo interpretativo no SN, haverá mudança sistêmico-funcional:

1.3.12 *José é um corredor agressivo.*

=

1.3.11.1 *José é corredor.*

+

1.3.11.2 *José corre agressivamente.*

+

1.3.11.3 *José é agressivo.*

Sobre este último ponto, Azeredo nos vem ao auxílio, adicionando, ainda, a análise sobre a característica que os adjetivos têm de ser restritivos ou explicativos:

O sintagma adjetivo (SAdj)

Há SAdjs que se colocam antes do núcleo ou após ele; outros vêm sempre após o núcleo ('os carros *antigos* da coleção / os *antigos* carros da coleção'). Só a segunda construção equivale a 'coleção de carros antigos', pois na primeira a coleção pode reunir carros novos também. Esta mobilidade é comum entre adjetivos que admitem gradação (os carros muito antigos / os antigos carros; * os feriados muito nacionais / *os nacionais feriados). Se o SN vem determinado por identificador, esses adjetivos, antepostos (cf. 'antigos'), perdem o caráter retritivo e passam a qualificar todos os elementos do conjunto (ver acima o efeito da posição de 'antigos'). (AZEREDO, 2007, p. 57)

Desse modo, propomos um primeiro esboço sobre as inter-relações de gramaticalização que, pela checagem empírica distribucional, morfossemântica e morfossintática, mostram haver interdependência entre as classes do substantivo, do adjetivo, do verbo e do advérbio. Por essa proposta, percebemos que, entre outros fatores, será preciso observar e averiguar o seguinte, em relação ao substantivo e ao adjetivo, para que se lhes gradue o nível de gramaticalização, que vem apontado, muitas vezes, pelo (micro)contexto sintagmático:

SUBSTANTIVO: - se indica essência ou acidente/atributo;

- se é concreto ou abstrato (o que pode cruzar-se com a primeira averiguação)

- se pertence ou não ao mesmo campo semântico do adjetivo (SAdj) modificador.

ADJETIVO: - se é descritivo ou interpretativo;
 - se vem anteposto ou posposto no SN;
 - se pertence ou não ao mesmo campo semântico do núcleo substantivo do SN;
 - se é restritivo ou explicativo;
 - se admite ou não gradação.

No que toca aos morfemas, observamos que, como Benveniste prevenira, pode haver “modificações inovadoras ou conservadoras” que, por exemplo, retirem alguma categoria da língua, muitas vezes substituindo-a por outra, provavelmente (mas não necessariamente) já ocorrendo no sistema da própria língua.

Este é o caso, em Português, por exemplo, da extinção do gênero neutro, vigente em Grego e em Latim, línguas filogenéticas, ainda que indiretamente, do nosso idioma. O gênero neutro, a propósito, existe em muitas línguas modernas, como o Alemão, por exemplo (queremos dizer no quadro formal de gêneros, que possui como lexemas-base os artigos definidos, cf. em alemão *Der* – masculino, *Die* – feminino, *Das* – neutro)¹¹⁷.

Na Língua Portuguesa, a manutenção exclusiva dos gêneros masculino e feminino fez a categoria de gênero neutro coincidir, como se sabe, com a de gênero masculino. Assim, o gênero masculino acumula, em certos casos, a função sistêmica de neutro.

Esta é a razão, já discutida por eminentes linguistas, do pronome vicário “o”, que substitui os gêneros masculino e feminino. A frase costumeira o ilustra:

1.3.12 Rainha do baile ela já não o é.

¹¹⁷ Note-se que essa distinção categórica de gênero não obedece irrestritamente à noção de sexo biológico, nem à noção de arbitrariedade de gênero com que as línguas costumam designar seus substantivos. (Por essa razão, parece-nos que Martinet optou pela palavra “modalidade” ao descrever o que nomeamos de “gênero”.) Assim, por exemplo, temos em Português O SOL (masculino), A LUA (feminino), A DONZELA (feminino), mas em Alemão DIE SONNE (“Sol”, feminino), DER MOND (“Lua”, masculino), DAS MÄDCHEN (“Donzela”, neutro).

O “o”, masculino por definição gramatical, restabelece anaforicamente um termo feminino (“rainha do baile”), o que lhe concede uma categoria de gênero que não pode ser masculina *stricto sensu*.

Do mesmo modo, a convergência do antigo gênero neutro (em Latim) explicitado na língua (cuja categoria persiste em Português) no atual gênero masculino estriba construções do tipo:

1.3.13 Entrada é permitidoo.

1.3.14 Duzentos reais é muito.

Repare-se que ambas as formas são aceitas pela gramática normativa padrão da Língua Portuguesa contemporânea. Em 1.3.13 e 1.3.14, o que os sujeitos (“entrada” e “duzentos reais”) reverberam é a presença semântica do pronome demonstrativo “neutro” *isto/isso/aquilo*, e, por conseguinte, fazem a concordância de gênero (em 1.3.13) e de número e gênero (em 1.3.14) tornar-se igualmente neutra. Isso comprova que a gramática normativa, na realidade, acata, com o uso difundido, certos torneios frásicos que a língua oral, se não autoriza totalmente, certamente ao menos endossa.

Sobre a categoria estritamente de número, a língua parece neutralizar o singular e o plural (em outros casos, a passagem do singular ao plural chega a tornar concreto um substantivo abstrato, como nos avisa Rocha Lima ao comparar “bem” com “bens”, por exemplo¹¹⁸) em construções em que ocorre negação ou em construções com substantivos abstratos.

Dessa forma, serão semanticamente análogas as construções:

1.3.15 Eu tenho saudade de você.

&

1.3.16 Eu tenho saudades de você.

1.3.17 Pode vir, sem problema.

&

1.3.18 Pode vir, sem problemas.

¹¹⁸ LIMA, 1985.

1.3.19 Neste zoológico, não há zebra.

&

1.3.20 Neste zoológico, não há zebras.

As noções de regência e de servidão gramatical criam casos, também, que parecem de gramaticalização.

No entanto, também se poderá, licitamente, ampliar o termo “regência” à análise (ou à constatação) da *servidão gramatical* que conduza a correspondências específicas 1) entre dois modos (e/ou tempos) verbais, ou mesmo 2) entre um modo e/ou tempo com relação, por exemplo, a certas conjunções ou locuções conjuntivas, ou, ainda, a certos advérbios (embora, nestes casos, devêssemos, com maior precisão, utilizar os termos “correlação condicional”, onde se teria uma parte condicionante – ou *prótase* – ao lado de uma condicionada – ou *apódose*). No primeiro caso, teríamos: “Se ele falasse menos, estudaria mais” – o pretérito imperfeito do subjuntivo na oração anterior exigiu o futuro do pretérito do indicativo nesta última; no segundo: “Talvez ele estude” – advérbio de dúvida, também por servidão gramatical, exige, *a priori*, o modo subjuntivo. (CAETANO, 2009, p. 281)

Observamos que, sob a noção de *valor* saussuriana, tão importante à ruptura estrutural empreendida em análise linguística moderna, teríamos:

1.3.21 Se ele falasse menos, estudaria mais.

O futuro do pretérito do indicativo (“estudaria”) é, nesse sintagma supraoracional, mais gramaticalizado do que o pretérito imperfeito do subjuntivo (“falasse”), porque o futuro do pretérito do indicativo *precisa* ocorrer, isto é, *depende* do pretérito imperfeito do subjuntivo, e tem sua existência condicionada à existência daquele verbo no subjuntivo.

Se estendermos a noção de “correlação gramatical” à análise dos tempos e modos verbais presentes em 1.3.21, tornar-se-á curiosa a circunstância de que, do ponto de vista sintático, a oração em que a *prótase* (condicionante) aparece é, em relação àquela em que ocorre a *apódose* (condicionada), uma oração *subordinada* (adverbial condicional), e não, como poderia parecer, uma oração supostamente *subordinante*. Isso sugere que, no período composto por subordinação, mesmo a oração *subordinada* sintaticamente (*subordinada* pois exerce função sintática, aqui de adjunto adverbial, em relação à principal) pode trazer elemento que condiciona o comportamento do verbo da oração principal, num fluxo de subordinação, correlação

e servidão que se inter-relaciona sintática, semântica e mutuamente do ponto de vista gramatical. Então, em resumo, no caso 1.3.21, a oração subordinada (“Se ele falasse menos”) é, *apesar de* subordinada, um caso de prótase/condicionante, e a oração principal/subordinante (“estudaria mais”) é, *apesar de* principal, um caso de apódose/condicionada. Prova dessa correlação/servidão está na análise dos verbos, que, repita-se, mostra que o verbo é mais gramaticalizado (porquanto mais dependente) na oração principal do que o é na oração subordinada, uma vez que é esta que estabelece o tema ou o tópico da enunciação (é sobre a condição que se quer falar em primeiro lugar), estando sua consequência (o rema ou o foco da enunciação) na oração principal.

São elucidativas as palavras de Cunha-Cintra, por mostrarem que a regência, ao gerar subordinação, gera o que apontamos como, na realidade (ou paralelamente), caso de gramaticalização do termo regido em relação ao termo regente:

A regência é um movimento lógico irreversível de um termo regente a um regido. Reconhece-se o termo regido por ser aquele que é necessariamente exigido pelo outro. Por exemplo: a conjunção *embora* pede o verbo no subjuntivo, mas o verbo no subjuntivo não exige obrigatoriamente a conjunção *embora*; logo, a conjunção é o termo regente, e a forma verbal o termo regido. Sobre o conceito de REGÊNCIA e suas relações com o de CONCORDÂNCIA, veja-se Louis Hjelmslev. “La notion de rection”. *Acta Linguistica*, 1: 10-23, 1939. (Cunha & Cintra, 1985, p. 85)

Na outra questão levantada acima, em que uma conjunção ou locução conjuntiva exigem, por servidão gramatical, certos tempos e modos (por exemplo o subjuntivo), demos como exemplo:

1.3.22 Talvez ele estude.

É importante ressaltar que, na língua, esses casos nem sempre foram assim. Queremos dizer que, atualmente, certas servidões que ocasionam gramaticalização (fossilização) de alguns tempos e modos verbais podem não tê-lo feito na análise da Língua Portuguesa do passado. Como a gramaticalização se calca na pancronia, toda vez que esse método for necessário, recorreremos a ele. Desse modo, citamos estudo que empreendemos em nossa *Gramática Reflexiva da Língua Portuguesa*:

[...] Fique registrado, ademais, que os critérios de regência sofrem transformações com o passar do tempo, quer evoluindo rumo à simplificação, quer mudando de acordo com (e em função de) certas idiosincrasias cuja investigação não convém por ora, dada a pequenez e modéstia deste trabalho. É nesse ponto que encontramos, no insigne Alexandre Herculano, os trechos abaixo apresentados:

“A inflexão que o conde dera a estas últimas frases tinha o que quer que *era* de atroz e diabólico.”

“No tom destas palavras havia o que quer que *era* de ironia e motejo.”

Em outro momento, contudo, colhe-se do mesmo autor:

“[...] mas por isso mesmo esses eram vistos por quem quer que *estivesse* de uma ou da outra parte.”

E em Eça de Queirós:

“– Oh Gonçalo, eu sempre pensei *que* você e o Cavaleiro *eram* íntimos!”

Passamos agora ao específico problema do advérbio de dúvida, o qual, exatamente por indicar incerteza, pediria, em princípio, o modo subjuntivo (ainda exemplos todos de Alexandre Herculano):

“O Lidador talvez *aludia* à conquista de Lamego.”

“Mas talvez nenhum gesto *dava* mostras, não de melancolia mas de inquietação, como o do conde de Trava.”

“Talvez o *persequiam*.”

“Egas ainda talvez *pode* evitar seu fado, o leão ainda pode largar a presa.”

“A luz do dia, ao desaparecer, como que se dobrava para afagar e beijar o desgraçado, que talvez não a *tornaria* a ver.”

“Alguém escarnecia o meu amor, porque vendera sua inocência ao estrangeiro, e talvez me *vendeu* a mim!”

“Talvez Dulce aqui mesmo *jurara* a outro o amor que lhe mentira a ele! Talvez o seu rival a *buscava*!...”

Observe-se este último trecho, que merece ser destacado em relação aos demais, o primeiro verbo, que está no pretérito mais que perfeito (“jurara”), assim está por utilização deste tempo e modo em lugar do pretérito mais que perfeito do modo SUBJUNTIVO (“tivesse jurado”), o que, estudado que será em seu capítulo próprio, é prática desde tempos idos na língua.

Ainda de Herculano, no *corpus* que foi a obra *O Bobo*, de onde se carpirmos os exemplos todos acima, deram alguns trechos preferência ao modo subjuntivo:

“Não sei o que me diz o coração... Talvez me *seja* necessária.”

“Ainda talvez *visse* Dulce.”

Vindo na frente do advérbio de dúvida, é rigorosamente no modo indicativo que virá o verbo:

“Aquele jardim fechado, minúsculo, perfumoso e fresco, era talvez a única coisa que Iaiá podia chamar de seu [...]” (Raquel de Queirós);

“[...] porque a façanha do garoto me envergonhava talvez e precisei extingui-la.” (Graciliano Ramos)

“Eu era talvez a primeira pessoa a pisar naquele castelo no ar.” (Clarice Lispector)

“[...] Mendonça disse consigo que nas mãos de Margarida estava talvez a chave de seu futuro.” (Machado de Assis)

“Além do mais, o defeito estaria talvez na folga demasiada entre este batente e a porta, o que implicava em ter de aproximá-los.” (Fernando Sabino)

“Este acontecimento preveniui talvez algum caso funesto entre o Lidador e Veremundo Peres.” (Alexandre Herculano)

“Afonso Henriques fez sinal de silêncio estendendo a mão para o senhor de Cresconte, que ia talvez repreender seu primo desta intempestiva pretensão [...]” (Alexandre Herculano)

“[...] ... e essa vida provará talvez que ele é um covarde ... [...]” (Alexandre Herculano)

[...] Afora tudo o que se disse, são elucidativas as palavras de Eunice Pontes, em sua Dissertação de Mestrado: *Estrutura do Verbo no Português Coloquial*, p. 70:

“Esta oposição [entre subjuntivo e indicativo] não é muito nítida, nem rígida, porque as formas com sentido subjuntivo ocorrem quase exclusivamente em orações subordinadas, simultâneas com determinadas expressões com que não ocorre o Indicativo, numa distribuição parcialmente complementar.”¹¹⁹

Em seguida, Eunice Pontes coteja situações potencialmente idênticas, diferindo apenas por matizes de oposição real/irreal (ou optativa), em que se dirá ora o modo indicativo (I), ora o subjuntivo (S):

*“S.. ‘Deus queira que isso aconteça!’
I.. ‘Quero que você faça isso prá mim.’”*

N’Os Lusíadas (comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias, 3. edição, Lisboa, p.218), Vê-se:

*Joanne, a quem do peito o esforço crece,
Como a Sansão Hebreo da guedelha,
Posto que tudo pouco lhe parece,
Cos poucos de seu reino se aparelha;
E não porque conselho lhe fallece,
Cos principais senhores se aconselha, ... –,*

e, em comentário do célebre mestre:

“5. fallece] é indicativo empregado irregularmente em vez do conjuntivo, por necessidade da rima.”

Em Padre Anchieta:

¹¹⁹ PONTES, 1973a.

*Rogo-vos porém
Que na hora da despedida
Me sereis companheira.*

Para darmos cabo da discussão, vale lembrar que, apesar de condicionado em muitas circunstâncias, haverá, ainda, casos em que o contraste modal indicativo/subjuntivo será pertinente à apreensão de um tal ou qual significado, sendo graças a tal oposição, pois, que se constatarão circunstâncias distintas, quais sejam:

1. Desde que ele *estude*, obterá bons resultados (condição, hipótese).
2. Desde que ele *estudou*, obteve bons resultados (tempo).
3. Desde que eu *estudo*, obtenho bons resultados (causa).

Repare que os casos 2 e 3 contrastam entre si em função do *tempo* empregado, em vez de haver, aí, contraste modal, como ocorre, isto sim, entre os casos 1 e 2-3. Note-se também a *possibilidade* de interpretarmos o caso n. 3 como temporal.) (CAETANO, 2009, p. 281-284)

A própria preposição é elemento que gera subordinação (e, pois, em muitos casos, subordinação e correlação gramatical, o que aponta níveis de gramaticalização nos termos do bloco subordinado e/ou do bloco condicionado¹²⁰).

Em português, sabemos que o *índice ou a marca* da subordinação é, por natureza, a preposição, que, embora nem sempre tenha o caráter intrínseco de subordinar dois termos entre si (como no caso de “à noite”, por exemplo, em que o papel da preposição é antes o de transpor um substantivo a um advérbio), estabelecerá, na maioria dos casos, não apenas a existência de grau determinado de subordinação, como, também, a natureza dessa subordinação, mediante contextos distintos que levem a tais e tais sentidos, levando-se em conta que os conectivos que promovem subordinação, dado o alto grau de polissemia que os atinge, apenas em função de situação semântica específica (ou *contexto* semântico, como se queira), mostrarão, de fato, o seu *sentido*. Nesse ponto, exemplificaríamos com: “Estou *com* fome” – em que se fala do que se sente; “Sairei *com* você” – indica a companhia que se tem; “Morreu *com* a miséria” – expressa causa; “Sobreviveu *com* a pensão miserável que recebia” – marca concessividade; “*Com* sorte e estudo se vence na vida” – marca condição; “Faço isso *com* prazer” – modo; e assim por diante.

[...]

Ilustrará melhor o belo poema, letra de conhecida canção, de Marcos Valle e Paulo Sérgio Valle (observe que os versos trazidos a testemunhar têm, todos, a mesma preposição, qual seja *sem*):

Eu preciso aprender a ser só

*Ah! Se eu te pudesse fazer entender
A. Sem teu amor, eu não posso viver
[...]*

¹²⁰ Vimos que nem sempre o bloco subordinado é o que vai sofrer gramaticalização, como aconteceu na oração subordinada em 1.3.21, “Se ele falasse menos”, que ela sim criou o termo condicionado “estudaria” (tempo e modo verbais condicionados).

- E eu preciso aprender a ser só*
 B. Poder dormir sem sentir teu calor
 [...]
Ah! O amor
Quando é demais ao findar leva a paz
 C. Me entreguei sem pensar
 [...]

- A. Circunstância de condição.
 B. Circunstância de concessividade.
 C. Circunstância de modo.

(CAETANO, 2009, p. 280-281)

Daí, retiram casos como;

1.3.23 Eu preciso de você.

1.3.24 Eu vou com você.

1.3.25 Ele chegou sem falar.

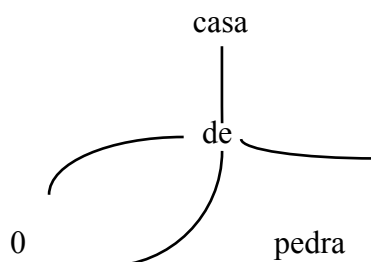
E assim por diante. Neles (1.3.23, 1.3.24, 1.3.25), a preposição vem regida por termo regente antecedente (menos nas duas últimas do que na primeira).

Percebemos, entretanto, que a preposição, desse modo, quando vier para estabelecer noção de translação, já abordada anteriormente, nesta seção (1.3), de modo seminal, em 1.3.1, pode aparecer sem que, *grosso modo*, esteja atrelada à sua função precípua de marcar início de termo regido em relação a termo regente (1.3.23, 1.3.24, 1.3.25).

Isso a fará ter desempenhado papel mais gramaticalizado do que quando desempenha ao ser índice de subordinação. Primeiramente, contudo, recorramos à noção de translação de primeiro grau, em que a preposição, termo conector (gramaticalizado) que é, mostra seu papel preponderante de instrumento gramatical, o que é a marca mais relevante para aferir-se o grau ou gradiente de gramaticalização de um item.

É de domínio de toda a gente que, na obra *Éléments de syntaxe structurale*, Lucien Tesnière apresenta, numa espécie de versão primeira (e anterior mesmo a Chomsky) da sintaxe transformacional, o conceito de *translação de primeiro grau*, em que, por um *estema* (grafismo com o qual o Autor nos faz visualizá-la), isto é, um “T” maiúsculo estilizado, pode-se, entre outros processos (incluindo-se o de conversão ou derivação imprópria) de transformação, ver o papel da preposição (mas também de um artigo, por

exemplo) de, antes, transferir de uma classe gramatical a outra um vocábulo qualquer. É o caso de: *Casa de pedra*, em que a preposição (*translativo*) fez ocorrer, com “pedra” (originariamente um substantivo), processo de adjetivação, sendo, assim, aquele “ex-substantivo” (e atual adjetivo) o elemento *transferendo*; o todo que sintática e semanticamente funciona como adjetivo recebe a denominação de *transferido*.



ESTEMA (1) DE TESNIÈRE (CAETANO, 2009, p. 282, 283)

1.3.26 Casa de pedra.

Por fim, questionamos se as outras duas funções da preposição como instrumento gramatical que é – a de estabelecer aposto e a de meramente transpor, transferir ou transladar um termo ou uma classe sem que haja subordinação *stricto sensu* – seriam casos de maior ou menor gramaticalização em termos *valorativos* (estruturalistas), quando comparadas essas realidades e fatos da língua à realidade e fato da preposição como elemento de translação do primeiro grau prevista em Tesnière, há pouco estudada.

1.3.27 Cidade de Paris.

Por fim, lembramos que há também a *aposição*, algo a que se poderá chegar com auxílio de preposições: cf. Cidade *de* Paris (“de Paris” não é subordinado a “cidade”, apenas o será num sentido demasiado abrangente de análise sintagmática). (CAETANO, 2009, p. 283)

Em 1.3.27, “de Paris” não está subordinado a “cidade”, mas lhe é um aposto, isto é, uma sequência, e não um sintagma. Prova disso é que poderíamos 1) substituir “de Paris” por “parisiense” (cf. “Cidade parisiense”); 2) substituir “cidade” por “Paris” (cf. “Fui à cidade de Paris” = “Fui a Paris”). Isso prova que os termos se apõem, sequencialmente, portanto, e não se subordinam, sintagmaticamente.

Outro caso, por derradeiro, é o seguinte:

1.3.28 *De noite*, sairemos.

Em 1.3.28, a preposição não subordinou “noite” a nenhum termo. Nas palavras de Tesnière, entretanto, houve translativo (a preposição “de”), transferendo (“noite”, que deixa de ser substantivo e passa a constituir advérbio), e transferido (“de noite”). Mas, por não ter havido termo regente, nuclear, a que o elemento transferido se subordinasse ou que este modificasse, parece-nos, num primeiro patamar, ter havido maior gramaticalização com as preposições em 1.3.27 e 1.3.28 do que em 1.3.23, 1.3.24, 1.3.25 e 1.3.26.

O esboço de explicação que encontramos é o fato de que, em 1.3.27 e 1.3.28, a preposição parecer vir muito mais instrumentalizada, gramaticalizada, do que nos outros casos, uma vez que seu papel, em 1.3.27 e 1.3.28, é semelhante ao de um morfema preso (um afixo modificador de classe gramatical), e não de um morfema dependente, que, na realidade, a preposição desempenhou em 1.3.23, 1.3.24, 1.3.25 e 1.3.26. A passagem do estatuto de forma dependente para forma presa confere à preposição uma graduação de gramaticalização sobremaneira nítida, segundo nos quer parecer.

Por essa razão, variações (sincrônicas) e mudanças (diacrônicas) podem receber metalinguagem gramatical pelo método que propomos ocorrer pela gramaticalização como teoria autônoma.

Precisamos, portanto, transitar o tempo todo entre as análises de sincronia e diacronia. Concordamos com Coseriu, portanto, “que não há nenhuma contradição entre ‘sistema’ e ‘historicidade’; ao contrário: a historicidade da língua implica a sua sistematicidade” (COSERIU, 1979a, p. 18). Somaríamos a essa constatação de Coseriu que não apenas a historicidade da língua implica sua sistematicidade, como também o fazem as suas variações, pesquisadas pelo estudioso interessado no campo sincrônico da linguagem, que, pois, acabam fazendo convergir uma preocupação final não com a Linguística *stricto sensu* (vista, modernamente, sobretudo como investigativa da *parole*, como sublinhamos algumas vezes), mas com “a língua em si mesma”, retomando a expressão de Hjelmslev e de Sapir.

Assentimos com Coseriu, portanto, também, retomando o primogênito do tema,

que no próprio Saussure – na medida em que a realidade da linguagem se impôs acima de seus postulados, e contra eles – é possível encontrar elementos para a superação da referida antinomia [sincronia x diacronia], *no*

sentido em que ela é superável. (COSERIU, 1979a, p. 17, os grifos são originais)

Ainda é Coseriu que, mais uma vez, vem corroborar (com o que se encontra de modo muito análogo ao conceito saussuriano de “gênio de uma língua”, isto é, sua forma, estrutura, sistema, “Espírito” hegeliano), com nossa primeira definição de gramática, ou gramática *lato sensu*, uma das que serão privilegiadas nesta nossa forma de ver a gramaticalização como teoria autônoma, cujo objeto de estudo prioritário é, portanto, a gramática – ou seria melhor dizer: são as gramáticas – de uma língua específica.

É verdade que o conceito moderno de “sistema” é muito distinto daquele que tinha a gramática tradicional, mas também é verdade que sem a comprovação da sistematicidade do falar a gramática não teria podido surgir. (COSERIU, op. cit., p. 24)

A gramática (mesmo a normativa) é, pois, antes de tudo, uma sistematização dos discursos, tanto do ponto de vista sincrônico, quanto diacrônico. Por haver necessidade de observação e pesquisa de estudos que investiguem e apoiem as disciplinas preocupadas com o discurso (a *parole*), já que, como mostramos e ainda mostraremos em outras partes, essas disciplinas ratificam a convergência encontrada na gramática (ou na gramaticalização) de uma língua, teremos de recorrer a esses estudos linguísticos diversas vezes, adotando, como era de esperar, os métodos pancrônico e pantópico¹²¹ de investigação.

Lehmann é um dos teóricos que abordaram a gramaticalização segundo as transformações a que aludimos acima: a mudança, para ele, está vinculada à diacronia, ao passo que as variações se aderem ao estudo diacrônico. Basta ver o título de uma de suas obras mais importantes: *Grammaticalization: Synchronic variation and diachronic change* [Gramaticalização: variação sincrônica e mudança diacrônica]. Ele, além disso, é um dos que nos fornecem as bases puramente epistemológicas sobre gramaticalização de que viremos a necessitar para a construção de nossa tese.

¹²¹ Até onde sabemos, a expressão “pantópico” não foi cunhada por nenhum pesquisador. Consideramos útil o neologismo pelo fato de 1) promovermos, com ele, o paralelismo metodológico à visão pancrônica, já tão encarecida na Sociolinguística Dinâmica ou Caótica e; 2) crermos que a expressão “diatópico” pressupõe, assim como a expressão “diacrônico”, a oposição estruturalista a uma outra perspectiva de investigação, que seria a baseada em outro neologismo, que, em potência, ou virtualidade, existe: a investigação “sintópica”. Se esse nosso giro foi sobremaneira especioso, pedimos desculpas.

Com efeito, é da obra de Lehmann que retiramos parte substancial do aparato teórico com que desenvolvemos, também, o objetivo específico desta tese: mostrar que, além da autonomia epistemológica da gramaticalização em relação à Teoria Sociolinguística, a gramaticalização constitui, por outro lado, metodologia que contribui na análise de elementos da língua.

Dessa forma, como primeira prevenção, dizemos, aqui, que alguns dos autores comumente encontrados em teses sobre gramaticalização não serão de nosso interesse investigativo. Isso ocorre pelo fato de que, como foi dito, praticamente todos os estudos sobre gramaticalização aparecem como tratados atomísticos, pontuais, bissextos, esparsos, quase sempre enveredados pelas searas do Funcionalismo, em que, *grosso modo*, opõe-se a gramaticalização à discursivização¹²².

Damos um exemplo de análise que, embora tenha almejado outro resultado, contribui conosco para mostrar, de modo muito lacônico e ilustrativo, o tratamento que se encontra acerca da gramaticalização. Em outras palavras, vemos como o próprio Ulmann pondera sobre o fenômeno da passagem de itens do léxico (vocábulo com maior valor semântico ou extralinguístico) para a gramática (vocábulo com maior valor gramatical ou instrumental) como fator que deve ter como *corpus* itens vocabulares, e não mais do que isso, algo de que, como falamos, divergimos (o que será mais bem explicitado nos capítulos 6 e 7). Vejamos um trecho de análise empreendida por ele:

Outros elementos tais como *considering* e *notwithstanding* usados como preposições (“considering his age” = “considerando...”, “notwithstanding his resistance” = “apesar de...”), parecem residir na linha de demarcação: no que diz respeito à sua função¹²³, são palavras-formas¹²⁴, embora, graças ao

¹²² Em outros estudos, incluindo-se o originário de Meillet, opõe-se gramaticalização a lexicalização, como mostramos.

¹²³ A mudança da função dos vocábulos é entendida, em gramaticalização, exatamente como a passagem de um vocábulo cuja “função” era a de apontar prioritariamente para o mundo extralinguístico (para usarmos uma expressão consagrada no Formalismo) em direção a tornar-se um vocábulo cuja “função” passe a ser a de apontar categorias gramaticais, geralmente, nos estudos sobre gramaticalização que se empreendem, como conectores (por exemplo as preposições e as conjunções) ou articuladores (por exemplo os pronomes). Essa “função”, pois, nos estudos sobre gramaticalização, nada tem a ver com o sinônimo empregado em possível alusão ao Funcionalismo. Muito pelo contrário, a gramaticalização pode ser considerada como uma passagem prototípica de elementos oriundos do campo de investigação Funcionalista exatamente em direção a elementos provenientes da área de pesquisa do Formalismo.

seu parentesco com os verbos *consider* e *withstand*, conservem algo da autonomia semântica das palavras plenas. (ULMANN, 1964, p. 100)

Por isso, encontram-se teses e artigos acadêmicos que investigam determinados conectores gramaticais (elementos gramaticalizados, ou da *langue*) e, muitas vezes, comparam-nos com marcadores discursivos (elementos discursivos, ou da *parole*) ou com itens lexicais. Embora esse tipo de estudo envergue para uma situação atomística, como frisamos, e, diríamos mais, insolúvel, é dele que nos vem a primeira constatação de que a gramaticalização se situa, antes de tudo, no campo da Língua em si, e não simplesmente do discurso.

Explicamos: para a grande maioria das investigações em gramaticalização, cabe à discursivização o arrolamento de itens linguísticos imprevisíveis (os marcadores discursivos e mesmo o léxico, partícipe do inventário aberto da língua), usados sociointerativamente, de forma espontânea ou monitorada, com objetivos estilísticos específicos (como no caso de discursos midiáticos), como instrumentos *ad hoc* do discurso para promoverem, por exemplo, o direito à palavra (condição discursiva) ou para atingir efeito expressivo-apelativo (cf. Bühler, do alemão, *Appell* e *Kundgabe*).

Por outro lado, cabe à gramaticalização, nessa perspectiva, a investigação, com pré-requisitos teóricos (que serão mostrados em partes específicas da tese, sobretudo na reexposição explicitada e breve dos conceitos apresentados em nossa dissertação de mestrado, no capítulo 2 desta tese), de itens mais previsíveis, sistematizáveis, regulares (cf. Bühler, do alemão, *Darstellung*). Assim sendo, ficaria clara a divisão entre *parole* e *langue*: enquanto aquela se adstringiria ao campo dos estudos da discursivização, esta, ainda que tacitamente, propenderia a ser o objeto de estudo da gramaticalização.

De nossa parte, fizemos, anteriormente, nesta mesma seção (1.3), gradiente de algumas classes gramaticais, trabalhando, pois, com itens vocabulares, suas inter-relações sintagmáticas e sintáticas e suas conseqüentes gradações de gramaticalização.

Isso nos mostra, para um primeiro adejo sobre nosso objetivo geral nesta tese, como a gramaticalização é autônoma da Teoria Sociolinguística, uma vez que,

¹²⁴ Conceito similar ao de vocábulo instrumental, gramatical ou categorial, e ainda ao de forma-meta, item-meta e os sucedâneos relativos a um item que tenha se gramaticalizado completamente ou esteja nesse processo.

na gramaticalização, existe um objeto que lhe é muito específico e singular: a passagem de itens ou elementos ou ocorrências da perspectiva funcionalista para itens ou elementos ou ocorrências da perspectiva formalista. Ora, se entendemos a Sociolinguística como uma disciplina que preconiza o funcionalismo, ou o discurso, e a eles se atém, justamente admitir a passagem de itens da *parole* para a *langue* (ou a gramática) parece opor-se-lhe epistemologicamente a partir de certo ponto crítico em que as duas Teorias (a Teoria Sociolinguística e a Teoria Geral da Gramaticalização) se divorciam com muita precisão, embora possam continuar com um profícuo diálogo e interseção, que não negamos existir.

Lidamos, pois, tanto na Sociolinguística quanto na gramaticalização, com os binômios *langue x parole*, discurso x gramática, e parece residir justamente aí, no fato de haver exatamente os dois elementos centrais de investigação na interseção das duas Teorias, a confusão que se perpetra ao se considerar que a gramaticalização não é mais do que uma parte da Sociolinguística. O que pretendemos demonstrar é que, conquanto reconheçamos, todo o tempo, que *langue x parole* perfazem a dicotomia consistente tanto da Sociolinguística quanto da gramaticalização, o modo, o método e o objetivo/finalidade de articulá-las são inteiramente distintos.

Por essas razões, optamos por uma literatura científica que se ocupe da gramaticalização de forma mais epistemológica do que ontológica, mais teórica do que empírica, mais filosófica do que materialista ou experiencialista. Não é do nosso interesse promover investigações atomísticas (fato que ocorre, como salientamos, na quase totalidade das abordagens sobre o tema) em relação a determinados itens gramaticais, que saem do discurso (heterogêneo e pouco ou nada sistematizável) para a gramática (homogênea e sistematizável).

Nosso objetivo será, antes de tudo, observar a fundo como a teoria que apenas serve de pré-requisito para os atuais estudos de itens gramaticalizados (empíria) constitui não um simples tratado da Sociolinguística, mas uma teoria (epistemologia) autônoma, qual seja a *Teoria Geral da Gramaticalização*. Em segundo lugar, como ficou explicitado acima, proporemos, como objetivo específico, que essa mesma teoria autônoma sirva como instrumento auxiliar em investigações diversas dos estudos da linguagem, isto é, que possa ser utilizada como metodologia-piloto para outros estudos da linguagem.

Portanto, esta tese pretende expor, em resumo, a comprovação da autonomia da gramaticalização como teoria própria, constituída sobre objeto, método e finalidade específicos, e traz a proposta de que essa mesma teoria seja útil como instrumento metodológico, isto é, um piloto, tal qual os estruturalismos saussuriano, hjelmsleviano, estadunidense o foram para outras investigações científicas, até mesmo, nesse caso, fora dos estudos da linguagem, o que não é a nossa intenção no caso da gramaticalização.

Dado esse preâmbulo, podemos adiantar que nosso estudo apontou para a gramaticalização como uma teoria cujo objeto de estudo primordial se assenta sobre um protótipo¹²⁵ de sistematização de regras de uma língua específica, que permite que a comunicação (o discurso) nessa língua possa ser promovida em consonância com aquela sistematização de regras (a gramática).

Esse protótipo obedece à unidirecionalidade que consideramos muito maior do que a que costumeiramente se aborda: a unidirecionalidade, quando se fala em gramaticalização, é tratada quase sempre em relação a itens lexicais (concretos, materiais) passando a gramaticais (abstratos, formais) ou itens gramaticais passando a mais gramaticais, como será exposto no capítulo 2 desta tese. De acordo com nossa investigação, vemos que a unidirecionalidade a que reporta a gramaticalização é de conceitos (categorias e protótipos) concretos que vão tornando-se abstratos e cada vez mais abstratos. Com essa passagem dos conceitos, e não apenas de itens fortuitos¹²⁶, de concretos para abstratos, pudemos erguer nosso primeiro pilar da Teoria Geral da Gramaticalização, vinculada à unidirecionalidade prototípica e epistemológica da ida de conceitos concretos para abstratos, e também concernentes aos planos metafórico, ou paradigmático, e metonímico, ou sintagmático.

Para isso, o *corpus* que primeiramente exporemos e estudaremos diz respeito à gramaticalização ainda primitivamente encarada como simples tratado da Teoria Sociolinguística (todo o capítulo 2 desta tese). Ressaltamos que empreendemos parte desse construto em nossa análise dos possíveis gradientes de

¹²⁵ Falaremos sobre esse conceito adiante. Note-se, contudo, a sua, por enquanto, aparente quase identidade ao conceito de "Gramática" *lato sensu*, que empreendemos acima. Essa (aparente) identidade ocorre porque, agora, *não* definimos a gramaticalização, mas, *sim*, seu objeto, que é, exatamente, alvejar a(s) Gramática(s).

¹²⁶ Repare-se que Sapir parecia querer alcançar essa inter-relação mais ampla, conceitual, nos capítulos 4 e 5 de *Language*, acima citados.

gramaticalização no interior das classes gramaticais, em 1.3. De acordo com regras preestabelecidas antes de tudo por Antoine Meillet, investigaremos, sob outros ângulos, palavras que passam de itens lexicais (palavras plenas, palavras-fonte, itens do inventário aberto, palavras autosssemânticas) para itens gramaticais (palavras-forma, itens instrumentais, categoriais, palavras-meta, itens do inventário fechado, palavras sinsemânticas), na fórmula categórico-prototípica básica e resumida [itens-fonte] > [itens-meta].

Também em outros momentos, voltaremos a essa fórmula categórico-prototípica para investigar elementos da própria Gramática Normativa que parecem estar em processo de gramaticalização interna, isto é, deslizando, dentro da própria gramática escolar, para categorias ainda mais gramaticais daquelas em que já estão arroladas. É o que faremos ao analisarmos o caso da voz reflexiva ou medial (capítulo 4).

Em seguida, para demonstrarmos a citada autonomia da gramaticalização como teoria, o *corpus* privilegiado para nossa investigação serão os textos e suas inter-relações, a que chamaremos de categoria-protótipo [ocorrências-fonte] > [ocorrências-meta] (no caso da gramaticalização textual por metáfora ou paradigmática) e [elementos-fonte] > [elementos-meta] (no caso da gramaticalização textual por metonímia ou sintagmática) (capítulo 7).

É aqui que nos valeremos da epistemologia apresentada por Lehmann quando atribui aos aspectos paradigmático e sintagmático peso, coesão e variabilidade (*weight, cohesion e variability*, cf. LEHMANN, 1885, p. 315). No aspecto paradigmático, o peso chamar-se-á integridade (*integrity*, id. ib.), ao passo que será chamado de escopo (*scope* id. ib.) no plano sintagmático. A coesão se nomeia como paradigmaticidade (*paradigmaticity*, id. ib.) no plano paradigmático, e como conexão ou conexidade (*bondedness*, id. ib.) quando observada no aspecto sintagmático. À variabilidade coube tão somente a adjetivação referente ao plano a que pertence: ocorre, assim, variabilidade paradigmática e variabilidade sintagmática (*paradigmatic variability e syntagmatic variability*, id. ib.).

Esse salto epistemológico, racional, que parte da gramaticalização observada como mero tratado da Teoria Sociolinguística em direção à gramaticalização observada como teoria autônoma, obedece, como se vê, antes de tudo, à perspectiva ontológica, empírica, previamente elaborada após os primeiros estudos de gramaticalização, que, como foi dito, partem apenas de itens (palavras) que

deslizam de categorias concretas (lexicais, discursivas, do inventário aberto) para categorias abstratas e cada vez mais abstratas (gramaticais, instrumentais, do inventário fechado).

Por isso mesmo, optamos pelo termo haurido da Linguística Cognitiva “protótipo” quando nos reportamos à gramaticalização como teoria autônoma, e não como simples tratado, uma vez que o conceito de “protótipo” é muito mais fluido e dinâmico que o de “categoria”, permitindo que, com ele, a hipótese da gramaticalização como teoria possa ser mais facilmente guindada ao estatuto de tese.

Para isso, além de expormos, preliminarmente, a gramaticalização como vem sendo encarada até hoje, sentimos necessidade de nos aprofundar na Epistemologia propriamente dita, ou Filosofia da Ciência, para mostrar que um campo investigativo que possua objeto, método e finalidade próprios e específicos constitui uma teoria autônoma, e não um mero tratado de outra teoria maior que supostamente o abarcasse.

2 A GRAMATICALIZAÇÃO: FENÔMENO PANCRÔNICO ENCARADO COMO UM TRATADO DA TEORIA SOCIOLINGUÍSTICA DA VARIAÇÃO¹²⁷

O primeiro a propugnar pela questão da mudança linguística por via da transformação ocorrida sob o conceito de *gramaticalização* foi Antoine Meillet, com sua *Linguistique Historique et Linguistique Générale*, em 1912¹²⁸ (MEILLET, 1948 [1912]).

Uma das partes de maior importância no artigo de Meillet é a seguinte: “L’autre procédé consiste dans le passage d’un mot autonome au rôle d’élément grammatical” [“O outro procedimento consiste na passagem de uma palavra autônoma ao papel de elemento gramatical.” (traduzi)].

A primeira forma a que Meillet alude é a analogia, que, embora seja uma das formas pelas quais se dá a gramaticalização, não havia sido apontada, no mesmo artigo, como ocorrência do fenômeno, já que ele tratou das formas já regulares, e não das que, na analogia que importa à gramaticalização, levam à regularização, pelo paradigma vigente de uma língua, de formas irregulares ou supletivas, ainda que essa regularização incorra em erro normativo.

O trabalho de Saussure, entretanto, revela-se marco dos estudos linguísticos científicos modernos, como ficou explicado na introdução desta tese, uma vez que, a um só tempo, estabeleceu a metodologia do estruturalismo (ressalte-se a coexistência, mais ou menos na mesma época, do estruturalismo estadunidense de Boas/Sapir/Bloomfield) como ancilar à pesquisa do que viria a ser a Linguística, e rompeu a tradição anterior de se estudarem línguas e gramáticas peremptoriamente por métodos comparativos, paronomásicos, o que, para Saussure, era aleatório e pouco empírico.

¹²⁷ Em diversos momentos deste capítulo de nossa tese, recorreremos às pesquisas que empreendemos em nossa dissertação de mestrado, aprofundando-as e moldando-as à nova epistemologia que, nesta tese, pretendemos demonstrar como possível: a passagem da gramaticalização de mero pré-requisito de estudos de itens vocabulares atomísticos para a gramaticalização como teorial geral e como metodologia-piloto que contribui com os estudos linguísticos. Para isso, neste capítulo 2, precisamos, em alguns momentos, reexpor e aprofundar conceitos e exemplos levados a cabo em nossa aludida dissertação. Sem esse suporte teórico, que ora se torna meramente propedêutico ou básico, parecer-nos-iam inviáveis as tentativas a que se propõe esta tese.

¹²⁸ No capítulo *L'évolution des formes grammaticales* (Meillet, 1948 [1912], pp. 130-148).

A própria obra de Meillet traz, em seu título, a verve à tendência comparativista aludida, com o adjetivo “Historique”, que era o apanágio dos neogramáticos, com que Saussure rompeu, dando guarida à ciência-piloto do estruturalismo, e tornando mais objetivos os critérios de se pesquisar, verdadeiramente, a Linguística e sua epilinguagem e metalinguagem.

A par da importância desse marco, entretanto, demonstramos possíveis limitações da obra aludida, o *Curso de Linguística Geral*, que não previa, aparentemente, a pesquisa da *mudança* e da *variação* linguística (de que a gramaticalização é um dos fatores causadores, ilustrativos e subsequentes) como passível de ser objeto científico da Linguística. Isso se dava na medida em que o sistema de pensamento saussuriano contemplava, preferentemente, como postura investigativa, o eixo *sincrônico*, e não o *diacrônico*, e o estudo da língua (ou *langue*, não pretendendo observar, tampouco, o âmbito do discurso, ou *parole*, embora a língua preconizada por ele fosse a língua falada) como alvo do cientificismo linguístico. Em nossa **Introdução geral** e em todo nosso capítulo 1, quisemos demonstrar que a gramaticalização, por seu turno, finca-se sobre essa oposição não dicotômica, mas binomial ou dialética, de *parole-langue*.

Saussure verticalizou aquela dicotomia, isolando seus pares, porque, justamente, não queria incorrer no estudo atomístico, fortuito dos seus precursores, os neogramáticos, que, numa parábola de Sartre, aplicada a situação diversa, e aqui parafraseada, estariam tentando chegar à unidade acrescentando algarismos à direita de 0,9 (SARTRE, 1943): ou seja, estariam tentando chegar a uma teoria *geral* (daí a obra de Saussure se chamar *Curso de Linguística GERAL*) analisando apenas os *átomos*, as *partes*, que não levariam a um todo coeso e coerente em sua sistematicidade.

Nossa tentativa de chegar a uma Teoria GERAL da Gramaticalização partiu, exatamente, de motivação similar: encontrar-se, no conjunto esparso de tratados que se escrevem sobre o tema da gramaticalização, um fio condutor que permita a codificação de uma Epistemologia, não apenas de uma Ontologia sem sistematicidade. No nosso caso, o que fizemos foi horizontalizar a dicotomia saussuriana (presente, como foi visto, também em Bühler, Gabelentz, Humboldt) para tirar-lhe uma síntese, que descreve a língua em si (“Coisa” hegeliana) e se processa pela gramaticalização, até mesmo confundindo-se com seu conceito puro.

O aparente rigor excessivo do mestre suíço – que naquele momento era de capital importância para estabelecer com nitidez os critérios científicos do estudo das línguas –, no entanto, abriu azo a que qualquer transformação fosse inquinada de atomística, fortuita, metafísica, desimportante. Com esse fator, a língua saussuriana *funcionava* predominantemente como uma engrenagem matemático-cartesiana rígida e *formada* por constantes mecânicas que se interpunham umas às outras numa estrutura composta por um sistema de sistemas, que, a rigor, praticamente, à primeira vista, eliminava o elemento humano como ator e agente dessa forma de vida que era a língua, já que esse mesmo elemento (humano) só poderia ser considerado enquanto massa unívoca e uníssona de falantes que exercia coerção social sobre o indivíduo, que, pois, não teria nenhum poder de influenciar a língua na via oposta, senão tão somente seria influenciado por uma língua preexistente quando de seu nascimento.

Contrastem-se, com efeito, citações inseridas nesse exato contexto de discussão a que pretendemos conduzir o leitor, entre Saussure e Bakhtin.

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação, e é psicofísica. (SAUSSURE, 1984, p.27)

Essa alternância dos sujeitos falantes que traça fronteiras estritas entre os enunciados nas diversas esferas da atividade e da existência humana, conforme as diferentes atribuições da língua e as condições e situações variadas de comunicação, é diversamente caracterizada e adota formas variadas. (BAKHTIN, 2000, p. 294)

Aqui, com efeito, no pensamento de Saussure, percebem-se influências de Descartes, Comte e Durkheim, razão por que o mestre suíço era chamado, por exemplo por Coseriu, de "matemático" da língua.

Como contrapartida a essa visão, portanto, houve a visão posterior a Saussure, proveniente dos Sociolinguistas Variacionistas e de outras correntes funcionalistas (incluindo-se os Sociolinguistas Interacionais¹²⁹ e a Pragmática, oriunda de ramos filosóficos¹³⁰, como vimos) e mesmo formalistas que aceitem a

¹²⁹ Pesquisadores há que mencionam uma Sociolinguística Quantitativa ou Dinâmica (que será explicitada abaixo), como Tarallo (1999, p. 88).

¹³⁰ Como se verá, os processos de metáfora e metonímia, quando geradores de gramaticalização, provêm de motivações discursivas pragmáticas que permitem entreverem-se inferências

diacronia e a inserção da fala (e suas variantes, ou melhor: da oralidade) nos estudos linguísticos, como o Estruturalismo Diacrônico (sobretudo do Círculo de Praga), a visão de Meillet (precursor inclusive da terminologia “gramaticalização”, já em 1912, como se disse), de Bakhtin e de seu Círculo, de Jakobson, de Wittgenstein, de Benveniste, de Coseriu, de Traugott, de Givón, de Ducrot, de Martinet, de Vendryès, de Tarallo, de Preti, de Schlieben-Lange, de Maingueneau, de Charaudeau, de Ducrot, de Greimas.

Vimos que muitos foram os precursores de Saussure na questão de se aceitarem as contradições entre a diversidade e a homogeneidade. Entre eles, no capítulo acima, destacamos Hegel, Humboldt, Husserl e Gabelentz.

Assim, é úbere o estudo da gramaticalização tanto no Formalismo (e em suas correntes subseqüentes e conseqüentes) como no Funcionalismo (ou nos diversos tipos de funcionalismo existentes¹³¹). Isso fica claro, por exemplo, nas palavras de Moura Neves:

Dito de outra maneira, o que se postula é uma teoria de relação entre Gramática e Discurso, segundo a qual os processos de gramaticalização [...] se devem não apenas à influência da língua como sistema gramatical [Formalismo], mas também à influência de fenômenos discursivos [Funcionalismo]. (NEVES, 1997, p. 37, grifamos)

Para isso, do ponto de vista do estudo empírico a que se propõe esta parte da tese, remetemos o leitor ao capítulo 10 de nossa dissertação de mestrado: "Estudo de casos concretos I: itens gramaticalizados no português diacrônico: a gramaticalização histórica dos verbos “ter” e “haver” e a formação dos tempos compostos" (CAETANO, 2011).

Nele, analisamos itens gramaticalizados do século XIV em diante, promovendo e demonstrando a necessária intervenção dos estudos diacrônicos, sobretudo, naquele momento, com o processo de variação, por via de gramaticalização, ocorrido na evolução ou mudança gradativa de categoria gramatical (de lexical para auxiliar) dos verbos “ter” e “haver” na formação de

convencionais e conversacionais (cf. Grice, 1989), e, portanto, estabelecem que a prática da língua, o discurso, a língua em uso, é o elemento propulsor dos processos de mudança. A metáfora e a metonímia como elementos de gramaticalização serão estudadas adiante, nas seções 6.1, 6.2, 6.3, 6.4.

¹³¹ Bechara chega a afirmar, e o fez em inúmeras palestras e entrevistas que nos concedeu, que o número de funcionalistas é praticamente igual ao número de Funcionalismos.

sequências verbais denominadas de “tempos compostos”, e como a mudança se deu nesse período.

Em outros momentos da aludida dissertação, foram analisados, ainda, textos da literatura ou da imprensa escrita em Língua Portuguesa dos séculos seguintes ("Capítulo 11: Estudo de casos concretos II: itens em gramaticalização no português sincrônico (contemporâneo)"), não se deixando de observar algumas manifestações contemporâneas de língua escrita e, até, falada, com o objetivo de demonstrar a necessária interferência dos estudos de variações discursivas no aparato do edifício da gramaticalização.

Com isso, pretende-se mostrar, no capítulo 2 desta tese, remetendo o leitor, preliminarmente, se necessário, às pesquisas registradas em nossa dissertação de mestrado, e, ainda, em consórcio com os pensamentos transmitidos na **Introdução geral** desta mesma tese, que as perspectivas *sincrônica* e *diacrônica* são pertinentes ao estudo linguístico, numa visão *pancrônica*, que aborda as *variações* e as *mudanças* de um modo científico, e não meramente atomístico, passíveis, pois, de sistematização e de explicação segundo os métodos da ciência linguística balizada preliminarmente no construto e na metodologia de Ferdinand de Saussure e de seus precursores e seguidores nessa perspectiva. Essa mesma metodologia será explicitada como imprescindível no capítulo 4 desta tese, em que tratamos, por meio da classe dos verbos, da técnica gramaticográfica, até mesmo numa visão diacrônica, e de como ela é afeita ao método estruturalista.

Pesquisadores da história da língua e gramaticólogos (todos pesquisados para esta tese, constantes das referências bibliográficas, e oportunamente citados *ipsis literis*), como Said Ali (1964), Eneida Bomfim (1988 e 2002), Câmara Jr. (1978), Benveniste (1976 e 2006), Cunha (1997), Cintra (1954), Chaves de Melo (1975), Silva Dias (1933 [1917]), Coseriu (1979a e 1979b), Bechara (1985), Marouzeau (1922), Oiticica (1940), Marie-Louise Sjoestedt (1926), Meillet & Vendryès (1948), Melo (1976, 1970, 1957, 1959) apontam para a mudança diacrônica dos usos discursivos e das funções gramaticais de diversos itens no idioma.

A divisão das fases na Língua Portuguesa, por exemplo, foi indicada por Bechara, citando como precursores Antônio das Neves Ferreira, Adolfo Coelho, M. P. da Silva Júnior, José Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, A. E. da Silva Dias, Manuel Said Ali e Paul Teyssier, da seguinte maneira:

- 1) Arcaica – do século XIII ao final do século XIV
 - 2) Arcaica-Média – da primeira metade do século XV à primeira metade do século XVI
 - 3) Moderna – da segunda metade do século XVI ao final do século XVII
 - 4) Contemporânea – do século XVIII aos nossos dias.
- (BECHARA: 1985, p. 50¹³²)

Por essa razão, a sincronia da *langue* (“estado da língua”), prevista pelo mestre genebrino, até certo ponto (ou por certa interpretação), como única possibilidade de estudo científico (ou possibilidade privilegiada de postura investigativa, como alerta Coseriu), encontra-se com a diacronia da *parole* (e mesmo as variações sincrônicas desta), formando um todo sistêmico e estrutural que se constrói conjuntamente. Tudo isso transcorre amparado sobre situações linguísticas dinâmicas de produção discursiva pragmática (cf. LEVINSON, 2007) que criam novos paradigmas a partir de sintagmas que se modificam constantemente para os atos de fala (cf. AUSTIN, 1965; SEARLE, 1969), estudados na seção 5.2 desta tese¹³³.

Isso porque a língua não constitui um *corpus* hermético, de rigidez imutável, mas, antes, espaço biopsicossocial em que o discurso e sua produção, existentes mercê da interação real, ensejam necessidade de análise das mudanças contínuas por que passa um idioma, que serão, pouco a pouco, assimiladas tanto no compêndio normativo lexical do idioma (o dicionário), como, também, no seu compêndio normativo gramatical (a gramática).

Por isso, a fluidez semântica, sintática, fonológica, morfológica, presente no dia a dia da língua e de seu uso (pragmático-discursivo), vai, gradativamente, passando a encontrar correlatos timbrados nos baluartes normativos a que se aludiu. Tal mudança, e conseqüente registro no idioma, que, em suma, podem ser chamados de *progresso* (e o são, por exemplo por Vendryès, como visto na **Introdução geral**), constituem a dinamicidade da língua. Por essa razão, a postura

¹³² Consideramos de grande valia a leitura das obras do romanista Theodore Maurer Jr., que, ao descrever o latim vulgar, oferece suprimento fundamental a quantos quiserem aprofundar-se na filologia portuguesa. Duas de suas obras foram por nós pesquisadas, e sobre elas escrevemos artigos de que tiramos subsídios para concordarmos com a sistematização empreendida aqui por Bechara: *Gramática do latim vulgar* (MAURER Jr., 1959) e *O problema do latim vulgar* (MAURER Jr. 1962). Também nos foram muito úteis as duas obras de Rosa Virgínia Mattos e Silva *O português arcaico: fonologia* (MATTOS E SILVA, 1996) e *O português arcaico: morfologia e sintaxe* (MATTOS E SILVA, 2001).

¹³³ Coseriu lembra a citação de Humboldt: “A língua não é érgon, é enérgon” (COSERIU, 1979b, p. 156).

do pesquisador, no que tange aos estudos dessa língua, deve agasalhar atitudes de investigação pancrônica, que, a um só tempo, proveem o objeto investigado de comprovação e de métodos de perquirição de sucessivos “estados de língua” (cf. SAUSSURE, 1984 [1916]) que não cessam de ocorrer.

2.1 Teoria da Variação e Tratado de Gramaticalização: as primeiras conceituações, definições e limites propedêuticos¹³⁴

Neste momento é oportuno que se frisem as premissas maiores sobre as quais os fenômenos de variação e mudança linguística pesquisados se balizam.

Antes de tudo, é preciso salientar o caráter da unidirecionalidade que opera sobre os itens (a que chamaremos, quando falarmos em textos ou discursos, nos capítulos 5 e 6 desta tese, de “elementos” ou “ocorrências”) gramaticalizados. Essa unidirecionalidade vem explicitada no seguinte trecho:

O desenvolvimento para domínios gramaticais diferentes, via caminhos tão múltiplos, conforma-se à unidirecionalidade, uma vez que as formas resultantes são mais gramaticais (abstratas, reduzidas, generalizadas) do que as formas originais. (HOPPER & TRAUGOT, 2003 [1993], p. 112, traduzi¹³⁵)

A gramaticalização “preliminar” (queremos dizer a que enverga a base teórica de que se valem os estudos efetuados até este momento sobre o tema, e não a gramaticalização como teoria geral) pode ocorrer segundo orientações e definições teóricas diferentes, que convergem em alguns pontos, mas divergem em outros. No entanto, todas as bases de que parte o tema arregimentam em comum o fato de que asseveram a variação e a mudança na língua como questão inelutável, e, portanto, digna de constantes pesquisas. Dessa forma, a gramaticalização, embora possa ser fenômeno nascido no âmbito da fala ou mesmo da escrita particular de algum autor

¹³⁴ Usou-se aqui o termo “propedêuticos” proveniente exatamente da parte da filosofia que se propõe apresentar conceitos que são necessários para determinado fim, porém não suficientes para o alcance completo desse fim.

¹³⁵ The grammar development for different areas in multiple paths conforms to the unidirectionality, since the resulting shapes are more grammatical (abstract, reduced, generalized) than the original shapes.

ou época literários, tende a constituir, a partir do momento em que os utentes do idioma consagram¹³⁶ aquela mudança no plano pragmático-discursivo, o próprio sistema e a própria estrutura (gramatical) do idioma, criando-se, pois, um novo paradigma para este.

HEINE, B., CLAUDI, U. & HÜNNEMEYER (1991a), sintetizam a formulação da gramaticalização nos seguintes pressupostos:

Quanto mais uma unidade linguística adentra o processo de gramaticalização:
 mais perde em complexidade semântica, significado funcional e/ou valor expressivo;
 mais assume significância pragmática e ganha em significância sintática;
 mais reduzido é o número de membros pertencentes ao mesmo paradigma morfossintático;
 mais sua variabilidade sintática decresce, ou seja, mais seu uso se torna obrigatório em certos contextos e agramatical em outros;
 mais se coalesce semântica, morfossintática e foneticamente com outras unidades;
 mais perde em substância fonética. (HEINE, B., CLAUDI, U. & HÜNNEMEYER, p, 298, traduzi¹³⁷)

Em outras palavras, a *variação* e a *mudança* coexistem com o *sistema* da língua, não sendo eles (variação, mudança e sistema) conceitos científicos incompatíveis ou antagônicos, mas complementares.

Para isso, foram cotejados, nesta tese, e em nossa dissertação de mestrado, os pontos de vista formalista e funcionalista em relação à gramaticalização, que pode ser encarada como *processo* (que é o enfoque básico dado pelos estudiosos das questões eminentemente sociais, portanto primordialmente funcionalistas) ou como *paradigma*¹³⁸, (terminologia preferida pelos formalistas, que, embora partam

¹³⁶ Para isso, é necessário, em suma, que haja os fatores a que Tarallo (1999, p. 73) alude: 1) fatores condicionadores; 2) encaixamento; 3) avaliação; 4) transição; 5) implementação. Ainda em consonância com esse pensamento, e o de Coseriu, Schlieben-Lange (1994, p. 225) completa que é necessário saber 1) por que ou para que uma língua muda; 2) como uma língua muda; 3) sob que condições uma língua muda.

¹³⁷ The more a linguistic unit enters the process of grammaticalization:
 more loses in semantic complexity, functional significance or expressive value;
 more assumes pragmatic significance and gains in syntactic significance;
 smaller is the number of members belonging to the same morphosyntactic paradigm;
 over its syntactic variability decreases, i.e. more use becomes mandatory in certain contexts and ungrammatical in other ones;
 longer loses semantic, morphosyntactic and phonetically with other units;
 more loses in phonetic substance.

¹³⁸ Terminologias como “uso” (funcionalista) e “sistema” (formalista), aquele levando a este, também apontarão, como se demonstrará, para a necessidade de estudo sempre geminado entre as duas

das interações sociais, preocupam-se em nomear os instrumentos gramaticais nascituros). No entanto, cumpre, desde já, salientar que, sem a perspectiva epistemológica funcionalista, os estudos de gramaticalização, mesmo que sob a égide do Formalismo, não poderiam ocorrer.

Basicamente, o idioma, em sua perspectiva normativa, preocupa-se em arrolar itens lexicais e gramaticais do domínio discursivo padrão.

Os itens lexicais, também chamados de inventário aberto, signos linguísticos plenos, palavras principais, palavras lexicais, unidades lexicais, classes abertas de palavras, lexemas concretos, palavras principais, vocábulos autosemânticos (cf. Hjelmslev, Sapir, Bloomfield, Givón, Hopper, Traugott, Ulmann) formam a parte normativa denominada dicionário, pois este contém dições, verbetes, entradas ou cabeças léxicas¹³⁹, fenômeno de mudança que, ao ocorrer, recebe o nome de *lexicalização*.

Por outro lado, os itens gramaticais, ou inventário fechado, ou signos linguísticos vazios, palavras gramaticais, unidades gramaticais, classes fechadas, lexemas abstratos, lexemas acessórios, instrumentais, categoriais, vocábulos sinsemânticos (idem, ibidem) são compilados na gramática normativa ou, mais propriamente, na gramática escolar de um idioma. É consensual o fato de que o processo de mudança que leva à concepção desses itens – a *gramaticalização* – é fenômeno mais frequente que seu oposto, acima visto, a lexicalização (pode-se considerar como seu oposto, também, por outro viés, como vimos, a discursivização).

Um pesquisador do jaez de Benveniste trouxe contribuições à questão, de modo direto e indireto, tratando da análise sobre metalinguagem gramatical (Gramaticologia) e dicionarística (Lexicologia), cotejando, pois, os dois inventários acima descritos, e demonstrando que a intercomunicação entre eles é frequente e necessária. Benveniste parece apontar, entre oscilações formalistas, funcionalistas e

correntes principais da linguística, que se complementam mutuamente no que tange à gramaticalização.

¹³⁹ Em primeiro lugar, muitos dicionaristas utilizam, para LEXEMA, as expressões “entrada”, “verbeta”, “cabeça”, “unidade léxica”, fiando-se no *significante* como ponto de partida para a fatura dos dicionários, alegando, para tanto, que nem sempre é uma *palavra* o que vem encetando um verbete, mas, às vezes, frases feitas (os sintagmas fixos – para Herculano de Carvalho [1974], por exemplo), ou as lexias – para Pottier [1968]), e, até mesmo, apenas morfemas ou outros vocábulos categoriais (do campo do inventário fechado, da Gramática, como o artigo, pronomes).

até psicanalíticas (ele tem um capítulo em que insere Freud na discussão sobre mudanças linguísticas, de cuja escritura será tirado trecho adiante), a dinamicidade dos significados, em função da própria dinamicidade da linguagem e da subjetividade humana, atreladas uma à outra. Em termos diversos, o Autor, tratando dos pronomes, que, por via de regra, são instrumentos gramaticais, e não lexicais (uma vez que seriam, em tese, esvaziados semanticamente e preenchidos como elementos de conexão discursiva apontando exoforicamente para o espaço/tempo ou para visões endofóricas ou intratextuais), ora complementa:

Entre *eu* e um nome referente a uma noção lexical [inventários fechado e aberto, respectivamente; gramática e dicionário, pois], há não apenas as diferenças formais, muito variáveis, impostas pelas estruturas morfológica e sintática das línguas particulares. Há outras, e que são de uma natureza mais geral e mais profunda. (BENVENISTE, 1976, p. 278, grifei)

Benveniste parece, aqui, apontar para a questão da alteridade na linguagem, mas, sobretudo, para a questão da subjetividade que esta encerra. Isto é, além de meros “artefatos” de gramática ou de dicionário (listas de palavras ou listas de regras morfológicas, sintáticas), a expressão, nas formas linguísticas, obedece à própria natureza do homem, sendo intrínseca a ele. A linguagem não é um instrumento, mas “ensina a própria definição do homem”.

Assim se manifesta o mesmo Autor, em outro momento:

Na realidade, a comparação da linguagem com um instrumento, e é preciso que seja com um instrumento material para que a comparação seja pelo menos inteligível, deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. Inclino-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, 1998a, p. 93¹⁴⁰)

Com isso, Benveniste intercomunica o que foi explicitado como pertencente às visões predominantemente formalista e predominantemente funcionalista.

¹⁴⁰ Observe-se como Benveniste, aqui, dialoga com Gardiner e Russell em suas buscas pela “causa primitiva”, que apresentamos na Introdução e no capítulo 1 desta tese.

Conveio exporem-se, brevemente, as contribuições de Benveniste, exatamente porque ele relativiza a rigidez que separaria o plano da gramática do plano do dicionário, interligando-os pelo viés da subjetividade intrínseca ao ato de comunicar-se e produzir discursos ininterruptamente.

Assim, as palavras plenas ou concretas ou lexicais tendem, mais regularmente, a formar palavras vazias ou abstratas ou instrumentais ou gramaticais. A via oposta, embora existente, é, como se disse, menos comum. A explicação para isso parte de uma análise pragmática: do ponto de vista do discurso, é mais normal que se comece do concreto (léxico) para o abstrato (gramática, instrumento) do que vice-versa.

Este, com efeito, é o protótipo com que lidaremos até para o salto racionalista da gramaticalização atomística em direção à gramaticalização como teoria geral. Assim, a base categórico-prototípica da gramaticalização, neste momento, pode ser encarada como a seguinte unidirecionalidade:

[concreto] > [-abstrato] > [+abstrato]

Ou, ainda:

[item-fonte] > [item-meta].

Essa é uma linha traçada com base na observação empírica do que é, repita-se, normal ocorrer em linguagem e língua.

Demonstram-no tanto a passagem da língua da criança para a língua do adulto (que vai se tornando, neste último, mais complexa, mais abstrata, com mais elementos de coesão e com mais orações subordinadas) (cf. GIVON, 1979), como na diferença entre o pidgin (língua artificial criada para um determinado fim, como comércio) e o crioulo (língua natural que se situa entre os sistemas de mais de uma língua) (cf. PAUL, 1966).

Voltando a Meillet, em seu artigo inaugural, o que ele previu como gramaticalização foi a passagem de um item do inventário aberto (lexical) para um item do inventário fechado (gramatical), assim representado:

(2.1.0) [lexical] > [gramatical]

Houve inúmeras contribuições a essa perspectiva de mudança, inclusive terminológica. Cite-se como importante correlato a nomenclatura dada por Martinet:

(2.1.1) [vocábulo nocional] > [vocábulo instrumental] (MARTINET, 1985)

Também há outras nomenclaturas análogas, oportunamente apresentadas. Nelas, quando forem tratados os casos da metáfora e da metonímia¹⁴¹, ficará mais claro o mecanismo propulsor.

(2.1.2) [velhas formas] > [novas funções] (MEILLET, 1948)

(2.1.3) [concreto] > [abstrato]¹⁴²

[-abstrato] > [+ abstrato]

(2.1.4) [-contexto] > [+contexto]¹⁴³

(2.1.5) [forma livre] > [forma dependente]

(2.1.6) [-dependente] > [+dependente]

(2.1.7) [forma dependente] > [forma presa]

(2.1.8) [forma-fonte] > [forma-meta]

Para exemplificarem-se os casos (2.1.3) e (2.1.4) acima, seria interessante a análise da passagem dos advérbios de lugar que deslizam gradualmente até os advérbios de concessão, isto é, de categorias cognitivas mais concretas para categorias cognitivas menos concretas, necessitando da existência de mais contexto para serem compreendidas, no seguinte *continuum*:

(2.1.9) [espaço] > [tempo]¹⁴⁴ > [condição] > [concessão] = [-abstrato] > [+abstrato]

¹⁴¹ Quando se fala em “metáfora” e “metonímia” em gramaticalização, não se deve confundir com os casos das figuras de linguagem homônimas, como se verá. Só serão metáforas e metonímias pertinentes à gramaticalização aquelas que, partindo do discurso, entrarem efetivamente no paradigma formal da gramática. Com efeito, este é um dos casos que comprovam por que Funcionalismo (discurso) e Formalismo (paradigma gramatical) não devem ser dissociados no estudo do fenômeno da gramaticalização. Estar-se-á propugnando pela tese da *complementaridade* entre Formalismo e Funcionalismo, no caso do fenômeno em tela, adiante.

¹⁴² Predominante na metáfora, entre outros casos que serão mostrados.

¹⁴³ Predominante na metonímia, entre outros casos que serão mostrados.

Para citarem-se parcimoniosos exemplos:

(2.1.10) Minha terra tem palmeiras,
onde canta o sabiá,
as aves que aqui gorjeiam
não gorjeiam como *lá*. (GONÇALVES DIAS, 2010, p. 11)

(2.1.11) O homem, como o conhecemos, surgiu há cerca de 10 mil anos. De *lá* para cá, poucas coisas mudaram.

Em (2.1.10) o item “*lá*” indica espaço. Em (2.1.11), passa a indicar tempo. Sobre a passagem da [condição] para a [concessão], pode-se afirmar que esta última é uma especialidade daquela primeira, necessitando de [+contexto] como se pode observar no caso de orações com as locuções conjuntivas “mesmo que”, “ainda que”, as quais, semanticamente, indicam que há uma condição (genericamente indicada pela conjunção “se”) somada a um adendo semântico de “não importa” ou “não fará diferença”.

Percebe-se essa presença da *condição* + o *adendo semântico assinalado* (o que torna menos abstrata a circunstância simples de condição e mais abstrata a concessão), numa frase como:

(2.1.12) Mesmo que chova, irei à praia.

Ou seja, “Se chover” (condição) + “Isso não fará diferença” (adendo semântico da concessão) e = “Irei à praia” (consequência ou resultado), sentença precedida de elemento mais abstrato que a condição pura e simples (que é a concessão).

Também sobre a passagem de [espaço] > [tempo] foi analisado o verbo “ir”, que passa de nocional (indicando espaço) para auxiliar (indicando tempo de futuridade), na nossa dissertação de mestrado e no capítulo 3 desta tese, quando partiremos a reflexões atinentes à Cinemática em articulação com a Semiótica.

¹⁴⁴ Estudaremos a interpretação da Física Clássica para essa passagem.

Por sua vez, Kurylowicz acrescentou a possibilidade de gramaticalização como sendo a passagem, dentro do próprio inventário fechado (a gramática), de um item *menos* gramatical para um item *mais* gramatical, assim representado:

(2.1.13) [- gramatical] > [+ gramatical]

Kurylowicz assim se expressa (1975 [1965], p. 52):

Gramaticalização consiste no aumento do papel de um morfema avançando de lexical a gramatical. Ou de menos gramatical a mais gramatical, e.g., de um formativo derivativo para um formativo flexional. (Traduzi¹⁴⁵)

Se compararmos línguas, legitimar-se-nos-á o contraste entre a Língua Portuguesa e a Língua Inglesa no que tange à categoria gramatical dos pronomes retos em incontáveis condições de produção discursiva e conseqüente implantação gramatical/gramaticográfica. Queremos dizer que a ausência de conjugação verbal, tão frequente no Inglês, abre guarida ao aumento categorial (maior necessidade gramatical) do pronome reto em inúmeras esferas comunicativas quando comparado o mesmo pronome reto ao Português. Dessa forma, o I, em *I make*, por exemplo, é um pronome mais gramatical ([+gramatical]) que o Eu, e.g. em *Eu faço*, uma vez que as desinências número-pessoais da categoria, no Português, acarretam até um traço redundante à natureza categorial do pronome que acompanha o verbo.

Podemos ilustrar mais o que diz Kurylowicz, em Língua Portuguesa, com marcas de gênero (flexão) indicadas com sufixos, que, a rigor, são formativos derivativos (causadores de lexicalização), mas podem comportar-se como elementos meramente internos, gramaticais, categoriais, de flexão de gênero. São os casos de *imperador/imperatriz*, *galo/galinha*, *conde/condessa*. Nessa função de categoria de gênero, o sufixo será mais gramatical que no momento em que funciona como derivativo e formador de entidades léxicas, não meras adequações a categorias gramaticais (gênero/modalidade).

Hopper e Traugott (1993, p. XV) apresentam definição bem semelhante:

¹⁴⁵ Grammaticalization consists in the increase of the role of a morpheme advancing from lexical to grammatical. Or from less grammatical to more grammatical, eg, from a derivative formative to a inflectional formative.

A gramaticalização é definida como o processo pelo qual itens e construções gramaticais passam, em determinados contextos linguísticos, a servir a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. (traduzi¹⁴⁶)

Assim, Meillet apresenta o exemplo do esvaziamento semântico paulatino do verbo francês *être* (“ser” ou “estar”), que deixa de ser palavra principal (quando junto de um advérbio de lugar), passando a palavra acessória (quando seguido de um adjetivo ou substantivo – o que se chamaria, hoje, verbo de ligação ou copulativo). No entanto, o próprio Meillet, embora não tenha nomeado explicitamente a diferença sutil da mudança ora vigente, previra o que Kurylowicz nomeou como [-gramatical] > [+gramatical], pois Meillet considerava, como gramaticalização, também, a passagem do verbo *être* de palavra acessória (ou verbo de ligação, mostrado acima, que é um item gramatical, e não lexical) para um verbo eminentemente gramatical (hoje chamado de verbo auxiliar, que é mais gramatical do que o verbo de ligação). Ou seja, ele previa a passagem de um item gramatical para um item mais gramatical, embora, repita-se, não o tenha nomeado. Este último caso seria o do verbo *être* + verbo de movimento (por exemplo para formar o passado composto da língua francesa, cf. “Il est arrivé” = “ele chegou”).

Modernamente, outros critérios têm sido adotados, podendo-se dizer que se considera gramaticalização, para algumas correntes, a passagem de qualquer material linguístico/discursivo para um item gramatical, donde o famoso aforismo atribuído a Givón: “A sintaxe de ontem é a morfologia de hoje”. Poder-se-ia representar a gramaticalização, aqui, da seguinte maneira:

(2.1.14) [material pragmático-discursivo] > [+ gramatical] ¹⁴⁷

Aqui, em (2.1.14), pode-se citar, como um primeiro exemplo, meramente ilustrativo (já que analisaremos casos concretos adiante), a comparação entre os empregos do item *também*¹⁴⁸ nos dois casos abaixo:

¹⁴⁶ Grammaticalization is defined as the process where items and grammatical constructions pass, in certain linguistic contexts, to grammatical functions and, even there, they continue to develop new grammatical functions.

¹⁴⁷ Aqui também caberia a correlação [-contexto] > [+contexto], cf. item (1.4) acima.

¹⁴⁸ Que, com efeito, antes do mais ilustra a afirmação de Givón, pois que proveniente de “tão bem” (sintaxe), erodindo-se em “também” (morfologia).

(2.1.14.1) “*Também* a escola está defasada em termos de infraestrutura tecnológica” – afirmou o governador.

(2.1.14.2) [...] Será que você não é nada que eu penso?

Também se não for não me faz mal

Não me faz mal não [...] (LEONI & KERLAKIAN, 2010)

Em (2.1.14.1), o item *também* corresponde a uma palavra denotativa de inclusão, e encontra-se mais afeito a uma percepção semântica plena, nocional, lexical. Já em (2.1.14.2), a palavra, no discurso, tem valor de adversativa, equivalendo a “entretanto”, que é mais gramatical, porquanto elemento de coesão entre os outros trechos do discurso (os versos 1 e 2 do trecho). Em (2.1.14.2), a coesão se torna mais complexa com a presença do item *também* do que com sua ausência. Não se levou em conta, portanto, *apenas* a mudança semântica, mas também a mudança funcional, categorial, gramatical.¹⁴⁹

Essa complexificação no elemento ou na variável <coesão>, como se verá, e como já foi esboçado acima, é elemento de gramaticalização, tanto no nível do item (a palavra: [-elemento de coesão] > [+elemento de coesão]), quanto no nível do discurso (a presença de conectores: [-conectores] > [+conectores]).

Em outros termos, a gramaticalização, quando observada no âmbito do item [lexical] > [gramatical], aborda a mudança por um aspecto qualitativo, ao passo que, operando no nível do discurso como um todo, enfatiza o aspecto quantitativo (como se viu, a linguagem adulta, em comparação com a infantil, tende a apresentar maior quantidade de conectores).

Voltando-se à questão da análise por item [lexical] > [gramatical] (e não do discurso como um todo, que será mais bem perquirida adiante), repare-se que, em (2.1.14.2), o item *também* poderia ser retirado do contexto sem prejuízo semântico, o que comprova a sua função perempetoriamente conectora e, apenas subsidiariamente, semântica, relação que se inverte em (2.1.14.1), demonstrando-se, pois, o processo de gramaticalização ocorrido [-coesão] > [+coesão] ou mesmo

¹⁴⁹ Sobre a questão de necessidade de mais contexto, analisaremos a inter-relação entre textos no plano sintagmático ou metonímico (nos capítulos 6 e 7), ampliando a perspectiva inaugurada por Lehmann.

[palavra nocional] > [palavra instrumental], para voltar-se à terminologia esposada por Martinet.

Com essa constatação, podemos perceber que o item *também*, na mudança acima, passou por gramaticalização (casos (2.1.14)), o que também ocorreu nos casos anteriores ((2.1.0) a (2.1.13)).

Essa primeira e preliminar constatação, apenas propedêutica, sugere que não se poderá estudar o fenômeno conceitual da gramaticalização de modo estanque, isolado do discurso, do falante, da construção concreta de sentidos promovida na interação e na produção discursiva real, seja artística (estética), seja estritamente comunicativa (ética)¹⁵⁰. Com isso, prevíamos, em nossos primeiros contatos com os estudos empreendidos sobre gramaticalização, que se trata não de um tratado inserido na Teoria Sociolinguística, mas de uma teoria autônoma desta.

Vale ressaltar, mais uma vez, que a percepção da variação e da mudança no idioma se faz notar, como ficou dito, nos planos fonológico, morfológico, sintático, semântico. Essas alterações se processam mediante o uso da língua diária, ou seja, na vida cotidiana, que, pragmaticamente, estimula empregos discursivos que modificam funções categoriais (gramaticais) e mesmo lexicais (lexicográficas). É conveniente a citação de Vendryès:

A vida favorece a transformação do vocabulário porque ela multiplica as causas que agem sobre as palavras. As relações sociais, as profissões, os diversos usos contribuem para transformar o vocabulário, condenam as velhas palavras ou lhes modificam os sentidos, reclamam a criação de palavras novas. A atividade do espírito é solicitada ininterruptamente a trabalhar sobre o vocabulário [...] (VENDRYÈS, 1950, p 226, traduzi¹⁵¹)

Muitos chegam a entender, outrossim, que a gramaticalização poderia ser expressa como a passagem do processo de mudança (ocorrido no uso da língua, partindo-se da modalidade oral) para o paradigma da gramática, chamando a essa via de gramaticalização (que, com efeito, pode ser entendida, e o é por muitos, como

¹⁵⁰ A distinção aqui entre “estética” e “ética” é etimológica: ambas do grego: *Aisthesis* = sentimento/ *Ethos* = costume.

¹⁵¹ La vie favorise les transformations du vocabulaire, parce qu’elle multiplie les causes qui agissent sur les mots. Les relations sociales, les métiers, les divers outillages contribuent à transformer le vocabulaire, condamnent des vieux mots ou en modifient le sens, réclament la création de mots nouveaux. L’activité de l’esprit est sollicitée sans cesse à travailler sur le vocabulaire.

o resumo da própria gramaticalização), de paradigmaticização. Tal passagem seria assim representada:

(2.1.15) [processo] > [paradigma] = paradigmaticização¹⁵²

Em outras palavras, a gramaticalização só ocorre quando, estando num processo funcional ocorrido no uso, com itens, entra ou está para entrar (termo já gramaticalizado ou termo em gramaticalização, respectivamente) no paradigma formal do idioma. Daí, mais uma vez, a incongruência que seria separar-se, ao se falar em gramaticalização, Formalismo de Funcionalismo, já que ambos são solidários, e não existem casos discretos ou apriorísticos de gramaticalização, uma vez que os casos concretos empíricos obedecem a parâmetros já devidamente concluídos e estabelecidos graças à coleta de dados ao longo da história das línguas.

Não se deve falar em [sintagma] > [paradigma]¹⁵³, pois, como se verá, o plano do sintagma está mais afeito à gramaticalização por metonímia, enquanto o do paradigma se apõe com mais nitidez à via metafórica, sendo ambos, pois, casos viáveis de gramaticalização, inclusive, como pretendemos demonstrar, no âmbito textual.

Ainda, para um esboço, pode-se demonstrar a gramaticalização, sob o viés mais contundentemente funcionalista, como a diminuição no desempenho pragmático com conseqüente aumento na competência e no desempenho gramaticais (para usar-se a dicotomia competência / desempenho, proposta por Chomsky, 1980 [1957], Coseriu, 1979a e 1979b e outros). Perceba-se que não se fala numa alteração da competência pragmática, mas do desempenho, que passa a integrar, por sua vez, a competência e o desempenho gramaticais. Aqui, basta compreender-se que a competência pragmática é, ao lado da gramatical, aquela que torna o sujeito falante mais apto a reconhecer as condições de uso de determinadas

¹⁵²Pouco adiante, serão apresentadas detidamente as diferenças estabelecidas por Lehmann para os eixos sintagmático e paradigmático em gramaticalização, correlacionando-os. No capítulo 6, expandiremos a noção de Lehmann para inter-relações de textos, a fim de mostrar a possibilidade de a gramaticalização, além de constituir teoria geral, constituir, também, método próprio de investigação.

¹⁵³Ademais, os parâmetros de verificação de Lehmann levam em conta o eixo do paradigma e o eixo do sintagma, ambos, assim como na metáfora e na metonímia, capazes de fornecer subsídios à constatação da gramaticalização.

fórmulas presentes na interação (análoga à competência textual-discursiva, ou diretamente vinculada a esta). Está, portanto, ligada (não exclusivamente) aos conceitos provenientes da Sociolinguística Interacional (cf. LEVINSON, 2007), como tomadas de turno, condições discursivas, *scripts*, *frames*, esquemas, enquadres, formas marcada e não marcada, e assim por diante, além de afiliar-se a questões das outras Sociolinguísticas, já que lida com variações, adequações, concepções discursivas.

Bomfim (1988, p. 73, s.u. Pragmática) assim define, resumidamente, a questão: “Pragmática: estudo do significado, levando em conta os fatores da enunciação, portanto fatores extralinguísticos”.

Dessa maneira, a gramaticalização também pode ser descrita, por um caminho mais específico como:

(2.1.16) [-desempenho pragmático] > [+competência e desempenho gramaticais]

Portanto, a gramaticalização sistematiza mesmo a noção de gramaticalidade encarecida por Chomsky como a capacidade de um falante de reconhecer sentenças possíveis a um idioma, ainda que sejam sentenças inéditas.

Uma forma de testar a adequação de uma gramática proposta para L consiste em determinar se as sequências que esta gera são efetivamente gramaticais ou não, isto é, aceitas por um falante nativo [...] (CHOMSKY, 1980, p. 15)

A comunicabilidade exercida, em nossa língua, por Guimarães Rosa, por exemplo, só é viável mercê de um alto grau de competência e desempenho gramaticais do falante da Língua Portuguesa. Sem gramaticalidade profunda neste idioma, não seria possível compreender-se a enunciação rosiana. Em 1.1 e 1.2, nesta tese, tratamos dessa ampliação da competência e do desempenho linguísticos promovida mercê da literatura artístico-estética, ou a que privilegia a manifestação psíquica e o apelo, e não apenas a representação.

Um outro exemplo para o caso (2.1.16) seria o uso irrestrito, em certas regiões, do clítico TE, que deixa de representar tratamento mais íntimo, devendo ser pragmaticamente utilizado apenas em condições de familiaridade ou distensão, para ser abarcado por qualquer forma em que a segunda pessoa do discurso, na

gramática, esteja presente, seja ela oriunda de um tratamento-fonte respeitoso (como “o senhor”), seja ela proveniente de um tratamento-fonte familiar (como “você”, “tu”). Isso sugere que o fator de enunciação que levava em conta a conveniência do tratamento [+respeitoso] ou [-respeitoso] (presente na competência e no desempenho pragmáticos) se esvaziou, permanecendo tão só a questão [segunda pessoa do discurso] quando do uso do clítico TE.

Num caso extremo, a gramaticalização pode, como se verá em muitos autores, fazer a parte já gramaticalizada tornar-se zero, no que se poderia esquematizar como:

(2.1.17) [morfofonêmica] > [zero]

Meillet dá como exemplo o morfema descontínuo de negação do Francês *ne* + *verbo* + *pas*, explicando que o *pas* tem origem em vocábulo que significava “passo” e que, historicamente, era usado apenas com verbos de movimento, vindo depois a ser estendido a todos os verbos. A extensão, contudo, perdeu o morfema de negação propriamente dito em muitos casos (o NE). Assim, o NE tornou-se [zero], em frases do tipo

(2.1.17.1) “Il mange pas de la viande”¹⁵⁴,

assim esquematizada

(2.1.17.2) “Il [zero] mange pas de la viande”.

No caso do Português, os casos de elipse, em que o vocábulo elidido já tenha vindo enunciado (zeugma)¹⁵⁵ ou não, podem representar a gramaticalização da subespécie (2.1.17) acima.

Assim, formar-se-ia um exemplo:

¹⁵⁴ Tradução: “Ele não come carne”.

¹⁵⁵ Embora muitos gramáticos só aceitem a zeugma como fenômeno em que se omite verbo já citado em oração anterior, como é muito frequente nas orações subordinadas adverbiais comparativas, outros aceitam a terminologia para a ausência de qualquer vocábulo que já tenha sido enunciado, como Gama Kury (1993).

(2.1.17.3) “Ele disse que faria o dever, mas não fez” [“o dever” > zero].

Ou ainda o caso do reforço da negação após o verbo que pode tornar o advérbio de negação propriamente dito (antes do verbo), em muitas situações, um caso de [zero]:

(2.1.17.4) “Ele não veio não” > “Ele [zero] veio não”

É o caso do trecho da poesia abaixo, em que o modo imperativo se valeu do [zero] do advérbio de negação antes do verbo

(2.1.17.5) E qualquer desatenção, *faça não*
 Pode ser a gota d’água [...] (BUARQUE, 2010)

Também a pronominalização é fenômeno de gramaticalização, pois o item lexical, ao se transformar em pronome, assume forma de categoria gramatical. No entanto, no Português, sobretudo no Brasileiro, o pronome muitas vezes se torna [zero], como no caso a seguir:

(2.1.17.6) Eu vi o livro, mas não comprei

Equivalente a

(2.1.17.7) Eu vi o livro mas não [o > zero] comprei.

Para uma apresentação geral do tema, já apontando a várias vertentes que dele tomarão parte, o que foi exposto é necessário, pois são as premissas maiores sobre as quais esta tese pretenderá desdobrar-se. Na nossa dissertação de mestrado, tratamos da gramaticalização, ecoando com o modo como ela vem sendo encarada, tal qual demonstramos, na quase totalidade de estudos até aqui empreendidos, sob a definição de um tratado abarcado pela Teoria Sociolinguística.

Nesta tese, um dos nossos objetivos é propugnar pela independência teórica dessas duas formas de observação sobre a linguagem e a língua.

Apesar de a gramaticalização constituir, como foi dito, um fenômeno, sendo, portanto, apreensível empiricamente, havia divergências autorais em relação a seu caráter verdadeiramente objetivo, ou melhor, seu caráter de objeto de estudo

linguístico científico, razão pela qual os estudiosos que empreendem pesquisas sobre o tema vêm, até aqui, restringindo-se a itens vocabulares, propondo, implícita ou explicitamente, que se trate, como dissemos, tão somente de um tratado, não de uma teoria. Isso se deu, em grande parte, pela influência da episteme de Ferdinand de Saussure, uma vez que esta afasta, ainda que tacitamente, a correlação entre evolução¹⁵⁶ ou mudança linguística e *langue*. Porém, Neves (2004, p. 115) chega a dar como uma das definições para gramaticalização a “parte da teoria da linguagem que tem por objeto a interdependência entre *langue* e *parole* [...]”.

Assim, há autores que consideram não haver uma “teoria” da gramaticalização específica basicamente por duas razões distintas: 1) a que segue os passos de Saussure, e não preconiza os estudos da fala e da diacronia como passíveis de sistematização (acima esboçado); e 2) a que vê a gramaticalização como carente de um conjunto de leis específicas que lhe deem estatuto de “teoria” alheia à teoria maior da variação, vendo que esta última, portanto, contém o fenômeno da gramaticalização, tal qual outros de evolução linguística.

Para o segundo caso, há autores que propugnam por uma “Teoria da Variação” (cf., e.g., BRAGA & MOLLICA, 2010). Com essa terminologia, que, a rigor, não estabelece a distinção entre “variação” e “mudança” estipulada por Lehmann (1995), acima exposta, não se deixa de reconhecer como passível de estudo científico o caso da gramaticalização, mas coloca-se esse mesmo estudo dentro de um campo mais amplo epistemologicamente, qual seja, o das variáveis como um todo (sincrônicas e diacrônicas), ocorridas em funções concretas de produção de discurso, trazidas à pesquisa científica.

Para “Teoria da Variação”, Tarallo (1999, p. 88, s.u.: Variação), afirma: “teoria da variação; assume a heterogeneidade e o ‘caos’ linguístico como objeto de estudo; também denominada sociolinguística quantitativa ou dinâmica”.

Voltando ao caso específico da gramaticalização, muitos pesquisadores creem que ainda não haja leis suficientes para a tornarem uma “teoria”, senão, somente, parte de um conjunto mais amplo de variações e mudanças, denominado “Teoria da Variação”. Nessa Teoria, em que outros casos de variações e de

¹⁵⁶ Cumpre assinalar mais uma vez que, sob as melhores fontes de estudos linguísticos, “evolução” não significa “melhora”, mas tão somente, mudança, alteração, variação, diferenciação, complexificação, simplificação etc. É importante observar que nem sempre a evolução, como se demonstrará melhor, é caso de gramaticalização, pois, para que isso ocorra, são necessários princípios e parâmetros específicos. Só para citar um exemplo, Meillet (1948, p. 130) chama o capítulo que cunhou o termo gramaticalização de “L’ *évolution* des formes grammaticales” (grifamos).

mudanças ocorrem, a gramaticalização constitui um tratado, por poder ser descrita à luz de mecanismos próprios e conter empiria bastante para lhe ser aventada uma gama de hipóteses cientificamente verossímeis.

Nesse mesmo conjunto de fenômenos de mudanças, estariam os já citados casos como "o da lexicalização, o da semanticização, o da discursivização" (GONÇALVES et al, 2007, p. 28), apontando-se, pois, como se pode inferir, para os módulos de que a língua se compõe: o Dicionário, a Gramática, a Semântica, o Discurso.

Ainda como elementos partícipes da Teoria da Variação, podem-se apontar, na esteira de Neves (2004, pp.121-122), os seguintes casos: "dessemantização, expansão, simplificação (nível funcional propriamente dito), permutação, composição, cliticização, afixação (nível morfossintático), adaptação, fusão, perda (nível fonético/fonológico)". Vale ressaltar que as alterações em determinado nível costumam vir acompanhadas de alterações em outros níveis.

Heine *et al* (1991, p. 149) mostram casos complementares, que são casos particulares do processo: *sintaticização, descoramento semântico, enfraquecimento semântico, desvanecimento semântico, reanálise, condensação, redução etc.*

A propósito de Heine, ele demonstra sua tese de que a gramaticalização lida com casos atomísticos na fatura de seu *World lexicon of grammaticalization*, escrito em parceria com Tania Kuteva.

A obra, como o título aponta, arrola verbetes isolados, à guisa de um dicionário, ou melhor, de um léxico (pois não lhes atribui definições, mas os maneja com outros fins), e aponta-lhes a gramaticalização por que teriam passado.

Retiramos dele um exemplo. Aqui, precisaremos recorrer ao original em Língua Inglesa, pois a tradução para o fato gramaticalizado terá de ser adaptado a uma versão possível (mas não idêntica) em Língua Portuguesa:

GO (2) > CHANGE-OF-STATE
English go > change-of-state marker of limited productivity. Ex.

English
(a) *He went home.*
(b) *He went mad.* (HEINE & KUTEVA, 2002, p. 156)

Nossa tradução com adaptação:

IR (2) > MUDANÇA-DE-ESTADO

Português ir > mudança-de-estado marcador de produtividade limitada. Ex.

Português

(a) *Ele ficou em casa.*

(b) *Ele ficou louco.*

Optamos, em nossa tradução, pelo verbo "ficar", em Português, uma vez que a mesma categoria semântica de espacialidade se gramaticaliza para a de mudança-de-estado, já que, em Língua Portuguesa, o verbo "ir" não parece sofrer esse tipo específico de gramaticalização.

Como quer que seja, com esse trabalho acima apontado, que possui quase quatrocentas páginas, ITENS (vocábulos e lexias) são arrolados, exclusivamente, sugerindo que, para todo um grupo de cientistas, a gramaticalização se restringe ao estudo de itens, inseridos na Teoria da Variação proveniente de estudo Sociolinguístico.

Por fim, há aqueles autores que, seguindo mais de perto a linha de Saussure *stricto sensu*, não se ocupam tanto da gramaticalização como estudo científico, e, pois, sistematizável, por compreenderem que se trata de fenômeno ligado a mudanças ocorridas na fala, variando sobremaneira em função de espaços geográficos, socioculturais, dialetais, etários, não fazendo parte, portanto, do que consideram o objeto verdadeiro e único da Linguística, isto é, a *langue* saussuriana.

Neste ponto, com efeito, distingue-se mais uma vez a visão de cunho peremptoriamente formalista, que abstrai a língua de seu uso, e a compreende muitas vezes como um arcabouço inato, cognoscível por completo mesmo na abstração, constituindo um sistema de sistemas (signos, sons, morfemas, lexemas, frases), um objeto capaz de ser descrito em modelos abstratos, matemáticos e universais.

2.2 Funcionalismo & Formalismo solidários

Em gramaticalização, portanto, muitas são as razões pelas quais se deve buscar a conciliação entre o Formalismo e o Funcionalismo, pois ambas as correntes principais da Linguística interagem para a criação do arcabouço segundo o qual a gramaticalização, como um dos processos de mudança da Teoria da Variação, será

compreendida e, em seguida, apresentada como autônoma dessa mesma teoria que lhe licenciou o nascimento.

Um dos pontos em comum a todos os que se propõem estudar a gramaticalização, entretanto, e não é demais reiterar, é o fato de que se buscará a inter-relação do discurso (plano funcional) com a gramática (plano formal). Essa e outras complementaridades necessárias foram e serão ainda demonstradas em várias partes desta tese.

Dessa maneira, há que se levar em conta os fatores de uso da língua, no espaço, no tempo, nas variações de todo tipo, nos processos de interação conversacional específicos (hierarquizados ou não), na Pragmática (atos de fala) e em todas as epistemes que levem em conta os fatores atuantes sobre a produção e recepção do discurso.

Braga e Mollica afirmam que “a importância teórica e metodológica dos estudos sobre a língua em uso é fundamental” (grifamos). E prosseguem:

Exposto à conversação, o homem adquire a linguagem articulada e, simultaneamente, as formas básicas de socialização. Por outro lado, é um truismo lembrar que o significado de enunciados e de itens lexicais deverá levar em consideração o contexto linguístico e situacional¹⁵⁷ em que são empregados. (BRAGA & MOLLICA, 2010, p. 101)

No entanto, os autores que propuseram a variação nos estudos linguísticos também concordam que a tarefa de observar e descrever cientificamente os aspectos de mudança ocorridos em função da produção discursiva concretas é grande.

Ainda é Maria Luíza Braga quem esclarece:

Também não devemos subestimar as dificuldades inerentes a tal abordagem. Se é inegável que o discurso possui uma estrutura, marcas e características que autorizam a identificação de produções discursivas concretas, perceptíveis pelo sentido, é igualmente verdade que a liberdade, a flexibilidade, a negociação de esquemas e estruturas¹⁵⁸ no nível discursivo são mais amplas. Consequentemente maiores as dificuldades a serem enfrentadas pelos estudiosos que se aventuram pelas vias do discurso. (id. ib.)

¹⁵⁷ A distinção entre “contexto” e “situação” está explicitada em obras como de Câmara Jr, e Koch & Travaglia. Dizem respeito, basicamente, a aspectos discursivos endofóricos (contexto) e dêiticos (situação). Vimos que é de Malinowski a distinção primogênita.

¹⁵⁸ Braga está, aqui, utilizando terminologia e conceitos provenientes da Sociolinguística Interacional, que é aquela que lida com interações face a face, cf. Moita Lopes, Levinson.

Portanto, tentou-se demonstrar que a mudança e a variação linguística, tanto no tempo como no espaço (diacronia e sincronia; história da língua e fala contemporânea), convivem com a noção saussuriana, precursora da ciência linguística, de língua como sistema e estrutura. No entanto, procura-se, na esteira dos estudiosos das Sociolinguísticas e de outras epistemes voltadas à produção discursiva, não subestimar a dificuldade oriunda desse método, e trazê-lo para o campo de investigação linguística cercado de cuidados.

Assim, quer-se mostrar que as formulações teóricas sobre o processo de gramaticalização possuem um centro em comum bastante rígido do ponto de vista conceitual, mas, por outro lado, apresentam epistemologias mais flexíveis que ocasionam e suscitam possibilidades de hipóteses sobre o processo, possibilidades essas que se mostram diversas e complementares, mais prototípicas do que categóricas.

Não obstante, em nenhuma delas, até hoje, encontramos, de modo cabal, a perspectiva de total autonomia da gramaticalização como teoria geral e a um só tempo metodologia, algo que pretendemos defender nesta tese como possível e necessário à consumação dos estudos de gramaticalização.

Remetemos, mais uma vez, o leitor à nossa dissertação de mestrado, em que tratávamos, nos seguintes capítulos, de temas que são os assíduos, quando se evoca um construto teórico, para o estudo de séries atomísticas de itens vocabulares que passam pelo processo/paradigma de gramaticalização em sincronia/diacronia:

Capítulo 5: Princípios, mecanismos, critérios, parâmetros, motivações e efeitos da gramaticalização

5.1 Princípios e critérios de aferição da gramaticalização

5.2 Motivações para a gramaticalização: analogia, reanálise e iconicidade

5.2.1 Analogia

5.2.2 Reanálise (por abdução)

5.2.3 Iconicidade

5.3 Os parâmetros de Lehmann

5.3.1 Eixo Paradigmático

5.3.2 Eixo Sintagmático

5.4 Os princípios de Hopper

- 5.4.1 Estratificação
- 5.4.2 Divergência
- 5.4.3 Especialização
- 5.4.5 Persistência
- 5.4.6 Descategorização

Capítulo 6 Estudo de casos concretos I: itens gramaticalizados no português diacrônico: a gramaticalização histórica dos verbos “ter” e “haver” e a formação dos tempos compostos

Capítulo 7 Estudo de casos concretos II: itens em gramaticalização no português sincrônico (contemporâneo)

Capítulo 8 Breves considerações sobre os pontos de vista Formalista e Funcionalista

Capítulo 9 Princípios, mecanismos, critérios, parâmetros, motivações e efeitos da gramaticalização

9.1 Conceituação da gramaticalização e seu lugar dentro da Teoria da Variação

9.2 Princípio e critérios de aferição da gramaticalização

9.3 Motivações para a gramaticalização: analogia, reanálise e iconicidade

- 9.3.1 Analogia
- 9.3.2 Reanálise (por abdução)
- 9.3.3 Iconicidade

9.4 Os parâmetros de Lehmann

- 9.4.1 Eixo Paradigmático
- 9.4.2 Eixo Sintagmático

9.5 Os princípios de Hopper

- 9.5.1 Estratificação
- 9.5.2 Divergência
- 9.5.3 Especialização
- 9.5.4 Persistência
- 9.5.5 Descategorização

(CAETANO, 2011)

De nossa parte, apenas a contribuição efetivada por Lehmann será por nós utilizada, nesta tese, em sua apresentação original e em nossa adaptação para a comprovação de que os mesmos parâmetros concretizam a possibilidade de a gramaticalização, já elevada à categoria de teoria geral e autônoma, poder, também, ser aventada como hipótese de ciência-piloto ou metodologia auxiliar nos estudos linguísticos. Isso será feito nos capítulos 5, 6 e 7 desta tese, em que nossos *corpora* investigativos não serão mais meros itens vocabulares, mas, sim, elementos ou ocorrências textuais.

3 A GRAMATICALIZAÇÃO COMO TEORIA AUTÔNOMA

3.1 Objetos, finalidades e métodos próprios

Um fator que constantemente percorre as investigações de quaisquer que sejam os fenômenos analisados de gramaticalização é a tendência, por enquanto unânime, até onde sabemos, de se encaixarem tais fenômenos como um estudo específico de casos (sendo a gramaticalização considerada um tratado, portanto) dentro de uma unidade de conhecimento (ou episteme) maior (uma teoria, que seria a Teoria da Variação). Desse modo, o que tais pesquisadores vêm buscando lograr é a explicitação de que há um conjunto de leis amplo e sistematizável (a Teoria da Variação), dentro do qual se enquadrariam, supostamente, os mecanismos, obedientes àquele conjunto citado, que regeriam, regulariam e regulamentariam a gramaticalização em si, tanto em seu objeto, quanto em seu método e sua finalidade.

Em outras palavras, não postulam tais pesquisadores pela existência do processo/paradigma da gramaticalização como uma teoria autônoma, mas, em vez disso, como um, e apenas um, entre os vários fatos passíveis de elucidação sob a ótica de uma teoria maior.

Que teoria maior seria essa?

A Teoria da Variação, como foi dito acima, que, por sua vez, pertence à epistemologia, ainda mais ampla, da chamada pesquisa sociolinguística, geneticamente oriunda da reação que se criou diante da suposta rigidez de Saussure ao isolar o estudo da Linguística à homogeneidade da língua (seu aspecto formal) sem se ocupar, alegava-se, dos fatores de interação que convalidam e fazem funcionar aquela língua (seu aspecto funcional).

Qual seria, segundo aqueles postulantes, o espaço da gramaticalização na Teoria da Variação?

O espaço restrito ao estudo de mais uma dentre as inúmeras variáveis¹⁵⁹ (a covariação entre um item lexical deslizando ou convivendo com seu sucedâneo

¹⁵⁹ Um pouco adiante, trataremos de conceitos como variáveis e variantes, e ainda, sob o decurso das alterações havidas numa língua, do conceito de evolução ou mudança, e, justamente na distinção

gramatical, ou igual processo/paradigma variacionista entre um item gramatical cotejado com sua variante mais gramatical¹⁶⁰), sempre estatisticamente¹⁶¹ colimadas, com que se preocupa a Teoria da Variação.

Como veremos, o objetivo ou finalidade do estudo da gramaticalização não se limita a descrever variáveis, tampouco opera sob a rígida necessidade de levantamento quantitativo; isso aponta, já por ora, que o fim e o método, de antemão, sugerem diferenças substantivas entre o estudo da gramaticalização e o da Teoria da Variação.

A gramaticalização se ocupará, *a priori*, como se sabe, da inserção de itens no rol genérico da gramática *lato sensu* de uma língua (o funcionamento interno dessa língua, ou a descrição de sua forma ou estrutura), e, *a posteriori*, da inserção desses mesmos itens no rol específico da Gramática *stricto sensu*, ou Gramática Normativa, daquela mesma língua (o funcionamento interno dessa língua segundo a variante específica de maior prestígio sociocultural, que é a caracterizada pela língua padrão ou Gramática Escolar ou Prescritiva).

Donde se depreende, por dedução, e não por indução, para se fazer uma regressão epistêmica, que os próprios objetos da gramaticalização, conquanto apresentando pontos comuns com os objetos da Teoria da Variação, deste último se distinguem por especificidades que lhes são próprias. Aqui, ponto que em breve se desdobrará, ocorre outra distinção primordial entre as duas epistemes: a diferença de objetos específicos de estudo, não de todo coincidentes.

Portanto, com objetos que partem de semelhante ponto (causa/motivação/estímulo), mas, a partir de dado instante, deslocam-se (consequência/efeito/resposta), há de se perceber que não se tratará da preocupação última da gramaticalização, segundo nosso ponto de vista, que pretendemos aqui defender, a mera constatação quantitativa de covariações ou

entre esses conceitos, encontraremos uma primeira hipótese de autonomia da gramaticalização em relação à Teoria da Variação, propondo, como fizemos em nossa dissertação de mestrado, que a gramaticalização lida com o que nomeamos, para um primeiro momento, de “Teoria da Variabilidade”, que abarca variação e mudança a um só tempo.

¹⁶⁰ Assim representados, respectivamente: <gramaticalização> [lexical] > [gramatical]; ou <gramaticalização> [- gramatical] > [+ gramatical]; onde o símbolo <x> representa a variável e o símbolo [x] representa as variantes possíveis.

¹⁶¹ Mostraremos que, nessa metodologia, reside outra diferença entre a Teoria da Variação e a Teoria Geral da Gramaticalização.

convivências de variantes dentro de um estado de língua, em seus níveis de fala e interação coexistentes; este sim é o escopo primeiro da Teoria da Variação, a que se acrescentam objetivos de pesquisa específicos com os dados coletados¹⁶².

Reconhecemos que a Teoria da Variação não se estagna na mera constatação quantitativa de dados elencados, mas busca sempre alguma interpretação específica a partir dessas estatísticas. No entanto, diferentemente da **Teoria Geral da Gramaticalização**, a Teoria da Variação não pretenderá descrever o corte em que uma variante assume os foros da Gramática Normativa; ao menos não será esta a sua finalidade preponderante¹⁶³, como o é no caso do estudo amplo da gramaticalização como teoria, e não como espaçamentos fortuitamente analisados de itens que se gramaticalizam, tipo de estudo que, ao que parece, é o exclusivamente efetuado até hoje.

Em vez disso, a gramaticalização, num primeiro nível de descrição obtido, o teleológico ou finalista, visa à constatação de qual é a variante que, por razões explicáveis parcialmente segundo os aparatos da Teoria da Variação, admitimos mais uma vez, alçaram foros de chancelaria no idioma nacional, perpetuando-se num estado de língua específico dentro de sua Gramática Normativa em um dado momento. Por este outro grande divórcio, ora teleológico, repita-se, pode-se prever a definitiva diferença epistemológica, nítida, entre a Teoria da Variação e a Teoria Geral da Gramaticalização.

Porém, ainda num outro nível de descrição, o metodológico, que consideramos proveniente da própria finalidade específica da Teoria Geral da Gramaticalização, acima citada, procuraremos mostrar duas teses: 1) o método da Teoria da Variação necessita, obrigatoriamente, da preponderância indutiva, o que não se dá com o possível à Teoria Geral da Gramaticalização; 2) os parâmetros e métodos que levam ao objetivo último da gramaticalização, como expusemos acima,

¹⁶² Como a própria relativização, já apontada na pesquisa pioneira de Labov, do que seja uma variante de prestígio em contextos e situações específicas, a que grupos tais variantes se coligam, como e por que surgem variantes estigmatizadas e a que fatores, geralmente externos, elas podem ser cotejadas.

¹⁶³ Na própria pesquisa pioneira de Labov, constatou o estudioso que, muitas vezes, o uso da variante padrão ou normativa constituía marca estigmatizada ao grupo. Assim, ao passo que a Teoria da Variação está intrinsecamente ligada ao aparato metodológico-teleológico da Antropologia, a Teoria Geral da Gramaticalização o utiliza até certo ponto, a partir do qual, lançando mão de técnicas específicas de filologia, gramaticologia e gramaticografia, e até de lexicologia e lexicografia, promoverá as conclusões plausíveis. Trataremos desse aspecto um pouco adiante, neste mesmo capítulo.

permitem, até, a ampliação da Teoria Geral da Gramaticalização como metodologia em si mesma (propugnamos pela sua extensão ao plano de uma episteme-piloto, qual o estruturalismo o foi para ciências outras que não a exclusivamente linguística) para fins outros que não os alçados pela Teoria da Variação como metodologia que também o é. Isto é, percebemos que, avançando-se no objeto, no método e na finalidade da gramaticalização, esta poderá servir como um método alternativo para o fim de estudos linguísticos capazes de descrever, de forma complementar a estudos até aqui efetuados, fenômenos como o da intertextualidade, o da interdiscursividade, o da semiótica, o da enunciação, o da descrição linguística, o da análise histórico-comparativa de fatos da língua e até os que envolvem a aplicação de métodos de ensino de língua e gramática normativa.

Foi imprescindível, entretanto, que se elucidassem ainda conceitos, como espécie de voz de concessão àqueles cientistas que enxergam o estudo do fenômeno da gramaticalização dentro das investigações atinentes à Teoria da Variação.

Ainda neste capítulo (na seção “3.2 Um estudo concreto: Cinemática e Semiótica: como a Física Clássica pode ajudar a explicar a predominância da distância, no pensamento humano, em relação ao tempo e à velocidade”), pretendemos apresentar, como decorrência das explanações oriundas sobre Filosofia da Ciência, a interpretação de fatos naturais da Física Clássica (mais especificamente a Cinemática, ou Física dos Movimentos), criando-lhes uma interseção com a faculdade cognitiva de se passar do concreto para o abstrato, e uma relação com a Semiótica. Essa faculdade constitui um dos alicerces da gramaticalização (um de seus princípios, ou protótipos), assim como da própria Filosofia da Ciência, ou Epistemologia, sobretudo ao lançar-se ao método indutivo de apreciação de fatos interpretados.

Temos como fito, nesse caso, comparações como a empreendida por Jakobson em sua obra *Relações entre a ciência da linguagem e as outras ciências* (JAKOBSON, 1973).

Ainda ao expormos o caso da Cinemática interpretada à luz de uma já verossímil autônoma Teoria Geral da Gramaticalização, pretendemos mostrar que essa teoria dispõe de todos os aparatos científicos de que uma teoria necessita para ser encarada como tal.

A pesquisa da Física Clássica, e mais especificamente da Cinemática (a ciência dos movimentos), se dará pelo fato conseqüente de que, além de a faculdade cognitiva humana de promoção da passagem gradativa do concreto para o abstrato¹⁶⁴ pertencer à base conceitual mais específica possível da gramaticalização, é esta faculdade um princípio, em si mesmo, inerente à Filosofia da Ciência de forma geral. Além disso, a Cinemática lida com o conceito linguístico cognitivo da passagem do **espaço** para o **tempo**, o que é, também, um dos grandes princípios comuns à gramaticalização¹⁶⁵.

Poder-se-ia dizer que a passagem do concreto para o abstrato, o método indutivo, cerca e alicerça a construção de toda e qualquer teoria, não sendo, portanto, exclusividade da gramaticalização, nem da Teoria da Variação. A premissa é correta. No fundo, toda teoria nasce da Ontologia, ou seja, da observação, por conhecimento empírico e experiência sensorial, ainda que meramente cognitiva (isto é, não necessariamente estésica), de fenômenos (concretos, específicos) a que, por analogia e generalização, alça-se um conjunto de regras gerais (abstratas, genéricas).

Assim, as coisas que primeiramente é preciso aprender para que sejam feitas, aprendemo-las fazendo-as: dessa maneira, construindo, tornamo-nos construtores; tocando a cítara, cítaredos. E assim, de igual modo, tornamo-nos justos operando coisas justas, temperantes operando coisas temperantes, fortes operando coisas fortes. (ARISTÓTELES, 1998, p. 63)

A passagem das espécies para o gênero, pois, é uma das famosas dicotomias aristotélicas (ARISTÓTELES, 2013), e está presente, inclusive, na mesma dicotomia presente nas quatro categorias oriundas de Kant (2009) de que Grice (1989) se valeu para compor suas quatro máximas comunicativas: a quantidade e a qualidade¹⁶⁶. Assim, é lícito entrever-se que, na elaboração de uma teoria, seguindo os passos da Ontologia, herdeira da Física e da Metafísica de Aristóteles e, antes, mesmo que por oposição a este, do pensamento de Platão, em

¹⁶⁴ Refiro-me aqui a seu parâmetro maior, o da passagem de um item lexical a um gramatical e/ou de um gramatical a um mais gramatical, como foi explicitado.

¹⁶⁵ Analisaremos as passagens de categorias espaciais para categorias temporais, principalmente (mas não exclusivamente) nos casos de verbos auxiliares e de perífrases verbais de temporalidade e aspectualidade.

¹⁶⁶ Naturalmente, deixamos, aqui, de mencionar, por não ser do objetivo deste momento da tese, as categorias de relação e modo, presentes, antes, em Aristóteles, em seguida em Kant e, por fim, em Grice.

todas as suas manifestações filosóficas, ocorre uma passagem da espécie para o gênero, da quantidade para a qualidade. Assim o é, para citarmos os que consideramos fundamentais, com teóricos como os já citados Platão e Aristóteles, além de Spinoza (1925), Nietzsche (2008), Husserl (1978), Hegel (1807), Heidegger (2012), Sartre (1943), Marx (1982), Wittgenstein (1984a, 1984b, 1984c), Lacan (2003), Kristeva (1998, 1974a, 1974b, 1977).

Mesmo quando operamos por silogismo (quando partimos do gênero para a espécie), a Ontologia parece alicerçar as bases da ciência.

Parece, ademais, que toda ciência se possa ensinar, e que se possa aprender tudo o que recai sob a ciência. Toda doutrina, pois, vem de cognições precedentes, como dantes nos *Analíticos* havíamos dito: ou por indução, ou por silogismo. A indução é ponto de partida e vai para o universal; o silogismo, ao invés, parte dos universais. Vale dizer, são princípios de que o silogismo deriva: eles, pois, derivam da indução. (ARISTÓTELES, 1998, p. 111.)

Porém, como se verá com a exposição da Filosofia da Ciência (na parte 1.1.3), a passagem do grau (quantidade) para a natureza (qualidade) ou da aparência para a essência (o famoso par filosófico básico) não se opera de modo automático. Há que intervir o caráter interpretativo do cientista, sem o qual se corre o risco de perpetrarem-se ilações descabidas. Há que perceber, também, que, entre outros fatores, como se operou no rascunho que quisemos fazer acima, o objeto, o método e a finalidade de uma teoria é que a consubstanciam como tal, conforme lição de três dos grandes epistemólogos contemporâneos: Kuhn (1970), Popper (1968) e Alves (2000), este último, com a obra aqui pesquisada, homenageado em epígrafe embutida no subtítulo desta nossa tese.

Do ponto de vista filosófico, ou epistemológico, a gramaticalização não foge a tal postulado e, pois, seria de esperar, à primeira vista, que, então, ela permanecesse de fato como produto ulterior da Teoria da Variação. Não o negamos em nenhuma momento: ao contrário, reconhecemos que um dos elementos propedêuticos e genéticos da Teoria Geral da Gramaticalização é a Teoria da Variação.

Não obstante, dispõem a Teoria da Variação e as pesquisas sobre gramaticalização, acaso, exatamente dos mesmos objetos, métodos e finalidades, apenas para permanecer em três dos pré-requisitos solidários imprescindíveis ao pensamento científico?

Procuramos demonstrar que a resposta é negativa; que a gramaticalização possui objeto próprio (compartilhado, sem dúvida, em grande parte, com o pleiteado pela Teoria da Variação), além de método e finalidade que lhe concedem estatuto de teoria autônoma.

Se, como foi dito, a passagem ontológica do concreto para o abstrato é mister preliminar de toda ação científica, voltamos a afirmar que, ao referirmo-nos à passagem do concreto para o abstrato, em gramaticalização, não nos atemos à metodologia intrínseca à formulação epistemológica (por meio da Ontologia, como se viu, ou a passagem do quantitativo para o qualitativo) de qualquer teoria. Falamos, isso sim, da passagem específica à gramaticalização, que é a do item discursivo concreto (lexical) para o item (discursivo-)formativo abstrato (gramatical).

Nisso, a comparação breve da Teoria Geral da Gramaticalização com a Semiótica, por via da Cinemática, parece prosperar, uma vez que a Ciência Física dos Movimentos, ou Cinemática, lida com um par muito produtor nas searas da gramaticalização, qual seja o binômio **espaço-tempo**, um dos maiores produtores de itens gramaticalizados no que tange (embora não exclusivamente) a verbos anteriormente marcadores de espacialidade que se tornam itens marcadores de temporalidade e em seguida de aspectualidade ("ir", por exemplo).

Ora, encarar-se essa passagem tão específica (itens discursivos concretos para itens (discursivo-)formativos abstratos, seja na relação espaço-tempo, seja-o em outras correlações) apenas como mais uma dentre as diversas variáveis (um conjunto de variantes) de que se ocupa a Teoria da Variação parece, pelo conjunto de métodos que norteia a Teoria da Variação, errôneo.

Os que assim procedem partem de uma ideia ou premissa inicialmente correta: a de que a gramaticalização começa a poder ser descrita a partir da coexistência, na oralidade, num corte sincrônico da Pesquisa Sociolinguística, de duas ou mais variantes, que concorrem, geralmente, como uma de maior prestígio e outra estigmatizada, ou uma de maior coloquialidade e outra de maior formalidade.

Essa ideia ou premissa, em si mesma, englobaria todos os requisitos para que se apusesse, de fato, a gramaticalização dentro da Teoria da Variação, já que se trata de uma premissa que, em todos os aspectos pragmáticos, descreve exatamente a Teoria da Variação, caso a finalidade da gramaticalização não apontasse para rumos sobremodo distintos dos procurados pela Teoria da Variação.

Assim, portanto, se a causa (e, talvez, em alguns casos, até a motivação ou estímulo) que leva à gramaticalização obedece aos parâmetros da Teoria da Variação, e suas descrições pragmáticas ou sociolinguísticas podem coincidir, cessam aí as implicações recíprocas entre uma e outra teoria. Isso porque, como foi esboçado, o método e, sobretudo, a finalidade da gramaticalização trilham vertentes que não são comuns à Teoria da Variação, sendo por esta teoria, muitas vezes, até mesmo rechaçadas.

Com isso, ao se proceder, pelas vias fornecidas pela Filosofia da Ciência, à investigação ilustrativa, e até indutiva, da ciência dos movimentos (voltamos a falar na seção 3.2: a comparação e analogia entre a Cinemática, a Semiótica e a Gramaticalização), abrir-se-á guarida a que muitos outros fenômenos pertencentes ao campo da ciência da linguagem, ainda que não exclusivamente a ele (como a Cognição, por exemplo), possam ser aventados como hipóteses e posteriores teses verossímeis pertinentes à Teoria Geral da Gramaticalização, e não mais à teoria de que ela é, de fato, oriunda, porém autônoma, qual seja a Teoria da Variação.

Para isso, revejamos os pontos centrais de interseção entre as duas teorias.

Saussure, iniciador da tradição estruturalista, com seu *Curso de Linguística Geral*, em 1916, já no século XX, portanto, define a língua como objeto central da Linguística por oposição à fala e considera a língua o sistema invariante que pode ser abstraído das múltiplas variações observáveis na fala. Não deveria a Linguística, portanto, ocupar-se da fala; esta seria objeto de estudo da Estilística, ou, mais amplamente, da Língua externa. Segundo o autor, o estudo dos fenômenos linguísticos externos é muito frutífero; mas é falso dizer que sem estes não seria possível conhecer o organismo linguístico interno. (VIANNA, 2011, p. 49-50)

Como se percebe, aqui, como em vários outros trechos do *Curso*, Saussure não refutava a pesquisa dos “fenômenos linguísticos externos” (de que a variação e a mudança fazem parte constitutiva, o que viria a permitir a consolidação do funcionalismo), mas não considerava que seriam imprescindíveis para a descrição científica, com base na metodologia estruturalista (fundando também as raízes formalistas), de uma língua, criando, como se sabe, as bases da Linguística moderna.

Não é do escopo desta tese a apresentação de vozes e entevoces acerca do *Curso de Linguística Geral*. No entanto, Edila Vianna, no mesmo artigo acima transcrito parcialmente, expressa alguns antípodas ao mestre genebrino, que, de modo muito lacônico, servirão como esteio à caminhada por que passou a

Sociolinguística Variacionista, de que, como se sabe, até então, a gramaticalização não passaria de um tratado subjacente e ancilar. De nossa lavra, apresentamos um panorama das escolas e de seus principais teóricos que surgiram como reação ao suposto isolamento abstrato excessivo empreendido por Saussure no concernente aos estudos linguísticos.

Vejamos, ora, como Edila Vianna prossegue nessa mesma empreitada:

Bakhtin, crítico da posição saussureana, considerava que a verdadeira substância da língua não era constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, mas pelo fenômeno social da interação verbal realizada por meio de enunciações.

Para Jakobson, o princípio da homogeneidade do código linguístico formulado por Saussure não passava de uma “ficção desconcertante”, já que todo indivíduo participa de diferentes comunidades linguísticas e todo código é multiforme, abrange uma hierarquia de subcódigos diversos, livremente escolhidos pelo sujeito da mensagem, segundo a função da mensagem, do interlocutor a quem ela é dirigida e da relação existente entre os falantes envolvidos na situação comunicativa.

Segundo Benveniste, a questão da relação entre língua e sociedade consiste em que a língua é um objeto de análise da sociedade: descreve, conceitua, interpreta tanto a natureza quanto a experiência.

Mais recentemente, em estudos de Nova Retórica e Análise do Discurso, sobretudo a de linha francesa, além dos autores escandinavos, estadunidenses e eslavos, tem-se investigado profundamente a importância do contexto comunicativo em que as enunciações são formuladas.

Destacam-se, nesse cenário, autores preocupados com o problema do *ethos* (baseado na tricotomia aristotélica de *ethos*, *pathos* e *logos*, de que trataremos no capítulo 5, seção 5.6.1), como Charaudeau (2008), Maingueneau (2006), Ducrot (1980), Dubois (1980), Perelman (1987), Jakobson (1973), Van Dijk (1981), Hjelmslev (1971). Por outro lado, os estudos da interação verbal levados a cabo por estudiosos da chamada linha anglo-americana (cuja principal representante é a Escola de Oxford), como Grice (1989), Levinson (2007), Searle (1969), Austin (1965), Lyons (1976), Halliday (1976), Peirce (1963), entre outros, vêm enfatizando, *grosso modo*, os efeitos (atos de fala performativos ou efeitos perlocutórios, tratados no capítulo 5, na seção 5.2) obtidos a partir das interações, bem como as pressuposições e implicaturas com que se deve lidar para a análise desses efeitos e, ainda, no caso da semiótica de Peirce (que será brevemente observada no

capítulo em que se trata da Cinemática e da Cognição, 3.2), os diversos modos ou signos de que os interlocutores lançam mão quando se comunicam.

Voltando ao artigo de Edila Vianna, a autora observa, ainda, que, com a Gramática Gerativo-Transformacional de Chomsky, abandona-se a coligação entre língua e sociedade e, nesse ambiente, prospera a Sociolinguística. Segundo ela

A constituição da Sociolinguística, se deu como uma continuidade à tradição, inaugurada no início do século XX, por Sapir e Boas, do que se chamou Antropologia Linguística. Segundo essa vertente, linguagem, cultura e sociedade são considerados fenômenos inseparáveis, do que se conclui que a Sociolinguística teve origem multidisciplinar. A proposta da Sociolinguística é que ela deve demonstrar a covariação sistemática das variações linguística e social [...] (VIANNA, op. cit., p. 50)

Ao expor mais detalhadamente o que vem a ser a Sociolinguística e a Teoria da Variação Linguística, vai se esboçando e confirmando, pouco a pouco, o hiato existente entre essa Teoria e a Teoria Geral da Gramaticalização, por que propugnamos.

Da criteriosa exposição de Edila Vianna, por exemplo, dois parecem ser os pontos que dissociam a Teoria da Variação da Teoria Geral da Gramaticalização, como transcreveremos abaixo; a saber 1) o fato de que a Sociolinguística parece direcionar seu aparato técnico-científico para um estado específico de língua (sincronia), no que difere da gramaticalização¹⁶⁷; 2) o método da Sociolinguística ou da Teoria da Variação não pode prescindir da coleta de dados e, a partir exclusivamente deles, formular uma hipótese/tese que os descreva¹⁶⁸.

O MÉTODO. Para a análise sociolinguística que se baseia no modelo apresentado, é necessária uma grande quantidade de dados. Uma vez que o modelo é de natureza quantitativa, a representatividade do *corpus*, isto é, do material selecionado para análise, será sempre avaliada em função da variável estudada e com base nos principais objetivos do estudo a ser realizado. (VIANNA, op. cit., p. 52)

Como veremos, a gramaticalização, de per se, pode abrir mão, em alguns casos, da coleta de *corpora* demonstrativos, operando não exclusivamente por

¹⁶⁷ Embora a Sociolinguística Caótica ou Dinâmica, de que Tarallo (1999) foi dos maiores expoentes nas plagas brasileiras, não despreze, como estamos consciente, o retorno, sempre que necessário, à diacronia.

¹⁶⁸ Este fator diferenciará substancialmente a Sociolinguística Caótica ou Dinâmica da Teoria Geral da Gramaticalização.

ontologia ou indução, mas por dedução (a aplicação de parâmetros estabelecidos a casos concretos, e não vice-versa), razão, aliás, por que pretendemos alocar-lhe o adjetivo designativo “Geral” (cf. “Teoria GERAL da Gramaticalização”), ainda que, à primeira vista, como reconhecemos, parecesse tratar-se de caso de tautologia vitanda.

Vamos, então, partir às definições que Vianna empreende, baseada nos mais preeminentes teóricos da Sociolinguística, acerca da sua natureza epistemológica, a fim de averiguarmos a citada distância que se operou, após a gênese obviamente comum, entre a Teoria da Variação e a Teoria Geral da Gramaticalização.

Bright identifica um conjunto de fatores socialmente definidos, com os quais a diversidade linguística pode estar associada, como por exemplo a *identidade social do emissor*, o que identificaria traços dos dialetos de classes sociais ou as diferenças entre as falas dos homens e das mulheres ou o *contexto social*, relevante no estudo das diferenças entre a função dos estilos formal e informal etc.

[...] E é essa heterogeneidade que, de acordo com a Sociolinguística, pode e deve ser sistematizada: analisar e aprender a sistematizar variantes linguísticas usadas por uma mesma comunidade de fala são os principais objetivos da pesquisa sociolinguística. De forma simples e direta, podemos dizer que o objeto da Sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso.

O modelo de análise sociolinguística a que este trabalho se refere é o que se convencionou chamar de “teoria da variação linguística”, modelo teórico-metodológico que tem por princípio a existência de uma ciência da linguagem social, que assume a coexistência de variantes no meio social [...]. Esse modelo de análise linguística é também chamado de “Sociolinguística quantitativa”, por operar com números e tratamento estatístico dos dados coletados.

O iniciador do modelo aqui apresentado é William Labov, que o propôs como uma reação à ausência do componente social no modelo gerativo e que veementemente voltou a insistir na relação entre língua e sociedade e na possibilidade de se sistematizar a variação existente e própria da língua falada. (VIANNA, op. cit. pp. 50-51).

Pelo exposto até aqui, observa-se que, de fato, o estudo da gramaticalização originou-se da pesquisa sociolinguística e, ainda mais especificamente, da Teoria da Variação, porquanto preocupado com a língua falada (ou melhor, com a concepção discursiva oral) e a descrição das variantes aí encontradas. No entanto, a partir daqui, há um primeiro divórcio entre a Teoria da Variação e a Teoria Geral da Gramaticalização: ao passo que aquela se ocupa das variantes da língua falada e sua descrição e sistematização pelo prisma eminentemente social/cultural (sua

finalidade), esse mesmo prisma é, para a gramaticalização, tão somente um meio, pelo qual se querem encontrar comprovações descritivas de que itens saíram da língua falada, de um estatuto de evidência lexical (interdiscursivo, referencial, *lato sensu*), passando a um estatuto de instrumento gramatical (intradiscursivo, conector, *lato sensu*), e que, por fim, concretizam-se até no objeto de compilação escrita (e formal, normativa) que a Gramática vem a sistematizar após as variações e mudanças nascidas nos espaços/momentos da fala ou do discurso.

Ora, essa passagem, que é o ponto de partida do cerne mesmo do conceito de gramaticalização, proposto no artigo inaugural de Meillet, que nomeou o processo em tela, não é preocupação da Teoria da Variação, e, se não bastasse isso, os desdobramentos teórico-metodológicos que esse mesmo processo requer conferem à gramaticalização um estatuto geneticamente ligado à Teoria da Variação, como não deixamos de admitir em momento algum, porém posteriormente desligado de tal teoria, com toda uma autonomia epistemológica.

Em outros termos, conclui-se que a Teoria da Variação é propedêutica à Teoria Geral da Gramaticalização, isto é, ela é necessária, porém não suficiente. Isso porque, entre outros fatores, como vimos, a gramaticalização precisa lançar-se, sempre que necessário, aos embasamentos permitidos pela Filologia e, além disso, precisa cercar-se de conhecimentos teóricos sólidos sobre Gramaticologia e Gramaticografia. Em outros termos, diremos que a gramaticalização e sua análise precisam partir da Pesquisa Sociolinguística e da Teoria da Variação, conquanto estas lhes sejam tão só um meio de obtenção de seu fito ulterior, que é, em primeiro lugar, proceder à descrição da língua em si, tendo como meta ideal e última a compilação da Gramática Normativa de um idioma (a equilibrar-se no *continuum* hegeliano de tese > antítese sobre o qual a língua se assenta) e, em segundo lugar, abarcar várias outras esferas de coexistência de linguagem e língua que vão muito além das variantes de fala ou discurso (e mesmo de Gramática Normativa ou variante de prestígio *versus* variante estigmatizada) de que se ocupa a Teoria da Variação.

Assim sendo, o uso da Teoria da Variação como meio, e não como finalidade, além do fato de haver necessidade de uso concomitante da própria Filologia como igual meio, e de domínio da teoria gramaticológica e da técnica gramaticográfica, tudo isso parece-nos, pois, suficiente para que se perceba uma capital distinção nítida (embora não a única) entre a Teoria da Variação e a Teoria Geral da

Gramaticalização, uma vez que é justamente a finalidade (imaneente ao objeto) de um estudo científico que há de delinear e delimitar a sua metodologia e os seus construtos teóricos, operando cortes e concessões que, embora possam coincidir, gozam da autonomia necessária à consecução das metas diferentes a que tal estudo pretende guindar-se.

3.2 Um estudo concreto: Cinemática e Semiótica: como a Física Clássica pode ajudar a explicar a predominância da distância, no pensamento humano, em relação ao tempo e à velocidade

Uma vez que a gramaticalização parte da unidirecionalidade cognitiva de conceitos concretos para conceitos abstratos, ou de conceitos abstratos para conceitos cada vez mais abstratos, partiremos de um de seus protótipos: a unidirecionalidade do espaço em direção ao tempo (que pesquisamos no que se refere ao item lexical verbal, em nossa dissertação de mestrado, e à classe dos verbos e à voz verbal, em nossa tese de doutorado, no capítulo 4), sendo aquele (o espaço) mais concreto do que este último (o tempo). Para isso, este capítulo recorrerá a uma fórmula conhecida da Cinemática da Física Clássica, como explicitação de por que ou como há predominância, no aspecto cognitivo da lógica do pensamento humano, em relação à variável da distância sobre a do tempo e a da velocidade.

Buscaremos, ainda, correlacionar essa observação sobre a Física (ciência experimental, empírica) com a reflexão sobre a Semiótica (teórica, epistemológica), com o objetivo de estabelecer uma explicação acerca do processo mental que determina, como dito, o predomínio da distância sobre o tempo (e a velocidade), o que se reflete num dos parâmetros básicos da gramaticalização: a ida do conceito cognitivo mais concreto em direção ao mais abstrato. A classe gramatical do verbo, na categoria gramatical-mental de movimento, por ser palavra que indica ação transcorrida no espaço e no tempo, é o algoritmo mais privilegiado, cremos, para essa exposição. Caberá à velocidade, na fórmula física, em sua imbricação com a Linguística, um verossímil estatuto de gênese da categoria gramatical do aspecto.

A relação entre as ciências, ou a interdisciplinaridade científica, sempre foi alvo da ciência linguística, mesmo em sua origem nos tempos modernos (referimo-nos ao fim do século XIX). Naquele momento, e até alguns anos depois (entrando pelo século XX), era muito comum que pessoas que se voltassem para os estudos da linguagem tivessem formação (ou forte influência) de ciências humanas e até mesmo naturais.

Reconhecemos, por exemplo, o influxo que Saussure recebeu de sociólogos como Comte e, sobretudo, Durkheim, além de filósofos e matemáticos, como Descartes, Leibniz e Locke. Não se nega, principalmente, a influência da Lógica Formal (tipo de estudo ligado às ciências exatas), ainda quando olhada pelos primeiros linguistas com desconfiança, e da Psicologia, tendo como prógono a de Wundt, exercia sobre aqueles precursores.

Para ilustrarmos com um dos passos iniciais fundamentais dados na Linguística, o registro histórico que se tem sobre o termo “fonema”, nessa época aludida, é atribuído a Baudouin de Courtenay, para quem o fonema é “o equivalente *psíquico* do som da fala” (COURTENAY, 1895, grifamos). Dessa forma, o chamado “psicologismo” norteava a ciência da linguagem em sua origem recente¹⁶⁹. Os primeiros a cunhar e divulgar as ideias pioneiras de Courtenay, a saber Trubetzkoy (na Europa, no Círculo de Praga) e Sapir (na América), também seguiram, a princípio, uma linha de pensamento baseada na Psicologia: “Também foi em moldes *psicológicos* que se iniciaram as elucubrações de Sapir, na América do Norte, um pouco antes da instituição do Círculo de Praga em 1926” (CÂMARA JR., 1977, p. 23, grifamos).

Trubetzkoy, no entanto, indo posteriormente buscar em Saussure as ideias estruturalistas já bem delineadas, refez o conceito de fonema, tão valioso para o lançamento das bases da ciência linguística contemporânea. Saussure, no que se refere à expansão inconcussa do pensamento estruturalista, por sua vez, recebera a influência do pensamento filosófico da fenomenologia de Husserl (1988) e da dialética de Hegel (1807), que dialogavam criticamente (algo que Saussure também empreendeu) com o pensamento filosófico de Kant (2009).

¹⁶⁹ Dizemos “recente” pois não a estamos investigando na sua origem antiquíssima. De acordo com Jakobson, por exemplo, “o estudo da linguagem é um dos mais antigos ramos do conhecimento. O mais antigo dos textos gramaticais existentes é uma aprofundada descrição do sumérico, escrita há cerca de quatro mil anos [...]” (JAKOBSON, 1974, p. 40)

Ainda sobre esses primórdios modernos da ciência linguística, a par das ciências humanas, como Antropologia, Filosofia, Sociologia e Psicologia, foi de capital valor a expansão das ciências naturais, como a Fisiologia e a Física.

Foi a estas últimas ciências que, paralelo e ancilar ao conceito de “fonema”, o conceito de “som da fala” foi buscar seus subsídios. Muitos foneticistas chegaram a ver no estudo fonético (ainda sem a clara correlação com o fonológico ou fonêmico) um incontestável ramo das ciências naturais, e não das linguísticas:

Ora contra o foneticismo descritivo dos fins do século passado é que justamente se insurgiu o pensamento de Trubetzkoy. A essência da doutrina de Praga é diametralmente oposta à dos foneticistas anteriores, que viam no estudo dos sons linguísticos uma ciência natural, fundamentada na física e na fisiologia e como que paralela à linguística. A nova fonologia vê nos sons da língua elementos da constituição das palavras com uma função gramatical nítida, e procura estudá-los nesse sentido, destacando da fonética uma disciplina integralmente linguística e contrastado-a com aquela, que estuda os sons da fala como meros produtos da física acústica e da fisiologia articulatória. (CÂMARA JR., 1977, p. 14)

Desse esforço de se haurirem elementos de todas as disciplinas, como ferramentas tecnológicas para a descrição dos estudos da linguagem, percebe-se que, do que consideramos os estudos modernos da linguagem (nascidos, repita-se, em fins do século XIX), houve forte interdisciplinaridade e diálogo entre ciências, até mesmo as naturais (como Física e Fisiologia, destacadas no trecho acima), a fim de que as conclusões sobre os estudos de linguagem pudessem ser referendados por ciências outras que mais de perto (e com maior aparato técnico) investigassem subcódigos que diziam respeito à ciência linguística, como, no caso apresentado, os sons da fala precedendo, em sua descrição física e fisiológica, o correlato intrínseco e solidário ao fonema, este último de interesse incontestavelmente linguístico.

Sapir reconhece o fundamental auxílio que a Física, com seu aparato técnico-experimental, empresta à análise da Fonética e Fonêmica, como instrumento fundamental à detecção de dados que os sentidos humanos são incapazes de detectar ou descrever:

era difícil e até impossível levar um índio a fazer distinções fonéticas que não correspondiam a pontos do padrão de sua língua, por mais impressionantes que fossem tais diferenças a uma audição objetiva. (SAPIR, 1980, p. 57).

Queremos com isso demonstrar que nunca houve – muito pelo contrário – desprezo, por parte dos estudiosos de língua e linguagem, ao diálogo com outros ramos do saber. Os primeiros pesquisadores da ciência da linguagem, em nossos dias, propunham, para a empresa a que se lançavam, inevitável diálogo com as ciências que se mostrassem plausíveis à explicação das bases com que lidariam. Naturalmente, seus esforços iam, também, no sentido de não permitir que a ciência da linguagem, então nascitura, viesse a confundir-se com outras ciências humanas ou naturais. Utilizava-se a técnica da interdisciplinaridade científica com o fito ulterior de se deixarem claros o papel e a estrutura inerente à ciência da linguagem.

Segundo Jakobson

A autonomia da linguística foi a palavra de ordem lançada e difundida por Antoine Meillet no I Congresso de Linguistas (Haia, 1928) e, no relatório final, o eminente linguista holandês J. Schrijnem, secretário do congresso, fazendo alusão ao ponto de vista expresso por Meillet, considerava esta assembleia histórica como um ato solene “de emancipação” (JAKOBSON, 1973, p. 37)

Na mesma obra de Jakobson (*Relações entre a ciência da linguagem e as outras ciências*, cf. Referências bibliográficas), cuja meta é traçar a necessidade de diálogo constante entre a Linguística e outras ciências, ou mesmo, segundo ele, demonstrar que a Linguística é, desde a sua origem, eminentemente uma ciência interdisciplinar (e que assim o permanece mesmo após sua “emancipação” ou “autonomia”, cujo marco está anteriormente exposto), o pesquisador apresenta, para só citarmos alguns, pujantes diálogos com a Antropologia, a Sociologia, a Etnologia, a Religião, a Matemática, a Física, a Economia, o Folclore, a Mitologia, a Filologia, a Lógica, a Retórica.

Ele próprio chega a reprovar a atitude de não se dar o devido crédito à interdisciplinaridade:

É por isso que se reprova hoje à corrente estruturalista em linguística geral, que nasceu em congressos por volta de 1930, ter ignorado a filosofia, quando na realidade os protagonistas internacionais deste movimento mantinham contatos estreitos com a fenomenologia, na sua versão husserliana ou hegeliana.

No começo do nosso século [refere-se aqui ao século XX] o pensamento de Husserl, desenvolvido no segundo volume das suas *Logische Untersuchungen* [Investigações Lógicas] e em particular o capítulo que trata “da diferença entre as significações independentes e dependentes e da ideia da gramática pura” tornou-se um fator poderoso para os começos da linguística estrutural, opondo “a ideia da gramática geral e *a priori*” à

gramática “exclusivamente empírica” que era a única em voga. Husserl pronunciou-se a favor da ideia de gramática universal tal como tinha sido concebida pelo racionalismo dos séculos XVII e XVIII. (JAKOBSON, 1973, p. 16).

E à frente, arremata:

Hoje, contudo, faz-se principalmente sentir a necessidade de um trabalho interdisciplinar levado a efeito com assiduidade por equipes de especialistas. As relações entre a linguística e as ciências vizinhas, em particular, exigem um exame aprofundado. (op. cit., p. 37)

Deter-nos-emos, para esta parte da tese, nos correlatos traçados por Jakobson entre a ciência da linguagem e a Física, para, em seguida, expormos, de modo semiótico, a análise por analogia de uma fundamental equação física da Cinemática. Esse correlato já foi esboçado nesta mesma parte da tese, quando fomos às origens dos estudiosos de Fonética e Fonologia, que viam, na Fisiologia, e na própria Física (a acústica, ou física dos sons), ciências indispensáveis a certas descrições básicas à de cunho linguístico do substrato fônico da língua, como ficou dito.

Sapir afirma a necessidade de:

interessar-se cada vez mais pelos numerosos problemas de antropologia, de sociologia e de psicologia que invadem o domínio da linguagem porque é difícil para o linguista moderno limitar-se ao seu objeto de estudo tradicional. Só se for desprovido de imaginação poderá deixar de se interessar pelo menos por alguns dos domínios que a linguística partilha com a antropologia, a história da cultura, a sociologia, a psicologia, a filosofia e, de um modo mais remoto, com a física e a fisiologia (SAPIR, 1980, p. 166).

Para a nossa investigação, nesta parte da tese, reconhecemos que a análise de um “enunciado” (fórmula) da Cinemática (Física dos Movimentos) vai ao encontro de uma ciência que, de certa forma, abarca a ciência linguística, qual seja a Semiótica. Isso porque, para entendermos “enunciados” matemáticos, físicos, econômicos, não estamos lidando com linguagem em seu sentido estrito (porquanto não lidamos com signos de comunicação verbal), mas com comunicação efetuada por meio de signos que não os linguísticos.

Assim sendo, o estudo aqui empreendido é, antes de tudo, um estudo semiótico. Dada a fonte metodológica básica de tal investigação – a Semiótica –, pode-se cotejar (para se extraírem conclusões plausíveis) até mesmo as naturezas

da ciência da linguagem (abaixo representada no hiperônimo “ciências do homem”) e da Física (abaixo representada no hiperônimo “ciências naturais”).

Devido à sua lógica interna, as ciências do homem ordenam-se numa série fundamentalmente análoga àquela que liga e articula as ciências naturais. A língua é um dos sistemas de signos, e a linguística, ciência dos signos verbais, não é mais que uma parte da semiótica, ciência geral dos signos – *σημειωτική* – ou doutrina dos signos, dos quais os mais comuns são as palavras – denominada e definida por John Locke, que a havia pressentido, no seu *Ensaio* sobre o entendimento humano. (JAKOBSON, 1973, p.47, sublinhei.)

Assim, Jakobson considera que

[a]s linguagens mais ou menos formalizadas utilizadas como construções artificiais para diversos fins científicos ou técnicos podem ser consideradas como transformações da linguagem natural. O estudo comparativo de uma linguagem formalizada e da linguagem natural é de grande interesse para pôr em evidência as suas características convergentes e divergentes e requer uma íntima cooperação entre os linguistas e os logicistas, especialistas das linguagens formalizadas. Segundo Bloomfield, cuja observação continua atual, é um ramo da ciência estreitamente ligado à linguística. Esta assistência mútua ajuda os linguistas a determinar o caráter específico das línguas naturais cada vez com mais exatidão e clareza. Inversamente, para analisar as superestruturas formalizadas, o logicista deve confrontá-las sistematicamente com a sua base natural, submetendo-a a uma interpretação estritamente linguística. (JAKOBSON, 1973, p. 44-45)

Para darmos cabo da introdução desta parte da tese, que, pelo viés da Semiótica (uma vez que, como foi visto, a análise de signos que não os meramente verbais ultrapassa a análise meramente linguística), procurará tratar de aspectos cognitivos que se podem ver em paralelo ou em analogia à “enunciação” da cinemática que realça as variáveis de “espaço” (“d”) e “tempo” (“t”), citaremos ainda Jakobson, que nos remete, agora, a cientistas como Bohr, Borel, Waismann e Bloomfield:

Por conseguinte, é de um ângulo inteiramente diferente que a lógica e a linguística tratam de problemas como a significação e a referência, a intenção e a extensão ou as proposições existenciais e o universo do discurso; mas estas duas ópticas distintas podem ser interpretadas como dois modos de descrição, parciais mas fiéis, entre os quais existe, segundo a definição de Niels Bohr, uma relação de “complementaridade”¹⁷⁰.

¹⁷⁰ Jakobson refere-se, aqui, à obra *Atomic Physics and Human Knowledge [Física atômica e conhecimento humano]*, do físico dinamarquês Niels Bohr, que recebeu o Prêmio Nobel de Física em 1922, um ano depois de Albert Einstein. O modelo atômico da física de Bohr é, até hoje, empregado na física geral e na física matemática, sendo seu autor um dos mentores do projeto de aceleração de

A linguagem formalizada mais aperfeiçoada é a da matemática, e contudo os matemáticos não cessam de sublinhar o seu enraizamento profundo na linguagem quotidiana. É assim que para Borel o cálculo postula necessariamente a existência da língua vulgar, ou que, para Waismann, ele deve ser completado pela revelação da dependência que existe entre os símbolos matemáticos e o sentido das palavras na língua corrente. Bloomfield tirou dessa relação a conclusão que se impunha para a ciência da linguagem, afirmando que, sendo a matemática uma atividade verbal, esta disciplina pressupõe naturalmente a linguística. (JAKOBSON, 1973, p. 47)

3.2.1 Analogias elucidativas entre o processo prototípico da gramaticalização e a Cinemática

Um dos principais focos dos estudos de gramaticalização, frequentemente abordados em material científico sobre o tema, é o caso prototípico dos verbos nocionais de movimento (sobretudo o próprio verbo “ir”), que deslizam, gradativamente, desde a noite dos tempos, em diversos troncos linguísticos mundo afora, do estatuto lexical ao estatuto gramatical, ou do estatuto gramatical ao estatuto mais gramatical, conforme Antoine Meillet (1916) e Lehmann (1990) assinalam:

<gramaticalização>

[lexical] > [gramatical] > [+gramatical]

Tais verbos nocionais tornam-se ou patenteiam-se como argumentativos (gramaticais) à medida que se consubstanciam em verbos auxiliares, nas perífrases verbais indicativas de futuridade: e.g.: “Eles vão beber”; “Eles iam beber”. O “significante”, cf. Saussure (ou “expressão”, cf. Hjelmslev) abstratiza seu “significado”, cf. Saussure (ou “conteúdo”, cf. Hjelmslev), para fazer operar no interlocutor (cf. Jakobson) a noção de tempo, onde, antes, havia noção de espaço, sem que esta última, como queremos demonstrar, se perca de todo.

Na medida em que os estudos sobre o deslizamento dos verbos de movimento para verbos auxiliares se apresentam úberes (conquanto, a nosso ver,

partículas mais complexo que já foi feito no mundo, e o maior laboratório experimental que a humanidade já conheceu, o CERN, na fronteira da Suíça com a França.

até hoje, atomísticos) na pesquisa sobre a gramaticalização, procuramos, nesta seção, encontrar uma gênese ontológica ou epistemológica que propicie aventar, por analogia interpretativa, por que e como é plausível, até mesmo pela natureza da Física Clássica, o raciocínio de que os verbos prioritariamente encerrados no campo semântico do espaço caminhem para o campo semântico do tempo. Para isso, valer-nos-emos da Cinemática, porquanto a parte da Física Clássica (física das partículas, e não subatômica) que se ocupa do movimento, estabelecendo relação entre as variáveis de “distância” (ou “espaço”), “tempo” e “velocidade”.

A fórmula (“enunciado”) de que nos valeremos é a seguinte:

$$d = v \cdot t$$

Preferiremos a denominação acima às que utilizam delta (Δ), como diferença entre o fim e o início de cada variável, porque pretendemos simplificar a fórmula de modo a adequá-la apenas à explicação cognitiva, semiótica e linguística.

3.2.2 Análise das variáveis físicas e dos seus conceitos cognitivos e psicolinguísticos

Como elemento propedêutico, parece-nos útil a conceituação seguinte:

Espaço - Na mecânica clássica o espaço é tratado como absoluto, homogêneo e isotrópico. A medida de distância entre dois corpos ou dois pontos do espaço é feita com uma régua, escolhida como padrão. Os três adjetivos acima significam que medidas de distância não dependem do estado do observador que as realiza (o que não é mais verdade na teoria relativística) e, além disso, não dependem da posição absoluta desses dois pontos no espaço e nem de sua orientação (os dois pontos podem estar na Terra ou na Lua, orientados na direção Terra-Lua ou perpendicularmente). Essas duas últimas hipóteses, também válidas na teoria relativística, nos permitem extrapolar resultados de experimentos realizados na Terra para outros lugares do Universo. (Sublinhei.)

Tempo - O tempo também é tratado como absoluto e uniforme, e sua medida é feita com um relógio padrão. O próprio Newton desenvolveu vários relógios, particularmente relógios de água. O tempo absoluto significa que o intervalo entre dois eventos é independente do estado do observador que o mede, sendo intrínseco aos eventos. (AGUIAR, 2010, p. 2-3)

Começamos esta exposição pela constatação de que, na fórmula tripartite acima ($d = v \cdot t$), apenas uma variável pode permanecer incógnita, a fim de ser revelada. Havendo duas variáveis ocultas, não se chegará a resultado aritmético algum na equação, que permanecerá incognoscível.

Assim, por exemplo, podemos saber certa distância (“d”), se nos forem fornecidos o tempo (“t”) e a velocidade (“v”):

$$d (X) = 50 \text{ km/h} \cdot 2 \text{ h}$$

$$d (X) = 100 \text{ km}$$

(X representa incógnita.)

O que pretendemos fazer observar é o fato de que, se duas dessas variáveis permanecerem incógnitas, sejam elas quais forem, a cognição parece precisar apontar, como estatuto lógico, predomínio sobre apenas uma das variáveis, elegendo-a como prioritária entre as duas ocultas. Essa variável, portanto, ganha relevância, ou prioridade psicolinguística sobre as outras.

Em termos linguísticos, para criar um espaço semiótico que possa analisar os signos da linguagem e os da Física aqui levantados, é-nos legítimo afirmar que o “enunciado” da Física elege, como na linguagem comum, o que, na constituição interna de um texto, pode-se investigar como a hierarquização das informações em tópico e foco, entendendo para esses enunciados linguísticos, plausivelmente aplicáveis à interpretação do que pretendemos mostrar em relação à interpretação da Física, que:

A combinação de informação dada (*tópico*, parte inicial da frase declarativa padrão) e informação nova (*foco*, parte final da frase declarativa padrão) é um requisito fundamental da progressão temática do texto. O tópico é o ponto de partida da frase declarativa, a unidade de informação sobre a qual se faz a declaração; o foco é a informação acrescentada, a novidade, do enunciado. (AZEREDO, 2010, p. 94)

Isso será demonstrado até mesmo pela articulação da fórmula cinemática que usamos para expor esta seção, em que a sua própria “ordem” sugere haver aplicação dos conceitos de tópico e foco informacional-interpretativo, donde procuraremos concluir que a categoria espacial é, por sua natureza cognitiva,

demonstrada até pelos signos da Física, mais concreta que a categoria temporal, sendo esta, pois, foco daquela, que lhe é tópico.

Voltando à questão de que apenas um elemento poderá ficar oculto para a decodificação dos signos da fórmula, e que, diante desse ocultamento, a cognição parecerá eleger a informação de maior relevância (o tópico), a respeito da qual se deverá dizer algo prioritariamente, partamos aos exemplos.

Se dispusermos apenas de “v”, e nos forem eclipsados “d” e “t”, quer-nos parecer que a mente, não podendo cognitivamente corresponder à solicitação de elucidar ambas as variáveis ocultas (incógnitas), enfatizará, como foi dito, apenas uma das variáveis ocultas.

Dito isto, pode-se perceber que a variável eleita, no caso hipotético do parágrafo acima, será a DISTÂNCIA (“d”), e não o TEMPO (“t”). Demonstraremos essa afirmação em termos de linguagem comum (não formalizada) um pouco adiante.

Por outro lado, se se ocultarem, ora, distância e velocidade, sendo exposto apenas o tempo, mais uma vez parece ser sobre a DISTÂNCIA (e não sobre a VELOCIDADE) que se voltará a atenção mais imediata do receptor.

Assim, teríamos, nos casos aventados acima:

3.2.2.1

$$d (X) = v (50 \text{ km/h}) \cdot t (Y)$$

3.2.2.2

$$d (X) = v (Y) \cdot t (2 \text{ h})$$

(X e Y representam incógnitas.)

Por analogia, chamaremos à fórmula acima de “sintaxe da cinemática”, e de “ordem direta” à fórmula original ($d = v \cdot t$), onde “d” está naturalmente (fisicamente) “topicalizada”.

A articulação dessa fórmula comprovará o que foi dito, pelo fato de que, em quaisquer das “topicalizações” das variáveis (3.2.2.1 e 3.2.2.2), que não seja a própria variável “d”, por si só topicalizada (isto é, ao procedermos às topicalizações de “v” ou “t”), “d” permanecerá como numerador da fração, sendo o o elemento que,

“sintaticamente”, pois, permanecerá como o próximo a ser enfatizado pela mente humana, o mais concreto, pois:

3.2.2.3

$$t = \underline{d}$$

$$v$$

3.2.2.4

$$v = \underline{d}$$

$$t$$

Percebemos acima (em 3.2.2.3 e 3.2.2.4) que, ao se buscarem auferir valores aritméticos para “t” ou para “v” (“topicalizados” em 3.2.2.3 e 3.2.2.4 respectivamente), o elemento que imediatamente se seguirá à nova “topicalização” continuará sendo “d”, o que, segundo queremos expor, parece a prova de que o raciocínio enfatiza, em qualquer caso, a distância sobre o tempo ou a distância sobre a velocidade, o que, em outras palavras, quer dizer que a DISTÂNCIA (o espaço) é, fisicamente e cognitivamente, mais concreta (mais tangível), por comprovação matemática, do que as variáveis de TEMPO e VELOCIDADE.

Voltando à sintaxe da Cinemática original, vemos a “ordem direta” (linearidade) apenas quando o elemento “topicalizado” é a própria DISTÂNCIA, o que parece fazer emergir a constatação de que seja o elemento mais naturalmente concreto e apreensível (cognoscível) à razão humana: $\underline{d} = v \cdot t$

Em termos mais reflexivos, podemos tentar comprovar o dito acima propondo alguns questionamentos (hipóteses), à guisa de experimentação que parte da Física Clássica e entra no campo da Psicolinguística.

Antes de apresentarem-se as hipóteses abaixo, convém, mais uma vez, evocar o pensador Roman Jakobson, que cita Hendryk Pos, aluno de Husserl, a fim de embasar nossas conclusões verossímeis no seguinte fato:

[...] o linguista é linguista graças ao fato de ser um sujeito falante, e não apesar desse fato, e o seu ponto de referência será sempre a realidade em si da subjetividade originária” (Pos, 1957). Este papel decisivo da intuição do sujeito falante é posto em relevo principalmente no estado atual da linguística estrutural dos diversos países. (JAKOBSON, 1973, p. 18)

3.2.2.5 HIPÓTESE 1: Se eu digo a dado interlocutor que viajarei a 50 km/h, e somente isso, a primeira questão que me parece transpor-se ao pensamento do interlocutor será:

3.2.2.5.1

“Que distância pretende percorrer nessa velocidade?”

E não, supostamente,

3.2.2.5.2

*“Em quanto tempo pretende percorrer nessa velocidade?”

Observe-se, mesmo, que a frase 3.2.2.5.2 é agramatical (segundo, por exemplo, o critério de “competência” de Chomsky), e incorreta do ponto de vista categorial, pois, nela, teríamos de arcar com dois termos preposicionados articulando-se.

Voltando ao questionamento (hipótese 3.2.2.5) acima (se eu digo a dado interlocutor que viajarei a 50 km/h, e somente isso), ainda que o interlocutor, porventura, pergunte, em primeiro lugar, “Em quanto tempo?”, em vez de “Que distância?”, parece claro que a indagação primeira sobre o tempo teria o objetivo ulterior da consecução da fórmula completa, de modo que, permanecendo apenas uma incógnita, como deve ser a fórmula a fim de que seja solucionada, esta incógnita seja tão somente a que de fato interessa: a DISTÂNCIA. Isso porque, se se lhe der a velocidade, e o interlocutor obtiver o tempo, ele chegará facilmente à distância.

3.2.2.6 HIPÓTESE 2: Num outro questionamento (a outra hipótese), se eu digo a um interlocutor que disponho de 2 horas para fazer uma viagem, não é provável que meu interlocutor me pergunte, primeiramente: “Em que velocidade?”, mas sim: “Que distância você pretende percorrer?” – ainda que, agora, seu objetivo e curiosidade sugiram chegar a uma estimativa do tempo de que necessitarei para a efetivação da viagem; ainda assim, a distância será o elemento sobre o qual em primeiro lugar deve recair a curiosidade.

Com essa passagem lacônica sobre a “sintaxe da cinemática” (na fórmula que equaciona distância, velocidade e tempo), suas “topicalizações” possíveis e sua

“ordem direta”, é possível ver de forma mais loquaz por que, cognitiva e fisicamente, o estatuto da distância (“d”) vem em primeiro lugar (sendo, pois, mais concreto, mais lexical, para ficarmos no campo hachurado entre a Física e a Linguística), ficando os estatutos conjugados a ele (velocidade e tempo) sempre em segundo plano (sendo, pois, mais abstratos, ou mais instrumentais/gramaticais).

Em termos linguísticos, assim sendo, a fórmula da Física aqui perquirida parece apontar, como queríamos demonstrar, por que ou como os verbos nocionais de movimento (que lidam com espaço ou distância, “d”) são frequentes formas-fonte usadas como formas-meta para se atingirem as noções (auxiliares) de tempo:

3.2.2.7

“Ele vai falar”

3.2.2.8

“Ele foi falar”

Em 3.2.2.7 e 3.2.2.8, o verbo nocional “ir”, forma-fonte primordialmente de movimento (espaço) torna-se forma-meta para indicação de futuridade a partir de algum referencial ou ponto de vista (tempo).

3.2.3 A VELOCIDADE como indicação mais abstrata do que o TEMPO: o aspecto verbal

Até aqui, conseguimos, com algum êxito, esperamos, estabelecer correlações entre DISTÂNCIA e TEMPO, ou melhor, provar por que a DISTÂNCIA é mais concreta (física, cognitiva, linguística e gramaticalmente) do que o TEMPO.

Voltando-se à linha unidirecional da Gramaticalização, pois, teríamos:

<gramaticalização>

[lexical] > [gramatical] > [+gramatical]

ou

<gramaticalização>
[DISTÂNCIA] > [TEMPO]

Ao estabelecermos, ainda, contraste mais profundo com a terceira variável presente na fórmula, a da VELOCIDADE (“v”), parece que nos aproximamos da categoria de aspecto verbal. Lembramos que o aspecto é o tempo interno do tempo. Ou seja, o aspecto é o tempo dentro da categoria de tempo, uma subcategoria temporal, ou uma categoria temporal ancilar à outra categoria temporal principal.

Isso se comprova na observação das frases abaixo, ambas com o mesmo verbo de movimento (espaço) usado para auxiliar na construção da noção de futuridade a partir de um ponto de vista no passado (tempo).

5.2.3.1

“Ele foi falar com a esposa, e depois não o vi mais”

5.2.3.2

“Ele ia falar com a esposa, e depois não o vi mais”

Observe-se que o verbo “ir”, forma-fonte de espaço, é usado como instrumento gramatical abstratizado, tornando-se forma-meta de tempo, e, ainda, que 5.2.3.1 e 5.2.3.2 estão, ambos, no pretérito do indicativo. As subcategorias “perfeito” (em 5.2.3.1) e “imperfeito” (em 5.2.3.2) indicam aspectos do verbo, e não seu tempo propriamente dito, mas apenas seu “tempo interno” (interno ao pretérito, que, este sim, é o tempo propriamente dito).

3.2.4 A Semiótica e a Cinemática

Partindo-se, agora, portanto, daquela fórmula cinemática prototípica em direção à Semiótica, podemos dizer que a distância (“d”) representa a primeiridade ou o ícone (cf. Peirce, 1965), ao passo que o tempo (“t”) representa a secundidade ou o índice, concorrendo com a velocidade (“v”), que tende a parecer a terceiridade ou o símbolo.

Desdobrando-se o que se viu até aqui, ocorre que, linguisticamente, por uma operação cognitiva espelhada pela Cinemática, o uso da noção de espaço (distância), que é mais concreto (primeiridade/ícone), instrumentaliza-se, a fim de criar o tempo verbal de futuridade (secundidade/índice, pois que dependente da noção icônica primeva física de espaço ou distância).

Por fim, na mesma esteira, conclui-se que o aspecto verbal é ainda mais abstrato que o próprio tempo verbal, sendo pois, uma gramaticalização deste último, que havia sido, no caso de se usar o verbo nocional “ir” como verbo “instrumental”, também gramaticalizado.

<gramaticalização>

[DISTÂNCIA] > [TEMPO] > [ASPECTO]

Explicitando-se, isso significa que formas antigas (fontes), quais sejam os verbos de movimento em sua categoria lexical de indicação de espaço/distância, tornaram-se formas novas, metas (por meios semânticos e pragmático-discursivos). Posteriormente (sob um ponto de vista pancrônico, entretanto), percebe-se o mesmo deslizamento instrumentalizador do verbo, ora índice temporal, como símbolo aspectual (por meios semânticos e pragmático-discursivos, mas também estruturais, como morfemas, semantemas e possibilidade de perífrases internas de aspecto).

Por essa observação, parece verossímil constatar-se que a passagem da distância para o tempo e do tempo para o aspecto (este último representado na fórmula cinemática como “v”, ou velocidade) configura passagem prototípica da gramaticalização, como transcrita.

E, por fim, é de notar que a própria correlação da tríade básica da Semiótica (ícone, índice e símbolo) sugere apontar, também, uma gramaticalização, já que se vai de um signo mais concreto, para um mais abstrato, isto é, de um mais tangível para um menos tangível; do cognitivamente mais lógico ou motivado para o cognitivamente mais arbitrário ou convencional.

<gramaticalização>

[ícone] > [índice] > [símbolo]

Neves (loc.cit.) ensina:

A consideração de uma motivação icônica implica admitir (em maior ou menor grau, dependendo do nível da radicalização), por exemplo, que a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação linguística reflete a extensão ou a complexidade de natureza conceptual. (2004, p. 104)

Assim, poder-se-ia dizer que a iconicidade agrupa em um único vocábulo, recategorizado gramaticalmente, ideias que provêm de locuções ou de sequências originárias, como é o caso de “tão bem” > “também”, “tão pouco” > “tampouco”, “com tudo” (adversativo) > “contudo”, “em boa hora” (temporal) > “embora” (concessivo)¹⁷¹.

Não é por outra razão que a erosão fonética coincida com um dos critérios semióticos para a constatação do nível de gramaticalização em que o item se encontra. No caso desta seção, a erosão que se deu foi no nível da família ideológica (campo semântico) dos verbos nocionais (de movimento), que abdicaram de seus lexemas hipônimos (<ir> = [andar], [viajar], [navegar], [voar] etc.) em nome de seu hiperônimo, que deixa de ser ícone (lexical) e passa a ser índice de velocidade ([ir]), o qual, em seguida, por meios discursivos de [+contexto] (o que caracteriza a continuidade na gramaticalização), recebe símbolos marcadores de aspectualidade ([+ir]).

Concluimos, com essa investida sobre a Física Clássica, que a interdisciplinaridade deve ser estimulada nos estudos linguísticos. A busca por métodos que atentem para a explicação de fenômenos de epilinguagem deve encontrar guarida do pesquisador a fim de torná-los passíveis de propiciarem metalinguagem. Em outras palavras, os fenômenos linguísticos que apresentam alguma condição de previsibilidade e recorrência não devem permanecer como entidades que apenas são conhecidas ou reconhecidas; devem, sempre que possível, alcançar o estatuto de entidades que são, também, descritíveis.

Com esse escopo, municiando-se da tradição dos estudos que elevaram a linguagem a uma ciência da linguagem (a Linguística), deve o investigador abrir sua visão às áreas científicas e filosóficas que ombreiam com o fenômeno que se quer perquirir. Com essa postura, frequentemente se encontram explicitações para fatos da linguagem, em analogias que se revelam frutíferas e elucidativas.

¹⁷¹ Foi demonstrado que o caráter espacial é mais lexical do que o temporal, e que este é mais lexical (ou menos gramatical) que o caráter concessivo, já que este último é mais abstrato cognitivamente que aquele primeiro. Assim sendo, a passagem [espaço] > [tempo] (>[condição]) > [concessão] é caso patente de gramaticalização.

Este foi o caso da aproximação (não inédita) entre Linguística e Física. Aqui, propusemos a explicação (a passagem para o campo da metalinguagem) de um predomínio cognitivo recorrente no discurso e refletido na gramática: a passagem da noção semântica do verbo <ir> indicativo de movimento/espaco para a sua meta argumentativa e gramatical de temporalidade, ou [ir], seguindo-se a esta uma noção ainda mais abstrata ou gramatical, porquanto mais dependente, de aspecto, ou [+ir].

4 HISTÓRICO DA GRAMATICOGRAFIA DA CLASSE DOS VERBOS EM LÍNGUA PORTUGUESA E UMA ANÁLISE DA VOZ VERBAL REFLEXIVA SOB A ÓTICA DO MÉTODO DA GRAMATICALIZAÇÃO

Como temos dito, os estudos de gramaticalização precisam da perspectiva pancrônica a fim de serem confirmados. Assim, em nossa dissertação de mestrado, elegemos o verbo (já que se trata de palavra muito em prática discursiva, o que a faz tornar-se igualmente muito passível de gramaticalização) para elaborar um estudo diacrônico dessa classe desde o século XIV. Naquele trabalho, entretanto, apenas fomos a itens isolados, a casos de verbos que eram lexicais e passaram a gramaticais (auxiliares), concentrando-nos nos verbos "ter" e "haver".

Nesta tese, reiteramos a necessidade da interface diacrônica. Porém, como nosso objetivo é expandir o estatuto da gramaticalização de mero tratado de itens vocabulares ao de teoria geral e mesmo metodologia, proporemos, agora, uma incursão na classe genérica dos verbos, não mais em um ou dois itens específicos desta classe.

Além disso, elegemos como objeto ainda mais específico dessa viagem diacrônica, sobre a aludida classe, a categoria de voz, uma vez que, em gramaticografia, parece-nos ela sobremaneira vaga, e carente, pois, de um embasamento teórico que a faça poder, com mais fundamentos, constar no rol de um elemento gramaticalizado.

Por isso, será importante que partamos à investigação histórica da classe dos verbos, indo, em seguida, à questão das vozes verbais e, mais adiante, por derradeiro, à voz reflexiva ou medial, a fim de constatarmos que, sincronicamente (contemporaneamente ou em variantes sincrônicas de outros estados de língua), esta é uma das três subcategorias de voz que mais se deveriam prestar ao estatuto de gramaticalização plena, embora, por ausência desse critério, segundo cremos, seja a subcategoria de maior, por assim dizer, sincretismo de fatores analíticos ou classificatórios.

A definição da classe dos verbos, ao longo do tempo, nas gramáticas normativas e, mais recentemente, nos livros de Linguística, parece flutuar entre critérios que tangenciam a Lógica Cognitivista, a Semântica, o Formalismo (verbo como entidade mórfica passível de flexões específicas), a Sintaxe (verbo como

centro imprescindível da oração declarativa, embora presente em outros tipos de oração), parâmetros pragmático-discursivos e, enfim, a soma de dois ou mais desses critérios, em perspectivas que acabam sendo híbridas. Essa proliferação de pontos de vista torna a pesquisa em tela inicialmente difícil: “[...] a variedade e abundância de doutrinas, tantas vezes contraditórias, são [...] não um índice de riqueza, mas de confusão e desorientamento.” (CARVALHO, 1974, p. XIII, v. I.)

[...] é recomendável cautela na análise do verbo, que está vinculada a seu significado ou emprego na frase, onde sua predicação se torna evidente. [...] Recomendamos a leitura do item “Transitividade e intransitividade”, no livro *Iniciação à Sintaxe do Português* (Rio de Janeiro, Zahar, 1993 – a 1ª edição é de 1990), de José Carlos Azeredo, p. 75-7. (HENRIQUES, 1997, p. 30)

Para uma primeríssima consideração, o próprio fato de o critério para a definição de verbo variar conforme se considere, *grosso modo*, 1) forma ou 2) *significação* ou 3) o tratamento do processo verbal em relação ao sujeito (como veremos melhor adiante) dificultará a definição, por exemplo, do principal alvo desta parte: a voz e, mais especificamente, a voz reflexiva: “Assim, uma oração como ‘O povo recebeu o castigo’ está na voz ativa, segundo Mattoso Câmara Júnior¹⁷²; na voz passiva, segundo Evanildo Bechara¹⁷³, e, conforme lição de Celso Cunha¹⁷⁴, não tem voz, pois o verbo é neutro.” (HAUY, 1992, p. 5)

Faremos, em breve, um panorama das principais definições empreendidas no decurso acima mencionado. Por ora, basta-nos a asserção de que há, em comum à maioria delas, a afirmação de que o verbo é a palavra que exprime processo, entendendo-se, por isso, a temporalidade e a modalidade por natureza, além de possuir, em sua estrutura mórfica, inerentemente, as categorias flexionais de número e pessoa, de que lançará mão por meio de desinências próprias (daí o fato de constituir uma flexão).

Com essas categorias,

¹⁷² A autora, aqui, refere-se ao *Dicionário de filologia e gramática*. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1974

¹⁷³ A autora, aqui, refere-se à *Moderna Gramática Portuguesa*. 24. ed. São Paulo: Nacional, 1979, p. 104

¹⁷⁴ A autora, aqui, refere-se à *Gramática do português contemporâneo*. 8. ed. Ver. Rio de Janeiro: Padrão, 1980, p.103

[...] ele [o verbo] pode apresentar perto de sessenta formas diferentes. Essa peculiaridade tem uma explicação: o verbo é responsável pela expressão do mais numeroso e complexo conjunto de conteúdos gramaticais reunidos em uma só espécie de palavra: tempo, modo, aspecto¹⁷⁵, número e pessoa. Do ponto de vista estritamente morfológico, portanto, **verbo** é a classe de palavra capaz de ocorrer nos enunciados sob diferentes formas (a que chamamos “vocábulos morfossintáticos”) para a expressão das categorias de tempo, modo, aspecto, pessoa e número. (AZEREDO, 2012, pp. 13-14. Grifo original)

Antes de partirmos a esse adejo histórico pelas gramáticas, ressaltamos, aqui, o fato de que muitas delas não incluem como um dos acidentes próprios do verbo (uma vez que não incluem este conceito na sua definição) o conceito de voz. Ademais, muitas gramáticas, quando apõem o conceito aludido à definição de verbo, simplesmente o mencionam como um dos acidentes próprios da classe morfológica perquirida, sem defini-lo, partindo diretamente às suas supostas três ocorrências (ativa, passiva e reflexiva), que, com efeito, foram as adotadas pela NGB¹⁷⁶, e, após brevíssima definição semântica, baseada na dicotomia agente/paciente, partem para exemplificações.

Sobre a NGB, aliás, valem essas palavras iniciais:

A terminologia oficial¹⁷⁷ refere-se ora ao sentido, ora à forma, aliás, mais exatamente à função sintática. As denominações preposição e conjunção baseiam-se num critério de forma; a denominação de substantivo num critério de sentido; direto remete à primeira (complemento) objeto ao segundo. (GÉNOUVRIER & PEYTARD, 1974, p. 128)

Assim sendo, o objetivo desta parte da tese é discutir a categoria de voz e, mais especificamente, a de voz reflexiva, pois que, ao que nos parece, este conceito encerrou, de modo reducionista, um conjunto muito heterogêneo de noções gramaticais semânticas, morfológicas, morfossintáticas, lexicológicas – que de modo algum satisfazem à metalinguagem gramaticográfica.

Vale ressaltar que, em nossa metodologia, demos preferência à análise de gramaticógrafos, e não de linguistas que tecem considerações, conquanto relevantes, sobre os conceitos de voz.

¹⁷⁵ A categoria de aspecto não coincide com todas as definições de verbo nas Gramáticas que serão analisadas, em que pese à sua importância capital para a descrição dessa classe gramatical.

¹⁷⁶ Concluída em 1958 (cf. HENRIQUES, 1995).

¹⁷⁷ Os autores, embora franceses, e com obra publicada em Portugal, tratam especificamente da Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Por fim, em nossa conclusão, diante do material perquirido, procuraremos demonstrar que conceitos atinentes à construção das definições de voz (como “agente” e “paciente”, por exemplo) subjazem ao processo de gramaticalização, e, por tal processo, podem, de modo verossímil, ser, também, em complementaridade com outros critérios e parâmetros, alocados.

4.1 Algumas conceituações de verbo ao longo da História: a questão em Platão, Aristóteles, Idade Média, Iluminismo

O objetivo desta seção é destacar a parcimônia ou mesmo ausência no que tange à definição de voz verbal quando se conceituam verbos. Por essa razão, não nos prolongaremos muito em cada definição apresentada pelos autores que, ao longo do tempo, escreveram gramáticas.

Já fizemos o quadro amplo da Epistemologia Histórica das Gramáticas no Ocidente (no capítulo 1, seções 1.1 e 1.2), mas precisaremos retomar laconicamente alguns dos itens que dali sobressaem, para aprofundá-los sempre que necessário na aplicação à investigação da classe dos verbos, objeto central deste capítulo 4.

A distinção, no Ocidente, ao que tudo indica, iniciou-se com Platão, ao diferenciar *onoma* (nome) de *rema* (argumento, ou verbo) (cf. Platão, s/d).

Não obstante tão antiga, e mesmo originária, a distinção dada por Platão parece nortear importantes estudos da ciência linguística moderna. Outra não é a razão por que Mattoso Câmara Jr., por exemplo, assim se expressa: “VERBO – Classe de palavras que se opõem aos nomes (v. Nome) pela natureza dos seus semantemas: ‘indicam os processos, quer se trate de ações, de estado ou da passagem de um estado a outro’¹⁷⁸ [...]” (CÂMARA JR., 1959, p. 383-4. SU: VERBO).

Aristóteles, por seu turno, descreveu, em sua *Retórica* (Aristóteles, 1998, p. 260), as partes do discurso, em que expôs, além de noções estilísticas e de adequação a determinados tipos de pessoas ou auditórios, a importância da extensão do que ele chamou de “período”, e da forma como tais períodos deveriam coordenar-se por meio de conectores próprios à clareza e simplicidade.

¹⁷⁸ Antoine Meillet. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Seuil, 1921, p. 175.

Dionísio da Trácia, em seu breve trabalho, o *Téchné grammatiké*, estabelece as 8 classes gramaticais que, daí em diante, serão retomadas ou desdobradas (cf. NEVES, 2004); a saber: nome, verbo, advérbio, artigo, preposição, conjunção, particípio, pronome.

A partir da Idade Média (mais especificamente entre 1200 e 1300 d.C.), seguiu-se o que viria a ser a tradição das chamadas *Gramáticas Filosóficas*, cuja principal característica seria a tentativa de igualar os usos da linguagem (concretizados na língua) às categorias lógicas do pensamento humano. Nessa Idade, foram comuns as chamadas *Gramáticas Especulativas*, em cujo étimo latim, *speculum* (“espelho”), percebe-se a ideia de que elas refletiriam fidedignamente os meandros do pensamento. Para essas Gramáticas, as palavras seriam reflexos (espelhos) de conceitos de natureza universal. A linguagem e a língua constituiriam, portanto, uma maneira de construir e refletir o pensamento e as ideias de maneira lógica, e essa conexão deveria timbrar-se nas Gramáticas. Por essas razões, essas Gramáticas passaram a ser chamadas de lógicas, racionais, mentalistas, especulativas ou filosóficas.

A primeira das gramáticas a seguir a tradição filosófica foi a Gramática de Port-Royal¹⁷⁹ (cuja definição de verbo veremos adiante), fortemente influenciada pelo pensamento de René Descartes (como, aliás, foram-no também muitas das ideias de Ferdinand de Saussure, no século XX), que constitui

[...] uma reviravolta na história europeia da gramática: “Antes deles, inseriam-se análises do sentido em esquemas formais. Com eles, o sentido toma o primeiro lugar, e o estudo das relações lógicas prevalece sobre o estudo das formas” [Chevalier, 1968, p. 491¹⁸⁰]. Como escreve A. Arnault no início de sua gramática: “Não podemos compreender bem os diferentes tipos de significação encerrados numa palavra se antes não tivermos compreendido perfeitamente o que se passa nos nossos pensamentos, já que as palavras não foram inventadas senão para dá-los a conhecer” (GÉNOUVRIER & PEYTARD, 1974, p. 139)

¹⁷⁹ Publicada em 1660, na França, de autoria de dois eremitas da abadia de Port-Royal-des-Champs, Antoine Arnault e Claude Lancelot, chamava-se: *Grammaire générale et raisonnée contenant les fondements de l'art de parler expliqués d'une manière claire et naturelle: les raisons de ce qui est commun à toutes les Langues, et des principales différences qui s'y rencontrent. Et plusieurs remarques nouvelles sur la langue française*. Poderíamos traduzir assim: *Gramática geral e racional (ou razoada) contendo os fundamentos da arte de falar explicados de uma maneira clara e natural: as razões do que é comum a todas as línguas e as principais diferenças que aí se encontram*. Observe-se que, no próprio título da Gramática, explicita-se a intenção de exporem-se os “universais” das línguas humanas, que Chomsky, séculos mais tarde, como veremos, retomou.

¹⁸⁰ CHEVALIER, J. Cl. *Histoire de la Syntaxe*. Naissance de la notion de complément dans la Grammaire Française (1530-1570), Genebra, Minard, 1968.

Outra importante gramática a seguir essa tradição, ora aplicada à análise da Língua Portuguesa, foi a de Jerônimo Soares Barbosa, que assim se expressa, em dado momento:

Por outra parte, sendo a gramática de qualquer língua a primeira teoria que principia a desenvolver as ideias confusas da idade pueril; e dependendo da exatidão de seus princípios o bom progresso nos mais estudos, deve ela ser uma verdadeira lógica, que ensinando a falar ensine ao mesmo tempo a discorrer. (BARBOSA, 1875)

Grande parte do mérito dessas gramáticas, como se viu, foi a inserção do elemento do significado (o que viria a chamar-se “semântica”, mais tarde), porém significado já vernacular, e não de empréstimo, como fundamental à análise da língua, da linguagem e da gramática. Antes disso (e, de certa forma, também depois, da Renascença até os dias atuais), as gramáticas portuguesas buscavam, quase exclusivamente, maneiras de adaptar as categorias da Língua Portuguesa às da Língua Latina, assim como, outrora, as gramáticas da Língua Latina buscavam adaptar suas categorias às da Língua Grega.

Com efeito, essa tentativa de assimilação automática do latim para o português parece ser uma das razões pelas quais a categoria de voz foi inserida, quase mecanicamente, no estudo dos verbos. Isso porque, em Latim, assim como em Grego, havia desinências características para definir a voz passiva, algo que passou a não acontecer na Língua Portuguesa. Portanto, a noção de diátese grega, que Câmara Jr. (1957, p. 142, s.v. DIÁTESE), trata como sinônimo de VOZ, passou a como que impor-se na terminologia gramaticológica da Língua Portuguesa.

Essa e outras tentativas de deslocamento automático das categorias formais latinas para o português geraram múltiplos embaraços no arrolamento conceitual da gramática.

Com isso, ao fiarem-se peremptoriamente (ou até exclusivamente) no deslocamento de categorias de formas de outras línguas, perdiam de vista muitas mudanças efetivadas ao longo da História da língua que deveriam ser consideradas. João de Barros, por exemplo, “declina” em Português, uma vez que as declinações existem em Latim:

1ª Declinação: a, e, i, o, u
Nom. A rainha As rainhas
Gen. Da rainha Das rainhas

Dat. À rainha Às rainhas
 Acus. A rainha As rainhas
 Voc. Ó rainha Ó rainhas
 Abl. Da rainha Das rainhas (BARROS, s/d [1540])

A mais recente das gramáticas de tradição mentalista é a gramática gerativa ou transformacional de Chomsky. Nela, observamos estruturas que buscam, por meio da lógica, explicar os mecanismos, que o Autor considera inatos e universais (gerais), propiciadores da linguagem, baseados em reflexos das ideias, dos conceitos, do pensamento, em suma (cf. Chomsky, 1984 [1957]).

Para Antonio de Nebrija, que escreveu a primeira gramática científica de língua românica, sobre VERBO, diz ele:

Verbo é uma das dez partes da oração, que se declina em modos e tempos, sem casos. E chama-se verbo, que em castelhano significa palavra, não porque as outras partes da oração não sejam palavras, mas porque, sem ela, as demais não constroem sentença alguma, esta se denominou palavra por excelência. (NEBRIJA, 1980 [1492], p. 184, traduzi)

Observe-se como, na definição de Nebrija, diz ele que o verbo se “declina”, palavra que se usava em Latim, e, ainda, como o mesmo autor concentra-se nas categorias de modo e tempo para distinguir o verbo das demais classes de palavras.

Com efeito, a palavra “flexão”

É a tradução que o filólogo Friedrich Schlegel fez do alemão “Biegung” (“curvatura”) para indicar que a palavra podia “se dobrar” a novos empregos.

Segundo Sílvio E. Elia¹⁸¹, *flexão ou desinência* “é a alteração que as palavras ditas variáveis sofrem na sua parte final para indicar alguns dos acidentes gramaticais”.

O autor cita como desinências verbais as que exprimem os acidentes de pessoa, número, tempo, modo e voz¹⁸² e lembra que o latim, além de possuir desinências de voz para os verbos (“desinências da voz ativa e da

¹⁸¹ ELIA, Sílvio. *Dicionário Gramatical*, 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1962

¹⁸² Observe-se que, de acordo com Haug, Sílvio Elia arrola a voz como caso de flexão verbal. Em que pese ao fato de a voz não ocorrer por meio de desinências, a maioria das gramáticas elenca a variação de voz como uma das *flexões* verbais, de fato, como veremos. Muitos gramáticos dizem que conjugar um verbo é dizê-lo nos cinco seguintes acidentes: modo, tempo, número, pessoa e voz (entre eles, Rocha Lima, 1996, p 122). Ademais, essa afirmação parece encontrar certo respaldo a partir do momento em que se evoca, pouco adiante, uma “flexão especial”, proposta por Hockett e esposada por Francisco da Silva Borba, que é a “flexão frásica”, que não se dá por desinência, mas por perífrase.

voz médio-passiva”), possuía, para os nomes, a importantíssima flexão de caso¹⁸³.

Como o português preferiu as formas analíticas às sintéticas, a flexão de voz passiva se faz não mais por desinências (por exemplo: *r, ris, tur, mur, mini, ntur*), mas sintaticamente, por meio de certas estruturas frasais. A esse tipo de flexão Hockett (citado por Francisco da Silva Borba, *Pequeno vocabulário de linguística moderna*, SP, Nacional, 1971, p. 68) dá o nome de *flexão frásica* (ex.: *serei amado*) (HAUY, 1992, p. 76).

Sabemos, pela lição de Mattoso Câmara Jr., que “[...] o gramático latino Varrão (116 a.C. – 26 a.C.) distinguia entre o processo de *derivatio voluntaria*, que cria novas palavras, e a *derivatio naturalis*, para indicar modalidades específicas de uma dada palavra.” (CÂMARA JR., 2001, p. 81). Assim, a *derivatio naturalis* corresponderia analogamente à flexão, ao passo que a *derivatio voluntaria* estaria próxima ao conceito de derivação propriamente dita, ou simplesmente derivação.

Antes, contudo, de definir o verbo segundo o critério formal da flexão (ou da presença de desinências), as gramáticas filosóficas o conceituavam por parâmetros que, como vimos, eram eminentemente lógicos, ligados à formulação do raciocínio. Assim, a Gramática de Port-Royal define verbo da seguinte maneira:

O verbo é uma palavra cuja missão principal é a de significar a afirmação, isto é, a de assinalar que o discurso no qual se encontra não é apenas o discurso das palavras com que exprimimos o conceito das coisas, mas ainda o discurso com que as julgamos e afirmamos (ARNAULD & LANCELOT, 2001 [1660], p. 90)

Antes disso, na mesma Gramática, os autores assim se expressam:

Até agora, explicamos as palavras que significam os objetos do pensamento. Resta-nos falar das que significam seus modos, que são os Verbos, as Conjunções e as Interjeições.

O conhecimento da natureza do verbo depende do que dizemos no princípio deste discurso: que o juízo que fazemos das coisas contém necessariamente dois termos: um chamado *sujeito*, aquele de que se afirma, como *Terra*; e outro chamado *atributo*, que é o que se afirma, como *redonda*; e ademais a união entre eles, que é propriamente a ação do nosso espírito que afirma o atributo do sujeito. (ARNAULD & LANCELOT, 2001, p. 119)

Como se percebe – e é o que aqui queremos enfatizar – a preocupação da gramática filosófica sempre circundava os aspectos ligados ao pensamento, ao raciocínio. Assim, a tricotomia sujeito/verbo/atributo era praticamente indissociável, e

¹⁸³ Observe-se que o termo *flexão*, aqui, é usado como sinônimo de *declinação*.

a definição de um dos seus elementos pressupunha a definição de outro ou dos outros: o sujeito é definido em função do verbo e do atributo; o atributo em função do verbo; o verbo, em função do sujeito e do atributo e, além disso, de uma noção de juízo de valor de afirmação “do nosso espírito”.

Ainda sobre a outra gramática filosófica que vimos analisando, a de Jerônimo Soares Barbosa, este autor assim define a classe em questão:

O verbo é uma parte conjuntiva do discurso, a qual serve para atar o atributo da proposição com o seu sujeito debaixo de todas as suas relações pessoais e numerais, enunciando por diferentes modos a coexistência e identidade de um com outro, por ordem dos diferentes tempos e maneiras de existir. (BARBOSA, 1875 [1822], p. 132, sublinhei)

Observamos que a conceituação primeira dada por J. S. Barbosa é muito similar à dos gramáticos de Port-Royal, na medida em que o verbo é, antes de tudo, definido como “uma parte conjuntiva” que serve para “atar” o “atributo” ao “seu sujeito”, isto é, ocorre a mesma tricotomia sujeito/verbo/atributo que permite a definição desses três membros.

No entanto, já aparece um critério que busca formalizar os conceitos lógicos passíveis de ser expressos pelo verbo, como pessoa, número, modo, tempo e “maneiras de existir” (o que viria a ser um vislumbre do que se estudaria posteriormente como aspecto).

Assim, Jerônimo Soares Barbosa não falará em vozes verbais. Ele subdivide os verbos, ainda, em verbos substantivos e verbos adjetivos, sempre encarecendo que “[a essência do verbo] consiste propriamente na enunciação da coexistência de uma ideia com outra, e não na expressão destas ideias, que já para isso têm palavras destinadas nos substantivos e adjetivos [...]” (op. cit. p. 132). Para ele, o verbo substantivo, que seria o verbo propriamente dito, é o que viria a chamar-se “verbo de ligação”, exatamente em conformidade com sua definição de que ao verbo cabe atar ideias, e não enunciá-las de modo autônomo. Os verbos a que ele chama de “adjetivos” serão os que, mais tarde, serão chamados de verbos “nacionais”.

Por fim, da análise de J. S. Barbosa, como dissemos, aparecem as 5 categorias (que ele chama de “ideias acessórias”) seguintes :

1ª A do sujeito da oração debaixo das três relações pessoais [...] 2ª A de número, ou singular ou plural de cada uma destas pessoas, como *eu sou, tu és, ele é, nós somos, vós sois, eles são*. 3ª A dos diferentes modos de

enunciar esta mesma existência, ou simples e vagamente, *ser amante*, ou direta e afirmativamente, *sou amante*, ou indireta e dependentemente, *for amante*. 4ª A dos tempos desta existência, pretérito, *presente e futuro*, como *fui, sou, serei*. 5ª Enfim a dos diferentes estados desta mesma existência, ou começada só e vindoura, ou persistente e continuada, ou finda já e acabada, para o que toma o verbo substantivo a ajuda dos verbos auxiliares, como *hei de ser, estou sendo, tenho sido*. (id. ib.)

Observe-se que a 5ª “ideia acessória” é um primeiro passo para os estudos posteriores de aspecto verbal, que José Carlos de Azeredo virá a definir assim: “O aspecto refere-se ao desenrolar do fato expresso no verbo, independentemente da época em que esse fato ocorre: em desenvolvimento ou habitual (passava), concluído ou pontual (passou), frequente ou persistente (tem passado) etc.” (AZEREDO, 2008, p 14).

Com Julio Ribeiro, o verbo passa a ser, primeiramente, assim definido: “158. Verbo é uma palavra que enuncia, diz ou define alguma cousa. O verbo implica sempre uma asserção ou afirmação” (Ribeiro, 1885 [1881] p. 73). Como se percebe, ainda está presente um conceito filosófico na definição de Julio Ribeiro, ao definir verbo como “uma palavra que **enuncia**”.

Em seguida, Julio Ribeiro já desdobra outras conceituações para o verbo, as quais serão sobejamente utilizadas em gramáticas posteriores, como os conceitos de verbo intransitivo, verbo transitivo (op. cit., p. 73-4), auxiliar, regular, irregular, impessoal, defectivo, perifrástico [periphrastico], frequentativo-terminativo, pronominal (op. cit. 75-6).

É de notar que, em Julio Ribeiro, as definições de voz aparecem da seguinte maneira: “162. Os verbos transitivos podem estar na voz ativa e na voz passiva. Estão na **voz ativa** quando a ação transitiva que representam é exercida pelo sujeito da oração: estão na **voz passiva** quando, pelo contrário, tal ação é exercida sobre esse sujeito” (op. cit., p. 74).

Como se percebe, o autor cita as propriedades de variação em vozes, a princípio, apenas ativa e passiva. Ribeiro lançará duas indagações que reverberarão, até hoje, na classificação da voz reflexiva: a primeira, como veremos, dirá respeito ao fato de que ele, lançando mão dos estoicos (de quem, mais uma vez, também Saussure lançou mão para grande parte da formulação de suas teses), estabelece a possibilidade de verbos neutros, ou, como poderíamos interpretar, sem voz; a segunda, quando, não falando em momento algum numa suposta “voz”

reflexiva, ele apenas assim se reporta, ao falar em verbos pronominais, tecendo, até, crítica em desdobramentos terminológicos de cunho gramatical a este fato:

161.

9) Pronominal – quando por uso da língua emprega-se sempre com um pronome objetivo que representa o sujeito, ex.: “Queixar-se – condoer-se”. A distribuição da ação do verbo em recíproca, reflexiva. Etc., está mais no domínio da lógica do que no da gramática [...]. (op. cit., p. 76)

Voltando à primeira das reflexões lançadas por Julio Ribeiro, há pouco aludidas, ele sugere ser importante distinguir os verbos, seguindo a tradição estoica, de acordo com a voz em que estão, sem, contudo, dar a definição para voz, senão, repita-se, no contraste do tipo de verbo que a puder criar. Assim fala-nos o autor, evocando R. Schmidt¹⁸⁴:

Os Estoicos chamaram ao verbo transitivo em voz ativa – Καθηλό ρημα ορθόν¹⁸⁵ – *verbum rectum*, *verbo direito*; ao verbo transitivo em voz passiva deram o nome de – ύπιον – *verbum supinum*, *verbo deitado de costas*; ao verbo intransitivo classificavam eles como – οὔδέτερον – *verbum neutrum*, *verbo que não era direito, nem deitado de costas*. Essas denominações foram tomadas, ao que parece, das atitudes diversas dos atletas ao darem e receberem golpes. (op. cit., p. 74-5)

Percebe-se que as definições de voz estão atreladas, em Julio Ribeiro, às noções de atividade e passividade, por exemplo quando o autor menciona o étimo proveniente da analogia dos atletas “em darem e receberem golpes”. Portanto, subjaz a ideia de que a voz é definida segundo o processo verbal em relação ao sujeito, e segundo esse sujeito, em Julio Ribeiro e nos estoicos, possa ser, até mesmo em função da natureza significativa do verbo, agente ou paciente, agente e paciente ou nenhuma das três possibilidades anteriores.

Analisemos, agora, a conceituação de dois gramáticos anteriores à NGB (Eduardo Carlos Pereira e Manuel Said Ali), e, em seguida, passaremos ao bosquejo do que alguns eminentes gramáticos pós-NGB traçaram como conceituação da classe aqui analisada.

¹⁸⁴ *Stoicorum Grammatica*, Halis, 1839, p. 63

¹⁸⁵ Infelizmente, o computador que usamos não dispunha, nos caracteres gregos, dos espíritos fracos nem fortes para as vogais iniciais.

649. Verbo é a categoria gramatical que tem por função representar, na frase, a vida, o movimento, a atividade dos seres. Por isso define-o Ayer como a palavra que exprime a ação. Esta ação, porém, característica da função verbal, pode ser concebida apenas latente ou inerente nos seres, como acontece com os verbos NEUTROS¹⁸⁶ – *ser, estar, viver, morrer, sofrer*; ou formal e expressa, como acontece com os verbos ATIVOS – *lançar, andar, correr, escrever, partir, subir*. (PEREIRA, 1956, p. 335)

Adiante, E. C. Pereira aludirá à terminologia de verbos substantivos *versus* adjetivos ou atributivos, pondo-lhes, porém, a ressalva de pertencer “a sua origem na lógica da escolástica, antes que nos fatos da linguagem, como o demonstramos (205)” (id.ib.).

Nos §§ 204 (op. cit., p. 118) e 655 a 664 (op. cit., p. 338-340), o Autor tratará das definições de voz (que analisaremos nesta parte da tese). Importante observar-se que Pereira empreende uma classificação do verbo quanto ao sujeito (op. cit., p. 160-163), nos §§ 249 a 258, classificando-os como verbos ativos, passivos, reflexivos e neutros. Como veremos, essa distinção semântica ou relacional (estrutural, dicotômica, pois que relaciona a significação do verbo à do sujeito) terá implicações nas definições de voz passiva. Isso pelo fato de que o que Pereira chama de “verbo reflexivo” será o verbo pronominal, e, segundo ele, nem sempre a circunstância de possuir pronome é suficiente para dar-lhe um estatuto de reflexividade, pelo que ele, citando Andrés Dello, chama-os de “quase-reflexos”, por terem “uma reflexividade quase imperceptível” (op. cit. p. 162), em verbos essencialmente pronominais, como “Em – eu me arrependo, ele se queixa, os pronomes – me, se, não indicam claramente uma reflexão da ação verbal sobre o respectivo sujeito, mas apenas uma revolução do sujeito sobre si mesmo.” (id. ib.)

Ainda na esteira dos verbos pronominais, E. C. Pereira trata o verbo de maneira que, ao que se sugere, a noção de reflexividade (e, pois, de VOZ reflexiva) não se consuma com a mera presença do pronome reflexivo:

257. [VERBO] PRONOMINAL ACIDENTAL é o verbo ativo quando aparece na frase acompanhado de pronome oblíquo, que claramente determina a reflexibilidade da ação verbal, exemplos: amar-se, envergonhar-se, louvar-se, refletir-se, assentar-se, pôr-se, etc. Exemplos:

Junto dos rios de Babilônia nos assentamos e pusemos a chorar, lembrando-nos de Sião.

¹⁸⁶ Observe-se que Eduardo Carlos Pereira abona a denominação de verbos “neutros”.

Obs. – Cumpre distinguir, entre os verbos pronominais, os verbos chamados RECÍPROCOS. Quando dois ou mais sujeitos praticam a ação verbal entre si, o *pronome oblíquo*, que indica esta reciprocidade de ação, e o verbo dizem-se RECÍPROCOS, exemplos: *Pedro e Paulo feriram-se reciprocamente*. – *Nós nos ofendemos um ao outro*. – *Saudai-vos uns aos outros*. – Se a estes verbos quiséssemos dar valor reflexo, teríamos de dizer: *Pedro e Paulo feriram-se a si próprios*. – *nós nos ofendemos a nós mesmos*, etc. Assim, os verbos *reflexos e recíprocos* se confundem, e para se evitar a *ambiguidade* é necessário juntarem-se ao verbo RECÍPROCO as expressões reciprocamente, um ao outro ou uns aos outros, e ao REFLEXIVO – *a si próprios, a nós próprios, a vós mesmos*. (op. cit. p. 162-163).

Autores como Gama Kury (1997, p. 38) parecem ter proposto solução exequível para o problema, uma vez que a NGB não esposou a nomenclatura de “voz medial ou média”, pondo todos os casos em que há pronome reflexivo junto ao verbo dentro do conceito de VOZ REFLEXIVA, subdividindo-a de acordo com critérios de cunho semântico ou de conexão do verbo com o sujeito a que se relaciona, isto é, utilizando-se, por assim dizer, critérios semânticos e lógicos (cognitivos) para a subdivisão da voz reflexiva. Como veremos oportunamente, é importante salientar, entretanto, que o mesmo Gama Kury (loc. cit.) adota a terminologia: VOZ REFLEXIVA OU MEDIAL.

O outro autor anterior à NGB que queremos aqui trazer à discussão é Manuel Said Ali.

O Autor define verbo da seguinte forma:

VERBO é a palavra que denota ação ou estado e possui terminações variáveis com que se distingue a pessoa do discurso e o respectivo número (singular ou plural), o tempo (atual, vindouro ou passado) e o modo da ação ou estado (real, possível, etc.).

As diversas formas verbais dividem-se em dois grupos: finitas ou infinitas¹⁸⁷. Chamam-se formas finitas todas aquelas que vêm sempre referidas a alguma das três pessoas do discurso:

(eu) escrevo, (tu) escrevias, (nós) leremos, (ele) ficou, etc.

São FORMAS INIFITAS as que funcionam como substantivo (INFINITIVO), adjetivo (PARTICÍPIO) e advérbio (GERÚNDIO). Exemplos:

Escrever, falar; escrito, falado; escrevendo, lendo, etc.

As formas infinitas não definem a pessoa do discurso em quem a ação ou estado se passa.

¹⁸⁷ Evanildo Bechara, nesta edição, lembra que a NGB preferiu a denominação formas nominais do verbo. Rocha Lima (1996, p. 122, rodapé) lembra que há, também a denominação de verboides (Rodolfo Lenz, *La oración e sus partes*, 3. ed., Madrid, Revista de filología española, 5 (1935), p. 396). Mattoso Câmara Jr. (Câmara, 1957, p. 385, SU. VERBOIDE/VERBO) também abona a nomenclatura “verboide” ao afirmar que “quando uma forma nominal encerra a ideia temporal de transcurso, isto é, de transitoriedade, típica do verbo, constitui uma forma nominal do verbo, ou VERBO NOMINAL, também dita VERBOIDE, apresentando-se na língua portuguesa como infinitivo, gerúndio ou partícipio”.

Excepcionalmente oferece o infinitivo português, a par da forma própria ou impessoal, uma forma pessoal ou flexionada: *o escreveres tu, o falarmos nós.* (ALI, 1963 [1927], p. 68)

Como veremos, Said Ali definirá “voz”, chamando o que a NGB determinaria como voz reflexiva de voz média ou medial, incluindo, nesta, uma *possibilidade* de alcance da reflexividade propriamente dita ou da reciprocidade.

Para fecharmos esta seção, mostraremos, ora, três autores gramaticais cujas duas obras nasceram depois da NGB, para observarmos como ocorrem suas definições de verbo.

Os primeiros serão Celso Cunha e Lindley Cintra, que estabelecem, em consórcio, o que chamam de “Noções preliminares”, assim expressando-se:

1. VERBO é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo:

Um dia, Aparício **desapareceu** para sempre.
(A. Meyer, SI, 25)

A mulher **foi educada** por minha mãe.
(Machado de Assis, OC, I, 343)

Como **estavam** velhos!
(A. Bessa Luís, S, 189)

Anoitecera já de todo.
(C. de Oliveira, AC, 19) (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 367)

Em seguida, os autores apresentam um subtítulo denominado FLEXÕES DO VERBO (id.ib.), referindo-se a elas da seguinte maneira: “O verbo apresenta as variações¹⁸⁸ de NÚMERO, de PESSOA, de MODO, de TEMPO, de ASPECTO e de VOZ” (id.ib.).

Apesar de não estarem elencados entre as categorias aqui descritas, Cunha-Cintra arrolam ASPECTOS. Esse deslocamento parece dever-se à conceituação mesma que os autores empreendem ao aspecto:

Diferentemente das categorias do TEMPO, do MODO e da VOZ, o ASPECTO “designa uma categoria gramatical que manifesta o ponto de vista do qual o locutor considera a ação expressa pelo verbo”¹⁸⁹. Pode ele

¹⁸⁸ Observe-se que, embora no subtítulo os autores falem em FLEXÕES, em letras versais, na definição dos acidentes verbais eles falam, ora, em *variações*, e incluem, dentre elas, a de VOZ.

¹⁸⁹ Conrad Bureau. In *Dictionnaire de la linguistique sous la direction de Georges Mounin*. Paris: P.U.F., 1974, p. 41

considerá-la como concluída, isto é, observada no seu término, no seu resultado; ou pode considerá-la como não concluída, ou seja, considerada na sua duração, na sua repetição (op. cit. p. 370).

Assim, Cunha-Cintra já observam, na realidade, 6 variações a que o verbo, por assim dizer, submete-se.

No momento oportuno, um pouco adiante, veremos como os Autores conceituam a voz reflexiva, de modo a respeitar inteiramente a já então vigência da NGB, o que, como veremos, reduzirá uma série de conceitos e critérios, que antes eram mais bem explorados e desdobrados sob a denominação de voz medial ou média, à chancela exclusiva, repita-se, da voz reflexiva.

O último Autor que queremos trazer à discussão, neste momento, é Evanildo Bechara, para quem “Verbo é a palavra que, exprimindo ação ou apresentando estado ou mudança de um estado a outro, pode fazer indicação de pessoa, número, tempo, modo e voz” (BECHARA, 1998). Observemos que Bechara se utiliza da perífrase “pode fazer indicação de” para referir-se às variações do verbo. Com isso, inclui ele “voz” entre as aludidas “indicações” possíveis, sem afirmar que se trate, porventura, de uma flexão, por exemplo. Nesta sua edição, Bechara não conceituará “voz”, mas partirá diretamente às definições do que cada uma delas apresenta como característica morfossemântica, como veremos no caso da voz reflexiva, objeto de interesse maior desta parte da tese, porquanto, como ficou esboçado, a que merece ser mais bem enxergada pelo parâmetro da gramaticalização.

Mais modernamente, e em consonância com o avanço dos estudos sociolinguísticos, pragmáticos e discursivos, muitas outras definições têm sido aventadas à classe dos verbos. São conhecidas a de Borba (1990), a de Azeredo (2012), a de Travaglia (1981 e 1991) e a de Neves (2000), entre outras.

No entanto, como o objetivo desta parte da tese é, apenas de modo geral, a promoção de uma breve reflexão histórica sobre a voz reflexiva, as definições sobre verbo parecem, até aqui, satisfatórias à consecução da análise que se pretende empreender de agora em diante.

4.2 Voz reflexiva ou voz medial? O problema colocado antes da NGB

Como parece ter ficado claro até aqui, as definições de verbo obedecem a critérios tão variados, e que mudaram tanto ao longo dos séculos, que muitas conceituações acabam encontrando guarida e justificativa segundo os parâmetros a que estiverem vinculadas.

No entanto, o que nos parece um caso a ser estudado, dentre muitos outros no que tange à estrutura morfológica, semântica e sintática do verbo, é o que diz respeito à nomenclatura de “voz reflexiva”, a que proporemos, ao cabo desta parte da tese, uma espécie de síntese por via da Teoria Geral da Gramaticalização e sua aplicação até mesmo metodológica sobre o assunto.

Como sabemos, esta foi uma das três vozes que a NGB, concluída em 1958, estipulou para os verbos.

Assim, Celso Pedro Luft, para explicar pontos relativos à então recém-instaurada NGB, escreve sua *Gramática resumida: explicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, e assim define as vozes verbais, de modo a fugir de meandros semânticos que supostamente dificultem a classificação, por calcarem-se ora na natureza do semantema do verbo em si, ora na relação deste verbo com o sujeito, sob noções de agente ou paciente de alguma ação, que, por sua vez, poderia ser intencional ou não intencional:

Voz é a “forma em que se apresenta o verbo para indicar a relação que há entre ele e o seu sujeito” (DFG¹⁹⁰, s.v. VOZ) – relação de: 1) *atividade*, 2) *passividade*, ou 3) as duas coisas simultaneamente, ou seja, *reflexividade*.

A voz é:

1) **ativa**, quando o sujeito é agente, ou pelo menos ponto de partida da afirmação (sujeito formal, gramatical): *O lobo ataca, o lobo morre, o lobo recebe um tiro*;

2) **passiva**, quando o sujeito sofre a ação verbal: *O lobo foi ferido; feriu-se o lobo*. A voz passiva se apresenta de duas maneiras: com verbo auxiliar ou com pronome passivador. E temos (cf. PG, §112¹⁹¹):

A) Com [Auxiliar + Particípio] – passiva analítica:

a) de ação (Aux. *ser*): *Ele é abraçado. Foi feita a emenda*.

b) de estado (Aux. *estar, andar, viver*): *Ele está (anda, vive) cercado de amigos*.

c) de mudança de estado (Aux. *ficar*): *Ele ficou rodeado por (de) curiosos*.

¹⁹⁰ Câmara Jr., 1957.

¹⁹¹ Kury, 1959.

d) de movimento (Aux. *ir e vir*): *A mala ia (vinha) carregada pelo homem.*

B) Com pronome apassivador *se* – passiva sintética:

Consertam-se, remendam-se (verbos transitivos diretos) *calçados.*

3) **reflexiva**, quando o sujeito é agente e paciente, ao mesmo tempo, isto é, pratica e sofre a ação. (LUFT, 1978, p. 105)

Neste ponto, Luft, mais uma vez, recorre à sistematização de Gama Kury (KURY, 1959, § 112). Por essa razão, deixaremos a discussão do problema para ser trazida, primordialmente, pelo próprio Gama Kury, que, em outra obra, assim se expressa: “Convém notar que sob a denominação genérica ‘voz reflexiva’ a NGB engloba outros casos diversos [...]” (KURY, 1997, p. 38)

Antes de partirmos ao desmembramento empreendido por Gama Kury, analisemos algumas definições para voz (quando as há) e, mais detidamente, as explicitações que se apresentam para o conceito de voz reflexiva.

Para essa empresa, iremos, mais uma vez, a dois autores que antecederam a NGB, de cujas conceituações para VERBO nos valem até aqui, quais sejam Eduardo Carlos Pereira e Manuel Said Ali. Em seguida, voltaremos aos autores que sucederam a Nomenclatura, para, por fim, demonstrar que a terminologia de “voz reflexiva” engloba, como salientou Gama Kury (loc.cit.), outros casos, razão, até, pela qual este autor manteve a terminologia de VOZ MEDIAL.

Com efeito, certamente no escopo de simplificar e homogeneizar a lista de terminologias, os autores da NGB parecem ter deixado de levar em consideração que, no que chamam de “voz reflexiva”, há fenômenos de todo alheios à reflexividade¹⁹². Essa pluralidade de fenômenos, nos dois autores anteriores à NGB que analisaremos, já era esmiuçada, e acabou ficando, de certa maneira, vácuo após a vigência da NGB, exceto pelas discussões epilinguísticas levadas a cabo por gramáticos que escreveram suas obras após o documento em questão.

Por ora, basta-nos salientar uma diferença havida entre o momento que antecedeu e o que sucedeu a publicação da NGB no que tange aos estudos sobre voz verbal: antes da NGB, a voz não é apresentada, como vimos, no quadro da morfologia do verbo; após a Nomenclatura, a voz passou a figurar no âmbito da categoria morfológica. No entanto, por ela ser peremptoriamente sintática (pois diz

¹⁹² É bem verdade que na própria voz passiva havia conceitos sobre a real passividade do sujeito, ou seu real estatuto de paciente de uma ação. Assim, o próprio Eduardo Carlos Pereira, seguido por muitos gramáticos, adotou o termo “passividade” para situações em que, estando a frase na voz ativa, o sujeito não é propriamente um agente da ação verbal.

respeito à estruturação do predicado), houve muitos pontos obscuros sobre a categoria em questão.

Há muitas Gramáticas que, por isso, não definem “voz”, e partem diretamente aos exemplos das construções que as caracterizam. Ademais, há conceituações polissêmicas ou homonímicas, como a de que a “voz exprime a relação entre o predicado e o sujeito”, uma vez que outras categorias verbais, como número, pessoa e mesmo tempo, também o exprimem. O caso parece agravar-se quando se chega à análise da voz que a NGB chamou de “voz reflexiva”, pelas razões que procuraremos perquirir.

Antes da NGB, Eduardo Carlos Pereira, ao tratar de vozes do verbo, restringe-se, primeiramente, à demonstração por exemplos:

204. A ação verbal pode ser praticada pelo *sujeito*, como *O soldado feriu o preso*; ou recebida por ele, como: *O preso foi ferido pelo soldado*; ou, ainda, praticada e recebida pelo mesmo sujeito, como: - *O soldado feriu-se*. No primeiro caso, o sujeito é o AGENTE da *ação verbal*, e o verbo se diz estar na VOZ ATIVA; no segundo, o sujeito é o RECIPIENTE ou PACIENTE da *ação verbal*, e o verbo se diz estar na VOZ PASSIVA; no terceiro caso, o sujeito é, ao mesmo tempo, O AGENTE e o PACIENTE da *ação verbal*, e o verbo se diz estar na VOZ MÉDIA OU REFLEXA. (PEREIRA, 1956, p. 18)

Só em seguida, ele esboça uma definição para voz, que atrela o verbo, em sua expressão, em relação ao sujeito:

O VERBO, pois, em sua expressão característica preeminente, assume três aspectos fundamentais em relação a seu sujeito; as três vozes – a ATIVA, a PASSIVA e a REFLEXA, são três maneiras em que podemos encarar o enunciado verbal em relação à pessoa ou coisa a que é atribuído. (id. ib.)

Embora Eduardo Carlos Pereira ponha como sinônimo voz reflexa e medial, o que Said Ali não faz (como veremos logo abaixo), ele, ora em consonância parcial com Said Ali, classifica não a voz, mas o verbo de reflexivo, quando assim se manifesta:

253. Verbo reflexivo é o verbo ativo quando exprime uma ação praticada e recebida pelo próprio sujeito, que é, por isso, simultaneamente AGENTE e PACIENTE, exemplos: *Eu me firo, tu te feres, ele se fere – ferir-se*. (PEREIRA, 1956, p. 161)

Abaixo, entretanto, ele volta a divorciar-se da visão de Said Ali ao afirmar que “Não há igualmente forma especial para o reflexivo, e tal verbo outra coisa não é senão a voz reflexa dos verbos ativos-transitivos”. (id.ib.)

Said Ali, por exemplo, sem definir o conceito amplo de voz, explicita cada uma das três, e, no caso que nos interessa, assim se manifesta:

Chama-se voz média ou medial ao verbo conjugado com o pronome reflexivo. Emprega-se com significações diferentes:

1º Ação rigorosamente reflexa, que o sujeito, em vez de dirigir para algum ente exterior, pratica sobre si mesmo:

Pedro matou-se. (ALI, 1964, p. 96)

Observamos que, neste caso, que Said Ali chama de 1º, ocorre, rigorosamente, um sujeito consciente, intencional ou não, que age sobre si mesmo, recebendo, portanto, o resultado da própria ação.

2º Estado ou condição nova, equivalendo a forma reflexa à combinação de *ficar* com particípio do pretérito:

Renato feriu-se nos espinhos [= ficou ferido].

O menino afogou-se no rio [= ficou afogado]

O gelo derreteu-se [= ficou derretido]

Carlos zangou-se com o irmão [=ficou zangado] (ALI, id.ib.)

Neste 2º caso, percebe-se que se agrupam, para Said Ali, tanto os casos em que o sujeito não dispunha necessariamente de consciência e intencionalidade sobre a ação, como, principalmente, o matiz semântico de que a ação que o sujeito sofre (paciente) não foi por ele empreendida, não podendo ser este mesmo sujeito chamado, portanto, de agente. É o caso das frases cujos sujeitos são **Renato** (feriu-se nos espinhos) e **O menino** (afogou-se).

Said Ali arrola, também neste caso, o que se pode insinuar como o caso dos seres inanimados: **O gelo** (derreteu-se). Por fim, parece que ele arrola um dos verbos essencialmente pronominais com sujeito animado (zangou-se), pelo simples fato de, no caso, esta frase poder converter-se no paradigma por ele proposto como modelar, qual seja a substituição do verbo com o pronome reflexivo pela perífrase **ficar + particípio**: **Carlos** zangou-se com o irmão [= ficou zangado]. Este último caso, como veremos, só não poderá aparecer no 4º caso, que veremos adiante, pelo

fato de que, nos exemplos do 4º caso, não se pode recorrer à substituição pela perífrase citada, embora, em ambos, o sujeito apareça “vivamente afetado”.

3º Ato material ou movimento que o sujeito executa em sua própria pessoa, idêntico ao que executa em coisas ou outras pessoas, sem haver propriamente a ideia de direção reflexa como no 1º caso:

Afastei-me do fogo [à semelhança de: Afastei a criança, o livro do fogo].
 Ele arremessou-se sobre o inimigo [à semelhança de: arremessou uma pedra].
 A mãe deitou-se na cama [à semelhança de: deitou a criança na cama].
 Sentamo-nos no sofá (ALI, id.ib.).

Aqui, Said Ali parece arrolar, antes de tudo (embora não sejam seus primeiros exemplos), verbos acidentalmente pronominais, com parte expletiva, isto é, verbos que, com pronome reflexivo ou sem ele, expressarão a ideia de que o sujeito praticou e sofreu a ação. São os casos de *A mãe deitou-se na cama* (cf. = *A mãe deitou na cama*) e *Sentamo-nos no sofá* (cf. = *Sentamos no sofá*).

Dos dois outros exemplos (os dois primeiros), ainda deste caso 3º, parece que a única diferença substancial em relação ao 1º caso é o fato de que, neste 3º, a ação praticada pelo sujeito precisa ser praticada por ele (que, com efeito, ao que se sugere, precisa ser um ente animado) integralmente, ou seja, por seu ser integral, por todo o seu corpo.

Assim, a diferença que parece haver entre **matar-se**, de um lado, e **afastar-se/arremessar-se**, de outro, nem é o fato de que **afastar-se** e **arremessar-se** poderiam dizer respeito a outra coisa ou pessoa, pois **matar** também poderia (cf. Pedro **matou** o réu). A diferença, como dizíamos, parece ser a de que, em **matar-se**, o ato pode ter sido desferido por uma parte do corpo (por exemplo, a mão), ao passo que, em **afastar-se/arremessar-se**, somente o corpo todo poderia ter praticado a ação que, portanto, recai sobre esse mesmo corpo todo. Este parece, pois, ter sido o critério adotado por Said Ali para separar os semantemas em questão em casos distintos (1º e 3º).

Ousaríamos dizer que Said Ali, pelo que sugere seu parâmetro, arrolaria que enunciados como *A menina se penteava* deveriam ser colocados, *a priori*, no 1º caso. No entanto, como veremos adiante, ele abre um espaço para elencar os verbos que chama de “reflexivos”, casos em que se poderia adjungir as expressões **a si mesmo, a si mesmos, a si mesma, a si mesmas**. Com isso, a lacuna para o 1º caso parece preencher-se tão somente com a (parcimoniosa) constatação de que

o ato praticado pelo sujeito agente obteve uma consequência irreversível; muito embora essa constatação, até pela exiguidade do único exemplo dado, pareça demasiado especiosa.

4º Ato em que o sujeito aparece vivamente afetado:

Ufano-me de ser brasileiro.
 Todos se queixaram da grave injustiça.
 Colombo atreveu-se a empreender viagem tão arriscada. (ALI, id.ib.)

O que se precebe aqui são os verbos essencialmente pronominais, de que fazem parte, entre outros, *suicidar-se* (embora a simples fossilização do pronome não o afaste semanticamente do exemplo dado no 1º caso), *esgueirar-se*, *arrepender-se*, *condoer-se*, *abster-se*, *dignar-se*, *indignar-se*.

Com efeito, Said Ali dirá, abaixo: “OBSERVAÇÃO. – Verbos que sempre se usam na voz média, como atrever-se, queixar-se, denominam-se VERBOS essencialmente PRONOMINAIS” (ALI, id. ib.).

Ainda sobre o 4º caso, Said Ali arremata dizendo:

Não há regra segundo a qual se possa determinar quais os verbos que devem entrar nesta última categoria. Muitos verbos denotadores de atos em que o sujeito é vivamente afetado dizem-se sob a forma ativa. É tudo questão de tradição e uso. Dizemos simplesmente *ousar*, ao passo que seu antônimo *atrever-se* não dispensa o pronome reflexivo. A forma medial serve finalmente nos casos em que há dois ou mais sujeitos, para denotar a ação recíproca. Diz-se então que o verbo é RECÍPROCO. Havendo necessidade de o distinguir do verbo reflexivo, ajuntam-se-lhe *um ao outro*, *uns aos outros*. O verbo reflexivo por sua vez se caracteriza, acrescentando-lhe *a nós mesmos*, *a vós mesmos*, *a si mesmos*.

Honramo-nos *um ao outro* ou *reciprocamente*.
 Honramo-nos *a nós mesmos*.
 Estimam-se *uns aos outros*.
 Estimam-se *a si mesmos*. (ALI, id. ib.)

Da conclusão de Said Ali, e após lido tudo o que ele tece sobre a **voz medial**, percebe-se que o critério primordial ocorre em relação à significação do verbo (critério semântico), à sua interferência sobre o sujeito, incluindo a potência do resultado adquirido (critério lógico ou cognitivista), à possibilidade de excluir-se o pronome reflexivo sem perda da noção de reflexividade (critério morfossemântico). Ou seja, de uma forma ou de outra, a análise precisa passar, antes de tudo, pela natureza léxica do verbo e, em alguns casos, é preciso conectar-se essa natureza

léxica à do próprio sujeito (se é ser animado ou inanimado, se a consciência e a intencionalidade são imprescindíveis, sugeridas ou improváveis).

Perceba-se, por fim, que, no único momento em que Said Ali usa o termo “reflexivo”, ele faz menção ao **verbo**, e não à **voz** (q.v. 4º caso). Isso sugere que, para ele, a reflexividade não é condição *sine qua non* para o que a NGB viria a chamar, exatamente, de **voz reflexiva**. Tratar-se-ia, para o gramático em tela, apenas de uma possibilidade da **voz medial**.

Para arrematarmos a questão, parece-nos importante voltarmos, antes da pesquisa sobre o que dizem os autores pós-NGB, às judiciosas palavras de Eduardo Carlos Pereira sobre a questão da voz média ou reflexa em cotejo com os verbos reflexivos, numa comparação que vai diacronicamente ao Latim e ao Grego, lançando luzes sobre a questão, mesmo do ponto de vista sincrônico:

Obs. – O português, como o latim, não possui forma simples ou sintética para os verbos REFLEXIVOS. O GREGO POSSUI UMA FORMA ESPECIAL, CHAMADA VOZ MÉDIA OU REFLEXA, QUE POUCO SE DIFERENCIA DA FORMA PASSIVA. No português, como no latim, para indicarmos o sentido reflexo (reflectere = dobrar) em que a ação verbal como que se dobra sobre o próprio sujeito que a pratica, valemo-nos de um pronome oblíquo da mesma pessoa que o sujeito.

Consideradas em sua essência – diz Bournouf – a média e a passiva têm um caráter comum: é exprimirem que a ação recai sobre o sujeito. Há, porém, entre elas, a seguinte diferença: a média indica uma ação feita pelo próprio sujeito, e a passiva uma ação feita por outro. Não é, pois, de admirar que se confundam muitas vezes gradações tão próximas. (id.ib.)

Com estudos mais aprofundados sobre a natureza da voz, constatou-se que, na voz reflexiva, o sujeito é sempre caracterizado, de fato, como paciente. Ele até **pode** cumprir a função de **agente**, e em alguns casos o faz, mas ele **deve**, inevitavelmente (como se verá nos casos logo abaixo, analisados por Said Ali, e nos gramáticos posteriores à NGB), cumprir a função de **paciente**. Portanto, o papel de paciente é sempre o do sujeito, e, só ocasionalmente, esse papel também pode ser o de agente. Exemplos:

*A mãe se emociona com a carta do filho – o sujeito (“a mãe”) é apenas paciente, mas a voz é, pela NGB, reflexiva.
A menina se penteava – o sujeito é agente e paciente, e a voz, também pela NGB, é a mesma reflexiva.*¹⁹³

¹⁹³ Todo este parágrafo, em sua explicação e em seus exemplos, foi coletado em palestra proferida pelo Professor Doutor José Carlos de Azeredo, para a Academia Brasileira de Filologia, na UERJ, no dia 18 de julho de 2012.

Assim, a voz parece, em traços muito panorâmicos,

constituir-se como a categoria responsável pela caracterização do papel semântico desempenhado pelo sujeito: origem, alvo, origem e alvo. Para os funcionalistas, há os dois extremos aludidos: origem e alvo de ação atribuível ao sujeito. Entre esses extremos, há uma gradação, um gradiente. Essa é uma das razões por que, às vezes, torna-se difícil uma afirmação exata sobre uma das três vozes apontadas pela NGB como classificação satisfatória para o enunciado que se tenha.¹⁹⁴

4.3 Voz reflexiva ou voz medial? A questão depois da NGB

Passemos, agora, às conceituações de voz reflexiva dadas por alguns dos principais gramáticos pós-NGB. Antes do mais, queremos dizer que as tentativas de sistematização e estruturação do conceito de “voz”, nos compêndios escolares, de um modo geral, não foram significativas após a publicação da Nomenclatura.

Diante de todas as lacunas que foram apontadas, antes da aludida publicação, que, como ficou dito, não foram investigadas cabalmente pela maioria dos gramaticógrafos, será fácil perceber a flutuação de critérios para a definição dessas vozes, e, até, a ausência, como aliás já se alertou, de definições para elas, ficando alguns gramáticos com a simples exposição de exemplos sintáticos que constata, empiricamente, sem teoria, a voz que se quer descrever.

No fim, seguindo a esteira de Gama Kury (1997), que Luft (1978) também seguiu ao explicar a NGB tão logo ela veio à luz, e a proposta de síntese de Azeredo (2010), mostraremos que os esquemas empreendidos por eles vêm, de certa maneira, suprir a lacuna que o reducionismo do termo “voz reflexiva” encerrou. Entretanto, queremos dizer que houve autores outros que contribuíram efetivamente, com suas observações e suas pesquisas atiladas, com o desenvolvimento da conceituação de voz (sobretudo a da voz reflexiva), que pretendemos, aqui, levar a cabo.

Na conclusão desta parte da tese, proporemos que os conceitos de “agente” e “paciente”, indispensáveis à conceituação, ao menos como se vê atualmente nas gramáticas, de “voz”, podem constituir casos de gramaticalização. Escolhemos a voz

¹⁹⁴ Parafraseio, aqui, explanação proferida pelo Professor Doutor José Carlos de Azeredo em aula ministrada no Doutorado em Língua Portuguesa da UERJ, no primeiro semestre de 2012.

reflexiva como objeto empírico maior desta parte exatamente pelo fato de ela ser, nos compêndios, a que reúne, a um só tempo, o sujeito como “agente” e “paciente” da “ação” verbal (termos que serão desdobrados na conclusão deste capítulo 4).

Sabemos que o conceito de voz se distingue entre autores. Basicamente, privilegiam a significação (agentividade, passividade, reflexividade, reciprocidade), a forma (como o verbo se comporta sintaticamente para expor as vozes) e, por fim, o tratamento do processo verbal em relação ao sujeito. Não raro, mais de um desses critérios constitui a base da definição, e, também não raro, nenhum deles é adotado, de modo que as vozes são expostas, uma a uma, sem uma definição epistemológica que as englobe, com meros exemplos e algumas asserções, geralmente semânticas (e algumas vezes sintático-semânticas ou até morfossemânticas, sempre mais raras), sobre a maneira como o verbo se conecta ao sujeito do ponto de vista de 1) ação; 2) ponto de partida da ação; 3) ponto de chegada da ação.

Um dos raros autores contemporâneos a enfrentar cabalmente o problema da epistemologia da voz, como um instrumento gramatical (esta é a razão por que propugnaremos, à frente, que se trata de um caso de gramaticalização, pois ser instrumento gramatical, proveniente do discurso, é constatação para o processo de gramaticalização), é José Carlos de Azeredo, assim criando a definição epistêmica de “voz”, que ele, por sinal, trata em capítulo muito expressiva e cientificamente intitulado “**12.1- Vozes do verbo e questões correlatas**” (Azeredo, 2010):

A voz é expressa por um sistema de recursos sintáticos que definem certos padrões formais do sintagma verbal. Distinguem-se tradicionalmente três vozes – ativa, passiva e reflexiva –, que se exemplificam típica e respectivamente nas frases

- Laura penteia Clarisse
- Clarisse é penteada por Laura
- e
- Laura se penteia (AZEREDO, 2010, p. 45, grifei)

É de se notar, como será explicitado abaixo, que Azeredo (2010), assim como Gama Kury (1997), prefere a denominação de voz média, e não reflexiva. Outro teórico contemporâneo, Luiz Carlos Travaglia (Travaglia, 2011), adotará, como também será mostrado, a possibilidade de 4 vozes: ativa, passiva, reflexiva e média.

Voltando à análise empreendida por Azeredo (2010), o autor passa a judiciosas constatações teóricas e empíricas sobre o problema (semântico) de que o

sujeito deva ser encarado como alguém ou algo que “pratica” a ação, sendo, pois, sempre que isso acontece, supostamente, um “agente”.

Assim, elenca três fatores segundo os quais as palavras se distribuem na construção das orações:

- 1) as classes a que pertencem em virtude de seu enquadramento sintagmático (cf. 6.9.5.1.3);
- 2) os lugares a ela destinados pela hierarquia informacional interna dos enunciados e
- 3) os significados relacionais que, devido a essa hierarquia, deverão exprimir (cf. 6.5.4). (Azeredo, 2010, p. 45)

E conclui: “Tais possibilidades posicionais são em parte previstas pela **categoria sintática** da voz conforme definimos em 12.1” (Azeredo, id.ib. Grifei.).

Como se percebe, Azeredo não abre mão da preocupação formal, estruturalista¹⁹⁵ (no fator número 1, acima, ao tratar de enquadramento sintagmático), nem das questões semânticas, pragmáticas e discursivas (no fator número 2), nem, tampouco, da questão peremptoriamente gramatical, qual seja a de elemento que busca descrever as categorias relacionais dos elementos do discurso (no fator número 3), e, com a conjugação desses 3 fatores, conclui que a voz é uma categoria sintática, para ater-se à sua descrição dentro do plano da gramática ou da gramaticologia.

Adiante, passa a criteriosa observação semântica sobre os verbos e “os significados relacionais com o sujeito” (12.3, cf. AZEREDO, 2010, id.ib.). Como trataremos desse aspecto na seção 4.6, não pretendemos, por ora, prolongar-nos na importante discussão empreendida pelo gramático em questão, uma vez que, repita-se, ela será feita adiante.

À frente, Azeredo coteja as vozes passiva e ativa, enfatizando a perspectiva do enunciador (o ponto de vista) e a capacidade de geração de inferência recíproca de uma dessas vozes quando se enuncia a outra.

Passemos, agora, às conceituações de voz reflexiva empreendidas após a NGB por três grandes expoentes da gramaticografia portuguesa, com as duas gramáticas que produziram: Celso Cunha-Lindley Cintra e Evanildo Bechara. Em

¹⁹⁵ Mais uma vez, cabe aqui a justificativa para nossa seção “Adendo metodológico: resposta a Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau”, em que defenderemos a coexistência do Estruturalismo com suas posteriores metodologias de análise linguística.

seguida a essas definições, exporemos as sínteses que nos parecem mais adequadas à problemática da voz reflexiva da NGB, esquematizadas por Azeredo (2011) e Gama Kury (1997).

Para Bechara,

c) REFLEXIVA: forma verbal que indica que a pessoa¹⁹⁶ é, ao mesmo tempo, agente e paciente da ação verbal, formada de verbo seguido de pronome oblíquo de pessoa igual à que o verbo se refere:

eu *me* visto, tu *te* feriste, ele *se* enfeita.

O verbo empregado na voz reflexiva diz-se pronominal.

OBSERVAÇÕES:

1ª) Com verbos como *atrever-se*, *indignar-se*, *queixar-se*, *ufanar-se*, *admirar-se*, não se percebe mais a ação rigorosamente reflexa, mas a indicação de que a pessoa está vivamente afetada¹⁹⁷. Com os verbos de movimento ou atitudes da pessoa “em relação ao seu próprio corpo” como *ir-se*, *partir-se* e outros como *servir-se*, onde o pronome oblíquo empresta maior expressividade à frase, também não se expressa a ação reflexa. Alguns gramáticos chamam o pronome oblíquo, nestas últimas circunstâncias, pronome de realce.

2ª) A voz reflexiva, no plural, pode assumir sentido de reciprocidade:

Eles se odeiam (isto é, *um odeia o outro*). (BECHARA, 1997, p. 104-5)

Observamos que Bechara prevê a possibilidade de, naquilo que a NGB chamou de voz reflexiva, não haver, por critérios semânticos, nenhuma noção de reflexividade propriamente dita. No entanto, embora constate o lapso, o gramático opta por não desdobrar a questão.

Já para Cunha-Cintra, a conceituação para voz reflexiva parece ser explicitamente formal (mais especificamente morfológica) e apenas subjacentemente semântica:

Voz reflexiva: Exprime-se a VOZ REFLEXIVA juntando-se às formas verbais da voz ativa os pronomes *me*, *te*, *se*, *nos*, *vos* e *se* (singular e plural):

Eu **me feri** [= a mim mesmo]
 Tu **te feriste** [= a ti mesmo]
 Ele **se feriu** [= a si mesmo]

¹⁹⁶ Aqui, na conceituação de voz reflexiva, o gramático explicitou sua opinião de que o sujeito deva ser exclusivamente PESSOA, o que ele reitera, no mesmo enunciado, adiante, quando reafirma “verbo seguido de pronome oblíquo de pessoa”. Também os exemplos que ele colaciona têm como sujeitos apenas pessoas (embora o terceiro exemplo pudesse dizer respeito, por exemplo, a um “salão”, o que, contudo, iria de encontro à dupla definição sobre o estatuto de pessoa que vimos de mostrar no gramático).

¹⁹⁷ Percebe-se aqui a lição de Said Ali (1964, p. 96), *ipsis literis*.

Nós **nos ferimos** [= a nós mesmos]
 Vós **vos feristes** [= a vós mesmos]
 Eles **se feriram** [= a si mesmos] (CUNHA & CINTRA, 1985, p, 373)

Dessa feita, o que se compreende da lacônica demonstração dos Autores é que eles só consideram a voz reflexiva aquela em que, de fato, haja uma pessoa que seja agente da ação verbal (pratique-a) e paciente dessa mesma ação/consequência (receba-a). Parece-nos, até, muito coerente que, pela definição amplamente exposta de que “na voz reflexiva o sujeito seja agente e paciente da mesma ação verbal”, Cunha-Cintra, embora nem tenham definido a voz reflexiva por esse critério semântico e relacional, hajam optado exclusivamente por exemplos em que o sujeito cumpria os pré-requisitos, por assim dizer, para a consecução da voz reflexiva (ou *reflexiva propriamente dita*, para muitos autores, como o próprio Gama Kury, abaixo analisado (cf.KURY, 1997).

No entanto, os mesmos Autores, adiante, retomam a questão da voz reflexiva, apresentando-lhe, ora, um critério antes de tudo morfológico (presença do pronome reflexivo) e sintático (com função do objeto). Assim como Bechara o fizera acima (q.v.), Cunha-Cintra também parecem, num primeiro momento, concentrar exclusivamente em pessoas a possibilidade de a voz reflexiva ocorrer, pelo que se retira de sua conceituação prévia; no entanto, com os exemplos, vemos que essa constatação não se consubstancia. Dizem eles:

VOZ REFLEXIVA

Na VOZ REFLEXIVA o verbo vem acompanhado de um pronome oblíquo que lhe serve de objeto direto ou, mais raramente, de objeto indireto e representa a mesma pessoa que o sujeito. Assim:

Eu **me lavo** (ou **lavo-me**).
 Ele **se deu** o trabalho de vir a minha casa (ou **deu-se**).

A próclise é preferida no Brasil, a ênclise em Portugal.

O verbo reflexivo pode indicar também a reciprocidade, isto é, uma ação mútua de dois ou mais sujeitos:

Pedro, Paulo e eu nos estimamos (**estimamo-nos**) [= mutuamente].
 Os dias **se sucedem** (**sucedem-se**) [=um ao outro] calmos. (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 395)

Em seguida, Cunha-Cintra estabelecem a importante distinção entre verbos reflexivos e verbos pronominais. Semelhante distinção será agasalhada pelas

teorias de Azeredo e Gama Kury, de cuja proposita de síntese, inclusive terminológica, procuraremos nos valer. Assim se expressam Cunha-Cintra:

VERBO REFLEXIVO E VERBO PRONOMINAL

Muitos verbos são conjugados com pronomes átonos, à semelhança dos reflexivos, sem que tenham exatamente o seu sentido. São os chamados VERBOS PRONOMINAIS, de que podemos distinguir dois tipos:

a) os que só se usam na forma pronominal:

apiedar-se queixar-se
condoer-se suicidar-se

b) os que se usam também na forma simples, mas esta difere ou pelo sentido ou pela construção da forma pronominal, como, por exemplo:

debater [=discutir] enganar alguém
debater-se[=agitar-se] enganar-se com alguém

Observação:

Distingue-se, na prática, o verbo reflexivo do verbo pronominal porque ao primeiro se podem acrescentar, conforme a pessoa¹⁹⁸, as expressões *a mim mesmo*, *a ti mesmo*, *a si mesmo*, etc. Quando o reflexivo tem valor recíproco, as expressões reforçativas passam a ser *um ao outro*, *reciprocamente*, *mutuamente*, etc.

Assim:

Feri-me **a mim mesmo**.

Amavam-se **um ao outro**. (Id., ib., p.395-396)

Antes de partirmos às propostas de Azeredo e Gama Kury, vale a pena trazer as palavras de Travaglia sobre as vozes e possibilidades de abordagem desse trabalho na realização da prática de ensino/aprendizado em sala de aula:

7) Voz

Trabalhar a voz mostrando basicamente:

a) que é a categoria verbal através da qual se marca a relação entre o verbo e seu sujeito, que pode ser de atividade, passividade ou ambas;

b) que, conforme a teoria, se pode considerar a existência de até quatro vozes: a ativa, a passiva (analítica e sintética), a reflexiva (simples e recíproca) e a medial;

c) os recursos de expressão da voz no Português contemporâneo do Brasil (sobretudo verbos auxiliares). Aqui pode entrar a questão da baixa produtividade ou inexistência da chamada voz passiva sintética, com as implicações significativas e de concordância que isso acarreta;

d) a existência de passividade do sujeito sem haver voz passiva;

¹⁹⁸ Mais uma vez, como num ato-falho, trata-se de voz reflexiva com vínculo imediato a pessoas.

e) as diferenças significativas de dizer a “mesma coisa”, usando uma voz ou outra. Por exemplo, usando a voz ativa ou passiva. (TRAVAGLIA, 2011, p. 167)

Da compreensão dos itens que Travaglia propõe acima que se trabalhem em sala, consideramos importante tecer alguns comentários. O primeiro, diz respeito à constatação (presente na letra a) de que o autor privilegia a definição das vozes, como “categoria verbal” (q.v.) pela sua característica relacional entre o sujeito e o verbo, e que essa característica é de cunho, antes, semântico: “atividade, passividade ou ambas” (q.v.). Na seção 4.6, voltaremos a tocar no ponto de agente/agentividade/atividade; paciente/passividade e suas implicações sobre a conceituação das vozes, principalmente na da que a NGB chamou “voz reflexiva”, por ser a que, em tese, não pode prescindir de um sujeito simultaneamente agente e paciente.

Na letra b) de sua proposta de plano de aulas ou discussões, Travaglia avança a possibilidade de haver outras teorias (cf. “conforme a teoria”, q.v.) que possibilitem a definição das vozes, e que, por algumas delas, o estudo não cessa na voz reflexiva, mas na medial. Repare-se que, para o Autor, a reflexiva (embora aqui não haja exemplo, mas apenas a explicitação pelos adjuntos adnominais) parece encerrar-se no caráter “simples” (ao que tudo indica, o que Gama Kury, 1997, chamará de “propriamente dita”) e “recíproca”. Parece-nos, pois, que tudo o que não encerra ideia de ação praticada pelo sujeito (o que ele chama em a) de “atividade”), de ação recebida pelo sujeito (o que ele chama em a) de “passividade”) e, finalmente, de ação praticada e recebida pelos sujeitos *cada um para si mesmo*, ou pelos sujeitos *uns aos outros* (respectivamente a voz reflexiva simples e a recíproca), deve ser colocado no estatuto de “voz medial”.

As letras d) e e) serão discutidas em próximas seções da tese.

Azeredo, como demonstramos no início desta subseção, defende a definição antes de tudo formal para o conceito de voz: “A voz é expressa por um sistema de recursos sintáticos que definem certos padrões formais do sintagma verbal” (AZEREDO, 2010, p.45. Grifei. q.v.). Isso está em consonância com o método estruturalista de fatura gramatical (ir-se da forma à significação e não o contrário). Assim, Azeredo não descarta a perquirição semântica, mas não parte dela para achar formas que porventura lhe convenham.

É desse modo que, ao iniciar a discussão sobre a derradeira das vozes (chamo “derradeira” por ser a que necessita da simultaneidade de um sujeito agente e paciente, ao menos num primeiro nível de análise, que se mostrará, como veremos, relativamente falho), Azeredo propõe um trinômio entre **pronome reflexivo / verbo pronominal / voz média**. Cf. “**12.6 Pronome reflexivo, verbo pronominal e voz média**” (AZEREDO, 2010, p. 270).

Com isso ele articula, antes de qualquer critério, o critério formal (morfológico), qual seja o da necessidade de presença do pronome reflexivo. Com efeito, nenhum gramático atualmente relutaria em aceitar que a condição propedêutica para a existência da voz reflexiva é a existência de um pronome reflexivo. Talvez, até, seja este um dos motivos da determinação terminológica “voz **reflexiva**”, que poderia, como que por metonímia, ser oriunda do fato de que não pode ocorrer sem o “pronome **reflexivo**”, muito embora a noção de reflexividade (sobretudo no que tange, como veremos, à questão de um sujeito que tenha de deflagrar a ação, o que nem sempre ocorre na “voz reflexiva”) não venha sempre a se consolidar.

Para além desse, vai a um semântico-discursivo, e aponta o impasse intrínseco à afirmação de que a voz reflexiva é aquela em que o sujeito é agente/paciente da ação verbal, quando estabelece distinções entre **construções pronominais**¹⁹⁹ que podem ser, por exemplo, com verbos de “sentimento” e de “ação”. Para ele, quando ocorrem verbos de sentimento em construções pronominais, o sujeito do que se chamaria “voz reflexiva” não é agente, mas apenas paciente do processo verbal. Ele exemplifica, com muita propriedade, com verbos como *alegrar-se*, “*indignar-se*, *desesperar-se*, *aborrecer-se*, *entusiasmar-se*, *enfurecer-se*, *entediarse*” (AZEREDO, id.ib.).

Por fim, ao estabelecer a terminologia “voz média”, em vez de “voz reflexiva”, ele o justifica da seguinte feita:

A flutuação do papel semântico do sujeito nas construções ditas pronominais gera grande controvérsia em torno do caráter da chamada voz reflexiva. De fato, somente numa parte dos casos – e exclusivamente com os verbos de ação – a construção pronominal reflexiva contém um sujeito

¹⁹⁹ Ao usar o termo “construções pronominais”, Azeredo distingue, com rigor científico, tais construções dos verbos pronominais, que são aqueles que se não podem empregar alheios ao pronome reflexivo, como se verá.

que acumula os papéis de agente e ser afetado do processo verbal, dando fundamento à classificação de voz como reflexiva. (AZEREDO, id.ib.).

Na conclusão desta parte da tese, percebemos que esses critérios de “agente” e “paciente”, e suas implicações nas vozes, marcam casos de gramaticalização. Isso porque, como também será mais bem exposto, trata-se de itens que deslizam do estatuto pragmático-discursivo ([-abstrato]) para o estatuto gramatical ([+abstrato]), estando, por ora, num gradiente em que, ainda, não se podem determinar os limites que dariam por concluído o processo de gramaticalização que aventaremos.

Voltando à análise de Azeredo, quando ele percebe a impossibilidade de haver, de fato, reflexividade, pelo simples uso de verbos pronominais (isto é, quando percebe a impossibilidade de se juntarem os critérios formal e semântico-discursivo), propõe, muito lucidamente, que

Nos demais casos, em que o sujeito não deflagra o processo – e portanto não é agente – a construção pronominal realiza o que muitos linguistas chamam de “voz média”. Esta designação tem a vantagem de caracterizar a construção pronominal²⁰⁰ como um meio termo entre a voz ativa e a voz passiva²⁰¹, e será adotada aqui como um rótulo mais amplo do que “voz reflexiva”. Esta passa a ser vista como uma variedade de voz média. (AZEREDO, id.ib.)

Em seguida, para dotar de empiria sua conceituação, Azeredo a comprova:

São exemplos de voz média:

- Ela não se incomoda com nada
- As crianças se divertem com as piruetas do macaco
- Ele se embaraçou nas próprias palavras
- As nuvens se desfazem rapidamente
- A praia estende-se por vários quilômetros
- A cortina rasgou-se de velha. (AZEREDO, id. ib)

Em seguida, Azeredo esmiúça os verbos pronominais (“12.7 – Verbos pronominais”), e demonstra que se trata de formas cristalizadas.

Azeredo assim se expressa:

²⁰⁰ Observe-se a reiteração do critério formal, morfológico, como o que deve vir em primeiro lugar.

²⁰¹ Observe-se o que parece ser, agora, a articulação do primeiro critério, o formal-morfológico, do pronome reflexivo, com um critério semântico de atividade/passividade.

12.9 Uma proposta de síntese

A classe dos verbos pronominais representa a cristalização de estruturas originalmente constituídas como formações de voz média. Descrições tradicionais chamam ao pronome que as integra “parte integrante do verbo”. Como essa forma é idêntica à dos pronomes reflexivos que se agregam ao verbo em virtude de regras sintáticas, consideraremos as construções integradas pelos verbos pronominais um subtipo das construções de voz média em geral. (AZEREDO, 2008, p. 50)

Em seguida, estabelece uma proposta distribucional de síntese em que desdobra 10 tipos de construções internas à voz média, subdivididas em 2 tipos de voz média: aquelas

em que houve ou tende a haver cristalização estrutural e construções explicáveis pela atuação de regras sintáticas do sistema de vozes. As primeiras compreendem os verbos discriminados abaixo nos itens 1 e 2. As demais abrangem a reflexividade (itens 3, 4, 5, 6 e 7), a reciprocidade (item 8) e a ergatividade (itens 9 e 10). (AZEREDO, id.ib.)

Essa distribuição proposta por Azeredo vem, muito satisfatoriamente, a explicar a tentativa de análise que empreendemos, acima, quando Said Ali (1956), antes da NGB, já organizava a voz medial em 4 casos (q.v.), por critérios que, apenas pela observação dos exemplos de orações, tentamos esboçar.

Apresentaremos, abaixo, os 10 casos em que Azeredo explicita a natureza estritamente lexicalizada (fossilizada) dos verbos (itens 1 e 2, como vimos) e as demais pesquisas de cunho semântico-sintática que ele leva a termo. Usaremos, para cada um dos 10 casos, apenas um exemplo:

1. Verbos exclusivamente pronominais. São combinações de verbo e pronome para constituir uma unidade léxica:
 - Eles queixavam-se do calor
 - [...]
2. Verbos que adquirem *status* lexical novo em virtude da pronominalização. Distinguem-se dois subgrupos:
 - a) há perda de vínculo semântico entre a forma pronominal e a forma sem pronome:
 - Comportou-se como um verdadeiro líder
 - [...]
 - b) resta algum vínculo semântico entre a forma pronominal e a forma sem pronome:
 - [...]
 - Vai se apresentar esta noite abrindo o festival
 - [...]
3. Verbos que denotam movimento corporal sem translação:
 - Ele se sacode todo quando ri
 - [...]
4. Verbos que denotam movimento corporal translacional:
 - Afastem-se da fogueira

- [...]
 5- Verbos ativos que envolvem ou afetam fisicamente o respectivo sujeito (com ou sem controle do processo). Distinguem-se dois subgrupos:
 a) o verbo expressa apenas o processo:
 - Não parava de se coçar
 [...]
 b) o verbo expressa processo ou resultado:
 - Passou pela cerca e arranhou-se nos espinhos.
 [...]
6. Verbos que denotam “cuidados” pessoais (o sujeito controla a execução e os efeitos da ação):
 -Calçou-se depressa
 [...]
7. Verbos de atitude:
 - Quando lhe perguntaram pelo dinheiro, ele se calou
 [...]
8. Construções de reciprocidade:
 - O mestre e seu discípulo se respeitavam
 [...]
9. Verbos processuais que denotam mudança de estado físico:
 -Alguns copos se quebraram no transporte
 [...]
10. Verbos processuais que denotam mudança de estado psicológico:
 Assustava-se com a buzina dos automóveis
 [...] (AZEREDO, 2010, p. 270-273)

A proposta de síntese acima efetuada por Azeredo nos parece a que mais amplamente contempla e abarca a questão da voz reflexiva, sendo esta, para ele, como vimos, um subtipo da voz medial.

Partiremos, agora, à sistematização efetuada por Gama Kury, pois que, embora sem os rigores teóricos e metodológicos que colacionamos da visão de Azeredo, é, entretanto, bastante didática. Em seguida, na seção 4.6, reiteraremos e arremataremos alguns casos que pareceram ou ficar suspensos ou carecer, ainda, de desdobramentos, a fim de que se demonstre, ao cabo, que o processo de gramaticalização pode ser considerado como hipótese verossímil para a explicação de tantos e tão complexos elementos que se levam em conta quando da análise das vozes verbais, em especial da “voz reflexiva” (cf. NGB).

Começa Adriano da Gama Kury:

•Voz reflexiva ou medial.²⁰²

53. Quando a ação denotada por um verbo transitivo direto é simultaneamente exercida e recebida pelo mesmo ser, diz-se que o verbo, então acompanhado de pronome, está na voz medial ou reflexiva:
 “Narciso contemplava-se na água.”

²⁰² Adiante, Gama Kury faz a ressalva: “OBS. 1 – A NGB não utiliza o termo medial, para as vozes verbais. Empregamo-lo por necessidade de sistematização.” (Kury, 1997, p. 40)

[O objeto direto de *contemplava* (o pronome reflexivo *se*) representa a mesma pessoa do sujeito (*Narciso*).²⁰³]

54. Convém notar que sob a denominação genérica de “voz reflexiva” a NGB engloba outros casos diversos, que podemos assim sistematizar:

1) *Voz reflexiva propriamente dita*: aparece exclusivamente com verbos transitivos diretos, que têm como objeto direto um pronome, de qualquer pessoa gramatical, que representa o próprio sujeito: “*Eu me* penteio, *tu te* penteias, *ele se* penteia, *nós nos* penteamos”, etc. [...] Na prática se reconhece que o verbo está na voz reflexiva quando se pode acrescentar a expressão de reforço *a si mesmo* (e flexões): “Ela se penteia *a si mesma*.” (KURY, 1997, p. 38)

Observamos, da análise deste primeiro caso, em cotejo com as que faremos a seguir, que, para Gama Kury, a voz reflexiva seria, tão só, a que, de fato, há um sujeito que exerce e recebe a mesma ação. Sua sistematização prossegue, adotando, doravante, exclusivamente o termo “voz medial” para as suas descrições.

2) *Voz medial recíproca*: o verbo é igualmente transitivo direto, tem sujeito simples no plural (ou composto, de mais de um núcleo), e a ação expressa se distribui no pronome reflexivo objeto, também da mesma pessoa:

“Os *desafetos* cumprimentaram-se publicamente.”

“*Carlos e Joaquina* amavam-se.” (KURY 1997, p. 39)

Em seguida, Gama Kury apresenta o subterfúgio de reconhecimento da voz medial recíproca com a possibilidade de acréscimo de expressões de reforço como “um ao outro”, “uns aos outros”, “mutuamente”.

No terceiro caso que propõe, Gama Kury volta a recorrer a Said Ali, em sua sistematização que nós, aqui, também trouxemos à luz (ALI, 1956, q.v.).

Assim Gama Kury se expressa:

3) *Voz medial dinâmica*, que aparece:

a) com verbos que exprimem “ato material ou movimento que o sujeito executa em sua própria pessoa, idêntico ao que executa com coisas ou outras pessoas, sem haver propriamente a ideia de direção reflexa: *Afastei-me* do fogo (à semelhança de: *Afastei* a criança, o livro, do fogo). Ele *arremessou-se* sobre o inimigo (à semelhança de: *arremessou* uma pedra). A mãe *deitou-se* na cama (à semelhança de: *deitou* a criança na cama.” (Said Ali, GS²⁰⁴, 138) (KURY, id.ib.)

²⁰³ Embora esteja entre colchetes, essa observação foi cunhada pelo próprio autor Gama Kury, no exato lugar onde se encontra nesta citação.

²⁰⁴ Gama Kury usa a edição de 1927. A que usei para esta tese é a de 1964, pós-NGB, comentada por Evanildo Bechara.

Conforme expusemos no subitem em que analisamos Said Ali como um Autor a tratar das vozes antes da NGB, essa sua classificação causa embaraços, por não deixar claros os critérios utilizados. De certa forma, como dizíamos neste subitem de agora, com a análise e sistematização feita por José Carlos de Azeredo, anteriormente (q.v.), este Autor parece debelar muitos impasses de ordem metodológica quanto ao arrolamento proposto por Said Ali.

Ainda tratando da voz medial dinâmica, Gama Kury prossegue:

b) sem qualquer ideia reflexiva, com verbos intransitivos **que também se usam sem pronome**, para exprimir movimento ou ação executada com vivacidade, ou espontaneamente:

“Ele ria-se à toa.” (Cp.: ria à toa); “Foi-se embora.” (Cp.: Foi embora); “Alma minha gentil que te partiste.” (Cp.: que partiste); “Deitou-se tarde.” (Cp. Deitou tarde).

Obs. – Nestes casos, o pronome, de valor antes estilístico do que gramatical, é uma palavra expressiva, de realce, sem denominação específica na análise sintática. Não deve, nesta, separar-se do verbo. (KURY, id. ib.)

Dois tópicos chamam a atenção nessa descrição. O primeiro, é o fato de que, à frente, Gama Kury dirá que verbos intransitivos não possuem voz ativa nem passiva, pois seriam neutros (Cf. “**Obs. 2** – Os verbos intransitivos, transitivos indiretos e de ligação não têm voz ativa nem passiva: são neutros” Kury, 1997, p. 40). O segundo diz respeito à noção que Gama Kury estabelece ao dizer que se trata de “ação executada com vivacidade, ou espontaneamente”, pois, como vimos na discussão que Azeredo propõe, e como veremos na conclusão (abaixo) deste artigo, o critério de motivação, consciência, ser animado e, ora, espontaneidade, parece, vez por outra, circular as tentativas de conceituação de voz e, antes disso, de agentividade e passividade.

Por fim, Gama Kury fala numa

4) *Voz medial pronominal*, em que aparece, integrado no verbo, **que nunca se conjuga sem ele**, um pronome fossilizado sem função sintática:

“Queixas-te sem razão.”

E assim arrepender-se de, orgulhar-se de, atrever-se a, lembrar-se de, etc., verbos que, por se usarem **sempre** conjugados com pronome, denominam-se *pronominais*. (KURY, 1997, p. 39-40)

4.4 As noções “gramaticais” de agente, paciente e voz

Consideramos importante, neste momento, tecerem-se alguns comentários acerca das noções, que se querem considerar gramaticais, de agentividade e passividade, as quais, como sabemos, carregam a epistemologia sobre vozes e, em especial, sobre voz reflexiva ou voz medial.

Procuraremos permanecer estritamente ao âmbito das terminologias adotadas nas gramáticas normativas, já que é esse o escopo deste capítulo, não nos lançando, pois, às soluções (conquanto relevantes) levantadas pela Linguística, pela Pragmática, pela Análise do Discurso.

Como sabemos, nossa tradição gramaticológica e, conseqüentemente, gramaticográfica, baseia-se no estruturalismo como sua ciência-piloto. Essa constatação se dá pelo fato de que nossos compêndios gramaticais são baseados na comutação (não apenas de fonemas, como sugere Câmara Jr., 1956, p. 113, s.v. COMUTAÇÃO).

Para o mesmo estudioso, o estruturalismo é

Propriedade que têm os fatos de uma língua de se concatenarem por meio de correlações e oposições (v. oposição), constituindo em nosso espírito uma rede de associações ou ESTRUTURA. É por isso que se diz ser a língua um SISTEMA. [...]

Uma gramática compreensiva tem de levar em conta a propriedade do estruturalismo da língua que ela descreve. No âmbito dos sons vocais, o estruturalismo se revela no conceito de fonema (v.), e a fonêmica (v.) é o estudo estrutural desses sons. (CÂMARA JR., 1956, p. 169, s.v. ESTRUTURALISMO)

Observamos que Mattoso Câmara lança mão da terminologia proposta por Ferdinand de Saussure na descrição de uma língua (“estrutura”, “sistema”, “rede de associações”) e considera que a gramática deva pautar-se nesses pressupostos a fim de ser adequadamente constituída. Leodegário Amarante de Azevedo Filho, em sua obra *Para uma gramática estrutural da língua portuguesa* (AZEVEDO FILHO, 1971), propugna, como o próprio título explicita, pela mesma técnica de fatura.

Em termos gramaticográficos, podemos dizer que, sob a égide do estruturalismo, deve-se partir da FORMA em direção ao SENTIDO, e não vice-versa. Assim sendo, muito do que nos parece obscuro, na seara da voz reflexiva/média (e

até nas outras vozes verbais, como mostraremos), provém da busca concentrada, inicialmente, no sentido, que procura adequar as formas existentes a tais sentidos (ou conceitos) previamente estabelecidos.

Começamos tratando da questão do sujeito PACIENTE. Ora, não é preciso investigar um grande número de gramáticas para observar a quase unanimidade em definir-se esse sujeito como “aquele que sofre/recebe a ação verbal”.

Como sabemos, e como demonstramos exiguamente, o sujeito paciente não é exclusivo da voz passiva, pois ele ocorre, também, na medial ou reflexiva e, em muitos casos, até na ativa.

Sobre a questão do sujeito paciente na voz ativa, já Eduardo Carlos Pereira lançara a noção de “passividade”, quando descreve o que ele chama de VERBO PASSIVO:

251. **Verbo passivo** é o que expressa uma ação recebida pelo sujeito, que, neste caso, se diz paciente da ação verbal, exemplos: O inimigo foi ferido por eles. – A porta foi aberta por mim.

Os verbos – foi ferido, foi aberta, indicam uma ação recebida pelos respectivos sujeitos.

252. Não há em português, forma *simples* ou *sintética* para o verbo passivo, como havia no latim e no grego. O que se chama verbo passivo não é mais que a voz passiva [...]. (PEREIRA, 1956, p. 161)

Em seguida, Pereira descreve 3 processos “de que se vale a língua para indicar passividade” (id. ib.).

Como se percebe (em 252, acima), os dois primeiros processos restringem-se à descrição das **voces passivas** respectivamente analítica e sintética. O 3º processo, entretanto, escapa da noção de voz passiva, e confere ao verbo o estatuto semântico de fazer recair a ação sobre o sujeito.

252. [...] 3º) Na forma ativa do infinitivo, como complemento de certos adjetivos, exemplos: osso duro de roer (= de ser roído), lição fácil de aprender (= de ser aprendida)

Nota. – Além de SE, as formas ME, TE, NOS, VOS, podem, ainda que mais raramente, indicar passividade [grifei], exemplos: *Eu me chamo Antônio. Nós nos batizamos na Sé.* (PEREIRA, id.ib.)

Seguindo a lição muito de perto, Evanildo Bechara assim reexplicita o caso:

Voz passiva e passividade. – É preciso não confundir voz passiva e passividade. Voz é a forma especial que apresenta o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação²⁰⁵:

Ele foi visitado pelos amigos.
Alugam-se bicicletas.

Passividade é o fato de a pessoa receber a ação verbal. A passividade pode traduzir-se, além da voz passiva, pela ativa²⁰⁶, se o verbo tiver sentido passivo:

Os criminosos recebem o merecido castigo.
Portanto nem sempre a passividade corresponde a voz passiva.
(BECHARA, 1997, p. 105)

E, remissivamente ao pé de página, Bechara (loc. cit.) complementa, em notório diálogo com Eduardo Carlos Pereira:

Assim sendo, não se pode falar em voz passiva diante de linguagem do tipo osso duro de roer. Houve aqui, se interpretarmos roer = de ser roído, apenas passividade, com verbo na voz ativa. Sobre o sentido ativo ou passivo do infinitivo, veja-se página 244. (BECHARA, id.ib.)

Trazemos dois exemplos da literatura lusófona que corroboram o uso desse emprego de passividade em voz ativa.

[...] e d. Aurora se espantava, querendo saber se a vesga ficava naquilo ou se ia expor coisas mais fáceis de entender. (RAMOS, 1997, p. 93, grifei)

Se, porém, os longos sanguinolentos homizios entre linhagem e linhagem se originavam facilmente das festas mais pacíficas [...], muito mais de recear era alguma rixa funesta entre homens que guardavam no coração [...] os mais poderosos ódios humanos [...] (HERCULANO, 1990, p. 118, grifei)

Por sua vez, para a noção de agente, ou, mais especificamente, de sujeito agente, percebem-se paráfrases em torno do conceito seguinte: “é o ser que pratica a ação verbal”. Ora, como discutíamos, parece subjazer às esquematizações propostas por Said Ali sobre voz medial uma noção, frequente, de consciência ou intencionalidade, como chamamos.

²⁰⁵ Neste compêndio, observamos, somente aqui, uma possível definição, formal, com efeito, para o conceito de “voz”.

²⁰⁶ À guisa de curiosidade, parece-nos ter havido, aqui, o emprego, no enunciado proposto, de uma voz passiva sintética com agente da passiva: “traduzir-se pela ativa” = “ser traduzida pela ativa”.

Seria lícito, pois, perguntarmos se, uma vez que *pratica* determinada *ação*, deveria o agente constituir um ser motivado, ou a imotivação não anularia o conceito, acima resumido, de agentividade?

Lembramos que a dicotomia entre ser animado X ser inanimado foi motivo de tertúlias, outrora, acerca da noção de objeto indireto (e mesmo os chamados dativos ético, de interesse e de opinião), e, pelo que percebemos, parece, ora, circundar a noção de agente e, com isso, a noção das três (ou mais) vozes verbais da Língua Portuguesa, uma vez que é sobre ela que, ainda que por comutação estrutural, articulam-se e conceituam-se as vozes.

Assim, poderíamos considerar como sujeito **agente** (praticante de uma ação) o oriundo da oração: **O Sol nasce para todos?** – Aqui, duplamente, se nos ativermos ao sentido, e não à forma (explicitaremos adiante), o sujeito não poderia ter praticado a ação, pois o *Sol* não o fez deliberada e motivadamente (muito menos com consciência e intenção), e, ademais, ainda que “nascer” constitua, aqui, clara personificação, trata-se de um campo semântico que expressa que algo surgiu, veio à luz, brotou, apareceu etc. SEM a intervenção (sem a prática) do sujeito, que passa a ser, pois, o alvo da ação.

A discussão acerca de passividade poderia resolver esse caso? O Sol seria, pois, um sujeito paciente. Mas paciente de quê? Que “ação” recai sobre ele? O que ele “recebeu” ou “sofreu” ao nascer? Os próprios casos de alguns verbos ergativos ou inacusativos (em que ocorre mudança de estado físico ou psíquico do sujeito) parecem anular a intencionalidade ou mesmo a agentividade do sujeito: cf. “Pedro enfureceu-se”, “João queimou-se com a água quente”.

Esse impasse parece insolúvel por uma razão que emergiu há pouco, quando conceituávamos “estruturalismo” segundo seu construto metodológico: dizíamos que, no estruturalismo, deve-se ir da forma à significação, e não o contrário. Como, nos casos acima, parte-se da significação (inclusive dos semantemas dos verbos) à forma e sua conseqüente definição, muitos hiatos se abrem.

Apresentamos outra oração para análise:

Ninguém lembrou o episódio.

“Ninguém” é sujeito agente?

1) “Ninguém” = “Ø pessoa ou coisa”

2) “não lembrar” não constitui ação, nem é motivado, nem consciente, nem intencional.

José Carlos de Azeredo assim se manifesta sobre esse ponto:

Esta mesma variação de efeito de sentido (explicitação/apagamento do agente) produzida pela diferença entre a construção ativa e a passiva de resultado é frequentemente realizada por outro tipo de variação sintática, tipicamente exemplificada pelo verbo *esfriar* no seguinte par de frases: *O vento esfriou a comida / A comida esfriou.*

“Esfriar” pertence a uma classe de verbos – chamados ergativos ou inacusativos – que expressam tipicamente um processo de mudança de estado (muitos deles são derivados de adjetivos: *esfriar, envelhecer, remoçar, amarelar, afrouxar, escurecer, murchar, esquentar, alegrar, afinar, engrossar*, outros de substantivos: *enrugar, empedrar, esfarelar, despedaçar, enlamear, aprumar*). Estes verbos empregam-se geralmente ora como transitivos (O vento esfriou a *comida*) ora como intransitivos (*A comida* esfriou). Esta variação produz uma relação de sentido análoga – embora não idêntica – à da oposição entre as construções ativa e passiva: o objeto direto, complemento da construção transitiva (algo esfriou a *comida*), passa a sujeito da construção intransitiva (*a comida* esfriou), conservando, porém, a condição de paciente do processo expresso no verbo. (AZEREDO, 2008, p. 272. Grifei)

Por essas constatações, acabamos concluindo, de certa forma, que a definição de sujeito, bem como a de verbo, deveria ser peremptoriamente formal, morfossintática, e que as discussões semânticas, como a de agentividade e passividade (e, conseqüentemente, a das próprias vozes verbais), deveriam tão somente abastecer a epilinguagem reflexiva do âmbito da articulação entre gramática normativa e teorias do discurso.

4.5 Voz medial: caso de gramaticalização?

Para abordarmos outro ponto sobre a questão da vinculação quase inquestionável, no ambiente escolar-gramatical, entre “sujeito” que, pelo simples fato de flexionar em número e pessoa o verbo na voz ativa (ou, em alguns casos, reflexiva), seria “agente”, coletamos o que se pode chamar de “circunstâncias” (tiramos o termo de empréstimo da semântica dos advérbios, como se verá) outras que não a de agente, para o sujeito que flexiona o verbo nas categorias acima

apontadas: instrumento, lugar, origem, causa, meta²⁰⁷. Contribuímos com a lição lapidar do Professor com duas outras circunstâncias (meio e finalidade), que nos parecem igualmente verossímeis à adjunção do papel semântico frequente do sujeito, e pomos, de nossa lavra, os exemplos que me parecem adequados às descrições propostas:

Quadro 3 - Sujeito com papel semântico circunstancial segundo Azeredo-Caetano

Sujeito com papel semântico ou circunstancial de:	Exemplo:
Instrumento	A faca corta o pão.
Lugar	O teatro lotou.
Origem	A árvore frutificou.
Causa	A sombra referescou o ambiente.
Meta	O caderno custa 10 reais. Água parada dá bicho.
Meio	O carro nos levou até o estádio.
Finalidade	O ouro ficará acima da ganga.

Fonte: Azeredo-Caetano, 2014.

Por fim, indo, agora, a uma questão que tangencia a da voz de que esta seção mais se ocupa – a voz reflexiva ou medial –, precisamos, mais uma vez, recorrer à metalinguagem praticamente unânime nos compêndios gramaticais acerca dela: “é a voz em que o sujeito pratica e recebe a ação verbal”.

Mais uma vez, por se basear nos fugidios conceitos de “agente” (que “pratica” a “ação”) e “paciente” (que “recebe” aquela mesma “ação”), apresentamos três versões semânticas análogas de oração (sobre o ser animado, motivado, consciente e intencional do enunciado praticar e receber a ação), que, contudo, estão nas três vozes que a NGB agasalhou como vinculadas ao estudo do verbo:

²⁰⁷ Essa constatação foi levantada em preleção exercida pelo Professor Doutor José Carlos de Azeredo em aula no Doutorado em Língua Portuguesa da UERJ, no primeiro semestre de 2012.

10.1) *O menino se chicoteia.* – Voz reflexiva (cf. NGB): Sujeito pratica e recebe a ação.

10.2) *O menino chicoteia a si mesmo.* – Voz ativa (cf. NGB): No entanto, o sujeito pratica e recebe a ação.

10.3) *O menino foi chicoteado por suas próprias mãos*²⁰⁸. Voz passiva (cf. NGB): No entanto, o sujeito pratica e recebe a ação.

Retomaremos, adiante, análise que se originará do contraste de duas orações.

Por ora, entretanto, vemos necessidade de um embasamento teórico, a fim de levar à conclusão de que estamos, em parte substancial, tratando de um caso de gramaticalização.

Pedimos licença para citarmo-nos. Chamamos a atenção, de antemão, ao caso que elencamos, adiante, como (a), e ao desdobramento de sua explicitação, razão que parece fortalecer, neste capítulo, a hipótese de que os conceitos de “voz” ou deveriam ser colocados em paralelo às discussões sobre verbo, sujeito, ação, estado, situação etc., ou devem ser considerados como fossilização por gramaticalização, provenientes do material pragmático-discursivo que entrou no âmbito da fatura de gramáticas da Língua Portuguesa.

Propomos, agora, como disséramos, análise proveniente do contraste entre as duas orações seguintes:

a) *O pai sacrificou a vida toda pelos filhos.* – Voz ativa (cf. NGB)

b) *O pai se sacrificou completamente pelos filhos.* Voz reflexiva (cf. NGB)

Nem falaremos tanto na possibilidade de falar a “mesma coisa” de modos diferentes, que Travaglia (2011, q.v. citação anterior) e Azeredo (2011, este ao falar que podem ser ditas de formas *análogas*, mas não *idênticas*, q.v. citação anterior) ressaltaram.

²⁰⁸ É claro que este terceiro enunciado não se poderia considerar como espontâneo. Tampouco, assim nos parece, pode-se ir ao extremo de considerar-se que se trata de enunciado *agramatical*.

Em b), a voz reflexiva obedece a todos os critérios, mesmo os mais rigorosos, para ser assim classificada na tradição gramaticográfica contemporânea: presença do pronome reflexivo, sujeito agente e paciente a um só tempo, sujeito como uma pessoa, consciente, motivada, voluntária (parece ser este um critério adjacente a muitas subcategorias da voz reflexiva, pois que uma “ação” precisaria de uma voluntariedade).

O que nos parece digno de nota é o fato de que, em a), o sujeito (O PAI) e o objeto direto (A VIDA TODA) parecem-nos, por metonímia, representar o mesmo referente, já que “o pai” e a sua “vida toda” são indissolúveis do ponto de vista de referencial. Assim, pela lógica, se O PAI e A VIDA TODA (DELE) constituem o mesmo ente, concluímos que o sujeito pratica a ação (do sacrifício) que recai sobre o próprio sujeito, apenas revestido sintaticamente de objeto direto, porém representante semântico e semiótico, na verdade, do mesmo sujeito. Portanto, a frase a), não apenas por dizer “a mesma coisa” que o enunciado na voz reflexiva de b), mas por constituir, por conexão semiótica, caso em que o referente-ícone O PAI aparece com um hipônimo (ou hiperônimo?), SUA VIDA TODA, reiterado, caracteriza, no fundo, um exemplo de sujeito que pratica a ação, a qual é recebida por ele mesmo.

Assim, brevemente, resumiríamos:

Referente: X

Hipônimos de X: o pai / a vida toda²⁰⁹

Logo:

X sacrificou X pelos filhos.

²⁰⁹ A VIDA TODA talvez constitua, em relação a O PAI, um hiperônimo, mas, ainda assim, remissivo ao mesmo referente X.

Esses casos, então, em que o objeto direto é, semântica e semioticamente, a retomada do referente do sujeito devem ser considerados como casos de voz reflexiva, inclusive do ponto de vista estrutural (semiótico)?

Não o podem, e isso por causa da constatação (formal, morfológica) da não presença do pronome reflexivo, o que desencadeia a anulação desse rótulo (voz reflexiva ou mesmo média).

Assim sendo, chegamos à conclusão, já antes esboçada, de que a presença do pronome reflexivo, para as vozes média e reflexiva, é propedêutico: necessário (imprescindível), mas não suficiente.

Ora, a cristalização (obrigatoriedade, fixação) do pronome reflexivo, ainda quando ele não apresenta sentido reflexo propriamente dito, como nos casos das vozes mediais analisadas nesta pesquisa, categoriza claramente o caso de gramaticalização, pois um item gramatical (o pronome reflexivo SE) passa a ser MAIS gramatical (um pronome medial SE), assim esquematizando-se:

< SE >

[SE - gramatical] > [SE + gramatical]

[voz reflexiva] > [voz medial]

Os princípios que carregam a gramaticalização, pela qual, aqui, buscamos elucidar o fenômeno da voz reflexiva/medial, estão acima explicitados, em excerto que retiramos de obra nossa (CAETANO, 2010, p. 56-8, nos subitens (2.1), (2.6), (2.8), (2.10) e (2.11). Q.v.).

Observe-se, entretanto, que essa constatação (a de [SE - gramatical] > [SE + gramatical] ter como correlato [voz reflexiva] > [voz medial]) não deve gerar uma suposta conclusão de que a voz medial seria proveniente/consequente da voz reflexiva; até porque, como foi mostrado, parece ser, em alguns casos, exatamente o contrário que ocorre, já que a voz reflexiva se insinua como subtipo da voz medial. Trata-se de uma constatação, isso sim, de que o pronome reflexivo, ao apagar esse estatuto de reflexividade, que é semântico, mas ao continuar sendo imprescindível à constatação da classificação gramatical da voz medial, desliza, por gramaticalização, portanto, de um item MENOS gramatical (porquanto mais semântico), para um item MAIS gramatical (porquanto menos semântico).

É exatamente por essa razão que propugnamos, como só agora podemos demonstrar, que a classificação de “vozes” (ativa, passiva, reflexiva), assim como “agente” e “paciente” (bases sobre as quais as noções de “vozes” se firmam), constitui caso de gramaticalização, se quisermos mantê-la no âmbito da gramaticografia. Isso porque, segundo os critérios da gramaticalização, parte-se de uma discussão do campo do sentido (lexicológico/semântico) a um processo de fossilização no campo da forma (gramaticológico/formal).

Mais claro, como quisemos demonstrar, é o caso da gramaticalização na voz reflexiva (em primeiro lugar) e na medial (em seguida), pelo fato de que, na voz medial, um pronome, *já instrumento gramatical*, que proveio da subcategoria dos reflexivos, de cuja nomenclatura, *semântica*, parece ter-se, por metonímia, nomeado toda a voz de que ele participa (a voz reflexiva) – embora não exclusivamente dela – , passa a categorizar, também, a voz medial, passando a ser, portanto, um pronome por assim dizer teleológico, ou seja, unicamente com meta gramatical (item MAIS gramatical), já que sua noção semântica (de reflexividade) se apagou, mas sua função (meta) gramatical (de constituinte de voz) permaneceu.

Em outras palavras, quer-nos parecer que é mais evidente o caso da gramaticalização havida na voz reflexiva em fluxo para a voz medial, em função da fixação meramente teleológica (fonte > meta) do pronome SE, ali (na voz medial) tão obrigatório quanto na voz reflexiva propriamente dita.

Desse parâmetro, teríamos, no SE (antes reflexivo) com meta ou função de constituinte de voz medial:

< SE >

[SE semanticamente reflexivo] > [SE Ø reflexivo]

[voz reflexiva] > [voz medial]

4.6 Considerações finais sobre o estudo da voz reflexiva como comprovação de que a Teoria Geral da Gramaticalização auxilia nos estudos de Gramaticologia e Gramaticografia

Queremos dizer, por derradeiro, que, quando a discussão que envolve agentes, pacientes e vozes entra na fatura de gramáticas normativas, ocorreu gramaticalização, pois o caminho do sentido em direção à forma, num *continuum* de maior ou menor abstração ou concretização (fossilização), caracteriza o processo de gramaticalização, não apenas em relação a itens dos inventários aberto > fechado, como, de acordo com o que quisemos demonstrar, também em relação a tipos de macroconceitos da gramaticografia, como os que ora damos por encerrados neste capítulo.

À guisa de epílogo, todavia, devemos dizer: constata-se que, exatamente por provir de processos plurais, ocorrendo em diversos campos do discurso e da semântica, que entram na gramática por vias várias, a Teoria Geral da Gramaticalização busca a explicação dos fenômenos que comprovam que o compêndio gramatical é, na verdade, um fluxo ininterrupto de fatos e interpretações que somente a análise pancrônica conseguiria abarcar satisfatoriamente. E mais: que mesmo o recorte num ponto sincrônico não impede que se vejam fenômenos em plena mudança (não apenas variação dialetológica ou diafásica) que devem, de alguma forma, como todos os Autores acima pesquisados o fizeram, ser discutidos e refletidos. Este ponto sincrônico, para a gramaticografia, parece estar sempre reclamando subterfúgios diacrônicos (daí a escolha inevitável pela pancronia como método ancilar) com que se lançam luzes à sua elucidação honesta e transparente.

5 O DISCURSO/INTERDISCURSO E O TEXTO/INTERTEXTO PODEM SER ESTUDADOS SOB A ÓTICA DA METODOLOGIA DA GRAMATICALIZAÇÃO

Como vimos, a Teoria Geral da Gramaticalização encara a sistematização formal das regras de funcionamento de uma língua e, diante disso, auxilia na técnica da gramaticografia, uma vez que a gramática normativa, extremo abstratíssimo do equilíbrio sobre o qual a língua em si ("Coisa" hegeliana), objeto de estudo profundo da gramaticalização, assenta.

Desse modo, nesta parte de nossa tese, pretendemos expandir os estudos até aqui empreendidos sobre o fenômeno da gramaticalização, mesmo da Teoria Geral da Gramaticalização, até a entidade de funcionamento da língua em diálogo com seu antípoda concreto, que, assim como itens vocabulares, parte do discurso em direção à gramática *lato sensu* (e, daí, à Gramática *stricto sensu*), qual seja, agora, o próprio discurso e o texto.

Abrimos parênteses para uma metalinguagem: em certos momentos, será indispensável promovermos a distinção o mais possível nítida entre discurso e texto. Em outras esferas, entretanto, essa distinção poderá desaparecer, uma vez que a gramaticalização estará expandida ao âmbito mesmo dos estudos discursivos, e não apenas textuais.

Portanto, nos capítulos adiante, teremos de promover, *a priori*, como ficou dito, distinções entre discurso, texto, gramaticologia/gramaticografia e, por fim, mostraremos como a relação entre textos (e, até, em alguns casos, entre discursos) é passível de ser analisada sob a gramaticalização já observada como metodologia, e não apenas teoria.

5.1 Discurso, texto, Gramaticologia e Gramaticografia: definições, relações e objetos de estudo

Como vimos, sublinhou-se que o famoso binômio que Saussure travou entre *langue* e *parole* (respectivamente língua e discurso) criou ou expandiu uma série de estudos concernentes à linguagem humana, como a Linguística, a Disciplina

Gramatical, a Estilística, as Sociolinguísticas, a Pragmática, a Análise do Discurso. Devemos sempre ressaltar a importância do método estruturalista norte-americano, aqui apontadas por Coseriu:

Na linguística norte-americana, a orientação estruturalista procede de E. Sapir e, principalmente, de L. Bloomfield, e, embora fundamentada em premissas totalmente distintas e declaradamente independentes do saussurianismo, emprega frequentemente métodos análogos e chega a resultados praticamente idênticos aos do estruturalismo e funcionalismo europeus. (COSERIU, 1979b, p. 88)

Saussure nunca negou a heterogeneidade do discurso. No entanto, não quis, no *Curso de Linguística Geral*, ocupar-se prioritariamente dessa heterogeneidade. Já vimos tudo isso, mas necessitamos retornar a esse ponto para traçarmos um correlato com o método gramaticográfico, que será trazido à luz.

A formação de uma metodologia muito rigorosa (predeterminar quais não eram seus objetos de estudo), com efeito, foi justamente, como também já frisamos, um dos fatores que deram ao *Cours* seu caráter científico inegável, não apenas como piloto da nova Linguística que surgia, como, também, como ciência-piloto, epistemologia (o estruturalismo²¹⁰), das demais ciências a partir de então, que, em geral, estavam sobremaneira atreladas ao psicologismo e, naquela época (fins do século XIX), ao “Irracionalismo” de filósofos como Wundt, Humboldt, Nietzsche, Schopenhauer, Freud, Trubetzkoy, Sapir (esses dois, em seguida, aderiram ao estruturalismo, fugindo do psicologismo).

Há esta diferença na vida de relação, que a língua é um mecanismo inconsciente, enquanto que um comportamento é consciente: crê-se que se comporta de tal ou tal maneira por razões que se escolhe, ou em todo caso que se tem um escolha. Na verdade, não é isto que é importante, é o mecanismo da significação. É neste nível que o estudo da língua pode tornar-se uma ciência-piloto esclarecendo-nos sobre a organização mental que resulta da experiência do mundo ou à qual a experiência do mundo se adapta, não sei muito bem qual dos dois. Há, em particular, uma maneira de organizar relações lógicas que aparecem muito cedo na criança. Piaget insistiu muito sobre esta capacidade de formar esquemas operatórios, e isto

²¹⁰ O estruturalismo, para se fazer um breve histórico, iniciou-se, no ocidente, com Aristóteles (em suas categorias da **Ética**), desdobrou-se na Escolástica de Santo Agostinho e de São Tomás de Aquino, e foi posteriormente aprofundado por Husserl, Hegel, Humboldt, Saussure (o responsável pela sistematização mais rigorosa do estruturalismo) e por todos os pós-estruturalistas ou desconstrucionistas, como Lacan, Derrida, Foucault, Lévi-Strauss, Barthes, Russell, Wittgenstein. Na seção 5.4 da tese, intitulada "Adendo metodológico: resposta a Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau", voltamos a falar da importância e atualidade do método estruturalista, e sobretudo de como ele se torna praticamente o único de fato eficaz para certos parâmetros de pesquisa e escrita, como a gramaticográfica, por exemplo.

vai de par com a aquisição da língua. Esta rede complexa se reencontraria em um nível profundo em grandes procedimentos intelectuais, na estrutura das matemáticas, nas relações que são o fundamento da sociedade. Penso que certos conceitos marxistas poderiam por sua vez entrar pouco a pouco, uma vez devidamente elaborados, neste círculo de noções articuladas pelas mesmas relações de base das quais a língua oferece a imagem mais facilmente analisável. (BENVENISTE, 2006, pp. 24-25, sublinhei)

Uma gramática normativa (extremo oposto ao discurso, na gramaticalização, a ANTÍTESE abstratíssima) precisa vir conscientemente com o seu objeto de estudo e a sua metodologia traçados previamente, para não se tornar um gênero científico híbrido e confuso. Se o gramático vai, em alguns momentos, a outras ciências, inclusive a própria Psicologia e a Antropologia, que digam respeito, de alguma forma, à análise do signo linguístico verbal, deve tratar dessas ciências até o limite em que a própria gramática não seja colocada como coadjuvante, mas sim como protagonista da descrição pretendida.

Sabemos que o desafio de se proceder à fatura de uma gramática normativa, ainda que reflexiva²¹¹, por exemplo, reside, entre outros fatores, precisamente no fato de que a “reflexão” a que alude o sintagma diz respeito a levar o usuário da gramática *lato sensu* a compreender a sua gramática *stricto sensu*.

Assim sendo, dizemos, de antemão, que o discurso, ou a *parole* saussuriana, não corresponde ao alvo central de uma gramática normativa, mesmo Reflexiva. Questões atinentes à Pragmática, à Estilística, à Semântica, à Análise do Discurso, às Sociolinguísticas, à Linguística Textual somente serão evocadas quando pertinentes à reflexão gramaticológica a que queremos conduzir nosso usuário, tornando-o o mais possível competente (cf. Chomsky), como aliás já o dissemos, dentro da Língua Portuguesa.

A gramaticalização, no entanto, passa, em sua gradação, pelo discurso, e, assim, considerá-la como Teoria Geral pressuporá a investida na gramaticografia *stricto sensu* mas, também, na *lato sensu*, por assim dizer. Com efeito, após termos passado pelo subitem 5.5.2 (“Gêneros textuais: fronteira entre o discurso e o texto”), a discussão conceitual poderá desvanecer essa fronteira, para abarcá-la no que tange à gramaticalização.

²¹¹ Isto é, que contenha não apenas metalinguagem gramaticográfica, como também epilinguagem gramaticológica e que, até, encontre correlações de estudos da linguagem em geral, como a Linguística e a Pragmática. Algo paralelo ao que Mattoso chamou de “gramática compreensiva”.

Portanto, já num esboço de conclusão desta parte, o objeto central da gramática tradicional (a normativa ou escolar), como salientam todos os grandes gramaticógrafos, é a parte homogênea, padrão, normativa, nuclear, centrípeta, unificadora da língua, oral ou escrita: próximo ao que Saussure chamaria *langue*.

Ainda que o idioma, alvo central do interesse da gramática, seja (podemos afirmá-lo sem medo de errar) o traço central de uma cultura, e ainda que as culturas sejam, por natureza, heterogêneas, diversificadas e plurais, cheias de relativismos, portanto, concluímos, com José Luiz dos Santos:

Se insistirmos em relativizar as culturas e só vê-las de dentro para fora²¹², teremos de nos recusar a admitir os aspectos objetivos que o desenvolvimento histórico e da relação entre povos e nações impõe. Não há superioridade ou inferioridade de culturas ou traços culturais de modo absoluto, não há nenhuma lei natural que diga que as características de uma cultura a façam superior a outras. Existem no entanto processos históricos que as relacionam e estabelecem marcas verdadeiras e concretas entre elas²¹³. (SANTOS, 2006, pp. 16-7. Sublinhei)

Enfatizar a relatividade de critérios culturais é uma questão estéril quando se depara com a história concreta, que faz com que essas realidades culturais se relacionem e se hierarquizem. (SANTOS, id. ib.)

Assim, tanto no estudo de culturas de sociedades diferentes quanto das formas culturais no interior de uma sociedade, mostrar que a diversidade existe não implica concluir que tudo é relativo, apenas entender as realidades culturais no contexto da história de cada sociedade, das relações sociais dentro de cada qual e das relações entre elas. Nem tudo o que é diverso o é da mesma forma. Não há razão para querer imortalizar as facetas culturais que resultam da miséria e da opressão. Afinal, as culturas movem-se não apenas pelo que existe, mas também pelas possibilidades e projetos do que pode vir a existir²¹⁴. (SANTOS, id. ib., p. 20)

Dando um passo além, embasada a nossa conclusão por um traço de homogeneidade que se sobreponha, culturalmente, aos traços de relatividade dessas mesmas culturas (de que o idioma, insistimos, é ponto central), afirmamos que essa parte homogênea, no que se refere ao estudo gramaticológico, tem como objeto de alcance estrito (aqui encarado numa postura investigativa momentânea) a frase (precedida, como vimos, das formas mínimas); e, como objeto lato, o texto.

²¹² O autor dialoga com a possível univocidade da perspectiva êmica, etnocêntrica, ou de ethos ôntico (cf. Husserl, Hegel e Heidegger), sem nenhuma contemplação do contraste permitido pela perspectiva ética ou de ethos ontológico (cf. Husserl, Hegel e Heidegger).

²¹³ Observe-se, aqui, a adoção do método estruturalista de análise.

²¹⁴ Observa-se, aqui, a contribuição da sociologia de Marx e Engels, sobretudo no ponto em que trata da inversão da infraestrutura para a superestrutura por meio da práxis econômico-política.

Não é seu objeto de investigação o discurso (heterogêneo, “relativístico”) que lhe é (à Gramática), como também ficou registrado, entretanto, importante elemento de permanente diálogo.

Sobre a questão de ser a frase o centro primordial ou primeiro ou estrito da gramática, como há pouco dissemos, valem as palavras de Azeredo:

Como conceito técnico da moderna ciência da linguagem, **gramática** refere-se ao sistema de regras que permite aos falantes de uma língua construir e compreender suas frases. Ninguém aprende a falar uma língua sem adquirir sua gramática. [...] Uma língua só é forma de comunicação porque seus falantes conhecem e empregam – mesmo sem estar conscientes disso – as mesmas regras para construir frases e atribuir-lhes significado. Este sistema de regras é a gramática. (AZEREDO, 2010, p. 33, sublinhei)

Surge a gramática, antes do mais, pois, na qualidade de compêndio de funcionamento sintagmático e morfológico (sistêmico-funcional) do idioma, compreendendo-se este como o patrimônio imaterial de maior envergadura de uma cultura, em seu caráter de relativa (porém fluida e modificável, de acordo com espaço e tempo) uniformidade comunicativa. Entender-se-á gramática, em sentido amplo, pois, como o conjunto de regras do sistema idiomático, seus mecanismos de funcionamentos interno, interativo, psíquico e social (vemos aqui a tricotomia imprescindível de Bühler: a representação, o apelo e a manifestação psíquica), que ocorrem em função de propósitos ideacionais e comunicativos diversos.

Uma gramática estrutura e sistematiza regras, práticas, normas, procedimentos, articulações que permitem que um conjunto de sons (fones e fonemas), formativos (morfes e morfemas) e palavras se organizem, numa dada língua, de forma tal que constituam entidades comunicáveis desenroladas linearmente em relações sintagmáticas de subordinação (sintagma *stricto sensu*) ou coordenação (sequência). Aqui, poder-se-ia dizer que se estabeleceu uma conceituação de gramática em seu sentido amplo ou lato: o de descrição das regras internas que permitem a um grupo social comunicar-se verbalmente por meio de um idioma específico.

No sentido estrito, o de gramática escolar ou normativa, as regras a que se alude (o sistema) são retiradas, por diversas fontes, do que se convencionou estabelecer como língua padrão.

A gramática, dessa forma, deve dispor de um conjunto de aparatos metalinguísticos com que possa, na técnica gramaticográfica, organizar e esclarecer as regras ou os procedimentos mencionados há pouco. Por seu turno, a gramática reflexiva deve não apenas perfilar as categorias de um idioma de acordo com a metalinguagem mencionada, como, também, problematizar, com visão crítica, portanto, esses mecanismos arrolados, a fim de que o utente do idioma alcance a competência e a habilidade amplamente.

Génouvrier e Peytard, como discutimos em outros momentos, propõem três níveis hierarquicamente gradativos para a aquisição artificial (isto é, ensinada) da gramática de uma língua, aqui parafraseados: 1) aquisição espontânea/monitorada dos elementos de funcionamento nuclear da língua (sua gramática) sem preocupação com denominações técnicas (exposição intencional às suas unidades comunicativas); 2) introdução e desenvolvimento das metalinguagens gramaticais; 3) reflexão crítica sobre essas metalinguagens e até sobre as variações e mudanças que perpassam aquele funcionamento nuclear.

Para explicitar essa ideia, podemos dizer que eles nomeiam esses graus da seguinte forma:

As três gramáticas

A) Aquém da gramática

“Nesse caso, é ao mestre que cabe conhecer gramática, não ao aluno.” (GÉNOUVRIER & PEYTARD, 1974, p. 224). Gramática não consciente: enriquecimento da competência linguística automatizada na criança.

B) A gramática

Gramática consciente: metalinguagens.

C) Além da gramática

Iniciação à Linguística, “as relações da linguística com a sociologia, a psicologia... O que exigiria uma colaboração muito estreita do ‘professor de letras’, do ‘filósofo’ e do ‘matemático’” (Génouvrier e Peytard, 1974, p. 225).

Tratar-se-ia, num nível modesto, de permitir ao futuro universitário tomar contato com uma das ciências-encruzilhadas de nosso tempo e – caso ele se destine a seguir estudos superiores literários – evitar-lhe a penosa experiência por que atualmente passa ao entrar para o primeiro ano da faculdade: descobrir que ignora tudo da gramática de sua própria língua, e, ainda por cima, dos fundamentos de uma língua em geral. (GÉNOUVRIER & PEYTARD, 1974, pp. 226-227, sublinhei)

Os mesmos teóricos, ao discorrerem sobre a suposta dualidade entre dogmatismo e excessiva liberdade (que, em último caso, geraria a falta de comunicação), sintetizam o tema, entre outros, com os seguintes fragmentos:

O ensino gramatical padece ao mesmo tempo das insuficiências de informação e do rigor de um dogmatismo perempto ²¹⁵(GÉNOUVRIER & PEYTARD, 1974, p. 222)

Tudo se passa, para quem encara o ensino do português, como se o pedagogo tivesse que escolher entre uma atitude militar e uma atitude liberal; desejaríamos que ele fosse apenas consciente das condições de toda a situação linguística²¹⁶. Pois a linguagem não é limitação ou liberdade, mas as duas coisas ao mesmo tempo: limitação, porque baseada numa língua comunitária; liberdade pois permite a cada um dizer-se e dizer o mundo. Quem não enxerga que a liberdade do falante é tanto maior quanto melhor domina o código indispensável? (GÉNOUVRIER & PEYTARD, id. p. 222-223)

Não cabe escolher entre cerceamento e liberdade, mas viver essa contradição²¹⁷. (GÉNOUVRIER & PEYTARD, id. p. 223)

Em outras palavras, uma das dificuldades que pode desorientar o ensino da gramática diz respeito à confusão que se faz, frequentemente, entre o campo do ensino da língua (por assim dizer de cunho mais marcadamente formalista) e o ensino da Linguística (mais marcadamente funcionalista).

É um direito do aluno o acesso aos meios de expressão construídos historicamente pelos falantes, produtores e escritores de expressão portuguesa, para compreender efetivamente qualquer texto (oral ou escrito) nessa língua. O leteiro do ônibus, os nomes das ruas para se locomover e chegar ao seu destino. O jornal que vai possibilitar saber o que acontece na

²¹⁵ Percebe-se, aqui, a alusão à dicotomia que Kant estabelece, em *A crítica da Razão pura [Kritik der reinen Vernunft]*, entre o senso crítico (aportado em seu imperativo categórico) e o “sono dogmático”, que impede a chegada àquele estado intelectual de desenvolvimento. Note-se que Piaget se baseou, em parte, nessa dicotomia, ao estabelecer a fase pré-operatória como a da coação (sono dogmático) e a de maturação social (pós-operatória) como a da interação ou cooperação intelectual (senso crítico).

²¹⁶ Aqui, retorna-se às questões antropológicas, etnocêntricas e sociológicas abordadas, como as teorias de Comte, Durkheim, Saussure.

²¹⁷ Aqui, retorna-se a menção à dialética hegeliana.

sua cidade, no seu país e no mundo. As leis que regem a sua cidadania, para se proteger, atentando para os seus direitos e deveres. Os poemas que vão desenvolver sua sensibilidade. As conversas com os amigos que vão exercitar sua espontaneidade, aproximando-os. As informações que vão suprir a sede de conhecimentos e a capacidade de transferi-los (como, por exemplo, as leis da Física, numa linguagem compreensível para serem utilizadas). As propagandas – cada vez mais sutis – que lhe exigem inteligência e intuição apuradas para entendê-las e apreciá-las. (PEREIRA, 2002, p. 257)

Desse modo, consideramos, de fato, que haja a necessidade do constante diálogo entre o ensino formal (até mesmo lógico) da Gramática Normativa, centrípeta, e o ensino funcional (ou retórico, *grosso modo*), amparado nas teorias do discurso e das interações, centrífugas por natureza. No entanto, em nossas pesquisas, percebemos que se deva partir da força de unidade normativa (Língua Portuguesa e sua gramática) em direção às forças de pluralidade discursiva (dialetologia linguística, incluindo as variantes, variedades, mudanças e variabilidades do português brasileiro), em vez de travar-se o caminho oposto, pois que esse caminho oposto se configura antídídático, uma vez que não se deve, pedagogicamente, partir da complexidade em direção à simplicidade, e sim vice-versa. Trata-se de propor um método *exploratório e produtivo*, em que o utente do idioma, sem deixar de lado o que já aprendeu e usa de sua língua, aprenda a usar, também, o registro normativo, enriquecendo-se linguisticamente, em vez de estagnar-se naquilo que, ao entrar para a escola ou universidade, ele já sabia.

Com isso, aquele mesmo método (ir-se da diversidade à unidade) comprovou-se inviável (e, até certo ponto, responde como e por que o ensino da gramática não se mostra, muitas vezes, e de modo prejudicial, possível) para a finalidade de se obterem alunos capazes de transitar, efetivamente, entre os diversos registros da língua: o aluno acabaria nem atingindo o domínio sobre a norma padrão, nem, tampouco, sobre as noções de variação e variabilidade linguística comunicativa e expressiva. “[...] A Língua Portuguesa – a sua consciência e a sua prática efetiva – extrapolam a sala de aula e se transferem para a vida com todas as suas necessidades (censuras) e seus prazeres (liberdades)” (PEREIRA, id., p. 259).

A questão, sobretudo histórica, de a gramática ser encarada como objeto supostamente impositivo de fala e escrita “corretas” ou “puras”, em cotejo com outras modalidades de comunicação, é relevante, sobretudo quando estamos numa gramática que proponha a problematização e a síntese de traços atinentes a normativismo, se confundido este conceito ao de mero conjunto de regras

heterônomas, hierarquizadas segundo o parâmetro de poucas modalidades comunicativas, como a língua literária de determinada época, por exemplo.

Toda essa tradição histórica, para citarmos um caso (e remetemos o leitor ao capítulo 1, seção 1.2 desta tese, em que analisamos a tradição gramatical do Ocidente), vem sucinta e brilhantemente exposta na obra *Linguística geral: introdução à linguística teórica*, de John Lyons, em que o autor, na parte 1.2, intitulada A GRAMÁTICA TRADICIONAL, percorre a vertente epistêmica que acompanha a gramática moderna desde sua origem. Assim, trata, em 10 subunidades, dos seguintes temas:

"As origens filosóficas da gramática tradicional", "Natureza e convenção", "Analogistas e anomalistas", "Os alexandrinos", "A gramática grega", "O período romano", "O período medieval", "Renasença, séculos XVII e XVIII", "Influência estendida da tradição greco-latina" e "A tradição indiana".(LYONS, 1970, pp. 7-18, traduzi da versão francesa²¹⁸)

Percebe-se, da gênese da gramática, que seu propósito era o de estabelecer a distinção entre o “bem” escrever e o “bem” falar, além de coparticipar da construção do “bem” pensar. Por essa razão é que o antigo *Trivium* se constituía, exatamente, do ensino da Gramática, da Retórica e da Lógica.

Ao lado dessa visão de gramática, que reconhecemos ser a que predomina, sobretudo quando nos referimos à gramática normativa ou escolar (e terminologias que encerram o mesmo conceito), há, historicamente registrado, um viés segundo o qual a gramática se relaciona à percepção, ao conhecimento, à cognição. Assim é que, por exemplo, Swiggers aponta a hermenêia de Aristóteles (interpretação de um pensamento), a gramática especulativa medieval e a gramática filosófica dos séculos XVII e XVIII como precursoras de todas as linhas que seguiram uma perspectiva cognitivista da linguagem. Desse modo, Chomsky, Lakoff, Langacker, por exemplo, procuraram detectar matizes de como o conceito constrói o pensamento (por exemplo pelo prisma da semântica cognitivista, racionalista/objetivista) ou de como a experiência estésica (corporal, dos cinco

²¹⁸ “Les origines philosophiques de la grammaire traditionnelle”, “nature et convention”, “analogistes et anomalistes”, “les Alexandrins”, “la grammaire grecque”, “la période romaine”, “la période médiévale”, “Renaissance, XVIIe et XVIIIe siècles”, “influence étendue de la tradition gréco-latine”, “la tradition indienne”.

sentidos) estrutura esse pensamento (por exemplo, segundo o prisma da Linguística Cognitiva, empirista/experencialista/construcionista).

Nesse terreno, a língua constitui, também, o objeto investigativo para a construção de qualquer teoria. Trata-se da ciência-piloto de que falamos, embasados por constatação anteriormente exposta por Benveniste, nesta mesma seção da tese.

Por essa perspectiva, erguida por Lakoff e Langacker, aqui na pena de Cuenca e Hilferty, a elaboração de uma gramática de base cognitiva, cotejada com a gramática de base estruturalista (ou formalista²¹⁹), tem por premissas os cinco seguintes aspectos:

- a. O estudo da linguagem não pode separar-se de sua função cognitiva e comunicativa, a qual impõe um enfoque baseado no uso.
- b. A categorização, como processo mental de organização do pensamento, não se realiza a partir de condições necessárias e suficientes²²⁰ que determinam fronteiras rígidas entre as categorias cognitivas, mas sim a partir de estruturas conceptuais, relações prototípicas e semelhanças de família que determinam limites difusos entre as categorias.
- c. A linguagem tem um caráter inerentemente simbólico. Portanto, sua função primeira é significar. Daí se deduz que não é correto separar o componente gramatical do semântico: a gramática não constitui um nível formal e autônomo de representação, mas também é simbólica e representativa.
- d. A gramática consiste na estruturação e simbolização do conteúdo semântico a partir de uma forma fonológica. Por isso o significado é um conceito fundamental e não derivado na análise gramatical.
- e. Impõe-se uma caracterização dinâmica da linguagem que dilui as fronteiras entre os diferentes níveis de linguagem (a semântica e a pragmática, a semântica e a gramática, a gramática e o léxico) e mostra as dificuldades e inadequações que resultam da aplicação rígida de certas dicotomias, como a que opõe sincronia e diacronia, competência e performance, denotação e conotação. A gramática é uma entidade em evolução contínua, “um conjunto de rotinas cognitivas que se constituem, mantêm e modificam pelo uso linguístico” (CUENCA & HILFERTY, 1999, p. 19, a tradução é de Lucia Helena Lopes Matos).

Todos esses construtos teóricos, na verdade, agudizam o senso crítico do gramaticógrafo e do estudioso que pretenda olhar e absorver a gramática de forma reflexiva. Isso porque a soma desses marcos equaciona um pensamento gramatical que, ao mesmo tempo em que se alarga em direções e sentidos diferentes, limita-se

²¹⁹ Que preconiza a ida da forma ao significado, e não o significado à forma.

²²⁰ Repare-se o diálogo com a noção de “categoria” empreendida por Aristóteles e seus seguidores, anteriormente esboçada.

pelo contraste das coerências encontradas ao longo da trajetória científica investigativa.

Desse modo, os “três modelos para a descrição da linguagem” elaborados por Chomsky e mesmo os “bloomfieldianos” (cf. LYONS, 1970) também expandem e traçam horizontes para o pensamento do gramático, mesmo o que se proponha à elaboração de um compêndio estritamente normativo e prescritivo. Convenhamos que é muito pouco provável que o investigador não se deixe influenciar, para acatar ou refutar, total ou parcialmente, ideias coerentes de outros pensadores que se interessem, na verdade, pelo mesmo objeto profundo que ele.

Importante cientista que procura elucidar os conceitos gramaticais e “seu comportamento na unidade maior – o texto –, que é a real unidade de função” (NEVES, 2000, p. 13) é Maria Helena de Moura Neves, com a *Gramática de Usos do Português*. O livro não possui um caráter preponderantemente teórico, mas, em vez disso, é bastante prático, descritivo (e criterioso), parece estabelecer um manual de usos no que se refere ao paradigma das classes gramaticais da Língua Portuguesa no texto, como salienta o trecho selecionado, de citação de sua autora.

5.2 Interlúdio de alguns conceitos básicos: interação, comunicação, linguagem, palavra, sentido, língua, atos de fala, discurso e texto (escrito)

Como foi visto, a gramaticalização, como teoria geral, demonstra, a rigor, a dinâmica da migração de elementos do discurso (tese) em (uni)direção ao sistema gramatical (antítese), em uma linha cuja síntese é responsável pela descrição da língua. Isso nos forneceu elementos suficientes para demonstrar que o fenômeno não se restringe a um tratado da Sociolinguística (por ter objeto, meio e finalidade distintos desta), tampouco da Filologia, gramatologia, lexicologia (pelas mesmas razões).

O que pretendemos mostrar, ainda, é a aplicação da Teoria Geral da Gramaticalização (autônoma, emancipada) como método de investigação, campo em que o texto, e prototipicamente o escrito (por se tratar do objeto último que a

gramática padrão pode alcançar, conforme mostramos adiante, na seção 5.3), será alvo privilegiado²²¹.

Uma vez que tentamos esclarecer que a polissemia é inerente à própria definição de texto, que, como todo o mais em ciência, varia de acordo com o ponto de vista do cientista, consideramos adequada, agora, a incursão em alguns conceitos que, indo do mais genérico (“interação”, conceito que antecede até mesmo o de “discurso”, abarcando-o) ao mais específico (“texto”), mostrem como a construção de sentidos, na entidade que, a despeito das inúmeras vezes mapeadoras, designa-se “texto”, é fundamental.

Essa incursão parece-nos necessária à formulação da tese de que o texto, exatamente por fincar sua gênese num elemento ainda mais genérico do que o próprio discurso (a “interação”, onde, aliás, o discurso também finca sua gênese), molda-se segundo critérios cada vez mais fixos e “normatizados” > “normativizados”, estáveis e, por isso, abstratos, gramaticalizados, uma vez que a abstratização implica a criação de teorias e de teoremas capazes de reproduzir entidades similares em ambientes distintos, como discutimos sempre que falamos em Epistemologia (Filosofia da Ciência) e método científico, o qual foi igualmente trazido à discussão aqui (e ainda o será outras vezes) na pena de estudiosos e teóricos da linguagem.

Interessante frisar-se que o item muito genérico é, embora isso não ocorra em alguns casos (como na passagem do substantivo próprio para o comum, analisada em 1.3), mais concreto (porque a polissemia faz que ele ganhe maior aplicabilidade em conceitos empíricos diversos e vários), e que, à medida que se especifica, vai transformando-se em item cada vez mais abstrato ou gramaticalizado, porquanto formalizado, quase um teorema sígnico de base semiótico-semântica análoga à Matemática, sem grande (ou sem nenhuma) capacidade de permuta; daí a própria fixação ou rigidez distribucional e semântica ser um dos critérios para a aferição do gradiente do nível de gramaticalização de um item, elemento ou ocorrência.

Em outros termos, Benveniste tangencia o quanto falamos.

²²¹ Muito embora, como se verá em todo o capítulo 7, abarcaremos sob o adjetivo composto “textual-discursivo” ou “intertextual-interdiscursivo” essa mesma rubrica. Isso ocorrerá pelo fato de que reconhecemos, como o fizemos em diversos momentos, que a competência para interpretar e produzir textos, e, portanto, para depreender dele graus de gramaticalização, requer igualmente uma competência discursiva, o que nos faz retornar ao equilíbrio dinâmico que vai do discurso ao sistema gramatical (regas/textos) que caracteriza, em sua síntese, a descrição da língua pela gramaticalização.

O nível semiótico é isto: ser reconhecido como tendo ou não um sentido. Isto se define por sim, não. [...] A semântica é o “sentido” resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles. Isto é absolutamente imprevisível. É a abertura para o mundo. Enquanto que o semiótico é o sentido fechado sobre si mesmo e contido de algum modo em si mesmo. (BENVENISTE, 2006, p. 21)

Essa é, com efeito, a passagem prototípica do item que sai do léxico ou do discurso (genéricos, heterogêneos, imprevisíveis em sua ação, até mesmo irrepetíveis, o que Benveniste acaba de nomear “nível semântico”) em direção à gramática (específica, homogênea, previsível em sua fatura, até mesmo reproduzível, o que o mesmo pesquisador nomeou de “nível semiótico” de significado).

Dessa forma, parece-nos importante passar em revista os conceitos que carregam à noção de texto e que, da mesma forma, instrumentalizam a possibilidade ou a condição de sua existência.

Vamos a eles.

A **interação** humana se processa por vários meios. Duas ou mais pessoas interagem com olhares, gestos, expressões faciais, roupas que as identificam como pertencentes a certas organizações socioculturais. Diálogos, textos.

É neste sentido que José Oiticica define “linguagem” de modo que transcende o que a Linguística lhe atribuiria, qual seja a capacidade de comunicar-se por meio da dupla articulação (conteúdo e expressão) de uma língua, isto é, um sistema baseado exclusivamente nos entornos da palavra.

- I – **Linguagem** é a manifestação do pensamento ou do sentimento.
- II – **Fala** é a linguagem por sinais auditivos fisiológicos (*voz e consonâncias*).
- III – **Mímica** é a linguagem por sinais visuais gesticulados.
- IV – **Semafórica** é a linguagem por sinais auditivos ou visuais, mecânicos (apito, corneta, poste semafórico, etc.).
- V – **Língua** é um sistema de linguagem.
- VI – **Linguística** é o estudo dos fatos da linguagem.
- VII – **Gramática** é a exposição dos fatos de uma língua. (OITICICA, 1940, p. 15)

Assim, a interação parece, para alguns pensadores, o que sugere a conceituação empreendida por Oiticica, não muito distante do conceito mesmo de linguagem. Os seres humanos, por essa visão de interação mais radical, que chega a igualá-la à noção de linguagem, são seres que interagem.

Mas não apenas os seres humanos interagem: seres dos três reinos naturais promovem interação. E também, como veremos, pode-se dizer que seres inanimados, metaforicamente, comunicam.

Há animais extremamente gregários (como abelhas, formigas, golfinhos, macacos), que desenvolvem verdadeiros códigos de conduta interativos, complexos, para que suas sociedades se harmonizem.

Plantas enviam sinais e indícios; a atmosfera anuncia uma tempestade ou um dia de sol; pedras podem alertar do fato de que desmoronarão. São formas de interação, *lato sensu*, pela simples contingência de que se trata, em todos os casos, de mensagens que são emitidas e que podem ser percebidas por outrem. Isto é: há inter + ação: ação + entre dois ou mais seres ou coisas.

Quando ocorre interação humana, entretanto (ressalte-se: falamos da interação humana), pode-se dizer, de uma forma ainda a ser desdobrada, que está havendo **comunicação**. Ainda que possamos, momentaneamente, como o fizera Oiticica, desvincular interação ou comunicação do subconjunto exclusivo da construção de sentidos por via verbal (isto é, por palavras), a comunicação, ainda assim, diz respeito, tradicionalmente, à capacidade humana de interagir e trocar mensagens e comungar pensamentos.

Adiante, expomos os elementos da comunicação estabelecidos por Jakobson.

Quando nos comunicamos por qualquer meio verbal ou não verbal (escrita, fala, gestos, expressões etc.), há alguns elementos no discurso ali produzido que podem facilmente ser identificados. São eles:

1 Primeira pessoa do discurso: ou emissor, ou locutor, ou narrador (para textos ficcionais ou não ficcionais), ou eu lírico/sujeito poético (para textos poéticos, em prosa ou poesia): **QUEM EMITE A MENSAGEM.**

2 Segunda pessoa do discurso: ou receptor, ou interlocutor: **QUEM RECEBE OU DEVERIA RECEBER A MENSAGEM.**

3 Terceira pessoa do discurso: ou referente: **AQUILO OU AQUELE DE QUE SE FALA.**

4 Mensagem: **O QUE SE TRANSMITE, CONTEÚDO DAS INFORMAÇÕES, GERALMENTE ACOMPANHADO DE VALORES EXPRESSIVOS MÚLTIPLOS (AFETIVOS, IRÔNICOS, DEPRECIATIVOS ETC.).**

5 Canal: **POR ONDE E COMO A MENSAGEM CIRCULA E É RECEBIDA** (papel, voz, ouvidos, olhos, mãos, tato etc.).

6 Código: **CONJUNTO DE SIGNOS COM DETERMINADAS REGRAS QUE PERMITEM A UM GRUPO A INTERCOMUNICAÇÃO** (Língua

Portuguesa, Linguagem de Sinais, para pessoas surdas-mudas, gírias, jargões, gestos etc.). (CAETANO, 2009, p. 2-3)

A comunicação é, portanto, a competência e a habilidade humanas unidas para a convergência da troca de mensagens que um código permite por meio de um canal. Na célebre teoria da comunicação de Jakobson, estão delineados, aqui, os elementos constitutivos da comunicação: o locutor, o interlocutor, o referente, a mensagem, o código, o canal.

Deve-se somar a isso o contexto ou a situação. Levada a cabo, essa soma fará emergir respectivamente estudos específicos como a Linguística Textual e a Pragmática.

Deve-se somar-se a isso, ainda, o fato de que o código pelo qual a comunicação é possível não se restringe, *a priori*, como aliás salientamos, a palavras, mas a signos em geral. Trata-se, quando se vislumbra ou mesmo se radicaliza esse enfoque, do que Saussure chamava de Semiologia; Peirce, de Semiótica; Kristeva, de Semanálise.

A comunicação é, assim, voltando um pouco, e concordando com Chomsky, uma faculdade, sendo inata à espécie humana, que já nasce com a potência de comunicar-se. Perceba-se que, com efeito, não quisemos distinguir, ao menos não aqui, a comunicação da própria linguagem²²², embora saibamos da possibilidade (a que o próprio Jakobson parece ter dado pouca importância para certos fins, assim como nós) de distinção entre os conceitos.

Basicamente a linguagem²²³ será a comunicação humana quando ocorrida por intermédio de palavras orais ou escritas.

Jakobson aceita, inclusive, até certo ponto, e com justificada euforia, o entusiasmo com que o pai da cibernética, Norbert Wiener,

[...] se recusa a admitir “qualquer oposição fundamental entre os problemas que nossos engenheiros encontram na medida da comunicação e os problemas dos filólogos”²²⁴. É fato que as coincidências e convergências são notáveis entre as etapas mais recentes da análise linguística e a

²²² A linguagem, concebida como fenômeno humano universal (a “gramática universal” de Chomsky) está, entretanto, intrinsecamente ligada a uma língua particular.

²²³ Embora, também *lato sensu*, como veremos na distinção Wiener-Jakobson, possamos expandir o conceito de linguagem, até ele, para além das fronteiras humanas.

²²⁴ Journal of the Acoustical Society of America, vol. 22 (1957), p. 697.

abordagem da linguagem na teoria matemática da comunicação. Como cada uma dessas duas disciplinas se ocupa, embora por vias diferentes e assaz autônomas, do mesmo domínio da comunicação verbal, um estreito contato entre elas revelou-se útil a ambas e não há dúvida de que se tornará cada vez mais proveitoso. (JAKOBSON, 2010, p. 92)

E adiante, prossegue:

A descoberta progressiva, pela linguística, de um princípio dicotômico, que está na base de todo o sistema dos traços distintivos da linguagem, foi corroborada pelo fato de os engenheiros de comunicações empresariais empregarem signos binários [*binary digits*, ou *bits*, para usar a “palavra-valise”²²⁵] como unidade de medida. Quando eles definem a informação seletiva de uma mensagem como o número mínimo de decisões binárias que permitam ao receptor reconstruir aquilo que precisa extrair da mensagem²²⁶, com base nos dados já à sua disposição, essa forma realista é perfeitamente aplicável ao papel exercido pelos traços distintivos na comunicação verbal. (Id. Ib., p. 93-4)

Parece natural salientar que a comunicação humana que mais frutos – bons ou maus – produz, como vemos, se dá com **palavra**²²⁷. Por meio dela é que os maiores e mais prolongados benefícios e malefícios causados por pessoas umas às outras se consumam. Mesmo a violência física perpetrada entre duas ou mais pessoas, mesmo a violência do ser humano contra o meio ambiente, mesmo os gestos magnânimos e nobres que seres humanos edificam, mesmo a interação entre o homem e as novas tecnologias da informação, como a cibernética em geral, tudo isso é cingido e precedido pelo universo simbólico das palavras, e, por essa razão, ganha vulto – para o bem ou para o mal, repita-se – quando imposto pela espécie humana, como “locutora”, “interlocutora” ou ambas.

Isso ocorre, antes de tudo, porque somos “animais simbólicos”, nas palavras de E. Cassirer. Nossa identidade simbólica, assim como nossa memória²²⁸, aliás intrinsecamente coligadas, impõe-nos a necessidade de interagirmos ou

²²⁵ Ou “amalgama”.

²²⁶ W. Jackson (Org.) *Communication Theory*. Nova Iorque, Academic Press, 1953, p. 2

²²⁷ O que pretendemos enfatizar, nesta seção, não é a palavra como entidade mórfica ou sintática, mas o conceito que ela acarreta de ser intrínseca à natureza humana, tanto comunicativa, quanto cognitiva. Será em citação de Hjelmslev, parece-nos, que, aqui, essa dúplici imanência da palavra (inserida na linguagem) à natureza humana se explicitará com mais clareza.

²²⁸ Pode-se equiparar, sem muita margem de erro, o conjunto de memória simbólica àquilo que, em Antropologia, se chama “memória imaterial” ou até “patrimônio imaterial”. Assim, a língua, o folclore, códigos morais e éticos e outros componentes que são compartilhados por um grupo de pessoas as identificam como pertencentes, de alguma forma, àquele grupo.

comunicarmos com algo que vá além da mera transmissão de mensagem²²⁹. A mensagem terá, além de sua instância racional ou meramente intelectual, uma instância afetiva e apelativa, o que perfaz a famosa tricotomia de Bühler da língua como representação, manifestação psíquica e apelo. A transmissão da mensagem precisa, portanto, vir revestida de um conjunto de perspectivas simbólicas que a palavra consegue encerrar em suas sutilezas cognitivas com muito maior desenvoltura que outros significantes.

A simbolização, o fato de que justamente a língua é o domínio do sentido. E, no fundo, todo o mecanismo da cultura é um mecanismo de caráter simbólico. Damos um sentido a certos gestos, não damos nenhum sentido a outros, no interior da nossa cultura. [...] Ver-se-ia, então, que há como uma semântica que atravessa todos estes elementos de cultura e que os reorganiza – que os organiza em vários níveis. (BENVENISTE, 2006, p. 25)

A palavra não é um simples “envelope” contendo um significado em seu interior. Essa é uma das causas pelas quais há tantas palavras que se tornam tabus (como os “palavrões”, também conhecidos exatamente como tabuísmos) em certos contextos e situações. Ora, se nos restringíssemos a reconhecer palavras como aglomerados físicos (acústicos) ou fisiológicos (perceptuais ou articulatórios) de sons ou como sequências de letras ou de outras maneiras de escrita que devessem exclusivamente, e em qualquer contexto ou situação, emitir mensagens e mais nada, não haveria diferença alguma quando se utilizasse um “palavrão” ou uma palavra qualquer indiscriminadamente para referir-se, por exemplo, a uma pessoa, coisa ou fato.

Também não haveria diferença em se usar a palavra “coração”, por exemplo, para nos referirmos a alguém de quem gostamos, em vez de fazermos menção ao órgão do corpo que bombeia sangue etc. Isso mostra que a própria denotação/conotação, ou a relação de palavras por similaridade/contiguidade, paradigma/sintagma (metáfora/metonímia), entre outras relações que pode a palavra alcançar, dependem do contexto comunicativo, e constroem-se com o intercâmbio de mundos simbólicos e memorialistas que aqueles que interagem devem

²²⁹ Sobre as noções de memória e esquecimento, escrita e oralidade, e até mesmo a importância da simbologia para a coesão ou dissolução social ao longo do tempo cronológico, em termos abstratos (teóricos) e concretos (práticos) remetemos o leitor a três obras: 1) PLATÃO, *Fedro*. 2) ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 3) DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Trad. Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2006.

compartilhar de algum modo, o que engendra as competências textual-discursiva e léxico-gramatical, que englobam a competência pragmática, entre outras.

Sobre o caráter simbólico da palavra, ainda, Pierre Guiraud, em sua obra *Semântica*, assim se manifesta, remetendo ao conceito mesmo de “interação” que acima discutimos, expandindo-o à concepção de natureza em si:

II – Signos e símbolos

Todo signo é um estímulo associado.

Mas há dois grandes tipos de associações significativas: os signos naturais e os signos artificiais.

Os primeiros são baseados em relações existentes na natureza entre os fenômenos, como, por exemplo, a associação “nuvem-chuva”; todos os nossos conhecimentos, nossas técnicas, nossas ciências, constituem uma tomada de consciência mais ou menos sutil e mais ou menos exata dessas relações naturais, que tomam valor de signo na medida em que as associamos em nosso espírito.

Os signos artificiais são fabricações²³⁰ humanas (ou animais) e se subdividem por sua vez em dois grupos: alguns nos servem para *representar* o real – um desenho, um plano, uma gravação fonográfica, por exemplo; outros nos servem para nos *comunicarmos* com outrem – a linguagem articulada, um gesto de polidez, um sinal; o limite entre essas duas funções não é estanque, porque utilizamos muitas vezes signos de representação para comunicarmos – uma fotografia, por exemplo. Mas é por sua natureza que esses dois grupos se diferenciam, os primeiros são reproduções dos caracteres naturais da realidade – *imagens*, ou *ícones*, os segundos são signos convencionais – *símbolos*. (GUIRAUD, 1972, p. 17-18)

O estudo das significações das palavras – abarcando essa sua natureza simbólica, memorialista e inevitavelmente viva pela prática dos usos interativos – é satisfatoriamente empreendido pela Semântica, que se vale de outras disciplinas para angariar pujança às suas conclusões. Não é à toa que Claudio Cezar Henriques tenha dedicado um volume de sua coleção sobre Língua Portuguesa e Linguagem (Coleção Português na Prática) não exclusivamente ao léxico, nem exclusivamente à semântica, mas a ambos conjugados: sua obra se intitula *Léxico e Semântica. Estudos produtivos sobre palavra e significação* (HENRIQUES, 2011). A obra parte de capítulo dedicado à “Língua, Lógica e Linguagem” (capítulo 1), esquadrinha rigorosamente as diversas possibilidades de relações semânticas entre as palavras e culmina em capítulo endereçado à “Semântica do texto e do contexto”

²³⁰ Observe-se como é interessante o fato de que grandes pesquisadores oscilam entre 1) nomear as palavras, os signos e a própria linguagem como “fabricações” e, em outros momentos, 2) expressar pudor em vê-las como “instrumentos”. Na verdade, cremos que esses pesquisadores não apontam para ideias contraditórias, mas apenas emprestam aos conceitos que usam acepções mais estritas ou mais genéricas, o que permite que, muitas vezes, não se esteja discutindo ou contrastando um conceito, mas, no fundo, como dissemos, acepções emprestadas a ele.

(capítulo 6). Isto é, referenda a trajetória que vimos empreendendo neste capítulo de nossa tese, uma vez que se ampara em ideias como língua, linguagem, lógica, palavras, significados, sentidos, texto, contexto.

Observando a palavra pelo viés antropológico, sob a noção de ideologia, Leandro Konder, em sua obra *A questão da ideologia*, no capítulo 15, “Ideologia e linguagem”, evoca o caráter simbólico e revestido de memória que, nessa obra, é evidenciado pela questão ideológica, de poder, de hierarquia. Assim, o autor inicia seu capítulo reconhecendo que “Um dos campos de observação mais ricos para o observador dos fenômenos ideológicos é, com certeza, o da linguagem” (KONDER, 2004, p. 151).

Em seguida, observando acuradamente a etimologia de certas palavras, percebe que se trata de elementos cuja raiz aponta para as relações de poder e hierarquias socioculturais e socioeconômicas. Ainda que muitas dessas raízes não sejam mais radicais sincronicamente transparentes, a opacidade contemporânea não deixa, contudo de evidenciar o aspecto simbólico e memorialista que as palavras carregam. Embora notada e quase unilateralmente marxista, dadas algumas mitigações necessárias, portanto, ao investigador que, não raro, apaixonasse quase cegamente por seu objeto (ou método) de estudo, o texto de Konder pode esclarecer essa duplicidade simbólico-memorialista inerente à palavra, quando a articula à perspectiva da ideologia ali imbricada:

O povo sempre foi olhado com desprezo e com receio pelos de *cima*. As palavras que a elite usava para designá-lo deixam transparecer a avaliação negativa: em latim, povo era *vulgus*, termo do qual deriva o adjetivo *vulgar*. Juntos, os homens do povo constituíam uma *turba* e a partir dessa palavra se formou o verbo *perturbare* e o substantivo *turbulência*. O próprio número dos elementos populares os tornava assustadores: o termo *multi* (muitos), que deu *multidão*, deu também *tumulto*.

Quando se deixavam ensinar (*docere*) e aprendiam as normas de conduta que lhes eram recomendadas pelos detentores do poder, os homens do povo eram elogiados, eram considerados *dóceis*.

[...]

Se, por acaso, pediam algo (pedir em latim era *rogare*), os pobres eram tolerados, desde que se expressassem com humildade. Se, porém, ousavam reivindicar algo (em latim, reivindicar era *arrogare*), passavam a ser vistos como *arrogantes*. (KONDER, 2004, p. 154-155)

Em seguida, no mesmo capítulo, Konder analisa as visões de Walter Benjamin, Jürgen Habermas e Mikhail Bakhtin sobre a linguagem, seu dinamismo, seu caráter ideológico explicitado pelas ações concretas que a consubstanciam.

Selecionamos alguns trechos em que Konder se detém sobre a visão de Bakhtin, por ser a que mais de perto alia ideologia, dinamicidade discursiva, instâncias de poder, simbologia e memória:

Para o crítico russo [Mikhail Bakhtin], a linguagem estava sempre sendo criada, tinha uma existência dinâmica, transformava-se continuamente, e o povo – a multidão dos falantes – desempenhava um papel absolutamente essencial nesse processo de criação permanente.

[...]

Bakhtin resgatou elementos *plebeus* que costumavam ser sistematicamente desqualificados pelos analistas que estudavam a cultura popular. E os resgatou também no âmbito da linguagem. Os palavrões, por exemplo, são reconhecidos e apreciados por ele como contribuições “à criação de uma atmosfera de liberdade”.

Enquanto intelectuais tão importantes como Voltaire, La Bruyère e George Sand manifestavam repulsa ante o que lhes parecia grosseiro e vulgar na obra de Rabelais, Bakhtin sublinhou nos escritos do autor de *Gargantua e Pantagruel* o vigor da saudável transgressão, a quebra positiva de tabus linguísticos e o fecundo aproveitamento da riqueza e da heterogeneidade do vocabulário da “praça pública”.

Em sua reavaliação das extraordinárias potencialidades da cultura popular, Bakhtin promoveu, igualmente, significativa revalorização do riso, da comicidade. [...] (KONDER, 2004, P. 158-159)

São exemplos simples, mas que mostram que a palavra, além de seu estrato material (o significante, fônico/oral ou escrito), é dotada de caráter simbólico, que perpassa a memória de um grupo (memória coletiva) e se consubstancia no uso que um indivíduo faz dela (memória individual) para comunicar-se com o grupo de indivíduos de que faz parte, por meio (privilegiado) da língua. Por sua competência linguística, então, o indivíduo pode recorrer à memória coletiva em que está inserido para buscar formas de expressão que comuniquem seu efeito de sentido pretendido; por seu desempenho ou habilidade linguísticos, o indivíduo consegue (com maior ou menor sucesso²³¹) concretizar essas formas de expressão.

Essas são razões para crermos, aliás, que mesmo um texto que se proponha não ter um interlocutor externo, como um “diário” de anotações pessoais por

²³¹ Um pouco adiante, ainda nesta seção da tese, abordaremos o conceito de “condição de felicidade”, equiparável à noção de “condição de sucesso”, quando analisarmos brevemente as teorias dos estudiosos da Escola de Oxford, que criaram os conceitos de “atos de fala”, “força ilocucionária”, “cooperação”, “implicatura”, “inferência”.

exemplo, também possa ser considerado elemento de comunicação. Nesse caso, a coincidência do interlocutor com o locutor (isto é, o fato de serem a mesma pessoa) não impede que a mensagem ecoe precedida por um aparato de memória coletiva de que o locutor-interlocutor se valeu, e que essa mensagem venha revestida, assim, de todo o seu caráter simbólico adquirido em função do convívio daquela pessoa com a coletividade em que está inserida.

Por essa razão, observa-se com justificado ceticismo quem queira ver na palavra e na linguagem um mero “instrumento”, isso porque

[As palavras] Não são meros instrumentos, mas partes essenciais dos acontecimentos que dinamizam as relações sociais e fazem a história das sociedades, a própria face do relacionamento humano (AZEREDO, 2007, p. 18)

Eu diria, até mesmo, que a linguagem é muito mais que um instrumento: ela é o próprio espaço simbólico que torna possíveis essas representações e, em larga medida, é por meio dela que modelamos mentalmente o que chamamos de contexto em que interagimos. (Id. ib., p. 69)

Hjelmslev abre seus *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, verdadeiro arquiteceto, refletindo sobre a natureza imantada ou imanente da palavra em relação ao ser humano. Traduzimos, abaixo, as partes de seu capítulo 1 (“Recherche linguistique et theorie du langage” [“Pesquisa linguística e teoria da linguagem”]) que encarecem sobremaneira a questão. Note-se, entretanto, que o autor dinamarquês classifica a linguagem, sem prejuízo de suas reflexões acerca da imanência desta à natureza humana, como “instrumento”. É de observar, também, que Hjelmslev, assim como Saussure, observa a linguagem (manifestada por meio de uma língua) tanto em seu aspecto de troca social (“o homem influencia e é influenciado”) quanto em seu aspecto de cognição em seu sentido mais restrito e puro (“seu refúgio em horas solitárias”), isto é, a importância dialógica, mas também monológica²³² da linguagem:

A linguagem é inseparável do homem e o segue em todas as suas ações . A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem forma seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, o último e mais profundo fundamento da sociedade humana. Mas também é o

²³² Embora autores como Bakhtin ou Kristeva afirmem que mesmo na atitude monológica há o dialogismo, pois há o confronto (e, portanto, diálogo) entre o suposto discurso monológico e as forças sociais em que este discurso está inserido.

último, o indispensável recurso do homem, seu refúgio nas horas solitárias, onde o espírito luta com a existência, e onde o conflito é resolvido no monólogo do poeta e na meditação do pensador. Antes mesmo do primeiro despertar de nossa consciência, as palavras ecoaram em torno de nós, prontas para proteger as primeiras sementes frágeis de nosso pensamento, para nos acompanhar ao longo de nossas vidas, desde as mais humildes ocupações da vida cotidiana até nossos momentos mais sublimes e íntimos, aos quais a vida de todos os dias, por meio das lembranças corporificadas na linguagem, empresta força e calor. A linguagem não é um mero companheiro, mas um fio profundamente entrelaçado no tecido do pensamento; ela é, para o indivíduo, o tesouro da memória e a consciência vigilante transmitida de pai para filho. Para o bem ou para o mal, o discurso é a marca da personalidade, da pátria e da nação, o título de nobreza da humanidade. (HJELMSLEV, 1966, p. 10-11, traduzi e sublinhei)²³³

Então, o significado é algo que sempre será compartilhado (ainda que locutor e interlocutor coincidam numa só pessoa), privilegiadamente pela palavra, e alcançará sentido de acordo com o *modo* como o conjunto de significantes (materiais) foi emitido.

Está inserido dentro deste compartilhamento material, em que a palavra é privilegiada na (e exclusiva da) espécie humana, o verdadeiro **sentido** captado, nunca é demais ressaltar, a partir da interação entre as pessoas, cuja interpretação, portanto, constrói-se por significados claros, mas também por significados ocultos. Só se obtém sentido quando se compartilham significados.

Naturalmente há textos ou até gêneros textuais com menor necessidade de decodificação simbólica, com menos (ou nenhuma) carga afetiva e apelativa. São gêneros como contratos de adesão, formulários, bulas de remédio, textos burocráticos ou tecnocráticos, fórmulas de abertura e fechamento formais ou comandos hierárquicos e assim por diante. Bakhtin dividiu-os primordialmente, exatamente em função dessa dicotomia mais clara entre rigidez e flexibilidade interativa, entre gêneros primários e secundários. Dedicamos a seção 5.5 a esses

²³³ [...] Le langage est inséparable de l'homme et le suis dans tous ses agissements. Le langage est l'instrument grâce auquel l'homme façonne sa pensée, ses sentiments, ses émotions, ses efforts, sa volonté et ses actes, l'instrument grâce auquel il influence et est influencé, l'ultime et le plus profond fondement de la société humaine. Mais, il est aussi le dernier, l'indispensable recours de l'homme, son refuge aux heures solitaires où l'esprit lutte avec l'existence, et où le conflit se résout dans le monologue du poète et la méditation du penseur. Avant même le premier éveil de notre conscience, les mots ont résonné autour de nous, prêts à envelopper les premiers germes fragiles de notre pensée, et à nous suivre sans lâcher prise notre vie durant, depuis les plus humbles occupations de la vie quotidienne jusque dans nos instants les plus sublimes et les plus intimes auxquels la vie de tous les jours, grâce aux souvenirs incarnés par le langage, emprunte force et chaleur. Le langage n'est pas un simple compagnon mais un fil profondément tissé dans la trame de la pensée; il est, pour l'individu, trésor de la mémoire et conscience vigilante transmis de père en fils. En bien comme en mal, la parole est la marque de la personnalité, du pays natal, et de la nation, le titre de noblesse de l'humanité. (HJELMSLEV, 1966, p. 10-11, sublinhei)

níveis graduais de gramaticalização ou de rigidez versus flexibilidade textuais e discursivas, exatamente como parte do objetivo específico desta tese, que é promover a Teoria Geral da Gramaticalização a um tipo de aparato metodológico nas investigações de linguagem e língua.

O texto literário (dedicamos a seção 1.1 desta tese a ele), sobretudo na sua forma de poesia ou de prosa poética, estaria no extremo oposto desses gêneros mencionados (falaremos desses gêneros, e de como a Teoria Geral da Gramaticalização se aplica a eles, em toda a seção 7.2, e nos subitens 7.2.1 e 7.2.2). Nele, a necessidade de um contrato de comunicação que preveja a importância do compartilhamento de memórias e símbolos para a construção do sentido, ou, em outros termos, que preveja o acesso mais amplo à competência linguística dos interlocutores, a fim de expandi-las para que a mensagem seja interpretada, é enorme.

Isso se dá porque o texto literário não lida exclusivamente com o que a língua já consubstanciou ou consagrou na memória coletiva, na gramática *lato sensu* (conjunto de regras subjacentemente fonológicas, mas prioritariamente morfossintáticas compartilhadas por um grupo). O texto literário vai àquele conjunto de regras estabelecido pela gramática e o reconstrói por meio das possibilidades, latências, virtualidades, e não necessariamente das formas já existentes, de tal maneira que sua decodificação exige, frequentemente, que o interlocutor trilhe passos e pistas deixados (muitas vezes ocultos ou opacos) pelo locutor, a fim de construir, juntos, um sentido possível, com graus de verossimilhança interna ou até mesmo externa²³⁴.

Os conteúdos compartilhados alcançam, assim, valores interlocutivos²³⁵, que são precedidos pelo grau de sucesso com que aquele contrato de comunicação se consubstanciou. Para dar um exemplo, se começamos a ler um texto que sabemos ser um conto de fadas, ou um poema surrealista, precisamos nos desligar de certos aparatos racionais a fim de o interpretarmos. Saberemos, graças ao contrato de comunicação emitido de antemão, que, se nos mantivermos numa trilha

²³⁴ As verossimilhanças dizem respeito basicamente à coerência que um texto alcança. Ela é externa quando encontra abrigo no mundo real; e interna, quando sua existência se pauta nas inter-relações semânticas ocorridas dentro do texto, muitas vezes com grau amplo de desligamento do mundo real.

²³⁵ Esse conceito de valor é muito mais próximo do proposto pela estilística do que aquele proposto pelo estruturalismo, que apela, para nos determos em um de seus caracteres, em valores semêmicos.

exclusivamente racional ou remissiva ao mundo concreto dos fatos e pessoas que nos rodeiam socialmente, a leitura do texto será prejudicada ou mesmo fracassada. Podemos – e devemos – apelar, nesse caso, à fantasia. Esse mesmo apelo não se mostrará eficaz se quisermos, em vez disso, decodificar um memorando, uma bula de remédio.

Segundo Bakhtin (2000)²³⁶ qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual. No entanto, cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo por isso denominado gêneros do discurso. Já Marcuschi (2003)²³⁷ afirma que os gêneros textuais são fenômenos históricos profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades do dia a dia. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontáveis em qualquer situação comunicativa.

A produção de discursos não acontece no vazio. Todo texto se organiza dentro de um determinado gênero²³⁸. Sob esta perspectiva, os PCNs²³⁹ (1998)²⁴⁰ apresentam os vários gêneros existentes que, por sua vez, constituem formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura caracterizados por três elementos: conteúdo temático, estilo e construção composicional. Pode-se ainda afirmar que a noção de gêneros refere-se a “famílias” de textos que compartilham algumas características comuns, embora heterogêneas, como visão geral da ação à qual o texto se articula, tipo de suporte comunicativo, extensão, grau de literariedade, por exemplo, existindo em número quase ilimitado. Sendo assim, denominam-se gêneros textuais, formas verbais de ação social relativamente estáveis, realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais típicas e em domínios discursivos específicos. (SADOYAMA, 2013, p. 1)

Observe-se em seguida a diferença no que se refere à busca por efeitos de sentidos unívocos²⁴¹ (isto é, sem que haja brechas para interpretações diferentes)

²³⁶ BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1987, p.261-305

²³⁷ MARCUSCHI, L.A. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In; *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003, p. 20-36

²³⁸ Como já tivemos ocasião de mencionar, observe-se como, não raro, os estudiosos de gêneros oscilam entre tratá-los como partes dos estudos do “discurso” ou do “texto”. Ambos os vocábulos são, como ocorre aqui, usados indistintamente, às vezes num mesmo parágrafo, tendo, nitidamente, um mesmo referente, o que faz inferirmos que seus autores não distinguem um conceito de outro, ou melhor, nem veem esses vocábulos (“discurso” e “texto”), ao menos quando tratam de “gêneros”, como remissivos a conceitos distintos.

²³⁹ Parâmetros Curriculares Nacionais.

²⁴⁰ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. 1998. *Parâmetros Curriculares Nacionais*

²⁴¹ Esses sentidos unívocos se aproximarão do que, em capítulos abaixo (7.3), trataremos de visão logocêntrica da linguagem, explicando do que se trata.

do TEXTO I e à busca por construção compartilhada de sentidos que dependem tanto do locutor quanto do interlocutor para se perfazerem, no TEXTO II.

TEXTO I

Relatório do Conselho Nacional de Justiça, 2011

Glossário:

DRH - Despesa com Recursos Humanos

Fórmula: $DRH = DRem + DBen + DEnc + DTer + DEst + Dip$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão: As despesas efetivamente realizadas com remuneração, proventos e pensão, independentemente da nomenclatura adotada (subsídio, vencimentos, gratificações, vantagens pessoais, adicionais, abonos, parcelas incorporadas, férias), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

· DBen - Despesas com Benefícios: As despesas efetivamente realizadas com benefícios, independentemente da nomenclatura adotada (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

· DEnc - Despesas com Encargos: As despesas efetivamente realizadas com encargos incidentes sobre a folha de pessoal, referentes a magistrados e servidores ativos, inclusive os servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

· DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários: As despesas efetivamente realizadas com terceirizados (prestadores de serviços não eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e estagiários, incluída, no caso de autônomos, a contribuição patronal pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios

anteriores e os contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).

· Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos: As despesas efetivamente realizadas com indenizações (ajuda de custo, diárias, transporte, auxílio moradia, licença-prêmio convertida em pecúnia) e as indiretas com recursos humanos (passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação), atinentes a magistrados e servidores ativos e a servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

[...]

(Fonte: Justiça em números 2010, p. 15
<http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/rel_completo_estadual.pdf>)

TEXTO II A moreninha

1

Aposta Imprudente

- Bravo! exclamou Filipe, entrando e despindo a casaca, que pendurou em um cabide velho.

- Bravo!... interessante cena! mas certo que desonrosa fora para casa de um estudante de Medicina e já no sexto ano, a não valer-lhe o adágio antigo: - o hábito não faz o monge.

- Temos discurso!... atenção!... ordem!... gritaram a um tempo três vezes.

- Coisa célebre! acrescentou Leopoldo. Filipe sempre se torna orador depois do jantar...

- E dá-lhe para fazer epigramas, disse Fabrício.

- Naturalmente, acudiu Leopoldo, que, por dono da casa, maior quinhão houvera no cumprimento do recém-chegado; naturalmente. Bocage, quando tomava carraspana, descompunha os médicos.

- *C'est trop fort!* bocejou Augusto, espreguiçando-se no canapé em que se achava deitado.

- Como quiserem, continuou Filipe, pondo-se em hábitos menores; mas, por minha vida, que a carraspana de hoje ainda me concede apreciar devidamente aqui o meu amigo Fabrício, que talvez acaba de chegar de alguma visita diplomática, vestido com esmero e alinhado, porém, tendo a cabeça encapuzada com a vermelha e velha carapuça do Leopoldo; este, ali escondido dentro do seu robe de chambre cor de burro quando foge, e sentado em uma cadeira tão desconjuntada que, para não cair com ela, põe em ação todas as leis de equilíbrio, que estudou em Pouillet; acolá, enfim, o meu romântico Augusto, em ceroulas, com as fraldas à mostra, estirado em um canapé em tão bom uso, que ainda agora mesmo fez com que Leopoldo se lembrasse de Bocage. Oh! VV. SS. tomam café!... Ali o senhor descansa a xícara azul em um pires de porcelana... aquele tem uma chávena com belos labores dourados, mas o pires é cor-de-rosa... aquele outro nem porcelana, nem labores, nem cor azul ou de rosa, nem xícara... nem pires... aquilo é uma tigela num prato...

- Carraspana!... carraspana!...

- O' moleque! prosseguiu Filipe, voltando-se para o corredor, traze-me café, ainda que seja no púcaro em que o coas; pois creio que a não ser a falta de louças, já teu senhor mo teria oferecido.

- Carraspana!... carraspana!...
 - Sim, continuou ele, eu vejo que vocês...
 - Carraspana!... carraspana!...
 - Não sei de nós quem mostra...
 - Carraspana!... carraspana!...
- Seguiram-se alguns momentos de silêncio; ficaram os quatro estudantes assim a modo de moças quando jogam o siso. Filipe não falava, por conhecer o propósito em que estavam os três de lhe não deixar concluir uma só proposição, e estes, porque esperavam vê-lo abrir a boca para gritar-lhe:
- carraspana!...
- Enfim, foi ainda Filipe o primeiro que falou, exclamando de repente:
- Paz! paz!...
 - Ah! já?... disse Leopoldo, que era o mais influído.
 - Filipe é como o galego, disse um outro; perderia tudo para não guardar silêncio uma hora.
 - Está bem, o passado, o passado; protesto não falar mais nunca na carapuça, nem nas cadeiras, nem no canapé, nem na louça do Leopoldo... Estão no caso... sim...
 - Hein?... olha a carraspana.
 - Basta! vamos a negócio mais sério. Onde vão vocês passar o dia de Sant'Ana?
 - Por quê?... temos patuscada?... acudiu Leopoldo.
 - Minha avó chama-se Ana.
 - Ergo!...
 - Estou habilitado para convidá-los a vir passar a véspera e dia de Sant'Ana conosco na ilha de...
 - Eu vou, disse prontamente Leopoldo.
 - E dois, acudiu Fabrício.
- Augusto só guardou silêncio.
- E tu, Augusto?... perguntou Filipe.
 - Eu?... eu não conheço tua avó.
 - Ora, sou seu criado; também eu não a conheço, disse Fabrício.
 - Nem eu, acrescentou Leopoldo.
 - Não conhecem a avó; mas conhecem o neto, disse Filipe.
 - E demais, tornou Fabrício, palavra de honra que nenhum de nós tomará o trabalho de lá ir por causa da velha.
 - Augusto, minha avó é a velha mais patusca do Rio de Janeiro.
 - Sim?... que idade tem?
 - Sessenta anos.
 - Está fresquinha ainda... Ora... se um de nós a enfeitiça e se faz avô de Filipe!...
 - E ela, que possui talvez seus duzentos mil cruzados, não é assim, Filipe? Olha, se é assim, e tua avó se lembrasse de querer casar comigo, disse Fabrício, juro que mais depressa daria o meu "recebo a vós" aos cobres da velha, do que a qualquer das nossas "toma-larguras" da moda.
 - Por quem são!... deixem minha avó e tratemos da patuscada. Então tu vais, Augusto?
 - Não.
 - É uma bonita ilha.
 - Não duvido.
 - Reuniremos uma sociedade pouco numerosa, mas bem escolhida.
 - Melhor para vocês.
 - No domingo, à noite, teremos um baile.
 - Estimo que se divirtam.
 - Minhas primas vão.
 - Não as conheço.
 - São bonitas.
 - Que me importa?... Deixe-me. Vocês sabem o meu fraco e caem-me logo com ele: moças!...

moças!... Confesso que dou o cavaco por elas, mas as moças me têm posto velho.

- É porque ele não conhece tuas primas, disse Fabrício.

- Ora... o que poderão ser senão demoninhas, como são todas as outras moças bonitas?

- Então tuas primas são gentis?... perguntou Leopoldo a Filipe.

- A mais velha, respondeu este, tem dezessete anos, chama-se Joana, tem cabelos negros, belos olhos da mesma cor, e é pálida.

- Hein?... exclamou Augusto, pondo-se de um pulo duas braças longe do canapé onde estava deitado, então ela é pálida?...

- A mais moça tem um ano de menos: loura, de olhos azuis, faces cor-de-rosa... seio de alabastro... dentes...

- Como se chama?

- Joaquina.

- Ai, meus pecados!... disse Augusto.

- Vejam como Augusto já está enternecido...

- Mas, Filipe, tu já me disseste que tinhas uma irmã.

- Sim, é uma moreninha de quatorze anos.

- Moreninha? diabo!... exclamou outra vez Augusto, dando novo pulo.

[...]

(MACEDO, 2013)

Observe-se a preocupação formal que o TEXTO I, por ser burocrático-tecnocrático, deixa patente; isto é, ele explicita, tanto quanto julga necessário, os conceitos, a fim de que eles não possam ser “interpretados”, mas apenas entendidos (a distinção entre interpretar e entender é a distinção entre interpretação e inteligência de textos). Se alguém não entende algum dos conceitos, e age contrariamente ao que ele impõe, cometerá um ERRO.

Já o TEXTO II se apresenta como passível de interpretação, estando repleto de figuras de linguagem e de um contexto comunicativo recriado que reconstitui ambiente de familiaridade e informalidade de certa época (século XIX). Precisamos conhecer todos esses elementos, de antemão, além de admitirmos o contrato de comunicação de que se trata de texto literário e ficcional, a fim de interpretarmos seus sentidos. Se não o fizermos a contento, se nos desviarmos demais do que o texto propõe, o que ocorrerá será um MAL-ENTENDIDO.

Por ser gregário, o ser humano constrói seu sentido interno com base nas trocas com a coletividade. Por isso, há um efeito pretendido e um efeito obtido, e a equação entre ambos constitui a interpretação de um texto. No entanto, como vemos, sempre haverá que se recorrer à circunstância de que o ser humano pertence a uma coletividade, com a qual compartilha materiais, ideias, memórias, símbolos, valores.

Por uma série de razões que a filologia, a linguística e a gramática podem responder, certas coletividades, munidas de um conjunto de palavras, engendram regras e sistemas (morfossintáticas, *stricto sensu*) e, com isso, formam **línguas**. A propósito, a linguagem só se realiza na língua (cf. BRONCKART, 2008). “A língua não existe senão no falar dos indivíduos, e o falar é sempre falar uma língua” (COSERIU, 1979a, p. 33). Não há qualquer “linguagem” que se concretize alheia aos significantes que a língua propicia. “Não há nada lá fora”, como diz Wittgenstein²⁴².

Esses conhecimentos dizem respeito ao *processo* ou ao *texto* de onde eles são tirados; mas esse não é seu interesse único e essencial: eles também dizem respeito ao *sistema* ou à *língua* na qual é construída a estrutura de todos os textos de uma mesma natureza suposta, e que nos permite construir novos textos. Graças aos conhecimentos linguísticos adquiridos dessa forma, nós poderemos construir, para uma mesma língua, todos os textos concebíveis ou teoricamente possíveis. (HJELMSLEV, 1966, p. 26, traduzi²⁴³; os grifos são originais.)

Quando essa língua é posta em movimento, em uso, em ação, em atividade, em atos, ela torna-se **discurso**. O discurso pode (e, por algumas perspectivas, *deve*) ser encarado, portanto, como a atividade linguística, a língua sendo usada na interação, um dos campos mais produtores, pois, para as investidas do Funcionalismo em Linguística Geral. O discurso é, assim, composto de atos, cuja detecção e análise, empíricas, formam-se privilegiadamente (mas não exclusivamente) na fala. Veremos que, nesse *locus* da atividade discursiva (a fala), acaba sendo necessário que se solicitem conceitos igualmente importantes, como o de enunciado e enunciação. Essa é a razão por que, poucos parágrafos adiante, falaremos sobre os atos de fala, antes de, nesta seção, retornarmos, por prisma complementar aos que nos propusemos sublinhar, a noção mesma de texto, aqui vislumbrada segundo a perspectiva de conceitos que lhe são concernentes.

No capítulo intitulado “Como se constrói a língua”, de sua obra *Semântica: uma introdução à ciência do significado*, Stephen Ulmann articula as ideias entre a

²⁴² Embora ele se refira, aqui, ao “ideal” da Gramática e das “formas”, quase na acepção de “formas” que utilizou Platão.

²⁴³ Ces connaissances concernent bien sûr les *processus* ou les *textes* d’où elles sont tirées; mais ce n’est pas là leur intérêt unique et essentiel: elles concernent aussi le *système*, ou la *langue* d’après laquelle est construite la structure de tous les textes d’une même nature supposée, et qui nous permet d’en construire de nouveaux. Grâce aux connaissances linguistiques ainsi acquises, nous pourrions construire, pour une même langue, tous les textes concevables ou théoriquement possibles.

língua como entidade de regras abstratas (alcançada por meio dos compêndios de língua escrita) e a mesma língua como entidade cujas ações (ou atos) podem ser apreendidas empiricamente:

Considerada em abstrato, a língua não é diretamente acessível ao observador, exceto através do meio artificial do dicionário e do compêndio de gramática. Na experiência efetiva, aparece sempre sob a forma de atos individuais de fala. Qualquer análise da estrutura da língua tem pois que partir de um exame de tais atos. (ULMANN, 1964, p. 27, sublinhei)

É importante, portanto, que se direcione a atenção, por ora, a algumas reflexões sobre as bases dos estudos de atos de fala.

Austin (1962) procura explicar os fenômenos pragmáticos, i.e, relativos ao uso da linguagem, em postura que Wittgenstein elevou à categoria de argumento ontológico. Para isso, Austin propõe a assertiva de que os constituintes elementares do uso e da compreensão da linguagem natural são atos de fala, que têm condições de sucesso e de felicidade.

A pragmática estuda os fatores que regem nossas escolhas linguísticas na interação social e os efeitos de nossas escolhas sobre as outras pessoas. Na teoria, podemos dizer qualquer coisa que quisermos. Na prática, seguimos um grande número de regras sociais (a maioria delas inconscientemente) que constroem nosso modo de falar.

[...]

A pragmática, até o momento, ainda não é um campo de estudo coerente. Um grande número de fatores governa nossa escolha de língua em interação social, e ainda não está claro o que eles todos são, como se inter-relacionam, e como devemos distingui-los de outras áreas reconhecidas da investigação linguística. Há diversas áreas importantes que se sobrepõem.

A pragmática e a semântica levam em conta noções como intenções do falante, os efeitos de um enunciado sobre os ouvintes, as implicações que seguem o expressar alguma coisa de certo modo, e os conhecimentos, crenças, pressuposições acerca do mundo sobre os quais os falantes e ouvintes se baseiam quando interagem.

A estilística e a sociolinguística se sobrepõem à pragmática em seu estudo das relações sociais que existem entre os participantes, e do modo como o contexto extralinguístico, a atividade e o tema da conversa regulam a escolha de aspectos e variedades linguísticas.

A pragmática e a psicolinguística investigam os estados psicológicos e as habilidades mentais dos participantes que terão um maior efeito sobre seu desempenho verbal – fatores como atenção, memória e personalidade.

A pragmática e a análise da conversação compartilham várias das noções filosóficas e linguísticas que foram desenvolvidas para lidar com o exame das interações verbais (o modo como a informação é distribuída dentro de uma frase, as formas dêiticas, a noção de “máximas” conversacionais etc.).(WEEDWOOD, 2002, p. 144-147)

Inicialmente, Austin partiu da distinção entre atos a) *constatativos* e b) *performativos*: Ex. a) “Está chovendo” b) “Prometo que lhe entregarei o relatório amanhã”. Um constatativo pode ser verdadeiro ou falso, mas um performativo pode ser bem ou mal sucedido, “dependendo das circunstâncias e consequências desse ato” (MARCONDES, 2006, p. 17).

Posteriormente, Austin percebe que a dicotomia é inadequada, pois o ato constatativo (descrever) também encontra uma dimensão performativa (contratual), que pode ser bem ou malsucedida, e não apenas verdadeira ou falsa. Daqui, propõe que o uso das palavras como forma de agir seja estendido a toda a linguagem, e não apenas a uma parte dela. O ato de fala passa a ser constituído numa dimensão tripartite: atos *locucionários*, *ilocucionários* e *perlocucionários*.

Benveniste elucida essa noção (observe-se que o autor abona a permanência, em algum nível de análise possível, de atos “constatativos” ou, por haplogia, “constativos”):

O enunciado performativo, sendo um ato, tem a propriedade de ser *único*. Só pode ser efetuado em circunstâncias particulares, uma vez e só uma, numa data e num lugar definidos. Não tem valor de descrição nem de prescrição, mas, ainda uma vez, de cumprimento. Por isso é frequentemente acompanhado de indicações de data, de lugar, de nomes, de pessoas, testemunhas etc.; enfim, é acontecimento porque cria acontecimento. Por ser um ato individual e histórico, um enunciado performativo não pode repetir-se. Toda reprodução é um novo ato efetuado por aquele que tem qualidade. Afora isso, a reprodução do enunciado performativo por outro o transforma necessariamente em enunciado constativo. [...]

Daí decorre o ser ao mesmo tempo manifestação linguística – uma vez que deve ser pronunciado – e fato e realidade, enquanto cumprimento de ato. O ato identifica-se, pois, com o enunciado do ato. O significado é idêntico ao referente. (BENVENISTE, 1976, p. 302)

Para Austin, portanto, a natureza mais real do ato de fala é a performativa. Sua análise pode padecer de problema que ocorreu com outros estudiosos: o fato de que sua obra foi publicada postumamente (assim como as próprias *Investigações Filosóficas*, de Wittgenstein, somente para citarmos um arquitexto que pertence à mesma Escola), e, por isso, sem uma revisão final. Exatamente por essa razão a chamada Escola de Oxford (que congrega a filosofia analítica da linguagem), de que fazem parte, entre outros, os dois filósofos acima citados (Wittgenstein e Austin), teve de ser explicitada (e ter lacunas preenchidas) por estudiosos subsequentes, como Searle (1969), Leech (1988), Levinson (1997), Benveniste (1976), Sarangi (1992), Gumperz (1982), Goffman (1971).

Desse modo, Austin, como vimos, subdividirá os atos em locucionários, ilocucionários e perlocucionários. A esta última categoria, os estudiosos de língua e linguagem têm conferido pouca relevância, uma vez que ela, de certa forma, pretende explicar o efeito obtido no interlocutor, o que pode gerar discussões especiosas e fragilmente especulativas.

ATO LOCUCIONÁRIO: Diz respeito à dimensão linguística (sintática, morfológica e semântica) estritamente considerada; tem a ver com as regras e categorias gramaticais de determinada língua específica.

ATO ILOCUCIONÁRIO: Vai além dos elementos puramente linguísticos presentes na sentença ou enunciado. É considerado o núcleo dos atos de fala, pois tem como centro a força. No ato performativo, o verbo²⁴⁴ (claro ou elíptico) no enunciado constitui a própria ação proferida, e essa é a sua força.

Assim, por exemplo, em

“Juro que lhe devolvarei o livro”

ou em

“Eu lhe devolvarei o livro”,

Pode-se contemplar uma promessa, uma ameaça, um rompimento de relações etc. As palavras, sozinhas, sem a análise do contexto e da situação, das condições discursivas, não permitem a conclusão perfeitamente adequada da força desse ato.

Outra importante noção, no estudo dos atos de fala, é a de condições de felicidade. Constituem uma espécie de equação que envolve a intenção do falante e as convenções sociais, com diferentes graus de formalidade, que se podem equiparar às noções de “registro” ou de “níveis de fala” (cf. PRETI, 1987). Satisfazer-se a essas condições significa a consecução de sucesso ou a implicação de fracasso nesses atos.

Por exemplo, se alguém promete dar a outrem algo que não possui, essa promessa não satisfaz as exigências para que haja sucesso no ato de fala.

²⁴⁴ Veremos, em breve, a asserção de Benveniste, que conclui não ser o verbo a condição de existência profunda para um ato performativo.

Em sua última conferência, o autor de Oxford classifica as forças ilocucionárias e propõe que haja cinco tipos gerais delas, que serão reelaboradas a seguir por Searle. Sua classificação parte de entidades específicas da gramática: a classe dos verbos (classe a que dedicamos todo o nosso capítulo 4 desta tese). Como veremos no diálogo com Benveniste, para quem o verbo se eclipsa em termos de importância para a classificação do ato performativo e sua força ilocucionária, a presença dessa classe gramatical particular – o verbo – é sempre terreno de discussão fértil para se descrever e analisar o ato de fala. Importante também é observar que, como da mesma forma será lembrado por Benveniste um pouco adiante, há importância que esses verbos estejam, por via de regra, na primeira pessoa, e preferentemente no presente do indicativo, pois não posso prometer algo em nome de outra pessoa e em outro momento ou lugar que não o aqui e agora. Assim, os atos ilocucionários, classificados segundo suas forças, por Austin, averbam-se em, basicamente:

- 1) Veredictivos: verbos como “livro”, “absolvo”, “condeno”, “avalio”, “acho”, “penso”, “considero”, “percebo”, “permito”;
- 2) Exercitivos (pressupõem poderes ou direitos instituídos): “nomeio”, “destituo”, “demito”, “ordeno”, “batizo”, “declaro”, “peço”, “solicito”, “mando”, “imploro”, “suplico”;
- 3) Compromissivos ou Comissivos: “prometo”, “aposto”, “juro”, “comprometo-me”;
- 4) Comportamentais (atitudes e comportamentos sociais): “parabenizo”, “felicito”, “saúdo”, “lamento”, “desejo”, “rejeito”;
- 5) Expositivos: “confirmo”, “afirmo”, “declaro”, “informo”, “concordo”, “discordo”.

Voltando a abrigar a noção de Austin de que a atenção do pesquisador deve, no fundo, concentrar-se sobre o ato performativo e sua força ilocucionária, Benveniste volta à nossa mesa-redonda, concedendo-nos lacônica e compacta, conquanto pujante e loquaz, explicitação das ideias de Austin a esse respeito. Nestas palavras de Benveniste, chamamos a atenção, também, para a distinção operacional utilíssima que o Autor emprega entre enunciado e enunciação. É de se notar, além disso, a inter-relação sofisticada que Benveniste traça entre uma análise filosófica (ou uma filosofia analítica) da linguagem como elemento discursivo-

interacional e suas raízes gramaticais, que uma língua e suas categorias são capazes de descrever (quando, por exemplo, remete-nos, abaixo, à “primeira pessoa do presente [de um verbo]”). Por último, é preciso observar que Benveniste congrega a noção de texto às suas análises dos atos de fala performativos em contraste com os constatativos:

Podemos propor uma primeira definição, dizendo que os enunciados performativos são enunciados nos quais um verbo declarativo-jussivo na primeira pessoa do presente se constrói com um *dictum*. Assim, *j’ordonne* (ou *je commande, je décrète* etc.) *que la population soit mobilisée* [“ordeno ou decido, decreto etc. que a população seja mobilizada”] em que o *dictum* é representado por *la population soit mobilisée*. Trata-se, realmente, de um *dictum*, uma vez que a enunciação expressa é indispensável para que o texto tenha qualidade de performativo.

Outra modalidade desses enunciados é apresentada pela construção do verbo com um complemento direto e um termo predicativo: *Je le proclame élu* [“proclamo-o eleito”]. – *Nous vous déclarons coupable* [“nós o declaramos culpado”]. *Je nomme X. directeur* [“nomeio X. diretor”]. *Je vous désigne comme mon successeur* [“designo-o como meu sucessor”]

[...]

Essa primeira delimitação já permite excluir enunciados como: *Je sais que Pierre est arrivé. Je vois que la maison est fermée.* [“Sei que Pedro chegou. – Vejo que a casa está fechada”.] De fato: 1) *savoir, voir* não são verbos de categoria performativa, como diante indicaremos; 2) as proposições – *Pierre est arrivé* e *la maison est fermée* – não enunciam um *dictum*, mas um *factum*; 3) o enunciado interior no seu emprego efetivo não cumpre nenhuma função performativa.

[...]

Eis aí um domínio no qual se produzem os enunciados performativos, o dos atos de autoridade. Abrimos outro, no qual o enunciado não emana de um poder reconhecido, mas propõe um compromisso pessoal para aquele que o enuncia. Ao lado dos atos de autoridade que publicam decisões que têm força de lei, há assim os enunciados de compromissos relativos à pessoa do locutor: *je jure..., je promets..., je fais vœu..., je m’engage* à [“eu juro, eu prometo, eu faço votos, eu me comprometo a”]... ou, igualmente, *j’abjure..., je répudie..., je renonce..., j’abandonne* [“abjuro, repudio, renuncio, abandono”], com uma variante de reciprocidade: *nous convenons... – entre X. et Y. Il est convenu que... – les parties contractantes conviennent...* [“ajustamos – entre X. e Y. fica ajustado que – as partes contratantes ajustam”].

De qualquer maneira, um enunciado performativo não tem realidade a não ser quando autenticado como *ato*. [...] Um enunciado performativo que não é ato não existe. Só tem existência como ato de autoridade. Ora, os atos de autoridade são, em primeiro lugar, e sempre, enunciações preferidas por aqueles a quem pertence o direito de enunciar-las. Essa condição de validade, relativa à pessoa enunciativa e à circunstância da enunciação, deve supor-se preenchida sempre que se trate de performativo. O critério está aí, e não na escolha dos verbos. (BENVENISTE, 1976, p. 300-2, sublinhei)

Searle contribuiu sobremaneira, com suas críticas refinadas, para o aperfeiçoamento das ideias de Austin. O Autor da Universidade da Califórnia considera que Austin não forneceu critérios bastante claros para a sua classificação dos atos.

Para isso, ele propõe critérios que denomina de componentes da força ilocucionária. Esses componentes estão presentes em sua obra de 1969 *Speech Acts*.

Ele afirma que o ato de fala é o resultado da combinação de uma proposição ***p*** (com determinado conteúdo semântico), que estabelece relação com os fatos do mundo (as convenções sociais de Austin), podendo ser falsa ou verdadeira, e com a força ilocucionária ***f*** que é acrescentada à proposição. Essa equação leva ao ato de fala e pode ser esquematizada com a fórmula ***f(p)***.

Por exemplo:

- Está chovendo.
- Eu informo que está chovendo.
- Está chovendo!
- Está chovendo?
- Eu juro que está chovendo.
- Eu aposto que está chovendo.
- Eu não sei se está chovendo.
- Se ao menos estivesse chovendo...

A asserção inicial, “neutra”, possui o mesmo conteúdo proposicional (semântico) das demais asserções – o fato de estar chovendo (verdadeiro ou falso?), mas com forças ilocucionárias bastante diversas umas das outras.

Reiterando a crítica que teceu a Austin, Searle, subdivide a força ilocucionária em 7 componentes, quais sejam:

1) Propósito ou objetivo ilocucionário: ex. o propósito de uma ordem é um diretivo. O propósito de uma promessa é um comissivo.

2) Grau da força do objetivo ilocucionário: ex. uma ordem tem mais força que um pedido.

3) Modo de realização: ex. para uma ordem ser dada, aquele que a dá precisa ter autoridade; o mesmo não ocorre com um pedido ou uma súplica; assim, em ambos os casos o conteúdo e o objetivo podem ser os mesmos (“fazer com que alguém realize algo”), mas os modos são distintos. Isso nos remete à condição de validade que Benveniste citou em trecho há pouco colacionado.

4) Condição relativa ao conteúdo proposicional: ex.: eu posso fazer uma promessa ou uma aposta em meu nome, mas não posso garantir que outros as cumprirão. A condição para esses atos (suas proposições) é que eles sejam feitos no nome de quem as proferiu, por essa própria pessoa, em suma.

5) Condição preparatória: ex.: são pressupostos do ato. Se faço um pedido, devo pressupor que a pessoa a quem o fiz tenha aquilo que pedi. Se prometo algo, devo pressupor que a outra pessoa deseje ou precise daquilo que lhe prometi.

6) Condição de sinceridade: como a força ilocucionária está relacionada a estados psicológicos e leva em conta a intenção de quem profere a proposição, supõe-se que, por exemplo, se faço uma promessa, tenho a intenção de cumpri-la.

7) Grau da força da condição de sinceridade: assim como ocorre diferença no grau da força do objetivo ilocucionário, a condição de sinceridade também pode ser mensurada. Essa é a diferença, por exemplo, em ordenar, exigir, pedir, implorar, suplicar, atos atrelados à prévia autoridade (re)conhecida do locutor.

Outro Autor que contribuiu para os estudos que dizem respeito ao que podemos chamar de competência discursivo-textual foi Grice. Ele abordou questões, entre outras, relacionadas à cooperação entre os falantes e às implicaturas e inferências que enunciados encerram.

Sobre a questão das implicaturas (do ingl.: *to imply*), Grice afirmou que, a partir delas, o interlocutor infere (do ingl.: *to infer*) dados. Com isso, criou suas famosas 4 máximas. Parafraseamo-las, resumindo-lhes o conteúdo e exemplificando

a aplicação das ideias de Grice em texto jornalístico contemporâneo, em obra que publicamos, e pedimos licença para reproduzi-la:

B) IMPLICATURAS

A expressão foi usada primeiramente por Grice, e, sem dúvida, rege em muitos aspectos a interpretação e a produção de bons textos. Uma informação implica outra baseada, antes de tudo nas quatro máximas de Grice:

1) **QUANTIDADE:** seja tão informativo quanto for necessário e requerido, nem mais, nem menos.

2) **QUALIDADE:** seja verdadeiro em sua informação (nem diga algo que não possa comprovar, nem algo que não acredite ser verdade)

3) **RELAÇÃO:** seja relevante, apresente informações importantes ao texto e ao contexto, saiba a hora e a vez (quando e como) de mudar o assunto.

4) **MODO:** seja claro, objetivo, evite ambiguidades, prolixidade, obscurantismo, seja organizado e ordenado.

Vamos exemplificar cada uma dessas máximas e, em seguida, ver como, ao infringirmos alguma ou algumas delas, IMPLICAMOS certas informações que devem ser interpretadas pelo leitor.

1) **QUANTIDADE:** O autor apresenta, no primeiro parágrafo, todas as informações necessárias para o entendimento da matéria, nenhuma além das necessárias. (O chamado Lied Jornalístico, que diz: o quê, quem, onde, quando, como, por quê, para quê.)

Exemplo:

Algas e chuvas são os vilões da mortandade de peixes na Lagoa

Thiago Feres, Jornal do Brasil

RIO DE JANEIRO - Um laudo desenvolvido pelo Laboratório de Ficologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) concluiu que uma alga do gênero *Chrysochromulina* provocou a mortandade de 86,8 toneladas de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas. Segundo a secretária estadual do Ambiente, Marilene Ramos, a proliferação das algas foi incentivada pelo excessivo número de nutrientes – fósforo e nitrogênio – nas águas da Lagoa, o que pode ocorrer dependendo das condições de temperatura, salinidade ou insolação. [...]

(Fonte:

<http://jbonline.terra.com.br/pextra/2010/03/12/e120314994.asp>)

2) **QUALIDADE:** O autor comprova o que disse, mostrando, com argumentos de autoridade e com bases científicas, que sua informação é verdadeira

Exemplo:

Algas e chuvas são os vilões da mortandade de peixes na Lagoa

Thiago Feres, Jornal do Brasil

[...]Os peixes mortos apresentavam sinais de falta de oxigenação, já que estavam boquiabertos. No entanto, a gerente de avaliação da qualidade das águas do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), Fátima Faris, explicou que a alga é capaz de agir diretamente nas guelras.

– Logo após as chuvas daquele período, houve uma produção de toxina que agia nas guelras e células epiteliais dos peixes. Este tipo de alga já existia em pequena quantidade, mas quando há sucesso de alguma espécie, ela atinge o clímax e depois volta ao número reduzido, o que justifica o fato de ainda existirem peixes nas águas da Lagoa. Não conseguiremos tirar as algas do meio ambiente – reforçou.

(Fonte: <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2010/03/12/e120314994.asp>)

3) RELAÇÃO: O autor mostra a importância (relevância) de sua informação: evitar que a tragédia ambiental volte a ocorrer.

Thiago Feres, Jornal do Brasil

[...] – Quero lembrar que não houve vazamento de esgoto ou derramamento de qualquer produto químico – destacou Marilene Ramos. – Além de adocicar a água, a chuva carrega uma grande carga de nutrientes para a Lagoa Rodrigo de Freitas.

Os peixes apareceram mortos no dia 26 de fevereiro. Somente no Jardim Botânico, um dia antes, o volume de chuva registrado foi de 46,2 milímetros, considerado elevado por especialistas.

A secretária voltou a defender a necessidade de ocorrer uma renovação periódica das águas da Lagoa, que seria feita por dutos subterrâneos instalados na altura do Jardim de Alah, ligando a Lagoa ao mar. O projeto já está em fase de licenciamento.

– Acredito na aprovação até o final do ano. O projeto está avaliado em R\$ 40 milhões e é uma obra indispensável para o equilíbrio ambiental do local, lembrando que o Canal do Jardim de Alah só consegue trocar 3% das águas da Lagoa a cada ciclo completo de maré – revelou Marilene Ramo.

(Fonte:
<http://jbonline.terra.com.br/pextra/2010/03/12/e120314994.asp>)

4) MODO: O autor põe as ideias de modo ordenado e claro, coerente, seguindo uma hierarquia de fatos e informações e, com isso, chega a uma conclusão convincente e defensável na sua matéria.

Thiago Feres, Jornal do Brasil

[...] Para especialistas em meio ambiente, os problemas de oxigenação continuam sendo apontados como a causa da mortandade de peixes na

Lagoa Rodrigo de Freitas. O laudo assinado pelas profissionais Mariângela Menezes e Suema Branco não convenceu, por exemplo, o professor do Departamento de Oceanografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), David Zee. Segundo ele, há possibilidade de ocorrer, em breve, uma nova mortandade de peixes.

– Acredito piamente que possa ocorrer uma nova mortandade. Tivemos duas semanas de frio e agora está começando a esquentar outra vez. Se a própria secretária Marilene Ramos diz que a chuva faz as algas proliferarem, logo, nós teremos mais mortes de peixes – concluiu.

O ambientalista afirmou ter medido recentemente a temperatura da água da Lagoa Rodrigo de Freitas, quando flagrou o termômetro registrando 30 graus, o que gera menor solubilidade de oxigênio na água.

– Os órgãos competentes costumam fazer medições durante o dia, mas os grandes problemas de oscilação de oxigenação ocorrem no turno da noite – revelou David Zee.

Apesar de comentar o fato, ele destacou a importância de não se desviar muito a atenção para o problema principal: a mortandade dos peixes.

(Fonte: <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2010/03/12/e120314994.asp>)

Usamos como exemplo um texto jornalístico, que, no caso específico acima estudado, pode ser classificado como dissertativo (ênfase na função referencial) e argumentativo (usa argumentos para provar sua relevância e sua qualidade, ou seja, sua verdade). (CAETANO: 2012b, p.)

Sobre o que Grice falou em relação à cooperação:

Nossos diálogos, normalmente, não consistem em uma sucessão de observações desconectadas, e não seria racional se assim fossem. Fundamentalmente, eles são, pelo menos até um certo ponto, esforços cooperativos, e cada participante reconhece neles, em alguma medida, um propósito comum ou um conjunto de propósitos, ou, no mínimo, uma direção mutuamente aceita. Este propósito ou direção pode ser fixado desde o início (por exemplo pela proposição inicial de uma questão para discussão) ou pode evoluir durante o diálogo; pode ser claramente definido ou ser bastante indefinido a ponto de deixar aos participantes considerável liberdade (como numa conversação casual). Mas a cada estágio, *alguns* movimentos conversacionais possíveis seriam excluídos como inadequados. Podemos formular, então, um princípio muito geral que se esperaria (*ceteris paribus*) que os participantes observassem: faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado. Pode-se denominar este princípio de Princípio da Cooperação. (GRICE, 1982, p. 245)

A aposta de Levinson, seguindo a esteira de Grice em relação à cooperação dos falantes, assevera, numa perfeita paráfrase da citação de Grice há pouco trazida à discussão: “Faça sua contribuição conversacional tanto quanto seja requerida, no

momento exato em que isso ocorrer, de acordo com o propósito aceito e a direção da troca de falas na qual você estiver inserido” (LEVINSON, 2007, p. 114).

As questões que os críticos dessas ideias levantam são, basicamente, as seguintes: os seres humanos são sempre cooperativos? O que exatamente é cooperação, dos pontos de vista linguístico e sociológico? Será que a “direção mutuamente aceita” que Grice ou Levinson propuseram para a comunicação é sempre real? Em outras palavras, questionam a asserção muito rigorosa que Grice parece formular em torno de algo cuja natureza não se mostra tão compacta e previsível: a atividade discursiva em toda a sua dimensão. O próprio texto, como produto dessa atividade complexa, herda elementos de imprevisibilidade, apesar de seu grau mais estável e mesmo mais gramaticalizado, devendo ser analisado, como vimos e ainda veremos nesta tese, sem dogmatismos classificatórios.

Para Grice, portanto, esse Princípio de Cooperação é inelutável: “É reconhecido o fato empírico de que as pessoas COMPORTAM-SE desse modo; elas aprenderam isso na infância e não perderam o hábito de agir assim” (GRICE, 1975, p. 48, traduzi²⁴⁵).

Naturalmente, devemos lembrar que a descrição que Grice empreende sobre a atividade discursiva parece levar em conta um tipo de cultura específico: a anglo-saxônica. Nem todos os povos agem, discursivamente, dessa forma tão “paciente”. Um dos componentes socioculturais da antropologia brasileira, para darmos um exemplo que nos toca, aponta que temos uma característica discursiva policrômica, isto é, falamos muitas vezes ao mesmo tempo e nos interrompemos sem que isso seja considerado falta de polidez.

Segundo Grice e seus seguidores, portanto, só os aspectos semânticos seriam analisados no que foi falado, e as informações contextuais e situacionais (ao que parece, como foi frisado, de uma cultura específica), isto é, discursivas, podem ajudar a entender a intenção do falante.

Para muitos críticos, esse conceito de cooperação pragmática (lógica e racional) deve ser mais bem verificado. Esses críticos acreditam que qualquer teoria sobre cooperação conversacional deva levar em conta não só os aspectos semânticos e pragmáticos, mas todos os aspectos linguísticos e paralinguísticos,

²⁴⁵ “It’s just a well-recognized empirical fact that people DO behave in these ways; they have learned to do so in childhood and not lost the habit of doing so” (Grice. 1975, p. 48).

isto é, questões como biologia, história pessoal, cultura (BUCHANAN & HUCZYNSKI, 2004).

Os autores que viram excessiva “assepsia” nas ideias de Grice e seus seguidores apontam que todas as pistas de contextualização devam ser consideradas: mecanismos de tomada de turno (Gumperz, o que é chamado de “condição discursiva”), modificações na voz, o uso do silêncio ou de respostas mínimas, assim como a acomodação da fala ou a falta desta (Giles). Com isso, deram passos importantes para demonstrar que a análise do discurso, e, mais especificamente, a análise da conversação, possui regras que, no fundo, demonstram que a prática discursivo-conversacional é bem pouco passível de submeter-se a regras, mas apenas a possibilidades (e até probabilidades), nada muito além disso.

Assim, seguindo Gumperz, qualquer pista de contextualização disponível é mais eficaz para a interpretação da intenção do falante por trás do que é dito. Além disso, esses autores demonstram que nem sempre aqueles que interagem na comunicação estão tentando “fazer o melhor” para que ela seja bem-sucedida. A interação humana pode ser ilógica e irracional, e a resistência e a não cooperação podem ser adotadas como a estratégia discursiva preferida, e os que interagem podem tentar “fazer o pior”.

Por isso, escolhemos algumas das críticas elaboradas ao dogmatismo com que Grice aborda o discurso e a conversação:

1) Uma conversa pode seguir certos padrões de apropriação linguística sem ter metas sociais em comum: uma conversa pode ser impolida, irrelevante, falsa, mas ainda assim cooperativa. (HILDCROFT, 1979; LEECH and THOMAS, 1988; SARANGI and SLEMBROUCK, 1992)

2) Fica muito difícil provar ou classificar qualquer comportamento que seja não cooperativo. (THOMAS, 1998)

3) Grice e seus seguidores propõem um modelo mais idealista que realista sobre a interação humana. (SARANGI and SLEMBROUCK, 1992; THOMAS, 1998)

4) O modelo de Grice é universalista. Levinson (2007, p. 113), chega a afirmar: “As máximas de fato derivam de considerações genéricas da racionalidade aplicável a todos os tipos de troca cooperativa, e, assim sendo, elas têm aplicação universal.”

5) Grice seria muito otimista em relação à natureza humana, pois ele via o mundo como um lugar onde as pessoas estavam antes de tudo dispostas a cooperar. (THOMAS, 1998)

6) Grice estaria sugerindo uma lista de regras para uma boa conduta conversacional (suas máximas são no imperativo), e ele acreditaria que elas seriam sempre e invariavelmente observadas. (THOMAS, 1998)

7) Como um interlocutor, na sua interpretação de uma resposta, poderia efetivamente distinguir entre uma violação, que pode ter sido intencional ou não, e um descumprimento, que não deveria ser capaz de gerar implicatura? (THOMAS, 1998)

8) A questão intercultural não teria sido levada em conta por Grice, e por isso não se considerou o que é percebido como cooperativo ou não cooperativo em diferentes partes do mundo. (GAZDAR, 1979)

9) Para o princípio de cooperação de Grice funcionar, os interlocutores precisam ser socialmente iguais. Se houver assimetria social, a cooperação pode não ocorrer. (FAIRCLOUGH, 1985 and MEY, 1987)

Os interlocutores precisam ter os mesmos discursos e os mesmos direitos e deveres pragmáticos para tomadas de turno, como evitar silêncios e interrupções, e, principalmente, eles devem ter igual controle sobre o que conta para os propósitos interativos como informações “verdadeiras”, “relevantes”, “adequadas” e “suficientes”. (SARANGI and SLEMBROUCK, 1992: 125, traduzi²⁴⁶)

²⁴⁶ The interlocutors must have the same speeches and the same rights and pragmatic duties for decision-turn, avoiding interruptions and silences, and mostly, they should have equal control over what counts for interactive purposes like "true", "relevant", "adequate" and "sufficient" informations.

Consideramos relevante a empreitada acima levada a efeito, a de perquirir os atos de fala, uma vez que seus estudos foram ao que se costuma chamar “a descoberta do infinitamente pequeno” em termos de análise do discurso. E como o texto provém do discurso, sendo-lhe uma forma gramaticalizada, segundo queremos propor, estudar seus componentes de maneira, digamos, “microscópica”, empresta-lhe um nível de profundidade que em muito auxilia na comprovação da complexidade e concretude dos atos concretos (os atos de fala, componentes do discurso) em face da relativa homogeneidade e abstração que cercam o texto, gramaticalizado em relação ao discurso, em sua produção.

Em várias ocasiões, ainda a esses propósitos, deixamos registrada a polissemia que envolve o conceito de discurso, sobretudo quando a este se soma o de **texto**. Para esta parte da tese, cabe-nos a definição seguinte: o texto é o produto ou resultado da atividade complexa que o discurso proporciona.

O texto, como sabemos, pode ser oral ou escrito²⁴⁷. Como registramos muito as contribuições de estudiosos da pragmática sobre atos de fala, parece-nos oportuno abrimos campo privilegiado, ora, para tratarmos da modalidade escrita do texto. Já o fizemos em outros momentos desta tese (seções do capítulo 1, e retornaremos no capítulo 7), mas cremos ser conveniente retomarmos, de modo sinóptico, o contraste neste momento, já que a discussão se encaminhou por perspectivas complementares, que, pois, merecem esclarecimentos específicos.

Cabe, antes de tudo, entretanto, uma espécie de nota de ressalva. Embora antropólogos e sociolinguistas (e incluímos no primeiro grupo este de quem falaremos) da envergadura de um Benedict Anderson²⁴⁸ se filiem, entre outras, à tese de que as sociedades não necessariamente formem sua memória em torno do texto escrito, todos sabemos de sua importância prática no dia a dia. Negá-la impediria o acesso pleno à cidadania, para citar um único prejuízo, como tivemos ocasião de escrever em diversas obras.

²⁴⁷ Isso para nos atermos a suas características que nos interessam, pois sabemos que, além dos signos ocasionados mercê das palavras – orais ou escritas –, há outros signos semióticos que abarcam os signos linguísticos, donde compreendermos que a Semiótica contém a Linguística. Além disso, a Pragmática veio a contribuir com os estudos de texto, por exemplo, ao mostrar a importância dos atos de fala e de elementos “não ditos”, implícitos, mas cuja importância é fundamental à interpretação de muitos textos.

²⁴⁸ Op. cit.

Além disso, como falamos anteriormente, o texto literário (escrito, em sua maioria) mostra-se fonte inesgotável de expansão da competência linguística. E mesmo a ciência, que também se pauta no texto escrito, de que se vale para criar a teia de memória da qual sobrevive, também expande, com sua escritura, a competência linguística do falante, na medida em que o faz ter de ampliar conceitos a partir de significantes (no caso, científicos) novos que se lhe apresentam.

Assim, não obstante não seja o objetivo da ciência (ao contrário do que ocorre na literatura) promover aquela expansão ou ampliação de competência linguística, sobretudo de ciências particulares (como, suponhamos, a Química, a Física, a Medicina etc.), todas seriam impensáveis sem o referendo positivista do texto escrito.

Não parece ser por outra razão que, apesar da tese da “metafísica da ausência” (para criar o que seria o oposto do termo que Jacques Derrida²⁴⁹ criou, cf. “metafísica da presença”), ou seja, no caso de Anderson, da tese de que o texto escrito (com “ausência do pai”, cf. o *Fedro*, de Platão²⁵⁰) não é necessariamente a base da identidade nacional, Benedict Anderson dedica seu capítulo V, em que derrama erudição, a descrever a história de dicionários e gramáticas imbricadas à formação do ideário de nação, sociedade e memória no Oriente e Ocidente desde o século XV até a era contemporânea (tratamos dessa questão na seção 1.2).

O texto escrito, assim, decompõe argumentos contrários a ele até pelo fato de que esses argumentos, na maioria das vezes, ou para galgarem memórias além da meramente remota, apresentam-se *por escrito*.

Em seu livro *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*²⁵¹, Marcuschi, como aponta o título da obra, pondera sobre a irreversível necessidade, nas sociedades contemporâneas, de o indivíduo abarcar competência textual-discursiva tanto oral quanto escrita, a fim de não ser alijado do processo de práticas sociais efetivas.

No capítulo I, “Oralidade e letramento”, ele defende a tese central, estabelecendo relações lúcidas de reciprocidade entre língua falada e língua escrita, que podem ser aqui colimadas:

²⁴⁹ Op. cit.

²⁵⁰ Op. cit.

²⁵¹ Obra já pesquisada em várias seções do capítulo 1 desta tese.

O letramento (*literacy*), enquanto prática social formalmente ligada ao uso da escrita, tem uma história rica e multifacetada (não linear e cheia de contradições), ainda por ser esclarecida, como lembra Graff (1995²⁵²). Numa sociedade como a nossa, a escrita, enquanto manifestação formal dos diversos tipos de letramento, é mais do que uma tecnologia²⁵³. Ela se tornou um bem social indispensável para enfrentar o dia a dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Neste sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência no mundo moderno. Não por virtudes que lhe são imanentes, mas pela forma como se impôs e a violência com que penetrou nas sociedades modernas e impregnou as culturas de um modo geral. Por isso friso que ela se tornou indispensável, ou seja, sua prática e avaliação social a elevaram a um *status* mais alto, chegando a simbolizar educação, desenvolvimento e poder.

Não obstante isso, sob o ponto de vista mais central da realidade humana, seria possível definir o homem como um ser que fala e não como um ser que escreve. Entretanto, isto não significa que a oralidade seja superior à escrita, nem traduz a convicção, hoje tão generalizada quanto equivocada, de que a escrita é derivada e a fala é primária. A escrita não pode ser tida como uma representação da fala, como se verá adiante. Em parte, porque a escrita não consegue reproduzir muitos dos fenômenos da oralidade, tais como a prosódia, a gestualidade, os movimentos do corpo e dos olhos, entre outros. Em contrapartida, a escrita apresenta elementos significativos próprios, ausentes na fala, tais como o tamanho e tipo de letras, cores e formatos, elementos pictóricos, que operam como gestos, mímica e prosódia graficamente representados. Oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos nem dicotomia. Ambas permitem a construção de textos coesos e coerentes, ambas permitem a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais, dialetais e assim por diante. As limitações e os alcances de cada uma estão dados pelo potencial do meio básico de sua realização: som de um lado e grafia de outro, embora elas não se limitem a som e grafia, como acabamos de ver.

[...]

Quanto à escrita, pode-se dizer que, mesmo criada pelo engenho humano tardiamente em relação ao surgimento da oralidade, ela permeia hoje quase todas as práticas sociais dos povos em que penetrou. Até mesmo os analfabetos, em sociedades com escrita, estão sob a influência do que contemporaneamente se convencionou chamar de práticas de letramento,

²⁵² O autor refere-se a GRAFF, Harvey J. *Os labirintos da alfabetização*. Porto Alegre: Artes médicas, 1995.

²⁵³ Marcuschi parece, aqui, opor-se ou contrastar-se à tese de Aurox em *A revolução tecnológica da gramatização*. Obra que, com efeito, foi por nós estudada para traçar a cronologia dos compêndios escritos que mostram as regras sistêmicas de um idioma – o dicionário e a gramática. O diálogo crítico travado entre as visões de Marcuschi e Aurox, no entanto, não levam a caminhos contraditórios, muito menos excludentes. O que se opera, em vez disso, é a constatação de que “o ponto de vista precede o objeto”, como tão bem salientou Saussure, e que um mesmo objeto, privilegiado por pontos de vista distintos e até, *a priori*, opostos, ganha em complexidade, matizes, nuances e riqueza epistemológica. O próprio Marcuschi, entretanto, aponta, em nota de rodapé n. 5, da página 17 (MARCUSCHI, 2001) outros autores e obras a que tece crítica aqui, como Walter Ong, em *Oralidade e Cultura escrita. A tecnologia da palavra*, e Jack Goody, em *Domesticação do pensamento selvagem*. A tese de Aurox, embora não citada, espousa as ideias dos dois autores que Marcuschi considera como “teses não mais sustentáveis hoje”. (op. cit. id.ib.)

isto é, um tipo de processo histórico e social que não se confunde com a realidade representada pela alfabetização regular e institucional lembrada há pouco.

[...]

A escrita é usada em contextos sociais básicos da vida cotidiana, em paralelo direto com a oralidade. Estes contextos são, entre outros:

- o trabalho
- a escola
- o dia a dia
- a família
- a vida burocrática
- a atividade intelectual.

(MARCUSCHI, 2001, p. 16-19)

Produzir e interpretar um texto será, portanto, um ato discursivo, social, interativo, comunicativo, que requer as competências discursivo-textual (interativa, basicamente) e léxico-morfossintática (gramatical, *lato* e *stricto sensu*) por meio de palavras, em que o interlocutor/leitor recorrerá à sua memória individual, que é discursiva (imprevisível), conquanto siga um conjunto de regras sistêmicas (gramaticais: em gramaticalização ou já gramaticalizadas), e, com ela, acessará a memória coletiva, de que a sua própria língua faz parte (e em que a sua própria língua se mostra como agente fundamental de criação), a fim de promover a codificação e a decodificação.

Esta seção não teve como escopo esgotar o tema. Em vez disso, nosso objetivo foi articular conceitos primordiais aos desdobramentos que se seguirão, e mapear, de modo sucinto, elementos que servirão à defesa da tese de que, à medida que a entidade textual caminha para formas mais cristalizadas, o que está se operando é a gramaticalização, que, portanto, deixa de ser um tratado cujo objeto de estudo são itens (vocábulos), e passa a ser um método capaz de investigar até entidades maiores, patenteadas na inter-relação entre o discurso e o texto, a língua falada e a língua escrita.

Se Marcuschi intitulou sua obra como *Da fala para a escrita*, pode-se, muito metonimicamente, afirmar-se que a gramaticalização aponta um caminho que vai *do discurso para a gramática*; e, uma vez na gramática, sintetiza-se e volta a tornar-se discurso, o que lhe abre novos caminhos, novas ramificações de gramaticalização, razão por que o fenômeno é, como podemos repetir, contínuo e potencialmente infundável.

5.3 Discurso e texto: o texto como objeto da Gramática

Vamo-nos aprofundar, nesta seção, pois, sobre elementos de texto (previamente definidos de acordo com a ótica gramaticológica), suas subdivisões, suas inter-relações, sua gramática textual²⁵⁴.

Antes de prosseguirmos, entretanto, convém salientar que a investigação sobre o objeto de estudo texto também é requisitada pela Linguística, sobretudo no que, a partir dos anos de 1960, na Europa, viria a chamar-se *Linguística Textual*. Para tal recorte epistêmico, o texto é uma entidade comunicativa que vai além do objeto estrito da gramática (a frase, como falamos acima), e, por isso, necessita de uma disciplina própria, que não a gramática. Assim, a partir dos anos 80 do século XX, começa a surgir a expressão “Teorias do texto”, que viria a desembocar no que se convencionou, por certo prisma de estudo, chamar, como mostrado, de “Linguística Textual”.

Para alguns desses estudiosos, o termo “gramática do texto” seria demasiadamente apegado à ciência-piloto do estruturalismo e extrapolaria, por assim dizer, o objeto primordial da gramática, que seria (para eles) meramente normativa, sem marcas de reflexão linguística sobre essa normatividade. Ainda para esses pesquisadores, o foco da gramática seria tão somente a frase, e, só por extensão, o texto, e, ainda assim, com auxílio de outras disciplinas dos estudos da linguagem, que, para eles, portanto, no fim das contas, seriam extravagantes em relação ao alcance supostamente possível da gramática.

Assim sendo, dependendo da definição prévia que se dê a “texto”, será legítimo assinalá-lo como objeto da gramática, da Linguística ou de ambas²⁵⁵.

Koch (1997, p. 13²⁵⁶) prefere a expressão “Teoria de texto” à expressão “Linguística do Texto”, pois para ela, o texto é, antes do mais

Qualquer expressão de um conjunto linguístico num ato de comunicação – no âmbito de um “jogo de atuação comunicativa” – tematicamente orientado

²⁵⁴ “Gramática textual” porquanto estamos a falar de possíveis sistematizações de procedimentos (gramática em sentido lato, como vimos) aplicáveis ao texto de acordo com parâmetros retirados do funcionamento que, como vimos, caracteriza a Disciplina Gramatical ou a gramaticologia.

²⁵⁵ E, naturalmente, de muitas outras ciências, de que já falamos ou falaremos.

e preenchendo uma função comunicativa reconhecível, ou seja, realizando um potencial ilocucionário reconhecível. (KOCH, 1997)

Koch, aqui, evocara Schmidt, em que se encontram conceitos reconhecíveis das ideias de Wittgenstein (“jogo de atuação comunicativa”), Austin, Searle, Levinson (“potencial ilocucionário”), Bühler, Jakobson, Halliday (“função comunicativa”). Em todas elas, subjaz a estrutura conceitual profunda de encarar-se o texto como elemento proveniente (e construtor) de comunicação e expressão, portanto, de estudos que se centralizam no discurso (*parole*), e não na língua (*langue*), o que, de fato, justifica que o texto, observado por essa perspectiva, participe do objeto de investigação, também, da Linguística.

Assim sendo, questões relacionadas aos padrões de textualidade dirão respeito ao diálogo entre a gramaticologia (o que, nas palavras de Mattoso, poderá ser considerada análoga ao conceito de “Disciplina Gramatical”) e a Linguística. Com efeito, uma gramática (voltamos a tratar, portanto, de um aspecto gramaticográfico) não pode eximir-se, sempre que necessário, desse diálogo, embora priorizando a norma gramatical (ou as normas gramaticais), e não a Linguística.

Percebe-se, pois, pelo que se disse até aqui, que fatores e critérios de textualidade, que serão desdobrados e intitulados em capítulo específico (Capítulo 7), receberam importante influência de pesquisadores da Sociolinguística, da Linguística Textual, das Teorias de Texto, da Pragmática e da Análise do Discurso, como Beaugrande & Dressler, Van Dijk (1981), Weinrich, Givón, Ducrot e mesmo os já citados Wittgenstein, Austin, Searle, Levinson. Também são importantes os estudos empreendidos por Sant’Anna (2002), Pietroforte (2002), Monteiro (2005, 1987a, 1987b), Mey (1987, 2001, 2005), Lapa (1991), Fontanille (2007). Fávero (1991), Fiorin (2008a, 2008b, 2006a, 2006b, 2002, 2003), Koch (2001a, 2001b, 1998).

Há outros estudiosos, inclusive provenientes da Literatura ou da Antropologia, por exemplo, que, legitimamente, podem, também, requerer o estudo do texto sob determinado viés. É por essa razão que, entre outros nomes célebres, podemos citar alguns como o de Julia Kristeva (1998, 1977), que tratou o texto como objeto de constante diálogo com outros produtos textuais, cunhando o termo “intertextualidade”, e apropriando-se da expressão “polifonia” (aliás, presente

também em Bakhtin inclusive com a terminologia relativamente sucedânea de “dialogismo”), oriunda há longa data da Musicologia.

Observemos como os conceitos de discurso, dialogismo, sujeito, polifonia, enunciação e texto se articulam na concepção bakhtiniana:

Em resumo, Bakhtin concebe o dialogismo como o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso. Examina-se, em primeiro lugar, o dialogismo discursivo, desdobrado em dois aspectos: o da enunciação²⁵⁷ verbal entre o enunciador e o enunciatário do texto, o da intertextualidade no interior do discurso.

[...]

A relação dialógica entre o eu e o tu, no texto, tem sido examinada, entre outras disciplinas, pela análise da conversação, pela semiótica narrativa e discursiva, pela análise do discurso, pelas pragmáticas e teorias da argumentação e da enunciação. Seu estudo compreende tanto o da interação verbal entre sujeitos, propriamente ditos, quanto o das relações de persuasão e de interpretação que se estabelecem no texto.

[...]

Da concepção bakhtiniana de interação e interlocução verbal decorrem duas das direções atualmente empreendidas pelas teorias da enunciação: a de uma enunciação não subjetivista e a de uma enunciação dialógica.

[...]

Nessa perspectiva, o sujeito deixa de ser o centro da interlocução que passa a estar não mais no *eu* nem no *tu*, mas no espaço criado entre ambos, ou seja, no texto. Descentrado, o sujeito divide-se, cinde-se, torna-se um efeito de linguagem, e sua dualidade encaminha a investigação para uma teoria dialógica da enunciação.

[...]

Introduziu-se, pouco a pouco, o conceito de polifonia. Muitas vezes utilizados como sinônimos, dialogismo e polifonia serão distinguidos neste trabalho. Emprega-se o termo polifonia para caracterizar um certo tipo de texto, aquele em que se deixam entrever muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos²⁵⁸, que escondem os diálogos que os constituem. Reserva-se o termo dialogismo para o princípio constitutivo da linguagem e de todo discurso.

Em outras palavras, o diálogo é condição da linguagem e do discurso, mas há textos polifônicos e monofônicos, segundo as estratégias discursivas acionadas.

²⁵⁷ Não parece haver, em Bakhtin, distinção severa entre enunciação e enunciado, característica que, sem dúvida, não é comum entre estudiosos da enunciação, como Benveniste, por exemplo. Aliás, em Bakhtin o conceito de enunciado e o de texto e discurso parecem pertencer a áreas tão próximas que, não raro, chegam a sobrepor-se.

²⁵⁸ Frequentemente chamados de *monológicos*, em oposição a *dialógicos*. Essa correlação conceitual entre *monofônicos* e *monológicos*, opondo-se a *polifônicos* e *dialógicos*, aproxima os conceitos de *polifonia* e *dialogismo*, que a Autora, aqui, quer distinguir, com zelo científico certamente meritório.

[...]

Os textos são dialógicos porque resultam do embate de muitas vozes sociais; podem, no entanto, produzir efeitos de polifonia, quando essas vozes ou algumas delas deixam-se escutar, ou de monofonia, quando o diálogo é mascarado, e uma voz, apenas, faz-se ouvir. (BARROS, 2003, pp. 2-6)

Bakhtin não prescindia, sob nenhuma hipótese, quando da análise de um texto (ou um GÊNERO textual ou discursivo) de questões que dissessem respeito, entre outras, aos fatores ou percursos socioculturais (daí o interesse de Bakhtin por Marx) e psicológicos (daí seu interesse por Freud) de seu produtor. Estudaremos essas noções, dentro dos limites gramaticológicos, repita-se, adiante, neste mesmo capítulo; mas valem alguns esclarecimentos sobre isso neste momento.

Para o Círculo de Bakhtin, a ideologia e a própria ideia são fatores que permeiam a noção de texto, e essa noção, assim, só poderia ser amplamente abordada quando houvesse, junto a ela, a busca exatamente pelas ideias/ideologias intrínsecas ao corpo textual.

Peguemos o que parece ser a única definição explícita de “ideologia” emanada do Círculo de Bakhtin:

Por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras [...] ou outras formas signícas. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2001, p. 107)

Em *Freudismo*, segundo Bakhtin/Voloshinov:

Uma ideia é forte, verdadeira e significativa se sabe tocar aspectos essenciais da vida de um determinado grupo social, se consegue clarear a posição fundamental deste ou daquele grupo na luta de classes [...].(BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2001, p.37)

Percebe-se, pois, imbricado na visão bakhtiniana de texto (apresentada e desenvolvida, sobretudo, nas obras: Bakhtin, 2003, 1982, 2000, 2001), o conceito imanente da articulação de influências de Marx e Engels (com o uso do sintagma “luta de classes”, por exemplo) com influências da Psicologia freudiana (ou freudista).

Essa articulação, aliás, para propósitos não idênticos aos do Círculo de Bakhtin, foi posta em ação na chamada Escola de Frankfurt (que evocamos na

Introdução desta nossa tese, sobretudo na figura de Herbert Marcuse), que contou com filósofos e pensadores como Adorno, Marcuse, Horkheimer, Walter Benjamin, Bertolt Brecht. A propósito, parece-nos fidedigna a explicação de que a expressão “ideologia” veio como oposição complementar à expressão “psicologia”: enquanto a primeira (ideologia) dizia respeito ao campo das ideias como produtos do meio social e modificadores desse mesmo meio (a noção marxista de práxis), a segunda (psicologia) estava mais intimamente ligada à noção de desvendamento de pulsões humanas num nível mais profundo do que o da consciência, o “inconsciente” (ou, do alemão, *Unbewusst*) freudiano.

Portanto, para toda uma escola de pesquisadores do texto, este é fruto de “ideologias” (produtos e produtores do meio social) e “psicologias” (elementos a serem desvendados através – literalmente *através* – do discurso, texto, gênero textual).

Consideramos relevante a contribuição que Foucault traz em opúsculo que foi, na verdade, aula inaugural no Collège de France, em 2 de dezembro de 1970, intitulado *A ordem do discurso*:

Certamente, se nos situamos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situamos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se.

Separação historicamente constituída com certeza. Porque ainda nos poetas gregos do século VI, o discurso verdadeiro – no sentido forte e valorizado do termo –, o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual a sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia passar, mas contribuía para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e tramava assim com o destino. Ora, eis que um século mais tarde, a verdade elevada já não residia mais no que era o discurso, ou no que ele fazia, mas residia no que ele dizia: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, da enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, sua relação a sua referência. Entre Hesíodo e Platão uma certa divisão se estabeleceu, separando o discurso verdadeiro e o discurso falso; separação nova visto que, doravante, o discurso verdadeiro não é mais o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder. O sofista é enxotado. (FOUCAULT, 1996, pp. 14-15)

Em nota de pé de página, Azeredo mostra que, para determinado grupo de estudiosos da linguagem, a noção de texto está vinculada fortemente à de discurso, isto é, encara-se o elemento texto com pouca (ou mesmo nenhuma) distinção em relação ao elemento discurso. Em outros termos, como se verá, o foco desses estudiosos atém-se, primeiramente, à visão que privilegie o parâmetro funcionalista da língua, e não àquela em que esta seja solicitada como entidade cujo “sistema de sistemas”, nas célebres palavras de Saussure, possa ser estudado de maneira eminentemente formalista. Daí, até mesmo a oscilação, entre os teóricos de Bakhtin, por exemplo, em tratar o tema como “gêneros textuais” ou “gêneros discursivos”, preferindo, muitos deles, abarcar os adjetivos aqui sublinhados como sinônimos.

A distinção de gêneros textuais ou discursivos tem longa tradição, mas se achava há até poucas décadas circunscrita aos domínios da literatura e da retórica. [...] Os modelos tradicionais de descrição do fenômeno linguístico, tanto na perspectiva estruturalista quanto na ótica da gramática gerativa, pararam na frase. A mudança do foco de análise – do sistema da língua para o evento interacional – implica a eleição de outro objeto: o texto. Concretamente, o que se impõe logo à atenção do analista é o fato de que a unidade a que chamamos “texto” se define antes por seu papel sociointerativo do que por sua estruturação léxica e gramatical. Daí a moderna preocupação com uma tipologia dos textos em termos de gêneros segundo sua pertinência comunicativa. Uma síntese esclarecedora do assunto pode ser lida no capítulo “Texto, gêneros do discurso e ensino”, da autoria de Helena Nagamine Brandão²⁵⁹. (AZEREDO, 2010, p. 84, sublinhei)

Assim, como se viu brevemente, o texto pode ser encarado por diversos campos de saber, até mesmo, para finalizarmos uma parcimoniosa lista de ilustrações, em relação à qual já falamos sucintamente, pela Psicanálise, pela Psicologia Analítica (Jung, 1977) e pelos demais tipos de Psicologia.

Já que mencionamos Julia Kristeva, é muito oportuno reiterar esta sua citação, que entrelaça alguns desses campos do saber que, até aqui, vimos tentando mostrar como interdisciplinares:

O estudo estrutural das línguas naturais forneceu aos semióticos métodos aplicáveis às outras práticas semióticas. Foi por ele que a semiótica se formou antes de encontrar sua razão de ser no estudo das práticas semióticas que não seguem o que a linguística crê ser a lógica do discurso natural, regulamentado pelas normas da comunicação utilitária (observada pela gramática). (KRISTEVA, 1998, p. 26, sublinhei)

²⁵⁹ O autor faz menção à obra: BRANDÃO, Helena N. (Coord.). *Gêneros do discurso na escola*. São Paulo: Cortez, 1999, pp. 17-45.

É de notar a precisão científica que estabelece, no fragmento de Kristeva, uma associação de “discurso natural” à busca por uma lógica proveniente da Linguística, além de associação da “comunicação utilitária” à ideia de Gramática, e como essas duas perspectivas enunciativas se encontram num denominador comum, além de encararem, algures, um elemento paralelo: a Semiótica.

Ainda sobre a fluida (e frutífera) tentativa de estabelecer fronteiras acerca do conceito de texto, Lucia Helena L. Matos leciona, em sua tese de doutorado:

Para direcionarmos o conceito de intertextualidade como uma projeção, um mapeamento de um texto em outro texto, precisamos assumir uma definição de texto (apesar da polémica gerada por tal conceito), que, para nós, possui limites não discretos e apresenta membros ou propriedades prototípicas e periféricas. Parece-nos que esse encaminhamento pode albergar definições múltiplas. (MATOS, 2006)

Em seguida, são apresentadas citações a que, por nossa vez, também recorreremos:

Texto é sinônimo de sistema de signos, quer se trate de obras literárias, de linguagens orais, de sistemas simbólicos sociais ou inconscientes. (KRISTEVA, 1974a, p. 60)

Um texto é mais bem pensado não como uma unidade gramatical, mas antes como uma unidade de tipo diferente: uma unidade semântica. A unidade que o texto tem é uma unidade de sentido em contexto, uma textura que expressa o fato de que ele se relaciona como um todo com o ambiente em que está inserido". (HALLIDAY & HASAN, 1976, p. 293)

O texto é uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos falantes, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros na interação não apenas a apreensão dos conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais. (KOCH, 2001b, p. 177)

Creemos que tenhamos mostrado, sem pretensões ontológicas, parte da imensa gama de abrangências possíveis de estudo do texto. Ou, em outras palavras, algumas das muitas perspectivas a partir das quais o texto é (pré)definido para, então, ser pesquisado.

No entanto, para que uma gramática não se torne um mero recorte panorâmico de várias perspectivas para análise do texto, tampouco um projeto de tratado de Linguística Textual, será preciso que se deixe claro que o texto é enfocado, em sua técnica de fatura, segundo critérios de textualidade que se permitam à análise gramaticológica. Isso significa que esses critérios devam ser

pesquisados segundo estruturas de organização e conceituação (funcionamentos) mais ou menos homogêneos ou estáveis, internos, calcados prioritariamente no método estruturalista da ciência, que se possam sujeitar à investigação do olhar de um estudioso de gramática, que, entretanto, para desenvolver sua competência completa, como frisamos, exerça também reflexão sobre essa gramática.

Em resumo, reconhecemos, sim, que o texto é reivindicado, entre tantos ramos de ciência, pela Linguística, aproximando-se, nesse caso, quer-nos parecer, do conceito linguístico de *discurso* (ou ainda *enunciado*, para alguns).

Para Weinrich, segundo Koch (2001b, p. 13), “toda Linguística é, necessariamente, Linguística de Texto”. Koch prossegue afirmando que “A Linguística toma, pois, como objeto particular de investigação não mais a palavra ou a frase isolada, mas o texto, considerado a unidade básica de manifestação da linguagem [...]” (KOCH, id. Ib., p. 14)

Reconhecemos, também, por outro lado, que a gramática possui espaço assegurado, em diálogo com a Linguística e mesmo com as demais disciplinas interessadas na textualidade, para lançar-se às investigações textuais, desde que estabeleça os limites, sobretudo pela via do método estruturalista, repita-se, a que quer chegar com essa empresa, algo que faremos adiante, neste capítulo.

Marcuschi esboça esse espaço de interseção em que a gramática coparticipa, com certa autonomia, não obstante, do interesse da Linguística:

Proponho que se veja a Linguística do Texto, mesmo que provisória e genericamente, como o estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos e orais. (Marcuschi, 2001, p. 12-13).

Dado esse panorama de diálogo interdisciplinar e intercientífico necessário ao que consideramos lícito denominar “Gramática do Texto”, com seus pontos de convergência e divergência, partamos a uma importante distinção elaborada por Mattoso Câmara Jr., que, como cremos, ajudará a elucidar tais pontos.

Aqui, ele retornará ao discernimento originário deste capítulo, qual seja o que pretende situar o conceito de discurso (*parole*) mais estritamente ao interesse investigativo da Linguística, e o conceito de Disciplina Gramatical (ligado à *langue*) como objeto de estudo protagonista da gramaticologia, aliás, termos análogos (não idênticos).

Com essas informações propedêuticas, somadas ao conceito de texto que elaboraremos, podemos direcionar nosso enfoque sobre o fenômeno do texto pela ótica da gramática, tendo a Linguística, a Pragmática, as Sociolinguísticas, a Psicolinguística, a Análise do Discurso como elementos auxiliares, e não centrais, nesta tese

Diz-nos o investigador Mattoso Câmara Jr., em duas distinções que, como dissemos, serão propedêuticas a este capítulo:

DISCURSO: Em sentido lato, é o termo que melhor corresponde em português ao termo PAROLE, estabelecido por Saussure. “É a atividade linguística nas múltiplas e infindáveis ocorrências da vida do indivíduo”²⁶⁰. É portanto a língua atualizada num momento dado, por um dado indivíduo, quer como FALA (discurso oral), quer como ESCRITA (discurso escrito). [...] A língua, sistemática, superindividual e centrípeta, nos dá a compreensão dos discursos, que se desenrolam apoiados nela com seus aspectos assistemáticos, individuais e dispersivos ou centrífugos (Jakobson, 1962, 285)²⁶¹ [...]. (CÂMARA JR., 1965, pp. 143-4)

O Mestre Mattoso reconhece o caráter de constante (e necessária) mudança na gramática normativa de uma língua, exatamente porque ela dialoga com o uso atualizado ou interacional cotidiano do discurso (é o que investigo mais aprofundadamente como a Teoria Geral da Gramaticalização).

Assim, Mattoso se expressa a esse respeito:

DISCIPLINA GRAMATICAL – Conjunto de prescrições que se estabelecem para impor uma norma linguística no uso falado e escrito. Veiculam-na o ensino escolar e a atividade do gramático. A disciplina gramatical procura fixar a língua em suas formas, tipos de frase, vocabulário, pronúncia e ortografia. Como toda língua está em constante e inelutável evolução, a vigência de uma dada disciplina gramatical é precária e sujeita a incessantes reajustamentos. [...]

A disciplina gramatical, na língua escrita, tende a se basear no uso literário, isto é, no uso de grandes escritores de determinada época.

[...]

A disciplina gramatical, para ser satisfatória, deve partir essencialmente da norma espontânea, sem fixar rigidamente a escolha de variantes alternativas; assim, em português: pl. *guarda-marinhas*, *guardas-marinha* e *guardas-marinhas*, locuções como *tenho de ir* e *tenho que ir*, casos especiais de concordância e de colocação dos pronomes adverbiais átonos. [...] (id., ib., p. 146-7, sublinhei)

²⁶⁰ O autor aqui cita outra obra sua: *Princípios de Linguística Geral*, Rio de Janeiro, 1959.

²⁶¹ Mattoso refere-se aqui à obra de Jakobson *Selected Writings*, de 1962.

Um questionamento que parece bastante oportuno para a articulação dos conceitos aqui pesquisados, de certa forma retrocedendo a área ainda mais ampla, diríamos (a linguagem), que as até aqui investigadas, é o seguinte:

Poderíamos também pensar em responder que a linguagem apresenta disposições tais que a tornam apta a servir de instrumento: presta-se a transmitir o que lhe confio – uma ordem, uma pergunta, um anúncio –, e provoca no interlocutor um comportamento, cada vez, adequado. Acrescentaríamos, desenvolvendo essa ideia sob um aspecto mais técnico, que o comportamento da linguagem admite uma descrição behaviorista, em termos de estímulo e resposta, de onde se conclui pelo caráter mediato e instrumental da linguagem. Será realmente da linguagem que se fala aqui? Não a estamos confundindo com o discurso? Se propomos o discurso como linguagem posta em ação – e necessariamente entre parceiros –, fazemos aparecer sob a confusão da petição de princípio, uma vez que a natureza desse “instrumento” se explica pela situação como “instrumento”. (BENVENISTE, 1976, p. 284)

Ora, como salientamos algures, é de estranhar muitíssimo que linguistas e gramáticos, em alguns casos, olhem-se com estranhamento, uma vez que, como de modo bastante claro lembra Claudio Cezar Henriques:

Gramáticas não são a única solução para os estudos linguísticos, mas não podemos deixar de considerá-las como uma alternativa pedagógica a somar-se a outras obras referenciais – sempre utilizadas criticamente e sob a perspectiva do bom senso.

Afinal, os enfoques descritivo e normativo, assim como o comunicativo, são importantes e compartilham mais do que se imagina: um interesse em questões de aceitabilidade, ambiguidade e inteligibilidade. Para isso, é preciso que os sociolinguistas vejam o normativismo com mais seriedade à luz de estudos sobre atitudes, usos e crenças linguísticos. Algo como defende David Crystal (p. 2-3), quando fala da representação abstrata das características centrais do idioma, as quais se compõem de dois modelos: o primeiro revela os três componentes da estrutura do idioma (o texto; o signo, a grafia, a fonologia; o léxico e a gramática); o segundo aponta para os usos (variações temporal, social, regional e individual). E completa, arguto: “o olhar *oniscuroso* do linguista observará cuidadosamente toda essa cena”.

[...]

Por isso, se a língua é o resultado da cultura e se concordamos com a definição de Mattoso Câmara de que a cultura é “o conjunto do que o homem criou na base das suas faculdades humanas: abrange o mundo humano em contraste com o mundo físico e o mundo biológico”, então podemos reconhecer que uma das tarefas que compete a um gramático é interpretar crítica e objetivamente esse resultado, ou seja, descrever efetivamente a língua como o veículo que a cultura tem para operar. (HENRIQUES, 2011, p. 46-47)

5.4 Adendo metodológico: resposta a Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau

Os eminentes pesquisadores geraram incontestável contribuição aos estudos linguísticos. Em diversos momentos, recorreremos a eles com o objetivo de clarificar ideias ou aprofundá-las.

No entanto, utilizamo-los como pretexto, na verdade, para discutir um trecho de seu *Dicionário de análise do discurso* (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2012, p. 168), no momento em que os autores definem, exatamente, DISCURSO:

Discurso – Noção que já estava em uso na filosofia clássica, na qual, ao conhecimento *discursivo*, por encadeamento de razões, opunha-se o conhecimento *intuitivo*. Seu valor era, então, bastante próximo ao do *logos* grego. Em linguística, essa noção, proposta por Guillaume, conheceu um impulso fulgurante com o declínio do estruturalismo e o crescimento das correntes pragmáticas. (op. cit. sublinhei).

Em seguida, Charaudeau e Maingueneau partem a uma série de importantes elucidações que opõem “Discurso” aos conceitos que, nesta parte da tese, vimos discutindo. Desse modo, há oposições de “Discurso” a “Frase”, “Língua”, “Texto” e “Enunciado”, o que, de antemão, gera a resposta que pretendemos aqui abrigar: isso porque, ao criar essas *oposições* conceituais, é exatamente pelo método estruturalista, que linhas acima os autores asseveram ter-se arrostado com o “declínio”, que eles, indiretamente, enveredam.

Reconhecemos que, ao falarem em “declínio do estruturalismo”, não necessariamente os autores apõem esta noção à de suposta “derrocada”, “extinção”. Ainda assim, cremos ser pertinente um contra-argumento, até porque, no início deste capítulo da tese, assumimos que é pelo método estruturalista que se deva construir a metalinguagem de uma gramática normativa.

O estruturalismo existe, naturalmente com outro nome, desde, pelo menos, Aristóteles, e, em Descartes, para só citar dois de seus grandes ecúmenos, desenvolveu-se a um nível de método científico cuja eficácia, somada à de outros métodos futuros, não se pode contestar. Em Karl Popper (1968) e Thomas Kuhn (1970), por exemplo, muito recentemente, o manejo desse método comprovou-se efficientíssimo para o desenvolvimento de qualquer ciência, direta ou indiretamente.

Por outro lado, os estudos que privilegiam a interação ou mesmo o Construtivismo (o Funcionalismo, de uma forma geral) vêm, da mesma forma, de longa data histórica, por exemplo, da retórica de Aristóteles, não constituindo novidade. De certa forma, até mesmo em Santo Agostinho, na Idade Média, há o delineamento da noção, quando este tocou na aquisição de conceitos pela mente humana, no que Wittgenstein viria a chamar de “definição ostensiva”.

As vertentes voltadas aos estudos de cognição e sociointeração, de que provêm a Pragmática, a Psicolinguística, a Linguística Cognitiva, a Linguística Textual, e outras, remontam, também, de antiquíssima data, certamente antes mesmo de Aristóteles. Em Platão, e na sua dialética, percebia-se a tensão (ali, de certa forma, irreconciliável) entre o ideal e a concretização desse ideal, indo-se até o simulacro, o que muito se aproxima da noção de “teoria do protótipo”, em Linguística Cognitiva, a qual, por outro lado, volta a buscar em Aristóteles e em seu empirismo (acrescido do vindouro experimentalismo), com os desdobramentos daí oriundos (o experimentalismo estésico por exemplo), a noção complementar de “construtivismo do conhecimento”.

Sempre convém lembrar que o estruturalismo, a propósito, foi fundamental na emancipação da Linguística e todas as suas vertentes, uma vez que foi exatamente com esse método, no início do século XX, que os primeiros linguistas (como Sapir, Meillet, Trubetzkoy) conseguiram desvencilhar-se do excessivo “psicologismo”. No Congresso de Haia, de 1928, a “emancipação” da Linguística, empreendida por Meillet, foi consensual. Isso, no entanto, não nos parece autorizar a falar num suposto “declínio do psicologismo”, haja vista que, como contribuição correndo em parilha com a Linguística já autônoma, ele veio a construir vertentes fundamentais à compreensão dos estudos da linguagem daí em diante, sendo ancilar, inclusive, à própria Pragmática.

A gramática gerativa, de Chomsky, é, também, proveniente dessa longa tradição mentalista, epistemológica, racionalista, idealista (platônica, preponderantemente), e defende, diferentemente da Linguística Cognitiva, uma autonomia da linguagem, no que, aliás, aproxima-se do modelo estruturalista (o Formalismo, de uma forma geral), que Saussure, no século XX, ratificou por sobre a noção de “categoria” aristotélica, entre outras noções objetivistas, formalistas e de interdependência e solidariedade entre membros (“dicotomias”), cujas origens

remontam à noite dos tempos na Filosofia Clássica, como, aliás, os próprios Charaudeau e Maingueneau reconhecem acima, ao definirem “Discurso”.

Hegel²⁶², com sua ideia de que, da tensão (necessária e conciliável) entre tese e antítese, nasce uma síntese, pode ser percebido como mestre de um método que, entre outros conceitos (e méritos), não aparta, em segmentos estanques, a cognição obtida mercê da ontologia (empirista/materialista/experimentalista) da cognição adquirida graças à epistemologia (racionalista/idealista/mentalista), mas vê, repita-se, no contraste entre elas, a síntese que faz emergir o conhecimento a partir do equilíbrio entre opostos conceituais, e não da adesão exclusiva e irrestrita, em qualquer esfera, espaço e tempo, a apenas um desses lados que se opõem de modo complementar, e não excludente.

Dessa forma, falar-se em “declínio do estruturalismo” parece falar-se em declínio de ideias que remontam, no Ocidente, ao menos, de Platão e Aristóteles. Ideias que, em diálogo com as também antiquíssimas correntes que vieram a culminar na Pragmática, geram a síntese inerente à construção do pensamento humano contemporâneo, cuja complexidade não soa esgueirar-se no “declínio” de um método racionalista aprimorado pelos milênios (o estruturalismo). Em vez disso, a aludida complexidade parece poder ser mais satisfatoriamente respondida e correspondida na visão do contraste entre esse método e suas igualmente antigas antíteses empiristas ou psicologistas, que, portanto, também, demonstram não ter entrado em suposto “declínio” quando foram momentaneamente afastadas, no início do século XX, para se delinear a Linguística (moderna) com base na metodologia estruturalista, e não na psicologista ou empirista.

Usar-se exclusivamente o método da Pragmática para se constituir, por exemplo, uma gramática de língua, e não de discurso, seria potencialmente, para se usar um eufemismo, ineficaz. Reconhecendo o mérito inegável de Ludwig Wittgenstein e suas *Investigações Filosóficas* (para citar um Arquitexto exemplificado no próprio *Dicionário de Análise do Discurso*), escrevemos o livro *Instâncias do sentido – o dicionário e a Gramática: múltiplas interconexões semiológicas* (CAETANO, 2012a).

²⁶² HEGEL. *Phänomenologie des Geistes*, Berlin, Guttenberg Spiegel, 1807, discutido em nossa **Introdução geral**.

A obra parte das teorias clássicas do significado e, despretensiosamente, vai até os desdobramentos desta teoria até o salto revolucionário empreendido por Wittgenstein, de que, certamente, a Pragmática é tributária.

Dizemos, em duas notas consecutivas de esclarecimento prévio:

Este trabalho procurará observar as teorias clássicas da semântica e do sentido em comparação às que contemplam o sujeito e a linguagem como forma de vida. Para fazer essa comparação, ele se valerá da gramática e do dicionário, os dois principais instrumentos de norma dentro de um idioma, demonstrando brevemente a história desses dois compêndios, assim como apontando para uma necessária inserção da visão de língua como práxis em suas confecções.

No entanto, não se trata de um trabalho didático, instrutivo, propedêutico, que vá “ensinar” a como se fazer a inserção aludida; em vez disso, comparando-se as teorias “clássica representacionista” e “wittgensteiniana” (além de outros pensadores que criaram filosofias da língua como forma de vida), procurar-se-á fazer um trabalho de cunho eminentemente descritivo, expositivo, crítico e dialético. (CAETANO, 2012a, p. 2)

O dicionário e a gramática são, basicamente, os dois livros que, numa dada língua, compreendem a sua Norma Padrão, como se disse. Este trabalho pretende demonstrar a necessidade de inserir-se, nesses dois compêndios normativos, a ideia revolucionária de Wittgenstein, mas, para isso, passará, antes, pela noção prévia que fora estabelecida, já nos estudos estilísticos de *desvio* em relação à *norma*. Esse fator apontou para a questão de que o *significado* está nos USOS que se fazem da língua, e não são estáticos, como queriam os primeiros teóricos da linguagem sobre a “língua comum”. Daí a importância de se falar em “Estilística”, antes da revolução mais radical de Wittgenstein, no que se refere a *significado* relacionado a *uso*. (CAETANO, 2012a, p. 3)

E, após o estudo, chegamos à seguinte conclusão:

4. Conclusão

Chegou-se à seguinte conclusão: a teoria clássica de representação ou nomeação da linguagem foi enriquecida, antes de tudo, pela escrita, e a conseqüente preocupação com o estilo, o que se timbrava, pouco a pouco, nas gramáticas e nos dicionários, que precisaram reformular suas concepções sobre significado. Em seguida, com a revolução instaurada por Wittgenstein sobre a língua e a linguagem, novas técnicas de definição e ensino precisaram ser inseridas às metalinguagens gramaticográficas e lexicográficas.

Concluiu-se, também, por uma complementaridade necessária de regulações entre o dicionário e a gramática, que se dá de forma mútua e que, para além disso, está em constante movimento, porque está na (e é forma de) *vida*, que se consubstancia e atualiza (*atos*) no *uso*.

Assim, por exemplo, o lexema é consequência ulterior do uso, que está em jogo e deve estar previsto na gramática: em primeiro lugar, uma palavra “nasce” no meio dos usuários, sem que estes se deem conta necessariamente dos mecanismos usados para aquela espécie de

atualização (competência e desempenho unidos, a gramática como essência inclusive do dicionário).

Isto é, a formação de um futuro novo lexema parte da noção abstrata provinda exatamente de outro lexema já existente; algo como a “captação da *essência* de um vocábulo” (em outras palavras, o seu *lexema*), que está, este sim, em pleno uso. Desse passo, o falante, antes de dar o cunho abstrato àquela nova *entrada*, põe em uso o novo *vocábulo* - isto é, concreto -, de que sentira necessidade, com tantas quantas sejam as flexões a ele pertinentes (ou sem elas, num vocábulo invariável). Só então um dicionário se dará conta de que há, surgida e efetivada, aquela nova entidade abstrata, pela qual passa, a partir de então, a ser responsável, dando-lhe a chancela da consagração da *langue* - o lexema, por fim, veio a lume. (CAETANO, 2012a, p. 45)

Portanto, reconhecemos a capital importância e mesmo o salto revolucionário que Wittgenstein instaurou. Mas o reconhecemos como complementar, na feitura de gramáticas (e até dicionários), e não como elemento protagonista, pois a aludida feitura pareceria, sem as regras da teoria clássica e do estruturalismo, portencialmente impossível.

Em outra obra de referência, Anne Hénault assim se expressa.

E continua sendo possível “ir a Saussure” e recomeçar uma grande leitura, segundo Hjelmslev, Benveniste, Jakobson, Lévi-Strauss e Greimas (para citar apenas alguns de seus grandes leitores): as notas manuscritas de Saussure não envelheceram, não cessam de oferecer uma leitura cativante por conta da mescla de observações vívidas, de vastas perspectivas, de imagens-metáforas adoráveis de valor explicativo e de paradoxos surpreendentes. (HÉNAULT, 2006, p. 26)

5.5 O texto: seus critérios e fatores segundo graus relativos de gramaticalização

Podemos resumidamente definir texto, no que concerne à sua tessitura alcançada pela gramática normativa, ou seja, como entidade gramaticalizada ao máximo, como o segmento verbal (isto é, que possui palavras) matéria originada da substância do discurso (cf. Aristóteles e Hjelmslev) com sentido completo, num dado contexto ou situação. Para a gramática normativa, pois, “[...] o enunciado origina um texto, e o texto é a cristalização de um enunciado. O que se reproduz, o que submete à análise é o texto, e nunca o enunciado” (cf. AZEREDO, 2010, p. 79).

Dessa forma, o texto possui elementos que o definem de acordo com critérios formais/estruturais ou mesmo discursivos/enunciativos. Em alguns casos, prevalecerá a noção de *langue*, e não a de *parole*. Isso dependerá do ponto espaço-tempo em que estivermos no *continuum* da gramaticalização.

Os aspectos discursivos, embora sejam de capital valor à interpretação (e mesmo ao mero entendimento ou intelecção) de um texto, devem ser elementos subsidiários à estrutura formal do texto no ponto derradeiro, a gramática normativa.

Bühler foi precursor nessa distinção, como ficou esboçado em nossa **Introdução geral**, pois, ao traduzir *la langue* saussuriana como *Sprachgebilde* (cf. CÂMARA JR., 1977, p. 41) (do alemão, "Estrutura da língua"), permitiu, subjacentemente, que o estudo do texto fosse chancelado como pertencente aos estudos de língua.

Por outro lado, ao traduzir *la parole* saussuriana como *Sprechakt* (Id.ib.) (do alemão, "ato de fala"), Bühler não apenas lançava as sementes do mesmo conceito encarado pelas Sociolinguísticas e, sobretudo, pela Pragmática, como, também, permitiu que os conceitos provenientes das disciplinas vindouras ajudassem (sem que fossem protagonistas) na compreensão total de um texto. Assim é que expressões como "atos de fala", "implicaturas", "implícitos", "pressuposições", "enunciados", "indiretividades", "inferências" (que veremos nesta parte) constituem fenômenos analisados por estudiosos do discurso/enunciação²⁶³ com o objetivo, ao menos o que para nós interessa aqui, de auxiliar na interpretação do texto.

Adiante, consideramos necessário, nesta parte da tese, cujo objetivo é, dentre outros, estabelecer a relação entre a Gramaticologia e a gramaticalização como teoria geral que predispõe regras de sistematização até mesmo à unidade comunicativa do texto, haver o esboço de como classificações textuais obedecem a regras sistematizadas por princípios de gramaticalização.

Mais adiante, proporemos a tomada metodológica da gramaticalização não mais na classificação de textos isolados, mas na pesquisa destes inter-relacionados, na paratextualidade, portanto.

²⁶³ Concordamos com o que assevera Fiorin: o texto é a manifestação do discurso, assim como o enunciado o é da enunciação (Fiorin, 2008b).

5.5.1 Alguns modos ou tipos (protótipos) de organização textual: obediência a certo grau de gramaticalização (rigidez formal-funcional)

Os chamados modos ou tipos de organização textual obedecem, para a sua classificação, a critérios formais e funcionais.

O modos ou tipos de organização textual distinguem-se dos gêneros textuais ou discursivos pela razão de que há muito menos quantidades de modos ou tipos. Enquanto os gêneros são potencialmente inumeráveis, os modos ou tipos restringem-se a apenas uns poucos. Originalmente, falava-se em apenas três: *narração*, *descrição*, *dissertação*. Hoje, pode-se falar em alguns outros e, sobretudo, reconhece-se com certa fluidez o hibridismo entre eles.

Como dissemos, os critérios de classificação de modos ou tipos de organização se vinculam aos pontos de vista formal e funcional do texto.

Do ponto de vista formal, antes de tudo, há elementos no texto que permitem que sejam classificados de acordo com seu léxico, sua perspectiva ou foco enunciativo, o tipo de substantivos e adjetivos utilizados (predomínio de adjetivos descritivos ou interpretativos, por exemplo), sua organização de parágrafos ou versos.

Do ponto de vista funcional, as funções da linguagem (cf. Halliday, Bühler e Jakobson) são importantes para que se possa, também, estabelecer sob que tipo de organização o texto se encontra. Assim, veremos, por exemplo, que o texto eminentemente dissertativo fará predominar a função referencial (ao lado da conativa); no texto injuntivo, predomina a função conativa. O propósito comunicativo, que também é uma noção mais vinculada à ideia de gênero textual, colabora com a classificação tipológica dos textos.

Assim, vamos aos principais deles.

Narração

Na narração, haverá sucessão cronológica dos fatos. Podemos dizer, basicamente, que a narração preocupa-se com a categoria de tempo. Haverá, portanto, dinamicidade cronológica.

O que, formalmente, marca essa sucessão é o predomínio de verbos nocionais de ação, além de usos de tempos verbais que propiciem a noção do tempo transcorrido ao longo do texto. Também é muito frequente o uso de advérbios e outras classes gramaticais e locuções que denotem cronologia e encadeamento cronológico, ao longo da coesão, como “agora”, “depois disso”, “em 1968”, “naquele instante”, “lá”, “ali” (com caráter temporal).

Descrição

A descrição privilegia aspectos de caracterização, física ou psíquica, de um objeto, pessoa, emoção etc. Podemos dizer, basicamente, que a narração preocupa-se com a categoria de espaço.

Do ponto de vista formal, serão observados substantivos (concretos ou abstratos), adjetivos, geralmente (mas não exclusivamente) descritivos ou caracterizadores, advérbios e expressões que denotam lugar.

Naturalmente, podemos observar descrições mais objetivas ao lado de outras mais subjetivas.

Assim, por exemplo, nada impede que se promova a descrição de uma emoção, de um sentimento. O que dará ao texto a tipologia predominante da descrição, no entanto, em contraste com a narração, vista acima, será a circunstância de que, na descrição, a estaticidade cronológica é mais visível, patente.

Um autor pode caracterizar o amor, inclusive de modo científico (hajam vista artigos científicos ou ensaios psicanalíticos sobre o tema). O que fará essa caracterização tornar-se uma descrição será o fato de que não predominará a passagem temporal dessa caracterização, mas, em vez disso, a sua descrição para num ponto qualquer da linha do tempo.

Exposição ou texto informativo

O texto expositivo ou informativo é um tipo específico de texto que mescla elementos da descrição e da narração. O que o faz tornar-se um tipo específico de modo de organização é o fato de que se privilegia, como seu próprio nome indica, a

informatividade do texto, isto é, trata-se de uma modalidade em que a função referencial prevalece ou domina o texto.

É muito comum que a exposição se concentre em responder às perguntas do *Lied* jornalístico, fornecendo ao interlocutor, geralmente de forma concisa, as seguintes informações acerca do fato: *o quê, quem, onde, como, quando, por quê, para quê*.

Dissertação

A dissertação é o tipo de texto em que o locutor defende uma hipótese, geralmente com o objetivo de elevá-la à categoria de tese²⁶⁴. Predomina, portanto, a função apelativa ou conativa da linguagem.

Como gênero textual que é, a dissertação ritualiza o texto de modo a que este alcance uma feição com certa estabilidade convencionalmente formal. Por essa razão, a dissertação é o modo/gênero eleito, por exemplo, para se redigirem dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos, ensaios.

Em função desse caráter persuasivo/convincente por meios formais de linguagem, a dissertação às vezes tende a ser mais impessoal, isto é, a adotar uma perspectiva ou foco enunciativo mais externo do que interno.

Evitam-se, pois, as formas de coloquialidade e excessiva pessoalidade no texto dissertativo. Isso não significa, contudo, que essas formas devam irrestritamente ser banidas dessa modalidade/gênero textual. Mas evitá-las é, sem dúvida, uma norma que se costuma seguir, até para que o texto fique caracterizado como dissertação.

Se uma dissertação começa a tornar-se muito coloquial ou muito pessoalizada, calcada em excessiva quantidade de opiniões sem fundamentações científicas ou racionais, o texto vai aproximando-se do gênero textual "crônica", em que a persuasão se dá sobre uma hipótese geralmente cotidiana, corriqueira, de modo informal, coloquial, emotivo.

Argumentação

²⁶⁴ Dissemos "elevá-la" pois a própria etimologia da palavra "hipótese" remete a "hipo" (= posição inferior) em relação à "tese" propriamente dita.

Texto em que se defende uma hipótese, com o objetivo de elevá-la à categoria de tese (tal qual a dissertação), usando-se, para isso, obrigatoriamente, argumentos, que, por via de regra, podem, até, ser enumerados e nomeados um a um.

A dissertação e a argumentação são tipos tão próximos que, em geral, aparecem numa expressão única: dissertação-argumentativa.

Diríamos que, de fato, são modalidades muito solidárias. O que as separa, por assim dizer, reside na questão de que uma dissertação diz mais respeito à ritualização formal do texto, à sua baixa (ou nula) coloquialidade, ao passo que a argumentação observa preponderantemente a circunstância de que se usaram argumentos (científicos ou subjetivos) para se tentar convencer ou persuadir o interlocutor a acatar como aceitável determinada ideia (a tese inicial).

Injunção

Na injunção, o que se busca não é tanto a defesa de uma tese ou ideia, mas, além disso, a tentativa de fazer o interlocutor agir ou não agir de acordo com o objetivo do locutor.

Predominam, portanto, verbos no modo imperativo. Gêneros textuais como receitas culinárias, bulas de remédio, horóscopos de jornal são injunções.

Texto híbrido

Difícilmente um locutor perpassa seu texto integral (quanto mais longo, mais essa afirmativa se torna válida) com um único tipo ou modo de organização. Normalmente, o que ocorre é o predomínio de um tipo (assim como o predomínio de uma função da linguagem, que vimos estar relativamente atrelado à noção de tipo ou modo), com recurso a outros tipos ou modos.

Isso faz com que concluamos que há uma gama vasta de textos híbridos, o que se consubstancia em sitagmas como dissertação-argumentativa, dissertação-expositiva.

5.5.2 Gêneros textuais – fronteira entre o discurso e o texto

Como vimos, a definição de texto não é uníssona e requer atenção no seguinte quesito: qual o ponto de vista que precede a análise da unidade em questão? Entretanto, expusemos as que cremos ser as mais frequentes definições, e elegemos algumas como prioridades da Gramaticologia/Gramaticografia, tentando demonstrar que a Teoria Geral da Gramaticalização tem como objeto de estudo, antes do mais, exatamente a sistematicidade que regula, até, os próprios textos.

O conceito de gênero textual, por seu turno, encontra-se bastante fluido, ainda mais particularmente que o de próprio texto. A tal ponto, que muitos pesquisadores nomeiam o mesmo conceito como gênero discursivo, acatando, pois, que, para se analisar essa questão, a distinção entre texto e discurso, que, como vimos, nem sempre é clara e discreta, apresenta-se, quando se estuda gênero, ainda mais difusa.

[...] é bom salientar que embora os gêneros textuais não se caracterizem nem se definam por aspectos formais, sejam eles estruturais ou linguísticos, e sim por aspectos sócio-comunicativos e funcionais, isso não quer dizer que estejamos desprezando a forma. Pois é evidente, como se verá, que em muitos casos são as formas que determinam o gênero e em outros tantos serão as funções. Contudo, haverá casos em que o próprio suporte ou o ambiente em que os textos aparecem que determinam o gênero presente. Suponhamos o caso de um determinado texto que aparece numa revista científica e constitui um gênero denominado “artigo científico”; imaginemos agora o mesmo texto publicado num jornal diário e então ele seria um “artigo de divulgação científica”. (MARCUSCHI, 2002, p. 21, sublinhamos)

De nossa parte, adotaremos a nomenclatura gênero textual, por termos tentado demonstrar que o objeto da gramática normativa, que é o alvo ou meta da gramaticalização, é o texto, e não o discurso. Ainda assim, ao falarmos em gênero, temos consciência de que o tema se atém preponderantemente às esferas discursivas, de *parole*, não de *langue*, por assim dizer prévias, no deslizamento da gramaticalização à sua meta.

O gênero textual é, pois, produto e produtor de práticas sociais, culturais e históricas, em que o texto é munido da prática sociointerativa, ambientada sobretudo (mas não exclusivamente, como ficou claro da definição de Marcuschi, acima) na perspectiva funcionalista da língua. Leva-se em conta a ideologia e o psiquismo dos

sujeitos que interagem, de acordo com o que foi visto neste mesmo capítulo em relação ao Círculo de Bakhtin, que foi o precursor desses estudos. Assim sendo, é considerado fundamental analisar o percurso sociocultural, no espaço e no tempo (na História) dos sujeitos interagentes.

Além disso, o gênero textual observa qual o propósito comunicativo do texto (o que se aproxima relativamente da noção de funções da linguagem, cunhadas por Bühler e Jakobson, no Círculo de Praga).

A riqueza e diversidade dos gêneros discursivos é imensa, porque as possibilidades da atividade humana são inesgotáveis e porque em cada esfera da práxis existe todo um repertório de gêneros discursivos que se diferencia e cresce à medida que se desenvolve e se complexifica a própria esfera. (BAKHTIN, 1982, p. 248)

Platão e Aristóteles já classificavam os textos sob a marca de “gêneros”. Isso quer dizer que os dois filósofos criaram classificações que “generalizavam” um conjunto de textos “específicos” (“espécies”) que, dadas algumas características em comum, poderia agrupar-se sob um mesmo apanágio.

Platão divide os textos em gêneros “sério” (a que pertencem a epopeia e a tragédia) e “burlesco” (a que pertencem a comédia e a sátira). Aristóteles, numa classificação que ganhou muito maior expansão e desdobramentos nos estudos futuros, classificou, em sua obra *Poética*, o texto de acordo com a voz e o objeto que se representa mimeticamente, criando a tríade de gêneros “épico”, “lírico” e “dramático”.

Os estudos empreendidos por Bakhtin, que também, como os de Aristóteles, originaram-se de textos literários, passaram a ocupar-se da prosa, em primeiro lugar. Com essa preocupação, Bakhtin percebeu que algo muito mais amplo e dinâmico que as classificações canônicas anteriores se fazia necessário.

Assim, pensou no texto/discurso, para agrupar-se em classes genéricas, como entidades interativas, produzidas em dialogismos em constante processo.

Como havia, nele, a visão teórica de Marx, que se ocupava de coletividades humanas (povos, massas), o Círculo de Bakhtin viu nessa “prosificação da cultura” um importante objeto, de certa forma inédito, a ser pesquisado. Essa mesma comunicação de massa, como salientamos, foi observada de perto pela Escola de Frankfurt. Basta lembrarmos que se estudaram a “indústria cultural”, “Eros e civilização” e outras articulações entre novos paradigmas culturais que emergiam

então (inclusive o comunismo) e novos paradigmas psicológicos fundados por Freud.

Em resumo, os gêneros textuais podem ser classificados de acordo com os seguintes aspectos:

- natureza da informação ou do conteúdo veiculado;
- nível de linguagem (formal, informal, dialetal, culta etc.);
- tipo de situação em que o gênero se situa (pública, privada, corriqueira, solene etc.);
- relação entre os participantes (conhecidos, desconhecidos, nível social, formação etc.);
- natureza dos objetivos das atividades desenvolvidas (MARCUSCHI, op. cit., p 34)

Assim, dão-se exemplos de gêneros textuais:

Telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante. (MARCUSCHI, op. cit., p. 23)

De nossa parte, partindo da dicotomia originária estabelecida por Bakhtin entre gêneros primários e secundários, partimos para uma hipótese de que há, no que chamamos de Teoria Geral da Gramaticalização, no deslizamento de gêneros mais “livres” para gêneros mais “fixos” um processo/paradigma gramaticalizador (porquanto, exatamente, conducente a um conjunto de regras cada vez mais rigidamente sistematizáveis). Assim, por exemplo, um poema e uma bula de remédio seriam exemplos extremos (entre outros) de protótipos de textos (ou gêneros textuais) respectivamente pouco (ou nada) gramaticalizados e altamente (ou totalmente) gramaticalizados.

5.5.3 Codificação ou constituição interna do texto: parâmetros formais-funcionais relativamente gramaticalizados de investigação textual

Como ficou explicitado, o texto se presta a inúmeras perspectivas que precedem a sua análise. A dicotomia básica segundo a qual o investigador parte à sua análise, que pode ser nomeada de modo simplificado como Funcionalismo e Formalismo, cria a epistemologia que lhe fornece o material de investigação.

Reafirmamos, aqui, o fato de que uma gramática de base normativista procurará observar o texto pelo viés eminentemente formalista, sem deixar de dialogar com os importantes resultados provenientes das pesquisas funcionalistas.

Assim, analisar a constituição interna do texto é parte intrínseca do escopo de uma gramática padrão, que, olhando para os elementos constitutivos – explícitos ou implícitos – do texto, tentará sistematizar, como é o objetivo geral de toda gramática, regras segundo as quais os textos se organizam em torno da informatividade, da codificação e da adequação que o tornam possível e analisável.

Sinalização

Conjunto de meios de coesão e coerência com os quais o produtor/locutor do texto situa o receptor/interlocutor, usando o código de que dispõe, sobre as informações relativas prioritariamente a *espaço e tempo* (situação ou contexto situacional) e *remissões internas* ao ambiente do próprio texto (contexto propriamente dito ou cotexto).

Dessa forma, por meios exofóricos (dêiticos) ou endofóricos, o locutor aponta, sinaliza essas categorias mentais indispensáveis à compreensão do texto.

Sinaliza-se um texto, portanto, com pronomes em geral (*isto, aquilo, lá, nós, eu, você*), advérbios (*amanhã, ontem, na semana passada, nesta cidade*), flexões verbais em geral, e todas as classes que, no contexto, exerçam funções análogas à desempenhada por essas três categorias.

Estruturação da informação

O caráter de informatividade do texto pressupõe que, na sua linearidade característica, criem-se meios de expressão capazes de prenunciar que algo novo será dito, o que será dito sobre isso, em que ordem esses dados aparecerão, o que deve ser inferido pelo locutor, o que precisa ser enfatizado (e como isso pode ser feito).

Referenciação

A unidade informativa básica do texto é o que podemos chamar referente. Ele explicita, por meio de vocábulos chamados normalmente de “lexicais”, o assunto sobre o qual o texto emerge. O referente aponta para o que Cassirer chamaria de “mundo dos objetos” (cf. Cassirer, 2009). As classes mais comuns para a referenciação serão dotadas de semantemas, como os substantivos, os adjetivos, os verbos, os advérbios, os numerais.

Ao conjunto de referentes remissivos a um determinado assunto, podemos chamar, genericamente, de campo semântico.

Predicação

É a parte do enunciado que informa ou predica o que se passa com o referente.

5.6 Transtextualização ou intertextualização: noção propedêutica

Um texto, pela exposição que apresentamos acima, geralmente é um processo de construção semântica e interativa empreendida com a participação de outro(s) texto(s). O locutor/enunciador produz seu texto, sob esse ponto de vista, exatamente segundo os critérios da Teoria Geral da Gramaticalização, isto é, parte

de uma unidade-FONTE (texto-fonte) que interage e se transforma, por diversos meios, em uma unidade-META (texto-meta), que o alocutário/enunciatário recebe e em cuja construção de sentidos prossegue.

Assim como ocorre com vocábulos lexicais (fontes) que se gramaticalizam (na gramaticalização *stricto sensu*) tornando-se vocábulos gramaticais (metas), há um, por assim dizer, comportamento análogo com os textos, que obedecem aos critérios de maior caráter paradigmático em deslize progressivo ao maior caráter sintagmático.

Assim, a transtextualização (pela intertextualização²⁶⁵) é o diálogo entre duas ou mais entidades textuais, em que, sob várias nomenclaturas²⁶⁶, percebe-se a fusão, por incorporação ou reelaboração, de um ou mais textos-fonte em um texto-meta.

Antes de partirmos à análise de elementos ou ocorrências transtextuais ou intertextuais com a Teoria Geral da Gramaticalização como metodologia, teremos de desenvolver alguns conceitos que levarão à verossimilhança deste que é nosso objetivo específico nesta tese.

5.6.1 Algumas noções de língua como elemento de comunicação: logos, ethos, pathos, estilo

Para iniciar esta parte, é importante que esboçemos o que será à frente explicitado: a comparação entre a “teoria clássica da significação”, também conhecida como “logocêntrica”, estabelecida por Aristóteles, com seu conceito de LOGOS (que, em grego, significa “verdade”, “ideia”, sendo o mesmo étimo que gerou a ciência da “Lógica”) e a “teoria semântica, expressiva ou estilística da significação”, também esboçada precursoramente por Aristóteles, com seus conceitos de ETHOS e PATHOS (afeita à sua “Retórica”).

²⁶⁵ Pode-se dizer que a intertextualização é um modo, e a transtextualização é uma finalidade ou mesmo produto. Distinção análoga se dá quando Diana Luz Pessoa dde Barros, em trecho que citamos anteriormente, estabelece entre enunciação, polifonia e dialogismo.

²⁶⁶ Investigamos essas nomenclaturas em nossas obras *Caminhos do texto e Desafios da redação* (CAETANO, 2010 e CAETANO, 2011)

1.2 Os três meios de persuasão

Os meios artísticos de persuasão são três: os derivados do caráter do orador (ethos); os despertados pelo caráter do orador no ouvinte (pathos); e os derivados de argumentos verdadeiros ou prováveis (logos); o outro, técnico ou artístico, porque se socorre dos meios de persuasão criados pelo orador. (ARISTÓTELES, 1991, p. 37)

Aristóteles afirma, ainda, o seguinte sobre o conceito de logos, articulando-o a outros que serão importantes para esta parte:

Nem todo *lógos* é declarativo (*apophantikós*), mas somente o *lógos* em que reside o verdadeiro e o falso, o que não acontece em todos os casos: assim, uma prece é um *lógos*, mas não é verdadeira nem falsa. Deixemos de lado os outros gêneros de *lógos*: seu exame é tarefa da Retórica ou da Poética. É o *lógos* declarativo que temos de considerar no momento. (ARISTÓTELES, 1998, p. 10)

Portanto, são três os aspectos que devem ser tratados a respeito do *lógos*: o primeiro, de onde virão os argumentos (*písteis*); o segundo, a respeito da *léxis*; o terceiro, como se devem ordenar (*táxai*) as partes do *lógos*. A respeito dos argumentos já falamos [...] Resta falar sobre a *léxis*, pois não basta ter o que se deve dizer (*hà dei légein*), mas é necessário também dizer como se deve (*eipeîn hos deî*), e importa muito o *lógos* aparecer de uma certa forma. (ARISTÓTELES, 1998, 11-12)

Foi naturalmente pesquisado em primeiro lugar o que é o primeiro por natureza: as próprias coisas (*prágmata*) a partir das quais se obtém o convencimento (*píthanón*). Em segundo lugar, como dispor essas coisas na *léxis*. Em terceiro lugar, o que mesmo tendo uma enorme força (*dýnamis*) ainda não foi tratado, tudo que respeita à interpretação (*hypókrisin*). Com efeito, mesmo na tragédia e na rapsódia isso penetrou tarde, pois, de início, os próprios poetas interpretavam (*hypekrínton*) as tragédias. Assim, é evidente que isso diz respeito tanto à retórica, quanto à poética (desta última trataram alguns, dentre os quais Gláucon de Teo). Consiste ela do relativo à voz (*phoné*), como se deve usá-la para expressar cada afecção (*páthos*). (ARISTÓTELES, 1998, p. 18)

Neste primeiro momento, abordaremos a questão da palavra ou língua como veículo de comunicação, e os meios teóricos com que ela se dá, o que pressuporá explicitações básicas sobre a Teoria da Comunicação e a alteridade.

Numa segunda parte, ainda dentro deste capítulo, falaremos da palavra ou língua em sua acepção cognitiva, isto é, focalizando-as não sob o viés predominante da inter-relação ou intersubjetividade, mas de sua conexão com a formulação do pensamento e/ou raciocínio (subjetividade) puros. Sabemos, entretanto, que há disciplinas que utilizam o adjetivo "cognitivo" como elemento em que inserem a interação, como a Linguística Cognitiva, para citarmos a que mais de perto nos interessa.

Citamos, para essa abertura, Breton, que parafraseia Aristóteles:

A palavra é o que especifica o humano. Ela se desenrola com base em três registros essenciais, que a constituem: a expressão, a informação, a convicção. Nesse sentido, os modos de comunicação por ela fundados se distinguem radicalmente daqueles que reúnem os animais dentro de uma mesma espécie, ou mesmo dos da máquina, cuja aptidão para comunicar-se à sua maneira é conhecida. (BRETON, 1999, p. 23, grifei)

Cabe ressaltar, antes de tudo, a inter-relação e a analogia entre as palavras de Breton acima e os estudos que Karl Bühler, austríaco, um dos precursores do Círculo Linguístico de Praga (década de 20 do século XX, círculo que fundou o chamado “Estruturalismo Diacrônico”, e que, entre outros trabalhos, se notabilizou pelo estudo da língua como função: as funções da linguagem ou, como preferem alguns, as funções da língua), de que faziam parte, entre outros, Jakobson, Trubetzkoy e Courtenay.

Isso porque Bühler já esboçava que a língua possui três instâncias básicas e coexistentes quando concretizadas no ato de fala ou de discurso:

- 1) a representação (al. *Darstellung*);
- 2) o apelo (al. *Appel*) e
- 3) a manifestação psíquica (al. *Kundgabe*).

Jakobson, por sua vez, acrescentou a essa tricotomia aristotélico-bühleriana mais três funções para a linguagem:

- 4) Metalinguística;
- 5) Poética;
- 6) Fática (cf. Jakobson²⁶⁷, 1963).

Bally, um dos alunos de Saussure que compilaram o *Cours*, por sua vez (cf. BALLY, 1940), atribuiu à palavra “valor”²⁶⁸ o sentido de “expressividade”, ou seja, tudo o que fugia do espartilho da norma estritamente denotativa, coercitiva e uníssona e podia ser visualizado à luz de fatores psíquicos, apelativos. Como se vê, Bally estava, no fundo, retornando às noções aristotélicas das três partes do discurso, sobretudo o pathos. Esse vislumbre abriu o ensejo a que se pudesse

²⁶⁷ Jakobson, e outros membros do Círculo de Praga, eram egressos da Escola de Literatura denominada “Formalismo Russo”, cujo principal representante é V. Chklovski, e, tendo retirado da literatura subsídios, contribuiu com a linguística de maneira inquestionável.

²⁶⁸ A noção de “valor” em Saussure era usada como pedra de toque do Estruturalismo, a saber, a questão de que o valor de um elemento (sintagma) se dá em contraste com o conjunto de elementos da língua (paradigma).

observar a manifestação da língua no discurso como reveladora de fatores sociais, econômicos, políticos, antropológicos, psicológicos, míticos, religiosos.

Bally considera a estilística como o estudo dos fatos expressivos da linguagem sob o parâmetro do conteúdo afetivo, como foi visto: seu conceito de “valor”. Para ele, há três zonas de aplicação da estilística:

- a) a linguagem em geral (universais estilísticos);
- b) uma certa língua (estilística da *langue*);
- c) o sistema expressivo de um indivíduo (estilística da *parole*) (BALLY, 1940, p. 13).

Desse modo, a noção de *desvio* da língua padrão ou comum veio a alcançar cientistas das mais variadas searas, como sociólogos, literatos, linguistas, antropólogos, psicólogos, psicanalistas.

Nem sempre haverá distinção nítida entre o emotivo e o expressivo. Para Bally, por fim, “é expressivo todo fato linguístico associado à emoção, isto é, à força de persuadir” (BALLY, 1909, p. 119).

Observe-se que, aqui, já se insere no domínio da linguística o que Aristóteles atribuía ao domínio da Retórica (ETHOS e PATHOS) e Saussure simplesmente considerava como não científico e, pois, não passível de estudos linguísticos.

Aqui, é importante esboçar a distinção entre lógica e retórica e, conseqüentemente, bosquejar uma distinção para ETHOS e PATHOS:

ETHOS:

Termo emprestado da retórica antiga, o *ethos* (em grego *ηθος*, personagem) designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. Essa noção foi retomada em ciências da linguagem e, principalmente, em análise do discurso, em que se refere às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal.

EM RETÓRICA

O *ethos* faz parte, com o “*logos*” e o “*pathos*”, da trilogia aristotélica dos meios de prova (Retórica I: 1356 a); por um lado, designa as *virtudes morais* que garantem credibilidade ao orador; por outro, comporta uma *dimensão social*, na medida em que o orador convence ao se exprimir de modo apropriado a seu caráter e a seu tipo social (Eggs, 1999: 32). Nos dois casos, trata-se da imagem que o orador produz em seu discurso, e não da sua pessoa real. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2012, p. 220)

Observe-se que os autores estabelecem a distinção, aqui, entre o discurso (a imagem) e a pessoa real (o sujeito). A questão da subjetividade e da intersubjetividade, que foi encarecida por Freud e Lacan, na psicanálise, e por

Benveniste e Ducrot, entre outros, na Linguística, será trazida, correlacionando-se, pois, o discurso à “pessoa real”.

PATHOS
EM RETÓRICA

No uso corrente, a palavra “pathos” é assumida atualmente no sentido de transbordamento emocional, geralmente sem sinceridade, aceção que não afeta seu derivado “patético”. Em retórica, o termo remete a um dos três tipos de argumentos, ou provas, destinados a produzir persuasão.

Função do pathos. A retórica repousa sobre uma teoria do espírito humano; enquanto os argumentos lógicos que agem sobre a representação podem fundar a persuasão ou a convicção, o pathos implica a vontade (no limite, contra as representações), e é nisso que ele é essencial (id. ib., p. 371)

Na Análise do Discurso e na Pragmática, costumamos dizer que LOGOS, ETHOS e PATHOS constituem os três tipos de EFEITOS PERLOCUTÓRIOS OU PERLOCUCIONÁRIOS que são procurados pelo orador. Vimos que, sob o viés dos estudos dos atos de fala, chegara-se à conclusão, que ora se mostra ter sido provisória, de que estudar os efeitos perlocutórios ou perlocucionários seria “pouco científico”. É grande mérito da Análise do Discurso ter alicerçado, com base em Aristóteles, uma teoria que consegue munir de elementos científicos o estudo que havia sido posto em plano secundário. Assim, são efeitos perlocucionários pretendidos porque:

- A) O orador busca agradar pela identidade que quer criar com o auditório (ETHOS);
- B) o orador busca informar, convencer, persuadir e influenciar o auditório (LOGOS);
- C) o orador busca comover ou demover o auditório (PATHOS).

Um outro nome de extremo valor na ciência da língua como cambiante mercê das interferências do indivíduo, sobretudo no que se refere à dinamicidade dos **significados** e das **funções** por meio do **uso**, foi André Martinet (século XX, década de 50).

Para Martinet, “estilo é um conjunto de escolhas, ou um afastamento em relação à norma” (MARTINET, 1985).

Também é importante ressaltar-se, sobretudo com o advento dos aludidos estudos de Martinet, seguido de antropólogos como Lévi-Strauss, Malinowski, DaMatta, Schwartz e, por fim, de Sociolinguistas Interacionais (como Levinson,

Gumperz, Schiffrin, Tannen) e Variacionistas (como Labov, Weinreich, Herzog, Moita Lopes, Schlieben-Lange, Tarallo, Preti) que, mesmo em relação à norma, não existe apenas uma dentro da mesma comunidade linguística, porquanto, em tal comunidade, serão sentidas variações (e, pois, **normas**) de cunho diastrático, diacrônico, diatópico, diafásico. É muito conhecido o esquema de Coseriu, que resume as diversas normas a que está sujeita uma comunidade linguística:

- a) linguagem familiar;
- b) linguagem popular;
- c) linguagem literária;
- d) linguagem elevada;
- e) linguagem vulgar etc. (COSERIU, 1967)

E, dentro de cada uma dessas normas, há, por assim dizer, *subvariações*, os chamados **registros** ou **níveis de fala**: formal, informal, tenso, distenso etc. Eles são como matizes, variações cromáticas de dadas normas ou mesmo variantes.

5.6.2 Algumas noções da língua como formuladora do pensamento e de (inter)subjetividade

Trazemos à discussão, agora, a noção idealista ou filosófica de língua como instrumento de formulação cognitiva. Para isso, remetemos a texto que aborda Sapir, a quem voltaremos adiante:

Em seu lendário livro *Linguagem: uma introdução ao estudo da fala*, publicado em 1920 (disponível na internet em www.bartleby.com/186/), Sapir argumentou que, mesmo em momentos de silêncio, sem serem pronunciadas, as palavras são usadas durante o processo de pensamento. Segundo ele, as pessoas, ao pensar, “deslizam para um fluxo silencioso de palavras”, que servem como “cápsulas de pensamento que contêm milhares de experiências distintas”. Essas ideias foram desenvolvidas e radicalizadas mais tarde por Whorf e são hoje conhecidas como a ‘hipótese de Sapir-Whorf’. Em sua forma mais dura, essa hipótese diz que, sem as palavras e sem os conceitos que elas trazem, sequer seria possível pensar. (SZCZESNIAK, 2005, p. 63)

Não precisamos discutir a questão de que a língua é, como diriam Jerônimo Soares Barbosa e os seguidores da tradição da gramática filosófica, um veículo de raciocínio. No entanto, neste capítulo, queremos enfatizar a comunicação inerente à língua, na discursividade, ou, repita-se, na questão da alteridade.

Assim, trazemos à luz dois enunciados propostos por Émile Benveniste. O primeiro enfatiza o locutor; o segundo, o interlocutor; ambos, parece-nos, sob o apanágio de “sujeitos”; isto para corroborar a tese de que a **subjetividade**, ainda que isoladamente enfocada, não ofusca o caráter da **intersubjetividade** da língua:

[...] a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Essa proposição como sujeito tem como condição a linguagem. É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamentada na realidade, na sua realidade, que é a do ser, o conceito de ego, se alcança a comunicação, ainda que interna. (BENVENISTE, 1976, p. 288)

[...] o que caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo. (BENVENISTE, 1976, p. 87)

Esta pode ser adotada, com efeito, como uma definição de “alteridade”.

O mesmo Benveniste procurará, em seguida, articular esse desenvolvimento, indispensável, como vimos, à presença do “parceiro”, querendo dizer, com isso, que a linguagem, concretizada na língua e registrada na sua gramática, servirá, no fundo, como instrumento de comunicação, com interlocutor “real ou imaginário, individual ou coletivo”.

Como “o ser humano é inconcebível fora das relações que o ligam ao outro” (BAKHTIN, 1998, p. 17), a alteridade sempre deve ser levada em consideração, a fim de que todos os conceitos da interpretação, mesmo os mais abstratos e filosóficos, sejam percebidos pelo teórico (e pelo usuário da língua em geral) como uma ferramenta efetiva de que ele poderá lançar mão em sua vida.

Dessa forma, o que Fiorin procura distinguir como interdiscursividade (cf. Fiorin, 2006), calcado nos estudos da Análise do Discurso (cf. CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2012), baseia-se, justamente, na competência que o sujeito possui (ou desenvolve) em observar, no seu discurso e na relação desse discurso com o discurso do outro, um teor de significações subjacente, que não seria claro a quem não tivesse essa competência interdiscursiva desenvolvida. Para isso, é preciso levar em consideração que o ethos discursivo (concebido aqui como “a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário”²⁶⁹) varia de tal modo, que as relações entre dois ou mais *ethi* precisa ser sempre evocada à discussão sobre teorias de discursividade, textualidade e, como

²⁶⁹ Como foi visto acima (Charaudeau e Mainguenu, 2012, p. 220).

mostraremos, gramaticalização. “O ethos de um discurso resulta de uma interação de diversos fatores: ethos pré-discursivo, ethos discursivo (ethos *mostrado*), mas também de fragmentos do texto em que o enunciador evoca sua própria enunciação (ethos *dito*) [...]”. (MAINGUENEAU, 2006, p. 124)

Cabe, aqui, outro breve ingresso na noção discursiva de ethos, a fim de que esta contribua como parâmetro para as noções sobre as quais a alteridade se calcará.

O termo é utilizado em Aristóteles com o sentido de

“[...] ethos percebido por um público, e não do ethos característico de um indivíduo ou grupo [...] A persuasão só é obtida se o auditório pode ver, no orador, que ele tem o mesmo ethos que vê em si mesmo: persuadir consistirá em fazer passar em seu discurso o ethos característico do auditório, para dar-lhe a impressão de que é um dos seus que se dirige a ele (ARISTÓTELES, 1991b, p. 34)

À noção de interdiscursividade, há pouco explicitada por diversos autores, ocorre em parilha a noção de intertextualidade, que Fiorin (2006) designa como a concretização da relação entre dois ou mais textos. Torna-se complexo estabelecer uma conceituação exata para a noção de texto ou textualidade, como vimos. Essa noção se torna ainda mais fluida quando se chega ao conceito de “gênero”, como também foi visto.

Por ora, queremos continuar nas questões alusivas à alteridade, indo, pois, à alteridade presente mesmo entre textos. Como já falamos o que consideramos suficiente, neste capítulo, sobre interdiscursividade, é fundamental que se complemente esta ideia com a de que, pelo que demonstrou Fiorin (op. cit.), a interdiscursividade se concretiza na intertextualidade.

O termo “intertextualidade” foi proposto, inicialmente, por Julia Kristeva (1977). Entretanto, é em Fiorin, mais uma vez, que buscaremos a sua elucidação: “[...] as relações entre textos ocorrem quando duas vezes se acham no interior de um mesmo texto [...]. Há no texto que se relaciona com ele o encontro de dois textos [...]” (FIORIN, 2006, p. 181).

Desenvolver epistemes sobre a capacidade de interpretar, não apenas entender, um texto significa desenvolver a capacidade de ver a relação subjacente desse texto (clara ou não, implícita ou explícita, metafórica ou metonímica) com outro texto. No mundo de hoje, em que grassam as relações de intertextualidade nos

diversos gêneros textuais, a incapacidade de observar implícitos e subjacências constituiria uma grave lacuna na formação intelectual, afetiva e social do sujeito.

A importância de desenvolver a competência de percepção de enunciações, e não apenas de enunciados, vem explícita num trecho como o seguinte, de Oswald Ducrot: “[...] o ethos se mostra no ato de enunciação, ele não é dito no enunciado. Ele permanece, por natureza, no segundo plano da enunciação: ele deve ser percebido, mas não deve ser objeto do discurso”. (DUCROT, 1980, sublinhei)

Como vimos, a impossibilidade de o ser humano viver alheio a uma comunidade, e a impossibilidade, ainda, de que a interação se dê sem a presença da linguagem/língua, tudo isso torna imprescindível a busca pela contextualização (com + texto) da gramática daquela língua que, sempre, estará como veículo de vida e convívio.

A heterogeneidade das relações sociais, complexas por natureza, gera um entrecruzamento de vozes que, na linguagem (consustanciada na língua, contextualizada em situações e contextos específicos de condições de produção), gera o que se conhece como “polifonia” (= “várias vozes”), que se imiscui, por fim, na concretização do “dialogismo”: “[...] A polifonia não se estabelece nos enunciados ou pontos de vista, mas na existência de vários locutores – reais ou representados.” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2012, p. 388)

[...] o dialogismo não é apenas a orientação da palavra ao outro, mas o confronto, no enunciado, das vozes ideológicas de um grupo social, num momento e lugar historicamente determinados. A descentralização do sujeito ocorre, então, num processo de tensão entre o eu e o tu, e o dialogismo bakhtiniano é entendido como interação entre locutor e destinatário (BRAIT, 2008, p. 87).

Dessa maneira, é capital desenvolver-se a aptidão de fruição do texto, para que ela ainda se desdobre, ao longo de toda a vida, em interpretações que contemplem a crescente complexidade das relações sociais. “[...] O texto deve ser visto em seu contexto e não pode ser completamente entendido e interpretado por meio de uma análise de elementos linguísticos [...]. Sintaxe, discurso e retórica devem ser integrados à abordagem”. (HEMAIS & BIASI-RODRIGUES, 2005, p. 110)

Como foi dito, fugiria ao escopo desta tese definir cabalmente “texto”, até porque “a riqueza e diversidade dos gêneros do discurso são infinitas, porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana [...] em relação às

suas esferas sociais” (BAKHTIN, 2000, p. 262). No entanto, por ser bastante lacônica, a definição do conceito de texto proposta por José Carlos de Azeredo (2010, p. 44) cabe vir reiterada aqui, com objetivos outros aos que se estabeleceram nos locais desta tese em que a discussão se processou:

[...] o texto é um produto da atividade discursiva, seja oral, seja escrita. Em um texto circulam, interagem e se integram informações várias, explícitas ou implícitas, ostensivas ou apenas insinuadas. Por isso, um texto tende a ser fruto de uma construção de sentido em que cooperam quem o enuncia e quem o recebe.

Assim, parece-nos que a discussão, aqui, giraria em torno de uma entidade que, de certa forma, é maior até que a da própria noção de texto de per se, pois que, ao analisarmos “gêneros textuais”, falamos em estratégias de desenvolvimento de interpretação de relações situacionais e contextuais, calcadas em complexas relações de (inter)subjetividade/alteridade, isto é, de relações sociais propriamente ditas. “Os gêneros não são apenas textos, nem comunidades discursivas, mas grupos de indivíduos que compartilham atitudes, crenças e expectativas” (SWALES, 1990, p. 119).

Portanto, ao falarmos em gêneros discursivos, concretizados no texto, ou, ainda melhor, na intertextualidade e na polifonia, conclui-se que os gêneros

[...] são entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa. Os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais, altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem espelhados às necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com renovações tecnológicas [...] (MARCUSCHI, 2002, p. 19)

Assim, fica claro que as constantes mudanças, mesmo tecnológicas e ideológicas, levam-nos a uma realidade dinâmica, que deve fornecer-nos não apenas a competência de ler e interpretar entidades estanques, mas, em vez disso, de sempre sermos capazes de articulá-las às mudanças que nos circundam.

6 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A GRAMATICALIZAÇÃO APLICADA AO INTERDISCURSO E AO INTERTEXTO

Para começar, precisamos retroceder à gênese da epistemologia/empíria sobre gramaticalização propriamente dita, para, só depois, vermos como a analogia à interpretação da Gramática textual-discursiva é operante.

Conforme mostramos, o primeiro teórico a explorar detidamente a gramaticalização foi Antoine Meillet, em 1912 (cf. Meillet, 1948 [1912]), em sua *Linguistique historique et linguistique générale*.

O que Meillet, em seu artigo inaugural, previu como gramaticalização foi a passagem de um item do inventário aberto (lexical) para um item do inventário fechado (gramatical), assim representado²⁷⁰:

(6.1) [lexical] > [gramatical]

Houve inúmeras contribuições a essa perspectiva de mudança, inclusive terminológica. Cite-se, mais uma vez, como importante correlata, a nomenclatura de Martinet:

(6.2) [vocábulo nocional] > [vocábulo instrumental]

Importante caso a que devemos nos reportar, aqui, é o dos processos de metáfora e metonímia que digam respeito à gramaticalização, para, em seguida, traçarmos a articulação que nos parece verossímil entre os casos de gramaticalização *stricto sensu* e a de gramaticalização *lato sensu*, que é, precisamente, a que estamos pesquisando neste artigo, ao promovermos a sua inter-relação com a noção mais ampla de texto e discurso.

Quando se fala em “metáfora” e “metonímia” em gramaticalização, não se deve confundir com os casos das figuras de linguagem homônimas. Só serão metáforas e metonímias pertinentes à gramaticalização aquelas que, partindo do

²⁷⁰ Consideramos, em alguns momentos, necessário reiterar explicitamente os conceitos categórico-prototípicos da gramaticalização, aqui, para, a eles, adjungirem-se noções que levarão à complementaridade que ora buscamos.

discurso, entrarem efetivamente no paradigma formal da gramática. Com efeito, este é um dos casos que comprovam por que funcionalismo (discurso) e formalismo (paradigma gramatical) não devem ser dissociados no estudo do fenômeno da gramaticalização. Estar-se-á propugnando pela tese da complementaridade entre Formalismo e Funcionalismo, no caso do fenômeno em tela.

Mais especificamente, ainda, nesta parte da tese, procuraremos definir como metáfora textual a que faz com que a interpretação de determinado texto concreto se dê mediante a consideração de um contexto extratextual que, embora oculto, possa e/ou deva ser igualmente levado em consideração para a interpretação completa do elemento textual explícito que se tem em mão. Esta é uma das razões por que o termo “metáfora textual” não difere muito do termo “paradigma textual”, pois ambos tocam no aspecto de que a concretização de um texto, que poderá ser concebida como o “sintagma textual”, ou o texto de per se, deverá, em casos de metáfora textual, recorrer a textos/intertextos/discursos/interdiscursos que permanecem ocultos ou implícitos, mas cuja apreensão é completamente necessária à interpretação do sintagma textual que se quer empreender.

Assim, Meillet prossegue com desdobramentos da linha sequencial que aponta (ou descreve) o processo de gramaticalização:

(6.3) [velhas formas] > [novas funções] (Meillet, 1948)

(6.4) [concreto] > [abstrato] (Predominante na metáfora e na metáfora textual²⁷¹.)

[-abstrato] > [+ abstrato]

(6.5) [-contexto] > [+contexto] (Predominante na metonímia e na metonímia textual²⁷².)

Daremos exemplos dos casos (6.3) e (6.4), tanto do ponto de vista da gramaticalização propriamente dita, ou *stricto sensu*, como da gramaticalização textual, ou *lato sensu*. Por ora, seria interessante a análise da passagem dos advérbios de lugar (provenientes de categoria cognitiva e gramatical mais concreta)

²⁷¹ Que serão desdobrados, ainda nesta parte da tese.

²⁷² Que serão desdobrados, ainda nesta parte da tese.

que deslizam gradualmente até os advérbios de tempo (mais abstratos²⁷³) e, em seguida, paulatinamente, até os de concessão, isto é, de categorias cognitivas mais concretas para categorias cognitivas menos concretas, como se disse, no seguinte *continuum*:

6.1 Metáfora em gramaticalizações propriamente ditas: [concreto] > [abstrato]

Padrão da linha unidirecional a estabelecer o exemplário: [espaço] > [tempo] > [condição] > [concessão] = [-abstrato] > [+abstrato]

Analizamos estes casos no capítulo 2 desta tese, na seção 2.1.

Perceba-se que o fato de chamar-se a essa passagem do concreto para o abstrato de metáfora se dá pela razão de que haverá elemento oculto (a condição da existência da metáfora) a ser decodificado e discursivamente adaptado pelo intérprete a fim de que o enunciado seja compreendido. Assim, quando deslocamos a noção de “ir” do lugar (e.g. “vou ao Japão”) para a de tempo (e.g. “vou falar com ele”), houve uma metáfora discursiva, já que o intérprete, para compreender a noção de futuridade, precisará lançar mão da noção oculta de deslocamento espacial, e adaptá-la à sua substância de deslocamento puro, mas não mais espacial, e sim temporal. Se não houver essa interpretação baseada no elemento oculto (o espaço ficou oculto), a interpretação não ocorre e, antes disso, nem sequer teria havido motivação linguística para a perífrase verbal baseada em “ir” passar a dizer respeito a tempo, e não mais a lugar.

Como vemos, a noção de metáfora está calcada numa noção de paradigma de gramaticalização (cf. LEHMANN, 1985), em que o contexto é menos claro (havendo até ocultamento de elementos aparentemente imprescindíveis à interpretação). Já a metonímia precisará de mais contexto do que a metáfora em gramaticalização, estando mais ligada, pois, à noção de sintagma de gramaticalização (cf. LEHMANN, 1985).

²⁷³ Uma das comprovações de que a categoria cognitiva de espaço é mais concreta que a de tempo é a profusão do verbo “ir”, desde o século XIV, para indicar-se não deslocamento espacial, mas sim temporal, futuridade, como em “vou ao Japão” X “vou falar com ele”, caso patente, exatamente por essa razão, de gramaticalização.

Por ora, voltemos à análise da metáfora textual.

6.2 Metáfora em gramaticalizações textuais: [concreto] > [abstrato]

Observe-se o transtexto/intertexto abaixo:

Figura 1- Charge: metáfora em gramaticalizações textuais segundo Caetano



Fonte: CARUSO, 2009.

Antes de analisarmos a charge, vamos a umas breves palavras de José Carlos Azeredo:

Alguns sentidos não podem ser deduzidos da mera associação entre os elementos lexicais e a forma sintática dos enunciados. Digamos que esses sentidos são motivados por fatores paratextuais. Trata-se dos sentidos

implícitos ou subentendidos, que os textos insinuam ou autorizam [...] (AZEREDO, 2008, p. 51)

A charge acima foi publicada em “O Globo” de 15 de setembro de 2009. A sua interpretação (o que vai para além da mera inteligência) está repleta de elementos ocultos (mesmo alguns elementos intratextuais são ocultos, como procurarei demonstrar), de cuja decodificação, entretanto, depende a completude do significado do **texto** e do **intertexto**. A esse entrecruzamento de informações, dá-se o nome de polifonia, intertextualidade, interdiscursividade (como foi visto) e outros, como “transtextualização, competências interacional e textual, atividade discursiva, contexto discursivo (fatores contextuais), condição discursiva, situação discursiva, paratexto, domínio discursivo, macroestrutura textual” (cf. AZEREDO, 2010).

No entanto, embora toquemos em alguns desses conceitos um pouco adiante, queremos analisar a charge à luz do que propomos ser um caso de gramaticalização textual por metáfora, porque o texto concretizado (o que seria a sua gramática) precisa recorrer a elementos alheios ao texto, sem o contexto apontado ou dito, mas apenas sugerido ou insinuado, e, ainda que haja elementos intratextuais (como o nome “Paes” e a imagem do Cristo), esses elementos precisam de um aporte interpretativo sobre elementos que lhes estão ocultos.

Ora, o episódio a que a charge faz menção foi o fechamento de um quadrilátero em pleno Centro do Rio de Janeiro, ordenado pelo prefeito Eduardo Paes, a fim de promover uma campanha a favor da diminuição do número de carros nas ruas.

Assim, a referência ao nome “Paes” diz respeito, explícito, ao prefeito. No entanto, a sua lógica interna no texto só se dá se o leitor conhecer a frase dita por Jesus Cristo na cruz: “Perdoai-os, Pai, pois eles não sabem o que fazem”.

Há, na charge, o que se pode chamar, portanto, de elementos provenientes de índice, e outros provenientes de signo. **Índice** pode ser brevemente definido como um item comunicativo que remete a outra coisa, de forma objetiva, “independentemente de toda vontade de comunicação” (PERELMAN, 1987, p. 244-5). Não é arbitrário (cf. Peirce, 1932-1963), mas motivado (ao menos parcialmente).

Já os **signos** são utilizados com vista a uma evocação; soem ser arbitrários (cf. SAUSSURE, 1984).

A má interpretação de um índice é um ERRO. A incompreensão de um signo é um MAL-ENTENDIDO. A distinção entre signo e índice provém de estudos de

Nova Retórica, pois uma disciplina como a Semiótica, por exemplo, pode afirmar que o signo é um conjunto e o índice está contido neste conjunto. Ou seja, o índice seria um tipo de signo.

O índice que nos evoca o elemento oculto da frase pronunciada por Jesus na cruz é o próprio Cristo Redentor, o monumento na cidade do Rio de Janeiro, que cumpre a função dupla, na charge, de situar o leitor na referida cidade, uma vez que se trata de seu símbolo turístico maior. No entanto, essa interpretação não é tampouco explícita, mas sugerida, e a ausência de conhecimento, por parte do leitor, sobre as palavras pronunciadas por Cristo na cruz faria com que a interpretação não alcançasse o tom de humor, chiste e ironia que busca alcançar. Isso sugere que, como disse Azeredo, mesmo um elemento textual (no caso, o índice do Cristo Redentor) pode gerar implícitos ou subentendidos, que só serão interpretados por uma leitura que alce o viés paratextual.

Isto é, o chargista contava com a capacidade interpretativa do leitor de captar elementos ocultos ao texto apresentado (dito ou enunciado). Sem essa busca dos elementos ocultos, o chiste não lograria êxito, e o texto precisaria de longas descrições explícitas para dizer o que, com poucos elementos linguísticos, verbais e não verbais, ele alcançou.

Assim, em resumo, torna-se nítida a articulação entre o elemento textual concreto (a sua realização física) e os elementos textuais abstratos (a sua realização metafísica, cf. Aristóteles, 16a3, 2013); e, ainda, o fato de que até mesmo elementos presentes no texto não de contar com um instrumental interpretativo que alce à abstração e ao ocultamento. Essa é a razão por que me parece legítimo chamar o caso de uma metáfora textual ou discursiva, pois lida com um elemento oculto que precisa ser evocado para a interpretação plena.

Ademais, o fato de haver, na descrição da gramaticalização, a passagem do elemento concreto para o abstrato, e a constatação de que se trata de recurso às relações paradigmáticas, que foram traçadas por Lehmann como parâmetros, outrossim, da gramaticalização, parece-nos bastante verossímil que se chame ao caso de interpretação acima exposto como um caso em que houve **gramaticalização por metáfora textual**.

6.3 Metonímia em gramaticalizações propriamente ditas: [-contexto] > [+contexto]

Como se sabe, a metonímia se dá *in praesentia*, isto é, na consubstanciação do sintagma, que é concreto. Assim, a contiguidade que proporciona a captação de sentido própria da metonímia se concretiza, precisamente, no eixo sintagmático, tanto no plano da gramaticalização propriamente dita, quanto no plano da **gramaticalização textual por metonímia**, dada, pois, no plano do parâmetro sintagmático da gramaticalização (cf. Lehmann).

Um exemplo de gramaticalização *stricto sensu* (ainda não a textual) por metonímia é o da locução conjuntiva “desde que”, que, apenas de acordo com o contexto, poderá ser classificada como temporal ou condicional. Assim, uma vez que elejamos que determinado emprego, posterior, carece de mais contexto que o anterior, temos visto o caso de gramaticalização concretizado:

(6.3.1) “Desde que ele chegou, não o vi” (tempo)

>

(6.3.2) “Desde que ele venha, falarei com ele” (condição)

Em (6.3.2) , percebe-se a gramaticalização em curso, pois, além de a locução ter provindo de uma outra, temporal (6.3.1), aqui, em (6.3.2), é necessário um aporte de contexto quase redundante: a presença do modo subjuntivo (ou condicional, para muitos gramáticos), a correlação ou servidão gramatical do futuro na oração principal (cf. “falarei”). A necessidade de um suporte contextual maior (até redundante no sintagma), além de se saber que a preposição “desde” é, antes, temporal (e, antes ainda, locativa), demonstram que o emprego condicional da locução “desde que” é um caso de gramaticalização por metonímia.

Num **nível textual**, pode-se dizer que as chamadas fotopotocas constituem, também, gramaticalizações por metonímia, porém textual-discursiva, enfatizemo-lo. Isso porque a **contiguidade** das montagens fotográficas só alcançará seu objetivo comunicativo se for dado um contexto muito específico (sobre [+contexto]) à montagem que se quer transmitir como enunciação.

6.4 Metonímia em gramaticalizações textuais: [-contexto] > [+contexto]

Figura 2- Capa da Veja: Metonímia em gramaticalizações textuais segundo Caetano



Fonte: Veja, 2005 – 6 de abril.

Na foto, se não houver a explicitude do enunciado dito “A GRANDEZA DA FÉ”, com sua subintitulação: “Ao expor seu sofrimento terminal, o papa João Paulo II mostrou a coragem dos grandes pastores e o significado original do sacrifício cristão”, a imagem do papa, embora dramática, não reportará necessariamente a um sofrimento heroico, estoico e exemplar; poderia, por exemplo (por que não?) remeter à imagem da verve contrária: covardia e intolerância à dor e ao sofrimento, ironizando-se, pois, uma suposta fé que não suporta o próprio sofrimento. Assim, somente a **contiguidade**, no eixo sintagmático textual, permite a decodificação da enunciação plena.

Desse modo, se a foto for retirada do contexto propiciado pelo enunciado verbal (neste caso), perderá muito (ou o todo) de sua significação. Portanto, operou-se, aqui, por metonímia textual, ao se aproximarem expressões (a verbal e a não verbal), de modo que a feição do papa sugira imediatamente um martírio digno de servir como exemplo cristão. Sem essa contiguidade, a mera expressão facial distorcida do papa poderia não alcançar aquela interpretação, e, portanto, ficaria descontextualizada e passível de interpretação pouco nítida ou até contrária à pretendida.

Assim, na capa da *Veja*, é necessário haver mais contexto [+contexto] e um nível operacional de contiguidade e presença. Na charge de Caruso, a metáfora lidou, ao invés, com o ocultamento de informações (por exemplo, as palavras de Cristo na cruz), o reconhecimento do ícone do Cristo Redentor como símbolo do Rio e o conhecimento do nome do então prefeito (Paes, foneticamente e ironicamente próximo de “Pai”, dita por Jesus) para promover a transtextualidade por ocultamento (metafórica) que, por fim, gerou a decodificação da charge como um todo.

Partindo-se à análise da interdiscursividade, no plano da gramaticalização interdiscursiva, vê-se que

Ao associar a imagem de João Paulo II - principalmente as características faciais - às cores que compõem a capa da revista *Veja* de 06 abril de 2005 - especialmente o preto que perfaz o fundo - arriscaria dizer que a cor preta embruteceu ainda mais a fotografia grotesca de uma papa que, admirado por sua força, perseverança e espírito aguerrido, clamou por socorro.

Quem sabe o bradar se dirigiria aos céus, já que João Paulo II parecia estar olhando para o mais alto.

Eis uma composição gráfica semissimbólica aberta a diversas interpretações.

Entende-se que a leitura aqui empreendida é um dos possíveis caminhos pelos quais o leitor da *Veja* pode ter caminhado quando se deparou com o clamor de João de Deus. Outras interpretações são perfeitamente cabíveis, já que o repertório de cada indivíduo constitui-se de experiências singulares. (SANTOS, 2006)

No nível da transdiscursividade (termo cujo prefixo, TRANS-, remete à ideia de uma **síntese** entre a relação dicotômica, tese-antítese, do discurso com o interdiscurso e do enunciador com o enunciatário), as correlações simbólicas entre

os materiais, metafóricos ou metonímicos, paradigmáticos ou sintagmáticos, respectivamente, dá-se no que subjaz ao contato estabelecido pelas conexões:

[...] no discurso pictórico, no desenho, ou no discurso verbal, a credibilidade das representações está submetida à densidade das conexões estabelecidas entre as figuras. Multiplicando os procedimentos de integração delas, o discurso cria mecanismos de referencialização interna [...]. A realidade não é mais o objeto, mas a transfiguração que sofre no contato com o sujeito. (TEIXEIRA, 2004, p. 232).

7 A GRAMATICALIZAÇÃO COMO HIPÓTESE DE METODOLOGIA DE ANÁLISE TEXTUAL-DISCURSIVA E INTERTEXTUAL-INTERDISCURSIVA

Muitos outros teóricos estabeleceram critérios e parâmetros para a aferição da gramaticalização. Entre eles, Lehmann (1985 [1982]) reestabeleceu a dicotomia saussuriana *sintagma X paradigma* como básica àquela aferição, como mostrarei abaixo.

O que pretendemos trazer como contribuição ao estudo, nesta tese, é o fato de que há, na relação do discurso com o texto e do interdiscurso com o intertexto, uma vertente teórica calcada na distinção entre sintagma e paradigma como casos de gramaticalização feita por Lehmann, apropriando-se, naturalmente, da famosa dicotomia estabelecida anteriormente por Ferdinand de Saussure. Isto é, poderíamos compor, para aplicarmos a releitura de Lehmann sobre a dicotomia de Saussure, uma nova releitura, ampliada da articulação Saussure-Lehmann, e, ora, falarmos em paradigma textual e paradigma discursivo X sintagma textual e sintagma discursivo.

É certo que nossa episteme não se afasta muito das noções já estabelecidas de transtexto (usamos aqui o prefixo TRANS- com a mesma ideia de síntese da interpretação baseada no contraste dialético hegeliano entre texto e intertexto, enunciador e enunciatário, como o fizemos com o termo “transdiscurso”, anteriormente. Q.v.), como deixaremos explicitado a seguir.

No entanto, nossa opção pela nomenclatura baseada na dicotomia paradigma X sintagma se justifica, repita-se, por ser a que Lehmann utilizou para estabelecer seus critérios e parâmetros de gramaticalização. Com isso, fica-nos mais fácil demonstrar que a gramaticalização ocorre, também, nas relações *in praesentia* e *in absentia* entre textos e discursos, além de poder ser valorizada como metodologia própria de investigação, auxiliar, aos estudos linguísticos.

7.1 Os parâmetros de Lehmann

Lehmann (1985 [1982]) definiu a gramaticalização sob os pontos de vista de Meillet (1948 [1912]) e Kurylowicz (1975 [1965]) simultaneamente: trata-se do processo pelo qual um lexema desliza gradativamente a um formativo gramatical e pelo qual um formativo gramatical desliza a um formativo mais gramatical. Um panorama sobre o que torna um item mais gramatical, e como isso se processa, numa escala de gradações bem definidas e imprescindíveis à detecção e descrição do fenômeno em pauta, foi apresentado.

Lehmann, voltando a Ferdinand de Saussure e aos pilares básicos do estruturalismo – paradigma/sintagma –, estabelece uma distribuição cartesiana de três aspectos divididos nas duas pedras de toque do estruturalismo aludidas.

Os aspectos ou parâmetros de Lehmann, divididos no sintagma e no paradigma segundo a visão saussuriana de sistema interno da língua (formalista), acrescidos da necessária inserção das forças externas (funcionalistas) são o PESO, a COESÃO e a VARIABILIDADE. De acordo com o eixo em que esses parâmetros se encontram (sintagmático ou paradigmático), eles ganham nomenclaturas próprias à sua especificidade capaz de tornar apreensível a gramaticalização.

Primeiro, estabeleceremos o quadro empreendido por Lehmann, que, como dissemos, dizia respeito à gramaticalização estritamente dita (passagens de itens do léxico à meta gramatical). No entanto, abaixo dos quadros que o autor propõe como parâmetros, amplamente utilizados pelos estudiosos da gramaticalização como se concebe até o presente, proporemos, de nossa parte, uma analogia em que se perceberá a plausibilidade de os mesmos parâmetros, *mutatis mutandis*, serem compreendidos para a aferição de uma gramaticalização que, pelo que queremos demonstrar, pode ser um modo de explicar as relações intratextuais e intradiscursivas, assim como intertextuais e interdiscursivas e, até mesmo, extratextuais e extradiscursivas.

Assim, o quadro, cartesianamente subdividido de Lehmann, encontra-se na página 164 (op. cit.) de seu livro. Abaixo, reproduz-se o quadro da obra original de Lehmann, com adaptações feitas de nossa parte, e comentários/exemplos também colacionados por nós.

7.1.1 Eixo Paradigmático

Quadro 4 - Parâmetro de Lehmann: eixo paradigmático

Parâmetros (aspectos)	Gramaticalização (GR) iniciante	Processo ou curso de gramaticalização	Gramaticalização (GR) avançada
PESO (Integridade)	Item provavelmente polissilábico, com preeminência de traços semânticos	Atrição fonológica Ou erosão fonética ²⁷⁴ por causa da dessemantização ou <i>bleaching</i> semântico ²⁷⁵	Item provavelmente dissilábico > monossilábico, com raros traços semânticos ou extralinguísticos
COESÃO (<u>Paradigmaticidade</u>)	Correlação e participação “frouxa” do item em dado campo semântico	Paradigmatização	Item integra paradigma pouco vasto e muito inter-relacionado a outros do mesmo paradigma
VARIABILIDADE (<u>Variabilidade paradigmática</u>)	Liberdade de escolha dos itens, segundo intenções pragmáticas de comunicação	Obrigatorização ou obrigatoriedade	Escolhas cada vez mais sistematicamente restritas > uso cada vez mais obrigatório > zero

Fonte: LEHMANN, 1985, p. 164.

Repare-se que, para Lehmann, mesmo a Gramaticalização Avançada não estanca o processo. Assim, mesmo itens altamente gramaticalizados podem deslizar

²⁷⁴ “Erosão fonética” é expressão preferida por Heine et al. (1991a).

²⁷⁵ Na verdade, embora, neste quadro, a dessemantização esteja apresentada como CAUSA das atrição ou erosão, não se estabelece, com muita clareza, a linha real de causalidade/consequência, isto é, pode ser que a atrição cause a dessemantização em alguns casos, assim como, em outros, o oposto é que se demonstra.

no *continuum* que caracteriza o processo. Dessa maneira, para autores como ele, a gramática de uma língua é um inventário em constante mudança e variabilidade.

Aqui, o que queremos demonstrar é o fato de que há uma gramática do texto, que, como a gramática da língua, também é um processo em aberto, um eixo contínuo. Em outras palavras, um texto, mesmo “gramaticalizado” (a partir de agora, não usaremos as aspas ao falarmos em texto ou discurso gramaticalizado), abre azo à gênese de outros textos dali oriundos.

Assim, por exemplo, Hopper (1991) afirma que a gramática de uma língua é sempre mutável, emergente, já que sempre surgem novos valores, funções, usos, para formas/funções preexistentes. O mesmo mecanismo se opera na gramática do texto. Os critérios de Hopper parecem querer esboçar com mais nitidez o grau [-gramaticalizado] > [+gramaticalizado], propondo-se ir além de Lehmann (1982) e de Traugott (1982).

Também há que notar que Lehmann salienta a correlação e interdependência entre os itens. No entanto, ele assume que se possam estudar esses aspectos de modo isolado, enfatizando-se um ou outro, sem que, com isso, repita-se, seja possível o isolamento completo, dada a interconexão complexa entre eles.

7.1.2 Eixo Sintagmático

Quadro 5 - Parâmetro de Lehmann: eixo sintagmática

Parâmetros (aspectos)	Gramaticalização (GR) iniciante	Processo ou curso de gramaticalização	Gramaticalização (GR) avançada
PESO (Escopo, objetivo, meta)	Relação de um item com constituintes de complexidade arbitrária	Condensação	Item modifica a palavra > o radical > a raiz
COESÃO (Conexão ou conexidade)	Independência de justaposição do item	União ou coalescência	Item é afixo ou morfema redundante ²⁷⁶

²⁷⁶ O plural metafônico é exemplo de categoria gramatical em que o plural se dá por mais de um morfema: a desinência de número e a abertura do timbre (traço morfêmico fonológico), constituindo, este último morfema, uma redundância à categoria de número, presente em alguns vocábulos da

			(geralmente traço fonológico)
VARIABILIDADE (Variabilidade sintagmática)	Liberdade de movimento do item	Fixação	O item passa a ocupar posições cada vez mais fixas ²⁷⁷

Fonte: LEHMANN, 1985, p. 164.

É importante observar-se, também, que, no eixo paradigmático, os três aspectos centrais da teoria de Lehmann apontam para baixa gramaticalização, ao passo que, inversamente, quando no eixo sintagmático, os parâmetros do mesmo autor revelam graus mais elevados de gramaticalização.

7.2 Os parâmetros de Lehmann aplicados ao texto e ao discurso

Nos níveis textual e discursivo, a gramaticalização no eixo paradigmático e sintagmático dirá respeito, como sugerem as nomenclaturas, à gradação processual de itens capacitadores de interpretação que deslizam de possibilidades de escolha (paradigma) ou distribuição mais livres e amplos em direção a possibilidades cada vez mais fixas e restritas.

Para os quadros análogos que proporemos, não faremos distinção entre texto e discurso, nem entre intertexto e interdiscurso, uma vez que consideramos que o parâmetro de gramaticalização pode explicar as duas ocorrências linguísticas (texto e discurso), sendo necessário, apenas, que se proceda, anteriormente, às conceituações que diferenciam essas ocorrências, as quais já esboçamos e às quais, ainda, retornaremos mais uma vez adiante.

língua portuguesa (além de ocorrer na língua alemã – o *Umlaut* –, na língua inglesa, francesa, espanhola e outras).

²⁷⁷ Quanto menos fixa a posição dentro do sintagma, tanto menor é o grau de gramaticalização. A esse respeito, Rocha (2005) defende a tese de que alguns dos itens atualmente arrolados na gramática como conjunções coordenativas são, na verdade, itens ainda em processo de gramaticalização, dentre outros fatores, exatamente pelo fato de não estarem em posição rigorosamente e obrigatoriamente fixa no sintagma oracional a que pertencem.

Não faremos também distinção entre paradigma textual-discursivo e metáfora textual-discursiva, que nos parecem termos cujo emprego epistemológico é bastante aproximado. Por fim, tampouco faremos distinção entre o que chamaremos de sintagma textual-discursivo e metonímia textual-discursiva, pelas mesmas razões.

Chamaremos, no caso do texto e discurso, nos parâmetros de gramaticalização por paradigma/metáfora, de OCORRÊNCIA ao que, em Lehmann, em nosso quadro acima, chamamos de ITEM. Assim, o texto/discurso é uma ocorrência, tal qual o vocábulo é um ITEM. No caso do sintagma/metonímia, daremos o nome de ELEMENTO ao que é, também denominado ITEM por Lehmann.

7.2.1 Gramaticalização textual-discursiva no eixo paradigmático/metafórico

Quadro 6 - Gramaticalização textual-discursiva no eixo paradigmático/metafórico segundo Caetano

Parâmetros (aspectos)	Gramaticalização (GR) iniciante	Processo ou curso de gramaticalização	Gramaticalização (GR) avançada
PESO (Integridade)	Texto/discurso provavelmente original, com preeminência de traços semânticos inéditos ou inovadores, passível de poucas associações a outros textos/discursos, pouca intertextualidade e interdiscursividade, muitas associações extralinguísticas	Atrição interpretativa por causa da dessemantização ou <i>bleaching</i> semântico, com redução das possibilidades de interpretação extralinguísticas e aumento da interpretação pelo viés da associação a outras ocorrências de texto/discurso (aumento da intertextualidade e interdiscursividade)	Ocorrência quase unívoca, índice-icônica, com raros traços semânticos extralinguísticos e prevalência de elementos intratextuais e intradiscursivos, chegando próximo à mera intelecção

COESÃO (<u>Paradigmaticidade</u>)	Correlação e participação “frouxa” da ocorrência em algum macrotexto ou macrodiscurso	Paradigmatização	Ocorrência integra paradigma textual-discursivo pouco vasto e muito inter-relacionado a outros do mesmo paradigma
VARIABILIDADE (<u>Variabilidade paradigmática</u>)	Liberdade de escolha da interpretação, segundo intenções pragmáticas de comunicação	Obrigatorização ou obrigatoriedade	Escolhas cada vez mais sistematicamente restritas > uso cada vez mais obrigatório > zero (passagem da interpretação ao dado, ou da retórica à lógica)

Fonte: O Autor, 2014.

Pela análise das relações paradigmáticas de gramaticalização textual-discursiva, observamos que, *grosso modo*, existem gêneros textuais cuja própria origem é menos ou mais gramaticalizada. Assim, por exemplo, um poema inédito, que não se paratextualize ou transtextualize (por incorporação ou reelaboração) com nenhuma outra ocorrência textual-discursiva, será pouco ou nada gramaticalizado. Isso porque, em seu PESO (INTEGRIDADE), conforme o quadro acima, corresponderá a um Texto/discurso provavelmente original, com preeminência de traços semânticos inéditos ou inovadores, passível de poucas associações a outros textos/discursos, pouca intertextualidade e interdiscursividade, muitas associações extralinguísticas.

Já uma bula de remédio, por seu turno, poderia corresponder ao protótipo de um gênero textual muito gramaticalizado, tendendo à necessidade de estabelecer rigorosamente as quatro **máximas** intelectual-pragmáticas de Grice (1989), retiradas, como se sabe, da releitura que Kant empreendeu sobre as obras de Aristóteles: **quantidade, qualidade, modo e relação**.

Antes de prosseguirmos, é preciso lembrar (o que foi feito, mostrando-se inclusive as críticas, na seção 5.2 desta tese) que Grice estabelece a linguagem como elemento unívoco em suas MÁXIMAS, mas não em suas IMPLICATURAS, que são formas de implícitos, inferências concretizadas na intersubjetividade do (inter)discurso vivo. Ora, quando se fere uma das máximas de Grice, esta é a sua teoria Pragmática, estar-se-á alcançando uma implicatura, isto é, infere-se algo daquela infração.

3) IMPLICATURAS E PRESSUPOSIÇÕES

IMPLICATURA e PRESSUPOSIÇÃO não são a mesma coisa, mas podem conter o mesmo objetivo textual em muitas situações.

Basicamente, um enunciado PRESSUPÕE outro se o último é uma pré-condição do primeiro. Ela comunica algo sem (aparente) intenção de fazer isso. Se o último enunciado (B) não fosse verdadeiro, o primeiro (A) seria falso igualmente.

Exemplos:

- A) Minha biblioteca está em reforma. PRESSUPÕE
- B) Tenho uma biblioteca.
- A) Vou inclusive a Paris. PRESSUPÕE
- B) Vou a outros lugares.

Já a IMPLICATURA é uma insinuação de algo que se disse ou deixou de dizer, como veremos melhor. Têm mais relações com a violação ou mesmo com o uso das máximas de Grice, que vimos acima.

Não é raro que um sentido implicado e pressuposto caminhem lado a lado.

Ocorre que há textos (até mesmo jornalísticos, embora mais raros) em que alguma ou algumas das máximas de Grice são violadas. Com isso, geram-se implicaturas, ou seja, geram-se PRESSUPOSIÇÕES que, também, devem ser interpretadas, sob pena de não termos sequer entendido o texto. Mais uma vez, é o ENUNCIADO X a ENUNCIACÃO que se promove. Ou seja, o texto pode ter palavras explícitas que violam uma das máximas acima e, com isso, IMPLICAR ou PRESSUPOR informações importantes para a interpretação do texto.

Por exemplo, no seguinte diálogo:

- A) – Pedro, que horas são?
- B) – Já está muito tarde.

Foi violada a máxima da quantidade, pois a informação requerida por A era saber exatamente as horas (1, 2, 3...?), e não se era cedo ou tarde. B deu menos informações do que eram requeridas. No entanto, ao violar essa máxima, B acaba IMPLICANDO ou fazendo PRESSUPOR que, para determinada atividade (motivo pelo qual pressupomos que A perguntava as horas) já não há mais tempo. Isso não foi dito, mas está IMPLICADO ou PRESSUPOSTO na ENUNCIACÃO, não no ENUNCIADO.

Outro exemplo:

- C) – Qual a sua nacionalidade?
- D) – Eu sou francês, mas sou simpático...

Também foi violada a máxima da quantidade: dessa vez, no entanto, foi dada mais informação do que requerida. Segundo o viés de B, os franceses, em geral, são antipáticos. (CAETANO, 2010. p. 103-104)

Portanto, o que Grice trouxe de novo em relação à “teoria clássica da significação”, de Aristóteles e à noção de razão (ou juízo) analítica e sintética de Kant, foi o fato de que Grice previa que, na infração, perfeitamente plausível nos atos de fala, das suas MÁXIMAS, espécies de tradução das Categorias aristotélicas e kantianas, haverá a abertura para a pluralidade de significações (e não apenas de significados), que carecem, pois, da “subjetividade da linguagem”, termo que ficou célebre no capítulo homônimo de Émile Benveniste (1976).

Sobre as primogênicas categorias aristotélicas, de que tanto falamos, e que ensejaram as posteriores análises de Kant e Grice, a que também tanto aludimos, são producentes as palavras seguintes, aqui, pelo fato de as observarem pelo viés do dialogismo, calcado na subjetividade dos interlocutores, além de nos fatores de implicitude (a pressuposição e as inferências, inclusive o que viria a ser a implicatura griceana) inerentes e indispensáveis à realização da discursividade:

Uma primeira observação a respeito das Categorias é a de que elas, ao marcar o “lugar” do discurso, marcam também a estruturação de um raciocínio que define a origem do argumento de um ponto de vista subjetivo e argumentativamente marcado. Definição (essência), propriedade (peculiaridade), Gênero (inerência, espécie) e acidente (transitoriedade) são marcas que determinam ou pressupõem uma relação dialética que podemos depreender no interior dos sistemas linguísticos, daí se inferindo a discursividade da linguagem. (FOCAS, 2006, p. 166-167)

Em nota de pé de página, sobre a relação dialética, a autora assim se manifesta: “Essa ‘relação dialética’ fundamenta todo o pensamento de Saussure, mais especificamente no eixo paradigmático e sintagmático e na definição de signo: ‘o signo é aquilo que ele não é’” (FOCAS, id., ib.).

Cabe, aqui, a explicitação do que vimos expondo: qual seja a circunstância de o ato de “interpretação” transpor, transcender o de “intelecção”. A diferença é semelhante à que existe entre **entender** e **interpretar** um enunciado, passando-se, pois, à enunciação.

Um exemplo disso pode-se evidenciar no contraste dos seguintes enunciados > enunciações abaixo apresentados, para cuja análise partimos do contraste de duas sentenças simples:

A) “Aquela menina é bonita, mas burra”;

B) “Aquela menina é burra, mas bonita” (CAETANO, 2012b, p. 49)

Ora, do ponto de vista meramente intelectual (a inteligência ou entendimento), as duas frases dizem a mesma coisa, possuem os mesmos referentes, significam, pois, a mesma ideia: uma menina que possui, simultaneamente, atributos de beleza (positivo) e burrice (negativo). Não há o que se dizer mais sobre esses enunciados, se nos mantivermos no plano do entendimento, linguisticamente conhecido como plano do enunciado, ou do significado propriamente dito.

Se partirmos para o plano da enunciação²⁷⁸ (ou da significação ou do sentido), contudo, que é o da interpretação, pois envolve os referentes físicos somados à força ilocucionária presente no enunciado, podemos chegar a conclusões mais amplas.

Voltando, então, à questão dos implícitos, são eles que nos dão pistas de ênfase, indiretidades, implicaturas, modalizações, topicalizações, pressupostos ou pressuposições, inferências plausíveis, efeitos obtidos e, até, mas somente em casos muito nítidos, bastante fluidos, implícitos em que se conseguem captar efeitos **pretendidos** pelo autor. Indo-se além, poder-se-ão captar, por vezes, até ideologias.

Assim sendo, nos enunciados A e B acima, podemos inferir que houve ênfase, no caso A, do atributo negativo da menina (a burrice), ao passo que, no enunciado B, pode-se inferir que a ênfase foi dada à característica positiva da mesma menina (sua beleza). Essa distinção, por topicalização (uma das formas de modalização), se dá no plano da **enunciação** (é, portanto, uma questão interpretativa), pois não está escrito (não está explícito) que o autor quis ou não quis enfatizar aspectos diferentes, tampouco a ênfase, por si só, é explícita. Mas um falante da língua, como somos, pode, por seu conhecimento de mundo e sua competência pragmática e linguística, sua GRAMATICALIDADE *lato sensu*, absorver essa indiretidade, esse implícito, esse pressuposto, essa ênfase por topicalização. Na língua, diferentemente da Matemática, a ordem dos fatores altera o produto.

Retornando à questão de gêneros discursivos ou textuais arquetipicamente “**nada > pouco > muito > completamente**” gramaticalizados, parece-nos lícito afirmarmos que textos burocráticos representem protótipos de gêneros extremamente gramaticalizados. Aí, poder-se-iam inserir notificações, ofícios, circulares, requerimentos, memorandos, relatórios, laudos, receitas.

²⁷⁸ Fazemos menção a que o termo surgiu de uma distinção psicanalítica proposta por Lacan (cf. Lacan, 2003), e foi, em seguida, desdobrada pelos estudiosos da Análise do Discurso, como Chareadeau & Maingueneau (2008), Maingueneau (2006), além de Ducrot (1980, 1989) Benveniste (1976).

Bakhtin (2000) também traça importantes distinções sobre discurso e estilo quando os cataloga dentro dos gêneros, a que ele antes de tudo parte em gêneros **primários e secundários**. Com isso, o autor analisa inclusive modalidades textuais inteiramente rígidas, como as ordens militares e os cabeçalhos e fechos oficiais de correspondências, em que não pode haver qualquer espontaneidade.

Entre esses extremos que traçamos como prototípicos, isto é, entre o texto burocrático e o poema (pertencente ao texto literário, de que falamos no capítulo 1 e a que retornaremos brevemente, inclusive ao inter-relacionarmos a pluralidade discursiva do texto literário à univocidade dos compêndios normativos – gramática e dicionário²⁷⁹, na síntese hegeliana a que já fizemos menção), apenas a título epistemológico de procura por estereótipos, diríamos que se situa o texto publicitário e midiático, em geral, como mostramos acima com as análises da charge de Caruso e da capa da Revista *Veja*.

Para fazermos um adejo sobre a História da Filosofia Ocidental, poder-se-ia dizer que, do ponto de vista da sua cronologia, o caminho que leva à rigorosa gramaticalização, mesmo a textual-discursiva, alvo desta parte da tese, é a que se dirige do caminho do Mito, ou Símbolo (cf. Jung, 1977 e Brandão, 1998), em direção à razão do Logos (cf. Aristóteles, 16a3, 2013), ou lógica (quase matemática, axiomática), tentando-se impor esse postulado à categorização do discurso, que, pois, *grosso modo*, desliza do subjetivismo pleno a uma tentativa de objetivismo pleno. Algo que Vendryès predissera ao afirmar que se nota, nas línguas indo-europeias, uma tendência a tornarem-se menos místicas e mais intelectivas com o passar do tempo. Isso seria um protótipo de gramaticalização ocorrendo, até, nas próprias línguas como um todo.

Em uma interpretação moderna, HORKHEIMER reverbera o pensamento dialético da Escola de Frankfurt, definindo-o como o espaço da “impossibilidade” do entendimento, fruto dos conflitos gerados por uma sociedade excessivamente iluminista, prisioneira de uma “razão lógica” cujo

²⁷⁹ Trataremos melhor dessa inter-relação após a analogia que faremos à gramaticalização estritamente dita, estabelecida por Lehmann, no eixo sintagmático de uma gramaticalização textual-discursiva. Ali, articularemos o texto literário, com sua pluralidade INTERPRETATIVA, à manufatura contemporânea de compêndios que, por sua natureza, deveriam ser rigorosamente denotativos, com univocidade INTELECTIVA, isto é, os dicionários e as gramáticas. Com isso, faremos uma espécie de antítese à tese central deste capítulo, ou uma voz de concessão em relação a ele, pois mostraremos que, mesmo em compêndios onde o texto-discurso deveria ser apresentado de modo totalmente gramaticalizado, há, pela complexidade dos estudos da linguagem contemporâneos, elementos e ocorrências pouco ou mesmo nada gramaticalizados. O que, aliás, aponta uma das razões por que, potencialmente, a gramaticalização nunca cessa de ocorrer.

resultado foi a destruição dos mitos e da Natureza, fios condutores de nossa relação com o mundo e com a realidade. (FOCAS, id., p. 164)

Para a Escola de Frankfurt, pois, que tentou unir as ideias socialistas, principalmente as de Marx, ao subjetivismo das relações, inclusive do discurso, principalmente na linha de Freud, trata-se de uma espécie de cerceamento imposto pelas condições sociais de coerção.

Creemos que a paradigmática ou paradigma/metáfora por gramaticalização textual satisfaça à análise das relações entre as ocorrências textual-discursivas. No entanto, esboçaremos uma analogia ao quadro que Lehmann estabeleceu para a gramaticalização pelo eixo sintagmático também nos casos de ocorrência textual-discursiva.

Lembramos, apenas, que, como sugere o nome sintagma ou metonímia, a análise se dará, agora, em termos de elementos em presença, isto é, concretizados no texto e no discurso, em relação a outros elementos também presentes. Desse modo, aqui, para o que em gramaticalização *stricto sensu* se chama ITEM, chamaremos ELEMENTO.

7.2.2 Gramaticalização textual-discursiva no eixo sintagmático/metonímico

Quadro 7- Gramaticalização textual-discursiva no eixo sintagmático/metonímico segundo Caetano

Parâmetros (aspectos)	Gramaticalização (GR) iniciante	Processo ou curso de gramaticalização	Gramaticalização (GR) avançada
PESO (Escopo, objetivo, meta)	Relação de um elemento com elementos de complexidade arbitrária	Condensação	elemento modifica o sintagma > o enunciado > o texto
COESÃO (Conexão ou conexidade)	Independência de do elemento	União ou coalescência	Elemento é praticamente tautológico, ou só ocorre por definição ostensiva (cf. Wittgenstein,

			1999)
VARIABILIDADE (Variabilidade sintagmática)	Liberdade movimento elemento	de do	Fixação O elemento passa a ocupar posições cada vez mais fixas

Fonte: O Autor, 2014.

Mais uma vez, à guisa de buscarmos protótipos, diríamos que a gramaticalização textual-discursiva por sintagma ou metonímia apresenta-se úbere nos textos literários e, mormente, nos poéticos. Assim, por exemplo, não se estranha que uma poesia apresente, em seu PESO (escopo, objetivo, meta), um sintagma com provável hipálage do tipo “*um pouco ficou, um pouco /nos muros zangados*” (ANDRADE, 1962, p. 12, grifamos).

À medida que avançamos na gramaticalização, no parâmetro ou aspecto, ainda, do PESO, a mesma bula de remédio utilizada como estereótipo acima (na metáfora ou paradigmática textual) pode ser aqui reevocada: um mero numeral que indicasse, na posologia, a quantidade diferente de cápsulas a serem ingeridas, por exemplo, modificaria todo o sintagma > o enunciado > o texto (a bula inteira se modificaria se se mandassem tomar 4 em vez de 3 comprimidos ao dia, por exemplo).

Quando descemos, ainda na gramaticalização textual por sintagma/metonímia, ao aspecto ou parâmetro da COESÃO (conexão ou conexão), vemos o extremo prototípico, no caso da gramaticalização avançada, do dicionário, em que a definição de um item é – *a priori*²⁸⁰ – exatamente sinônima ao próprio item, apenas por paráfrase, numa fixação necessária.

muro

s. m.

1. Obra (geralmente de alvenaria) que separa terrenos contíguos ou que forma cerca.

(HOUAISS, 2012)

Por último, na questão da VARIABILIDADE (Variabilidade sintagmática), podemos colocar como textos muito gramaticalizados os ditados populares (lexias),

²⁸⁰ Como foi dito, relativizaremos essa noção de que o dicionário só comporta itens cristalizados ou fossilizados.

em que, por vezes, a mera enunciação do seu início é suficiente para que o enunciado (texto/discurso) inteiro se consubstancie: “Diz-me com quem andas...”

7.3 A Gramática e o Dicionário: inter-relações da norma clássica com a dinâmica discursiva

Abramos, agora, a voz de concessão ou a antítese à tese da seção anterior, que preconiza a caminhada unidirecional do processo/paradigma de gramaticalização para os compêndios normativos da gramática e do dicionário, uma vez que, abaixo, mostraremos, sucintamente, que os dois compêndios da norma de uma *langue*, ou a sua “Gramatização” (cf. expressão cunhada por Auroux em sua obra *A revolução tecnológica da gramatização*, Auroux, 2009 [1992], a quem daremos voz novamente pouco abaixo), que são o dicionário e a gramática, como já se disse, aceitam, num dialogismo, ocorrências e elementos provenientes do discurso-texto, pouco ou nada gramaticalizados, o que seria, em princípio, uma infração à técnica de suas faturas.

Com efeito, André Crim Valente compilou importante obra, intitulada *Língua, Linguística e Literatura* (cf. VALENTE, 1998), em que há artigos que estabelecem a correlação entre o sentido (além do significado) e a gramática: o de Salomão, intitulado “O Papel da Gramática na Construção do Sentido” (cf. SALOMÃO, 1998) é um dos mais diretamente remissivos a quanto diremos adiante.

Neves (2004, p. 115), parafraseando Traugott e Heine, como vimos, chega a dar como uma das definições para gramaticalização a “parte da teoria da linguagem que tem por objeto a interdependência entre *langue* e *parole* [...]”.

Portanto, queremos observar, neste momento, a relação de reciprocidade dialógica que se dá entre o âmbito da normatividade, ou da gramatização (cf. Auroux, op. cit.) e gramaticalização, e o do discurso. Isto é, respectivamente as análises da *langue* e da *parole*, e as inter-relações mútuas e cíclicas entre ambas: estudos gramaticais e discursividade em moto-perpétuo.

Ocorre que o estabelecimento do texto caminhando do **âmbito literário** (estudado pela Estilística, entre outros campos de Estudos da Linguagem, onde sói prevalecer a conotação) ao **âmbito restritamente dicionarizado** (encarecido pela

lexicologia e lexicografia, gramaticologia e gramaticografia, entre outros campos dos Estudos da Linguagem, onde sói prevalecer a denotação)²⁸¹, parece obedecer ao princípio da linha (unidirecionalidade) da gramaticalização.

No entanto, há uma correlação, por vezes tênue, entre esses extremos a que nos referimos acima: o corpo literário-polívoco (interdiscurso-intertexto) e o corpo dicionarizado-unívoco.

A importância dos estudos literários e/ou estilísticos na percepção da pluralidade/flexibilidade de significações, para além dos significados, que, com efeito, costumam vir estampadas na gramática e no dicionário, *porquanto* compêndios da língua **escrita**, *conquanto* idealizadamente **unívoca**, vem em palavras de pensadores importantes como Auroux e Barthes, abaixo transcritos:

Consideremos, pois, a escrita. Como nasce a partir daí uma tradição de saber linguístico? Entre os babilônios, os egípcios, os gregos e os chineses parece ter se realizado um processo análogo. A escrita produz textos, em especial textos literários. Mesmo que seja evidente que toda escrita supõe normas, notadamente estilísticas, ela não parece produzir espontaneamente uma reflexão sobre a natureza da linguagem, até mesmo um saber codificado dos processos de linguagem a partir de suas técnicas próprias. (AUROUX, op.cit, grifamos)

Bem antes de Flaubert, o escritor sentiu – e exprimiu – o duro trabalho do estilo, a fadiga das correções incessantes, a triste necessidade de horários desmedidos para um rendimento ínfimo. (BARTHES, 2004, grifamos)

E em nota de pé de página, Barthes acrescenta:

Em alguns exemplos, tirados do livro de Antoine Albalat, *Le travail du style, enseigné par les corrections manuscrites des grands écrivains* [O trabalho do estilo, ensinado pelas correções manuscritas dos grandes escritores] (Paris, 1903): Pascal redigiu 13 vezes a XVIIª provincial; Rousseau trabalhou o *Émile* [Emílio] durante 3 anos; Buffon trabalhava mais de 10 horas por dia; Chateaubriand podia passar de 12 a 15 horas a rasurar etc. (BARTHES, id. ib.)

Esse caminho – o de se passar da técnica de listagens e nomeações (univocidade INTELECTIVA-denotativa), através do acréscimo que a escrita despertou em relação à preocupação com o estilo (pluralidade INTERPRETATIVA-conotativa) – é, modernamente, seguido. Assim, a atual feitura dos dois principais

²⁸¹ Queremos enfatizar aqui que apenas elegemos esses dois polos discursivos, mas sabemos, como foi mostrado acima, da existência de vários outros gêneros passíveis de análise na caminhada da flexibilidade semântica à fossilização semântica e até à perda semântica com ganho meramente icônico ou articulador de ocorrências e elementos textual-discursivos.

repositórios da língua padrão (ou NORMA **GRAMATICAL** – explicitação da razão pela qual se pode afirmar que o caminho à univocidade é uma forma de **gramaticalização**) acima aludidos (o dicionário e a gramática, repita-se) leva em consideração não apenas a denominada “teoria clássica da significação”²⁸², mas, também, epistemologias que apontem que a língua possui outras características além de ser um conjunto de engrenagens sistêmicas superiores ao indivíduo em todas as esferas, teoria positivista, cartesiana e durkheimiana de Saussure sobre a *langue*.

Isso ocorre porque o indivíduo e o discurso (*Parole*) também atuam sobre a língua (sincrônica e diacronicamente) e, ademais, a língua não é usada apenas como veículo de comunicação unívoca. Portanto, queremos dizer que mesmo o elemento-zero ou homofônico (em grau mais rígido, monolucativo e monitorado, isto é, não espontâneo) da linguagem, o ponto onde, por via de regra, não haveria chance de ruídos ou interpretações ambíguas, interlocutivas, polissêmicas, polifônicas, mesmo este elemento – a gramática e o dicionário – atua, hodiernamente, com o olhar sobre a pluralidade que o discurso impõe à chamada “teoria clássica da significação” (o aludido “elemento-zero”) de que a norma deveria ser espelho fidedigno. Trata-se, é claro, de influências da filosofia da linguagem, de ideias provenientes, dentre outros pontos, da Pragmática(-discursiva):

Uma vez, sob uma lua azul, um homem pretendeu apreender a relação entre os eventos que até então pareciam bastante independentes, e estabelece uma humanidade à nova dimensão de conhecimento. Einstein, demonstrando a relatividade do espaço e do tempo, era este homem. Em outro campo, e em um nível menos cósmico, Benjamin Lee Whorf fez algo semelhante, na classificação futura com outros grandes cientistas sociais como Franz Boas e James William. Ele compreendeu a relação entre a linguagem humana e o pensamento humano, como a linguagem de fato pode moldar nossos pensamentos mais íntimos. (CARROLL, 1998, p.111, traduzi²⁸³)

Desse modo, já se percebe que a noção de “língua comum”, ou *langue*, para Saussure, como “forma de norma da linguagem”, ou como “um princípio de

²⁸² Cujo primogênito foi Aristóteles, passando depois por Kant, Grice (em suas máximas, mas não em suas implicaturas) e outros, como mostramos anteriormente e explicitaremos ainda adiante.

²⁸³ Once in a blue moon, a man sought to grasp the relationship between events that hitherto seemed quite independent, and establishes a new dimension to human knowledge. Einstein, demonstrating the relativity of space and time, was this man. In another field, and in a less cosmic level, Benjamin Lee Whorf did something similar in the future rating with other great social scientists such as Franz Boas and James William. He understood the relationship between human language and human thought, such as language indeed can shape our innermost thoughts.

classificação”, ou como “algo adquirido e convencional, que deveria subordinar-se ao instinto natural em vez de adiantar-se a ele”, ou, por fim, “ao mesmo tempo um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (Saussure, 1984 [1916], p. 15-17) (em outras palavras, repita-se, “uma língua comum”, objeto da “teórica clássica da comunicação”, colhida de Aristóteles), já sofre abalos intrínsecos. Isso ocorre ao se falar, por exemplo, na intenção literária, ou mesmo numa prosaica capacidade da língua de “dar forma” (cf. “shape”, Carroll, acima) a pensamentos, ainda que estes não sejam necessariamente comunicados, ou, nas palavras do mestre genebrino, não estejam no “exercício dessa faculdade [de comunicação de ideias e pensamentos]” (Saussure, id. ib.).

O primeiro a tratar da questão da “língua comum”, como dissemos mais de uma vez, foi Aristóteles, considerado, pois, o primeiro semanticista do ocidente, timbrando à semântica uma noção que perpassa os séculos com inequívoco vigor. Em seu tratado *De interpretatione*, que já foi citado nesta tese com outro propósito, o estagirita afirma:

Toda e qualquer frase comporta um significado [...]. Mas, por outro lado, nem toda frase é declarativa, mas apenas aquela em que se ocorre pretender dizer o verdadeiro e o falso; e isso não ocorre em toda e qualquer frase; por exemplo, a prece é uma frase, mas não é verdadeira nem falsa. Assim, portanto, sejam deixadas de lado todas as outras frases – pois sua inspeção é mais apropriada à retórica e à poética – por sua vez, a frase declarativa pertence ao presente estudo. (ARISTÓTELES, 16a3, 2013, p. 119)

O que se percebe de análogo nas duas primogenituras acima apontadas (a de Aristóteles e a de Saussure) é o fato de que ambos procuraram isolar os estudos linguísticos e/ou semânticos a um corpo limitado da língua²⁸⁴, que não pretendesse utilizá-la, por exemplo, como objeto artístico, intertextual, interdiscursivo, polifônico ou metalinguístico, ou, nas palavras de Julia Kristeva²⁸⁵, “fazer da língua um trabalho

²⁸⁴ No caso de Saussure, a própria língua, excluindo-se, ainda, além da fala ou discurso, a diacronia, pois o mestre de Genebra considerava que estudar fatores históricos, além de não científico (pois esse era o método exclusivo de estudos linguísticos até então, o dos neogramáticos, daí a importância da ruptura de Saussure), fortuitos, atomísticos, eram, sobretudo, demasiado metafísicos, ou, parafraseando o autor do *Cours*, algures, seria como tentar “abraçar um fantasma”.

²⁸⁵ A autora que cunhou, em seu *Polylogue*, o termo “Intertextualidade”.

– *poiein* –, laborar sobre a materialidade do que, para a sociedade, é um meio de contato e de compreensão [...]” (KRISTEVA, 1974, p. 126).

A Autora complementa: “[Isso] não é distanciar-se, de saída, da língua?” (id., ib.) Kristeva, assim como os pós-estruturalistas em geral, não achava que “laborar sobre a língua” estivesse adstrito tão somente ao campo da língua literária, mas da língua falando de si mesma, ou seja, da metalíngua. Por essa razão, tais autores, além de outros agregados a outras epistemes, como Barthes, Deleuze, Benveniste, Austin, Searle, Wittgenstein, foram fundamentais para a observação de novas perspectivas linguísticas na manufatura de gramáticas e de dicionários.

A questão semântica sobre os vocábulos **instrumentais** (que, em primeira instância, pertenceriam ao inventário fechado e ao plano da gramática), diga-se em tempo, não é pacífica, como ficou esboçado.

Vamos a alguns exemplos.

Analisando uma “classe gramatical”, que seria a evolução das categorias gramaticais de Dionísio da Trácia, tendo como objetivo, embora não fosse a maneira como Dionísio o descrevia, a inserção de elementos muito ou totalmente gramaticalizados.

O artigo, por exemplo, de modo amplo, é um vocábulo instrumental. No entanto, sabe-se que ele é, muitas vezes, elemento de distinção *semântica* (textual-discursiva) de um dado enunciado, pois que teve, como elemento de partida, um pronome demonstrativo “semanticamente esvaziado”, como querem alguns. Será quer realmente a noção semântica foi totalmente esvaziada na passagem histórica do pronome demonstrativo (latim) > artigo (Língua Portuguesa)?

Bloomfield (2005, p. 110) chega a considerar os artigos formas *livres* (vocábulos nocionais, e não dependentes) exatamente por reconhecer neles a proveniência dos pronomes, assim os lendo:

this thing: that thing: the thing

this : that : (the)

Pode-se, de fato, ainda, em frases de situação, ou naquilo que a Sociolinguística Interacional chamaria de “frame” ou “script”, “conhecimento compartilhado” (cf. LEVINSON, 2007), apreender-se toda uma carga de sentidos expressa (ou antecipada) tão só, por exemplo, pela enunciação de uma preposição.

É o caso de, para darmos uma contribuição:

- (A) – Você gosta de...
 (B) – De?

Nesse fragmento de diálogo oral (por isso ter-se falado em situação, não em contexto), o “De” do falante B tem o sentido total: “Final, você quer saber se eu gosto de quê?”. É um ato de fala que propõe o interlocutor a uma ação performativa específica: completar o pensamento.

Aliás, a citada preposição passa a ter, juntamente com a provável significação nocional (extralinguística) que se lhe quer atribuir, uma tonicidade (plano suprasegmental, prosódico, fonético-fonêmico da língua, portanto, retornando-se ao aparato gramatical e discursivo a um só tempo) que não possuía quando era tão só instrumento gramatical conector ou transmutador de classes gramaticais²⁸⁶ (as duas funções primárias da preposição segundo a gramaticologia).

É também a diferença semântica (foneticamente reiterada, num elemento prosódico ou suprasegmental) que parece haver entre:

- (A) – Por que você veio?
 (B) – Você veio por quê?

Onde a tonicidade do “quê” faz sentir mais fortemente uma necessidade imediata de ser ele “preenchido” semanticamente, com um adjunto adverbial de causa, geralmente.

Ou seja, a questão do significado, cada vez mais, parece estabelecer-se à de comunicação, contexto, forma de vida, pluralidade, polifonia, como diria Kristeva, ou dialogismo, como diria Bahktin. Mesmo vocábulos de cunho eminentemente gramatical são atualizados em significados nocionais quando se deparam com a vida, algo estreitamente previsto por Wittgenstein e seu conceito de “jogos de linguagem”.

²⁸⁶ Por exemplo, em “de noite” ou “à noite”, as preposições serviram apenas para transformar o substantivo “noite” num advérbio (de tempo). Isso é transmutar classes, não através da derivação imprópria, ou hipóstase, ou conversão, mas através de uma presença mórfica: a preposição, no caso, repita-se. Tratamos disso em 1.3.

Ademais, é importante perceber a complementaridade dessas flutuações de significação, que levam dicionário e gramática, frequentemente, a promover um concurso de seus fatos e estudos.

Benveniste, ao tratar da natureza dos **pronomes**, aponta tal flutuação, já que, em tese, os pronomes pertenceriam ao inventário fechado da língua (plano da gramática), mas se atualizam no texto, no contexto, no discurso, na situação, com noções pertinentes ao inventário aberto (plano do dicionário), devendo ser tratados, portanto, por ambos os compêndios, ultrapassando-os, também, no que se refere às possibilidades de sentidos, por pertencerem, ademais, nas palavras do próprio Benveniste, a “instâncias do discurso”:

É como fato de linguagem que o apresentaremos aqui, para mostrar que os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são os signos. Uns pertencem à sintaxe da língua, outros pertencem àquilo a que chamaremos as “instâncias do discurso”, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada por um locutor. (BENVENISTE, 1976, p. 208)

Adiante, vê-se que Benveniste adota não apenas a alteridade da linguagem, mas também a subjetividade desta, como formas necessárias de análise das entidades sógnicas presentes.

Vale aqui, por fim, citar uma voz proveniente do estudo científico do sujeito, do Eu, do Ego, do Self. Quando Deleuze escreveu *O Anti-Édipo*, após leitura exaustiva e crítica da obra de Nietzsche como fomentadora do que ele considerava um unitarismo fascista pelo poder, imbricado na obra de Freud, trouxe à luz a ideia de que seria necessário inverter o platonismo, toda forma de platonismo ou idealismo, inclusive no que tange à UNIDADE de significado (para ele, o UM era sempre fascista, e, pior, morava dentro de cada pessoa desavisada). Assim, acusando o simulacro das ideias, significados e repetições ideais, propugnou, como salienta Élisabeth Roudinesco (Roudinesco, 2005), por “um caos dionisíaco, feito de dor, alegria e desordem, o caos festivo, intempestivo”.

Não é nos grandes bosques nem nos atalhos que a filosofia se elabora, mas nas cidades e nas ruas, inclusive no que há de mais *artificial* nelas. (DELEUZE, 2002, traduzimos; o grifo é original)

Desse modo, continua Roudinesco sobre *O Anti-Édipo*,

Com esse gesto, tentava ligar uma ontologia da multiplicidade e uma política do acontecimento, e era a Heráclito que se referia para mostrar que nada se repete identicamente – nunca se entra duas vezes num mesmo rio – e que todos os fenômenos são sempre múltiplos como fluxos completamente irreduzíveis a uma unidade. (ROUDINESCO, id., ib., p. 207)

Portanto, tentar reduzir o homem a unidades, quaisquer que fossem, sobretudo do pensamento e da comunicação, significaria reduzir o “animal humano”, como Deleuze gostava de falar, à execrável unidade proveniente de um simulacro platônico. Embora considerasse o pensamento de Wittgenstein também excessivamente “civilizado” (como a loucura sob as rédeas de Desidério Erasmo de Rotterdam), a pena e a voz de Deleuze serviram para ampliar o papel do sujeito, sobretudo das minorias (ou “sujeitos secundários”, na expressão de Sartre e Beauvoir sobre homossexuais, judeus, negros e mulheres [Sartre, 1943]) num sentido mesmo hugoliano, como intrinsecamente ligado à vida de todas as instituições sociais, a começar pelo idioma. Deleuze, embora niilista, para alguns, renunciava a chegada de um mundo sem alma, se os sujeitos se sujeitassem ao que ele chamava “usina de fabricar miseráveis: Cosettes, Valjeans, Thénadiers, Javerts” (Roudinesco, id. ib., p. 211).

Ele temia que o consumismo e a indústria cultural (para usar termos da Escola de Frankfurt, de que faziam parte Marcuse, Benjamin, Brecht, Horkheimer, Adorno) criava uma situação de “fascismo interno”.

No prefácio à edição americana de *O Anti-Édipo*, assim se expressa Deleuze:

[...] o fascismo que está em todos nós, que assombra nossos espíritos e condutas diárias, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar essa coisa mesma que nos domina e nos explora. (DELEUZE, 2002, p. 217, traduzi)

Vale a pena citar Deleuze (a quem Derrida considerava seu melhor interlocutor), por ser adepto do Pós-Estruturalismo, cuja reverberação se deu, também, como se disse, nas pesquisas sobre linguagem, conhecimento, raciocínio, lógica, desconstruindo-as, desmontando-as, criando novas perspectivas, também, portanto, sobre os estudos linguísticos.

Assim sendo, percebe-se que a língua é encarada de acordo com ênfases que se queiram atribuir a ela. Duas das principais são aquela que a focaliza como elemento de comunicação e discurso e aquela que a encarece pelo ponto de vista do pensamento ou da cognição.

Essas duas formas básicas de se encarar a língua encontram guarida no Formalismo e no Funcionalismo, que, como quisemos demonstrar, são reciprocamente necessários à compreensão mais ampla do fenômeno linguístico, e servem ambos à Teoria Geral da Gramaticalização.

Assim, indo ao exemplo de uma Teoria Geral que se ocupa dos casos da passagem de itens do discurso para a gramática, qual seja a gramaticalização, procuramos demonstrar que ocorrem processos contínuos e ininterruptos de fluxo dessa unidirecionalidade, mas também no sentido oposto, tanto no plano meramente lexical-gramatical (item), quanto nos planos do texto e do discurso (ocorrência ou elemento, segundo se fale em gramaticalização por metáfora ou metonímia textual-discursiva, respectivamente).

Este parece ser um material que contribui com os estudos que privilegiam a língua como um espectro mais amplo, em que o discurso (concretizado no texto) e a gramatização (concretizada na gramática e no dicionário) encontram, como tese e antítese que constituem, a sua síntese numa análise que se permita movimentos de reciprocidade, sem descartar a pancronia e a pantopia, síntese esta que é exatamente a Teoria Geral da Gramaticalização, baseada na visão de Lehmann, que privilegia anfibologicamente a variação sincrônica e a mudança diacrônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa tentativa de chegar a uma Teoria geral da Gramaticalização partiu, exatamente, de motivação similar à que ocorre nos estudos da gramaticalização como se fosse parte da Teoria da Variação: encontrar, no conjunto esparso de tratados que se escrevem sobre o tema da gramaticalização, um fio condutor que permita a codificação de uma Epistemologia, não apenas de uma Ontologia sem sistematicidade. No nosso caso, o que fizemos foi horizontalizar a dicotomia saussuriana (presente, como foi visto, também em Bühler, Gabelentz, Humboldt), tentando transformá-la por uma perspectiva que se constitui dialeticamente, para extrair dela uma síntese, que descreve a língua em si (“Coisa” hegeliana) e se processa pela gramaticalização, até mesmo confundindo-se com seu conceito puro.

Por isso, a fluidez semântica, sintática, fonológica, morfológica, presente no dia a dia da língua e de seu uso (pragmático-discursivo), vai, gradativamente, no espaço e no tempo, passando a encontrar correlatos timbrados nos baluartes normativos a que se aludiu. Tal mudança, e conseqüente registro no idioma, que, em suma, podem ser chamados de *progresso* (e o são, por exemplo por Vendryès, como visto na **Introdução geral**), constituem a dinamicidade da língua, que, pela Teoria Geral da Gramaticalização e seu método, são, em suma, a própria língua descrita por completo.

Por essa razão, a postura do pesquisador, no que tange aos estudos dessa língua, deve agasalhar atitudes de investigação pancrônica, que, a um só tempo, proveem o objeto investigado de comprovação e de métodos de perquirição de sucessivos “estados de língua” (cf. SAUSSURE, 1984 [1916]) que não cessam de ocorrer.

A variação e a mudança na língua assomam como fatos inelutáveis. Dessa forma, a gramaticalização, conquanto possa ser fenômeno oriundo da fala (ou da concepção discursiva de oralidade) ou mesmo da escrita particular de algum autor, lugar ou época, tende a constituir, a partir do momento em que os usuários do idioma consagram aquela mudança no plano pragmático-discursivo, o próprio sistema funcional e a própria estrutura (ou conjunto de estruturas) gramatical, inclusive normativo ou prescritivo (concepção discursiva de escrita), do idioma, ampliando-se, portanto, o paradigma deste idioma.

Sob nosso ponto de vista, cabe à gramaticalização, como Teoria Geral, não apenas categorizar itens do inventário aberto (discursivo ou lexical) que passam a pertencer, exclusiva ou simultaneamente, ao inventário fechado (gramática). Cabe a essa Teoria Geral estagnar-se, muitas vezes, numa postura investigativa momentânea, sobre cada um desses polos, e aprofundar-lhes conceitos, desdobrando-lhes possibilidades analíticas e sintéticas.

Assim, já num primeiro nível, constatamos que se trata de teoria autônoma da Sociolinguística, uma vez que esta, por exemplo, não se preocupará com o aprofundamento em aspectos da gramaticografia e da lexicografia, as quais, por serem consequência (e causa) da gramaticologia e da lexicologia, interessam, sob nossa perspectiva, à Teoria Geral da Gramaticalização. As estagnações momentâneas a que vimos de aludir coexistem com a ida posterior ao diálogo entre as pesquisas empreendidas em cada polo. A gramaticalização intenta descrever a língua como um todo, e, para isso, precisa equilibrar-se sobre o deslizamento que vai do discurso/léxico à gramática (prescritiva), mas também desmembrar, para conhecer, os elementos do discurso/léxico e da gramática. Não interessa à Teoria Geral da Gramaticalização tão somente constatar que existem deslizamentos como os apontados há pouco: interessa-lhe, acima disso, a busca da compreensão das estruturas, em todos os níveis, que perfazem o funcionamento sistêmico de um idioma, sob os prismas preponderantemente interativo, ideacional, pragmático, sociolinguístico, cognitivo, normatizado, normativo.

Percebemos que a gramaticalização, quando circunscrita ao âmbito do item [lexical] > [gramatical], enfatiza a mudança por um aspecto qualitativo. Ao trabalhar no nível do discurso, sublinha o aspecto quantitativo (a linguagem adulta de falantes de L1 ou muito proficientes, em comparação com a infantil ou de estrangeiros, tende a apresentar maior quantidade de conectores).

Compreendemos, também, que a Teoria Geral da Gramaticalização lida com essas análises de deslizamento ou *continuum* apenas como primeiro passo para estabelecer uma série de conclusões, que dissemos ser, *grosso modo*, de caráter quantitativo no plano do discurso e qualitativo no plano da gramática. Isso porque, segundo a Teoria Geral da Gramaticalização, o *continuum* de que falamos pode fomentar uma metodologia própria que, como mostramos, seja capaz de estabelecer gradientes dentro das partes do discurso ou das classes gramaticais, desbastando o que se rotula sob o apanágio de “substantivo”, por exemplo, numa série de matizes

categoriais que, olhados sob o talante monolítico como são classificadas as palavras, geram reflexão sobre evoluções dentro da própria gramática (até mesmo normativa), que, muitas vezes, dialogam prolificamente com aspectos já bem delineados no discurso. Isto é, certos sintagmas, por exemplo, embora estejam bastante cristalizados no âmbito do discurso e da interação, da estilística da *langue* e da *parole*, sem carecer, por essa razão, aparentemente, de maiores análises, fornecem meios de reflexão sobre o que, na gramática normativa, também se queria cristalizar sob rótulos de classes que, frequentemente, são muito mais caleidoscópicas do que poderiam parecer à primeira vista.

Como dizíamos, essa preocupação em aprofundar-se na descrição do idioma também pelo prisma da análise da gramática normativa afasta a gramaticalização, como Teoria Geral, da Teoria Sociolinguística.

Isso nos mostrou, num primeiro esboço acerca de nosso objetivo geral nesta tese, que a gramaticalização é autônoma da Teoria Sociolinguística, uma vez que, na gramaticalização, existe um objeto que lhe é muito específico e singular: a passagem de itens ou elementos ou ocorrências da perspectiva funcionalista para itens ou elementos ou ocorrências da perspectiva formalista. A Sociolinguística perfaz-se como disciplina que preconiza o Funcionalismo, ou o discurso, e a eles se atém. Assim sendo, compreender a passagem de itens da *parole* para a *langue* (ou a gramática) parece apresentar contundente oposição epistêmica a partir de certo ponto em que as duas Teorias (a Teoria Sociolinguística e a Teoria Geral da Gramaticalização) se dissociam com precisão, a despeito de poderem e deverem continuar seu diálogo.

Conquanto reconheçamos que *langue x parole* perfazem a dicotomia consistente tanto da Sociolinguística quanto da gramaticalização, o modo, o método e o objetivo/finalidade de articulá-las são inteiramente distintos. Ademais, na Teoria Geral da Gramaticalização será necessário que se transforme a dicotomia em dialética, e que a descrição seja compreendida como aparato científico linguístico que alberga, até mesmo, a descrição prescritiva operada pela gramática padrão ou pela Disciplina Gramatical, algo que não está de todo dentro do escopo da Sociolinguística, ou mesmo se lhe opõe, de certa forma.

Não foi do nosso interesse seguir com a promoção de investigações atomísticas (o que ocorre na quase totalidade das abordagens sobre o tema) em

relação a determinados itens gramaticais, que saem do discurso/léxico (heterogêneo e pouco ou nada sistematizável) para a gramática (homogênea e sistematizável).

Nosso objetivo primeiro foi observar como a teoria que apenas serve de pré-requisito para os atuais estudos de itens gramaticalizados (empíria) constitui não um simples tratado da Sociolinguística, mas uma teoria (epistemologia) autônoma, qual seja a *Teoria Geral da Gramaticalização*.

Em segundo lugar, propusemos, como objetivo específico, a hipótese de que essa mesma teoria autônoma sirva como auxiliar em investigações diversas dos estudos da linguagem, isto é, que possa ser utilizada como metodologia-piloto para outros estudos da linguagem. Demonstramo-lo com o gradiente estabelecido nas classes gramaticais (no capítulo 1), com as inter-relações entre textos e discursos mais ou menos gramaticalizados e com o diálogo entre léxico e gramática, fomentador da ampliação, inclusive metodológica, dos estudos descritivos da língua (capítulos 6 e 7).

Nesses capítulos, propusemos, para demonstração da aludida autonomia da gramaticalização como teoria, que o *corpus* privilegiado para nossa investigação sejam os textos e suas inter-relações, a que chamamos de categoria-protótipo [ocorrências-fonte] > [ocorrências-meta] (no caso da gramaticalização textual por metáfora ou paradigmática) e [elementos-fonte] > [elementos-meta] (no caso da gramaticalização textual por metonímia ou sintagmática).

A gramaticalização faz emergir um protótipo. Esse protótipo segue unidirecionalidade que cremos muito mais ampla do que a que frequentemente se aborda: a unidirecionalidade, em gramaticalização, é mostrada sempre em relação a itens lexicais-discursivos (concretos, materiais) passando a gramaticais (abstratos, formais) ou itens gramaticais passando a mais gramaticais. Prova disso é que, paralelos aos estudos de gramaticalização até aqui empreendidos, erguem-se estudos que se podem considerar opostos ao processo: a lexicalização e a discursivização. Portanto, ressaltamos que a gramaticalização, sempre que encarada como mero tratado da Sociolinguística, dicotomiza, polariza instâncias da língua, criando-lhes espaços de pouco (ou nenhum) diálogo posterior, impedindo, assim, uma conclusão teórica científica, que se baseia na abstração que gera epistemologia.

De acordo com nossa investigação, vimos que a unidirecionalidade a que reporta a gramaticalização não se fundamenta nem se estagna na suposta dicotomia

entre léxico-discurso *versus* gramática (normativa). Trata-se, isso sim, da passagem unidirecional de conceitos (categorias e protótipos) concretos que vão tornando-se abstratos e cada vez mais abstratos.

Com essa passagem amparada nos conceitos (e não apenas estribada em itens fortuitos), que vão de concretos para abstratos, podemos erguer nosso primeiro pilar da Teoria Geral da Gramaticalização, concernente aos planos metafórico, ou paradigmático, e metonímico, ou sintagmático. Isso, por sua vez, fez-nos enxergar uma metodologia emergente da Teoria Geral da Gramaticalização que permite ampliar as reflexões sobre categorias e protótipos da língua.

Por essas razões, sentimos necessidade de, preliminarmente, reexpor a gramaticalização como vem sendo encarada até hoje: um tratado inserido na Teoria da Variação, inserida, por sua vez, na Pesquisa Sociolinguística. Para além desse ponto, entretanto, vimos ser fundamental o aprofundamento na Epistemologia propriamente dita, ou Filosofia da Ciência, para mostrarmos que um campo investigativo que possua objeto, método e finalidade próprios e específicos constitui uma teoria autônoma, e não um mero tratado de outra teoria maior que supostamente o abarcasse.

Foi a partir dessa inserção e imersão que percebemos e constatamos que o objetivo ou finalidade do estudo da gramaticalização não se limita a descrever variáveis, nem se consubstancia sob a rigidez de levantamentos quantitativos. Isso aponta que o fim e o método sugerem diferenças significativas (e definitivas) entre o estudo da gramaticalização e o da Teoria da Variação.

Além disso, num outro nível de descrição epistemológico-científica, o metodológico, percebemos que 1) o método da Teoria da Variação não pode prescindir do viés indutivo, o que não se dá com a Teoria Geral da Gramaticalização, que parte, exatamente de uma teoria (mais geral) em direção às conclusões (específicas); 2) os parâmetros e métodos que levam ao objetivo derradeiro da gramaticalização permitem, até, a ampliação da Teoria Geral da Gramaticalização como metodologia em si mesma para finalidades distintas das acalentadas pela Teoria da Variação como metodologia que também o é.

Em resumo, percebemos que, avançando-se no objeto, no método e na finalidade da gramaticalização, esta cria um método alternativo para o fim de estudos linguísticos capazes de descrever, de forma complementar a estudos até aqui efetuados, fenômenos como o da intertextualidade, o da interdiscursividade, o

da semiótica, o da enunciação, o da descrição linguística, o da análise histórico-comparativa de fatos da língua.

Assim, portanto, se a causa (e, talvez, em alguns casos, até a motivação) faz que gramaticalização obedeça às perspectivas da Teoria da Variação, e, ainda, se suas descrições pragmáticas ou sociolinguísticas podem coincidir, acabam aí as implicações recíprocas entre uma e outra teoria.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. M. de. *Tópicos de Mecânica Clássica*. Disponível em: <<http://www.ifi.unicamp.br/~aguiar/top-mec-clas.pdf>> Acesso em: 5 abr. 2012.

ALI, M. S. *Grammatica histórica da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos: 1931.

_____. [1921] *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

_____. *Gramática secundária da língua portuguesa*. Ed. rev. e coment. por Evanildo Bechara. São Paulo: Melhoramentos, 1964 [1927].

ALMEIDA, N. M. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1952.

ALVES, R. Filosofia da ciência. In: _____. *Introdução ao jogo e a suas regras*. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. Tradução de Denise Botmann. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

ANDRADE, C. D. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1962.

ANTUNES, I. Repensando o objeto de ensino de uma aula de português. In: _____. *Aula de Português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ARISTÓTELES. *De interpretatione*. 16a3. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~fsantoro/ousia/traducao_deinterpretatione.htm>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. *Éthique à Nicomaque*. Paris: Le Livre de Poche, 1991a.

_____. *Retórica*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991b.

_____. *Retórica*. Introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução do grego e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento

Pena. Lisboa: INCM, 1998.

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port Royal*. Trad. Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. New York, Oxford: University Press, 1965.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009 [1992].

AZEREDO, J. C. de. *Dicionário Houaiss de conjugação de verbos*. São Paulo: Publifolha, 2012.

_____. *Ensino de português: fundamentos e objetos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2008.

_____. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2010.

_____. *Idioma*, 21. Rio de Janeiro: Centro Filológico Clóvis Monteiro – UERJ, 2001. p. 6-13. Disponível em: <http://www.institutodeletras.uerj.br/revidioma/21/idioma21_a01.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. *Iniciação à sintaxe do português*. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

AZEVEDO FILHO, L. A. de. *Para uma gramática estrutural da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1971.

BAKHTIN, M. *Dialogismo e construção de sentido*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

_____. *Estética de la creación verbal*. Trad. Tatiana Bubnova. Ciudad del México: Siglo Veintiuno, 1982.

_____. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 277-236.

_____; VOLOSHINOV. *Freudismo: um esboço crítico*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo, Perspectiva, 2001.

BALLY, C. *L'arbitraire du signe: valeur et signification*. Paris: Albin Michel, 1940.

_____. *Le langage e la vie*, 1913: traité de stylistique française. Paris. PUF, 1909.

BANDEIRA, M. *Os melhores poemas de Manuel Bandeira*. São Paulo: Global Editora, 2003.

BARBOSA, J. S. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*. 6. ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1875 [1822].

BARRETO, T. M. M. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

BARROS, D. L. P. de. Dialogismo, Polifonia e enunciação. In: BARROS, D. L. P. de.; FIORIN, J. L. (Org.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade*. São Paulo: EdUSP, 2003.

BARROS, J. de. *Gramática da Língua Portuguesa*. Olisippone: Ludonicum Rotovigiu Typographum, [1---], [1540].

_____. *Gramática da língua portuguesa*. Ed. Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1971.

BARTHES, R. *O grau zero da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BECHARA, E. *As fases históricas da língua portuguesa: tentativa de proposta de nova periodização*. Tese de concurso para professor titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense, 1985.

_____. *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004

_____. Gramática funcional: natureza, funções e tarefas. In: MOURA NEVES, M. H. (Org.). *Descrição do Português II*. Araraquara: UNESP, 1991. Publicação do curso de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, ano 5, n. 1.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editora da USP, 1976. v.1.

_____. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Pontes, 2006. v.2.

BLOOMFIELD, L. *Language*. Delhi: Motilal Banarsidas Publishers Private, 2005.

BOMFIM, E. do R. M. *Advérbios*. São Paulo: Ática, 1988.

_____. Advérbios, preposições ou conjunções? Fronteiras entre classes de palavras. In: VALENTE, A. (Org.). *Aulas de Português: Perspectivas inovadoras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999a.

_____. Conectores no português arcaico. In: DUARTE, L.P. (Coord.). *Para sempre em mim*. Homenagem à Profa. Ângela Vaz Leão. Belo Horizonte: CESPUC, 1999b.

_____. Considerações sobre a história dos tempos compostos em português. In: Mateus, M.H.; CORREIA, C. N. *Saberes no tempo*. Homenagem a Henriqueta Costa Campos. Lisboa, Colibri: 2002. p. 111-128.

BORBA, F. S. (Coord.). *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.

_____. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BORGES, J. L. Sobre o rigor na ciência. In: _____. *História Universal da Infância*. Trad. de José Bento. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982.

BOURDIEU, P. ([1972]). Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.); FERNANDES, F. (Coord.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática. p. 46-81 [Esquisse d'une théorie de La pratique. Genebra: Lib. Droz], 1983.

BRAGA, M. L.; MOLLICA, M. C. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2010.

BRANDÃO, J. de S. *Mitologia Grega*. 12. ed. Petrópolis, Vozes, 1998. 3 v.

BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. 7. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

BRAIT, B. Análise do discurso e argumentação: o exemplo da ironia. In: MARI, H et al. (Org.) *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges-Núcleo de Análise do Discurso; FALE-UFMEG, 1999.

_____. *Ironia em perspectiva polifônica*. 2. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2008.

BRÉAL. M. *Essai de sémantique*. Science des significations. Paris: [s.n.], 1897 [1987].

BRÉAL. M. *Ensaio de semântica*. Ciência das significações. São Paulo: EDUC/PONTES, 1992.

BRETON, P. *A manipulação da palavra*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BREUILLY, J. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAM, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 155-184.

BROCARD, M. T. (Ed.). *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Tese (Doutorado) - F.C.S.H., Lisboa, 1994. p. 333-693. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

BRONCKART, Jean-Paul. *O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

BRONDAL, V. *Le français, langue abstraite*. Levin & Munksgaard: Copenhagem, 1936.

BUARQUE, C. Gota d'água. Disponível em: <<http://www.lettras.com.br/chico-buarque/gota-dagua>> Acesso em: 15 nov. 2010.

BUCHANAN, D.; HUCZYNSKY, A. *Organizational behaviour: an introductory Text* [Paperback]. Edinburgh: Pearson, 2004.

BÜHLER, K. *Sprachtheorie: Die Darstellungsfunktion der Sprache*. [S.l.]: Lena, 1934.

BURRIDGE, K. Approaches to grammaticalization. Review article. *Journal of Linguistics*, v. 29, n. 1, p. 167-173, 1993.

CAETANO, M. M. *Caminhos do texto. Produção e interpretação textual*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2010.

_____. *Desafios da redação*. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2012a.

CAETANO, M. M. *Gramaticalização: de Meillet aos dias contemporâneos: parâmetros para uma pesquisa sob perspectiva panocrônica*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,

2011. Orientadora: Eneida do Rego Monteiro Bomfim. Rio de Janeiro: Maxwell-Lambda-PUC-Rio, 2011.

_____. *Gramática Reflexiva da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2009.

CAETANO, M. M. *Instâncias do sentido: o dicionário e a Gramática: múltiplas interconexões semiológicas*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Filologia, 2012b. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/instanciasdosentido.pdf>>. Acesso em: ago. 2013.

CALLOU, D.; LEITE, Y. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de filologia e linguística*. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1957.

_____. *Dicionário de filologia e gramática*. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1965.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

_____. *Princípios de linguística geral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

_____. *Problemas de linguística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1969.

CAMÕES, L. de. *Os Lusíadas*. Edição crítica de Francisco da Silveira Bueno. São Paulo: Ediouro.

CAPELLA, J. N. An evolutionary psychology of Gricean cooperation. *Journal of Language and Social Psychology*, v. 14, p. 167-181, 1995.

CAPRA, F. *O Tao da física*. Tradução de José Fernandes Dias. São Paulo: Cultrix, 1983.

CGE. *Crônica Geral de Espanha*. Lisboa: Casa da Moeda, 1955.

- CARONE, F. de B. *Morfossintaxe*. 7 ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- _____. *Subordinação e coordenação, confrontos e contrastes*. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- CARROLL, J. B. *Language, Thought and reality: selected writings of Benjamin Lee Whorf*. Massachusetts: The MIT Press, 1998.
- CARVALHO, J. H. de. *Teoria da linguagem: natureza do fenômeno linguístico e a análise das línguas*. Coimbra: Atlântida Editora, 1974. t. 1-2.
- CASSIRER, E. *Linguagem e mito*. 4. ed. Trad. J. Guinsburg, Mirian Scahnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- CASTILHO, A. de. *A gramaticalização*. Salvador: UFBA, 1997. (Cadernos de estudos linguísticos e literários).
- _____. Língua falada e gramaticalização. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 1, p. 107-120, 1997.
- CASTRO, I. et al (Ed.). *Vidas de santos de um manuscrito alcobacense* (Cod. Alc. cclxvi / antt 2274), Lisboa: i.n.i.c., 1985. p. 16-52; 59-83. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 21 dez. 2012.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- CHAVES DE MELO, G. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1975.
- CHOMSKY, N. *Estruturas sintáticas*. Lisboa: Edições 70, 1980 [1957].
- _____. *Structures syntaxiques*. Tradução de Michel Braudeau. L'ordre philosophique. Coleção dirigida por Paul Ricoeur e François Wahl. Paris: Éditions du Seuil, 1969 [1957].
- CINTRA, L. F. L. *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1954. v. 2 e 3. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 21 dez. 2012.
- COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, Ed. USP, 1979a.

COSERIU, E. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Tradução de Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença: Ed. USP, 1979b.

_____. *Teoria del language y lingüística general*. Madrid: Gredos, 1967.

COURTENAY, B. de. *Versuch einer Theorie der phonetischen Alternationen*. Strassburg: [s.n.], 1895.

COUTINHO, I. de L. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972.

CRAIG, C. Ways to go in Rama: A case study in Polygrammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam; Filadélfia: John Benjamins, 1991. v.2, p. 455-492.

CUENCA, M. J.; HILFERTY, J. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Ariel, 1999.

CULIOLI, A. La formalisation em linguistique. *Cahiers pour l'analyse*, n. 9, 1968.

CUNHA, A. G. da. [1982] *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUTER, M. E.; LERNER, D.; TORRES, M. A tematização da prática na sala de aula. In: LERNER, D.; NOGUEIRA, N.; PEREZ, T. *Ensinar: tarefa para profissionais*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2007.

DASCAL, M. *Fundamentos metodológicos da linguística*: M. Dascal. L. Bloomfield. N. Chomsky. G. Lakoff. M. Halliday. São Paulo: Global, 1978. v.1.

DAUZAT, A. *Tableau de la langue française*. Paris: Payot, 1953.

D. DINIS, C. V. Crônica geral de Espanha. In: NUNES, J.J. *Crestomatia Arcaica*. 5. ed. Lisboa: Clássica, [19--]. p. 380-386.

DELEUZE, G. *L'Île deserte et autres textes: textes et entretiens 1953-1974*. Paris: Minuit, 2002.

DIAS, A. E. da S. *Sintaxe histórica portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, [19--].

DIK, S. *The theory of functional grammar*. Deordrecht-Holland/Providence RI-USA: Foris Publication, 1989.

DUBOIS, J. W. Beyond definiteness: the trace of identity in discourse. In: CHAFE, W. (Ed.). *The pear stories*. Norwood: Ablex, 1980. p. 203-274.

_____. Competing motivations. In: J. HAIMAN (Ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1985. p. 343-365.

DUCROT. O. *Le Dire et le Dit*. Paris : Minuit, 1980.

_____. *Logique, structure, énonciation*. Lectures sur le langage. Paris: Minuit, 1989.

FABRI, K. *Da diferenciação das conjunções adversativas em diferentes tipos de textos escritos*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

FAIRCLOUGH, N. Critical and descriptive goals in discourse analysis. *Journal of Pragmatics*, v. 9, p. 739–793, 1985.

FÁVERO, L. L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.

FERRAZ, M. J. *Ensino de língua materna: o essencial sobre Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2007.

FIORIN, J. L. A semiótica discursiva. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander (Org.). *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. v.1.

_____. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto; EDUSP, 2005.

_____. Intertextualidade e interdiscursividade. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

FIORIN, J. L. *Introdução à Linguística I: objetos teóricos e introdução à linguística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto. 2002.

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

_____. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, D. L. P. de.; FIORIN, J. L. (Org.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade*. São Paulo: EdUSP, 2003.

FOCAS, J. D. Dialética e argumentação: as categorias aristotélicas e o discurso. In: EMEDIATO, V.; MACHADO, I. L.; NONEGE, W. (Org.). *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE-UFMG, 2006.

FONTANILLE, J. *Semiótica do discurso*. São Paulo: Contexto, 2007.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREITAS, H. R. de. *Princípios de morfologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1997.

GARCIA, O. M. [1967] *Comunicação em prosa moderna*. 15. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

GARDINER, A. *The theory of Speech and Language*. 2. ed. Oxford: [s.n.], 1951.

GAZDAR, G. *Pragmatics: Implicature, Presupposition and Logical Form*. [S.l.]: Academic Press, 1979.

GENOUVRIER, E.; PEYTARD, J. *Linguística e ensino do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1974.

GILBERTO GIL. *Estrela*. Disponível em: < <http://letras.terra.com.br/gilberto-gil/46205/>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

GILES, H. Accent mobility: a model and some data. *Anthropological Linguistics*, v. 15, 1973.

_____; OGAY, T. Communication accommodation theory. In: WHALEY, B. B. *Communication: contemporary theories and exemplars*. Mahwah, NJ: Erlbaum, 2007. p. 293–310.

GILES, H.; MULAC, A.; BRADAC, J. J.; Johnson, P. Speech accommodation. *Linguistics*, v. 30, 1987.

GIVÓN, T. *Syntax I*. Nova York: Academic Press, 1979.

GOFFMAN, E. *The Presentation of Self in Everyday Life*. Harmondsworth: Penguin, 1971.

GÓIS, C. *Sintaxologia*. 10 ed. [S.l.]: O autor, 1951. 3 v.

GRAMMONT, M. *Traité de phonétique*. 2. ed. Paris: Delagrave, 1939.

GRICE, H. P. Further notes on logic and conversation. In: COLE, Peter (Ed.). *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1978. v.9.

_____. *Logic and conversation*. In: Cole, Peter, Morgan, Jerry L. (Ed.), *Syntax and Semantics*. New York: Academic Press, 1975. v.3.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (Org.) *Fundamentos metodológicos da linguística: pragmática – problemas, críticas*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, 1982..

_____. Presupposition and conversational implicature. In: COLE, Peter (Ed.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.

_____. *Studies in the way of words*. Harvard: Harvard University Press, 1989.

GUARDA, Estevão da. *Cantiga de Escárnio e Maldizer*, 437. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

GUIRAUD, P. *Semântica*. Tradução e adaptação de Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

GUMPERZ, J. *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, John. *Novos horizontes em linguística*. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 134-160.

HALLIDAY, M. K; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HAUY, A. B. *Vozes verbais: sistematização e exemplário*. São Paulo: Ática, 1992.

HAWKING, S. *Breve história do tempo: do Big Bang aos buracos negros*. Tradução de Ribeiro da Fonseca. Prefácio de Carl Sagan. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 1994.

HEGEL. *Phänomenologie des Geistes*. Berlin: Guttenberg Spiegel, 1807.

HEINE, B. et al. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

_____; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago, 1991a.

_____. From cognition to Grammar: evidences from African languages. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Org.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamin, 1991b. p. 149-188.

_____; REH, M. *Patterns of grammaticalization in African Languages: AKUP-47*, Cologne: Universität zu Köln, Institut für SAPRACHWISSENSCHAFT, 1984.

_____; KUTEVA, Tania. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HEMAIS, B.; BIASI-RODRIGUES, B. A proposta sócio-retórica de John Swales para o estudo de gêneros textuais. In: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 108-129.

HÉNAULT, A. *História concisa da semiótica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

HENRIQUES, C. C. A Nomenclatura Gramatical Brasileira: quantos anos ela tem? Rio de Janeiro: Inst. de Letras, UERJ, 2005. Texto mimeografado para distribuição interna

_____. *A nova ortografia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2008.

_____. *Sintaxe portuguesa para a linguagem culta contemporânea*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1997.

HENRIQUES, C. C. Três gramáticas de referência para os estudos do português. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, 2. semestre, p. 41-47, 2011.

_____; PEREIRA, M. T. G. (Org.). *Língua e transdisciplinaridade*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

HERCULANO, A. *O bobo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1990.

HJELMSLEV, L. *Prolegomena to a theory of language*. Madison: The University of Wisconsin Press, [1943], 1963.

_____. *Prolégomènes à une théorie du langage*. Traduite du danois par Uma Canger, avec la collaboration d'Annick Wewer. Paris: Les éditions de minuit, 1966.

HOPPER, P. *On some principles of grammaticalization*. Amsterdam;Filadéffia: John Benjamins, 1991.

_____; TRAUGOTT, E. [1993]. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss*. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em: dez. 2012.

_____. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

HUSSERL, E. *Investigações lógicas: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento*. Tradução Zeljiko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

ILARI, R. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004

_____; GERALDI, J. W. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1992. (Série Princípios).

JAKOBSON, R. *Essais de linguistique Générale*. Paris: Editions de Minuit, 1963.

_____. *Linguística e comunicação*. Trad. De Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

_____. *Relações entre a ciência da linguagem e as outras ciências*. Lisboa: Bertrand, 1973.

JESPERSEN, O. *La syntaxe analytique*. Tradução de Anne-Marie Léonard. Paris: Les éditions de minuit, 1971.

_____. *The philosophy of grammar*. London: [s.n.], 1929.

JOSEPH, M. *The Trivium: the liberal arts of logic, grammar, and rhetoric*. [S.I.]: Paul Dry Books, 2002.

JUNG, C. G. *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

KANT, I. *Crítica da razão pura* [Kritik der reinen Vernunft]. São Paulo: Martin Claret, 2009.

KEHDI, V. *Formação de palavras em português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

KENEDY, E. Gerativismo. In: MARTELOTTA, M. E. T. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 127-148.

KOCH, I. [1993]. *A inter-ação pela linguagem*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001a.

_____. [1997]. *O texto e a construção dos sentidos*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001b.

_____. *A coesão textual*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

KORZYBSKI, A. *Science and sanity, Lakeville, Conn.* [S.l.]: The International Non-Aristotelian Library, 1958.

KUHN, T. S. The structure of scientific revolutions. In: NEURATH, O. et al. *Foundations of the unity of science*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.

KURY, A. da G. *Novas lições de análise sintática*. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

_____. *Para a explicação da Nova Nomenclatura Gramatical*. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1959.

KURYLOWICZ, J. The evolution of grammatical categories. In: _____. *Esquisses linguistiques II*. Munique: Fink, [1965] 1975. p. 38-54.

KRISTEVA, J. A expansão da semiótica. In: KRISTEVA, J.; REY-DEBOVE, J.; UMIKER, D. J. Umiker. *Ensaio de semiologia: problemas gerais, linguística, cinésica*. [S.l.: s.n., 19--]. v.1.

_____. *Introdução à semântica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

KRISTEVA, J. *La révolution du langage poétique*. Paris: Editions du Seuil, 1974.

KRISTEVA, J. *Polylogue*. Paris: Editions du Seuil, 1977.

LACAN, J. Lituraterra. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LAKOKK, R. If's, And's and But's about conjunction. In: FILLMORE, C.; LANGENDOEN, D. (Ed.). *Studies in linguistic semantics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971.

_____.; JONHSON, M. (Coord.). [1980] *Metáforas da vida cotidiana*. Trad. de Maria Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

LAPA, M. R. *Estilística da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LEECH, G.; THOMAS, J. Pragmatics: the state of the art. *Lancaster Paper in Linguistics*, Lancaster, v. 48, 1988.

LEHMANN, C. Grammaticalization and related changes in contemporary german. In: TRAUGOTT, E. ; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam; Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1991. v.1, p. 37-80.

_____. Grammaticalization: Synchronic Variation and Dyachronic Change. *Lingua e Stile*, v. 20, n. 3, p.303-318, 1985.

_____. *Thoughts on grammaticalization: a programmatic sketch*. Colônia: Arbeiten des Köllner Universalien – Projekts 48, 1982.

LEITÃO, L. R. Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos: um desafio das letras em uma experiência periférica de (pós-)modernidade. In: PEREIRA, M. T. G.; VALENTE, A. C. *Língua Portuguesa: descrição e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

LEONI & KERLAKHIAN. *Só pro meu prazer*. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/leoni/101923/>>. Acesso em: 8 nov. 2011.

LEVINSON, S. C. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LICHTENBERK, F. On the gradualness of grammaticalization. In: E. TRAUGOTT ; B. HEINE (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamin Publishing Company, 1991. v.1, p. 37-80.

LOBATO, L. M. P. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Ed. Vigília, 1986.

LONGHIN, S. R. *A gramaticalização da perífrase conjuncional só que*. Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas, 2003.

LUCCHESI, D. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LUFT, C. P. *Gramática resumida: explicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. 8. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.

_____. *Moderna gramática brasileira: edição revista e atualizada*. São Paulo: Globo, 2002.

LYONS, J. *As ideias de Chomsky*. Trad. de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Editora Cultrix, 1970. p. 28-82.

_____. *Linguistique générale: introduction à la linguistique théorique*. Traduction de F. Dubois-Charlier et D. Robinson. Paris: Librairie Larousse, 1970.

MACEDO, J. M. de. *A moreninha*. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/a_moreninha.pdf>. Acesso em: nov. 2013.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Quincas Borba*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1973.

MACIEL, M. [1894] *Grammatica descriptiva*. 12. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Francisco Alves, 1931.

MAGNE, A. *A Demanda do Santo Graal*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1970. v. 2. (Edição fac-similar).

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar, 2006.

MAINGUENEAU, D. Problemas de ethos. In: _____. *Cenas da enunciação*. Tradução Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2006. p. 52-71.

MARCONDES, D. *A pragmática na filosofia contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita*. Atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A.P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M.A. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

MARCUSE, H. *Cultura e psicanálise*. Tradução Wolfgang Leo Maar, Robespierre de Oliveira e Isabel Loureiro. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MARQUES, M. H. D. *Iniciação à semântica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

MARTELOTTA, M. E. et al. Gramaticalização e discursivização de assim. In: _____. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1996.

MARTINET, A. *Elementos de linguística geral*. Tradução de Jorge de Moraes Barbosa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1985 [1970].

_____. *Estudios de sintaxis funcional*. Madrid: Gredos, 1978.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MATOS, G. de. *Obra Poética, de Gregório de Matos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

MATOS, L. H. Lopes de. *A metáfora e a intertextualidade: uma realização multicultural na Língua Portuguesa*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MATTOS e SILVA, R. V. [1991] *O português arcaico: fonologia*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. [1994] *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MAURER Jr., T. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

_____. *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.

MEILLET, A. L'Évolution des Formes Grammaticales. In: _____. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Librairie Honoré Champion, 1948 [1912].

MELO, G. C. de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

_____. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

_____. *Iniciação à filologia portuguesa* 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

_____. *Novo Manual de análise sintática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MEILLET, A.; VENDRYÈS, J. *Traité de grammaire comparée des langues classiques*. Paris: Librairie Honoré Champion, 1940.

MEY, J. L. Poet and peasant: a pragmatic comedy in five acts. *Journal of Pragmatics*, v. 11, p.281–297, 1987.

_____. *Pragmatics: an introduction*. 2nd. ed. Oxford: Blackwell, 2001.

_____. *Whose language? a study of linguistic pragmatics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, [19--].

MIGUEL WISNICK, J. *Mais simples*. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/zizipossi/discografia/disc_mais2.htm> Acesso em: 18 nov. 2010.

MONTEIRO, J. L. *A estilística: manual de análise e criação do estilo literário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. *Fundamentos da estilística*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1987.

MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1987.

NEBRIJA. A. de. *Gramática de la lengua castellana*. Madrid: Editora Nacional, 1980.

NEVES, M. H. de M. *Gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NEVES, M. H. de M. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. O coordenador interfrasal mas: invariância e variantes. *Revista Alfa*, São Paulo, v. 28, p. 21-42, 1984.

NEVES, M. H. de M. Uma introdução ao funcionalismo: proposições, escolas, temas e rumos. In: CHRISTIANO, M. E.; GONÇALVES, S.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C.; CARVALHO, C. dos S. *Tratado geral sobre gramaticalização*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NEWMAYER, F. J. Deconstruction grammaticalization. *Language Sciences*, v. 23, p. 187-229, 2001.

NICHOLS, J. Functional Theories of Grammar. *Annual review of anthropology*, v. 43, p. 97-117, 1984.

NICHOLS, J.; TIMBERLAKE, A. Grammaticalization as retextualization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam; Filadélfia: John Benjamin Publishing Company, 1991. v.1, p. 129-146.

NIETZSCHE, F. *Die Geburt der Tragödie: Aus dem Geist des Musik*. Cambridge: Cambridge Literary, 2008.

OITICICA, J. *Manual de análise*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1940.

OLIVEIRA, F de. A "Grammatica" de Fernão d'Oliveira. Apreciação, texto reproduzido da 1. edição (1536) de Olmar Guterrez da Siveira. Rio de Janeiro: [s.n.], 1954.

PARINI, J. *A arte de ensinar*. Tradução de Luiz Antonio Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PAUL, H. *Princípios fundamentais da história da língua*. Trad. M.L. Schemann. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966 [1886].

PEIRCE, C. S. *Collected papers of C. S. Peirce*. Harvard: Harvard University Press, 1932-1963.

PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva: curso superior*. 100. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

PEREIRA, M. T. G. A apropriação da realidade sob a ótica da Língua Portuguesa. In: HENRIQUES, C. C.; PEREIRA, M. T. G. *Língua e Transdisciplinaridade: rumos, conexões, sentidos*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. A Língua Portuguesa e a leitura: convergências no ensino e na vida. In: OLIVEIRA, I. *O que é qualidade em literatura infantil e juvenil: com a palavra o educador*. Rio de Janeiro: Difusão Cultural do Livro, 2011.

_____. A propriedade de expressão em Monteiro Lobato: vida e palavra. In: HENRIQUES, Claudio Cezar; SIMÕES, Darcilia (Org.). *Língua Portuguesa: educação & mudança*. Rio de Janeiro: Europa, 2008.

PERELMAN, C. Argumentação. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987. v.11, p. 234-265.

PERINI, M. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1989.

PIETROFORTE, A. V. A língua como objeto da Linguística. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à Linguística: I. Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.

PLATÃO. *O sofista*. Porto: Sousa e Almeida, [19--].

PONTES, E. *Estrutura do verbo no português coloquial*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973a.

_____. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973b.

POPPER, K. *The logic of scientific discovery*. Nova York: Harper & Row, 1968.

POTTIER, B. Problema relativo a los adverbios em-mente. In: _____. *Linguística moderna y fililogía hispânica*. Madrid: Gredos, 1968.

_____. *Gramática del español*. Trad. Antonio Quillís. Madrid: Alcalá, 1970.

PRETI, D. *Sociolinguística: os níveis da fala*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

RAMAT, A. G.; HOPPER, P. *The limits of grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1998.

RAMOS, G. *Insônia*. São Paulo: Record, 1997.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Teixeira e Irmão, 1885 [1881].

RIMBAUD, A. *Une saison en enfer*. Bruxelles: Alliance Typographique, 1873 [1873].

ROCHA, A. P. A gramaticalização de 'todavia' em português. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ALFAL, 14., 2005, Monterrey. *Memórias*. Monterrey, México: [s.n.], 2005. v.1.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 33. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

_____. *Teoria da análise sintática*. 3. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1956.

ROSA, G. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

ROUDINESCO, E. *Filósofos na tormenta: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

SADOYAMA, A. dos S. P. Gêneros textuais e ensino de língua portuguesa. *IconeLetras*, v. 4. Disponível em: <http://www.slmb.ueg.br/iconeLetras/artigos/volume4/adriana_santos.pdf> Acesso em: 9 out. 2013.

SALOMÃO, M. M. M. O papel da gramática na construção do sentido. In: VALENTE, A. C. (Org.). *Língua, linguística e literatura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANT'ANNA, N. *Introdução à estilística*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, J. L. dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos).

SANTOS, M. S. Papa João Paulo II clama por socorro: a semiótica plástica em capas da Veja. *Revista PJ*, São Paulo, n. 7, 2006. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografia7_a.htm> Acesso em: 26 jul. 2012.

SAPIR, E. *A linguagem*. Introdução ao estudo da fala. Tradução e apêndice de J. Mattoso Câmara Jr. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

SARANGI, S.; SLEMBROUCK, S. Non-cooperation in communication: a reassessment of Gricean cooperation. *Journal of Pragmatics*, v. 17, p. 117–154, 1992.

SARTRE, J. P. *L'êtr e et le néant*. Paris: Gallimard, 1943.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1984.

SCHLIEBEN-LANGE, B. Reflexões sobre a pesquisa em mudança linguística. *D.E.L.T.A.*, v. 10, n. esp., p. 223-246, 1994.

SEARLE, J. R. *Speech Acts*. Cambridge; Cambridge University Press, 1969.

SILVA, C. R.; HORA, D. da. (Org.). *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino*. João Pessoa: Ideia, 2004.

SILVA DIAS, A. E. da. *Syntaxe histórica portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1938.

SJOESTEDT, Marie-Louise. *L'aspect verbal et les formations à affixe nasal en celtique*. Paris: Librairie Honoré Champion, 1926.

SILVEIRA, S. da. *Fonética sintática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

SPINOZA, B. *Ethica ordine geometrico demonstrata*. Heidelberg. ed. Carl Gebhardt, Heidelberg, 1925.

SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SWEETSER, E. Grammaticalization and Semantic Bleaching. In: AXMAKER, S., Jaisser, A.; SINGMASTER, H. (Ed.). *Proceedings of the Fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. [S.l.: s.n.], 1988.

_____. [1991] *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SZCZESNIAK, K. Linguística: novos estudos reacendem polêmica entre pensamento e linguagem: o retorno da hipótese de Sapir-Worf. *Ciência hoje*. abr. 2005. Disponível em: < <http://ultra.cto.us.edu.pl/~kport/sapir-ch.pdf> > Acesso em: 27 jul. 2012.

TAMALANCOS, F. P. *Cantiga de escárnio e maldizer, 007*. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 17 ago. 2010.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

_____. *Tempos linguísticos*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

TEIXEIRA, L. A práxis enunciativa num auto-retrato de Tarsila do Amaral. In: OLIVEIRA, A. C. de (Org.). *Semiótica plástica*. São Paulo: Hacker, 2004.

TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. 2. ed. Paris: Klincksieck, 1969

THOMAS, J. Conversational maxims. In: MEY, Jacob (Ed.). *Concise Encyclopedia of Pragmatics*. Amsterdam: Elsevier, 1998a. p. 171-175.

_____. Cooperative principle. In: MEY, Jacob (Ed.). *Concise Encyclopedia of Pragmatics*. Amsterdam: Elsevier, 1998b. p. 176–179.

_____. *Meaning in interaction: an introduction to pragmatics*. London: Longman, 1995.

TODOROV, T. *Estruturalismo e poética*. 2. ed. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Editora Cultrix, 1971.

TORRENT, T. T. *O Homem vai botar uma casa para mim morar: uma abordagem sociocognitivista e diacrônica da construção de dativo com infinitivo*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2005.

TOSI, R. *Dicionário de sentenças latinas e gregas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática: ensino plural*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Gramática e interação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Um estudo textual discursivo do verbo no Português do Brasil*. Tese (Doutorado) – IEL, UNICAMP, 1991.

TRAUGOTT, E. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMMAN, C.; MALKIEL (Org.). *Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science*, n. 24, p. 245-271, 1982.

- TRAUGOTT, E.; KÖNIG. The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Org.). *Approaches to gramaticalization*. [S.l.]:John Benjamins Publishing Company, 1991. v.1.
- ULMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Tradução de J. A. Osório Mateus. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.
- VALENTE, A. C. (Org.). *Língua, linguística e literatura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- _____. *Neologia na mídia e na literatura: percursos linguístico-discursivos*. Rio de Janeiro: Quartet, 2012.
- VAN DIJK, T. *Studies in the pragmatics of discourse*. Berlin; New York: Mouton, 1981.
- VAXELAIRE, Jean-Louis. *Les noms propres: une analyse lexicologique et historique*. Paris: Honoré Champion, 2005.
- VEJA. São Paulo: Ed. Abril, ano 38, n. 14, 06 abr. 2005.
- VENDRYÈS, J. *Le langage: introduction linguistique à l'histoire*. Paris: Éditions Albin Michel, 1950.
- VIANNA, E. A pesquisa sociolinguística: a Teoria da Variação. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, 2. sem., p. 49-57, 2011.
- VOLOSHINOV, V. N. *Il linguaggio come pratica sociale: Saggi 1926-30*. Bari: Dedalo, 1980.
- _____. "Que é linguagem", em A. Ponzio. *La revolución bajtiana: el pensamiento de Bajtin y la ideología contemporánea*. Madrid: Cátedra, 1998.
- VOGT, C. ; DUCROT, O. De magis a mas: uma hipótese semântica. In: VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. 2. ed. aum. São Paulo: Hucitec, 1989.
- WARBURTON, N. *Uma breve história da filosofia*. Tradução de Rogério Bettoni. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola editorial, 2002.

WEINRICH, V. LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a Theory of language. In: LEHMAN, W.P.; MALKIEL Y. (Ed.). *Directions for historical linguistics*. Austin & London: University of Texas Press. 1968.

WILLIANSO, Jon. Abduction and its Distinctions. Abduction, reason, and science: processes of discovery and explanation. Review of Lorenzo Magnani, Kluwer Academic. *British Journal for the Philosophy of Science*, p. 1-7, 2001. Disponível em: <http://www.kent.ac.uk/secl/philosophy/jw/2001/magnani_review.pdf> Acesso em: 18 nov. 2010.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophische Bemerkungen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1984a.

_____. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

_____. *Philosophische Grammatik*. Frankfurt: Suhrkamp, 1984b.

_____. *Zettel*. Frankfurt: Suhrkamp, 1984c.

ZURARA, E. *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*. Edição de Maria Teresa Brocardo. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.